

Carlos Gomes

ANTECEDENTES DO CAPITALISMO

Cumpra, porém, e sempre, advertir que a realidade não é uma régua, nem uma série de caixas: não tem marcas distintas, nem conhece separações absolutas. Quando, portanto, estabelecemos, para nossa conveniência mental, “fases” e “períodos” na vida e na história, e indicamos certos fenómenos como sinais do princípio e do fim dessas fases, não devemos esquecer que esses fenómenos, que nos servem convenientemente de balizas, não são instantâneos mas prolongados; e que, assim, há um largo espaço em que duas “épocas” sucessivas se confundem e se misturam, a ponto de não podermos bem dizer se tal ano ou caso está em uma ou outra delas, ou se não estará, por assim falar, em duas ao mesmo tempo. Com esta reserva fundamental têm sempre que entender-se as classificações que se fazem na vida e, sobretudo na história.

Fernando Pessoa, em Revista do Comércio e Contabilidade, nº 3, Março de 1926

ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu na cidade do Porto, Portugal, em 1925. Licenciado em Finanças pelo ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa, exerceu sempre a sua actividade profissional em instituições financeiras. Frequentou numerosos cursos e seminários, em países europeus, nas áreas de operações bancárias, organização e gestão de empresas. No exercício da sua profissão assumiu a responsabilidade pela montagem e instalação dos serviços de um banco português em Angola, Moçambique e França e ainda pela renovação e modernização da sua sede social, no Porto. Por incumbência do Banco de Portugal coordenou em 1975 a actividade de todos os bancos nacionalizados portugueses no Norte e Centro do País.

Foi membro das administrações ou conselhos fiscais de diversas empresas dos ramos metalúrgico, turístico e editorial e da direcção de cooperativas e associações culturais.

Como residente na cidade de Almada, desempenhou as funções de deputado na Assembleia Municipal durante oito anos, participando da Comissão de Administração e Finanças e assumindo a sua presidência nos últimos quatro anos.

Colaborou na extinta revista “Economia EC, questões económicas e sociais”, na revista “Vértice” e em algumas publicações periódicas. Ultimamente tem-se dedicado à investigação e escrita de temas relacionados com a Ciência Económica e, ainda, à revisão científica da tradução para português de livros da sua especialidade, designadamente: “Breve Dicionário de Economia”, da autoria de José Maria Lozano Irueste, professor emérito da Universidade Complutense, de Madrid, e “As Estruturas Sociais da Economia”, da autoria de Pierre Bourdieu.

Em Novembro de 2002 foi editado pela Editora Campo das Letras, do Porto, o seu livro ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO, com o subtítulo “Enquanto a mercadoria e a moeda não existem”, resultante de uma prolongada e meticulosa investigação durante vários anos. O texto integral deste livro encontra-se também publicado na Biblioteca Virtual de Economia do Grupo de Investigação EUMED.NET, sediado na Universidade de Málaga, na secção de “Libros Gratuitos de Economia”, e na Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, secção Bibliotecas del Mundo, da Universidad de Alicante.

Em Setembro de 2004 apresentou no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado na Universidade de Coimbra, uma comunicação com o título “Economia do Sistema Comunitário – Objecto de investigação e divulgação”, cujo texto completo foi publicado pela revista Vértice, de Coimbra, e pelo “Grupo EUMED.NET”, na secção de “Contribuciones a la Economía”. Em colaboração com as iniciativas deste Grupo, tem participado em alguns dos seus Encontros Virtuais Internacionais de Economia.

Presentemente, acabou de concluir a redacção de um novo livro, com o título de ANTECEDENTES DO CAPITALISMO, que aborda o processo económico, as actividades, as relações e estruturas económicas e sociais, ou seja, as mudanças ocorridas após o sistema comunitário que conduziram à formação de novas estruturas económicas e, finalmente, à emergência do Sistema Capitalista.

Almada, Abril de 2008



Contacto

e-mail: carlos-ag-gomes@sapo.pt

Residência: Praça S. João Baptista, 5 – 10º.

Esq.

2800-199 Almada PORTUGAL

Tel. 351 212467956

ANTCEDENTES DO CAPITALISMO

ÍNDICE

PREFÁCIO

I PARTE – FACTORES DO PROCESSO ECONÓMICO

1 – PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- 1.1 – Processo produtivo
- 1.2 – Forças produtivas
- 1.3 – Relações de produção
- 1.4 – Modos de produção

2 – TRABALHO

- 2.1 – Processo de trabalho
- 2.2 – Carácter social do trabalho
- 2.3 – Força de trabalho
- 2.4 – Objectos de trabalho
- 2.5 – Meios de trabalho
- 2.6 – Produtividade do trabalho
- 2.7 – Intensidade do trabalho
- 2.8 – Prestação de serviços

3 – MEIOS DE PRODUÇÃO

- 3.1 – Meio ambiente

- 3.2 – População
- 3.3 – Matérias-primas
- 3.4 – Energia
- 3.5 – Utensílios e instrumentos de trabalho
- 3.6 – Infra-estruturas
- 3.7 – Conhecimentos científicos
- 3.8 – Meios técnicos de produção
- 3.9 – Linguagem oral e escrita
- 3.10 – Organização e gestão

4 – MEIOS DE CIRCULAÇÃO

- 4.1 - Distribuição
- 4.2 – Permuta e troca directa
- 4.3 – Troca indirecta
- 4.4 – Valor de uso
- 4.5 – Mercadoria
- 4.6 - Valor
- 4.7 – Valor de troca
- 4.8 – Preço

5 – MEIOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

- 5.1 – Dinheiro e suas funções
- 5.2 – Moeda e sua origem
- 5.3 – Massa monetária
- 5.4 – Circulação monetária
- 5.5 – Inflação
- 5.6 – Transacções cambiais
- 5.7 – Crédito

6 – PROCESSO DE CONSUMO

- 6.1 – Consumo económico
- 6.2 – Auto-consumo
- 6.3 – Consumo de bens culturais e de lazer
- 6.4 – Desperdício e luxo
- 6.5 – Carência alimentar e fome

7 – CAPITAL E INVESTIMENTO

- 7.1 – Capital
- 7.2 – Capital constante e capital variável
- 7.3 – Circulação de capital
- 7.4 – Investimento económico

II PARTE – ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

1 – ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

- 1.1 – Evolução e desenvolvimento agrícola
- 1.2 – Métodos de cultivo
- 1.3 – Instrumentos agrícolas
- 1.4 – Irrigação e drenagem
- 1.5 – Produção agrícola alimentar
- 1.6 – Produção agrícola não alimentar
- 1.7 - Caça
- 1.8 – Pesca e alimentos marítimos
- 1.9 – Pastorícia, pecuária, criação de animais
- 1.10 – Conservação e armazenamento
- 1.11 – Indústria alimentar

2 – ACTIVIDADES EXTRACTIVAS E METALÚRGICAS

- 2.1 – Extração do sal

- 2.2 – Extração de minérios
- 2.3 - Metalurgia
- 2.4 – Rochas, pedras
- 2.5 – Cobre e bronze
- 2.6 – Ouro e prata
- 2.7 – Ferro

3 – ACTIVIDADES TRANSFORMADORAS

- 3.1 – Artefactos de madeira
- 3.2 – Fiação, tecelagem, vestuário
- 3.3 – Curtumes e trabalho com pele
- 3.4 – Olaria, cerâmica e vidraria
- 3.5 – Máquinas e ferramentas
- 3.6 – Papel e impressão
- 3.7 – Objectos de prestígio
- 3.8 – Construção de habitações
- 3.9 – Infra-estruturas urbanas

4 – ACTIVIDADES TRANSPORTADORAS

- 4.1 – Sistema de transportes
- 4.2 – Comunicações terrestres
- 4.3 – Comunicações fluviais
- 4.4 – Comunicações marítimas
- 4.5 - Construção naval
- 4.6 - Portos

5 – ACTIVIDADES COMERCIAIS

- 5.1 – Desenvolvimento do comércio
- 5.2 - Mercadores
- 5.3 – Mercados e feiras
- 5.4 – Instrumentos de medida
- 5.5 – Comércio interno
- 5.6 – Comércio externo
- 5.7 – Tráfico de escravos

6 – ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 – Serviços e funções administrativas
- 6.2 – Administração da produção e do património
- 6.3 – Administração de rendimentos

7 – ACTIVIDADES MONETÁRIAS E FINANCEIRAS

- 7.1 – Criação de moeda e papel-moeda
- 7.2 – Meios de pagamento
- 7.3 – Sistema fiscal
- 7.4 – Transacções bancárias
- 7.5 – Operações de crédito
- 7.6 – Instabilidade monetária

8 – ACTIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

- 8.1 – Conhecimentos científicos e tecnológicos
- 8.2 – Produção literária
- 8.3 – Produção artística
- 8.4 – Formação escolar
- 8.5 – Saúde
- 8.6 – Actividades religiosas

III PARTE – RELAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

1 – RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1.1 – Trabalho escravo
- 1.2 – Trabalho servil
- 1.3 – Trabalho livre e contratado
- 1.4 – Trabalho compulsivo ou forçado
- 1.5 – Trabalho assalariado
- 1.6 – Trabalho administrativo e intelectual
- 1.7 – Divisão técnica e profissional do trabalho
- 1.8 – Divisão social do trabalho
- 1.9 – Desemprego
- 2 – RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
 - 2.1 – Produção domiciliária
 - 2.2 – Produção em palácios e templos
 - 2.3 – Produção agrícola
 - 2.4 – Produção artesanal
 - 2.5 – Corporações artesanais
 - 2.6 – Manufatura
 - 2.7 – Produção industrial
 - 2.8 – Transportes
- 3 – RELAÇÕES COMERCIAIS
 - 3.1 – Comércio
 - 3.2 – Leis do mercado
 - 3.3 – Corporações comerciais
- 4 – RELAÇÕES DE REPARTIÇÃO
 - 4.1 – Excedente económico
 - 4.2 – Regime e remuneração do trabalho
 - 4.3 – Rendimentos da tributação
 - 4.4 – Rendas
 - 4.5 – Impostos
 - 4.6 – Juros
 - 4.7 – Dádivas e oferendas
 - 4.8 – Mais-valia
 - 4.9 – Lucros
 - 4-10 – Acumulação de riqueza
- 5 – RELAÇÕES FINANCEIRAS
 - 5.1 – Acumulação de capital
 - 5.2 – Centralização e concentração de capital
 - 5.3 – Investimento financeiro
- 6 – RELAÇÕES DE PROPRIEDADE
 - 6.1 – Formas de propriedade
 - 6.2 – Domínio comunal
 - 6.3 – Domínios senhoriais
 - 6.4 – Propriedade da terra
 - 6.5 – Propriedade dos meios de produção
- 7 – CLASSES E GRUPOS SOCIAIS
 - 7.1 – Características das classes sociais
 - 7.2 – Formação de classes sociais
 - 7.3 – Aristocracia
 - 7.4 – Burguesia rural
 - 7.5 – Burguesia urbana
 - 7.6 – Características dos grupos sociais
 - 7.7 – Relações entre classes e grupos sociais
 - 7.8 – Luta de classes
- 8 – RELAÇÕES ENTRE POPULAÇÕES

- 8.1 – Costumes, leis e legitimidade
- 8.2 – Mobilidade demográfica
- 8.3 – Populações rurais e urbanas
- 8.4 – Povos nômadas e sedentários
- 8.5 – Relações pacíficas entre povos
- 8.6 – Conflitos e guerras
- 8.7 – Corso e pirataria

IV PARTE – SISTEMAS E ESTRUTURAS ECONÓMICAS

1 – SISTEMAS ECONÓMICOS PRÉ-CAPITALISTAS

- 1.1 – Sistema comunitário
- 1.2 – Sistema tributário
- 1.3 – Sistema mercantil

2 – ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- 2.1 – Estrutura de subsistência
- 2.2 – Estrutura rural
- 2.3 – Estrutura tribal
- 2.4 – Estrutura nómada
- 2.5 – Estrutura escravista
- 2.6 – Estrutura senhorial
- 2.7 – Estrutura feudal
- 2.8 – Estrutura urbana

3 – ESTRUTURAS ESTATAIS

- 3.1 – Estado. O que é, onde e quando surge?
- 3.2 – Poder Estatal
- 3.3 – Política económica
- 3.4 – Formas organizacionais
- 3.5 – Estados e nações
- 3.6 – Imperialismo e expansionismo

4 – ESTRUTURAS PROTO-CAPITALISTAS

- 4.1 – Empresas e sociedades por acções
- 4.2 – Instituições financeiras
- 4.3 – Bolsas
- 4.4 – Monopólios
- 4.5 – Regimes coloniais
- 4.6 – Entrepósitos comerciais e feitorias
- 4.7 – Companhias

5 – SISTEMA CAPITALISTA

- 5.1 – Raízes do sistema capitalista
- 5.2 – Transição para o sistema capitalista
- 5.3 – Formação do sistema capitalistas
- 5.4 – Revolução industrial

ANTECEDENTES DO CAPITALISMO

PREFÁCIO

Excluindo os estudos técnicos especializados, é muito pobre a literatura portuguesa sobre a Economia Política, sendo muito limitada a contribuição dos economistas, naturalmente mais motivados para se pronunciarem acerca dos fenómenos actuais inerentes ao próprio sistema capitalista ou sobre temas de organização e gestão empresarial ou administrativa. É, aliás, compreensível esta atitude face às mais diversas mensagens que permanentemente fluem perante todos nós, provindo dos mais variados quadrantes do mundo. Equacionar e debater os fenómenos económicos e financeiros, tentar dar respostas acertadas para os complexos problemas ocorridos na actualidade, representa um intenso trabalho de investigação que, sem dúvida, urge realizar e divulgar.

Tem o autor assumido a opinião de que a investigação económica não tem envolvido os sistemas, estruturas e modos de produção que ainda permanecem, se interligam e sucedem uns aos outros e que essa investigação não tem abrangido todos os povos, limitando-se apenas a debruçar-se sobre aqueles que mais intensamente participam no desenvolvimento de uma determinada época histórica. O facto de não se analisar em pormenor os modos de produção surgidos em períodos anteriores ao sistema capitalista, e que ainda coexistem na actualidade, cria dificuldades extremamente sérias aos investigadores, limita e pode dar lugar à omissão ou extracção de conclusões erradas. O estudo da ciência económica não deve abranger apenas a actividade das sociedades modernas, mas também a de todas as sociedades, mesmo daquelas que se encontram em eventual via de extinção.

Numa Comunicação que apresentei ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Setembro de 2004, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, numa das suas sessões temáticas, expressei a seguinte questão:

“Desde quando e onde começam a surgir actividades produtivas do homem com reflexo nas relações sociais?”

Sobre este tema desenvolvi algumas considerações que me permito transcrever:

“O conhecimento destes fenómenos, a sua observação, análise e investigação, incluem-se entre os objectivos da Ciência Económica. Quando o homem exerce uma actividade consciente e intencional, aplicando as suas capacidades físicas e intelectuais na adaptação e transformação dos recursos naturais ou na criação e utilização de meios por si criados, materiais ou imateriais, com o fim de satisfazer as suas necessidades, interesses ou desejos colectivos, poderá concluir-se que deu início a uma actividade produtiva. O homem adquire assim a sua qualidade de produtor, cria instrumentos de trabalho, exerce a sua influência sobre a natureza no sentido de satisfazer os seus objectivos. Através do processo produtivo os homens estabelecem entre si determinadas relações de natureza social, no sentido em que têm de se associar e cooperar em quaisquer circunstâncias.”

E mais adiante concluí:

“Neste Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais parece fazer todo o sentido incluir este tema, na medida em que no conjunto dos países desta área ainda se

mantêm situações de modos de produção comunitários, tributários, feudais ou mercantis e subsistem economias mistas, assentes no trabalho de grupos familiares ou comunitários, a servir de fonte complementar de rendimentos e de satisfação de necessidades básicas, em paralelo com uma produção destinada aos mercados locais ou regionais onde estes produtores se apresentam a vender os seus excedentes de origem agrícola ou artesanal e a adquirir os seus instrumentos de trabalho e outras mercadorias. Parece estar fora de dúvida que esta situação, ainda actual, não pode ser ignorada pela Economia Política. As tendências liberal ou de globalização constituem no presente uma grande ameaça a estas formas de produção, pois é evidente o objectivo de as eliminar, por vezes, com o recurso a meios agressivos e violentos.”

“O surgimento de um novo sistema económico com posições dominantes em algumas regiões do globo e em momentos diferenciados no tempo, não significa que a investigação económica só tenha de existir após o seu aparecimento. À pergunta acima formulada: “ *Desde quando e onde começa a surgir uma actividade produtiva do homem com reflexo nas relações sociais?*”, poderemos pois responder com a premissa de que a economia deve incorporar a investigação a partir do momento em que o homem aplica as suas forças produtivas em conjunto e em constante mobilidade, daí resultando o estabelecimento de relações sociais específicas.”

Dentro deste critério escrevi um livro, a que dei o título “ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO – Enquanto a mercadoria e a moeda não existem”, editado em Novembro de 2002 por “Campo das Letras – Editores” e, mais tarde, em edição digital, pelo Grupo de Investigação “eumed.net”, da Universidade de Málaga, que o incluiu na sua Biblioteca de Economia, na Secção de “Libros de economia grátis”.

Impunha-se, porém, prosseguir!

Para estudar os sistemas económicos é indispensável conhecer os recursos, as actividades, as categorias económicas, as relações e as estruturas existentes em cada um deles. Foi o que procurei analisar, com algum pormenor, no decorrer do trabalho de pesquisa que deu lugar a este livro.

No sistema comunitário, no modo de produção recolector, o homem procura obter os bens necessários à sua subsistência apropriando-se dos produtos que a natureza lhe oferece através de contínuas deslocações e da criação dos primeiros artefactos e instrumentos de trabalho, ainda que rudimentares, que utiliza em proveito colectivo, recíproco e solidário.

Com o início da domesticação e criação de animais e plantas, novos instrumentos de trabalho são criados ou aperfeiçoados, o modo de obtenção de alimentos amplia-se e as populações tendem a fixar-se em espaços próprios. O homem consegue adaptar, em certas condições, o ambiente às suas necessidades e interesses e realizar uma produção consciente, já planeada embora de forma empírica.

A produção intensiva de alimentos por iniciativa do próprio homem acaba por conduzir à rotura da partilha comunal e à alteração profunda das relações sociais existentes entre as comunidades e mesmo no seu interior. A intensificação da produção agrícola e pecuária permitiu obter excedentes em géneros, não já partilhados por toda a comunidade, que se concentraram na mão dos chefes das comunidades criando as premissas para uma apropriação coerciva e o aparecimento de desigualdades sociais. As terras aráveis, os animais e os pastos, embora permanecendo como propriedade comunal, começam a ser atribuídas a famílias inseridas na comunidade agrícola, que tendem a explorar por sua própria conta. Esta apropriação torna-se incompatível com a

partilha igualitária. Nos últimos estádios do regime comunitário acentua-se a diferenciação entre as pessoas ou as famílias conforme a sua posição em relação à posse dos meios de produção e à distribuição igualitária dos bens produzidos, e assiste-se à formação duma estratificação social em fase nascente, embora ainda não institucionalizada.

Seguiu-se uma mudança, iniciada por volta do IV milénio a. C., que não foi geral e apenas ocorreu em algumas regiões onde as condições de vida eram mais propícias. Estas alterações foram tão complexas que justificam analisar e aprofundar o conjunto de factores económicos que conduziram à emergência de novos sistemas económicos e encontrar as características fundamentais das relações sociais decorrentes e das diferentes estruturas económicas da sociedade que se sucederam.

O território que alberga uma comunidade, declarado pertença dos deuses, torna-se na prática em domínio estatal, representado pelo soberano e a sua corte, chefe de tribo ou de comunidade, e partilhado pelas instituições religiosas e pela aristocracia. Estas classes dominantes apropriam-se dos excedentes produzidos por outras classes a elas subordinadas sob a forma dum tributo regular constituído por porções significativas de colheitas ou um certo número de cabeças de gado ou por prestação de trabalho obrigatório nos seus domínios. O rendimento da tributação permite às classes dominantes acumular riquezas, viver sem produzir, sustentar os seus escravos e servos, efectuar o pagamento em espécies a funcionários, guerreiros, artesãos e outros indivíduos a trabalharem directamente nos seus territórios e domínios.

A riqueza das classes dominantes não se baseava apenas na intensificação das diversas modalidades de exploração, mas também no alargamento da base territorial onde se apoderavam de novos tributos e capturavam escravos, o que originava sucessivos conflitos e guerras de conquista.

A divisão social do trabalho acentuou a necessidade da troca, primeiro directa, entre os diferentes produtores. A par duma produção destinada ao consumo e à entrega do tributo, os camponeses, os artesãos, os caçadores ou os pescadores, começam a consagrar uma parte dos bens recolhidos ou produzidos à troca, estabelecendo relações de carácter mercantil. Também a acumulação de bens na posse das classes dominantes estimulou o desenvolvimento da troca interna e externa, como forma destas classes adquirirem bens de prestígio, de luxo ou outros, fora das suas esferas de influência. Com a produção intencional de excedentes destinados à troca, nasce a mercadoria e a figura do mercador como intermediário nas trocas entre as diferentes comunidades. Os mercadores passaram a desempenhar importantes funções ligadas ao exercício do poder, ao serviço das classes dominantes.

O sistema económico pré-capitalista começa a ser caracterizado e dominado pela existência duma produção destinada especificamente à troca. Os camponeses e artesãos caem sob a dependência duma nova classe social, a dos comerciantes que figuram como intermediários na troca das mercadorias, como fornecedores de matérias-primas ou como emprestadores financeiros. O móbil dominante desta nova classe, a burguesia, é a procura dum lucro monetário tão elevado quanto possível, a acumulação de capital indispensável à obtenção de rendimentos e à formação de empresas nos diversos sectores de actividade.

Os camponeses e os artífices mais pobres são empregues como trabalhadores assalariados, o mesmo acontecendo à classe servil e, mais tarde, aos próprios escravos. A força de trabalho aparece como mercadoria, sujeita às condições do mercado, apresentando uma forma específica de excedente, a mais-valia.

A expansão da grande produção deixa de estar limitada pelo comércio e passa a ser influenciada pela quantidade do capital investido e pelo nível de desenvolvimento da

produtividade. No sector agrícola surgem grandes propriedades fundiárias que permitem uma produção extensiva agrícola e pecuária. A indústria alcança uma posição dominante com a transformação gradual da actividade artesanal e a desintegração do sistema das corporações. A concentração da riqueza monetária contribui para a expansão da produção destinada à venda em grande escala nas mais diversas regiões, facilitada pelo desenvolvimento das comunicações terrestres e marítimas.

Em certas regiões do globo começam a viver comunidades mais amplas e organizadas, submetendo-se a certas disciplinas, gozando das vantagens das cidades e não limitando o seu modo de existência a uma simples sobrevivência. Aparecem os Estados centralizados, representando unidades políticas nacionais, desejosos de alargarem mercados externos através da aquisição de colónias e da supremacia terrestre e marítima. Estes fenómenos económicos, com a produção como ponto de partida, não se desenrolam de igual modo em todos os espaços territoriais ou nas mesmas épocas históricas, embora na sua evolução ocorram formas semelhantes que conduzem à definição de leis económicas.

Estes temas, sinteticamente referidos neste “Prefácio”, serão objecto duma interpretação económica, tão aprofundada quanto possível, de acordo com as descrições históricas, que nos fornecem e descrevem os factos. É uma tarefa complexa, esperando o autor que este livro possa, pelo menos, constituir um meio útil de investigação e de divulgação de conhecimento deste tema.

A existência de novos conceitos, de categorias e duma terminologia técnica que nem sempre os especialistas conseguem ultrapassar nos contactos de divulgação, cria uma impressão de esoterismo inconveniente que exige uma disposição e um esforço capaz de facilitar a sua interpretação e compreensão, sem o que fica reduzida a capacidade de os levar ao conhecimento público com a necessária clareza e rigor. Procurou-se redigir o texto de forma a atingir tal objectivo.

I PARTE – FACTORES DO PROCESSO ECONÓMICO

O processo económico abarca o conjunto das fases da actividade económica que formam um movimento contínuo e repetido, ou sejam: a produção, a circulação e o consumo. A produção desempenha o papel principal pois determina a criação e características dos artigos de consumo, a sua distribuição e troca, factores que exercem uma importante influência sobre a produção. Estas fases não constituem processos paralelos, pois resultam de operações interdependentes umas das outras que estão, por sua vez, dependentes dos modos de produção existentes em determinadas épocas e regiões.

1 – PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1.1 – PROCESSO PRODUTIVO

O conceito de produção é inerente à actividade humana que, consciente e intencionalmente, aplicando a sua capacidade física e intelectual, visa adaptar e transformar os recursos naturais ou os criados pelo próprio homem com o fim de satisfazer as suas necessidades, interesses ou desejos sociais. A sociedade não poderia existir nem progredir sem a produção. É inimaginável que pudesse cessar a produção, mesmo por um breve prazo. A produção é uma condição permanente da vida da sociedade. Uma particularidade importante consiste no facto da satisfação das necessidades humanas suscitar, por sua vez, a aparição de novas necessidades, interesses sociais ou estímulos, que influem na produção. Na sociedade estabelece-se assim uma correlação entre as necessidades e a produção.

Produzir é em primeiro lugar trabalhar. A força de trabalho em acção, com o seu dispêndio de energia física e mental, constitui uma condição indispensável ao processo produtivo. Porém, a produção não se circunscreve unicamente ao trabalho.

O processo produtivo determina a forma como se podem obter os bens e os serviços, sejam eles corpóreos ou incorpóreos, desejados pelas populações para seu interesse e benefício próprios. Para atingir tal objectivo são indispensáveis três elementos:

- a actividade do indivíduo com os seus conhecimentos e hábitos, ou seja, o trabalho propriamente dito;
- a existência de objectos sobre os quais exerce a sua actividade, que o homem encontra na natureza, modifica ou cria com o seu trabalho;
- a existência dos meios necessários para actuar sobre os objectos de trabalho, tais como instrumentos de trabalho, mecanismos, energia, dispositivos técnicos, conhecimentos científicos, organização e outros.

Na execução do processo produtivo os homens aproveitam os recursos naturais que estão ao seu alcance, criam e adaptam instrumentos apropriados para transformar em seu benefício esses mesmos recursos, concebem meios artificiais através dos conhecimentos e experiências herdados de períodos anteriores e vão-se, entretanto, apercebendo de leis que regem o desenvolvimento da natureza e da sociedade. Como adverte Armando de Castro “...os objectos materiais são por si mesmo inertes, sendo preciso fecundá-los pelo trabalho para passarem a ser meios de produção.” (A Evolução Económica de Portugal, vol. IV, pág. 294, Portugália Editora)

Ao transformar a natureza e ao criar novos bens e serviços o homem desenvolve as suas próprias faculdades, eleva o seu nível cultural e conhecimentos. Estes por sua vez permitem introduzir mudanças e inovações, que engendram o desenvolvimento da produção. Estabelece-se assim uma interacção recíproca entre os elementos material e pessoal.

O movimento e a renovação incessante do processo produtivo é essencial para assegurar a própria existência dos aglomerados populacionais, ao lançar os bens na circulação e no consumo. Para consumir é indispensável continuar a produzir. Este fenómeno económico, de repetição constante da produção, origina todo um processo de reprodução simples que tem de manter o arsenal produtivo, conservar ou substituir os meios de produção existentes, aumentar ou alargar o conjunto dos instrumentos produtivos indispensáveis à renovação dum novo ciclo. As fases sucessivas do processo de reprodução estão estreitamente ligadas, influenciam-se reciprocamente e exercem, por sua vez, uma determinada influência sobre a produção, pois só é possível distribuir, trocar e consumir aquilo que é produzido num determinado período de tempo. Parte dos bens produzidos podem destinar-se à produção de outros bens. Quando os factores de produção são regularmente substituídos e a sua quantidade aumenta periodicamente, estamos perante um processo de reprodução alargada, traço característico do sistema capitalista.

Em toda a produção relativamente desenvolvida, qualquer mudança substancial num ramo de actividade repercute-se inevitavelmente nos restantes. Por exemplo, o progresso da produção industrial conduz ao reequipamento técnico da agricultura ou à mecanização dos trabalhos de construção; por sua vez, a intensificação do uso de adubos artificiais na agricultura impulsiona a indústria química. A sociedade tem de ter em conta esta lógica do desenvolvimento da produção.

O processo produtivo é, por definição, um processo social. Nele destacam-se dois elementos básicos e fundamentais: um, é o das forças produtivas que incluem os elementos indispensáveis ao desenrolar do processo produtivo, criado pela sociedade; outro, é o das relações de produção caracterizadas pelo modo de interacção entre as pessoas determinado pela sua ligação com os meios de produção no seio da divisão social do trabalho. Com o crescimento das forças produtivas alteram-se as relações sociais de produção. Estas actuam, por sua vez, sobre o desenvolvimento das forças produtivas, como se concluirá ao longo deste estudo.

1.2 – FORÇAS PRODUTIVAS

As forças produtivas incluem o próprio homem, na qualidade de produtor, e os meios materiais e intelectuais de que necessita para produzir. Integram o resultado duma actividade prática anterior de que se vale a sociedade para exercer a sua influência sobre a natureza e a transformar. Os conhecimentos adquiridos, a experiência e os hábitos de trabalho, permitem aos homens movimentar os instrumentos de produção e aperfeiçoá-los, inventar máquinas, dominar a energia e, simultaneamente, aperfeiçoar o seu saber. As forças produtivas são o resultado da actividade prática dos seres humanos, embora limitada pelas condições, espaciais e temporais, em que se encontram situados.

Ao aplicar as suas capacidades físicas e mentais, os conhecimentos, experiência e hábitos adquiridos ao longo dos tempos, o homem desenvolve o seu nível cultural e técnico. Estas características humanas materializam-se na criação ou aperfeiçoamento de novos meios de produção. Estes, por sua vez, forçam os homens a adaptarem-se a eles e a usá-los, a moldarem-se aos novos instrumentos e técnicas. O pensamento é um

dos elementos activos das forças produtivas ao assumir as funções de conhecimento, de memorização de conduta e controlo do processo de produção. Considerar que o homem é uma força produtiva não significa rebaixá-lo ao nível duma coisa. Pelo contrário, significa reconhecer a sua capacidade de desenvolver uma actividade que o elevou a uma posição superior em relação ao reino animal e assegurou o domínio sobre a natureza.

O expoente do progresso das forças produtivas é a produtividade do trabalho social. O progresso técnico, com a criação e aperfeiçoamento de instrumentos e meios de trabalho de maior rendimento, é um factor essencial do aumento da produtividade. Os meios de produção incluem as riquezas naturais, as matérias já antes submetidas a algum trabalho, a energia, os instrumentos de trabalho, os conhecimentos científicos e as técnicas utilizadas na produção, o modo como a produção está organizada e toda a variedade de elementos necessários para produzir os bens materiais e os serviços. O pensamento e a linguagem, enquanto forma pela qual o pensamento se exprime socialmente, são elementos activos das forças produtivas. Estes meios podem distinguir-se como tangíveis ou intangíveis.

A mobilidade das forças produtivas reflecte-se intensamente nas relações económicas e sociais que se estabelecem nas diferentes épocas e nas regiões onde ocorrem. Por outro lado, as alterações nas relações de produção desencadeiam uma incessante transformação das forças produtivas, em particular dos meios de produção, que se reflecte nos diferentes ramos de actividade económica. É impossível analisar as causas do desenvolvimento das forças produtivas à margem das condições sociais em que se opera esse desenvolvimento, isto é, separadamente do sistema concreto de relações de produção. Este fenómeno é particularmente relevante nos modos de produção que se seguem ao sistema comunitário.

1.3 – RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Com a produção de bens o homem passa duma existência meramente biológica a uma existência social. Para produzir os homens não podem permanecer isolados; agem em comum nos campos, nas oficinas, nas comunidades, nas instituições, em grupos ou em associações. Surgem leis de comportamento social que presidem à actividade e ao desenvolvimento da vida humana. Essa vida social não é apenas existência em conjunto, comporta também relações necessárias, definidas pelos homens pela posição que ocupam na produção e nos demais tipos de actividade. Estas relações vão-se multiplicando quantitativa e qualitativamente. Todas têm de comum derivarem directamente da actividade produtiva e de se desenvolverem de forma irreversível em consequência da crescente capacidade produtiva e dos aperfeiçoamentos que vão surgindo nos instrumentos e nas técnicas, com um paralelo aumento do número de profissões e com uma certa especialização dentro de cada ramo.

Segundo Karl Marx, “...na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (Marx, Engels, Obras Escolhidas, tomo I, pg. 530, Edições “Avante”, 1982)

Quaisquer que elas sejam, as relações de produção assumem as três funções seguintes:

- determinar a forma social do acesso às fontes e ao controlo dos meios de produção;

- redistribuir a força de trabalho social entre os diversos processos de trabalho que produzem a vida material, organizam e descrevem esse processo;
- determinar a forma social de divisão, redistribuição dos produtos do trabalho individual e colectivo e, por essa via, as formas de circulação ou não circulação desses produtos.

Com o desenvolvimento das forças produtivas as relações de produção modificam-se adquirindo novas formas. Em função dos grandes tipos de relações de produção assumem formas peculiares as relações de dependência que separam aquelas que se desenvolvem na agricultura das que se desenvolvem no artesanato, no transporte ou no comércio. A utilização dos meios de produção na exploração do trabalho alheio traduz-se no aparecimento de novas relações sociais de produção.

No decorrer destas relações, que se estabelecem durante o processo de produção e determinam o papel de cada ser humano nesse processo, destacam-se de forma relevante as relações de propriedade dos meios de produção que dão origem a uma definição das classes sociais de acordo com o lugar que ocupam em relação à propriedade destes meios.

A introdução efectiva de progressos tecnológicos origina o estabelecimento de novas relações entre os elementos produtivos que se evidenciam pela divisão do trabalho, pelo aparecimento de novas profissões e alargamento das actividades distributivas e mercantis.

Quando os meios de produção se alteram e, conseqüentemente os processos de trabalho, modificam-se as forças produtivas. Esta mudança não tem reflexos imediatos nas relações de produção. As primeiras evoluem com maior rapidez que as segundas. As forças produtivas em crescimento reclamam a supressão das relações de produção caducas e o estabelecimento de novas relações capazes de contribuir para a continuidade do incremento das primeiras. Por sua vez, as relações de produção agem sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Há pois um vínculo mútuo entre estas duas categorias. A actividade das relações de produção é positiva quando, correspondendo às forças produtivas em constante movimento, contribui para o seu desenvolvimento e é negativa quando se altera este estado de coisas e as relações de produção travam o desenvolvimento das forças produtivas. A produção desenvolve-se então duma maneira desigual, com altos e baixos, com períodos de prosperidade e de crises.

1.4 – MODOS DE PRODUÇÃO

Os modos de produção são formados pelo conjunto das forças produtivas e pelo conjunto das relações de produção, na sua interacção, num certo estágio de desenvolvimento. Simultaneamente designam as condições técnicas e sociais que constituem a estrutura dum processo historicamente determinado. Os homens ao produzirem bens materiais criam, com isso mesmo, um regime para a sua vida. O modo de produção é uma forma determinada da actividade vital dos indivíduos, um determinado modo de vida.

Podem-se distinguir alguns tipos historicamente mais significativos de modos de produção: um, destinado à satisfação directa das necessidades dos produtores; um segundo, destinado a manter uma classe dominante através da entrega regular de tributos e de trabalho compulsivo; outro, baseado na produção de mercadorias; e, finalmente, um outro assente na lógica da obtenção do máximo lucro. Uma das particularidades dos modos de produção consiste na sua transformação permanente,

sendo de salientar que o seu desenvolvimento e alteração determinam a modificação do regime social no seu conjunto.

A evolução dos modos de produção explica-se pelo facto do desenvolvimento das forças produtivas levar, a certa altura, a uma contradição com as relações sociais de produção, de tal forma que estas se revelam como um obstáculo ao pleno desenvolvimento daquelas. Estes fenómenos não existem desunidos, são partes integrantes do processo produtivo e podem ser considerados como uma mudança estrutural da economia.

A fase de formação dum novo modo de produção constitui um período muito agitado e de excepional importância na vida concreta das sociedades. Os modos de produção existentes enfrentam cada vez maiores dificuldades em manter a estrutura económica em que se baseiam, tentam reorganizar-se e resistir à influência dos novos modos de produção, por vezes através de formas perturbadoras ou até violentas. Surgem realidades diferentes com novas formas de apropriação dos meios de produção, alteração dos modelos redistributivos ou de relações de trabalho, mudanças na composição das classes ou grupos sociais.

Quando o novo modo de produção assume um papel preponderante numa determinada sociedade, é acompanhado pelo declínio dos existentes, embora estes continuem a subsistir em espaços económicos onde ainda não surgiram as condições económicas e sociais que originaram a mudança. Os traços e as propriedades dos modos de produção manifestam-se de maneira diferente nas várias regiões. O modo de produção dominante assume a determinação dos processos, das relações e das instituições fundamentais.

O reconhecimento da forma específica de cada modo de produção implica a recolha e análise dos dados que os distinguem. Entre outros factores, é indispensável observar: o nível de desenvolvimento das forças produtivas, com relevância para a formação dos trabalhadores, os instrumentos e as técnicas adoptadas; o tipo de relações existentes entre os membros da sociedade e o papel de cada classe social no processo produtivo; a propriedade dos meios de produção e os direitos de cada grupo social ou classe sobre esses meios; o objectivo da actividade económica, conforme se destina a satisfazer as necessidades e interesses dos produtores, dos mercadores ou dos não produtores, mas que se apropriam dos excedentes; a ordem de grandeza, a forma, a utilização e a apropriação do produto do processo de trabalho entre os membros da sociedade; a forma como está assegurada a reprodução social.

2 – TRABALHO

2.1 – PROCESSO DE TRABALHO

O trabalho é um processo entre a natureza e o homem, realizado em condições históricas que se modificam, inclusive dentro do mesmo sistema económico, pois o imobilismo não existe na actividade social. Ao trabalhar o homem põe em movimento uma série organizada de acções directas ou indirectas sobre a natureza de modo a separar alguns dos seus elementos das suas conexões com as condições naturais de existência. Os elementos separados tornam-se úteis quer na sua forma natural quer após as várias mudanças de configuração e de estado que os conduzem à forma final sob a qual são utilizáveis, ou seja, consumíveis.

Com o desenvolvimento do processo económico, o homem adquiriu a capacidade não só de transformar a natureza, mas também a de criar novas formas de sociedade. Esta influência sobre a natureza manifesta-se igualmente por uma intervenção activa concreta ou por uma intervenção através do pensamento e da capacidade de concepção. O próprio homem altera também as suas características, tanto físicas como intelectuais; modificam-se alguns órgãos, principalmente as mãos, e desenvolve-se o cérebro, o que lhe permite acumular os conhecimentos adquiridos, transmitir informações através da linguagem e da escrita.

No processo de trabalho o homem aplica o seu esforço numa forma consciente e intencional, ao utilizar as suas forças físicas, conhecimentos e faculdades manuais e intelectuais. Este esforço não significa uma forma instintiva de actividade, mas antes uma capacidade de agir racional e orientada para um objectivo concreto, que tem por alvo a apropriação de bens naturais e, com eles, a criação dos produtos necessários à sua existência e a criação de objectos úteis à sua vida social, ou seja, produzir bens e serviços económicos. Valendo-se dos instrumentos de trabalho, que entretanto vai criando, o homem procura adaptar ou transformar os produtos socialmente úteis com um dispêndio efectivo dos seus músculos, nervos, cérebro.

Aquilo que o homem, como produtor, tira de benefício é representado pelo valor do seu trabalho. O seu ganho corresponde à incorporação, no produto, do trabalho que foi necessário para o obter. O trabalho pode resultar estéril ou improdutivo quando não se maneja correctamente os meios utilizados, não se conhece o fim da sua aplicação ou os produtos obtidos são prejudiciais ou sem qualquer utilidade.

A valorização do trabalho reflecte a estrutura social de cada época, o grau de civilização de cada região ou a posição assumida pelas classes sociais, produtivas ou não produtivas. Para alguns povos, e em algumas épocas, o trabalho tem sido considerado como uma maldição que pesa sobre o género humano, como meio de ganhar o sustento, mas sem lhe ser atribuída qualquer dignidade, ou então como um fenómeno precioso que permite separar o homem do resto do mundo e torná-lo dono da natureza. Para a aristocracia grega, o trabalho físico significava: castigo, fadiga, sofrimento, infelicidade, suplício doloroso; era incumbência dos miseráveis e dos escravos, ocupação esgotante e degradante, que reduzia o homem à posição de gado. Sob o Império Romano, a classe dirigente adoptou uma atitude de desprezo por aqueles que desenvolviam um trabalho físico. O trabalho tribal é considerado intermitente, descontínuo, suspenso desde que já não é necessário. O homem trabalha e produz na sua qualidade de pessoa social, integrada numa família, numa mesma linhagem, ou como membro dum clã ou duma aldeia. Ser trabalhador não é um estatuto em si próprio. O trabalho resulta dos laços comunitários e do exercício das relações preexistentes.

2.2 – CARÁCTER SOCIAL DO TRABALHO

O homem adquire a qualidade de produtor quando começa a colocar, em conjunto com outros seres humanos, a natureza ao serviço das suas necessidades e objectivos, cria instrumentos de trabalho e revela-se capaz de obter os meios necessários à sua subsistência. O seu propósito pode ser a criação de produtos para consumo directo ou a criação de materiais de trabalho, de energia, de meios de informação, de realização de serviços ou de acções organizáveis da conduta no trabalho.

O trabalho pressupõe uma determinada forma de sociedade e de relações sociais entre os homens. Na sua actividade laboral os homens colaboram e ligam-se entre si num esforço colectivo e estabelecem relações no interior de grupos sociais a que

pertencem e entre as diversas comunidades. O desenvolvimento das relações laborais contribui para o seu aperfeiçoamento. A actividade conjunta é inconcebível sem o estabelecimento e manutenção duma certa ordem e organização, aceite por todos.

O carácter social do trabalho manifesta-se de forma diferente conforme o modo de produção. No regime de comunidade primitiva, o trabalho é realizado em comum. Na produção familiar e até em algumas tribos, aldeias ou outras comunidades, predomina ou permanece um trabalho solidário e colectivo. Entre os membros do agregado estabelece-se uma distribuição de tarefas que se evidencia à medida que se acentua a divisão social do trabalho.

Com a formação de classes dominantes, constituíram-se grupos de indivíduos que deixaram de participar na actividade produtiva e passaram a viver à custa dos produtores obrigados a entregar uma parte dos bens por eles produzidos.

Na economia mercantil, com a existência da propriedade privada sobre os meios de produção, factor que causa a desunião dos produtores, o trabalho aparece individualizado. O carácter social do trabalho revela-se no processo de troca. Através da compra e venda, as mercadorias são equiparadas e só então se reconhece como socialmente necessário o trabalho específico do produtor.

Na economia capitalista, o emprego simultâneo de numerosos trabalhadores opera uma revolução nas condições objectivas do processo de trabalho. Uma parte dos meios de produção é concentrada e consumida em comum no executar do processo de trabalho. A uma só unidade de produção correspondem os edifícios em que muitos trabalham, os armazéns, os recipientes, as ferramentas, as máquinas, etc.

2.3 – FORÇA DE TRABALHO

Por força de trabalho entende-se a capacidade possuída pelo conjunto de indivíduos que participam no decurso do processo económico, detentores das capacidades físicas e mentais já existentes no corpo humano ou adquiridas através da experiência e da formação de base acumulada de geração em geração, e que o homem põe em movimento ao produzir valores de uso.

O uso da força de trabalho é a condição fundamental do processo produtivo em qualquer sociedade. O dispêndio de força de trabalho tem como objectivo o trabalho concreto, ou seja, a produção de valores de uso previamente definidos. No processo de produção, o homem não só actua sobre a natureza que o rodeia, como actua no sentido de desenvolver os seus hábitos e experiência de trabalho.

A capacidade produtiva do trabalho depende duma série de factores, entre os quais se encontram o grau médio de agilidade do trabalhador, o nível das aplicações práticas do progresso da ciência e da tecnologia, a organização social do processo de produção, a divisão técnica do trabalho, o volume e a eficácia dos meios de produção, a formação profissional, as condições naturais e muitos outros factores. Estes factores não actuam de igual modo nas distintas estruturas económico-sociais e a sua acção é determinada pelas relações sociais existentes.

A produção de força de trabalho consiste na sua própria reprodução ou conservação. Historicamente, o homem enriquece a sua experiência graças ao conhecimento que vai absorvendo, mesmo que seja empírico. Aprende a compreender determinados comportamentos das forças naturais e vai aperfeiçoando a técnica produtiva. Os hábitos adquiridos no trabalho são também factores que melhoram o nível dos seus conhecimentos e afectam a produtividade. Os indivíduos empregam a

experiência acumulada pelos seus antepassados e são influenciados pelas condições do ambiente social da sua época.

O carácter do trabalho e a forma como o trabalho se vincula com os meios de produção dependem do modo de produção dominante. No modo de produção próprio ou autónomo, o pequeno agricultor, pastor ou artesão utiliza a sua força de trabalho na produção destinada ao seu consumo, ao pagamento de tributos ou à incorporação nos produtos que pretende trocar. No modo de produção capitalista, a necessidade mais imediata do “trabalhador livre”, indispensável à sua sobrevivência, é a venda da sua força de trabalho, procurando valorizá-la e reproduzi-la.

A força de trabalho só se pode considerar mercadoria quando é negociável. Neste caso, as capacidades de trabalho são adquiridas e vendidas tal como as mercadorias que possuem um valor de uso ou um valor, ficando o homem reduzido a uma coisa. As condições necessárias para que a força de trabalho se converta em mercadoria são:

1. A possibilidade do indivíduo dispor livremente da sua força de trabalho;
2. A carência de meios de produção no que respeita ao trabalhador;
3. A necessidade do trabalhador vender a suas capacidade de trabalho para obter os meios de subsistência.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida indispensáveis para manter a normal capacidade de trabalho do seu possuidor, o sustento da sua família e os gastos da sua aprendizagem. Tal como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção ou reprodução, ou seja, para a conservação dos seus detentores. Quando estes valores se alteram com o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento da sociedade, o valor da força de trabalho muda também de magnitude. À medida que a produção progride regista-se uma tendência geral para que se eleve o nível das necessidades do trabalhador e aumento do valor da força de trabalho. As diferenças no desenvolvimento económico dos países, originadas pelas suas particularidades nacionais e históricas, assim como pelas condições ambientais, dão origem a que o valor da força de trabalho apresente diferenças substanciais entre eles.

Quando a força de trabalho se assume como mercadoria, o aparecimento do dinheiro facilita e desenvolve o sistema de trabalho assalariado. No acto de compra e venda da força de trabalho, esta está sujeita como qualquer outra mercadoria a um valor de troca e, portanto, à lei da oferta e da procura. O comprador tem assim interesse em que exista uma ampla oferta para situar o respectivo preço abaixo do seu valor real. A redução do preço dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho traduz-se numa redução do seu valor.

A mercadoria “força de trabalho” precisa de se mostrar disponível em quantidades adequadas nos lugares onde for necessária e, para isso, a mobilidade da população trabalhadora surge como condição essencial. É com o aparecimento no mercado da força de trabalho que se instaura verdadeiramente a produção capitalista e a sua forma específica de excedente, a mais-valia. A possibilidade da sua acumulação e a necessidade do seu investimento produtivo inscrevem-se na própria lógica do sistema capitalista.

2.4 – OBJECTOS DE TRABALHO

É objecto de trabalho tudo que se destina a ser adaptado, transformado ou criado pelo trabalho humano, tudo aquilo que é objecto de laboração com o fim de corresponder às necessidades do consumo pessoal ou produtivo. Alguns objectos de

trabalho são proporcionados directamente pela natureza, outros são produtos do trabalho anterior.

Em síntese, os objectos de trabalho integram:

1. Os recursos proporcionados pela Natureza, ou seja, todas as coisas que o trabalho destaca da sua conexão imediata com o todo terrestre;
2. As matérias sobre as quais o homem ainda tem de actuar para realizar a produção;
3. A criação ou aperfeiçoamento dos meios de trabalho;
4. O aproveitamento e desenvolvimento dos recursos provenientes da capacidade física e intelectual do próprio homem;
5. Os serviços a prestar, sejam de natureza económica, social ou cultural, aos indivíduos ou à comunidade.

Os recursos provenientes da Natureza integram: a terra, solo e subsolo, incluindo a água, como objecto universal do trabalho humano; o peixe, que é separado do seu elemento de vida; os animais e as plantas que o homem consegue domesticar ou criar; a madeira cortada na floresta virgem; o minério extraído do seu filão; a energia proporcionada pelos ventos, a água ou o fogo; etc. Os recursos vegetais, animais e alguns recursos minerais, como a argila, desempenham uma função essencial nas sociedades comunitárias. A extracção de minérios assume uma grande importância quando se inicia a actividade metalúrgica.

Entre os materiais já submetidos ou a submeter a algum trabalho humano destacam-se as matérias-primas ou subsidiárias, os produtos semi-acabados. Conforme o objectivo que pretende atingir, o homem utiliza as propriedades físicas, químicas, biológicas ou energéticas das coisas que pretende transformar. O seu conhecimento é inicialmente empírico mas, a pouco e pouco, começa a descobrir essas propriedades e a usá-las em seu benefício. Os materiais podem ser extraídos directamente da natureza circundante e convertidos em produtos ou submetidos a uma elaboração prévia

O trabalho do homem no processo de produção, que incide sobre as coisas ou conjunto de coisas, materiais ou imateriais, que se destinam a ser adaptadas, transformadas ou criadas, é auxiliado por instrumentos de trabalho já criados, a conceber ou aperfeiçoar, tais como recipientes, utensílios, ferramentas ou máquinas, e ainda pelos meios usados para aproveitar os factores energéticos que consiga dominar e utilizar em seu benefício.

Os meios de que o homem se serve para agir sobre os objectos de trabalho são, antes de mais, ele próprio com as suas capacidades físicas e intelectuais, ou seja, a sua força de trabalho. Os objectos de trabalho que formam a base material do produto denominam-se materiais fundamentais e os que apenas facilitam o processo de trabalho ou se incorporam aos materiais fundamentais constituem os materiais auxiliares.

2.5 – MEIOS DE TRABALHO

Os meios de trabalho são as coisas ou o complexo de coisas com o auxílio das quais os produtores agem sobre os objectos de trabalho, os modificam e adaptam às suas necessidades. Para isso, e conforme o seu objectivo, o homem utiliza as propriedades físicas ou químicas das coisas e a energia. São porém os factores económicos e as relações de produção que comandam em grande medida a sua aplicação concreta.

Além da terra, que serve como meio universal de trabalho, fazem parte dos meios de trabalho, entre outros:

1. Os instrumentos utilizados na produção, desde os mais primitivos até às ferramentas, máquinas e equipamentos usados em épocas anteriores;
2. As construções destinadas a actividades económicas como abrigos, edifícios, construções destinadas à produção, armazéns, recipientes, estábulos, portos;
3. Os caminhos, estradas, animais de carga, gado de lavoura, barcos e outros meios de deslocação e transporte;
4. Os equipamentos destinados à captação, conservação, utilização e condução da água e da energia;
5. As vias de transmissão e acumulação da comunicação e da informação;
6. A aplicação prática dos conhecimentos técnicos e científicos acumulados ao longo da vida do homem;
7. Em geral, todas as condições materiais ou imateriais sem as quais a produção não pode ter lugar.

Continuamente os homens criam e aperfeiçoam os seus meios de trabalho e põem-nos em movimento. Eles próprios criam os seus hábitos, experiências e conhecimentos; aproveitam os conhecimentos das gerações anteriores e transmitem-nos às gerações seguintes, acompanhando sempre as mudanças entretanto ocorridas, embora sujeitos aos meios de trabalho já existentes.

A composição dos meios de trabalho é muito diversa e muda dum espaço ou duma época económica para outra. No processo de produção têm-se utilizado desde os simples artefactos, ferramentas e outros instrumentos simples até os mais complexos, como é o caso das máquinas ou os meios auxiliares necessários para variados fins como: transporte de produtos, captação de energia, conservação e armazenamento de produtos.

Os meios de trabalho estão sujeitos a uma perda de valor devido a um desgaste físico, ao crescimento da produtividade do trabalho e ao progresso técnico. As máquinas, embora desgastadas, mas em condições de exploração começam a refrear a produtividade. Decorrido algum tempo, as mesmas máquinas vêm a ser produzidas mais baratas ou surge nova maquinaria de maior rendimento e mais económica. O período de vida dos meios de trabalho depende do número maior ou menor de processos de trabalho repetidos.

As mudanças contínuas ou periódicas nos meios de trabalho originam posteriores e profundas modificações na estrutura económica da sociedade e nas relações sociais consequentes.

2.6 – PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

A produtividade é a relação entre o resultado útil dum processo produtivo e a utilização dos factores de produção, ou seja, a quantidade de produto por unidade de factor produtivo, geralmente o factor trabalho. Pode-se determinar a produtividade à escala dum espaço determinado, dum ramo de actividade, duma unidade de produção, produtor directo, oficina ou empresa, dum só trabalhador ou dum conjunto de trabalhadores.

Com a mudança das forças produtivas, modifica-se a produtividade. Os níveis de crescimento da produtividade dependem de muitos factores: umas terras são naturalmente mais férteis que outras; alguns trabalhadores são mais fortes, mais habilidosos ou possuem mais conhecimentos que outros; a tecnologia pode ter uma aplicação prática mais ou menos eficiente; o uso de inovações pode constituir uma boa contribuição; a organização das unidades de produção; o aumento da fertilidade do solo

com uma preparação adequada, etc. A criação de novos utensílios e outros meios de maior rendimento, ou seja o progresso técnico, aumenta a produtividade. Por exemplo, a produtividade aumentou com o começo da produção de instrumentos de trabalho em ferro, quando o homem conseguiu aproveitar a energia hidráulica ou adquiriu a aptidão necessária para usar a máquina.

O homem colocado face ao esforço físico e mental que lhe é exigido pela actividade laboral, procura minorar o seu esforço para obter um dado resultado, isto é, procura elevar a produtividade dentro dos limites que lhe são impostos pelas condições sociais em que labora. A eficácia do trabalho constituiu uma necessidade objectiva do desenvolvimento económico da sociedade. O nível da produtividade do trabalho é um índice importantíssimo do carácter progressivo do modo de produção dum dado regime social. O acréscimo da produtividade permite obter uma fracção crescente de bens que se exprime não apenas num sentido absoluto, mas também em relação ao número de indivíduos empenhados na produção.

O tempo, ao tornar-se unidade de medida do trabalho, adquiriu uma grande relevância, transformando-se num factor essencial da produção: para o camponês o tempo, embora ligado ao círculo da natureza, dependia também dos métodos de cultivo e de colheita; para o artesão a determinação do tempo era necessária ao bom funcionamento da sua oficina; para o mercador, o tempo representava a capacidade de acelerar a movimentação do dinheiro. O aparecimento dos relógios mecânicos foi o resultado normal e fonte de progresso no domínio da determinação do tempo. Em períodos longos é visível a elevação geral da produtividade do trabalho, isto é a diminuição do tempo absorvido na produção da maior parte dos bens e serviços, o que traduz a tendência para uma redução do valor das mercadorias. O aumento da produtividade do trabalho na agricultura e no artesanato teve como consequência o crescimento do sobreproduto.

A produtividade do trabalho depende também do aperfeiçoamento e ajustamento das ferramentas. Quando as diversas operações dum processo de trabalho estão desligadas umas das outras torna-se necessária a transformação das ferramentas para adquirem formas fixas particulares para cada aplicação. São criadas as condições materiais para o aparecimento das primeiras máquinas, que representam a junção de ferramentas.

O grau de produtividade da máquina não depende da diferença entre o seu valor próprio e o valor da ferramenta por ela substituída, mas sim pela diferença entre o valor que ela acrescenta ao produto e o valor que o trabalhador acrescentaria ao objecto de trabalho com a sua ferramenta. A produtividade da máquina mede-se, portanto, pelo grau em que ela substitui força de trabalho humana.

O progresso da tecnologia e, ao mesmo tempo, o avanço da produtividade tornou o trabalho servil e o trabalho escravo cada vez menos rendível e portanto antieconómico para as classes dominantes. O acréscimo da produtividade conduziu a um processo tendencial de adaptação dos laços de dependência no domínio da actividade produtiva. Verificou-se um movimento que conduziria ao aligeirar das relações de subordinação da servidão e da escravidão e à sua passagem a uma situação mais atenuada e, posteriormente, a uma situação de aparente liberdade individual.

Com a produtividade o custo social da produção diminui. Há portanto um ganho para a sociedade no seu conjunto. A repartição destes ganhos beneficia essencialmente as classes exploradoras. Pode, porém, trazer algum benefício aos consumidores através duma redução de preços ou, indirectamente, aos próprios trabalhadores através das condições de remuneração ou diminuição do tempo de trabalho.

O índice de produtividade exprime-se pela quantidade de tempo gasto na criação duma unidade de produto, ou pela quantidade de produtos criados numa unidade de tempo, geralmente baseada no factor trabalho. Para medir a propriedade combinada de todos os factores são necessários termos de valor. Elevar a produtividade significa reduzir o tempo socialmente necessário para produzir uma unidade de mercadoria e consequentemente rebaixar o seu valor. Os progressos da produtividade do trabalho viram-se então contra o trabalhador, o que tende a reduzir o seu interesse pelos melhoramentos técnicos e organizativos.

O sistema de produção abrange fenómenos que resultam dos limites impostos pela produtividade, em especial pela produtividade agrícola, em face duma tendência de diversificação das relações sociais que nem sempre pode vencer esses limites. Além do crescimento das necessidades da aristocracia e das camadas mais ricas da burguesia, há que considerar a ampliação de grupos populacionais, separados da produção agrícola, dedicados a outros mesteres, como o artesanato, os transportes, o comércio ou os serviços. Na actividade mercantil, o acréscimo da produtividade do trabalho permite obter uma fracção crescente de bens não só em sentido absoluto como também no seu crescimento relativo ao número de indivíduos empenhados na produção. O desenvolvimento da produtividade do trabalho social representa então uma poderosa alavanca da acumulação de capital.

2.7 – INTENSIDADE DO TRABALHO

A intensidade do trabalho é uma técnica de produção em que é mais acentuada a relação do factor trabalho com os restantes factores. O grau de intensidade do trabalho é determinado pelo dispêndio de trabalho gasto numa unidade de tempo. A alteração da intensidade de trabalho depende da jornada de trabalho e do maior ou menor consumo de força de trabalho por unidade de tempo, em consequência do aumento ou diminuição da velocidade com que se executam as operações laborais. Um trabalho mais intenso, mantendo-se iguais as restantes condições, cria mais valor por unidade de tempo. A intensidade de trabalho provoca a elevação da quantidade de mais-valia, agravando o grau de exploração dos trabalhadores. É um factor que é influenciado pelo nível de civilização em que se encontram as comunidades e o comportamento das classes dominantes.

Entende-se por jornada de trabalho o tempo diário durante o qual o trabalhador exerce a sua actividade laboral. Um dos meios para agudizar a intensidade de trabalho consiste no prolongamento da jornada de trabalho determinada pelas relações de produção que dominam a sociedade. As classes dominantes procuram sempre aumentar a sua duração. Esta prática, enfrenta, porém, certos limites, pois o trabalhador necessita de algum tempo para satisfação das suas necessidades físicas indispensáveis, mentais e sociais. A aplicação de sistemas extenuantes de trabalho esgotam os trabalhadores, mina a sua saúde, acelera o desgaste da força de trabalho, provoca o seu envelhecimento prematuro, aumenta casos de enfermidade e de acidentes de trabalho. A tentativa de prolongar a jornada de trabalho choca constantemente com a resistência dos próprios trabalhadores, sendo a sua duração determinada pela correlação de forças na luta entre as classes senhoriais ou capitalistas e os trabalhadores. O método alcançou uma grande difusão quando nas empresas predominava ainda o trabalho manual. Posteriormente, a burguesia recorreu aos trabalhos realizados através de horas suplementares, estabelecendo jornadas extraordinárias de trabalho sobretudo nos países economicamente dependentes ou colonizados.

2.8 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Do ponto de vista económico, serviço é qualquer actividade laboral que satisfaz, de imediato ou a prazo, necessidades ou interesses doutros homens. A prestação de, serviços é uma função económica ao mesmo nível que a produção de bens materiais, contribuindo de igual modo para a formação do produto. É um trabalho que não envolve transformação de matérias-primas, embora possa ter necessidade de as usar, mas que é útil para o produtor e para o consumidor. São considerados serviços: a reparação ou manutenção dum objecto, a elaboração dum projecto, as actividades administrativas, os serviços intelectuais, culturais ou de investigação, educativos ou de saúde, os serviços financeiros e muitos outros que asseguram a protecção e organização da sociedade.

Os serviços são bens económicos que não têm realidade física, classificados como bens intangíveis por não serem materiais. Sempre que há um aspecto físico ou material misturado ou intercalado, o serviço não é completamente intangível. Embora não sejam materiais, são por vezes necessários bens intermédios para produzir os serviços. Estes constituem uma categoria muito heterogénea onde se mistura tudo o que não comporta a entrega dum bem. Com frequência são consumidos no momento e no lugar da sua produção. Porém, os produtos científicos, técnicos, artísticos ou literários, prolongam-se ao longo do tempo.

3 – MEIOS DE PRODUÇÃO

3.1 – MEIO AMBIENTE

O meio ambiente humano inclui o conjunto de todas as condições externas que possibilitam a existência e o desenvolvimento duma comunidade. É um sistema complexo que inclui o meio natural e um meio artificial criado pelo próprio homem.

A influência do meio ambiente natural é uma das mais importantes condições materiais da actividade humana, mas não é decisiva, porquanto o seu aproveitamento depende do nível das forças produtivas e do tipo de relações sociais existentes numa determinada época e sociedade. As características do conjunto do meio natural em que se vive influem sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre o tipo de actividade económica exercida pelo homem. Uma pluviosidade variável, com precipitações que podem ser violentas ou fracas, raras ou frequentes, influem directamente sobre a quantidade de cereais, frutos ou produtos lácteos. Os cereais e outros produtos sobem de preço e quando as reservas faltam a fome generaliza-se.

O meio geográfico exerce uma grande influência sobre o desenrolar da actividade produtiva, embora este condicionalismo tenda a ser cada vez mais dominado pelo homem. As barreiras naturais, montanhas ou desertos, florestas densas, savanas, grandes rios e lagos ou oceanos, influenciam as relações entre os povos e dão lugar a agrupamentos com posições económicas e expressões culturais distintas. As cadeias de montanhas, na sua maior parte cobertas pela selva densa apresentam sérias dificuldades para a comunicação entre as regiões. A presença de desertos constitui uma barreira a separar povos durante longos períodos e onde a agricultura pode não ser possível ou apenas ser praticada em territórios restritos como os oásis. As florestas densas constituíram obstáculos à comunicação entre povos e à formação de civilizações fundadas sobre uma agricultura intensiva.

Os grandes rios constituíram, por um lado, obstáculos à comunicação entre os homens e à sua deslocação para outras regiões; por outro lado, constituíram fontes de riqueza e progresso. A disponibilidade dum curso de água navegável reduz bastante o custo dos transportes e favorece a agricultura. Nas suas margens surgiram terras férteis que se tornaram pontos cruciais no desenvolvimento dos primeiros grandes Estados divididos em classes. Nos dois países do Médio Oriente, Egipto e Mesopotâmia, os rios atravessam o centro da planície e inundações periódicas enriquecem e renovam o solo. O cultivo regular fixou o homem à terra, contribuiu para a sua fixação e permitiu cultivar mais do que era necessário. Os rios Nilo, Eufrates, Tigre, Indo e Amarelo, tornaram-se pontos cruciais no desenvolvimento de grandes Estados.

Na primeira fase da sua evolução, a humanidade desenvolveu-se com maior êxito em regiões com um clima mais ameno e com um bioma rico. Porém, não se pode explicar esta evolução apenas com a influência do meio geográfico. Ainda hoje, zonas com um solo, um mundo vegetal e animal rico e um clima favorável, mantêm uma economia atrasada e um nível de cultura bastante baixo. Em contrapartida, esta situação não se verifica em áreas com solos pouco ricos e difíceis condições climáticas.

A influência das condições climáticas no processo produtivo deu lugar a que numa cidade do Perú, no II milénio a.n.e., fosse criado um centro especializado na transmissão de informações sobre os ciclos climáticos de importância para a produção agrícola, serviço que era pago em bens manufacturados pelas comunidades que os recebiam.

Os recursos naturais ocorrem e distribuem-se pelas camadas geográficas em conformidade com a evolução dos processos naturais, mas o seu aproveitamento e transformação verifica-se segundo a aplicação dos esforços meritórios humanos. Extensas regiões situam-se em ambientes complexos, montanhosos ou desérticos, baseadas em diferenças de altitude e acessos de chuvas de monção, com uma grande variação de clima e diversificação de vegetação. Os povos das zonas glaciares, das zonas equatoriais e tropicais atrasaram-se no seu nível de desenvolvimento. Os mongóis não teriam alcançado uma tal expansão e poder se o clima não tivesse favorecido a humedificação das terras de pasto que alimentava os seus cavalos. As deslocações dos povos têm muito a ver com estes obstáculos naturais. A chuva excessiva é tão prejudicial às colheitas como a falta dela. Ambas as situações causam tormento e desolação.

O meio ambiente artificial resulta duma motivação e acção consciente dos homens que depende, em particular, do nível dos conhecimentos técnicos e científicos e da sua aplicação útil. A influência humana sobre o ambiente natural tornou-se muito importante com a expansão da produção: foram abertos caminhos através das montanhas, construídas pontes, barragens, canais de irrigação, foram fertilizadas as terras, desbastadas florestas através de queimadas, intensificada a domesticação e criação de animais e plantas, construídos povoados e cidades, meios de transporte, etc. Esta acção sobre a natureza efectivou-se num quadro social definido pelas relações económicas entre as diversas classes sociais. A actividade humana exercida sobre o meio ambiental traduziu-se também em consequências negativas, tais como, por exemplo: a redução da diversidade biológica que passou a ficar dependente do pastoreio e da irrigação; o desbaste dos limites das florestas com efeitos nas alterações climáticas, na distribuição das espécies animais que contribuiu para erosão dos solos; a exploração excessiva ou inadequada dos terrenos de cultivo originada por interesses das classes dominantes, etc.

As condições ecológicas ou existem na natureza e são directamente utilizáveis ou apresentam-se sobre a forma de materiais a transformar. O meio ecológico exerce uma

acção permanente e vinculativa que requer a sua renovação. A sua influência na produção pode facilitar ou refrear as forças produtivas. Por sua vez, as actividades produtivas humanas exercem um intenso e duradouro impacto sobre os equilíbrios naturais, o que aconselha a definir os modos de produzir a fim de salvaguardar o ambiente.

3.2 – POPULAÇÃO

A população é o total dos habitantes do planeta ou o conjunto de pessoas que vivem habitualmente numa dada zona geográfica, numa dada época. Considera-se que a população é activa quando se encontra em condições de fornecer a sua força de trabalho ao processo económico. A população é inactiva quando não possui capacidade para integrar a esfera produtiva ou se recusa a exercer qualquer actividade por pertencer a uma classe social dominante, por razões de ordem tradicional, religiosa ou comportamentos complexos de difícil explicação.

A acção dos factores demográficos deve ser examinada em conjunto com as circunstâncias ecológicas e sócioeconómicas que influem no desenvolvimento da sociedade. Entre esses factores incluem-se o número de habitantes e a sua distribuição territorial, o crescimento e a densidade da população, o povoamento e as migrações, a estrutura e a influência recíproca entre os diferentes povos.

Segundo algumas fontes, a população mundial rondava, por volta de 500 anos a. C., os 120 milhões e atingia os 250 milhões no início da era cristã. Em 1500, este montante teria já duplicado. Os primeiros censos da população eram uma tradição antiga, mas a sua realização efectiva e periódica estava relacionada com a recolha de rendas, tributos ou cobrança de impostos e, ainda, com recrutamentos militares. Assim, eram especialmente inventariados os agregados familiares, a ocupação dos chefes de família, a propriedade da terra e do gado. Estes registos eram, por vezes efectuados por conservadores profissionais.

O aumento da população mundial ficou a dever-se principalmente ao aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e artesanais, à disseminação da metalurgia do ferro e ao crescimento do comércio. As inovações técnicas e culturais e a urbanização conduziram a uma explosão demográfica, formando-se grandes cidades com algumas centenas de milhares de habitantes. O aumento demográfico desempenhou, por sua vez, um papel essencial na acção de pôr em prática as diferentes técnicas elaboradas, o que exigiu uma profunda especialização nos métodos de trabalho e na distribuição dos produtos.

O aumento do número de pessoas depende do grau de desenvolvimento da produção, mas nem sempre se verifica uma correlação entre o ritmo de crescimento da população e a produção dos meios de existência. Em alguns casos esse ritmo pode acelerar o desenvolvimento e noutros pode travá-lo. O crescimento e a estrutura da população, a sua constituição profissional e etária são influenciadas não só pelo modo de produção, mas também por outros factores como a cultura, as tradições dos povos, epidemias, fome, acontecimentos histórico, guerras, etc.

Razões ambientais ou outras, contribuíram para diminuir, deter a expansão ou alterar as zonas de fixação de numerosas populações. É o caso das doenças com origem em insectos que afectam tanto pessoas como o gado, aves e outros animais, as grandes epidemias como a peste, o contacto entre povos europeus e ameríndios com consequências desastrosas, as guerras com o seu rol de massacres, a fome que dizima as populações de tempos a tempos. As epidemias disseminaram-se ao longo das rotas

mercantis. A crescente concentração demográfica nas cidades cria condições favoráveis ao rápido contágio.

A população excedentária não é o resultado dum crescimento da população demasiado rápido, mas antes a consequência duma determinada forma de organização social. O aumento significativo da população reflecte-se na sua disseminação pelas áreas possíveis de utilização produtiva. A existência de um excedente de população e de mão-de-obra (trabalhadores livres, mas também servos e escravos) conduziu à circulação de pessoas e bens e à fundação de colónias que se estenderam por vastas áreas.

A demografia estuda a estrutura, a dinâmica das populações humanas e, sobretudo, o processo da sua reprodução, migração e mobilidade. A pressão demográfica define-se como a relação entre a dimensão da população e a dimensão do território. A fraca densidade populacional é uma das características das zonas desérticas, geladas e das regiões montanhosas ou onde imperam as florestas tropicais. A densidade populacional tem sido sempre superior junto à costa, aos grandes rios, aos vales ou planícies de terras férteis. Nas terras de oásis, a presença da água determina os padrões de fixação dos seus habitantes. O transporte marítimo permitiu o povoamento de numerosas ilhas, até aí não habitadas, em consequência de viagens de marinheiros e mercadores. Os factores demográficos influem na actividade económica e até na evolução do modo de produção. É objecto da demografia económica e social o estudo das relações entre os fenómenos demográficos e os fenómenos económicos e sociais.

O povoamento estava relacionado com os meios de pressão praticados com o fito de manter os cultivadores e outros profissionais nas povoações dos domínios senhoriais. Quando os governantes se confrontavam com os espaços que iam ocupando pela força, urgia pôr a funcionar a actividade económica, única forma de poderem cobrar as rendas dos produtores. Em algumas regiões o povoamento serviu de apoio a viagens marítimas e ao estabelecimento de entrepostos comerciais.

No século XVII, nas sociedades mais evoluídas, começaram a surgir os primeiros estudos sobre a evolução das populações com o aparecimento das estatísticas demográficas e a elaboração de tábuas de mortalidade. Todavia, os arrolamentos eram organizados por razões fiscais e, para corresponderem a essa finalidade, eram elaborados na base de lares ou casas. Eram objecto de atenção preferencial das entidades fiscais.

3.3 – MATÉRIAS-PRIMAS

Os recursos naturais só são considerados matérias-primas depois de já terem sofrido uma modificação mediante um trabalho anterior. Os filões de minério, a argila, a terra virgem, a floresta, os animais ou plantas a domesticar, são objectos de trabalho dados pela Natureza que só adquirem a categoria de matérias-primas após serem submetidos a alterações ou deslocações desencadeadas pelo trabalho.

Toda a matéria-prima é objecto de trabalho, mas nem todo o objecto de trabalho é matéria-prima. Com excepção das actividades cujo objecto de trabalho é dado pela natureza, todos os ramos de actividade produtiva tratam de objectos que já são matérias-primas. As matérias-primas adquirem, com a intervenção do trabalho, uma característica activa económica.

Uma matéria-prima pode ser de consumo imediato ou entrar num processo produtivo tornando-se matéria-prima dum novo produto. Neste caso terá de percorrer todo um processo faseado em que figura sempre modificada e funcionando de novo

como matéria-prima até ao processo de trabalho final. Pode integrar-se durante o processo de criação dum novo produto e perder a sua figura anterior, ou entrar apenas como matéria auxiliar na sua formação.

Nas estruturas económicas senhoriais os recursos naturais faziam parte dos territórios dominiais e, como tal, pertenciam aos soberanos, à nobreza, às instituições religiosas ou aos chefes tribais. Em geral, encontravam-se sobre a alçada senhorial as jazidas de minérios, o mesmo acontecendo, em parte, com outras substâncias como a argila ou as madeiras das matas existentes nos seus domínios. A sua utilização pelos produtores implicava o pagamento de tributos sob a forma de renda ou outras modalidades. Por vezes, algumas matérias-primas escapavam à posse dominial, sendo obtidas directamente pelos produtores ou adquiridas através de transacções comerciais.

Com o desenvolvimento das trocas o incremento do acesso às matérias-primas tornou-se inevitável. Para procurar e transportar a matérias-primas fixaram-se rotas marítimas, fluviais e terrestres, sobretudo durante o modo de produção mercantil. A aquisição de matérias-primas e o seu fornecimento à indústria tornou-se numa ocupação específica de mercadores e comerciantes.

A introdução da máquina e o desencadear da industrialização, durante o processo de formação do modo de produção capitalista, provocaram um aumento intenso da procura de matérias-primas, que envolveu todos os continentes. Algumas regiões, dominadas pelos países colonizadores da Europa Ocidental, foram por isso coagidas a produzir algodão, lã, juta, cana-de-açúcar e outros produtos.

3.4 – ENERGIA

A energia é a capacidade dos corpos para desenvolver força e servir de meio de trabalho. A energia desempenha um papel fundamental na produção, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento económico nas diferentes épocas. No processo de produção são aproveitadas diversas fontes de energia, desde a própria força muscular do homem e dos animais domesticados até à força do vento, da água ou do fogo.

A energia proveniente do fogo teve consequências sociais e económicas importantes: a possibilidade de vida nas cavernas, a expansão das populações para zonas frias, o cozimento dos alimentos, a fundação do lar, a defesa perante animais predadores, a comunicação com outros homens, o aquecimento e a iluminação. A luz artificial obtida pelo homem era uma luz frouxa proveniente dos fogos e tochas. Em algumas regiões, o homem conseguiu recolher resina e utilizá-la para fazer archotes, que podem ser considerados como as lâmpadas mais antigas.

A força muscular do corpo humano era e é utilizada em toda a actividade produtiva, pois permite transportar pessoas e bens e mover instrumentos de trabalho. A força muscular do homem foi utilizada para puxar zorras ou andas para auxiliar a mover cargas, para puxar o arado, arrastar barcos ou manobrar os remos e assim deslocar-se nos rios ou no mar. Ainda hoje, alguns povos se servem da sua força para mover moinhos e prensas manuais e para pisar ou triturar substâncias sólidas com o pilão, usando o almofariz; a força humana, em vez da força animal, é ainda uma das principais fontes de energia para o cultivo dos campos.

Como meio de aumentar a sua capacidade muscular, o homem inventou a alavanca usada para deslocar pedras ou outras cargas. Este foi talvez o primeiro engenho inventado e com ele iniciou-se o uso da energia mecânica. O arco esteve na origem das armas de arremesso e foi o primeiro engenho propulsor na sequência da força humana do braço. O princípio de propulsão provocado por uma mola permitiu a

acumulação da energia que se podia libertar quando necessária; teve grande aplicação na arte da guerra e, mais tarde, na medição do tempo e na relojoaria; a catapulta, foi usada como arma de arremesso capaz de lançar grandes bolas de pedra ou setas a grandes distâncias; no escorpião, a propulsão partia duma manivela ou duma alavanca accionadas pelo homem. A alavanca foi usada também em prensas de lagar do vinho ou do azeite. Nela se baseavam outros meios mecânicos como a cunha, o torno, a roldana e a roda com eixo.

O uso da força de tracção animal para poupar a energia humana não foi imediato, pois o homem continuou a usar, durante longo tempo, a sua própria força na agricultura quando puxava o arado. A utilização de conjuntos de animais de carga e de tracção contribuiu para um grande avanço, sobretudo nos trabalhos agrícolas e no transporte terrestre. A conjugação da força animal com as invenções da roda e do jugo revolucionaram a deslocação de pessoas e bens. A força animal contribuiu também para o estabelecimento da hegemonia militar dos grupos que dispunham de cavalos ou elefantes. Os povos do continente americano apenas puderam usar o lama como animal de transporte e montada, mas não se serviram dele como animal de tracção. Talvez por isso não conheceram a roda.

A energia hidráulica foi largamente utilizada para activar moinhos e noras. O aproveitamento das correntes fluviais e marítimas externas tornou possível a utilização da força hidráulica para mover moinhos, facilitando assim a dispersão de povoadamentos e as trocas. Azenha fazia um racional aproveitamento mecânico duma fonte de energia natural. A nora era um instrumento impulsionado por pás, por tambores rotativos ou ainda por cabrestantes, que através da elevação de água movida por animais tornou possível o cultivo de áreas agrícolas mais vastas.

A energia hidráulica teve uma grande importância no desenvolvimento da agricultura e da metalurgia, servindo para accionar os martelos das ferrarias e os foles. Com a invenção da serra hidráulica a riqueza florestal era dizimada para alimentar as grandes fornalhas das forjas metalúrgicas, no corte de pedra, lapidação de pedras preciosas e cunhagem mecânica de discos monetários. Uma descoberta notável foi o veio motriz que permitiu que o movimento contínuo fosse transformado num movimento alternado, controlando-se assim a pressão da água para dar energia a martelos, malhos e pilões.

Os moinhos foram dos primeiros instrumentos construídos pelo homem que adquiriram a particularidade de servirem como autênticos “servo-mecanismos”. Tornaram-se numa verdadeira máquina industrial. Foi uma inovação que se difundiu por outras regiões através das deslocações dos artesãos, monges, mercadores e, mais tarde, pelos navegadores para outros continentes. Apesar da sua utilidade, as rodas hidráulicas tinham algumas limitações, pois necessitavam duma corrente ou queda de água constante. Os chineses usaram o sistema de biela-manivela que transforma um movimento de vaivém em movimento circular.

Os moinhos serviram para moer cereais, esmagar e misturar outras substâncias. As suas aplicações estenderam-se a diversos tipos de produção como serração, pisoagem de têxteis, torção de fio da seda, esmagamento de trapos para produção de papel, curtumes, mineração, fundição, etc. Os moinhos de marés não eram tão rendíveis como os fluviais, pois estavam dependentes da subida e da descida da água do mar. Além disso destinavam-se apenas a moer os cereais ou pisoar o pano. Os moinhos de panificação eram importantíssimos instrumentos através dos quais se reduziam os grãos de cereal a farinha. Num moinho pisão um só homem fazia o trabalho de quarenta trabalhadores têxteis. Tal mecanização trouxe um aumento de produtividade na produção de tecidos com o consequente crescimento de exportação. Trouxe também

outros efeitos, pois foi acompanhada do empobrecimento e a emigração dos trabalhadores que viviam da pisoagem manual ou pedestre.

A energia eólica foi utilizada nas primeiras embarcações à vela para navegação fluvial e depois na navegação marítima comercial. Mas as correntes atmosféricas permitiram também o aproveitamento de força do vento utilizada após a invenção dos moinhos a vento. Estes moinhos serviam para retirar a água, foram muito úteis na bombagem de água e na irrigação nas zonas onde a água não era suficiente para as necessidades produtivas. A maior parte destes moinhos eram máquinas simples viradas para os ventos dominantes e convinham sobretudo nas regiões onde a força do vento era relativamente regular. O seu aparecimento exigiu o uso de novos materiais, especialmente os fortes panos de que se fabricavam as velas, daí decorrendo relações entre os moageiros e os artífices do sector têxtil. Desempenharam um papel importante na economia para fazer subir a água ou para tarefas menores que não exigiam uma força motriz constante. Os moleiros que operavam com os moinhos, os construtores e os vários tipos de ferreiros que os mantinham e reparavam, acabaram por adquirir um conhecimento empírico de mecânica aplicada e estabelecer relações económicas inevitáveis.

Os moinhos eram considerados como um investimento do Estado, da aristocracia, da burguesia ou de instituições concelhias. Eram cobrados tributos ou impostos aos camponeses que necessitavam de moer as sementes das respectivas produções ou aos artesãos para pisoar os tecidos. O pagamento deste ónus limitou a sua difusão e obrigou alguns produtores a continuar a moer manualmente. Os detentores destes engenhos que usufruíam duma importante fonte de rendimento com os moinhos, procuravam também deter e gerir a água dos rios através da construção de represas.

As primeiras experiências utilizando o vapor como recurso de energia foram feitas por cientistas que se interessavam pela física experimental. Nos primeiros anos do século XVIII, a descoberta duma máquina a vapor destinada a bombear água veio revelar a possibilidade de utilização de fontes de energia alternativas aos músculos humanos. Pela primeira vez a energia do vapor era aprisionada. A máquina a vapor constituiu o ponto de partida para a transformação dos métodos de produção. A Inglaterra foi a principal beneficiada com esta mudança, o que lhe permitiu assistir então ao impulso da sua economia.

3.5 – UTENSÍLIOS E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Os utensílios são objectos criados pelo homem para auxílio da vida quotidiana. Só se tornam meios de produção quando manejados com o objectivo de auxiliar o processo produtivo, o que acontece com frequência.

Os instrumentos de trabalho são elementos utilizados como auxiliares na transformação dos objectos de trabalho. Podem ser extraídos da própria natureza ou inventados e construídos pelo homem. Nos instrumentos de produção naturais, os indivíduos estão subordinados à Natureza, mas a sua utilização implica a intervenção do trabalho humano. Os primeiros instrumentos eram constituídos por fragmentos retirados de rochas, lascas ou seixos, com a finalidade de serem utilizados em diversas tarefas. Os instrumentos criados pelo homem resultam já dum trabalho realizado com esse objectivo. O homem utiliza constantemente não só os instrumentos de trabalho existentes como cria outros novos. Os mais complexos surgem na base dos mais simples.

As primeiras ferramentas utilizadas eram de madeira ou pedra polida e foram gradualmente substituídas pelas suas congéneres em bronze. O aparecimento e aperfeiçoamento de ferramentas metálicas, sobretudo de ferro, desempenharam um importante papel no incremento das forças produtivas. A componente metálica aumentou substancialmente, a produção de ferro fundido e o aproveitamento do carvão, existente nas profundezas da terra, deram lugar à chegada da idade do carvão e do ferro. A eficiência do funcionamento das ferramentas determina a produtividade do trabalho social e influencia as possibilidades materiais de que dispõe a sociedade para o seu desenvolvimento.

Os instrumentos de trabalho são a base determinante do desenvolvimento da produção e o indicador mais relevante da produtividade. Com o aparecimento de novos instrumentos de maior rendimento, a técnica existente envelhece e exige a sua substituição, o que obriga a sociedade a ter em conta a lógica do desenvolvimento da produção. Em toda a produção relativamente desenvolvida, qualquer mudança substancial numa dada actividade repercute-se de maneira inevitável nas restantes.

A máquina é um conjunto de mecanismos construídos pelo homem para a realização duma ou várias funções de carácter produtivo. Partiu de elementos simples para outros mais complexos accionados pelo homem ou conjuntamente por outros meios por ele utilizados. A máquina dispõe de componentes a actuar de forma combinada para receber energia, transformá-la e restituí-la sob uma forma apropriada a fim de obter um determinado efeito. A força motriz que a movimenta pode ser fornecida pelo próprio trabalhador, pela tracção animal, pelo vento, pela água corrente, pelo carvão, pelo vapor ou por outras fontes de energia.

As primeiras máquinas eram, na sua maior parte, feitas de madeira e construídas, tanto quanto possível, nas localidades em que viviam os homens que as usavam e por artesãos que aceitavam essas encomendas ou trabalhavam directamente sob as suas ordens. À medida que a maquinaria se tornou mais complicada e surgiam as primeiras fábricas, o artesão versátil adquiria uma posição de destaque. Com a adaptação da força do vapor, o equipamento produtivo cresceu em volume, em quantidade e em complexidade, tornando necessária a existência de oficinas especializadas no fabrico de máquinas.

Do ponto de vista produtivo, o homem agrega as ferramentas aos seus órgãos naturais com o objectivo de os reforçar, pelo que a sua movimentação resulta dum trabalho individual. Porém, as máquinas deixam de estar vinculadas aos órgãos humanos, movimentam-se por uma força motora, limitando-se o homem a accioná-la e controlá-la o que exige um trabalho colectivo. Com a introdução da máquina o trabalho organiza-se e divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe.

A base técnica da produção mecanizada diferencia-se da produção artesanal, pois as suas possibilidades de desenvolvimento são praticamente ilimitadas. O homem desliga-se do processo directo da produção material. A função de influir directamente sobre o objecto de trabalho, até então desempenhada pelo homem, pode ser transferida para os dispositivos mecânicos, embora o seu manejo continue a ser exclusivo do homem. Na manufactura e no artesanato o trabalhador serve-se da ferramenta, enquanto que, na fábrica é ele que serve a máquina. Poderosas forças alteraram o carácter social do trabalho humano.

Com a máquina a vapor criou-se o primeiro motor a gerar a sua própria força de movimento a partir do consumo de carvão e de água, cuja potência está sob controlo humano. Um sistema de máquinas só se desenvolveu com a entrada da máquina a vapor para o lugar das forças motrizes anteriores. O seu aparecimento durante o período manufactureiro, não alterou o modo de produção. Tornou-se, porém, num mecanismo

que executa com as suas ferramentas as mesmas operações antes realizadas pelo homem. A aplicação da máquina a vapor acelerou a concentração de operários e máquinas de trabalho em grandes fábricas.

A modificação das ferramentas de trabalho, o aparecimento das máquinas e a aplicação prática do primeiro motor, capaz de gerar força motriz, conduziram a uma mudança do estado das forças produtivas e, como tal, à modificação das relações de produção.

3.6 – INFRA-ESTRUTURAS

As infra-estruturas envolvem o conjunto dos meios técnicos e dos equipamentos essenciais à reprodução e o conjunto de equipamentos colectivos básicos à vida económica rural e urbana das regiões, o que facilita a produção de bens e serviços e permite a mobilidade dos factores de produção. Nas instituições produtivas, as infra-estruturas integram as condições materiais indispensáveis para a caracterização do processo produtivo e do circuito económico dos bens produzidos.

As infra-estruturas podem ser consideradas obras públicas quando se destinam a um uso extensivo a toda ou parte da população. Envolvem a construção e manutenção de fornos, moinhos, armazéns, lagares, estradas, pontes, canais de irrigação, aquedutos, barragens, cisternas, portos, barcos de diferentes tipos, fornecimento de água às cidades, etc. Reúnem o conjunto dos elementos, instalações ou serviços, básicos para a criação e funcionamento duma organização.

Estas construções, ocorridas em diversas épocas e regiões, provocaram o crescimento de todos os sectores ligados à construção e o uso extensivo do trabalho escravo ou do trabalho compulsivo.

No modo de produção tributário, como instalações permanentes, ou de uso prolongado, eram pertença dominial ou urbana e sobre elas exigia-se um foro, renda ou tributo pela sua utilização.

Com o desenvolvimento da produção mercantil assistiu-se a uma estruturação das cidades que permitiu um amplo intercâmbio de bens e serviços, assim como, uma grande mobilidade dos factores de produção e a intervenção de entidades governativas urbanas.

No modo de produção capitalista, as infra-estruturas eram constituídas essencialmente pelas próprias empresas, representando o seu capital fixo, ou por instituições estatais.

3.7 – CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

Entende-se por conhecimento a actividade pela qual o homem toma consciência da realidade do meio envolvente e procura compreendê-lo e explicá-lo. O conhecimento pressupõe uma acção de assimilação através de conceitos e operações intelectuais e a sua compartimentação em áreas que se especializam de acordo com o seu objecto de análise. O conhecimento é empírico quando baseado no saber adquirido pela experiência, como reflexo dos objectos no processo de contacto directo do homem com eles. O conhecimento científico é um conhecimento acumulado, obtido pelo saber e trabalho humano, que representa uma força produtiva indirecta e assume a característica de força produtiva directa quando, e só quando, materializada como meio de produção.

A actividade prática possibilitou o desenvolvimento do pensamento. A ciência, sendo uma forma de actividade prática, possui certas características próprias. Ciências como a mecânica, a óptica, a geometria, a química e tantas outras, deveram e continuam a dever o seu avanço às necessidades práticas do homem e antes de mais nada às exigências da produção. É possível apontar não poucos exemplos de elaborações científicas e técnicas que só encontraram aplicação prática muito tempo depois de formuladas, pelo facto de as condições sociais não o permitirem. Por exemplo, mesmo depois de os moinhos serem conhecidos, os regimes baseados no escravismo não aplicavam a energia hidráulica.

Numerosos ramos do conhecimento científico estão ligados às necessidades técnicas e económicas e às possibilidades de desenvolvimento resultantes do nível histórico atingido em cada época e região. A produção mecanizada precisa da ciência e converte numa necessidade técnica a aplicação consciente das ciências naturais. A ciência transforma-se assim numa força produtiva directa. Esta transformação significa várias coisas:

1. Que os meios de trabalho e os processos tecnológicos passam a resultar da materialização do conhecimento científico;
2. Que sem a ciência é impossível não só criar uma nova técnica como manter o funcionamento da já existente;
3. Que os conhecimentos científicos se tornam numa componente indispensável da experiência e da formação técnica dos trabalhadores que participam no processo produtivo;
4. Que a própria direcção da produção e dos processos tecnológicos a introduzir constituem um efeito da aplicação prática da ciência.

As grandes esferas de influência cultural, que se formaram através do globo, foram baseadas essencialmente em factores económicos conduzidos pelas migrações ou pela expansão do comércio de longa distância.

Na agricultura, ainda quando o conhecimento da ciência genética estava muito distante, os conhecimentos empíricos permitiram que os camponeses aprendessem a criar cavalos maiores, melhores vacas leiteiras e carneiros com lã mais comprida. Teve também grande impacto a descoberta dos meios para medir o tempo para fins agrícolas, dos métodos de previsão climática e a utilização de calendários. Os conhecimentos botânicos adquiridos, relacionados com a produção agrícola, foram de grande importância para a alimentação, a medicina, a criação de artefactos e a construção de canoas e abrigos.

Com o desenvolvimento do artesanato os conhecimentos científicos aplicaram-se em escala cada vez maior, alargando-se os limites da produção social. Foram utilizadas grandes invenções como a bússola, a imprensa, a pólvora ou o relógio automático. Muitas destas invenções foram realizadas a nível de artesanato e o seu emprego praticado em novas aplicações.

A actividade metalúrgica constituiu um factor importante para o alargamento dos conhecimentos das populações quanto à natureza e as propriedades dos novos materiais, assim como quanto aos processos físicos, químicos e tecnológicos a eles associados.

A actividade de construção contribuiu para desenvolver os conhecimentos numéricos e aritméticos e o estabelecimento dum sistema de medidas que permitiam o cálculo de áreas e volumes. Sem matemática não era possível construir palácios e templos, planear, construir e manter grandes cidades, calcular a quantidade de tijolos a utilizar na construção dum edifício ou avaliar a mão-de-obra necessária para a execução dum trabalho.

Na actividade administrativa os textos matemáticos estão intimamente ligados a problemas práticos como: medições de campos para o assento fiscal em função da superfície das propriedades, elaboração de tabelas, cálculos de débitos e créditos, assentos contabilísticos.

A navegação marítima não seria possível sem um certo conhecimento astronómico. A sua importância era tal que chegou a ser considerada, na China, como uma ciência oficial que incumbia ao Estado.

A escrita e a numeração foram duas grandes invenções que não podem ser atribuídas a uma única fonte ou região. A necessidade de definir o valor dos produtos teve grande influência na expansão da escrita simbólica e na contagem numérica. A numeração decimal surgiu na Índia no século VI e expandiu-se três séculos depois por todo o mundo islâmico.

3.8 – MEIOS TÉCNICOS DE PRODUÇÃO

A técnica é uma materialização do conhecimento científico. O desenvolvimento e a aplicação dos conhecimentos científicos são uma fonte poderosa do progresso técnico. Por sua vez, as técnicas põem ao conhecimento, à teoria, novas questões e exigem que as mesmas sejam solucionadas. As técnicas de investigação são os meios adequados que se utilizam no processo de pesquisa, com o fim de atingir um objectivo.

A tecnologia, para a ciência económica, é o conjunto dos conhecimentos empíricos ou científicos, dos procedimentos ou dos métodos, quando aplicáveis ao processo produtivo, na melhoria ou utilização dos bens ou serviços, o que só ocorre quando se encontram reunidas as condições económicas e sociais indispensáveis. Muitas invenções só revolucionaram a técnica cem ou mais anos depois das primeiras experiências. Assim aconteceu, por exemplo, com a máquina a vapor.

A análise dos efeitos dos processos materiais usados pelos homens para transformar ou multiplicar os recursos naturais e facilitar a sua exploração é uma tarefa da própria essência da economia política. As descobertas tecnológicas possibilitaram o desenvolvimento económico mas, por sua vez, a aplicação prática da própria técnica e o seu ritmo dependem em grande medida do modo de produção.

Nas sociedades pré-capitalistas as realizações técnicas situam-se quase ao mesmo nível em todas as regiões, embora em períodos diferentes: os mesmos instrumentos, as mesmas técnicas de corte e de polimento da pedra, os mesmos ardis de caça, os mesmos métodos de cultivo e de irrigação, os mesmos processos metalúrgicos, os mesmos meios de transporte, encontram-se separados por continentes e, por vezes, até por séculos ou milénios. Condições similares criam necessidades similares e suscitam invenções similares, daí resultando que uma técnica idêntica possa aparecer em dois ou mais locais diferentes. O grau das técnicas de produção resulta duma herança social que cada geração recebe das antecedentes e que transmite às seguintes.

Os próprios homens, graças ao seu esforço acumulado, vão aperfeiçoando e fazendo progredir a tecnologia da produção, de que resultam determinadas incidências sobre a estrutura económica e social nos mais diversos sectores. O surto das forças produtivas e as relações económicas estabelecidas podem fomentar ou frear o progresso tecnológico. O desenvolvimento técnico da produção imprime a longo prazo uma real importância, num sentido geral ao processo histórico no seu conjunto.

O progresso técnico tem efeitos perturbadores na vida social, agrava as diferenças de nível de desenvolvimento entre as diferentes regiões, arrasta consigo mudanças económicas e culturais. Tal progresso dá aos homens meios formidáveis de

acção sobre a natureza que permitem aumentar a produção em proporções consideráveis. Isto não significa que os problemas tecnológicos da produção expliquem só por si o desenvolvimento dos processos económicos. No progresso técnico há que distinguir duas grandes vertentes: uma abrangendo o fabrico de meios de produção e outra referente ao fabrico e enriquecimento dos bens de consumo.

Os meios de difusão tecnológica variaram consideravelmente ao longo do tempo e no espaço. Transmitiram-se através dos artesãos das várias comunidades, das relações e contactos entre gentes autóctones, das migrações, através de marinheiros, do comércio e das invasões. Os povos tecnicamente mais atrasados copiaram as ideias dos povos mais avançados e tentaram aplicá-las às suas condições específicas. Invariavelmente modificavam-nas, daí resultando um produto composto e nunca uma mistura. O surto mercantil impeliu os mercadores a procurar novos artigos para comercializar, influenciando deste modo as técnicas de produção. Assim, aparece a balança, os sistemas graduados de pesos e medidas, os calendários com funções de carácter agrícola e administrativo, que permitiam determinar as datas de cobrança dos impostos e das rendas devidas pelos camponeses.

As diferentes técnicas exigiram uma especialização nos métodos de trabalho, na distribuição dos produtos e na evolução demográfica. As novas tecnologias deram lugar a intensas divisões técnicas de trabalho e à formação de grupos profissionais específicos. A divisão do trabalho cria uma relação mútua entre os diferentes tipos de produção de tal forma que as mudanças num ramo de actividade repercutem-se rapidamente em muitos outros. O avanço tecnológico cria novas profissões, faz desaparecer umas e distingue gradualmente outras.

Durante o modo de produção tributário, as técnicas mais avançadas estavam sob o controlo dos soberanos, sacerdotes e seus servos, deles dependendo directamente. As oficinas eram frequentemente agrupadas na vizinhança dos palácios, dentro dos limites das cidades, ou dos templos.

Com o modo de produção capitalista, são as empresas que assumem a direcção e o controlo da aplicação de novas técnicas, tornando-se o trabalhador num apêndice da máquina. Porém, na realidade é o homem que está presente no trabalho e, por conseguinte, na criação. A standardização da vida e a despersonalização do indivíduo não é causada pelo progresso da técnica, mas pelo domínio dos meios de produção e das relações de exploração que se estabelecem. O desenvolvimento da técnica das forças produtivas não pode ser focalizado à margem da sua conexão com as relações de produção existentes. O progresso técnico ao contribuir para alterar os modos de produção, a redução dos custos de produção e as relações sociais, constitui um factor de agravamento da luta de classes e dos conflitos inerentes, enquanto as mudanças inevitáveis não corresponderem às exigências resultantes da aplicação dos novos meios tecnológicos.

3.9 – LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Fazem parte das forças produtivas o pensamento e os meios linguísticos necessários para os exprimir e transmitir os conhecimentos de geração em geração. O pensamento é uma função do cérebro humano e está ligado com a linguagem que é a forma da sua expressão material, ao dar a conhecer a realidade imediata da ideia. Há um pensamento económico que se desenvolve no processo da actividade laboral e que reúne as opiniões, as doutrinas e as propostas, relativas à economia, que foram sendo elaboradas no decurso da história.

A actividade laboral colectiva impôs aos homens a necessidade de comunicarem entre si e de transmitirem as suas ideias, instruções, ensinamentos, sem o que teria sido impossível organizar processos laborais colectivos. No processo de trabalho surgiu a necessidade de compreensão mútua, da troca de experiências acumuladas na produção, de conhecer e cumprir uma ordem de comando, de acumular e transmitir informações de importância vital.

A linguagem, oral ou escrita, é um meio de transmitir as ideias, os conhecimentos acumulados, os hábitos práticos, a experiência de vida de uma geração para outra e promover a educação das novas gerações. A linguagem exprime-se por um conjunto de sinais que permite a comunicação, tais como: o gesto; o som dos instrumentos musicais, como o tambor ou o corno; o fogo. A linguagem oral assegura a comunicação entre as pessoas no trabalho e o contacto entre os povos. A linguagem escrita surgiu muito mais tarde como resultado da necessidade do contacto e do conhecimento entre as comunidades separadas pelo espaço e pelo tempo. As mensagens escritas caracterizam-se por poderem ser lidas por outras pessoas em diferentes lugares ou épocas.

A escrita é um invento relativamente recente: nas regiões particularmente favorecidas data de há cerca de 5000 anos. Numa primeira fase desenvolveu-se a pictografia, em que a ideia era transmitida por meio de símbolos ou representações figurativas. A expansão da escrita foi bastante lenta e em numerosos locais apareceu em épocas muito recentes, por vezes, só após a colonização. As tradições históricas foram transmitidas oralmente através dos séculos. Com o aparecimento da forma escrita fortaleceu-se a identidade dos grupos sociais, foi possível entender a evolução humana no seu todo e estabelecer relações entre os diferentes grupos sociais. Ainda hoje há muitos povos sem escrita que apenas conhecem a comunicação oral. Em algumas cidades da região andina da América do Sul, a escrita era desconhecida, mas foi inventado um outro sistema mnemónico de registo bastante complicado baseado no uso de atar nós nas cordas.

O desenvolvimento da escrita foi também um instrumento essencial para a evolução da ciência e um sintoma do aparecimento da nova estrutura económica, social e política, a cidade. A exigência da cobrança de impostos, em conjunto com outras exigências provenientes da distribuição e do comércio, forçou a evolução da escrita. A escrita deu lugar ao aparecimento do escriba ou do copista, indivíduos detentores das ferramentas e das técnicas de escrever. A sua importância tornou-se relevante pois o domínio da escrita facilitava a entrada nas esferas do poder.

O sistema alfabético constituiu uma profunda mudança que tornou a escrita acessível a grupos sociais mais abrangentes e facilitou as relações comerciais crescentes entre os povos de variadas origens étnicas e com línguas diferentes. O alfabeto implicou uma inquestionável divulgação da escrita e facilitou a expansão do comércio, da política e da cultura.

Os materiais utilizados eram abundantes e variados: onde não havia pedra, o barro e placas de argila tornavam-se um material de escrita; o papiro veio a ser substituído pelo pergaminho; o papel suplantou as tabuinhas de madeira ou de bambu, o que sem dúvida estimulou o desenvolvimento da caligrafia, da escrita alfabética e o aparecimento do formato do livro. A invenção do papel foi uma novidade criada pelos chineses no início da era cristã, que permitiu a existência dum material mais barato e prático à disposição de quem escrevia.

Devido aos laços comerciais, às migrações, às invasões e instalação de colónias, ao aparecimento e interacção de novos países, algumas línguas passaram a assumir um papel determinante como meio de fácil comunicação, quer oral, quer escrita. Esta

evolução revelou-se como uma importante força unificadora que contribuiu para uma mudança e expansão das relações económicas entre os povos. Os negociantes que tinham de recorrer a contratos de compra e venda, de empréstimos em dinheiro, a doações ou até a testamentos, tinham de recorrer a tabeliães que se disponibilizavam a redigir e escrever os respectivos documentos. A escrita acompanhava assim uma realidade com origem na expansão da actividade mercantil.

A invenção da impressão com caracteres móveis originou a multiplicação de livros, estimulou a aprendizagem da leitura, o incremento da cultura e permitiu a criação do papel-moeda. Com a revolução tipográfica, o livro tornou-se numa nova mercadoria extensiva a novas paragens e a outros povos.

3.10 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Os factores de produção são heterogéneos na sua essência, pelo que a sua conjugação num processo único pressupõe uma orientação. Compete à organização, como ramo de conhecimento económico, em primeiro lugar, estudar a conjugação do processo produtivo do trabalho, dos objectos sobre que recai e dos meios utilizados.

Para produzir bens materiais ou prestar serviços, os homens não actuam isolados, agem em comum, por grupos, comunidades, instituições, associações ou empresas. A actividade do homem realiza-se sempre no quadro dum determinado sistema de relações com a ajuda e participação de outras pessoas, ou seja, adquire o carácter de actividade conjunta. Por sua vez, o mero contacto pessoal gera uma emulação que eleva a capacidade individual de prestação de cada um, de tal modo que um grupo de pessoas juntas fornece um produto superior ao dos trabalhadores isolados. O grupo dos que trabalham em conjunto permite repartir as diversas operações e encurtar o tempo de trabalho preciso para a execução do produto final. Uma colectividade de trabalho é inconcebível sem organização, sem ordem, sem uma divisão funcional do trabalho a executar, sem que se determine o lugar e as funções de cada indivíduo. A actividade laboral, sobretudo a que se realiza em larga escala, seria impossível sem uma gestão adequada e sem o estabelecimento e manutenção duma apropriada organização.

A cooperação no trabalho é uma forma de organização que assegura a coordenação da actividade conjunta dos trabalhadores no mesmo processo de produção ou em vários processos relacionados entre si. Cria uma força colectiva que permite disponibilizar melhor o tempo de trabalho e os meios de produção, obtendo uma redução sensível de gastos de trabalho e de recursos por unidade de produção. A cooperação permite estender a esfera espacial do trabalho exigida por certos trabalhos como a irrigação, a drenagem de terras, a construção de canais ou estradas.

Na cooperação simples todas as pessoas executam um conjunto de operações sem uma divisão de trabalho. Baseia-se no princípio elementar de que a cooperação dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. O efeito da cooperação simples revela-se de forma notória na produção intensiva e uniforme, nas plantações dum único produto agrícola, nas minas ou na construção de obras gigantescas. A cooperação simples continua a ser a forma predominante nas actividades em que o capital opera em grande escala sem que a divisão do trabalho desempenhe um papel significativo. Em grandes empreendimentos é frequente um mesmo tipo de trabalho ser executado por um número considerável de escravos, servos ou trabalhadores assalariados.

A cooperação ampliada, ou complexa, assenta na divisão do trabalho e na especialização dos próprios trabalhadores e dos meios de trabalho em determinadas operações de produção. Toma forma quando processos diferentes culminam em produtos distintos necessários para realizar um produto final.

Um grupo não é apenas o somatório dos membros que o compõem, mas sim um conjunto que apresenta características essencialmente dinâmicas na medida em que é constituído por uma rede em permanente actividade interactiva entre os seus membros. O grupo económico é uma unidade colectiva concreta que se manifesta pelos objectivos das suas actividades, pelos seus processos definidos no tempo, pela sua localização em determinados espaços, pelos seus padrões de conduta, pela utilização de formas concretas de comunicação, etc. A compreensão da dinâmica dos grupos exige que se tome em consideração um certo número de factores, entre os quais se pode salientar: a coesão, o estímulo, a formação, a estrutura, a comunicação, as modalidades de comando.

O termo coesão significa que os respectivos membros do grupo se sentem reciprocamente atraídos e efectivamente integrados no conjunto, o que implica uma aceitação dum certo número de normas comuns e a aceitação duma correspondência entre a personalidade e as necessidades dos seus membros e as possibilidades de satisfação que o grupo lhes oferece.

O aproveitamento de todas as possibilidades das forças produtivas requer estímulos que incitem os trabalhadores a desenvolver e a aperfeiçoar os instrumentos de trabalho e a incrementar a produção no seu conjunto. Nas sociedades divididas em classes antagónicas, os escravos, os servos ou os trabalhadores assalariados não manifestam qualquer estímulo na sua actividade. Os camponeses e os artesãos integrados em estruturas familiares estão interessados em aumentar a sua produtividade. As profissões ligadas técnica ou administrativamente às instituições pertencentes às classes dominantes revelam algum interesse nas suas funções na medida em que beneficiam de alguns privilégios.

A formação tem de acompanhar as inovações tecnológicas e a especialização profissional. O aparecimento da máquina exigiu uma aprendizagem específica dos trabalhadores assalariados e a formação do pessoal que se ocupa da gestão e do controlo da maquinaria e da sua constante manutenção e reparação.

A estrutura organizacional identifica-se com o sistema de funções assumidas individualmente e em conjunto pelo grupo e fornece a base em que se apoia a circulação da comunicação. Esta define-se em termos de meios técnicos que permitem trocas de informação e diálogo e está condicionada pela existência ou inexistência duma linguagem e dum sistema de referência comum.

Na sua forma de organização é comum a participação de parte dos seus componentes e a existência dum líder a que os demais membros do grupo reconhecem o direito de tomar as mais importantes e urgentes decisões que afectam os seus interesses, determinam a orientação e o carácter da actividade conjunta. Ao líder compete também a obrigação de defender a comunidade. No que se refere ao comando, o chefe do grupo, ou líder, assume a responsabilidade de gerir os destinos do grupo, atribuir funções e velar pelo seu cumprimento. A conjugação dos elementos do processo produtivo pressupõe uma direcção.

A gestão é uma propriedade inerente da sociedade em qualquer grau do seu desenvolvimento. Tal propriedade dimana do trabalho colectivo dos homens, da necessidade de se relacionarem no processo de trabalho e da permuta dos frutos da sua actividade. A sua função consiste em usar técnicas de pensamento e de acção, entendidas como elementos analíticos e modos de pensar práticos, destinados a

solucionar problemas económicos concretos. A gestão deve estabelecer relações sociais que têm por fim conseguir a coordenação e a maior eficácia no desempenho da actividade produtiva, mediante a adequada execução dum conjunto de regras e procedimentos.

A característica social e colectiva do trabalho e a conjugação entre os objectos de trabalho e os meios de trabalho, heterogéneos na sua essência, pressupõem a existência, em maior ou menor dimensão, duma direcção que estabeleça um enlace harmónico entre as diversas actividades individuais e colectivas. Os “anciãos” dos concelhos da aldeia, face à tarefa complexa de governar, criaram um conjunto de costumes e leis destinadas a manter a ordem e a proteger as aldeias contra um agressor exterior.

Eventualmente, a primeira forma de organização económica na agricultura foi a pequena exploração dos agricultores do Estado egípcio. A expansão do Vale do Nilo exigiu uma organização social muito esforçada e centralizada, um Estado fortemente organizado e comunicações fáceis. O encargo de organizar a produção agrícola ou de a melhorar recai, na maioria das vezes, naqueles que possuem ou mantêm o usufruto da terra. Na organização do trabalho nos campos é, por vezes, difícil distinguir o costume do plano previamente deliberado.

A organização de povoados agrícolas reflectia as instâncias locais que dirigiam a distribuição das colheitas. As comunidades agrícolas ou eram quase inteiramente auto-suficientes ou dispunham de meios de transportes para enviar os seus produtos para os mercados. O progresso da produtividade do trabalho agrário significou um crescimento da população e, portanto, um estímulo para novas vagas migratórias. Significou também a criação de excedentes, a criação de celeiros e silos, e o crescimento da importância do povoamento. A estas colectividades mais vastas será indispensável uma direcção.

Nas grandes unidades económicas, sobretudo as pertencentes aos templos, os grupos, que chegavam a atingir centenas de homens, trabalhavam todo o ano ou, temporariamente, no período das colheitas. Neste caso, estes grupos incluíam, por vezes, homens livres proprietários de pouca terra.

A organização da produção agrícola, artesanal ou manufactureira, varia consoante a escala de actividades, a complexidade das operações, os constrangimentos do ambiente e a estrutura política e social local. Na organização do trabalho noutros sectores, os maiores e mais complexos projectos eram os trabalhos de construção pública. Quase todas as partes do mundo testemunharam a capacidade de organizar e executar grandes projectos de construção. A angariação e manutenção das forças armadas, a tributação e a administração da justiça, pertenciam todas à organização do Estado ou a instituições dependentes.

A direcção na empresa capitalista resulta necessariamente da condução dum processo de trabalho para a fabricação mercadorias e duma função de exploração cujo objectivo é a valorização do capital através da obtenção máxima dum lucro. O facto dos meios de produção não pertencerem aos trabalhadores obriga à necessidade de controlo permanente sobre o seu emprego. O princípio da organização eficiente não é mais do que o princípio da maximização do lucro. No processo de trabalho são introduzidas mudanças essenciais na organização da produção e distribuição. Todo o trabalho colectivo, especialmente quando realizado em larga escala, requer uma acção directiva independente da forma social em que se insere. Porém, no sistema capitalista, ao processo produtivo junta-se um processo de multiplicação de valores e de capital. A organização e a direcção acabam por ter um duplo objectivo.

4 - MEIOS DE CIRCULAÇÃO

4.1 – DISTRIBUIÇÃO

A distribuição é o conjunto de operações destinadas a colocar os meios de produção à disposição do consumo produtivo ou os artigos de consumo directo ao alcance dos indivíduos para uso próprio ou colectivo dos grupos humanos. Embora existindo como função derivada da produção, a distribuição desempenhou sempre um papel activo. A distribuição pode acelerar o crescimento da produção, mas também pode travá-lo. É, portanto, uma parte inseparável do processo de reprodução.

A distribuição é uma actividade económica que exige a execução dum trabalho, a existência de certos objectos materiais e a prestação de serviços. Algumas técnicas são específicas, desde a entrega física por várias pessoas, lugares ou organizações, até à utilização de meios de transporte e à troca directa ou mercantil, através dos circuitos comerciais.

Os pontos de aplicação da função de distribuição são os seguintes: um espacial, que consiste em transportar e difundir os produtos com o fim de os aproximar dos consumidores; um funcional, que consiste em ajustar as exigências de quantidade e qualidade às possibilidades e necessidades dos produtores e consumidores; e outro de ordem temporal, que consiste em compatibilizar as datas e os ritmos de disponibilização dos produtos com os ritmos da produção.

O carácter e a forma de distribuição são determinados pelos modos de produção, pelo regime de propriedade dos meios de produção e pelos diferentes graus de desenvolvimento técnico e organizado. A distribuição pode assumir formas naturais directas como a entrega simples de géneros ou manifestar-se através da troca, como forma de distribuição das mercadorias produzidas. O mercado constitui assim um vínculo entre produtores especializados e simultaneamente separados.

A organização dos meios rurais reflectia as circunstâncias locais que governavam a distribuição das colheitas. Nalguns casos, eram quase inteiramente auto-suficientes, limitando-se os poucos excedentes a serem objecto duma distribuição e troca local. Noutras áreas os produtos agrícolas eram encaminhados para os mercados nas cidades.

Nas sociedades caracterizadas pela existência de classes sociais dominantes, verifica-se uma distribuição desigual, tanto qualitativa como quantitativa e uma apropriação parcial dos bens e serviços produzidos. Num primeiro período de desenvolvimento do modo de produção tributário, há uma entrega coerciva, sob a forma de tributo ou renda em espécie, duma parte da produção conseguida pelas classes subordinadas.

Com a produção mercantil, a distribuição começa a assumir, dum modo predominante a forma de troca indirecta. Entre os distribuidores incluem-se os que se dedicavam ao comércio, à travessia de grandes distâncias em busca de locais para o escoamento de produtos, recolhendo os excedentes dum local e colocando-os num qualquer outro.

4.2 – PERMUTA E TROCA DIRECTA

A permuta dos produtos de trabalho surgiu inicialmente com carácter casual, realizada nos contactos ocorridos entre as diversas comunidades. A permuta é uma forma primitiva dum processo em que as comunidades ainda produziam quase tudo o

que necessitavam. A permuta duma coisa por outra é originada pelo aparecimento de bens que não se destinam a um uso imediato, e podem interessar a outros indivíduos ou grupos sociais. O sistema de permutas vai-se alargando e complexificando no decurso do tempo, tanto pela extensão da massa dos bens como pelo número de comunidades envolvidas. Este processo tem-se mantido esporadicamente num círculo fechado de relações, com base no valor de uso dos bens permutados.

A troca directa (ou escambo) é realizada entre produtores já especializados, sem intermediários. Quando as populações começam a especializar-se nas suas actividades e produzem excedentes trocam entre si produtos diferentes de que necessitam. Mas existe uma diferenciação em relação à permuta que resulta de os objectos produzidos se trocarem já não apenas na base do seu valor de uso, mas também na base do esforço quantitativo necessário à sua laboração.

Na troca directa dum bem por outro não é utilizado qualquer outro meio intercalar ou dinheiro, não existindo qualquer mediação monetária. Esta situação tende a modificar-se quando o intercâmbio se torna demasiado frequente, em resultado da divisão social do trabalho e da produção de excedentes. Nas trocas tradicionais não existe apenas o aspecto económico, embora este seja o dominante. O sistema de troca directa consegue equilibrar os níveis de oferta e de procura, visto que os dois actos se realizam em simultâneo, pois correspondem aos interesses imediatos dos interessados.

Com o avanço gradual da divisão social do trabalho, cada família ou comunidade deixou de produzir totalmente aquilo que consumia. Havia uma agricultura, uma pecuária, uma pesca ou caça, uma salicultura e um certo nível de actividade artesanal. À medida que a produção tende a diversificar-se e aparecem novas profissões, as comunidades que se concentram num tipo determinado de actividade têm de recorrer à troca daquilo que produzem e não consomem, para além do que têm de manter para pagamento do tributo à entidade soberana. A divisão social do trabalho acentuou a necessidade da troca, primeiro de forma directa, entre os produtores. As trocas tornam-se sistemáticas devido à existência dum excedente regular.

A crescente especialização do produtor directo leva-o a intensificar a troca de parte dos seus produtos por instrumentos que sirvam para os seu trabalho, em vez de ser ele próprio a fabricá-los, por certo de maneira mais tosca do que os profissionais já especializados. Este factor revela a tendência para a intensificação das trocas directas dos bens necessários à produção.

As trocas efectuam-se primeiro por intermédio dos chefes de clã, os anciãos ou os patriarcas. O gado constituiu o principal objecto de troca. O trabalho dos primeiros artesãos tinha de ser pago em géneros alimentares. As relações económicas entre as tribos e as outras comunidades convertem-se em vínculos regulares, cada vez mais sólidos, que assumem como forma a troca de produtos. É o caso do intercâmbio entre tribos pastoris e agrícolas. A separação entre o artesanato, a agricultura e a pecuária intensificou a produção de artigos já destinados a corresponder a este intercâmbio.

Com a extensão das trocas é de admitir uma efectiva contracção das permutas, mas é inegável que os produtores continuaram a trocar entre si alguns artigos com base na sua utilidade. Em diversas regiões do globo, as trocas directas de géneros, objectos e utensílios de trabalho continuam a ser prática corrente. Historicamente é ainda habitual o escambo readquirir importância em épocas de crise económica e principalmente de hiperinflação, quando o dinheiro perde grande parte do seu valor.

4.3 – TROCA INDIRECTA

A troca é uma forma de circulação de bens e serviços que implica um acordo de vontades recíprocas, uma transmissão entre as partes, uma avaliação e uma negociação. Resulta duma alienação recíproca de produtos do trabalho ou do intercâmbio de actividades entre pessoas, que se manifesta directamente na produção. É um acto económico conducente à entrega dum bem ou dum serviço que surge associada a uma contrapartida. O aparecimento de excedentes regulares é determinante desse novo fenómeno da vida económica que é a troca. Esta deixa de ser um acto isolado e circunstancial de bens e converte-se numa forma constante, e não casual, de relações entre os produtores e entre estes e os consumidores.

Segundo Karl Marx, “A constante repetição da troca torna-a num processo social regular. Por isso, com o correr do tempo, uma parte dos produtos de trabalho, pelo menos, tem de ser produzida intencionalmente com vista à troca.” (O Capital, primeiro volume, livro 1, pag. 105, Edições Avante, 1990)

A troca indirecta é realizada através dum acto de compra e venda por intermédio duma unidade de medida, de que resultou o aparecimento dum equivalente geral, o dinheiro, e posteriormente a criação da moeda. O acto de troca é dividido em duas fases: na primeira, a mercadoria é cedida contra o dinheiro; na segunda, utiliza-se o dinheiro assim obtido para trocar por outra mercadoria. Do ponto de vista formal, é uma transformação de mercadorias em dinheiro e depois uma transformação do dinheiro em mercadorias. Na troca indirecta entre duas mercadorias estabelece-se uma relação qualitativa que depende da sua utilidade e uma relação quantitativa ligada ao trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas.

Contrariamente à troca directa, as duas operações de compra e venda já não estão ligadas apenas às necessidades directas. Trata-se dum movimento entre indivíduos, em que o primeiro cede mercadorias em troca dum equivalente geral que posteriormente aplica na compra doutras mercadorias para seu próprio consumo, para acumular ou utilizar noutro processo produtivo. Este movimento assume a forma: *mercadoria – equivalente geral – mercadoria*.

A troca directa foi assim ultrapassada pela circulação mercantil com a realização das transacções através dum intermediário e duma outra mercadoria que desempenha as funções de equivalente geral. Tal mercadoria expressa o valor de todas as outras e pela qual todas se trocam, assumindo assim o aspecto de forma geral de valor. Do mundo das mercadorias separa-se espontaneamente uma que goza de grande procura no mercado. O aparecimento deste equivalente implica já um nível bastante elevado do desenvolvimento da produção mercantil e a existência de trocas regulares.

A troca de mercadorias é uma consequência do desenvolvimento dos meios técnicos e da divisão social do trabalho que, por sua vez, amplia o campo das trocas e influi sobre a expansão da produção e a separação dos produtores. A divisão entre camponeses e artesãos acentuou a necessidade de recorrer à troca, primeiro directa e depois através de mercadores a desempenhar um papel de intermediários. As compras e vendas de instrumentos de produção foi crescendo ao longo do tempo. A especialização das produções, que é a base duma economia de trocas, arrastou consigo o desenvolvimento dos meios de transporte.

Na agricultura um dos factores decisivos para a expansão das possibilidades de troca das mercadorias foi a passagem da renda paga sob a forma de géneros ou serviços à renda em dinheiro. Os agricultores não dispõem de dinheiro, mas possuem o seu equivalente em produtos das suas colheitas e em cabeças de gado ou produtos dos animais como o leite, a lã, as peles, coisas que a população citadina necessita e procura em troca de dinheiro.

A troca indirecta torna-se uma forma de distribuição das mercadorias produzidas, constitui um vínculo entre produtores especializados e simultaneamente separados e liga a produção e a distribuição com o consumo. A par duma produção destinada ao consumo e à acumulação de bens pelos governantes, surge a produção doutros bens com a finalidade de serem especificamente objecto de troca interna e externa, como actividade mercantil. O desenvolvimento e a complexidade do sistema de trocas deu lugar à formação dum novo grupo profissional – o mercador – dedicado apenas a intervir como intermediário nas transacções efectuadas, com tendência a alargar-se pela própria lógica do crescimento das trocas.

4.4 – VALOR DE USO

O valor de uso é a capacidade que um produto tem para satisfazer determinadas necessidades do homem ou da sociedade no seu conjunto, através do uso, do consumo ou para servir de meio de produção de outros bens materiais. Esta capacidade resulta das condições naturais, das características das matérias de que o produto é feito e do trabalho concreto despendido na sua produção. O valor de uso está condicionado pelas propriedades físicas, químicas, biológicas e outras propriedades das coisas e também pelas características adquiridas em consequência da actividade humana dirigida a um fim. Algumas coisas satisfazem directamente as necessidades pessoais do homem servindo de objectos de consumo pessoal, como os alimentos ou o vestuário; outras servem como meios de produzir matérias-primas, combustíveis ou ferramentas.

São valores de uso tanto os produtos conseguidos através do trabalho concreto como muitas outras coisas oferecidas pela natureza. É o caso dos “bens livres” como o ar, a água, a chuva que beneficia a cultura dos campos, a energia solar, o solo virgem, os prados naturais, as florestas bravas, os frutos silvestres, etc. Além destes bens naturais, o valor de uso aparece sob a forma de matéria-prima, de meios de trabalho, de produto de consumo ou de mercadoria. Cada coisa pode conter um ou vários valores de uso. À medida que a ciência e a técnica progredem, o homem descobre novas propriedades das coisas e põe-nas ao seu serviço, aumentando assim a diversidade dos valores de uso. Quanto mais elevada é a produtividade do trabalho, tantos mais valores de uso se criam num tempo determinado.

O valor de uso é uma propriedade inerente a toda a coisa útil, independentemente da forma social de produção. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, noção qualitativa não mensurável e não redutível a um valor de troca monetário. A utilidade proporcionada pelo valor de uso pode ser avaliada quer de forma objectiva e geral, quer de forma subjectiva e portanto variável dum indivíduo para outro. A avaliação subjectiva proporciona, directa ou indirectamente, a posse ou a utilização dum bem ou serviço, num determinado momento e num determinado contexto social preciso.

O papel do valor de uso altera-se com o modo de produção. Tanto na produção comunal, como na produção tributária ou na produção mercantil, os produtos apresentam-se como valores de uso. Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor, quando não integra trabalho. Quando se transformam em mercadorias têm de se realizar como valores próprios quantitativos, além de antes se terem realizado como valores de uso, e têm de possuir a propriedade de satisfazer as necessidades dos compradores. No regime de produção capitalista, o valor de uso só interessa quando é portador de valor e de mais-valia, pois o seu fim imediato e essencial consiste em extrair lucros.

4.5 – MERCADORIA

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Um produto só se transforma em mercadoria quando se destina à venda através da troca, isto é, quando excede as necessidades do produtor e é de interesse deste proceder à sua venda ou quando é produzido já com essa finalidade. Neste último caso, o produtor começa a consagrar-se também à produção de bens destinados à troca, com a finalidade de serem lançados no mercado, para serem vendidos e usados posteriormente por outros produtores ou pelos consumidores. Nasce a mercadoria e com ela o mercado, não só, como forma de ligação entre os camponeses ou os pastores, aos artesãos, caçadores ou pescadores, mas também, como forma das classes dominantes adquirirem noutras fontes bens de prestígio fora das usais esferas de influência.

Os produtos do trabalho convertem-se em mercadorias quando aparece a divisão social do trabalho e quando começam a surgir determinadas formas de apropriação dos meios de produção e dos frutos do trabalho. A mercadoria assume-se assim como uma categoria histórica. A redução de produtos a mercadorias é um fenómeno que mudou a estrutura da sociedade. A produção de bens e serviços, que representava apenas um esforço dirigido para o sustento da comunidade, transformou-se num processo de produção intencional de mercadorias, o que permitiu o enriquecimento privado.

A mercadoria possui duas propriedades essenciais: em primeiro lugar, tem de satisfazer uma necessidade humana, para consumo ou reprodução, propriedade esta que reúne as suas características qualitativas, ou seja, constitui o seu valor de uso; em segundo lugar, como produto susceptível de ser trocado, a mercadoria é portadora dum valor que representa o trabalho social incorporado na sua produção. Todas as mercadorias são o resultado do trabalho do homem e tornam-se quantitativamente comparáveis porque todas incorporam uma certa quantidade desse trabalho. Só existe mercadoria quando existem pelo menos dois contraentes, ambos possuidores de bens, convictos de tirarem proveito com a cessão recíproca dos bens possuídos.

Com o aparecimento das mercadorias alteram-se as relações directas entre produtores separados e independentes, baseadas no valor de uso, e surge um novo tipo de relações sociais que envolvem intermediários, que baseiam as suas compras e vendas no valor de troca. Na prática, estas trocas aparentam tratar-se de relações apenas entre coisas, o que levou Karl Marx a designar este fenómeno como feiticismo das mercadorias. Os possuidores das mercadorias não trocam os seus artigos directamente entre si mas através dos possuidores de dinheiro, em consequência do que se desenrola um conjunto de vínculos sociais.

A circulação mercantil é a soma de todas as relações de intercâmbio dos possuidores de mercadorias. Envolve o conjunto de fenómenos económicos que acompanham e se relacionam com a transmissão ou a troca de bens. É essencialmente, e não apenas formalmente, distinta da troca imediata de produtos. As relações de distribuição e de troca dos produtos do trabalho determinam o “modo de circulação”. As mercadorias entram em circulação quando procuram compradores e retiram-se da circulação quando chegam às mãos dos consumidores. As coisas circulam no sentido económico quando estão disponíveis para a troca e mudam de dono. Importa que seja rápida e segura a circulação encarregada de fazer chegar o produto ao consumidor e de repartir os rendimentos por todos os membros da sociedade. Na circulação de mercadorias o dinheiro funciona como meio ideal de conta e como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida.

Os excedentes na esfera da produção, agrícola ou artesanal, entregues como tributos às classes que detêm o poder, são por elas consumidos, servem de pagamento

aos seus súbitos ou integram-se, através dos mercadores ou dos comerciantes, no processo de circulação.

4.6 – VALOR

O valor é uma categoria económica inerente à produção mercantil. Não actua nas relações económicas tributárias. As relações geradas pelo domínio senhorial não dependiam nem se regulavam pelo valor do produto. O quantitativo da renda era estabelecido pelas relações directas de subordinação dos produtores ante as classes dominantes. O tributo girava em torno dos bens que constituíam o mínimo necessário ao autoconsumo do produtor directo. Quanto muito podiam aparecer alguns critérios quantitativos a estabelecer para fixar a renda concreta, o que viria a acontecer em certos casos de renda em espécie e nas rendas monetárias. O valor não era a forma económica geral de que se revestia a riqueza. A necessidade da sua determinação manifesta-se numa forma muito limitada, só irrompendo quando parte dos tributos em géneros ou dos excedentes dos produtores se encaminham para o mercado. O valor emerge das trocas e, portanto, só aparece nas sociedades quando se começam a trocar artigos e se produz para o mercado.

O valor representa uma característica social que exprime o que uma mercadoria tem de comum com outras mercadorias, apesar das suas diferentes utilidades. Um valor de uso tem um valor quando nele está incorporizado trabalho humano. Todas as coisas úteis podem ser consideradas sob dois pontos de vista: o da qualidade e o da quantidade. Ao primeiro corresponde o conceito de valor de uso que já foi referido. Ao segundo correspondem as noções de valor e de valor de troca, com aspectos diferentes mas interligados.

É o trabalho que constitui a base ou a essência do valor, mas os produtos são numerosos e variados. O esforço na produção varia dum bem para outro, pelo que é indispensável dispor numa medida geral comum a todas as mercadorias. O tempo de trabalho necessário à produção corresponde a este atributo e é um elemento perfeitamente quantificável. Independentemente das propriedades concretas das mercadorias como valores de uso, todas elas são simples condensações de trabalho humano, isto é, de gastos de energias cerebrais, nervosas e musculares. Segundo Karl Marx “O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (Karl Marx, *O Capital*, Livro I, tomo I, pag. 51, Edições “Avante”, 1990)

O possuidor duma mercadoria ao pretender transaccioná-la procura considerar o elemento quantitativo que existe na outra mercadoria que pretende adquirir. Seria impossível quantificar esse factor comum tomando como base a utilidade, pois esta não é redutível a equivalências quantitativas. Impõe-se assim a cedência dos objectos transaccionados em função da comparação quantitativa do valor que lhes é atribuído.

O trabalho em si não tem valor, mas sim a força de trabalho que corresponde ao valor socialmente necessário para a sua reprodução. Todo o trabalho é dispêndio de força de trabalho e nesta qualidade forma o valor das mercadorias. Este valor é essencialmente função do trabalho social médio incorporado nas mercadorias.

No processo concreto de determinação do valor da mercadoria participa primordialmente o valor da força de trabalho ao qual é imputado um valor social medido em tempo, em geral, número de horas de trabalho. Este valor é calculado pela quantidade média de trabalho social necessário à sua produção, num determinado período e contexto histórico. O valor dos meios de produção é incorporado, numa só

vez ou por fases, conforme esses meios participam num único processo produtivo, como é o caso das matérias-primas e auxiliares, ou em vários processos produtivos, como é o caso dos instrumentos e utensílios de trabalho, das máquinas, ferramentas, etc. O trabalho anterior já realizado, imputado aos objectos e meios de trabalho transfere-se por completo para o novo produto, ao passo que o valor dos meios de produção fixos vai-se transferindo gradualmente à medida que se vão desgastando.

A magnitude do valor da mercadoria muda em proporção directa com a quantidade de trabalho socialmente necessário e em proporção inversa com a produtividade do trabalho. A produção de mais unidades duma determinada mercadoria com o mesmo número de horas de trabalho significa um aumento da quantidade de valor de uso ao dispor da sociedade e uma diminuição do valor unitário da mesma mercadoria.

Em resumo, o que determina o valor das mercadorias é na sua essência o tempo de trabalho socialmente necessário para as produzir em termos médios, utilizando os instrumentos de produção normalmente em uso em determinada época e espaço. O valor das mercadorias resulta da formação histórica das duas principais características da produção: a divisão do trabalho e a separação dos produtores singulares. Por outras palavras, a formação da propriedade privada dos meios de produção.

As diversas formas de valor expressam-se nas etapas do desenrolar do processo histórico da produção mercantil. Distinguem-se as seguintes formas de valor: a simples ou fortuita, a desenvolvida ou total, a geral e a forma dinheiro do valor. A primeira forma em que se expressa o valor duma mercadoria corresponde à etapa inicial do desenvolvimento da produção mercantil. Esta forma é simples porque o valor da mercadoria é expresso numa só mercadoria; é fortuita porque a mercadoria que exprime o valor é determinado casualmente, dado o pouco desenvolvimento da produção mercantil; a primeira mercadoria assume a forma relativa de valor e a segunda a forma de equivalente. A forma desenvolvida do valor vai substituindo a forma simples à medida que cresce o intercâmbio mercantil e este adquire um carácter mais ou menos regular; a mesma mercadoria começa a expressar o seu valor em relação a muitas outras mercadorias e não apenas a uma. Da forma total do valor decorre a base do conjunto das mercadorias, isto é, o trabalho invertido na sua produção. A forma geral do valor é o resultado subsequente do desenvolvimento da produção mercantil e que conduz à separação duma determinada mercadoria, pela qual se trocam e se expressam o valor das restantes, e que constitui o equivalente geral. Qualquer mercadoria pode desempenhar a função de equivalente geral, mas a pouco e pouco tal função fixou-se numa só mercadoria que assim se converteu em dinheiro. Aparece assim a forma monetária do valor.

4.7 – VALOR DE TROCA

O elemento quantitativo representado pelo tempo de trabalho necessário à produção, ou seja, o valor, não pode explicar o valor particularizado das trocas em cada situação concreta. O valor não se manifesta de imediato após o acto da produção, mas apenas no acto de troca, por intermédio dum valor de troca. O valor da mercadoria adquire uma forma precisa, no acto de troca propriamente dito, por intermédio da relação quantitativa que se estabelece indirectamente através do valor de outra mercadoria. Esta relação é o valor de troca. Numerosos factores intervêm nas permutas efectivas que alteram a proporção entre valor e valor de troca. Porém, há uma tendência

para se aproximarem estes dois valores conforme o tempo e a amplitude das transacções.

Nas relações de troca comparam-se duas espécies de mercadorias, com valores de troca diferentes, em que uma delas desempenha a função de equivalente. A determinação do valor de troca exige que todas as mercadorias possam ser expressas num equivalente geral com propriedades particulares, como sejam: fácil divisibilidade, boa conservação e conter um valor próprio fixo ou de determinação fácil.

O valor de troca duma mercadoria pode variar devido a três ordens de factores: variações no valor da mercadoria que se encontra na forma relativa, mantendo-se constante o valor da mercadoria equivalente; variações no valor da mercadoria equivalente, mantendo-se constante o valor da outra mercadoria; variações simultâneas no mesmo sentido ou em sentidos opostos, na mesma proporção ou em proporções diversas.

O valor de troca corresponde ao valor individual das mercadorias produzidas num determinado ramo de produção, segundo os meios utilizados pelo produtor, o processo de trabalho, o nível técnico de organização da produção e a produtividade. Isto origina que seja diferente, no tempo e no espaço, a quantidade necessária de trabalho para laborar uma unidade de produto da mesma qualidade, nas condições médias de produção socialmente normais.

Entre os factores que influenciam o valor de troca incluem-se: a circulação, a fragmentação dos mercados numa série de zonas mercantis mais ou menos separadas em consequência da fragilidade dos sistemas de conservação ou de transportes. O valor de troca é ainda influenciado pelas diferentes condições económicas existentes nos domínios estatais ou senhoriais, nos mercados ou nos concelhos. As determinantes do valor de troca tendem a agir em áreas delimitadas dentro das regiões onde predominam transacções comerciais, o que possibilita um comércio com uma grande margem de especulação.

4.8 – PREÇO

O preço é a expressão monetária do valor de troca dos bens e dos serviços no mercado. É a forma transformada do valor de troca, quando esta ocorre no processo de circulação. O preço é a relação entre a posse duma coisa e a doutra, ou seja, a razão de troca entre duas mercadorias possuídas por duas entidades diferentes. O valor das mercadorias expresso em moeda resulta do valor da própria moeda. Os preços podem subir ou baixar quer pela mudança do valor da mercadoria quer pela mudança do valor do material monetário. É o efeito duma relação entre dois valores de troca; quando se altera um dos termos do binómio altera-se necessariamente o preço. Esta alteração pode resultar tanto da modificação dos valores das mercadorias, sobretudo devido à elevação da produtividade do trabalho, como da modificação do valor do equivalente geral, o dinheiro, como do custo de produção do ouro e da prata, da valorização ou desvalorização das peças metálicas ou do efeito das alterações da procura e da oferta. A mudança do valor destes metais não impede a sua função como medida de valor, nem afecta a sua função como padrão de preços.

O valor é um factor abstracto que não inclui todas as determinações que intervêm na formação do valor de troca concreto de cada mercadoria expresso em moeda; todavia, é essa quantidade de valor que constitui a primeira e grande determinante do nível de preços. Embora na base do preço esteja o valor de troca, o preço separado de cada mercadoria não coincide obrigatoriamente com esse valor. A categoria “preço” é

muito mais complexa do que a categoria “valor de troca” e também muito mais concreta. Por efeito da oferta e da procura os preços afastam-se do valor para mais ou para menos. Outros factores intervêm também no nível de preços, como sejam a raridade, a alteração da utilidade ou o interesse em reduzir as existências, promovendo a ampliação da oferta.

O preço duma mercadoria nem sempre se encontra ligado ao seu valor. Em casos extremos começam a ter um preço mesmo coisas que não têm um valor em si. Como não é o resultado do trabalho do homem, o terreno inculto não tem valor. Porém, quando a terra se torna propriedade privada entra no circuito mercantil, vende-se e compra-se, passando a possuir um preço. Esse preço é baseado na renda do solo e na taxa de juro corrente. O preço da renda da terra capitalizada é equivalente à soma de dinheiro que pode trazer um juro igual à renda obtida do terreno concreto. O carácter subjectivo da avaliação do preço da terra permite grandes variações decorrentes da maior ou menor procura de produtos agrícolas, da dimensão da superfície das terras cultiváveis e da tendência crescente ou decrescente da taxa de juro. O preço da terra é ainda um meio fértil de especulação.

No modo de produção tributário, o artesão trabalhava sob encomenda ou transmitia o objecto a um outro artesão que continuava o seu fabrico. O valor do produto era calculado como um ganho razoável para o artesão, justa recompensa pelo seu trabalho. Os preços estavam pouco submetidos à influência do jogo livre e incontrolado do mercado impessoal. Daí o emprego frequente do termo “preço justo”, que possuía um significado simultaneamente moral, jurídico e económico.

Na produção mercantil simples e nos estados iniciais do modo de produção capitalista, as mercadorias vendiam-se a preços fixados no mercado e próximos, em maior ou menor grau, do seu valor. O afastamento dos preços de produção do seu valor não contraria o conceito de valor, dado que, no âmbito da sociedade, a soma dos preços de produção das mercadorias tende a igualar a soma dos seus valores. Em curtos lapsos de tempo, os preços não coincidem com o valor de troca das respectivas mercadorias, tendo em atenção os múltiplos factores concretos que se fazem sentir na realidade viva e imediata. Quanto mais vasto for o período de tempo que se considere mais os preços tendem a oscilar em redor do valor de troca, tanto mais se fazem sentir os factores fundamentais que os regulam.

Na economia capitalista, os preços de mercado, preços quotidianos que se pagam pelas mercadorias, flutuam em torno do preço da produção. Este é igual à soma dos custos de produção e da margem de lucro, calculado a um índice médio de lucro, numa certa esfera de produção. A obtenção do máximo lucro passa a ser o motivo imediato, o objectivo e a finalidade da produção e da circulação das mercadorias. Os preços praticados são consequentemente afectados por fenómenos que não têm a ver com o processo produtivo, mas sim com este objectivo fundamental do sistema capitalista.

5 – MEIOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – DINHEIRO E SUAS FUNÇÕES

O aparecimento do dinheiro não é uma invenção técnica pura e simples nem resulta apenas do incremento das trocas. A passagem da simples permuta para o uso do dinheiro não acontece em geral directamente, mas sim através de fases intermédias cujo

conhecimento e compreensão correspondem à natureza da sua função. Quando ocorre a necessidade dum determinação generalizada do valor torna-se imprescindível dispor dum medida que exprima o valor de todas as mercadorias e as torne comparáveis. Esta terceira mercadoria tende a restringir a sua forma específica como bem de consumo ou de produção e a assumir, de forma predominante, a sua função de intermediária na circulação mercantil. A característica específica do dinheiro consiste em distinguir-se das restantes mercadorias na medida em que é directa e universalmente permutável por qualquer uma outra.

Os actos, de venda e compra, em que podem intervir indivíduos diferentes, possibilitam que a troca se separe no espaço e no tempo, podendo conservar-se o dinheiro obtido por um período mais ou menos longo. O dinheiro liberta a troca dos limites estreitos das relações entre apenas dois produtores, para as transformar num fenómeno iminentemente social.

Para o dinheiro surgir na vida económica é imprescindível que estejam preenchidas diversas condições. O processo que leva ao aparecimento do dinheiro é o resultado dum longo processo histórico, que resulta dum nível já bastante elevado do desenvolvimento da produção mercantil e da existência dum intercâmbio regular. Uma espécie particular de mercadorias adquire a forma de dinheiro quando os produtores as admitem como forma unitária e geral de valor. Inicialmente foram diversas as mercadorias empregues como equivalente geral: o gado foi um dos produtos constituído como unidade de medida do valor das transacções; entre outros objectos pré-monetários contam-se os cereais, as barras de sal, as contas de âmbar e de vidro ou as conchas. Os chineses utilizavam, nas grandes operações comerciais ou pagamentos, peças de seda com dimensões regulamentadas, e vestuário de cânhamo. Os “cauris” (conchas dum molusco) espalharam-se um pouco por toda a parte ao sul do Sara, constituindo uma espécie de unidade monetária de toda a África Negra. Os ameríndios da parte setentrional do continente americano usavam como moeda as peles de castor.

À medida que se foi incrementando a troca mercantil, a forma do dinheiro foi-se fixando na prata e no ouro graças às suas propriedades físicas e químicas. O facto de estes metais servirem como meio de troca privilegiado motivou o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da tecnologia destinada à sua produção, apesar do fraco consumo. O ouro e a prata também se compravam e vendiam, mas esta função era suplantada pela função de medida de valor de troca de todas as mercadorias. Com o aumento da produtividade no trabalho de produção destes dois metais, o seu valor baixou subindo, por consequência, o preço relativo de todas as mercadorias quando se exprimiam em relação ao ouro e à prata.

Na economia mercantil, o dinheiro cumpre as seguintes funções: 1. medida de valor; 2. meio de circulação; 3. meio de entesouramento; 4. meio de pagamento; 5. meio de acumulação; 6. dinheiro universal. O alcance e a importância relativa de cada uma destas funções indiciam diferentes níveis do processo social de produção.

Como medida de valor, a função do dinheiro consiste em proporcionar um ou mais materiais para expressar o valor de todas as restantes mercadorias. O próprio dinheiro começa por ter um valor, cuja substância é o trabalho despendido na sua produção. Toda a mercadoria expressa o seu valor em dinheiro, o que possibilita a comparação quantitativa entre as diversas mercadorias. O dinheiro pode assim cumprir a sua função de medida de valor face à correlação que se estabelece entre o seu valor e o valor dum outra mercadoria.

Como meio de circulação, a função do dinheiro assenta no facto de servir como intermediário no processo da circulação das mercadorias. O dinheiro circula

impulsionado pela própria sequência da troca de mercadorias, desempenhando o papel passivo enquanto a mercadoria desempenha o papel activo.

A função do dinheiro como meio de entesouramento deve-se ao facto de poder constituir uma reserva para a aquisição futura de matérias-primas e outros meios de produção. As moedas de ouro e prata tornavam-se tão raras e de tão acrescido valor que praticamente não chegavam a circular, servindo quase sempre para acumulação sob a forma de entesouramento. Porém, os Estados não podiam pretender beneficiar as suas riquezas e o nível de vida do seu país acumulando simplesmente metais preciosos, sem velar pela expansão simultânea da produção industrial e do comércio.

A retenção do dinheiro podia resultar da venda das mercadorias ou da prestação de serviços e o seu montante guardado com vista à sua aplicação na produção, ou na acumulação e circulação de riqueza. Além do entesouramento estatal, os grandes mercadores passaram a dispor de consideráveis disponibilidades. O entesouramento constituía uma concentração do elemento universal da riqueza que permitia a sua conversão em bens com um valor de troca concreto e uma utilidade específica. Permitia ainda que indivíduos das classes dominantes gastassem dinheiro a troco de objectos de luxo e de prestígio, representativos de poder ou de ociosidade. O comércio de artigos de luxo contribuía para absorver uma parcela do dinheiro da aristocracia.

O dinheiro actua como meio de pagamento quando as transacções de compra ou venda das mercadorias se efectuem a prazo, isto é, com um diferimento do pagamento. O dinheiro só entra então em circulação quando se vence o prazo de pagamento. O vendedor torna-se credor e o comprador devedor. Esta função ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias e é cumprida também nas operações de empréstimos, no pagamento dos tributos em dinheiro, dos impostos, das rendas, etc. A importância do dinheiro como meio de pagamento diferido vai-se destacando à medida que o regime capitalista se desenvolve. A acumulação do dinheiro torna-se necessária para poder satisfazer as dívidas nas datas dos seus vencimentos. O entesouramento reduz-se então como forma de enriquecimento e cresce como forma de reserva de meios de pagamento.

A acumulação, pura e simples de dinheiro, não correspondia a uma necessidade económica, pois não predominava ainda, na economia mercantil, a alienação do lucro. A partir dos séculos XV e XVI começa a revelar-se em larga escala a importância do entesouramento monetário no processo de formação do capitalismo. A moeda começa a ser considerada, não apenas como um meio de adquirir objectos úteis mas como um fim susceptível de acumulação e frutificação.

À medida que se desenvolve a produção mercantil ampliada e o comércio externo, os metais preciosos, ouro e prata, passam a desempenhar o papel de equivalentes gerais no mercado mundial. Também o cobre era frequentemente utilizado como medida de valor. O dinheiro cumpre assim a sua função de dinheiro universal nas transacções externas e no sistema de pagamentos entre as diversas comunidades. Cada país necessita dum fundo de reserva tanto para a circulação interna como a circulação universal.

5.2 – MOEDA E SUA ORIGEM

A moeda é a expressão concreta do dinheiro. Dispõe duma representação material, com valor económico, que é utilizada como instrumento de troca, possuindo como tal um poder aquisitivo servindo para determinar, duma forma prática, o preço das coisas. Num sentido mais restritivo a moeda é dinheiro feito de metal. A moeda é, ao fim e ao cabo, uma mercadoria e como tal exposta a oscilações, podendo o seu valor

subir ou baixar segundo a sua situação no mercado. A firmeza que dá aos preços não pode ser absoluta. Porém, os metais preciosos são os que estão menos expostos a variações frequentes e repentinas.

A moeda aparece quando, a par do desenvolvimento das relações mercantis, se torna indispensável dispor dum estalão quantitativo que exprima o valor médio geral contido em cada mercadoria e o seu valor particular concreto. A moeda presta um importante serviço como unidade de medida comum em que se expressam todos os valores. Na sua origem, a moeda não é senão uma mercadoria reconhecida como equivalente geral e, ao mesmo tempo, utilizada como intermediária nas trocas. Sem ela, para fixar o preço duma mercadoria seria necessário comparar o seu valor com todas as restantes. A passagem da moeda na sua forma física original à moeda cunhada constituiu uma mudança exterior de forma, mantendo-se porém um comportamento idêntico na circulação.

A moeda é um instrumento que facilita as trocas e a reserva de valores e, como tal, triunfou plenamente no domínio das relações mercantis. Era usada não apenas no comércio, mas também na colecta de impostos, no pagamento total ou parcial de rendas e naturalmente para amearhar. Sob a forma de moeda, o dinheiro cria novos protagonistas sociais: proprietários endinheirados, detentores de capital, banqueiros, investidores para compra de terras, casas ou negócios. A posse do dinheiro permite meios de contacto, transacções comerciais, influência política e até corrupção.

A produção de moeda com metais preciosos como matéria-prima testemunhou o rápido desenvolvimento duma economia monetária. A organização do sistema monetário em torno de ouro, prata ou electrum (liga de ouro e prata), consolidou-se em duas frentes: a do ouro e prata e a da acumulação de capital, em parte concentradas nas mesmas mãos. A moeda substitui gradualmente a lógica da acumulação de riqueza em bens materiais por uma lógica baseada na obtenção do máximo lucro e de acumulação de capital.

No momento em que se converte em moeda, o ouro estabelece uma relação mais ou menos estável com a prata e mesmo com outros metais, como o cobre e o bronze. Para além do ouro e prata também circulavam moedas de cobre e de latão, destinadas a transacções de baixo valor. Estabeleceram-se sistemas monometálicos puros ou sistemas bimetálicos, em que as moedas cunhadas em ambos os metais tinham valores independentes. Para que este último sistema seja eficaz é necessário que a relação entre as duas quantidades de metais disponíveis se mantenha estável. A adopção de sistemas bimetálicos exige uma equivalência entre o valor dos dois metais contidos nas diversas peças metálicas. Quando isso não acontece surgem desequilíbrios que podem dar origem a um entesouramento das melhores, só se utilizando nas transacções as mais desvalorizadas. Este fenómeno está expresso na Lei de Gresham, segundo a qual, a má moeda expulsa a boa.

A emissão estatal tende a centralizar a vida social e a afeiçoar uma máquina de direcção política monetária. O monopólio monetário amplia a possibilidade duma decisão no sentido da valorização ou desvalorização num âmbito nacional. A intervenção dos governos no fabrico de moeda justifica-se pela necessidade de evitar a diversidade de moedas e a sua adulteração. Porém é o próprio Estado que viola frequentemente as leis monetárias. A livre emissão particular aconteceu em alguns povos onde as entidades senhoriais locais batiam moeda própria, o que trouxe consequências de certo relevo às relações entre os homens, designadamente a dispersão dos poderes de decisão política e de intervenção económica.

A grande viragem ocorre com a passagem das moedas metálicas às notas bancárias, convertíveis em moedas em prata e ouro. Com o seu aparecimento passam a

conviver na circulação duas formas de moeda intimamente interdependentes, mas distintas, em que uma delas constitui a base da criação da outra. O seu uso começou com a entrega, aos credores ou aos depositantes de promessas de pagamento, de verdadeiras notas ou ordens de pagamento. Estes instrumentos representaram um importante papel como meio de pagamento. Em 1696, iniciou-se a moderna emissão fiduciária sobretudo com os bilhetes do Tesouro do Banco de Inglaterra. Estes bilhetes suprimiram a escassez da circulação e desempenharam um papel importante no advento da estabilidade financeira.

5.3 – MASSA MONETÁRIA

O avanço da actividade económica tendia naturalmente a ser acompanhada pelo crescimento da massa monetária, indispensável às novas condições dum comércio crescente que exigia a utilização de uma medida comum e geral do valor de troca de todas as mercadorias. Na sua evolução histórica a moeda tomou diversas formas, desde a moeda metálica até à moeda escritural, passando pela moeda de papel, englobadas na massa monetária existente num país ou região, num dado intervalo de tempo, para assegurar o funcionamento das actividades económicas e sociais. O estoque monetário, ou seja, a quantidade de moeda existente num dado momento, não é constantemente utilizado na sua totalidade, podendo distinguir-se a circulação monetária e a massa monetária activa.

Os metais preciosos foram primeiramente empregues sob a forma de lingotes e barras, mas a necessidade de os verificar e pesar levou a adaptá-los a um formato mais adaptado ao uso monetário. Passa-se assim da moeda pesada à moeda contada. Os lingotes e barras circulam ainda nas relações internacionais e como entesouramento ou reserva de emissões fiduciárias.

A necessidade de facilitar e intensificar as transacções comerciais motivou a criação dum tipo de moeda não apoiada exclusivamente pelo ouro ou pela prata, denominada moeda fiduciária que circula sob a forma de notas e de moeda divisionária. O seu valor é fictício e repousa sobre a confiança do portador em relação ao emissor. A entidade emissora lança em circulação uma quantidade superior à reserva em metal nobre de que dispõe, baseada no conhecimento experimental de que os possuidores de moeda-papel não vêm todos ao mesmo tempo exigir a entrega do respectivo metal precioso. O símbolo do dinheiro precisa de adquirir a sua validade própria e esta é adquirida através do curso forçado. No sistema de papel-moeda pode ser negada a conversão livre do papel em metal, embora o seu curso forçado não esteja desligado duma reserva em valores metálicos ou outros considerados equivalentes.

A produção de dinheiro simbólico cria a ilusão de que o dinheiro se tornou completamente independente da mercadoria e que o seu valor deixa de estar relacionado com o trabalho. O processo de substituição do dinheiro por símbolos cria as condições para o afastamento da relação entre a quantidade de valor, que sob a forma de equivalente geral seria necessária para assegurar a circulação das mercadorias, e a sua representação simbólica. Com o aparecimento do papel-moeda de curso forçado torna-se possível produzir um equivalente geral sem valor intrínseco, sem qualquer valor de uso específico fora da sua função, não estando esta produção sujeita aos limites naturais, no caso dos metais preciosos, mas apenas dependente da vontade das autoridades monetárias centrais a quem incumbe a emissão de papel-moeda. Em princípio deveria apoiar-se num valor intrínseco real, o lastro, constituído por depósitos em ouro a servir de garantia. Quando a circulação consiste em notas inconvertíveis é sempre o ouro que

exerce a função de medida de valores, mesmo se a moeda metálica tiver desaparecido completamente. O papel-moeda não tem valor em si, não podendo portanto medir valores. Não é mais que um símbolo de valor. Representa apenas um valor igual ao da quantidade de ouro que ele substitui.

A moeda volante era uma cédula para obter fundos, podendo considerar-se uma primeira tentativa de papel-moeda ou de instrumento de crédito. Os interessados depositavam os fundos e eram reembolsados por estabelecimentos comerciais ou sedes de administração local.

A moeda escritural é uma moeda que não tem expressão material, mas que serve para fixar nas suas unidades qualquer transacção. Os pagamentos por compensação não exigem uma circulação efectiva, senão para além dos excedentes escriturados. Permite efectuar pagamentos por simples jogo de escrituração. A generalização dos cheques e transferências permitiram aos estabelecimentos de crédito tornarem-se emissores de moeda. Os bancos têm a obrigação de conservar um mínimo de cobertura da moeda escritural.

A massa monetária concretiza-se das formas mais diversas em cada sociedade. Depende do nível histórico da produção social, do grau de desenvolvimento da actividade mercantil e das suas características. Quanto mais intensa for essa actividade mais rapidamente gira a moeda. Depende também das maiores facilidades ou dificuldades em obter o metal nobre, das modificações das suas razões de troca, da política monetária seguida pelas entidades que controlam o privilégio da emissão, da própria existência dum sistema monetário assente nos dois metais ou num sistema de monometalismo do ouro ou da prata. Pode admitir-se uma variação da massa monetária em virtude do crescimento do volume global dos preços das mercadorias, da queda do valor do ouro e da prata ou da sua valorização. A função da moeda escritural como meio de pagamento diminui substancialmente a quantidade de dinheiro necessária à circulação. O dinheiro pode aparecer na sua forma material apenas para regularizar as transacções que não se compensem. A função da moeda como meio de entesouramento leva à interrupção do processo de circulação. O aumento do crédito concedido reduz na mesma proporção a quantidade de moeda que efectivamente tem de girar.

5.4 – CIRCULAÇÃO MONETÁRIA

A circulação mercantil exprime-se pela fórmula $M-D-M'$, isto é, à venda duma mercadoria corresponde a compra de uma outra, e diferencia-se da troca directa de produtos não só formalmente mas também na sua essência. Um valor que se encontra inicialmente sob a forma duma mercadoria passa pela forma dinheiro e volta à forma do valor duma outra mercadoria. A moeda é o meio de circulação das mercadorias. O dinheiro como meio de troca permanece continuamente na circulação. A diferença entre o movimento do dinheiro e o movimento das mercadorias coloca o problema de determinar a quantidade de dinheiro necessária à circulação.

A circulação monetária é a quantidade de moeda que circula durante um certo período de tempo. A que está nas mãos do público, dos bancos comerciais e actua em transacções fora dos cofres do Tesouro ou de operações de longo prazo é denominada moeda circulante. A circulação fiduciária é o valor total das notas de banco central que estão em circulação num dado momento.

O mercado da moeda funciona de maneira semelhante aos demais mercados; um aumento da quantidade de moeda no mercado diminui o seu preço, ou seja, faz com que diminua o seu poder de compra. A acção da oferta e da procura proporciona a cada país

a quantidade de moeda de que necessita, a qual está na razão directa do valor e quantidade de trocas e na razão inversa da rapidez da circulação.

A quantidade de dinheiro necessária à circulação depende, em primeiro lugar, da soma total dos valores que se encontram a circular. Dadas as características deste movimento, em que o mesmo dinheiro pode figurar como forma de valor de diversas mercadorias, a quantidade de dinheiro depende da rapidez com que circula de mão em mão, ou seja, da velocidade com que se efectuam as transacções. A primeira operação actua no sentido directo e a segunda no sentido inverso. A quantidade de dinheiro necessária à circulação depende ainda do próprio valor do dinheiro. Quanto menor este for, maior é a quantidade de moeda a circular.

A lei da circulação do dinheiro determina a quantidade necessária que depende: 1. da quantidade de mercadorias em circulação; 2. nível de preços das mercadorias; 3. da velocidade de circulação do dinheiro.

Com a produção de dinheiro simbólico, à objectividade das leis da circulação do dinheiro pode passar a opor-se a subjectividade das decisões das autoridades monetárias, e é desta oposição que nasce a possibilidade formal e abstracta da inflação.

A estrutura monetária de cada país compreende: 1. a mercadoria que desempenha a função de equivalente geral; 2. a unidade monetária, padrão de preços; 3. os meios legais de circulação e os meios de pagamento (dinheiro metálico, papel-moeda, moeda fiduciária); 4. sistema de cunhagem de moeda; 5. tipo de emissão de notas de banco e dos valores do Estado (dinheiro papel)

5.5 – INFLAÇÃO

A emissão da moeda simbólica pode ultrapassar a quantidade de dinheiro que seria exigida de acordo com as leis imanescentes da circulação de mercadorias, produzindo-se a sua desvalorização e o aumento, na mesma proporção, do nível geral de preços. Com o processo de substituição do dinheiro real por símbolos, nasce a possibilidade formal e abstracta de inflação, o que provoca a desvalorização do papel-moeda em comparação com o material monetário, ouro ou prata.

A inflação é a emissão excessiva de moeda e papel-moeda em relação às necessidades de circulação de mercadorias. O excesso de dinheiro circulante ocorre sobretudo quando surge o pressuposto dum défice, não podendo o Estado cobrir os seus gastos sem recorrer a uma emissão suplementar de moeda. O mais corrente é o fenómeno se dever às consequências das crises económicas e à guerra, com a desenfreada corrida aos armamentos.

A influência da inflação sobre a economia do país é desfavorável, pois a inflação dá origem a um crescimento rápido, incessante e extremamente desigual dos preços das mercadorias. Em consequência destas modificações surgem grandes diferenças de rentabilidade nos diferentes ramos de actividade, estimulando o desenvolvimento de alguns e provocando uma grande descida de produção doutros. Este fenómeno acentua a desproporção e a anarquia na esfera produtiva e distributiva.

O aumento prolongado da inflação cria interdependências em todas as áreas da economia dum ou mais países. Manifesta-se de forma mais rápida num país do que noutros, acabando por prejudicar a posição desse país em relação aos concorrentes estrangeiros. As exportações tendem a diminuir enquanto as importações tendem a aumentar.

A inflação provoca um desequilíbrio económico e uma série de reacções em cadeia sobre os preços, sobre o comportamento das camadas e classes afectadas pela

quebra da moeda e sobre a própria repartição da moeda disponível entre o entesouramento e o seu uso nos pagamentos. Em geral, a inflação prejudica os pequenos produtores de mercadorias e aproveita apenas a alguns elementos da população, sobretudo a classe dos comerciantes que podem repercutir os seus efeitos nos preços. No interior de cada país reduz o poder de compra de determinados rendimentos, agravando o grau de exploração do trabalho assalariado.

A inflação dá origem a um crescimento rápido, incessante e extremamente desigual dos preços das mercadorias, motivando uma situação favorável à especulação. A desconfiança no dinheiro desvalorizado provoca o afã de os seus possuidores se desfazerem rapidamente dele, trocando-o por bens duradouros, isto é, por valores reais. Ao mesmo tempo os negociantes procuram reter as mercadorias que possuem nos seus armazéns esperanças na contínua subida dos preços. Como efeito destas reacções, por vezes contraditórias, acentua-se ainda mais a falta de correspondência entre a quantidade de papel-moeda em circulação e a quantidade necessária para atender à circulação de mercadorias. Perturbam-se as relações de crédito. A concessão de empréstimos torna-se desvantajosa, pois os credores podem receber dinheiro desvalorizado quando do reembolso.

A desvalorização é uma redução oficial do conteúdo em ouro da moeda nacional ou a redução da sua cotação oficial em relação às moedas estrangeiras. Recorre-se à desvalorização para estabilizar a circulação do dinheiro em período de inflação. É uma consequência da perda de valor da moeda, da diminuição da sua capacidade aquisitiva.

Com o modo de produção capitalista criam-se as condições objectivas que impulsionam o fenómeno da desvalorização permanente do equivalente geral. Comparando a forma característica do modo de produção mercantil $M-D-M'$ com a forma de circulação de capital $D-M-D'$, constata-se que ambas se decompõem em operações de compra e venda, nelas participando mercadorias e dinheiro. Porém, estas operações distinguem-se por uma alteração essencial de conteúdo e pela disposição dos elementos que nelas intervêm. Na primeira, são formas de existência e movimento de mercadorias e, na segunda, são formas de valor-capital, valor que se expande no seu processo de circulação, traduzindo o aparecimento duma nova relação social de produção. A circulação do dinheiro passa a ser impulsionada pela circulação do capital, traduzindo a existência de relações monetárias capitalistas e já não simples relações mercantis. Deste modo a inflação contribui para que o capital se concentre, se centralize e acumule.

5.6 – TRANSACÇÕES CAMBIAIS

As moedas, como quaisquer mercadorias, têm o seu preço e, portanto, quando se confrontam duas unidades monetárias diferentes estabelece-se uma relação de câmbio entre si que se denomina cotação da moeda. Essa cotação pode ser directa quando o preço duma unidade ou duma quantidade de unidades se expressa em unidades monetárias do país dado. No método indirecto, a unidade monetária do país expressa-se em moeda estrangeira.

O câmbio pode ser fixo quando duas moedas mantêm entre si uma taxa de equivalência sempre igual. Nesta caso a taxa de câmbio que resulta do funcionamento do mercado não se afasta senão ligeiramente da paridade oficial. No câmbio flutuante uma moeda oscila em relação a outra que lhe serve de referência e as taxas de câmbio são fixadas livremente no mercado, sujeitas à lei da oferta e da procura.

Na base da avaliação do câmbio figura a paridade monetária, isto é, a relação entre as moedas depende do seu conteúdo em ouro. Quando não existe o livre intercâmbio das moedas simbólicas por ouro, nem a livre exportação e importação de ouro, o câmbio da moeda pode distanciar-se da paridade se as flutuações do câmbio não forem reguladas nem limitadas através de medidas estatais adequadas.

Há que distinguir entre câmbio oficial e câmbio livre das moedas estrangeiras. O primeiro é estabelecido por uma instituição monetária do Estado ou por um Banco Central emissor. O câmbio livre é, em geral, sensivelmente mais elevado que o oficial. Forma-se no mercado livre de divisas e vigora na compra e venda de moeda estrangeira no mercado negro. As transacções cambiais deram origem a uma nova profissão especializada, a do cambista, pessoa que troca moeda nacional por estrangeira e vice-versa.

O comércio de divisas envolve, além das operações com moedas, também transacções com mercadorias, com títulos ou simplesmente escriturais, quando intervêm moedas diferentes. As compras e vendas de divisas deram lugar ao funcionamento regular de mercados de câmbios. Tratando-se de duas mercadorias com valores diferentes os seus preços variam conforme se trata duma venda ou duma compra, pois o vendedor procura com esta transacção a obtenção dum lucro. Assim, normalmente os bancos publicam duas cotações para cada moeda: um câmbio mais alto, cotação de vendedor, e um câmbio mais baixo, cotação de comprador. A diferença entre estas duas cotações constitui o benefício obtido no comércio de divisas.

Por vezes, o Estado exerce o controlo cambial sobre todas ou uma grande parte das transacções em moeda estrangeira. Este controlo pode dirigir-se apenas às transferências de capitais ou exercer-se também sobre a compra de bens e serviços. Os governos procuram impedir o encarecimento dos preços que resultaria duma desvalorização, exercer uma discriminação sobre algumas importações, impedir a entrada de capitais estrangeiros ou evitar a fuga de capitais para o estrangeiro.

5.7 – CRÉDITO

O crédito é a operação pela qual uma soma de dinheiro ou mercadorias são concedidas a título de empréstimo por um prazo determinado, sob condição de reembolso acrescido dum juro. A essência duma transacção de crédito consiste numa cedência de bens, serviços ou dinheiro efectivo num dado momento com a promessa de restituição numa data futura. Esta promessa pode ser formal e escrita ou tomar a forma dum simples registo de dívidas e empréstimos, como acontece em muitas operações comerciais. O crédito é pessoal quando se baseia numa simples promessa de pagamento e é real se essa promessa é garantida por um determinado valor. Trata-se dum acto de confiança que comporta duas operações de intercâmbio dissociadas no tempo, passado o qual o credor, pessoa física ou jurídica, tem o direito de pedir o pagamento da dívida ou o cumprimento duma obrigação.

Os empréstimos podem ser acordados entre pessoas que desejam dispor de quantias em dinheiro relativamente elevadas, em relação aos seus rendimentos, para a aquisição antecipada de bens. Em geral, os mutuários são os produtores e comerciantes que pretendem obter recursos financeiros para manter, desenvolver ou ampliar as suas actividades. Também os governos procuram recursos para o pagamento dos seus compromissos que excedem os limites das suas receitas correntes. Os bancos e outras instituições financeiras assumem o papel de prestamistas captando os recursos que posteriormente emprestam aos interessados.

Uma das principais funções do crédito é o financiamento da produção e do comércio, geralmente a curto prazo. Nos processos dos ciclos produtivos e distributivos formam-se sistematicamente recursos monetários que permanecem livres por algum tempo e carências que obrigam ao recurso ao crédito. O crédito contribui para que a produção se amplie e se concentre. As actividades agrícolas necessitam dum tipo de crédito adaptado aos ciclos produtivos, à extensão das culturas e oscilação das colheitas. O industrial adquire matérias-primas, máquinas e ferramentas que põe em movimento e o agricultor adquire fundos para ampliar o seu cultivo com a garantia dos frutos próximos. A necessidade do crédito comercial é motivada pelo facto de nos diversos ramos de actividade não coincidirem o tempo de produção e o tempo de circulação do capital. Nestes casos, a venda da mercadoria a crédito favorece a continuidade do processo de produção, permite que se acelere a rotação do capital e que aumente o benefício.

A possibilidade de aumentar a disponibilidade de capitais constitui também uma das suas principais funções. O crédito facilita a aquisição e o emprego do capital. Ao acumular os frutos do aforro, o crédito encaminha para as actividades produtivas e distributivas somas consideráveis e faz com que os detentores do capital entreguem os recursos acumulados a indivíduos ou entidades empreendedoras que as aplicam na produção ou na distribuição. Desta forma, o crédito coloca em actividade capitais inactivos que, doutra forma, se manteriam como não existentes.

O crédito economiza também o uso do dinheiro, pois permite o planeamento mais flexível dos gastos por amplo espaço de tempo. Evita que produtores e consumidores tenham de deter grandes somas disponíveis para efectuar as suas transacções. Por meio do crédito verificam-se trocas sem necessidade de utilização da moeda podendo suprimir-se, pelo menos em parte, o manejo penoso deste intermediário. As obrigações de pagamento, seja qual for a forma que assumam, realizam-se com muito mais celeridade e menos perigo que o transporte de numerário.

O crédito de consumo é o concedido pelos agentes económicos à população para que compre a prazo os artigos de uso pessoal. Está relacionado com a procura limitada por parte dos consumidores, o que dificulta a venda das mercadorias. Facilita o consumo final dos particulares colocando ao seu alcance bens de elevado custo que, de outro modo, seriam difíceis de adquirir. Tem o poder de ampliar o consumo, tanto das pessoas como das empresas.

Através do crédito o Estado dispõe do poder de ampliar o gasto público para além das receitas correntes, mediante o expediente de emissão de títulos representativos de empréstimos públicos. A expansão desmedida do crédito pode ocasionar ou contribuir para o aparecimento da inflação.

O crédito internacional envolve as relações económicas entre os países e é concedido tanto sob a forma de crédito comercial como de crédito bancário.

Uma particularidade do crédito assenta em que os primeiros beneficiários são as entidades produtoras e não os possuidores do dinheiro. Embora o prestamista não participe na produção, o juro recebido corresponde a uma parcela da mais-valia obtida pelos produtores.

6 – PROCESSO DE CONSUMO

6.1 – CONSUMO ECONÓMICO

O consumo é uma operação económica que consiste na utilização de bens e serviços destinados a serem destruídos, conservados ou transformados, duma forma imediata ou progressiva. O consumo pode não resultar dum processo tangível, pois correntemente consomem-se serviços de todo o tipo: artísticos, educacionais, de saúde, administrativos, etc.

No processo de consumo tem lugar o consumo final ou o consumo produtivo, conforme o consumo se concretiza no acto de satisfazer as necessidades ou desejos individuais ou colectivos ou no acto de utilização dos bens ou serviços num novo processo de reprodução. No primeiro caso, o consumo pode implicar o desaparecimento dum produto, com maior ou menor rapidez, por destruição ou por transformação. No segundo caso os bens são integrados em novos produtos que virão a ser produzidos e consumidos posteriormente.

O consumo individual ou pessoal é o que o homem concretiza ao utilizar directamente diversos produtos para satisfazer as suas necessidades, de acordo com a sua classe social e o nível de vida em que está integrado. Trata-se dum processo de consumo final, em que os bens são consumidos de imediato. Nele estão incluídos os bens ou serviços que se destinam, através do seu uso ou destruição, à satisfação das necessidades dos indivíduos, sem contribuir para o crescimento da produção.

Todas as pessoas, sem excepção, são consumidoras de bens finais e serviços que inevitavelmente utilizam para satisfazer as necessidades que se apresentam ao longo da vida. O consumidor é um comprador dos bens oferecidos no mercado e que aí escolhe e selecciona os que pretende adquirir. São consumidores os indivíduos de classes dominantes interessados em aumentar as riquezas improdutivas como meio de exibição de luxo e de prestígio. Os agentes económicos são consumidores de bens produtivos sem o que as suas actividades seriam irrealizáveis.

O consumo colectivo consiste no uso de bens e serviços colectivos, geralmente fornecidos pela administração pública, escolas, comunidades, instituições de protecção social, justiça, estradas, fornos comuns, etc., utilizados e consumidos duma forma duradoura, sem contribuir para o crescimento da produção.

Os bens e serviços consumidos variam de acordo com os hábitos das famílias, os grupos sociais, os países, ou a classe social a que pertencem os consumidores. Estas disparidades podem explicar-se pelos usos e costumes, as diferenças de nível de vida em função dos seus recursos ou as formas de viver, de se alimentar, de utilizar os meios de lazer, etc. Numa sociedade classista, as relações de consumo são influenciadas pelas desigualdades de distribuição de rendimentos, determinadas em última instância pelo modo de produção.

Os bens consumíveis podem distinguir-se segundo a sua natureza e integrarem-se em diversos grupos, designadamente: os bens alimentares; os bens indispensáveis à vida corrente do homem, como o vestuário, o calçado, ou a habitação; as matérias-primas que virão a integrarem-se na produção de futuros bens; as sementes ou tubérculos que permitirão o cultivo de novos bens alimentares; os utensílios, recipientes, ferramentas ou máquinas, combustíveis, que intervêm no processo produtivo doutros bens. A estes bens há que acrescentar os serviços prestados que não se apresentam sob a forma física, mas que resultam de um certo tipo de actividade humana. A procura de bens de consumo ampliou-se com o crescimento da população e a urbanização crescente. Com o aparecimento do trabalho assalariado, passou a existir uma soma inevitável de coisas que as pessoas tinham de adquirir no mercado, enquanto antes podiam ser fabricadas em casa.

No consumo produtivo, os bens integram-se directamente num novo processo produtivo, que utiliza diversos meios de produção, como ferramentas, máquinas, meios

de transporte, instalações, etc. A utilização destes bens para produzir outros bens representa a fase final do processo de reprodução. Denomina-se como intermédio o consumo constituído pelos bens e serviços utilizados no processo de fabrico e destruídos ou transformados no decurso desse processo, como matérias-primas, energia aplicada, combustíveis.

O factor tempo é também fundamental na classificação dos actos de consumo. Uma parte dos meios de vida são consumidos diariamente e de novo substituídos, outros têm de ser conservados ou armazenados para utilização futura. O vestuário, os utensílios de uso corrente, os recipientes, consomem-se em espaços de tempo mais longo. Alguns meios de vida podem-se classificar como duradouros. Estão neste caso, as alfaiais agrícolas, as habitações, as ferramentas dos artesãos, os armazéns, as instalações pecuárias, as máquinas, etc. Um quadro ou um adorno, uma obra musical, um monumento ou um templo, podem manter-se intactos por períodos incalculáveis de tempo e, entretanto, produzirem satisfação à humanidade.

Segundo Karl Marx, *“O trabalho consome os seus elementos materiais, o seu objecto e os seus meios, digere-os e é, pois, processo de consumo. Este consumo produtivo distingue-se do consumo individual por o último consumir os produtos como meios de vida do indivíduo vivo, o primeiro como meios de vida do trabalho, da sua força de trabalho actuante. O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor”* (O Capital, livro I, pag.212, Edições Avante).

O vínculo entre os processos de produção e consumo está condicionado pela acção das leis económicas dos respectivos modos de produção. A ligação entre estes dois processos é a distribuição e a troca. Não há produção sem consumo ou, mais exactamente, a produção é ela própria consumo de matérias-primas, de instrumentos de trabalho, de energia, de aplicação de conhecimentos humanos.

Nas sociedades primitivas a subsistência do indivíduo está sempre garantida, salvo quando resulta de fenómenos naturais incontrolláveis. O trabalho é logo à partida um trabalho social, integrado no labor geral. A eventual pequena produção particular de géneros alimentares ou artefactos corresponde a uma reduzida parte do produto social auto-consumido, não provocando uma ruptura na actividade comunitária, visto que o objectivo desta produção continua a ser o valor utilitário, a satisfação das necessidades do conjunto dos produtores.

Nas sociedades tributárias, as normas que regem o trabalho social, na base de relações familiares, de servidão ou de escravatura, definem também as modalidades de uso e de apropriação dos bens de consumo. As classes dominantes são essencialmente consumidoras, pois a produção é-lhes entregue sob a forma de tributo pelos camponeses ou artífices ou resulta do trabalho forçado, servil ou escravo executado nos seus domínios. Os produtos entregues pelas classes produtores são consumidos pelos próprios senhores e suas famílias, pelos membros da corte ou dos templos, pelas pessoas encarregadas de serviços administrativos ou outros, pelos militares, etc. Os bens consumidos por estas classes incluem os bens de prestígio, privados de qualquer utilidade prática, raros por natureza, sumptuários, acumulados como tesouros e considerados como preciosos. À sua característica duradoura e possibilidade de conservação associa-se o interesse na acumulação de riqueza. A sua posse é sinal de excelência social ou individual, símbolo de autoridade.

Nas sociedades mercantis, o carácter social só se verifica no mercado, quando o produto encontra comprador, e os participantes intervêm no mundo colectivo das trocas dos produtos. Da utilização incompleta ou incorrecta dos bens económicos resulta uma situação em que as necessidades que poderiam ter sido satisfeitas não o são. O

desequilíbrio entre a produção e o consumo pode ser originado por diversos factores: um excesso de oferta que não corresponde à procura ou inversamente uma procura insuficiente; uma discrepância entre o processo produtivo, a distribuição ou a troca. Quando o consumo se atrasa em relação à produção surge uma crise económica de superprodução, as mercadorias ficam por vender, deterioram-se ou estragam-se por completo. Quando a produção é ou inferior ao consumo social ou distribuída de forma deficiente ou desigual, surgem fenómenos de escassez, de carência alimentar ou de fome.

No sistema capitalista, o operário consome a sua força de trabalho, por um lado, em consumo produtivo ao utilizar meios de produção na transformação de novos produtos e, por outro, em consumo individual, ao utilizar o dinheiro recebido pela venda da sua força de trabalho em meios de vida. Parte deste consumo individual serve para manter a sua própria força de trabalho. O tempo excedente durante o qual o operário trabalha corresponde à força de trabalho apropriada pelo capitalista sob a forma de lucro, utilizado para seu próprio consumo e movimentação de capitais.

Além disso, a sociedade capitalista utilizadora do trabalho assalariado, não se move no âmbito do bem-estar dos consumidores, na satisfação de necessidades pré-determinadas, mas na da obtenção do máximo lucro e na capacidade de compra, daí resultando uma profunda alteração dos objectivos da produção e das condições de consumo.

6.2 – AUTOCONSUMO

O autoconsumo revela-se quando um agente económico absorve toda ou parte da sua produção para satisfazer as necessidades próprias. Surge com particular desenvolvimento nas pequenas explorações agrícolas orientadas para a policultura onde importa, mais do que a economia de mercado, a economia de subsistência.

O autoconsumo corresponde ao valor dos produtos consumidos pelo produtor e sua família, animais e produtos próprios utilizados na sua actividade. Tendem também a ser considerados como autoconsumos os serviços domésticos prestados no domicílio pelos membros da família, compra e preparação de alimentos, limpeza, confecção de vestuário, reparações caseiras ou administração de contas. Tais serviços requerem numerosas horas de trabalho cujo cálculo não é, em geral, apurado. O autoconsumo não é dado por uma linha fixa de conduta, pois varia e tende a crescer ao longo do tempo e às condições económicas e sociais onde ocorre. É mais frequente nas zonas rurais de países menos dominados pelo sistema capitalista.

Os produtos destinados a autoconsumo não são escriturados nas estatísticas e, portanto, não constam das cifras oficiais publicadas do produto interno bruto dos países. Daqui resulta que é enganadora a comparação entre os diversos países deste indicador de actividade produtiva. É notória a discrepância dos dados publicados relativos aos países ou regiões onde se verifica um maior autoconsumo, ou permuta directa entre os habitantes, em comparação com os restantes. O autoconsumo é um fenómeno que tem sido pouco estudado pela teoria económica.

I-6.3 – CONSUMO DE BENS CULTURAIS E DE LAZER

O lazer é uma forma de consumo que difere da dissipação. O lazer varia segundo as condições económicas dos povos e as épocas históricas. Consiste numa expansão de

necessidades não primordiais, paralela à riqueza, que estabelece uma harmonia na sua satisfação e uma graduação com limites determinados. O desejo natural de desfrutar o lazer é um poderoso estímulo da actividade económica. Empregar os tempos livres em satisfazer novas necessidades ou em aperfeiçoar as já alcançadas não é mais do que seguir a via natural de melhorar o bem-estar.

O consumo de bens culturais e de lazer é um sintoma de prosperidade e de progresso, que pode começar por ser encarada como uma coisa supérflua mas que se transforma num útil bem-estar em que se generalizam e aumentam prazeres legítimos. Tal acontece quando nos alimentamos com manjares que, além de nutritivos, são agradáveis ao paladar e a outros sentidos; quando a arquitectura, além da solidez e comodidade, apresenta formas e proporções agradáveis; quando a pintura e a escultura produzem quadros e estátuas que nos dão prazer contemplar; quando a poesia e a música nos proporcionam espectáculos que nos educam e refrescam o nosso espírito, elevando-nos à concepção de grandes e generosos ideais.

Os objectos que fazem parte destes bens, dotados de características especiais, podem ser fungíveis, duradouros ou trocáveis. Possuem pois um valor de uso e um valor de troca, que variam com a sua capacidade de se permutarem por qualquer outra coisa ou comercializarem. Quanto mais vasto for o conjunto variado de objectos susceptíveis de troca, mais extensa a sua eficácia no tempo e mais vasto o seu espaço de aceitação, mais elevado será tanto o seu valor de uso como de troca. Nas sociedades dominadas por classes favorecidas, o consumo destes bens é usufruído quase exclusivamente por elites que, quanto muito, integram classes intermédias ou grupos sociais protegidos pela aristocracia ou pela burguesia.

6.4 – DESPERDÍCIO E LUXO

O desperdício significa a utilização incompleta ou incorrecta dos bens económicos, de que resulta uma situação em que as necessidades que poderiam ter sido satisfeitas não o serão. Da má utilização ou da inutilidade, resulta consumir sem obter fruto algum, fazer algo de infrutífero ou até prejudicial. Numa situação de escassez, os efeitos do desperdício agravam-se e revelam sempre um dano.

O desperdício significa ainda destinar o excedente, produzido por uma dada população num dado ambiente com certas técnicas produtivas, a um tipo de consumo que se apresenta, por um lado, como prejudicial para a vida presente e futura duma sociedade e, por outro, como um prazer exclusivo dum determinado grupo social. Estão neste caso, por exemplo, a destruição ritual de bens ou as formas de luxo destinadas a impressionar a imaginação individual ou colectiva, as famílias, as elites, os grupos, as instituições e também as classes sociais. Quando se consome por consumir ou para alimentar obsessões em relação a objectos ou desejos, estamos na presença duma dissipação, gasto inútil ou exagerado. É, igualmente, um desperdício o consumo ostensivo composto por bens dispendiosos, cujo fito é indicar aos outros a riqueza e a posição social dos indivíduos que o concretizam.

Em alguns períodos históricos e em determinados países, os governos viram-se obrigados a fixar limites quantitativos e qualitativos de consumo, constituídos por medidas de carácter económico, pois os gastos sumptuosos chegavam a colocar em risco as fortunas das famílias aristocráticas. Por outro lado, procuraram cercear a liberdade de artesãos e mercadores edificarem a sua fortuna graças à magnificência dos senhores. Porém, as medidas para travar a evolução do consumo de ostentação revelaram-se quase sempre ineficazes.

Define-se como luxo um bem, ainda que de uso corrente, quando acumulado ou gasto em quantidades tidas como excessivas ou, ainda, quando pela sua natureza intrínseca é considerado demasiado raro ou requintado. É o caso de ornamentos ou objectos cerimoniais confeccionados com elementos particularmente elaborados, obras de artífices especializados, ou feitos com materiais raros difíceis de extrair ou trazidos de longe através de canais de permuta ou de guerra. O próprio conceito de luxo está ligado ao estatuto social e à competição pela conquista dum lugar de confirmação duma posição social. A sua posse é um símbolo de autoridade, sinal de excelência social, e traduz-se numa apropriação de excedentes sem aplicação económica, numa acumulação de riqueza com fins sociais e políticos.

Entre os bens subtraídos ao consumo corrente, incluem-se também os “fundos cerimoniais” consagrados ao funcionamento das instituições. Estes fundos são comuns a todas as sociedades tradicionais, quer sejam produtos duradouros, como ornamentos preciosos, quer constituam provisões alimentares consumidas durante as festividades. Trata-se duma evidente acumulação temporária de excedentes.

No desperdício originado pelo consumo de luxo torna-se iminente a perturbação da ordem política e social, a expansão da miséria e a alteração da vida económica. O aparecimento de consumos de luxo entre as classes dirigentes instaladas nas cidades assinala o início dum processo de desagregação e de crescente vulnerabilidade aos assaltos das populações afectadas.

6.5 – CARÊNCIA ALIMENTAR E FOME

A carência alimentar é uma característica normal em muitas partes do mundo, mas que tem de se distinguir das prolongadas ou inesperadas ocorrências de fomes, em que a escassez de alimentos é generalizada, extrema ou as duas coisas. A carência alimentar é, por vezes, motivada pela situação social determinada pelas condições económicas e materiais da vida e não pela falta de disponibilidade de alimentos. Pode ser causada não pela escassez de alimentos, mas pela escassez de rendimentos e de poder de compra.

O camponês que dispõe da sua terra, de alguns recursos e da sua força de trabalho, consegue produzir os seus alimentos, quando as condições naturais ou sociais o permitem. Para o trabalhador que vende a sua força de trabalho a aquisição de alimentos depende do montante do seu salário. Os pastores nómadas ou os pescadores podem trocar os seus produtos por cereais ou outros produtos de que dependem, se encontrarem camponeses ou artífices interessados na transacção.

É frequente verificar-se uma distribuição desigual das mercadorias. As exigências do mercado são baseadas nas relações de troca e não nas necessidades biológicas das populações. Assim, chegam a ser exportados alimentos de áreas atingidas pela fome.

As carências alimentares prolongadas provocam profundos distúrbios nas relações de troca, tais como: o aumento de preços nas regiões mais afectadas; o açambarcamento motivado pelo pânico, mas também por ser financeiramente proveitoso; o caos administrativo; a abolição do controlo de preços e o aproveitamento especulativo; o desequilíbrio no comércio externo, entre exportações e importações; a expansão dos rendimentos e do poder de compra de algumas classes e grupos sociais em detrimento das mais desfavorecidas; o agravamento das contradições entre os meios rurais e urbanos.

A fome implica carências alimentares, mas o oposto não é verdadeiro. As grandes causas do agravamento da fome foram a intensificação da exploração a limites extremos, o aumento da quantidade e gravidade das guerras, ataques, invasões, migrações e confrontos de toda a ordem. Entre as causas da fome estão também as epidemias ou os efeitos das condições climáticas, como as secas, as destruições provocadas enxames de insectos, designadamente gafanhotos. A frequência e a gravidade das fomes são indicadores da precariedade das condições sociais e económicas vividas ao longo dos últimos séculos.

Quem são as vítimas da fome? A comunidade de pastores nómadas e camponeses; mulheres e crianças retiradas as áreas agrícolas circundantes; homens que emigram à procura de trabalho; servos despejados pelos agricultores, jornaleiros que já não conseguem trabalho; tecelões e outros artesãos; mulheres das áreas de serviços domésticos; vendedores de serviços, trabalhadores assalariados, etc.

Nas sociedades com uma economia de subsistência precária, em que o equilíbrio das provisões alimentares é extremamente vulnerável, uma seca ou uma epidemia provoca uma crise agrícola ou pastoril, afectando a produção de alimentos, reduzindo os ganhos dos respectivos produtores e a actividade distributiva e comercial. Muitos rendeiros são despejados, sujeitos a vender o gado, a ficarem sem sementes e a endividarem-se. Pequenos produtores proprietários sujeitam-se à queda do preço de mercado da terra e do gado. A troca de animais por outros meios de subsistência, principalmente cereais, é igualmente afectada, a que se junta a perda de animais. Os efeitos são semelhantes quando as crises são motivadas por causas de origem económica ou social.

Para assegurar a sobrevivência em tempos de penúria são empreendidos inevitavelmente esforços a nível individual ou colectivo. Em sociedades organizadas as autoridades centrais não foram sempre indiferentes às consequências da fome. Em épocas normais precavam-se armazenando géneros alimentícios. Existiam celeiros para conservar os cereais que, em caso de fome, eram distribuídos de acordo com regras e critérios estabelecidos com antecedência. Tais medidas já existiam no Egipto dos faraós.

7 – CAPITAL E INVESTIMENTO

7.1 – CAPITAL

Duma forma corrente, diversas definições são atribuídas ao termo “capital”, conforme a sua origem ou aplicação. O capital natural é inerente a sistemas ecológicos protegidos pelas comunidades com o fim de serem utilizados como meios de produção. Por exemplo, a terra fértil ou um rio ou lago que fornece água às populações. Estes bens apenas dispõem de valor de uso. É uma característica de todas as sociedades de pastores considerarem os rebanhos e as manadas como um autêntico “capital” do grupo. O capital resultante da criação de infra-estruturas é aplicado como suporte às actividades humanas, tais como: canais de irrigação, estradas, moradias, etc. Alguns destes bens surgem da interacção com o capital natural nos termos dum processo de valorização.

No decurso do processo produtivo, são utilizadas máquinas, instalações, instrumentos diversos, animais, plantações, matérias-primas ou subsidiárias, objectos, adquiridos ou produzidos, etc., elementos que fazem parte dum conjunto de bens detidos pelos produtores, que pode ser estimado através da inventariação periódica e da determinação do seu valor, tomando em consideração que os elementos fixos só podem ser representados pelo seu valor anterior deduzido da respectiva depreciação. Nem os

meios de produção nem os meios de subsistência são capital se forem considerados como integrados num simples processo de trabalho. A quantidade de valor, incorporada nos meios de produção ou nos meios de subsistência, não é capital se for possuída por produtores independentes que produzam bens consumidos, em parte por si próprio e pelas suas famílias e, noutra parte, serem trocados por bens de consumo.

O valor destes bens só se transforma em capital quando o objectivo da produção é a multiplicação do seu valor e a forma de relação sócio-económica se baseia na utilização de trabalho formalmente livre, cujo valor da força de trabalho é igualmente determinada. O capital é, portanto, uma categoria social idêntica ao valor, tendo em conta que o capital é valor utilizado com o objectivo de incrementar valor.

O dinheiro em si mesmo também não é capital, enquanto apenas for intermediário na troca de mercadorias, expresso pela fórmula $M - D - M$. Só se transforma em capital quando o objecto da troca é a multiplicação do valor, o que se exprime pela fórmula $D - M - D'$, isto é, quando se transforma num meio de produzir bens e serviços, ou seja, num valor excedente que ultrapassa os meios de subsistência dos trabalhadores.

A condição histórica para o aparecimento da categoria capital reside, em primeiro lugar, num estágio de desenvolvimento mercantil já relativamente elevado que permite a concentração de capital nas mãos de alguns agentes económicos e, em segundo lugar, na existência de trabalhadores assalariados disponíveis para vender a sua força de trabalho. A produção e a circulação de mercadorias, através do comércio, constituem os pressupostos que dão lugar ao aparecimento do capital.

A apropriação pelos mercadores, como intermediários, de parte do valor criado pelo trabalho dos pequenos produtores, do lucro extraordinário obtido pelas diferenças de preços entre os mercados ou pela concorrência, permitiu uma acumulação de recursos monetários nas mãos de alguns negociantes, elemento que contribuiu para o desenvolvimento das relações monetárias e uma primeira acumulação de capital. Certos mercadores tornaram-se comerciantes e dirigentes de empresas industriais. O capital por eles acumulado foi progressivamente investido na indústria.

Este capital, de origem comercial, permitiu aos seus possuidores investir na esfera da circulação com a função principal de obter maiores lucros mediante a expansão dos seus negócios. O clima económico na Europa do século XVI foi favorável para os mercadores, os feirantes e os homens de negócios instalados nas cidades integradas nos circuitos do comércio internacional. Os principais factores que originaram este desabrochar do capital comercial foram os aumentos dos preços, o aumento da procura, a urbanização, a formação duma economia mundial e as exigências financeiras das tesourarias dos Estados. As duas principais áreas de domínio do capital comercial eram: a primeira, a nível local na qual os mercadores negociavam as suas mercadorias, normalmente de grande procura, mas de baixo valor; a segunda, a nível externo, constituída por homens de negócios cosmopolitas que estabeleciam a ligação entre a Europa e as suas colónias.

Todavia há uma distinção entre o capital mercantil e o capital propriamente dito que emerge somente com o modo de produção capitalista, quando este controla totalmente a produção através da contratação da mão-de-obra assalariada.

O capital industrial é utilizado para produzir mais-valia e funciona na esfera da produção independentemente do ramo económico em que se realiza o investimento. A forma monetária do capital transforma-se na primeira fase em forma produtiva, na segunda fase, converte-se em mercantil e, por último, volta a transformar-se em monetária. Na fase final, o capital realizado é, por norma, superior ao inicialmente

investido. Este movimento do capital industrial realiza-se numa forma cíclica. O dinheiro serve de meio de circulação indispensável para que o processo de produção se realize sem cessar.

O processo produtivo aparece então essencialmente como meio de aumentar o capital antecipadamente investido. A noção de capital reporta-se ora à dimensão física ou técnica de meios de produção, ora à disponibilidade da força de trabalho, ora à dimensão financeira dos recursos entretanto acumulados.

Nas empresas, os capitais próprios representam os fundos que a entidade económica pode dispor sem restrição de espécie alguma, constituindo assim o seu suporte financeiro; o capital social é constituído pelo valor dos contributos em espécie ou dinheiro postos em permanência à disposição de uma sociedade pelos seus proprietários.

O objectivo do capitalista é sempre a valorização do capital. A produção de mercadorias contém mais trabalho do que é pago e, portanto, integra uma parte de valor sem custo, realizado com a venda das mercadorias.

7.2 - CAPITAL CONSTANTE E VARIÁVEL

Na economia capitalista é necessário distinguir duas partes do capital: o capital constante, investido nos meios de produção cujo valor passa sem alteração para o produto acabado e o capital variável que serve para adquirir a força de trabalho, cujo valor não se considera invariável, antes aumenta no processo de trabalho ao criar a mais-valia. O capital variável é a expressão em dinheiro do valor de todas as forças de trabalho que o capitalista simultaneamente emprega.

A divisão do capital em constante e variável constitui uma importante premissa para a análise científica da essência da exploração capitalista. O capital constante é uma condição necessária para a produção, variando com novos investimentos. A fonte do incremento do capital variável reside unicamente na parte que resulta da compra da força de trabalho por um valor inferior ao criado no decorrer do processo produtivo. Na transferência para um novo produto, a força de trabalho cria um novo valor, a mais-valia, também incluída no valor da mercadoria. A velocidade de rotação do capital variável influi directamente sobre o aumento da massa de mais-valia e na grandeza do capital aplicado.

O capital constante é constituído pelo capital fixo que corresponde ao conjunto de meios de produção duradouros, tais como edifícios, instalações, maquinaria ou ferramentas, que intervêm nos vários ciclos produtivos e pela parte do capital circulante que inclui o conjunto dos meios de produção designados por consumos intermédios que são transformados ou destruídos durante o processo de produção, como as matérias-primas e auxiliares, artigos semi-fabricados, combustíveis ou energia.

O capital fixo vai transferindo o seu valor, por partes, para os produtos à medida que os meios de produção utilizados se desgastam no decurso de muitos ciclos produtivos ao longo do tempo. O valor dos consumos intermédios é inteiramente consumido no decorrer do período de produção, sendo transferido por completo para o novo produto.

O capital fixo varia em dois fluxos opostos: um positivo que corresponde ao investimento bruto e outro negativo constituído por equipamentos desactivados em resultado do uso ou da obsolescência. O seu valor líquido corresponde à diferença entre estes dois fluxos. A transferência do capital fixo por partes constitui uma peculiaridade da sua rotação, que se completa apenas no transcurso de vários períodos de produção.

Depois de realizada a venda da mercadoria, o capital variável, que se movimenta conjuntamente com o capital constante, efectua uma rotação em cada ciclo de capital. Quanto mais rotações se realizem num determinado espaço de tempo, tanto mais elevado será o volume da mais-valia e tanto menor o capital constante necessário.

A composição orgânica do capital determina-se, pelo lado do valor, pela proporção em que se divide em capital constante e capital variável. Pelo lado técnico, tal como funciona no processo de produção, o capital divide-se entre a massa dos meios de produção aplicados e a massa de trabalho precisa para a sua aplicação. Entre ambos subsiste uma estreita ligação recíproca. A alteração da composição técnica do capital reflecte-se na sua composição de valor. A composição orgânica do capital está assim correlacionada com os investimentos em meios de produção e os investimentos em força de trabalho.

7.3 – CIRCULAÇÃO DE CAPITAL

A circulação do capital é o processo do movimento ininterrupto do capital que passa sucessivamente por três fases: transformação do capital monetário em produtivo, deste em mercantil e, de novo, em capital monetário. Este movimento de capital compreende a fase de produção e por duas vezes a fase de circulação. A primeira fase começa com a antecipação duma determinada soma de dinheiro para adquirir meios de produção e força de trabalho. A segunda fase ocorre depois do processo de produção e está relacionada com a transformação do capital mercantil em capital monetário. A produção e a circulação do capital estão organicamente entrelaçadas, não podendo existir uma sem a outra. Nas fases primeira e terceira, o capital funciona na esfera da circulação; na segunda actua na esfera da produção. A primeira fase serve de acto preparatório para o auto-incremento do capital; na terceira fase realiza-se o valor e a mais-valia criada na produção. Ao passar por estas três fases da sua movimentação, o capital adopta sucessivamente três formas: a monetária, a produtiva e a mercantil. Como o fim imediato e insaciável da produção capitalista é obter mais-valia, este movimento de capital não constitui um acto único, mas uma repetição ininterrupta dos processos do ciclo do capital, efectuando-se assim uma constante rotação.

A fase decisiva do ciclo do capital é a produção, pois só esta cria mais-valia. Parte deste ciclo decorre no mercado. O movimento do capital não constitui um acto único, mas uma repetição ininterrupta do processo produtivo, o que dá lugar a uma rotação repetitiva de capital que começa e termina sob a forma monetária. O tempo de rotação do capital compõe-se do tempo de produção e do tempo de circulação. Os espaços de tempo actuam de modo distinto, conforme o capital desembolsado se destina a adquirir edifícios, instalações, máquinas e outros equipamentos, cujo valor se repercute por vários períodos de produção, ou se destina a adquirir matérias-primas e auxiliares que se incorporam no decurso dum período de produção. Quanto mais rapidamente circula o capital, ou seja, quanto maior é a sua velocidade de rotação menor é o capital a desembolsar para cada rotação e maior é a taxa de lucro, se as restantes condições permanecem inalteráveis.

O factor impulsionador da circulação do dinheiro é a circulação de capital, expresso na fórmula $D-M-D'$, em que a diferença D' e D se torna o objectivo de qualquer produtor capitalista quando lança o seu capital em circulação. A repetição sucessiva desta fase de movimentação do capital exige a existência dum estoque de dinheiro a funcionar como meio de circulação e de tesouro. Não se alterando a velocidade de circulação da moeda, este estoque aumenta na razão directa da

acumulação de capital. As exigências resultantes deste estoque de dinheiro criam as condições para o desenvolvimento dum comércio especial - o comércio do dinheiro – associado ao desenvolvimento das relações de crédito.

7.4 – INVESTIMENTO ECONÓMICO

O investimento económico é a operação que consiste em obter bens duradouros, susceptíveis de produzir outros bens e que podem ser utilizados no decurso de vários ciclos de produção. A longo prazo, o investimento aumenta a capacidade de produção, estimula a actividade económica, desempenha um papel importante no desenvolvimento da economia e permite avaliar com mais precisão o seu crescimento. Constitui um componente da procura e favorece a oferta de bens e serviços. Esta noção de investimento aplica-se tanto no processo de produção como no processo de distribuição.

O investimento económico significa a aplicação de recursos que conduzam ao crescimento da capacidade produtiva, como máquinas, equipamentos, edifícios, instalações, meios de transporte, ou à realização de projectos que se presumem benéficos. Este investimento pode destinar-se também à formação de estoques, a substituir equipamentos já desactivados, a modernizar os meios de produção com o fim de melhorar a produtividade.

O investimento traduz-se na aplicação de novos dos meios técnicos. Podem distinguir-se três categorias de investimentos físicos, conforme se destinam ao aumento de capacidade de produção, à substituição de equipamentos gastos ou obsoletos ou ao aumento da produtividade. Os investimentos físicos ou materiais são representados pelas máquinas, os edifícios ou os veículos de transporte de mercadorias. Os investimentos de capacidade são destinados a aumentar a produção como, por exemplo, a construção de novas unidades ou duma maior quantidade de máquinas, propícios à criação de empregos. O investimento de substituição corresponde ao investimento visando compensar a perda de equipamentos desactivados, as eliminações devidas ao desgaste ou à obsolescência. Os investimentos de produtividade têm como objectivo a redução dos custos unitários de produção através da contenção de factores, por exemplo, substituindo máquinas, utilizando diferentes consumos intermédios, poupando energia ou utilizando mão-de-obra em menor quantidade e melhor formação.

O processo de investimento diferencia-se do processo de consumo, quando não se destina a bens úteis de satisfação directa, mas afectados à produção doutros bens, embora alguns acumulem as duas qualidades segundo os fins alternativos a que se destinem. A integração contínua destes bens no processo de consumo deve corresponder um processo de amortização que garanta a sua substituição e renovação futura dos meios fixos de produção. O processo de investimento económico diferencia-se igualmente do aforro porque é um gasto, um desembolso e não uma reserva retida em dinheiro ou objectos valiosos.

O investimento bruto representa o montante total do investimento. O investimento é líquido quando inclui as despesas com a manutenção e reposição de peças, equipamentos e instalações desgastadas pelo uso. Corresponde ao investimento bruto deduzido do investimento de substituição.

Investimento imaterial, ou incorpóreo, designa despesas da empresa afectadas a actividades imateriais com o fim de melhorar a capacidade de produção ou a sua eficácia. É o caso: das despesas de investigação, gastos com criação de redes comerciais, formação de pessoal, inovação, organização ou concepções logísticas, capaz de suscitar um desenvolvimento futuro.

O domínio estatal era constituído também por bens imobiliários com carácter económico, de bens de consumo duradouro, como casas de habitação nas áreas rurais, prédios para habitação nas povoações, balneários públicos. Trata-se dum investimento a fundo perdido, ou não produtivo, realizado sem expectativa de retorno, em geral realizado pelas instituições estatais no sentido de realizar obras de infra-estruturas, como irrigação, urbanização, saneamentos básicos, estradas, aquedutos, etc., tudo obras de demorada construção, de manutenção e protecção rígida.

O investimento governamental aplicado no estrangeiro é realizado geralmente por razões de expansão colonial, económicas, políticas ou militares. Tem como consequência acentuar o grau de dependência económica e política do país receptor em relação aos países exportadores do capita

II PARTE - ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

A actividade do homem realiza-se sempre no quadro de determinadas relações e estruturas económicas e sociais. Traduz não só a sua atitude em relação aos objectos de trabalho, mas também a ajuda e participação colectiva das pessoas, adquirindo assim o carácter duma actividade conjunta. A actividade humana contém duas características inteiramente ligadas e inseparáveis: a acção material e o pensamento. Nenhuma ideia, objectivo ou desejo do homem podem ser alcançados sem a realização duma actividade física, sem a utilização de meios materiais e de instrumentos de trabalho. Qualquer acção material do homem exige, por outro lado, a compreensão do seu sentido, a posse de determinados hábitos e consciência do seu objectivo; a actividade prática activou o desenvolvimento do pensamento que foi levado à compreensão generalizada das pessoas através da linguagem e da escrita.

Desde que o homem começou a produzir, a actividade económica tornou-se ininterrupta e essencial para, de forma mais ou menos perfeita e espontânea, assegurar o nível geral das condições dominantes de existência. Nenhuma sociedade poderia subsistir se interrompesse ou deixasse de produzir bens e serviços, suspendesse a sua circulação ou frustrasse a sua distribuição entre os seus membros. Esta lei é válida para qualquer formação económica, mantém-se na actualidade e, é de crer, que continue a manter-se no futuro.

Segundo Aron I. Gurevitch, *“A actividade económica constitui uma das componentes da vida social, das relações recíprocas entre o mundo e o homem e da influência criadora do segundo sobre o primeiro”*. (As Categorias da Cultura Medieval, pag. 247, Ed. Caminho, 1990)

A actividade económica é uma grandeza susceptível de ser medida ou comparada no tempo ou no espaço, sofrendo as inevitáveis modificações e mutações que lhe são inerentes dentro do enquadramento de cada sociedade. As acções efectuadas por unidades elementares concretizam-se no decorrer do tempo através do desenrolar do processo económico e desenvolvem-se em espaços que têm as suas dimensões próprias. O espaço deve ser tomado como um lugar concreto dotado de características físicas, climáticas e composição dos solos, habitado por seres humanos, exercendo as mais diversas actividades enquadradas no modo de produção vigente, dotado de meios

tecnológicos e culturais diversificados, que se organiza de maneira mais ou menos estável, ainda que variável no tempo.

O desenvolvimento das forças produtivas reflecte-se na modalidade e no peso relativo dos diferentes sectores da actividade económica. Segundo a relação directa ou indirecta entre a natureza e o homem ou entre os próprios homens, podem distinguir-se três tipos de actividade económica. Entre todas elas existem relações de interdependência mútua: o vestuário não se obtém sem a transformação da matéria-prima, algodão, lã ou seda; as máquinas exigem a extracção prévia do ferro e a sua transformação; a preparação dos trabalhadores exige a prestação duma formação escolar. Na actividade primária, é decisivo o papel desempenhado pela própria natureza. É o que acontece com a agricultura, a caça, a pesca, a criação de animais ou a extracção mineira. O resultado da produção depende em grande medida das condições naturais, sem excluir os utensílios e as técnicas utilizadas. A transformação dos produtos da actividade primária dá lugar a um tipo de actividade denominada secundária ou transformadora. O trabalho é efectuado em condições que reflectem um maior domínio das forças da natureza por parte do homem e incide sobre produtos já anteriormente obtidos. A produção, já com características artesanais ou industriais, depende em grande parte da força de trabalho, da evolução técnica dos instrumentos utilizados, da energia e até dos modos de organização. Na actividade terciária, ou dos serviços, a relação entre o homem e a natureza é ainda menos directa. Estes serviços podem estar ligados à produção material, como os transportes ou as comunicações, o comércio, a gestão pública ou podem ser prestados a indivíduos fora da actividade directamente produtiva, como a saúde, a educação, a investigação, os serviços culturais e desportivos.

Com a formação de classes sociais antagónicas, os objectivos da actividade dos homens deixam de ser determinados apenas pela satisfação das necessidades reais dos indivíduos ou das comunidades. Tais objectivos diferem dum modo de produção para outro. Adquirem a forma de acumulação de riqueza, a realização dum rendimento em espécie ou monetário e a execução de uma certa incumbência social. No sistema capitalista caracterizam-se pela acumulação intensiva de capitais e a obtenção máxima de lucros.

1 – ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

1.1 – EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

A actividade agrícola caracterizada pela intervenção humana na produção vegetal consiste na escolha das sementes ou das plantas, no seu cultivo, no acompanhamento e tratamento do crescimento das espécies, na luta contra a rapina e os parasitas, na recolha dos produtos e sua conservação. A expressão “cultivo” refere-se ao acto de preparar a terra para sementeira ou plantação intencional de produtos agrícolas, de modo a aumentar a quantidade, melhorar a qualidade ou ambas.

O aparecimento das primeiras formas de agricultura assinala o lento afastamento do homem de uma economia de apropriação espontânea dos recursos naturais e a passagem a uma verdadeira economia de produção. A agricultura pressupõe que o homem se torna produtor, deixando de apenas se apropriar directamente dos alimentos ou outros bens. Esta fase não ocorreu em simultâneo nas diversas regiões habitadas do globo e, ainda hoje, alguns povos se limitam à simples recolha de espécies úteis à sua alimentação. Este fenómeno está relacionado com condicionalismos ecológicos e meios

técnicos que tornam o processo mais selectivo. Alguns cenários adaptam-se melhor à simples domesticação de plantas e animais e outros ao aproveitamento agrícola.

A agricultura chegou tarde às pradarias ervosas temperadas do mundo, embora estes solos se contem entre os mais ricos em recursos agrícolas, talvez porque a relva era muito difícil de trabalhar com utensílios primitivos e só nos últimos séculos as pradarias ficaram disponíveis para a agricultura. Já as estepes semiáridas, embora não se ajustando bem à agricultura primitiva, eram muito convenientes para a exploração do pastoreio nómada. Por outro lado, alguns terrenos eram tão ricos em recursos naturais de recolha fácil, que o homem só se ocupa com a produção agrícola por influência da exterior.

Entre os ambientes mais fáceis de aproveitar contam-se as zonas fluviais, os terrenos por natureza férteis, os bosques ou savanas caracterizados por árvores e herbáceos espaçados. As florestas são ambientes difíceis mas, desde cedo, vastas extensões arborizadas eram desbastadas com o recurso à queima. Nas zonas cobertas por densas florestas, a agricultura só foi possível após o aparecimento de eficientes utensílios de metal.

Uma das principais consequências da difusão da agricultura foi a maior capacidade para sustentar as populações. Até ao advento do capitalismo a agricultura constituía o sector mais importante da actividade económica, quer em termos de valor e de volume de produção, quer em termos da proporção da mão-de-obra utilizada.

Entre a actividade agrícola e de pastoreio surgem algumas diferenças relevantes: a agricultura entendida como investimento fixo aplicada numa certa porção de terra, mediante um processo de trabalho contínuo e estável; o pastoreio entendido como exploração do solo mediante uma deslocação sistemática dos animais duma área para outra. Os processos produtivos diferem no que respeita à natureza e à duração do ciclo produtivo, mais longo para a agricultura do que para a pecuária. Para poder beneficiar do produto do seu trabalho, o agricultor deve aguardar o final do ciclo sazonal, sendo obrigado a alicerçar a sua própria subsistência no consumo do produto obtido no ciclo precedente e a preservar as áreas semeadas de qualquer factor que venha a comprometer o êxito do futuro ciclo produtivo. Pelo contrário, o pastor pode extrair os seus próprios meios de sustento contínua e directamente dos animais criados que podem fornecer a todo o momento uma dieta à base de carne e outros produtos como o leite ou o queijo. O ciclo produtivo é quase imediato, mas também é mais vulnerável. O agricultor pode contar com as reservas armazenadas desde o ano anterior, enquanto que o pastor não se pode precaver contra o risco de uma quebra produtiva. A pastorícia exige que os animais estejam sempre em condições de serem conduzidos para novos pastos, sob pena de destruição do rebanho ou da manada. O trabalho dedicado à produção vegetal é irregular, mas o trabalho na pecuária ou criação de gado é realizado durante todo o ano. Estas diferenças tiveram consequências que se reflectiram na formação de grupos sociais distintos, no sedentarismo e nomadismo dos povos e numa distinta divisão social do trabalho. A sedentarização possibilitou o desenvolvimento dos ofícios e do comércio. A necessidade de trocas directas ou indirectas entre agricultores e pastores deram origem a intensas relações económicas e sociais mas também a numerosos conflitos em períodos de escassez.

A utilização de espaços territoriais em permanência, no tempo e no espaço, sobretudo para o cultivo em sementeira, o desenvolvimento da criação de gado e da actividade pastoril, a utilização de instrumentos de trabalho duradouros ou de equipamentos de conservação e armazenamento dos cereais, dão lugar à apropriação individual de bens e à diferenciação entre camadas sociais mais interventivas na

actividade produtiva, facto que contribuiu para uma classe proprietária duma riqueza, com tendência para se tornar exploradora.

Nas regiões, como o Noroeste de África, a Ásia Ocidental, a Índia, a China ou a América Central, onde a agricultura se desenvolveu de forma mais intensa e independente despontou a vida citadina, passados dois ou três milénios. Estes efeitos revelaram um grau impressionante de paralelismo, mas não foram contemporâneos nos territórios onde surgiram.

Na Europa do século XVI, a modernização dos métodos de cultura e dos utensílios agrícolas ajudaram a tornar a agricultura mais intensiva, sendo o aumento da produção o maior de todos os benefícios. A sua intensificação e a melhoria da qualidade dos géneros produzidos tornaram-se uma das pedras basilares do progresso económico. Da melhoria das colheitas resultou uma maior quantidade de géneros alimentares, o que favoreceu o crescimento económico. Outros factores contribuíram também para a expansão do sector agrícola, tais como: a introdução de novas culturas originárias da América e da Ásia; a diversificação da oferta dos produtos agrícolas que permitia substituir umas culturas por outras alternativas; a especialização regional que foi uma consequência directa da mobilidade de culturas; a crescente tendência para a existência de excedentes no mercado, de que resultou o desenvolvimento do comércio e o desaparecimento das barreiras à circulação dos produtos agrícolas. Foram tomadas iniciativas como a experimentação agrícola e a adopção de legislação dirigida para o desenvolvimento agrícola, como a criação de celeiros públicos, ajuda estatal aos agricultores, apoio à fusão de pequenas unidades ou emparcelamento de terras.

A África Subsariana, no século XVI, ainda era uma região baseada na recolha de colheitas, caça, pesca e criação de animais. Tanto os homens como as mulheres participavam nas actividades agrícolas, embora de modos diversos, quer na própria produção, quer na colheita ou no transporte para as aldeias. Mesmo noutras regiões do globo terrestre, onde os instrumentos usados eram ainda rudimentares, as colheitas eram geralmente escassas, com baixos níveis de produção e de produtividade.

1.2 – MÉTODOS DE CULTIVO

Os métodos de cultivo usados em diferentes territórios exercem uma grande influência na produtividade conseguida, na evolução económica dos diferentes povos e nas suas relações sócio-económicas.

A plantação de sementeira refere-se ao desenvolvimento de plantas germinadas directamente a partir de sementes distribuídas pelos campos em grande quantidade. Este método de cultivo, aplicado sobretudo na produção de cereais, exige uma intensa actividade laboral em terrenos por vezes afastados dos locais de habitação, o uso de novos meios de trabalho, como o arado e animais de tracção. O processo de preparação dos campos, a sementeira, a colheita e o processamento do grão diferencia-se consideravelmente de outras técnicas. Há um paralelismo entre as áreas semeadas, de forma intensiva e em larga escala, onde os cereais constituíam o alimento vegetal de base, e os territórios que registaram uma grande dinâmica na sua evolução. É o caso exemplar e bem conhecido do aproveitamento do deserto ocidental do Egipto.

A plantação vegetativa precedeu a plantação de sementes mas exige meios e utensílios de trabalho muito reduzidos, pois limita-se a assentar as estacas ou os tubérculos em buracos individuais ou em montículos de terra. Entre os tubérculos plantados contam-se inhames, mandiocas, batatas, que podem ser colhidos todo o ano.

A horticultura é um método comum de exploração agrícola com uma técnica baseada no cultivo em terrenos húmidos. A tradição hortícola é característica duma plantação permanente e intensiva em aldeias com população densa. A horticultura apenas permitia cultivar um número restrito de plantas, legumes, frutos e flores.

Com o decorrer do tempo, que envolve séculos e até milénios, é notória a preocupação da melhoria da produtividade e a invenção e aplicação prática de novas técnicas que, na sua maioria, ainda hoje são usadas. Para obter uma quantidade maior de cereais eram empregues técnicas de aproveitamento máximo da terra arável disponível, seleccionadas as características das sementes, manejados de maneira mais prática os instrumentos utilizados para lavrar, sachar, mondar e ceifar os cereais.

Em matéria agrícola, entende-se por rendimento a relação que existe entre a superfície de terras agrícolas e a produção que ela permite. A produtividade por seu lado mede o produto que se obtém através da quantidade de trabalho ou doutros factores produtivos, como a técnica, a gestão ou o capital. Em certas regiões, o problema da produtividade agrícola era encarado não sob o aspecto das colheitas por semente lançada à terra, mas sim por casal, por cada família camponesa. Pode haver explorações agrícolas que apresentem rendimentos elevados e uma produtividade fraca, e vice-versa.

Nos campos são, em geral, usados dois tipos de cultura: um, com terrenos alagados que se conservam numa parte do ano debaixo de água e têm os extremos elevados para reter a água que recebem da chuva ou da irrigação; outro, com terrenos secos. Estes dois tipos de agricultura, de regadio e de sequeiro, completam-se e provocam a exigência duma grande diversidade entre as sementes que devem ser semeadas. A técnica de cultura em socacos elevados oferece inúmeras vantagens: melhor drenagem, retenção da humidade, extirpação de ervas daninhas, aumento da fertilidade dos solos pobres.

A fertilidade dos solos define-se pela respectiva capacidade de produção em relação a determinado sistema de cultivo. Para igual intensidade de cultivo, o solo é tanto mais fértil quanto mais elevadas forem as produções por unidade de superfície. Com o objectivo de aumentar a fertilidade foram concebidas várias técnicas. O conhecimento do valor do estrume animal é muito antigo, mas obriga a grandes esforços para o recolher e conservar. Nas regiões de cultivo intensivo foi criada a técnica da “estrumeação verde” que consiste na lavoura com emprego de plantas azotadas. A preocupação em conseguir fertilizar os campos, levou os agricultores a descobrir as propriedades do loesse, sedimento constituído por grânulos finos de quartzo e calcário, envolvidos em argila e arrastados pelo vento ou pelo curso das ribeiras. Outros fertilizantes naturais foram utilizados, como o estrume proveniente de restos mortais, a palha retirada das estrebarias, caules vegetais, folhas apodrecidas e queimadas pelo calor. A imaginação do homem é muito rica! No Japão, século XVII, o peixe era usado como fertilizante depois de seco e triturado. No século XVIII, instrumentos agrícolas aperfeiçoados que facilitavam o emprego de adubos e a recolha de forragem melhoraram o cultivo, economizaram mão-de-obra e aumentaram a produtividade diária.

A adubação dos terrenos cultivados revestia-se de tal importância que entre as obrigações exigidas pelas classes senhoriais aos colonos incluía-se, como tributo, o fornecimento de carros com estrume. A adubação dos campos era feita a partir de estrume animal a que se juntava o adubo verde da palha do cereal ou de folhas e ramos em decomposição. Era também conhecido o uso de cinzas como adubo aproveitado das queimadas. Nas zonas junto às margens dos rios ou do mar eram utilizados os limos, sargaços e outros fertilizantes.

O afolhamento consiste em dividir os terrenos e cultivá-los em tantas partes quantos os anos de rotação; as culturas e repousos sucedem-se em cada uma das folhas. Esta prática foi uma notável invenção no domínio da agricultura chinesa, ocorrida no início da era cristã. O primeiro sistema foi o da rotação bienal, um ano de cultura e pousio no ano seguinte; seguiu-se o método de três folhas, que tem em conta a extensão da terra cultivada. O pousio reduz a cultura a metade ou um terço, mas é uma necessidade indispensável. Em certas regiões, o sistema de afolhamento está regulado por um conjunto de costumes e normas como, por exemplo, a pastagem do gado depois das colheitas sem distinção de propriedade.

A limpeza dos bosques viabilizou o cultivo de áreas mais secas, onde a quantidade de pasto disponível podia compensar a fraca qualidade da terra arável. Bosques inteiros foram arroteados lado a lado com a drenagem de terrenos pantanosos para dar lugar a terrenos agrícolas.

A prática das queimadas era essencial entre populações com diferentes tradições de cultivo. As queimadas ainda hoje se fazem com o objectivo de preparar a terra para a lavoura. Para eliminar a vegetação espontânea e fazer avançar a área susceptível de aproveitamento agrícola, incendiava-se a vegetação silvestre.

A tendência para uma agricultura mais racional e informada reflectiu-se no aparecimento de tratados sobre o tema agrícola. Data do início do I milénio a.C., o aparecimento dum monumento literário sumério, conhecido pelo nome de “almanaque do agricultor”, com a forma de ensinamentos dados por um agricultor experiente aos seus filhos, contendo diversos conselhos para manter as terras férteis, sustar o processo da salinação dos solos, fazer apenas uma colheita por ano, descrevendo em pormenor os trabalhos do campo na sua sequência temporal. Na China, o tratado de agricultura de Chen Fu, concluído em 1149, apresentava um tratamento detalhado da técnica de cultivo de rebentos de arroz em viveiros e o seu transplante para os campos de arroz e da constante renovação da fertilidade dos solos. Mais tarde o famoso agrónomo Wang Zeng ocupou-se das práticas produtivas em terras agrícolas secas e o cultivo de arrozais e preocupou-se também com a florestação, a criação de gado e a utilização de novas ferramentas. Na Europa, no século XIII, surgiram os primeiros tratados de agronomia de Roberto de Grosseteste e de Walter de Henley.

Na Europa, no século XVII, a burguesia rural introduziu algumas inovações ao nível das técnicas agrícolas, com a rotação de culturas, deixando menores extensões de terra em pousio. Surgiram novas técnicas como semear em filas e não numa forma dispersa e verificou-se um progresso substancial na aplicação de fertilizantes naturais e o aumento da produção de estrumes. No século XVIII, foi estabelecido um novo método de rotação das culturas. Os rendeiros descobriram que certas plantas, principalmente leguminosas, revivificavam o solo em vez de o esterilizar. O princípio da renovação do solo encontra-se na propriedade que têm certas plantas de fixar azoto da atmosfera. Podia-se assim manter a produtividade do solo sem deixar a terra em pousio e adoptar um sistema de afolhamento quadrienal.

Na África Subsariana, século XVI, o conhecimento que as populações tinham dos solos e das técnicas de trabalho resultava de práticas empíricas cuja utilidade ficara provada ao longo dos séculos. Os africanos sabiam como avaliar a natureza e a qualidade do solo e o seu valor agrícola, ou seja, quais as plantas que nele poderiam cultivar com sucesso. Também existia a prática do pousio, era aplicada a rotatividade das colheitas e o cultivo em socos.

1.3 – INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS

O uso de instrumentos agrícolas teve em algumas regiões, sobretudo montanhosas ou localizadas no interior, uma evolução muito lenta, sendo frequente o uso de instrumentos rudimentares em zonas rurais onde é muito simples a plantação, a colheita dos produtos agrícolas ou a criação de animais. As respectivas populações não sentiam necessidade de recorrerem a culturas mais trabalhosas, como é o caso dos cereais, e não aderiram facilmente à actividade agrícola. Esta situação teve inevitáveis efeitos na dinâmica do seu desenvolvimento.

A invenção da enxada possibilitou o aumento da produção, a melhoria da produtividade nos campos, revolucionou a vida rural das populações e as condições de vida dos camponeses. As primeiras enxadas eram de pedra polida ou de madeira. Com o aparecimento dos metais registou-se um importante aperfeiçoamento. Entre os instrumentos de trabalho mais usados na agricultura podem citar-se os primeiros arados, grades constituídas por uma tábua da qual saíam pregos, os toneis, pipas e cubas para o vinho e o azeite, os cabos da foice, da enxada e do martelo.

Com a introdução do arado simples, as comunidades rurais apenas podiam cultivar os solos que não fossem muito difíceis de lavar. A relha do arado era em madeira ou em pedra, passando posteriormente à relha de ferro, que abriu possibilidades completamente novas para o cultivo de terrenos pedregosos. Outras melhorias tecnológicas foram introduzidas ao longo do tempo que permitiram o uso do arado em solos argilosos, a utilização duma aiveca para virar a terra em vez de apenas riscar um sulco e o recurso à energia animal, que estabeleceu uma ligação funcional entre a criação de animais e a agricultura. O arado semeador, além de poupar trabalho, proporcionava uma melhor distribuição das sementes. Com o arado melhorou a laboração da terra, alargou-se o sistema de rotação de cultivos, começou-se a sulcar terrenos nunca antes cultivados e iniciou-se o uso de adubos. Utilizado desde o século IV a.n.e., continuou a ser aproveitado em pequenas explorações onde não se podia empregar um equipamento mais pesado.

A utilização do arado influenciou a divisão dos terrenos conforme se destinavam à lavoura ou a pastos. O arado desencadeou, entre outros efeitos, a passagem da propriedade comunitária à propriedade privada do solo e ao avanço da estratificação social. Os camponeses que não possuíam bois apenas podiam usar arados simples, manuseados pelo trabalho de dois homens, em terrenos fáceis de revolver. Os grandes agricultores, possuidores de várias juntas de bois de trabalho, podiam usar os arados em áreas extensas e mesmo em solos mais difíceis de revolver.

No fim do século XIII, uma pesada charrua começou a ser adoptada em substituição do arado mediterrâneo, pelo menos nas grandes propriedades. Esta charrua foi concebida para novas terras e duras. A charrua puxada a bois permitiu passar do trabalho sobre pequenas parcelas para o cultivo de zonas muito extensas.

Os agricultores egípcios utilizavam arados de madeira, em meados do II milénio a.C., puxados por uma junta de bois com o fim de trabalharem os solos húmidos e férteis do Vale do Nilo.

Na África Subsariana, século XVI, os utensílios e as técnicas agrícolas, ainda muito rudimentares e arcaicos, tinham sido herdadas de épocas remotas mantendo-se relativamente imutáveis durante séculos. Contudo, estes instrumentos tinham a vantagem de se adaptarem bem aos solos pouco consistentes.

Na Europa, até ao século XVIII, ao nível de utensílios básicos não se registaram grandes melhorias. A inovação mais importante foi a substituição das componentes de

madeira pelo ferro. Porém, no início do século seguinte foram postos em prática novos inventos, designadamente máquinas de debulhar.

1.4 – IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Antes do começo da irrigação e drenagem a agricultura estava limitada a regiões onde havia uma pluviosidade anual suficiente para que as sementeiras se desenvolvessem sem necessidade de regas suplementares. Estas técnicas, que ocorreram há cerca de oito mil anos, possibilitaram o cultivo de solos que eram demasiado secos ou demasiados húmidos. Vales anteriormente demasiado pantanosos tornaram-se regiões muito férteis. Aumentou a superfície agricultada, a produção alimentar para uma população em crescimento e a produtividade dos campos. A irrigação em larga escala atenuou a dependência da precipitação anual e criou condições para um maior rendimento fundiário e a drenagem permitiu a recuperação de terras submersas. A lavoura baseava-se na irrigação dos campos, garantida através de complexos de canais que permitiam a utilização de vales de grandes rios na fertilização de áreas que depressa se tornaram as mais avançadas.

A utilização do Vale do Nilo originou o desenvolvimento dum sistema de retenção de água, de manutenção permanente de canais e de noras. Marcado pela vastidão do solo arável nas duas margens do rio, só com estes meios foi viável que o lodo fertilizante do Nilo atingisse as terras mais distantes. Na Índia, foram cavados lagos artificiais protegidos por barragens de pedra nas passagens estreitas em terrenos montanhosos ou acidentados

Sistemas hidráulicos de elevação permitiram elevar a água às terras situadas a um nível superior. A irrigação das terras mais altas fazia-se também com água transportada em jarros. Os lavradores retiravam a água acumulada em poços através do uso de recipientes e cordas. Em algumas regiões os processos de rega foram melhorados em consequência do aperfeiçoamento de novos tipos de mecanismos para elevar a água, como o poço, a roda e o parafuso hidráulico. As pequenas obras de irrigação ao nível de aldeia eram de importância fundamental para um cultivo mais intensivo e estável. Com a ajuda da picota cultivavam-se terrenos mais elevados, o que permitia alargar a área de terra fértil.

Em diferentes locais apareceram sistemas de irrigação artificial que permitiam, com o auxílio de condutas subterrâneas, conduzir a água proveniente das encostas montanhosas distantes, por gravidade, para as terras cultiváveis. Por vezes, esta água era retida em poços suplementares, que permitiam irrigar campos em aldeias dispersas. Alguns sistemas hidráulicos incluíam reservatórios artificiais ligados a canais para conduzir o fluxo da água na direcção da planície.

A agricultura de oásis, centro da economia de muitos povoados árabes, dependia de uma série de dispositivos, tais como diques, valas e poços, concebidos para encaminhar as águas para os campos. Alguns destes campos apenas conseguiam aproveitar a água intermitente proveniente das inundações, enquanto outros conseguiam dispor de um abastecimento constante.

Na região andina da América do Sul, há 1000 anos a.n.e., os agricultores, no intuito de aumentarem a dimensão das suas terras, construíram terraços de cultivo e campos em socacos, evitando as encostas íngremes e enfrentando a erosão.

As comportas apareceram um pouco antes do início da nossa era. Duas inovações tecnológicas importantes contribuíram para uma eficiente utilização dos recursos hídricos. A gestão da água foi facilitada pela eclusa e pelo grau de precisão

atingido pela cartografia. A utilização de ferramentas de metal facilitou a abertura de novos canais de irrigação.

A aplicação da irrigação e drenagem exigia grandes obras colectivas, como a escavação de valas e a construção de diques. A utilização destes sistemas implicava a cooperação e o acordo entre duas ou mais comunidades. A construção de diques envolvia trabalhos comunitários que ultrapassavam o nível meramente doméstico. Foram pré-requisitos essenciais para estas obras públicas de grande escala, para além da existência de avançados conhecimentos tecnológicos, a emergência de Estados com extensos recursos e potencial humano à sua disposição. Os trabalhos de irrigação mais importantes estavam para além dos recursos das comunidades locais e só podiam ser conseguidos por uma autoridade forte que pudesse dispor de uma grande força de trabalho e dum elevado grau de organização. Só um governo centralizado estava qualificado para comandar e coordenar a enorme mão-de-obra exigida por um tal empreendimento. Muitos dos canais existentes pertenciam ao Estado e aos templos.

As obras de irrigação requeriam uma manutenção atenta, o seu controlo exigia um novo sentido de cooperação e respeito pela lei e implicava necessariamente a acção dum órgão coordenador centralizado. O controlo do consumo e a manutenção dos cursos artificiais de água constituíram funções complexas que originaram frequentes conflitos e serviram para exercer influência política. Os sistemas de irrigação e drenagem forneceram a base económica das primeiras civilizações urbanas. Muitas cidades parecem ter sido eficazes no exercício de influência política através do controlo da água.

As obras de irrigação mais importantes implicavam a existência de uma população razoavelmente densa e, por outro lado, esta elevada densidade populacional só podia ser atingida com a ajuda de importantes sistemas de irrigação. É um dos casos em que é difícil distinguir a relação entre a causa e o efeito.

A água encontrava-se acessível aos produtores rurais mediante o pagamento duma taxa. Em troca da água recebida os produtores agrícolas cediam uma parte adicional da sua produção, o que constituía uma importante fonte de rendimento para o Estado, a nobreza, os templos ou as comunidades locais. Os egípcios construíram colunas graduadas (nilómetros) para determinar a altura das cheias, calcular a extensão das terras inundadas e assim cobrar os respectivos impostos. Na China, os canais também serviam para o transporte das contribuições em géneros que eram devidas ao Estado. Na Coreia, século XV., foi descoberto o pluviómetro, o primeiro do seu género no mundo, que era usado pelos funcionários dos serviços administrativos para registar a quantidade de precipitação sempre que chovia e determinar a quantidade de imposto sobre as terras a ser paga por cada distrito administrativo.

1.5 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA ALIMENTAR

As produções agrícolas mais relevantes, sob o ponto de vista económico, merecem uma referência particular, embora de forma sucinta, face à sua intensa ligação com os meios de produção e as relações económicas e sociais que lhes estão inerentes.

Os cereais, depois de ceifados, há que debulhá-los. A operação de debulha exige um grau elevado de esforço físico, com o conseqüente tempo de trabalho, e uma técnica adequada para obter a melhor perfeição na extracção dos grãos. Os processos de debulha eram uns mais primitivos que outros. Em terrenos mais amplos, o cultivo dos cereais exigia dispor de gado que os cavadores mais pobres não possuíam. As eiras

eram localizadas de modo a permitir uma vigilância da produção efectiva pois uma parte das rendas a pagar aos senhores eram entregues em cereal.

A cultura do arroz merece uma atenção especial pelo seu impacto em todo o Continente Asiático, onde assegurava a alimentação duma grande parte da população. Exigindo terrenos alagados, é possível que começasse a ser colhido ou cultivado nas terras baixas ao longo dos cursos de água junto dos quais as populações decidiam viver. Posteriormente, o seu cultivo desenvolveu-se em campos irrigados que requeriam um considerável trabalho inicial de adaptação e manutenção: limpeza e nivelamento do solo, construção de pequenos taludes e abertura de canais. As operações de sementeira, transplantação dos pés e monda não requeriam muita mão-de-obra e podiam ser executados por mulheres, ao invés da cultura de cereais. O crescimento da manufactura de artefactos de ferro tornou possível a obtenção de duas ou três colheitas anuais, como aconteceu nos campos situados perto do rio Ganges. Esta colheita dupla ficou assegurada por volta do ano 1.000, na China, com a introdução do arroz temporão que permitiu um aumento significativo da produtividade e um elevado rendimento.

As leguminosas, que desempenham um papel importante na alimentação humana, eram cultivadas em terrenos aplicados a tal fim, muitas vezes associados a árvores de fruto. Eram recursos alimentares muito estimados por serem fáceis de secar e conservar. Os ameríndios conheciam várias espécies de feijão que foram aclimatados na Europa mas, inicialmente, cultivados apenas como forragem. O cultivo da soja estendeu-se, nos últimos séculos do II milénio a.n.e., a todo o leste asiático, e dela extraíam-se o leite, o óleo e o molho de soja, importantes fontes de proteínas.

A fruticultura era uma forma de cultivo de alimentos caracterizada pela plantação de árvores para recolha dos frutos que constituíam suplementos dietéticos em vez de alimentos básicos. Porém, a castanha assumia um relevo especial pelo facto das populações mais pobres a utilizarem largamente como alimento de recurso. Também o sobreiro e a azinheira proporcionavam um bom alimento para o gado. A técnica de produção de frutos não estava muito desenvolvida, mas os agricultores já conheciam e praticavam a enxertia. Eram desconhecidos meios eficazes para evitar os ataques de insectos e outros animais nocivos. O próprio terreno era aproveitado para pastagem de gado e nele se deixavam crescer ervas e plantas espontâneas. O trabalho só incidia na prática sobre a colheita do fruto.

O incremento das relações mercantis repercutiu-se na cultura dos frutos susceptíveis de exportação, como é o caso do figo e da tâmara, contribuindo para o incremento da sua produção. O figo tinha a particularidade de poder secar, ter uma utilização medicinal como laxante e servir para produzir um apreciado licor. A banana e o ananás foram frutos divulgados pelos navegadores portugueses. As tâmaras constituíam, no século XVI, a mais importante colheita alimentar da Arábia, ocupando o seu cultivo quase 90 % da terra arável dos oásis.

O cultivo da vinha obrigava a um tratamento com algum conhecimento técnico e alguma especialização. A plantação dependia dos meios técnicos disponíveis e da qualidade dos solos. O ciclo vegetativo da planta exige três a cinco anos para obter uma produção corrente. Os instrumentos usados na viticultura eram rudimentares, o mesmo não acontecendo na produção vinícola. Com o cultivo das vinhas desenvolveu-se o comércio do vinho.

Entre as oleaginosas o maior destaque vai para a olivicultura. A cultura da oliveira andava muitas vezes associada à da vinha. A sua reprodução era conseguida por plantação de varas da árvore-mãe. O seu tratamento exige alguns cuidados como a adubação, lavrar o terreno com o objectivo de retirar plantas prejudiciais. A azeitona pode ser consumida como fruto de uso alimentar ou utilizada como matéria-prima da

produção de azeite. A semente da purgueira permite a extracção dum óleo utilizado para iluminação caseira, para o fabrico de sabão, lubrificantes e estearina, e aplicações medicinais. A sua reprodução é espontânea através da queda das sementes que caem dos frutos ou por plantação de estacas. O amendoim tinha um consumo importante na América sob a forma de grão ou de óleo dele extraído.

Os tubérculos eram um elemento importante do regime alimentar do homem. São numerosas as espécies de tubérculos cultivados e consumidos, sendo de destacar: o inhame, a mandioca, a batata, a batata-doce, a cenoura, o rabanete, etc. A economia de algumas comunidades assentava no cultivo da mandioca e do inhame, alimentos bastante difundidos em todas as regiões tropicais e subtropicais, não só pela qualidade do alimento obtido como pela facilidade de cultivo e conservação. Estes tubérculos têm desempenhado um papel importante como recurso contra a fome. A mandioca era, nas Caraíbas, usada pelos ameríndios no fabrico de pão. Tornou-se extremamente importante na alimentação dos navegadores espanhóis nas suas viagens continentais. A batata trazida da América para a Europa no século XVI, foi bem sucedida na Europa e trouxe às classes menos favorecidas uma alimentação abundante e económica. Porém, enfrentou uma rejeição inicial que encarava a batata como um produto inadequado para o consumo humano, utilizado apenas para alimentar os animais.

O chá aparece como alimento a usar como bebida e tornou-se uma mercadoria essencial já no III século da nossa era. A sua cultura desenvolveu-se na China no século VII e espalhou-se depois por toda a Ásia. É só no século XIII que o chá começa a ser importado pelo Irão. A sua introdução na Europa ocorre só no século XVII. Mais tarde a cultura do chá foi introduzida pelos europeus em algumas regiões dos continentes americano e africano. O café e o cacau seguiram o caminho inverso na sua implantação. O café é a única especiaria cultivada na Arábia por meio dum sistema de campos em terraços nas encostas íngremes. A manteiga de cacau e o chocolate foram, no séc. XVIII, adoptados na Europa, mas eram muito caros para poderem concorrer com o café e o chá.

A cana sacarina foi largamente cultivada à medida que se desenvolveu a produção de açúcar. Originária do Extremo Oriente, surge na área mediterrânea com a expansão muçulmana. Com a descoberta da América, tornou-se a cultura principal de alguns países tropicais. A cultura da cana do açúcar fazia-se inicialmente em regime de pequena e média propriedade, mas em breve verificou-se cada vez mais a concentração de canaviais nas mãos dos grandes proprietários que se dedicaram exclusivamente à monocultura da cana sacarina, o que provocou o abandono de culturas de subsistência, designadamente cereais. A cultura da cana do açúcar oferecia perspectivas de maiores lucros, pois este produto rareava nos países que apenas produziam mel. A cana sacarina passou a ser cultivada de modo extensivo em regime de monocultura, o que gerou uma procura de mão-de-obra só possível com a importação de escravos. O êxito da produção de cana sacarina consolidou o sistema de latifúndio, fez subir os preços da terra e converteu sistemas puramente agrários em sistema de manufactura parcial. As plantações da cana do açúcar foram a fonte de fortunas colossais, conseguidas graças ao trabalho forçado e ao trabalho dos escravos africanos.

O mel, proveniente da apicultura ou da simples recolha, desempenhava um importante papel na alimentação constituindo o único adoçante disponível antes da descoberta do açúcar e, como ingrediente, era utilizado na produção de unguentos. A produção do mel exigia alguns conhecimentos específicos na instalação das colmeias constituídas por recipientes de cerâmica ou na instalação de cortiços. A passagem duma apicultura colectiva para uma produção dirigida e ampliada deu origem a diferentes relações entre os produtores, que tinham de recorrer a outros produtores para construir

instalações artificiais. Este progresso motivou o aparecimento de duas actividades especializadas: a dos apicultores e a dos colmeieiros. A produção de mel declinou seriamente com o aparecimento do açúcar de cana. Em África, século XVI, também se retirava mel de favos de abelhas selvagens. Algumas colmeias nasciam da colocação estratégica de potes de barro, outras eram escavadas em grandes ninhos de térmitas vazios. O aproveitamento do mel e da cera remonta a tempos muito antigos. A cera era aplicada na iluminação e na confecção dos selos dos documentos senhoriais. Estes géneros eram preferidos nos pagamentos de renda em espécie e, pela sua importância, sujeitos a taxas de portagem.

As especiarias são espécies vegetais utilizadas na culinária para apaladar a comida e também para a produção de vários medicamentos. As especiarias exóticas encontraram grandes mercados externos e foram objecto dum intenso comércio. O lúpulo é cultivado para uso no fabrico da cerveja. O gengibre é usado na medicina como estimulante e a raiz ainda verde é um condimento alimentar. A canela era usada para fins medicinais, perfumaria e como condimento e preparação de vinho aromático.

A produção de “ginseng”, planta utilizada na medicina para incrementar a longevidade e a qualidade de vida, era tão popular no Extremo Oriente como a seda, mas havia limites para o seu abastecimento, pois as raízes tinham de ser procuradas nas montanhas e transportadas apara as cidades.

No modo de produção tributário, a produção agrícola alimentar pertencia em grande parte à esfera constituída pelos camponeses “livres” envolvidos sobretudo na agricultura de sequeiro, que tinham de pagar um tributo aos senhores em cujo domínio estavam integrados e ainda trabalhar em regime de corveia ou jeira, quando lhes era exigido. Este regime era usado mais intensamente durante os trabalhos sazonais e permitia à classe senhorial manter um número mais reduzido de servos. Nas quintas pertencentes ao soberano, aos templos ou à nobreza as actividades agrícolas eram levadas a cabo por servos e escravos, o que lhes permitia recolher o benefício duma produção própria avultada, deduzida das sementes reservadas para a estação seguinte e das provisões para os servos.

A produção alimentar, em especial a cerealífera, está sujeita a desníveis frequentes entra a produção e o consumo. O excesso ou défice de produção pode resultar de variadas circunstâncias, em primeiro lugar da variação natural das condições atmosféricas, mas também por colheitas anómalas ou dificuldades de circulação material, por falta de meios de transporte, ou económicas em consequência do incremento de taxas de portagem, assalto de géneros, etc. As oscilações na procura podiam resultar de várias causas como, por exemplo: o armazenamento de alimentos provocado pela eminência duma guerra ou de uma alta de preços provocada por quebras de moeda; especulação por parte dos mercadores com o fim de obter melhores preços; o alargamento demográfico de centros urbanos. Esta é uma das causas das primeiras crises económicas.

No século XVI, os povos colonizadores conseguiram transportar, dum continente para outro, um certo número de produtos comestíveis que eram aí desconhecidos e podiam ser aclimatados.

1.6 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA NÃO ALIMENTAR

A produção agrícola não alimentar tinha sobretudo como objectivo a obtenção de matérias-primas destinadas ao sector têxtil e a obtenção de produtos de origem florestal.

Algumas variedades de linho eram cultivadas para aproveitar os seus grãos oleaginosos e as suas fibras. O linho começou a ser cultivado por se tratar duma planta oleaginosa, mas pouco tempo tardou para se tornar uma matéria-prima do fabrico de vestuário. Foi uma cultura que teve grande expansão no Egipto porque as pessoas não utilizavam o vestuário de lã. Alguns agricultores chegavam a afectar algumas áreas ao cultivo do linho, denominadas linhal. As rendas senhoriais incluíam o linho ao lado dos cereais, o que é demonstrativo da importância que era atribuída a esta fibra. Essa renda era exigida em molhos de palha de linho ou em linho já fiado e tecido. No comércio, os preços dos panos e do vestuário eram frequentemente fixados, bem como as taxas de portagem.

O cânhamo era outra fibra têxtil de cultivo semelhante à do linho e, como tal, exigindo solos dotados de alguma fertilidade e com água nas proximidades. O cânhamo era cultivado pelas suas apreciadas propriedades narcóticas, era utilizado para cozer o calçado e, sobretudo, constituiu uma preciosa matéria-prima no fabrico de cordame e velas para as naus. O cânhamo tecido era também usado para vestuário de Inverno.

O cultivo do algodão teve uma enorme influência no desenvolvimento económico e social com a revolução que produziu na confecção de vestuário. O crescimento das cidades e a expansão do comércio originou um grande incremento do cultivo do algodão. Vindo do Oriente para a Europa, forneceu um novo têxtil útil para a população que só conhecia vestuário de lã. A obtenção da fibra do algodão exigia o uso de dois dispositivos: a descascadora de engrenagem sem-fim para separar a semente da fibra e o batedor ou espadela para separar as próprias fibras. O trabalho agrícola era realizado por pequenos agricultores forçados à venda a baixo preço aos grandes produtores ou, nas grandes plantações, por escravos.

A seda é uma fibra natural de origem animal, concebida na China no II milénio a.n.e. A sua produção combinou a actividade agrícola com a criação do bicho-da-seda. Como se verá adiante, a expansão da seda atravessou vários continentes.

A folha de papiro foi o suporte por excelência da escrita egípcia, maleável, resistente e fácil de escrever, e representou um papel de extrema importância no desenvolvimento da sociedade, tanto no aspecto económico como cultural. Servia também para embrulhar e conservar alimentos, construir pequenas embarcações ligeiras, atando os caules em feixes, pequenos móveis, velas, esteiras, cestos, sandálias, tangas e até, aproveitar a parte inferior da base para um manjar delicioso. As raízes da planta eram aproveitadas como combustível.

O tabaco, originário da América, era utilizado para fumar e também como remédio. Os produtores locais dominavam a arte do cultivo do tabaco e a técnica da cura das suas folhas. Divulgado pela Europa no século XVI, o tabaco tornou-se um produto muito lucrativo nos mercados europeus e encorajou os colonos a intensificarem a sua produção e prosseguirem uma política de lucro individual. O tabaco era cultivado intensivamente, prestando-se especial atenção à qualidade de cada folha e podendo-se cultivar de forma proveitosa em pequenos terrenos ou quintas, não sendo necessários grandes investimentos de capital. Isto permitiu aos pequenos agricultores espanhóis espalharem o cultivo do tabaco nas planícies de Cuba obtendo um grande sucesso comercial.

Além do aproveitamento directo da floresta por derrube, eram também plantadas árvores para obtenção de madeira para construção. A madeira difere de outros produtos devido ao seu difícil transporte. Em muitas regiões, sob a forma de troncos ou reunida em jangadas a madeira descia os rios até aos centros de distribuição a jusante. A procura de madeira para as minas e construção levou à degradação do meio ambiente. Na Índia, séculos XVI, a floresta era a fonte de muitas ocupações: recolha de carvão, lenha,

madeira, laca, sedas naturais, mel. No Japão, pela mesma época, o abate excessivo da floresta natural deu início à instituição de regulamentos referentes à utilização das florestas e à replantação de árvores. A actividade de plantação e cultivo de árvores era economicamente viável, apesar de acarretar um investimento que podia atingir períodos de dezenas de anos. Na América Central, a partir da casca da quina era extraído o quinino conhecido pelos índios como um poderoso medicamento. Na Península Ibérica, o sobreiro tem sido plantado desde tempos remotos. A cortiça, extraída de dez em dez anos, permitiu o fabrico de isolantes térmicos e sonoros, rolhas para engarraçamento de vinhos e outros líquidos, aprestos de pesca e objectos de uso marítimo, fabrico de colmeias, etc. A borracha produzida pela árvore do mesmo nome, originária da Amazónia, constituiu primeiro uma simples curiosidade e não servia senão para fazer bolas que saltam e, mais tarde, para apagar os vestígios de marcas de lápis ou tinta. Posteriormente, passou a ser amplamente utilizada no fabrico de variados artefactos.

Os jardins desempenharam um papel importante na vida e nos hábitos da classe burguesa. O jardim passou a fazer parte integrante duma moradia bem concluída. O tomate foi igualmente transplantado da América mas, até ao século XIX, servia para ornamentar os jardins. As estufas estavam muito espalhadas, desde o século XVII, época em que já se fabricava, com sucesso, o vidro para vidraças.

Ente outros produtos não alimentares é de referir: a cabaça, única planta cultivada para fazer recipientes, a árvore da mirra de que se obtém uma resina aromática e balsâmica e o cultivo de plantas tintureiras que acompanhou o crescimento da produção têxtil.

1.7 – CAÇA

Há que analisar a caça sob três ângulos: como fonte de produção de bens de consumo imediato e de matérias-primas, como meio de eliminar animais que punham em risco as actividades agrícolas e como divertimento.

Como actividade económica, a caça desempenhava um papel importante, quer como fonte alimentar, quer como meio de aproveitar as peles de alguns animais como matéria-prima dum importante sector artesanal. A captura dos animais estava também relacionada com a vigilância das florestas. A existência duma classe de profissionais dedicados à caça revela a importância atribuída a esta actividade. O aparecimento de novos meios de produção de carne contribuiu para a diminuição da caça.

Os membros das classes subordinadas, especialmente os agricultores, praticavam a caça para consumo próprio e para comercializar, depois de deduzida a parte que tinham de entregar como renda. Em algumas regiões, esta tributação era mais pesada para os caçadores que atacassem animais de grande porte. Numerosos concelhos cobravam ainda taxas de portagem.

Na eliminação de animais de grande porte ou mais rápidos era indispensável uma cooperação entre os caçadores, que se estendia para além dos limites familiares, envolvendo indivíduos de ambos os sexos e jovens. Na África Ocidental, a abundância de caça deu origem à criação de irmandades de caçadores.

Para sua distração a aristocracia reservava amplas zonas para “coutadas de caça” e exigia trabalho pessoal gratuito aos seus súbditos. Em muitas regiões, a caça era um divertimento e privilégio dos mais preciosos da aristocracia, que possuíam as mais vastas e mais belas florestas. Os direitos de caça eram ciosamente protegidos, o que provocava o ressentimento da população. As leis protectoras da caça e o custo elevado dos equipamentos transformaram a caça num monopólio dos grandes proprietários.

Com a expansão do urbanismo e da mecanização, alguns animais selvagens começaram a desaparecer, como a lebre e o cabrito-montês, e a caça tornou-se mais num desporto reservado às classes privilegiadas do que como meio de procura de alimentos.

Antes do aparecimento e emprego das armas de fogo, as técnicas usadas eram muito rudimentares. Limitavam-se à instalação de armadilhas ou vedações, lançamento de setas, uso de furões e de cães, laços em corrida, uso de disfarces ou de luz para encadear. As armadilhas eram um importante meio de captura de animais, como javalis e veados. Na caça de animais de grande porte eram usados o tiro ao arco e o laço. O aperfeiçoamento das técnicas de caça ocorreu com mais frequência em áreas florestais, onde a agricultura era praticamente impossível.

Em África, século XVI, a caça desempenhava um papel importante e, por vezes, era praticada também por mulheres. Alguns povos faziam da caça uma actividade quase exclusiva. A caça não era apenas uma actividade para especialistas, pois muitos camponeses dedicavam-se à caça de animais mais pequenos. Havia grupos organizados caçadores que influenciaram as deslocações migratórias e a implantação de povoados. Também se verificava uma correlação entre a caça e a guerra.

1.8 – PESCA E ALIMENTOS MARINHOS

Neste sector de actividade é necessário separar dois tipos de pesca: a fluvial e a marítima. Esta distinção impõe-se devido à diferente importância económica e aos meios técnicos e profissionais utilizados no seu desempenho. Nem os tipos de barcos nem os aprestos são exactamente iguais.

Os pescadores de água doce não exerciam exclusivamente essa ocupação, pois o grau de produtividade não era suficientemente elevado, obrigando os pescadores desdobrarem-se entre a pesca e a actividade agrícola. Apesar disso, a aristocracia não se contentava em cobrar uma renda das eventuais pescas, mas impunha também a obrigatoriedade de prestação de serviços gratuitos.

Os utensílios de pesca eram, em regra, construídos pelos próprios pescadores, com excepção das embarcações, das âncoras e dos arpões. Os processos utilizados eram resumidamente: um primitivo, com a colocação de ramos de árvore ou de pedras que retinham o peixe na vazante; o lançamento à água de determinadas plantas para envenenar o peixe; a pesca por meio de armação de redes, armadilhas ou grandes cestos de vime entrançado; a pesca nas margens ou em barcos, à linha ou com a ajuda de redes. As conchas também eram usadas para fazer anzóis.

Os instrumentos produtivos pertenciam aos próprios pescadores em consequência das características desta actividade. Porém, algumas instalações permanentes, como as pesqueiras, pertenciam ao domínio senhorial. Este domínio era exercido em algumas superfícies de água doce mais ou menos demarcadas, conhecidas como “coutadas de pesca”, através da proibição pura e simples dos pescadores actuarem nessas áreas.

Na pesca marítima os aprestos não se afastavam muito dos modelos usados nas diferentes fainas na pesca de água doce. Em geral, pescava-se a partir da margem, mas também era normal o uso de pequenas e leves embarcações. As redes, usadas em águas pouco profundas, eram individuais e de pequenas dimensões, feitas de corda para capturar peixes de pequeno e médio porte. As embarcações variavam conforme se tratasse de pesca costeira ou de pesca de alto mar. Neste caso, nas capturas mais

importantes usavam-se redes de arrasto, o que obrigava à aplicação simultânea de várias pessoas e à orientação dum mestre.

A pesca nunca perdeu a sua importância como fonte normal de alimentação humana. As populações insulares ou costeiras, primitivas ou civilizadas, fizeram sempre dos produtos do mar a base da sua alimentação. A pesca permitiu a introdução de uma importante quantidade de proteínas na dieta alimentar. A alimentação marinha incluía também toninhas, tartarugas e crustáceos apanhados em águas pouco profundas. A pesca da baleia era muito compensadora apesar dos seus riscos. A baleia fornecia o óleo, espermacete extraído do cérebro dos cachalotes e utilizado no fabrico de velas, as barbas, etc. No século XVI, já era realizada a pesca do alto, a pesca do bacalhau e da baleia. Na América do Norte, o capitão dum barco de caça à baleia chegava a atingir um alto estatuto dentro da comunidade.

O objectivo da pesca era essencialmente a obtenção de um produto alimentar suficiente para consumo dos pescadores e suas famílias, mas também era destinado à troca directa ou ao abastecimento do mercado interno. O peixe era depois transportado em cestas. A preservação do pescado, que estava nas mãos das famílias dos próprios pescadores, permitiu alargar a sua venda a áreas mais distantes por intermédio dos mercadores. A comercialização envolvia, com frequência, o marisco, o peixe seco, fumado ou conservado em sal. Por vezes, o volume de pescado era suficiente para permitir a exportação.

A pesca destinada a abastecer vários mercados deu origem à prática de técnicas de conservação, como a salga. O elevado volume de pesca obtido e a grande mobilidade dum negócio, que atingia a faixa costeira, deu um enorme contributo para o aumento da quantidade de géneros alimentícios à disposição da população. Além de meio de subsistência, a pesca tornou-se também numa actividade de desporto e lazer entre os estratos sociais mais elevados.

A renda cobrada, que beneficiava as entidades senhoriais, incidia sobre o valor da produção bruta. Nos próprios cursos de água doce e no domínio dos portos marítimos de desembarque do pescado concretizava-se a cobrança do tributo do pescado e das rendas provenientes da apropriação senhorial das embarcações e de determinados géneros de rede.

1.9 – PASTORÍCIA, PECUÁRIA, CRIAÇÃO DE ANIMAIS

A pastorícia engloba o conjunto das actividades relacionadas com a protecção, a gestão e a utilização de rebanhos (no caso dos ovinos ou caprinos) ou de manadas (no caso dos bovinos, equinos e camelídeos) e implica uma deslocação dos animais criados. O tipo e a amplitude destas deslocações dependem das características do gado e da conjugação dos factores ambientais específicos dos diferentes ecossistemas. Uma vez esgotados os recursos de uma determinada área torna-se necessário transferir o gado para outro lugar para permitir a renovação da flora com o fim de voltar a fornecer alimentos. Um das causas desta movimentação é, por vezes, a escassez de água. A criação com carácter nómada penetrou progressivamente no interior das imensas savanas, muitas vezes pouco apropriadas à agricultura. A possibilidade de fazer deslocar os rebanhos e as manadas é indispensável para assegurar a sua reprodução. Os pastores consideravam as manadas como propriedade sua e procuravam geri-las, capturando e domesticando os animais mais jovens, eliminando os machos supérfluos, acompanhando e orientando as deslocações sazonais, mas nunca as forçando a abandonar o seu *habitat* natural.

A pastorícia obriga a um estilo móbil que se reflecte no nomadismo dos grupos que nela baseiam a sua subsistência e dá lugar a uma diferenciação social mais notória. Os pastores nómadas para poderem sobreviver tinham de se adaptar aos desafios do ambiente específicos para cada espécie. Através dos tempos acumularam uma vasta experiência e conhecimentos. As tribos nómadas da África Ocidental, especializadas na criação de gado em larga escala, erram sucessivamente de terra em terra em simbiose com as comunidades camponesas autóctones.

A pastorícia é uma actividade especializada que exige conhecimentos técnicos especiais necessários ao aproveitamento desse produto que é o animal. Está sujeita a quebras acentuadas de produtividade, quer pelas condições climatéricas quer pelo efeito das doenças que atingem o gado.

Na exploração pecuária aproveitam-se as terras comunais, os baldios ou praticam-se deslocações com o gado em busca de pastagens. Podem-se distinguir três tipos de exploração: um primeiro grupo, composto por lavradores que, possuindo algum gado leiteiro e de trabalho, utilizam os pastos das herdades e dos baldios, além das forragens por eles armazenadas; um grupo intermédio, que inclui os indivíduos dedicados conjuntamente à lavoura e á pecuária, tendo neste caso de preparar glebas a fim de as destinar a pastagens ou integrar os animais nos rebanhos itinerantes; um último grupo composto pelos indivíduos que vivem só da criação de gado.

A actividade dos lavradores incluídos no primeiro grupo não exigia o recurso a processos técnicos complexos nem a utilização de instrumentos agrícolas muito complicados. A riqueza pecuária e avícola servia para a alimentação, para estrumar a terra e, também, como meio de transporte ou de tracção das carroças e arados.

Uma das características mais notórias do grupo intermédio consiste na sua actividade pecuária ser itinerante. A grande maioria dos animais alimentava-se por meio de deslocações constantes, deslocando-se dum local para outro, o que não significa que se não praticassem processos de armazenamento da palha e de folhas de certas árvores para dispor das indispensáveis forragens principalmente nas regiões onde o clima recomendava o alojamento em estábulos do gado ou em corrais durante a estação fria.

Os grupos pastoris, dedicados apenas à criação de gado, tinham de o deslocar para as zonas onde podiam encontrar pastos suficientes, ou seja, praticar a transumância. Tinham de se manter em constante movimento e conduzir os seus rebanhos pelas suas pastagens habituais em terrenos montanhosos, vales e planícies, ou pelas estepes semidesérticas. Além disso tinham necessidade de confiar os seus rebanhos ou manadas a pastores profissionais, o que já implicava o estabelecimento de regras e de condições e trabalho.

A criação de gado pode existir numa economia basicamente agrícola, mas neste caso significa apenas a obtenção, a partir do animal doméstico produtor, de géneros alimentícios de origem animal e dos seus derivados. A agricultura e a pastorícia constituem muitas vezes duas formas de produção simultâneas e complementares, mas também estiveram muitas vezes na origem de conflitos, tanto no interior dum mesmo grupo como entre grupos sociais diferentes. A vantagem da criação de gado residia também no facto de, havendo crise de mão-de-obra, a terra poder ser mantida sem ser cultivada durante algum tempo, dado que o cultivo requer uma força de trabalho muito maior.

A ligação entre a criação de animais e a agricultura requeria um equilíbrio apropriado entre os terrenos de pastagem e os terrenos aráveis o que incitava à limpeza dos bosques. O direito de compáscuo consistia na cedência de pastagens em determinadas folhas das terras agricultadas impostas aos seus proprietários ou rendeiros. Este regime constituía uma preciosa ajuda aos criadores de gado. Os pastores que

utilizassem as pastagens das classes senhoriais tinham de lhes pagar um tributo avultado, denominado montado.

As culturas de forragens tornaram-se essenciais para a expansão da agricultura, pois eram parcelas de terreno que doutra forma teriam ficado em pousio. Assim, o solo era reforçado com nitrogénio ficando preparado para novos cultivos. As forragens ao mesmo tempo que serviam de alimento para os animais, eram utilizados na produção de estrumes e de novo aplicados na fertilização da terra. O feno era conhecido desde longa data e servia de forragem durante as estações do ano em que os animais não podiam sair. A qualidade das forragens fornecida em gerações sucessivas permitia obter raças mais robustas.

O desenvolvimento da tecnologia da criação animal conduziu a uma melhor compreensão da importância do gado como meio de subsistência, meio de produção, como bem de troca e, ainda, meio de tracção e de transporte. Todos estes factores contribuíram para uma melhor gestão do aproveitamento dos animais. Assim, o abate poupava os animais que serviam para reprodução. Tudo indica que, embora de forma ainda empírica, os camponeses tenham recorrido a manipulações genéticas ao seleccionarem animais para reprodução, melhorando assim a qualidade do leite e da lã. Foram empreendidos esforços no cruzamento de raças e na especialização de rebanhos. Em certas regiões, os agricultores dedicavam-se ou à criação de vacas leiteiras ou de animais destinados à venda. A selecção de porcos melhorou a sua qualidade e o seu tamanho. Porém, o progresso da criação de animais resultou mais numa melhor alimentação que na selecção.

O principal objectivo da criação de animais era a obtenção da carne, dos ovos, do leite e da lã. O leite de ovelha, cabra e vaca assumia um papel importante na dieta alimentar das comunidades camponesas, tal como os seus derivados: as natas, a manteiga e o queijo. Estes produtos foram cedo lançados no mercado; eram objecto de taxaço e eram incluídos normalmente nas rendas pagas em espécie. A obtenção da lã destinada à produção têxtil impulsionou o desenvolvimento da criação de rebanhos com esse fim. Com a pele dos animais conseguiu-se uma nova matéria-prima, o couro, e com os ossos e chifres foi possível produzir variados utensílios. O osso era polido pelo método da fricção, técnica que mais tarde seria adoptada no polimento das pedras; as hastes de veado eram utilizadas como matéria-prima de muitos utensílios especializados. O estrume produzido pelo gado era espalhado pelo solo com o objectivo de o enriquecer. O aproveitamento destes produtos derivados impulsionou o desenvolvimento numa tecnologia tradicional do fabrico de produtos animais.

O domínio do gado, pertencente a lavradores que se dedicavam também à pecuária, estava em regra fora do âmbito da aristocracia, embora fosse exigido um tributo através do aproveitamento de pastos naturais pertencentes a domínios senhoriais. Quanto à pastorícia nómada, a situação era diferente pois rebanhos e manadas estavam sob o domínio dos chefes tribais, constituindo a sua principal fonte de acumulação de riqueza.

Algumas espécies de animais domesticados e criados merecem especial referência pela importância económica que têm tido ao longo dos últimos milénios. Foi de grande importância a domesticação das diversas raças bovinas. Os bovinos para serem robustos tinham de ser bem alimentados. Com a sua enorme força e capacidade de trabalho eram auxiliares indispensáveis dos agricultores na lavra das terras, nas sementeiras para enterrar as sementes dos cereais; os animais criados para ordenha permitiam obter manteiga e queijo; além do valor alimentício, era aproveitada a sua gordura, chifres e pele para o fabrico de vários materiais; o sangue e o fígado eram

utilizados na produção de remédios e até os excrementos tinham utilidade como combustível.

Os rebanhos de ovinos eram levados para os campos para enterrarem as sementes e para debulharem as espigas; além da carne e do leite que serviam de alimento, era aproveitado o pêlo e a gordura para fins medicinais. Os ovinos constituíam um importante recurso pela sua lã. O desenvolvimento da sua criação acompanhou as exigências da manufatura têxtil e esteve relacionado com a monetarização da economia mercantil. Como gado pequeno podia ser transportado e comercializado facilmente.

A criação do cavalo recebeu um impulso decisivo com o aumento da produção de aveia. O cavalo tornou-se o elemento principal do estilo de vida nómada ao servir para controlar os outros animais e colocá-los ao serviço do homem. Os cavalos constituíram um meio habitual de deslocação e o emprego de carros puxados por cavalos melhorou as comunicações e os transportes. O progresso tecnológico permitiu um maior aproveitamento dos cavalos com a aplicação da ferradura e do tirante. Estes novos meios aumentaram a força motriz animal aplicável à produção e deram origem a novas relações económicas entre os utilizadores e os artesãos que fabricavam ferraduras e cravos, bem como aos produtores de arreios em cabedal. A criação dos cavalos foi motivada não apenas por razões estritamente económicas mas também determinada por razões militares. Além disso, o cavalo era o animal favorito dos soberanos e da nobreza.

Em todo o Norte de África, Médio Oriente e Península Arábica, a criação de dromedários constituiu a principal fonte de riqueza para muitos dos seus habitantes. As suas características que lhes permitem estar uma semana afastados duma fonte de água, resistir ao cansaço e à falta de alimentos, abriram novas vias de comunicação e de transporte a longa distância através de regiões difíceis de penetrar. A difusão da criação de camelos facilitou o crescimento do comércio por meio de caravanas que assim atravessavam os grandes desertos. Além disso, os camelos foram utilizados como arma de guerra e com o seu pêlo eram produzidas cordas. Nestas regiões, a terra é adequada para apascentar os camelídeos.

Nos Andes Centrais os lamas serviam como animais de carga ao longo dos trilhos das montanhas. Forneciam também carne, leite e lã, esta utilizada no fabrico de tapetes e tecidos. Nas Américas, a criação de gado em larga escala só foi incentivada após a colonização, com importantes reflexos na riqueza acumulada pelos colonos. Nas Caraíbas, século XVII, a criação de gado assumiu grande importância, incentivada pela procura de artigos de couro e graças às necessidades das guarnições militares, das frotas e também do contrabando. A preparação da carne, de couros e de sebo para exportação estava entregue aos escravos africanos a trabalhar com os proprietários ou como peões de grandes propriedades.

1.10 – CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO

Enquanto o ser humano apenas se esforçava por extrair da natureza os meios de subsistência, obtidos através da recolha directa, de caça e da pesca, ou as matérias-primas indispensáveis à manufatura dos instrumentos, não tinha necessidade de os conservar ou armazenar. A obtenção destes recursos naturais só se justificava quando o consumo directo ou indirecto a isso obrigava, mas sempre por um espaço de tempo muito curto. Ainda hoje, em zonas tropicais de vegetação luxuriante, as pessoas apanham um cacho de bananas de uma árvore que se multiplica naturalmente, sobem a uma palmeira para beberem o leite de um coco ou escavam a terra para dela retirarem

um rizoma ou um tubérculo que cozem ou assam, para uso imediato como alimento, sem terem necessidade da sua conservação.

A situação modificou-se com o início do cultivo dos cereais e o desenvolvimento da agricultura. Os grãos destinados às sementeiras tinham de ser guardados e conservados em celeiros até à época seguinte. Os destinados à troca tinham de ser armazenados até à venda nos centros urbanos ou nas feiras. Paralelamente, os palácios e os templos, que cobravam rendas em espécie pagas com cereais ou outros produtos agrícolas, careciam igualmente de dispor de sistemas de conservação e armazenamento. Por sua vez, a prática de preservação de alimentos servia aos lavradores para esconder uma quantidade de cereais à vigilância e apropriação senhorial.

Os métodos utilizados na conservação dos cereais eram essencialmente dois: guardavam-se os cereais em grandes recipientes, enormes vasos de cerâmica ou tulhas vulgarmente de madeira ou enterrava-se o grão em celeiros subterrâneos feitos de terra batida, em grandes covas empedradas feitas na terra ou em potes de barro. Em áreas de grande amplitude térmica, as populações aprenderam a transformar os alimentos frescos em produtos desidratados que se conservavam durante longos períodos de tempo e podiam ser facilmente transportados. O peixe e a carne eram preparados para conservação através da secagem ao ar, de cozedura, de fumeiro ou salga ou ainda por emersão em óleo ou em tulhas subterrâneas onde as temperaturas permanecem baixas. Estes métodos eram conhecidos desde tempos imemoriais. Na Europa, século XIV, desenvolveram-se processos engenhosos para amanho e salgar o peixe. A congelação era já praticada pelos habitantes do Ártico. Embora a técnica de “refrigeração” estivesse, segundo se supõe, já em uso na China, a conservação de alimentos perecíveis por meio de gelo natural foi introduzida na Europa no século XVIII.

A armazenagem permitia a conservação e manutenção das sementes, géneros, mercadorias diversas, durante um certo período de tempo; tornou-se necessária não só com o desenvolvimento da agricultura, mas também com o aumento de densidade populacional e a produção de mercadorias. A armazenagem dos alimentos era feita nas aldeias e nas cidades, onde se mantinham preservados até serem consumidos, trocados por outros produtos ou vendidos no mercado. Na proximidade dos centros urbanos era frequente a construção de silos gigantes onde se concentravam as reservas estatais de cereais. Por vezes, encontram-se estes celeiros junto às estradas, o que evidenciava a necessidade de abastecer os exércitos.

No Egipto, as grandes reservas de produtos pertenciam ao Estado, aos templos e aos grandes proprietários particulares. Nos palácios e nos templos fazia-se uma escrituração muito cuidada de todos os artigos que diariamente entravam e saíam. Cuidava-se também do transporte das mercadorias dos locais de produção ou dos armazéns para o mercado.

1.11 – INDÚSTRIA ALIMENTAR

A actividade de transformação dos produtos agrícolas alimentares é acessória da vida agrícola e, com tal, realiza-se junto das próprias famílias ou das comunidades rurais, ou realiza-se em unidades fabris específicas que operam de forma dispersa sobre matérias-primas provenientes directamente da agricultura.

No caso dos cereais, a actividade moageira era exercida inicialmente apenas pelos camponeses e só aos poucos se desenvolveu a profissão de moleiro. Os cereais eram transformados em farinhas com o auxílio de moinhos impulsionados pela força muscular do homem ou movidos por animais. Quando movidos pela energia hidráulica

ou eólica, exigiam construções fixas e permanentes. Esta circunstância motivava a existência de relações específicas entre os moleiros e as entidades senhoriais que, a título de renda, retiravam uma parte do valor criado na produção de farinhas.

Os moleiros adquiriam os cereais ao agricultor e vendiam directamente a farinha aos consumidores ou às padarias. Nos meios rurais, as próprias famílias camponesas amassavam a farinha e coziam o pão destinado à sua alimentação. Os fornos que permitiam proceder à cozedura do pão eram, por vezes, comunitários. O forno de pão consistia numa abóbada hemisférica revestida de tijolos, com camadas sobrepostas de argila com sal, para conservar os tijolos e o calor.

O forno deve ter sido uma das invenções mais importantes ocorridas após o estabelecimento duma vida sedentária. Destinava-se a cozer pão não apenas para as unidades familiares mas também para ocorrer à necessidade de alimentação da população rural e até da população urbana. Com o desenvolvimento do tráfego comercial, os fornos serviram também para o fabrico prévio de mantimentos, como o “biscoito” (bolo seco, feito de farinha de trigo, não fermentado e com várias cozeduras para se conservar por muito tempo). Dado o carácter rudimentar da técnica utilizada, podiam-se encontrar pequenas unidades produtoras familiares. O padeiro aparece nos núcleos demográficos mais ou menos compactos. Muitos forais concelhios contêm regras respeitantes ao regime de utilização dos fornos de pão e à actividade produtiva e mercantil dos padeiros.

Os cereais, malte e cevada, não garantiam apenas o alimento; depois de levedados serviam para produzir cerveja. Esta bebida era de difícil conservação, sendo transportada e guardada em talhas hermeticamente fechadas. No Egipto, a cerveja era uma bebida nacional e constituía um dos géneros alimentares atribuível para pagamento de salário.

Inicialmente, o fabrico do açúcar processava-se por métodos artesanais usando pilões manuais. A indústria açucareira esteve na origem da difusão da cultura da cana-de-açúcar. Desde a primeira fase do ciclo económico do açúcar, a sua produção esteve associada à mão-de-obra escrava e à constituição de grandes explorações. A economia açucareira era uma forma particular de actividade produtiva que necessitava duma importante mão-de-obra escrava. A sua exploração foi uma das primeiras fontes da acumulação de capital. A luta pela produção e pelo comércio do açúcar tornou-se um dado permanente da economia mediterrânea que, após o início das navegações, se estendeu às ilhas atlânticas, às Caraíbas e ao Brasil. Os primeiros engenhos para fabricar o açúcar eram movidos com bois. Os movidos com a água contribuíram para aumentar fortemente a produtividade. O engenho era, em regra, alimentado pelas grandes propriedades onde se desenvolviam as plantações de cana. Os pequenos cultivadores só podiam utilizar estes engenhos mediante a entrega duma parte da colheita. O fabrico de açúcar deu lugar a frequentes conflitos originados pela tendência para a sua monopolização e pela política fiscal. O açúcar chegou a servir como meio de pagamento. O capital comercial encontrou também uma boa oportunidade de lucro com a diferença de preços, pois o açúcar chegava a valer na Europa cerca de quatro vezes mais. Era também particularmente rendoso o tráfico transatlântico. Com a colonização europeia das Américas tornou-se simples e normal a deslocação, duma área para outra, das tecnologias da indústria do açúcar. Em Portugal, a apropriação pelo rei duma quota-parte da produção açucareira permitiu a concentração de fortes volumes de oferta. O açúcar real era arrendado por mercadores que se associavam a poderosas companhias, nacionais e internacionais, dando oportunidade à realização de operações comerciais de grande vulto que movimentavam elevadas somas monetárias.

A produção de azeite exige alguns conhecimentos especializados para o exercício da profissão. Eram utilizados lagares simples na moenda da azeitona, força motriz animal, muita água e grande quantidade de lenha para aquecer a água e separar o óleo dos resíduos. As prensas e os lagares eram constituídos por instalações fixas e amplas, o que facilitava a dominação pela classe senhorial com o fim de arrecadar parte dos rendimentos cobrados pelos lagareiros

A vinicultura consiste no fabrico, melhoramento e conservação do vinho. O lagar, que servia para espremer as uvas, é uma instalação simples mas fixa, facto que tem alguma importância nas relações económicas. O lagareiro utilizava a sua força muscular ou a de animais atrelados a um pau que girava em redor do lagar. Seguiu-se uma pisagem posterior do mosto que permitia obter uma maior quantidade de vinho. Depois de fabricado, o vinho era guardado em recipientes de madeira, cubas, toneis e pipos. Estes eram usados no transporte marítimo, mas no transporte terrestre os recipientes eram de catedral. O fabrico destes recipientes deu lugar à formação dum sector de artífices cuja actividade foi crescendo, tanto mais que o vasilhame era indispensável ao transporte do vinho. A produção do vinho originava uma vigilância cuidada por parte das entidades senhoriais para garantir uma maior renda. Por vezes, os camponeses eram obrigados a ir aos lagares senhoriais para pisar as uvas. O crescimento da produção vinícola implicou a sua intensa comercialização e o vinho tornar-se um importante produto de exportação.

2 – ACTIVIDADES EXTRACTIVAS E METALÚRGICAS

2.1 – EXTRACÇÃO DO SAL

O sal generalizou-se face à sua utilização para diversos fins. O seu consumo tem sido empregue para condimentar alimentos e tornou-se uma necessidade vital para as populações que se alimentavam sobretudo de cereais na dieta alimentar. Tornou-se também indispensável na criação intensiva de certos tipos de animais, nas técnicas de conservação de alimentos e na preparação da carne e do peixe. Como aplicação industrial é de assinalar a sua utilização na preparação de couros.

Para a sua obtenção têm sido usadas várias técnicas: por meio da evaporação da água salgada, aproveitando as condições geográficas e climatéricas favoráveis, o sal-marinho; extracção da água de poços e pântanos salgados do interior; extracção nas minas de sal, o sal-gema; por meios mais complexos envolvendo a concentração do sal que ocorre no solo ou em algumas plantas. A salicultura desenvolvia-se em regiões apropriadas em instalações fixas situadas junto dos locais de extracção. Esta actividade ocupava grande quantidade de pessoas que executavam diferentes tarefas.

As explorações estavam sujeitas ao pagamento de rendas à aristocracia, que arrecadavam rendimentos importantes relativos às riquezas do sal. A existência de instalações fixas favorecia o domínio senhorial e facilitava o controlo da sua produção com o fito de cobrar a máxima renda.

Para facilitar o seu transporte através de longas distâncias foi iniciada a sua cristalização em receptáculos. Pela sua importância tornou-se um dos principais artigos de exportação. Os preços oscilavam muito de região para região em consequência das dificuldades dos transportes e dos encargos que oneravam o trânsito das mercadorias.

Os mercadores de sal possuíam grandes riquezas e o imposto do sal proporcionava avultados rendimentos aos governantes.

2.2 – EXTRACÇÃO DE MINÉRIOS

Os minérios eram em geral obtidos em locais longínquos. Os primeiros mineiros utilizavam picaretas de haste de veado, que também eram usadas na remoção de blocos de calcário. A maior parte do trabalho nas minas era à mão: escavação a golpes de picaretas e martelos, carregamentos e deslocamentos. A mineração era executada a céu aberto ou através de abertura de poços verticais e inclinados, escavando galerias, poços pouco profundos e câmaras, reforçados com pilares feitos na própria rocha ou com suportes de madeira.

Na extracção do minério era amplamente usado o recurso ao fogo. As rochas eram primeiro aquecidas, rachando depois com a aplicação de água fria. Na África Subsariana, o mineral de ferro extraía-se de rochas ferruginosas, aquecidas a altas temperaturas em fornalhas de terracota.

Os progressos sob o ponto de vista de mecanização foram muito lentos. No séc. XV, as escavações mineiras tornaram-se mais profundas, penetrando os poços a 30 metros ou mais, sobretudo nas minas de metais preciosos, mas os sistemas de drenagem e de ventilação eram rudimentares. A iluminação era conseguida por meio da utilização de candeias. O minério era trazido à superfície através de passagens escalonadas ou da utilização de guindastes de madeira.

O século XVI marca o começo dum período próspero relativo à indústria mineira. A eficácia das invenções na metalurgia e a expansão de empresas com grandes capitais interessadas na indústria metalúrgica, provocou a expansão da exploração mineira, quer de metais preciosos quer do ferro. A exploração conheceu uma maior segurança e por consequência um melhor rendimento. Foram instalados ventiladores, carris e sobretudo bombas de tirar água.

No séc. XVII, em algumas minas, era empregue a pólvora para substituir o método do recurso ao fogo. Apenas se conhece o uso da força hidráulica para triturar o mineral. Assegurar a drenagem destas minas constituía uma operação complicada. Eram necessárias bombas mais fortes que as normais accionadas pela força animal ou hidráulica. Foi já no século imediato que, pela primeira vez, a pressão do vapor de água foi utilizada como força motriz para bombear a água das minas.

A exploração mineira constituiu uma oportunidade para soberanos, nobres e sacerdotes aumentarem a sua riqueza e poder. As jazidas de minério encontravam-se firmemente sob a alçada dos domínios senhoriais proporcionando aos seus titulares rendas superiores às que cobravam das outras formas de produção. A exploração mineira provocava encontros entre povos diferentes que nem sempre eram pacíficos. No Império Romano a extracção de metais dependia principalmente do imperador, que era proprietário de quase todas as minas de metais preciosos.

A indústria mineira utilizava uma mão-de-obra recrutada junto da classe social mais baixa. Os mineiros eram geralmente escravos ou prisioneiros e a sua taxa de mortalidade muito elevada. Alguns trabalhos menos pesados eram executados por mulheres e crianças. O trabalho era feito em condições perigosas e deprimentes: obscuridade, frio, humidade, poeira sufocante. O controlo dos depósitos de minérios e a sua exploração modificou a divisão de trabalho e influenciou a posição social dos indivíduos e de certas famílias, acabando por criar diferentes camadas na hierarquia social.

2.3 – METALURGIA

Nas fases mais recuadas o homem apenas empregava os metais, obtidos em estado natural, que conseguiam substituir a pedra como base técnica primitiva. O trabalho inicial dos metais utilizava as técnicas da idade da pedra. O uso do metal limitava-se ao fabrico de objectos simples de cobre, ouro e chumbo, metais todos estes dúcteis e fáceis de moldar e que se fundem a temperaturas relativamente baixas.

O início da metalurgia representou um marco importante no desenvolvimento humano, criou novas necessidades, relações técnicas e sociais e entabularam-se novos contactos entre regiões até aí autárquicas. As qualidades únicas de matérias-primas, como cobre, bronze, ouro, prata ou ferro, aliadas à capacidade de reutilização, à comodidade de armazenamento e às origens geográficas por vezes distantes, provocaram divisões sociais que se tornariam cada vez mais vincadas.

A autêntica era do metal iniciou-se a partir do momento em que o mineral se começou a fundir numa forja a quente. Quando surge a fundição e a elaboração do ferro, inicia-se uma nova etapa na história da utilização do metal. O trabalho dos metais envolvia uma grande variedade de técnicas, inclusive as usadas pelo malhador e a moldagem que conheceu um acentuado progresso com a aplicação de moldes de barro. Teve particular impacto a aplicação, desde muito cedo, de moldes de duas peças. A fusão dos minérios metálicos e dos utensílios de metal constituiu um grande avanço tecnológico. O tratamento a altas temperaturas e a utilização de metais puros melhoraram a qualidade das peças.

A utilização dos combustíveis, substâncias que reagem com o oxigénio de forma violenta, com produção de calor e libertação de energia de forma potencial e utilizável, foi fundamental para o arranque da metalurgia. As árvores abatidas serviam como combustível para as fundições onde se produziam os objectos metálicos. Grande parte das lenhas era retirada pelas populações das matas dispersas sob o domínio da aristocracia e das terras comuns dos concelhos. Em alguns casos as entidades senhoriais proibiam o corte das árvores sem prévia licença.

A lenha e o carvão vegetal, usados nos diversos ramos de artesanato, eram obtidos directamente ou adquiridos através de transacções comerciais que, normalmente, escapavam à posse dominial. A procura crescente da produção de ferro aumentou a pressão sobre os recursos da madeira como combustível.

O carvão mineral substituiu pouco a pouco a madeira tornando-se um elemento indispensável da indústria metalúrgica. A produção conheceu então um aumento constante, desenvolvendo-se a extracção mineira. No século XVI iniciou-se construção de carris que facilitou o transporte do carvão das minas aos barcos amarrados nos rios mais próximos. O carvão betuminoso, transformado em coque, passou a ter o amplo emprego industrial. A invenção do fabrico do coque, ocorrida no século XVIII, concorreu para o aumento da produção do ferro, do cobre e do estanho. O coque permitiu às fundições não mais dependerem do carvão de madeira.

A metalurgia deu origem a novas divisões técnicas e profissionais do trabalho, tais como: indivíduos que se especializaram na prospecção de novos depósitos de minério; mineiros que extraíam os minérios; fabricantes de carvão vegetal; indivíduos que nas ferrarias separavam o metal dos produtos associados; ferreiros que laboravam o metal em bruto; alfagemes especializados no fabrico de armas brancas e em afiar instrumentos cortantes; artífices de cutelaria, etc. Os artesãos dependiam uns dos outros e, mesmo dentro das oficinas, teve de se instituir uma divisão de tarefas.

Ao desenvolvimento da metalurgia seguiram-se consequências directas inevitáveis no campo das relações sociais que envolviam os artesãos. Os técnicos de metalurgia eram olhados como possuidores de poderes sobrenaturais, gozavam de grande prestígio, constituíam uma espécie de casta secreta e os segredos do ofício eram transmitidos apenas a iniciados. Os artífices que trabalhavam o metal ocupavam um lugar especial entre as classes governantes que se aproveitavam dos seus serviços. Surgiram ainda relações que envolviam os diversos tipos de produtores, os transportadores, os comerciantes e os consumidores. Com o avanço da metalurgia apresenta-se mais vincada a distinção social entre ricos e pobres, amplia-se a ascensão de privilegiados e aparecem guerreiros com armas metálicas. Em algumas regiões o trabalho dos metais era assunto que dizia respeito apenas ao sector aristocrático da população.

O desenvolvimento da metalurgia fez parte dum mundo novo no qual se inclui também a escrita, os sistemas de pesos e medidas, o aparecimento de sociedades urbanas. No domínio da extracção mineira e da fundição, as mudanças tecnológicas manifestaram-se pela introdução de novos produtos e de novas técnicas de produção. Pode dizer-se que se deu a transição da tecnologia da madeira e da água como força motriz para a tecnologia do ferro e do carvão. A explosão tecnológica que levaria à produção maciça de objectos de metal influenciou a eficácia da agricultura e dos ofícios, aumentou a qualidade dos utensílios e a descoberta de outros, como a serra, e o crescimento quantitativo de todos eles. A difusão da maquinaria e a concentração do investimento em escala apreciável, deu lugar à expansão dos ofícios metalúrgicos. As técnicas metalúrgicas evoluíram rapidamente no fabrico de armas, face à procura constante de peças de artilharia.

A actividade metalúrgica motivou posições privilegiadas de alguns artesãos. Do enorme progresso da metalurgia e da produção de séries de artigos com características regionais específicas resultaria o aparecimento de oficinas a competir umas com as outras em termos de inovações.

O aparecimento duma economia capaz de produzir um excedente regular permitiu sustentar uma indústria metalúrgica altamente desenvolvida, que utilizava muitas vezes matérias-primas importadas e era capaz de produzir armas e ferramentas exigidas por um novo estilo de vida. Uma expansão dos trabalhos em metal ocorreu em regiões onde até então a metalurgia era desconhecida. Fizeram-se trabalhos numa variedade significativa de metais, embora tenha sido o ferro que se revestiu de maior importância.

A distribuição de ferramentas acabadas era, com frequência, feita por mercadores especializados. No início do século XVII, os governos de alguns países começaram a destacar funcionários para a recolha de impostos e supervisão da produção metalúrgica, iniciando-se assim a intervenção governamental.

2.4 – ROCHAS, PEDRAS

O sílex constituiu uma das mais importantes matérias-primas utilizadas pelo homem. Algumas comunidades começaram a concentrar as suas aptidões na extracção de sílex, primeiro à superfície mas, mais tarde, também em minas subterrâneas. Em algumas regiões, a pedra era extraída por meio de grandes fogueiras acesas na base da superfície das rochas fazendo-as estalar. Muitas minas de sílex começaram a especializar-se na produção de determinados tipos de utensílios que, com frequência, eram acabados noutros locais distantes. O sílex permaneceu como material predilecto no

fabrico de cabeças de machado, pontas de flecha, adagas, foices, mós, ferramentas, etc. As lâminas de silex eram usadas numa grande variedade de actividades, chegando a ser armazenadas em recipientes de barro com o fim de serem exportadas.

O trabalho da pedra veio a adquirir grande qualidade artística no fabrico de cilindros-selos, frascos, tigelas, vasos e de outros artefactos e recipientes. Entre os objectos de pedra encontram-se esculturas de calcário e vasos de alabastro. As pedras moldadas e polidas eram utilizadas na produção de grande variedade de objectos, na arquitectura e na escultura. Em geral, provinham de pedreiras situadas a uma distância considerável. A produção de selos de esteatite representa uma demonstração significativa da perícia e da técnica já existente. A pedra-sabão, usada no fabrico de recipientes, era cortada com facas e depois torneada e escavada com uma goiva para desbastar o seu interior.

Mesmo após o início da metalurgia, a pedra era preferida ao metal macio, pois o recozimento constante necessário para talhar um machado de cobre tornava-se mais trabalhoso que o polimento dum silex bruto. Um dos tipos de machado mais procurado era o machado de guerra feito de pedra resistente.

Com a obsidiana desenvolveu-se a técnica de arrancar lâminas que permitiram obter finas e eficientes facas prismáticas. A obsidiana é um tipo de lava de aspecto vidrado que tinha algumas vantagens sobre o silex, nomeadamente a possibilidade de proporcionar rebordos mais oblíquos. Cedo começou a ser exportada dos locais onde era encontrada. A ardósia forneceu material para pontas de lança e de flecha, anzóis de peixe e raspadores. Além disso as paletas de ardósia eram decoradas com a gravação de motivos sem relevo.

O âmbito da extracção mineira abrangia as pedras preciosas e semipreciosas. Era uma actividade que exigia uma excelente condição física e necessitava dum elevado nível de perícia, pois era indispensável identificar as pedras e proceder à sua qualificação. As comunidades mineiras trocavam este tipo de pedras por alimentos ou vestuário. Era frequente a exportação em estado natural pelos países extractores. Em oficinas de lapidação eram aperfeiçoadas estas pedras, muito procuradas pela aristocracia.

2.5 – COBRE E BRONZE

A exploração do cobre começou muito antes dos outros metais. Perante a existência de depósitos de cobre quase puro, cedo o homem se apercebeu que esta “espécie de pedra” podia ser modelada por batimento a frio e, ainda mais facilmente, quando aquecida. A extracção do cobre de minérios menos puros era obtida por meio de fusões sucessivas para remover escórias e impurezas.

Inicialmente o cobre era tratado como se fosse uma pedra, embora macia e maleável. A sua maleabilidade obrigava a remartelar os artefactos. A maleabilidade do cobre natural era aumentada pelo aquecimento, o que permitia outras formas diferentes das obtidas com a pedra tradicional. O cobre, quando submetido a uma elevada temperatura, fundido e vertido em moldes, possibilitava a obtenção de objectos maiores e de formas complexas. Estava a ser dado o primeiro passo para o que viria a ser a técnica metalúrgica.

A transformação pelo fogo só podia ser conseguida por um povo que já dispusesse de meios para obter o calor necessário à fusão dum mineral. As primeiras experiência para fundir o cobre devem ter ocorrido em fornos de oleiro, únicos capazes de dar a temperatura necessária à fusão do cobre. A tarefa inicial do fundidor consistia

em reduzir o cobre à forma de lingotes ou a produzir quantidades de metal suficientes para produzir objectos pequenos, na maioria dos casos simples ornamentos. O fundidor procurava obter ligas mais ou menos naturais de cobre com arsénio ou estanho, de forma a obter tipos de metal mais resistente, ou de cobre com chumbo ou prata.

Da mistura do cobre com o estanho resultou uma liga, o bronze, muito mais dura, sólida, menos quebradiça e com ponto de fusão consideravelmente mais baixo. A descoberta do bronze marcou o verdadeiro início da metalurgia. Com as suas favoráveis características os metalurgistas não encontraram dificuldade em produzir objectos de acabamento superior.

A transformação em objectos de cobre ou bronze obrigava a uma especialização. Utilizando técnicas derivadas da produção de cerâmica, os objectos de bronze eram feitos em moldes de argila, sistema que permitiu a produção em massa. Eram produzidos objectos muito úteis para outras profissões, como: sovelas, furadores, anzóis, machados lisos, bandas para teares, facas, ferramentas, recipientes, escudos, capacetes, lâminas de punhal. As picaretas e os enxós eram metidos em punhos de madeira ou de osso. A arte do cobre era representada por objectos de adorno tais como: contas, pulseiras, alfinetes, arame enrolado para fazer anéis. Foram também produzidos vistosos caldeirões de bronze, vasos decorados e até chamariz para imitar o canto das aves e assim as atrair na caça. A produção de objectos mais aperfeiçoados implicou o aparecimento de novas técnicas, como, por exemplo, a fundição pelo método de cera perdida, a utilização de moldes desmontáveis que possibilitou a produção em série. Os utensílios de bronze continuaram a ser os principais utensílios metálicos até serem suplantados para fins práticos com o aparecimento do ferro.

A tecnologia do bronze afectou o modo de vida das sociedades humanas, que se distinguiram das restantes. O bronze tornou-se um metal de prestígio das sociedades aristocráticas e um precioso metal para o fabrico de armas. Com a produção de artefactos de bronze assistiu-se ao surgimento de centros locais de trabalho em metal.

A metalurgia do cobre aperfeiçoou-se nos séculos XV e XVI, o que permitiu, graças também ao aumento da produção de estanho, obter armamento de alta qualidade. O bronze tornou-se o metal industrial mais usado nessa época. As expressões “idade do cobre” ou “idade do bronze” basicamente destacam o conhecimento e a projecção das técnicas de metalurgia.

2.6 – OURO E PRATA

Os primeiros indivíduos dedicados à extracção de minérios acabaram por encontrar outros metais, que vieram a conhecer ao utilizar métodos similares aos usados na extracção do cobre. O ouro podia ser retirado das camadas rochosas ou do leito dos rios e apresentava-se sob a forma de pequenas pepitas de metal relativamente puro. Bastava triturar o mineral aurífero e separar as partículas de ouro ou proceder à simples lavagem da areia aurífera contida no leito dos rios. Este último método foi o mais antigo utilizado para reter o ouro. A técnica de lavagem aperfeiçoou-se com a utilização da pressão hidráulica para pulverizar a areia ou aglomerar a poeira de ouro por meio de mercúrio, depois eliminado por filtração ou destilação. O ouro não necessitava de fusão, pois a sua maleabilidade permitia que um simples batimento bastasse para obter a forma desejada.

É praticamente certo que uma parte da prata inicialmente encontrada era na realidade electrum, ou seja, uma mistura em proporções variáveis de prata com ouro e cobre. A maior parte da prata era, porém, extraída da galena argentífera por meio de

fusão. Os fundidores obtinham assim dois metais em vez de um. Um ponto de viragem importante para o desenvolvimento das minas de prata foi a descoberta dum método de separação da prata do chumbo. A descoberta de minas de mercúrio tornou possível o processo de produção de prata pela amalgamação, que substituiu o processo de fusão.

Estes dois metais, pelas suas características de beleza, brilho inalterável e fácil maleabilidade, desencadearam o interesse das classes dominantes pela aquisição dos objectos decorativos e de adorno, representativos de símbolos de estatuto, de prestígio, de poder político ou religioso. A possibilidade de amoedação passou a constituir um meio prático e fácil de acumulação de riqueza.

A arte de ourivesaria sofreu um incremento notável. O ouro era utilizado na decoração de mobiliário, e até de edifícios, na decoração de vestuário, recipientes ou armas, no fabrico de objectos de adorno. A prata servia para o fabrico dos mais variados objectos ornamentais; era também utilizada em folhas marteladas ou em incrustações para ornamentar jóias e móveis. O electrum era utilizado para o fabrico de joalharia, mobiliário, estátuas e outros objectos.

Os ourives passaram a constituir um grupo à parte. A sua posição social destacou-se ainda mais como reflexo da utilização do ouro e da prata no fabrico de moeda. A amoedação fazia-se em duas operações que cabiam a dois tipos distintos de artífices: os que fundiam os metais para obter a liga e moldar as barras metálicas e os moedeiros que transformavam as barras e lâminas em moedas. Os próprios lingotes de prata estampilhados eram aceites pelos comerciantes como uma moeda regular.

A adopção, em algumas regiões, de impostos pagáveis em prata aumentou a procura deste metal e activou a preferência dos mercadores como meio disponível em compras no exterior.

Com a descoberta das minas de prata em Potosi, no Peru, no século XVI, a indústria mineira passou a assumir uma importância crescente e os centros urbanos organizados em redor das minas tornaram-se centros de comércio.

Na Europa, no século XV, prevalecia a ideia de que não há outra riqueza que não seja o ouro, devendo-se acumular o mais possível reservas de ouro. Este metal precioso era então recebido sobretudo de África, por intermédio dos muçulmanos do Magreb, e servia para a compra de especiarias na Ásia. A descoberta de grandes depósitos de ouro no Brasil permitiu abastecer a Europa com carregamentos tais que no século XVIII a quantidade deste metal que circulava na Europa duplicou. Fenómeno semelhante se passaria com a prata. Estes metais foram objecto dum comércio muito intenso.

2.7 – FERRO

As jazidas de ferro natural estavam muito espalhadas à superfície da terra e muitas eram possivelmente de origem meteórica. A partir da metade do II milénio a. C., o ferro deixou de ser uma raridade mas, só a partir do século VII a. C., começou a ser usado em larga escala em numerosas regiões. À medida que os poços se tornavam mais profundos, colocaram-se problemas novos e complexos, sobretudo com o transporte subterrâneo do minério.

As primeiras tentativas de fundir o ferro eram semelhantes às utilizadas na fusão do cobre e do bronze. Porém, a fusão do ferro necessitava duma intensidade de calor muito superior à capacidade dos fornos primitivos pelo que tardou a aparecer a técnica de trabalhar este metal. Além disso, o minério tinha de ser trabalhado no forno juntamente com o carvão. Este forno era então apenas um buraco no solo.

Esta técnica exigia grandes quantidades de minério e de carvão e, mesmo assim, o metal obtido por este método era menos resistente que o bronze. As reacções químicas com o carvão possibilitavam alcançar a temperatura do ponto de fusão do ferro puro, mas para isso eram necessárias oito toneladas de carvão para trabalhar uma tonelada de minério. Algumas dificuldades entravavam a indústria metalúrgica; uma das mais embaraçosas era a falta de combustível. O aparecimento do carvão mineral e do coque contribuiu para ultrapassar este inconveniente.

O acto de temperar o ferro, por meio de um arrefecimento rápido em água ou óleo, tornou possível combinar a dureza e a força, o que deu ao ferro uma superioridade pois este processo não existia na metalurgia do bronze. O controlo do processo de aquecimento com a ajuda de foles possibilitou a redução do minério a uma massa porosa e pastosa que ao arrefecer tomava a forma de blocos. Estes tinham de ser aquecidos e martelados para obter os lingotes a utilizar no fabrico de objectos.

A carburação do ferro a altas temperaturas, por um aquecimento elevado e repetido, provocou a absorção de certa quantidade de carbono que teve como efeito converte-lo em ferro fundido ou em aço. Este ferro endurecido tornou-se superior ao bronze e deu início à chamada “idade do ferro”.

A produção de objectos de cobre e bronze podiam ser feitos numa só operação, a fusão, e necessitavam de poucos acabamentos. As técnicas utilizadas no tratamento do ferro, como o tempero e a soldagem, levariam algum tempo a serem perfeitamente dominadas. A substituição parcial do bronze é assim gradual e demorada. Durante algum tempo, a metalurgia do ferro e do bronze existia lado a lado. Com o tempo passou a existir uma certa especialização em que os diferentes metais passaram a ser utilizados para objectivos diferentes.

Os primeiros objectos de ferro, tal como aconteceu com os outros metais naturais, foram em ferro martelado. Os primeiros utensílios e armas copiaram as formas dos seus congéneres de bronze. Posteriormente, uma primeira fase da metalurgia do ferro incluía o ferro forjado e o ferro fundido; seguiu-se a produção de toda uma gama de artefactos produzidos por artesãos que abrangia ferramentas e instrumentos para a agricultura e ofícios manuais, armas e objectos de uso quotidiano, lâminas de aço de qualidade notável e fáceis de afiar. Mais tarde, graças aos moldes de metal tornou-se possível a produção em quantidade.

A difusão dos instrumentos de ferro desempenhou um papel excepcional no desenvolvimento económico, aumentou a produtividade do trabalho e deu origem a uma revolução profunda nas técnicas agrícolas e no artesanato e na expansão mercantil. À medida que o ferro substituía a madeira e outros materiais para múltiplos usos, cresce a procura do minério de ferro.

Os utensílios de ferro facilitaram o cultivo de solos difíceis, a abertura de poços e o derrube de árvores. O uso de lâminas de arado com gume de ferro representou um grande avanço no cultivo de cereais. Com o uso destes meios de trabalho melhorou a qualidade da preparação do solo, aumentou a fertilidade e a produtividade. A utilização do ferro tornou mais fácil trabalhar a pedra dura, abrir caminhos nas montanhas, desviar cursos de água ou escavar canais, construir pontes, aquedutos. As novas ferramentas e o melhoramento das já existentes tiveram um efeito positivo na actividade artesanal e na comercialização dos seus produtos.

A manufatura de objectos acabados podia ser levada a cabo em outros locais para onde os lingotes de ferro fossem transportados. Floresceram centros metalúrgicos em regiões distantes dos locais onde o minério era extraído e produzidos os lingotes. Isto ligava os fundidores aos importadores e estes aos ferreiros que careciam do metal para o laborar.

Os utensílios de ferro aumentaram as possibilidades de caça e de aproveitamento do solo, permitindo explorar mais activamente novas zonas. Terras pesadas e cheias de florestas são mais facilmente aproveitadas; o machado de ferro facilita e acelera o abate de árvores. O ferro deu à sociedade fundamentos técnicos novos e mais firmes, abrindo o caminho à construção de cidades e de civilizações.

As técnicas de produção de ferro variavam conforme os artesãos conseguiam ou não obter altas temperaturas (acima dos 1300 ° C.) Com temperaturas inferiores apenas obtêm uma massa esponjosa que não pode ser moldada, mas apenas martelada e forjada. Esta técnica era trabalhosa mas permitiu o aparecimento de ferreiros em numerosas aldeias.

Ao longo do século XVI foram feitos grandes progressos no fabrico do ferro e do aço, graças à divulgação do alto-forno e de aparelhos utilizados na redução da espessura das varas de ferro. O alto-forno começou a substituir as antigas oficinas de ferreiro ou forjas. Estes avanços tecnológicos contribuíram para diminuir os custos de produção e aumentar a procura de produtos metálicos. Os antigos fornos subsistiram ainda algum tempo apesar da eficácia incontestável dos novos modelos. Os altos-fornos aumentaram a capacidade de produção, graças ao acréscimo de tamanho e ao aperfeiçoamento dos maçaricos, movidos a força hidráulica. A produção foi, porém, afectada pela escassez de madeira, único combustível então usado. A facilidade de extracção de carvão, quase à flor da terra, explicam o uso na Inglaterra deste combustível, enquanto quase toda a Europa continuava a aplicar o carvão vegetal.

No interior das oficinas metalúrgicas as operações de ferraria conduziram a uma divisão técnica entre os trabalhadores encarregados dos foles das forjas, os que acarretavam o carvão e os artífices que se ocupavam das operações mais delicadas. Estas relações começaram a assumir o carácter de relações entre patrão e assalariados. O estatuto dos artífices metalúrgicos alterou-se passando a gozar de grande prestígio, derivado do elevado grau de especialização, e a ocupar uma posição privilegiada numa sociedade hierarquizada. Existiam também ferreiros ambulantes que viajavam de um lado para outro, manufacturando ornamentos sob encomenda ou vendendo objectos estandardizados.

Quando se exigiam oficinas especiais para a produção de ferro e a moldagem de utensílios, estas tornaram-se, por vezes, monopólio do Estado. Algumas destas oficinas estavam integradas no património dos soberanos ou dos templos, que chegavam a possuir minas de ferro em actividade com instalações anexas para fundição. Em meados do século XVIII, muitas ferrarias deixaram de ser administradas pelos governos e passaram para a mão de homens de negócios, facto revelador duma nova tendência no processo económico.

A importância dos artigos de ferro era tal que eram facilmente aceites como prestações de renda e, mesmo quando a renda se transformou num tributo monetário, o critério de cálculo do quantitativo a pagar baseava-se nesses artigos.

A nova tecnologia exacerbou as desigualdades, aumentou o poder militar e, combinado com a arte de cavalgar, o ferro desempenhou um papel decisivo no processo de formação dos impérios. A necessidade de armas de fogo para equipar frotas e exércitos foi um factor que influenciou a expansão da produção de ferro e a metalurgia em geral. A expansão da tecnologia do ferro ilustra claramente o papel dinâmico dos factores militares nas mudanças ocorridas nas estruturas económicas.

3 – ACTIVIDADES TRANSFORMADORAS

3.1 – ARTEFACTOS DE MADEIRA

Depois de adaptada pelos madeireiros, a madeira era aplicada para diversos fins, desde a construção, à produção de diversos instrumentos de trabalho ou artefactos de uso corrente. A técnica de serração de madeiras não estava muito desenvolvida. Os instrumentos usados eram o machado e a serra. A aplicação da energia hidráulica às serras só surgiu na Europa no século VI. O uso do parafuso de madeira generalizou-se com a aplicação às transmissões de força, através de uma porca ou uma cavilha directriz, em inovadoras prensas de azeite, vinho e têxteis.

Combinada com a pedra e a telha, a madeira servia para construir edifícios para abrigo das famílias e do gado, resguardo das alfaías agrícolas ou oficinas. Nos telhados das casas eram usados os troncos das árvores como vigas e a madeira preparada para servir de portas e janelas. A madeira e as esteiras juntas com o adobe funcionavam como materiais de construção.

Nos meios de transporte, a madeira era usada igualmente na construção de embarcações, naus, barcos de pesca, canoas e remos, carroças e as respectivas rodas. A madeira de cedro, abundante no Mediterrâneo Oriental, era o principal material de construção necessário às frotas comerciais e militares. A descoberta posterior de madeiras rijas tropicais gerou um grande interesse na construção naval e permitiu o estabelecimento de estaleiros na América e Índia.

Além do fabrico de mobiliário, é de referir os objectos utilitários de uso diário, recipientes, armas, armadilhas, instrumentos musicais. As cascas de madeira e raízes eram utilizadas como recipientes para cozinha e armazenamento. O junco, a crescer em quantidades ilimitadas nas margens dos rios e dos canais, foi utilizado no fabrico de embarcações mais antigas e servia também para o fabrico de cestos, esteiras e caixas. Estes artigos eram por vezes revestidos a couro para terem mais solidez. A fibra de palma deu origem a um ofício especializado de fabrico de panelas e baldes para transportar água.

O trabalho de objectos em madeira deu lugar a uma divisão profissional que ia desde os madeireiros, aos carpinteiros, marceneiros, calafates e tanoeiros.

Em alguns concelhos eram aplicadas taxas de portagem ao transporte de madeira. A madeira era objecto de importação e exportação.

No séc. XIV, o desbaste constante e os pedidos sempre crescentes da indústria e da construção naval conduziram ao desenvolvimento do comércio internacional de madeiras. Os perigos deste desbaste chegaram a ser referidos, mas a ciência da silvicultura só se desenvolveu mais tarde.

3.2 – FIAÇÃO, TECELAGEM, VESTUÁRIO

A fiação, a tecelagem, a fabricação de vestuário e a tinturaria de tecidos desenvolveram-se por etapas sucessivas nas diversas partes do mundo. A produção têxtil começava na fiação e tecelagem caseira para consumo familiar, mas é antiquíssima a profissão artesanal autónoma constituída por tecelões e tecedeiras. A actividade no sector têxtil assentava numa produção individual, acompanhada do seu agregado familiar, que se desenvolvia com o emprego de meios de trabalho que ou eram pertença exclusiva dos próprios produtores ou estavam na posse das classes senhoriais.

Para fiar deve-se ter começado por torcer fios entre as mãos ou contra a perna sem o auxílio de qualquer instrumento. Com o aparecimento do fuso, a fibra era

enrolada em volta dum pau o que permitia retorcê-la e prender as fibras enrolando-as sobre a coxa, método este que ainda é empregue. A fase seguinte foi conseguida quando se descobriu que o fuso podia rodar sobre si próprio, bastando para isso deixar cair o fio, mantê-lo em suspenso e continuando a fiar. Os fusos de roca eram aproveitados de fragmentos de objectos de cerâmica talhados em forma de disco com um orifício no meio para serem utilizados como contrapesos. A roda de fiar, que substituiu o fuso, foi uma inovação técnica com grande reflexo na produtividade, datada do século XIII. Permitia fazer girar com a mão esquerda uma roda que torcia as fibras enquanto a mão direita puxava o fio. No século XV, foi acrescentado um pedal à roda que deixou as mãos livres ao fiandeiro. Como consequência de outros aperfeiçoamentos entretanto conseguidos, no século XVIII, foi introduzida uma máquina de fiar algodão com a qual um só operador podia accionar um grande número de fusos. Esta invenção podia ser aplicada tanto no trabalho ao domicílio como, para grandes produções, nas grandes oficinas então nascentes.

A tecelagem de têxteis sucedeu aos processos de entrançamento empregues na cestaria, que é produzida à base de fibras mantidas no estado natural, não tendo que ser fiadas. As fibras de cactos e de caule de juncos eram utilizados na produção de cesto, esteiras, cordas, redes e outros artefactos. A técnica da tecelagem exigia uma vida sedentária pois os vários processos e instrumentos de fabrico eram dificilmente transportáveis por comunidades em movimento.

Nos pequenos teares, que permitem tecer à mão, a tecedura é feita com os dedos; mais tarde foram utilizadas varas de cruzamento de fios para os separar. A principal inovação no ofício têxtil foi o tear de pedal vertical que permitia estender melhor a urdidura e facilitar a sua passagem. A adição de pedais ao tear veio substituir a simples estrutura de tecer, assegurando o progresso da tecelagem. Ao tear manual sucedeu o tear de pedais. O seu aparecimento e divulgação esteve relacionado com o desenvolvimento do artesanato urbano e de oficinas integradas em domínios senhoriais, embora a tecelagem manual tenha sobrevivido até aos nossos dias.

O aperfeiçoamento das máquinas de tecer esteve ligado ao das máquinas de fiar. O princípio básico da tecelagem consistia em entrelaçar uns fios com outros por meio duma lançadeira. No século XVI, na Europa ocidental, o tear era já uma máquina bastante complexa, mas sempre accionada ao pé e à mão. O problema só foi solucionado na época em que tudo passou a fazer-se mecanicamente com um tear movido pela força motriz.

As invenções na técnica de tecelagem foram completadas com a mecanização do apisoar do tecido. O pisar com os pés foi substituído por maços de madeira e depois por um pisão de madeira, movido pela força humana ou pela força da água, com a introdução do moinho pisão.

A técnica tintureira estava intimamente relacionada com a manufactura têxtil. As matérias-primas usadas para tingir tecidos eram principalmente de origem orgânica; as cores utilizadas eram extraídas de plantas e, por vezes, de minerais. A arte de estampar difundiu-se rapidamente, tornando-se a chita estampada uma importante variedade entre os tecidos indianos. Com a divulgação dos corantes, os panos de cor expandiram-se por um maior número de compradores. A indústria têxtil passou a estar estreitamente ligada à indústria química. As técnicas usadas não eram adaptáveis à mecanização, exigiam uma grande habilidade e eram sempre efectuadas à mão.

A ascensão da indústria do algodão encontra-se directamente ligada ao comércio do algodão indiano e otomano na Europa. A vantagem destes países estava não só na tecnologia, tecelagem, coloração e confecção, mas também no baixo preço das matérias-primas e na mão-de-obra menos dispendiosa. O tecido de algodão revelou-se benéfico

para a gente comum ao melhorar a qualidade do vestuário. A manufatura do algodão marca o início de uma longa tradição. Chegou a desempenhar um papel, adicional e muito importante, na Coreia, como meio de troca. Com a invenção da máquina para desembaraçar o algodão dos seus grãos, o algodão foi largamente cultivado nas plantações americanas durante a época colonial. Os avanços na fiação do algodão permitiram ampliar a indústria algodoeira e assegurar o seu sucesso na competição com outros têxteis. A procura do algodão aumentou rapidamente. A aplicação da força motriz encorajou a unificação das diversas operações e a criação na Inglaterra de grandes fábricas têxteis.

A lã é uma fibra espessa e frisada, bastante longa e propícia à fiação, proveniente da tosquia dos carneiros e outros ruminantes. Pressupõe a existência de uma actividade de criadores de gado lanígero e de tosquiadores. O moinho pisoador a água representou um progresso importante em comparação com o sistema primitivo em que o trabalhador batia com um pau os fios de lã molhados. A lã era muito apreciada para o fabrico de inúmeros artigos manufacturados, tais como: mantas, cobertas, cortinas, almofadas, tapetes, sacos e vestuário. Os artífices nómadas utilizavam a lã para fazer feltro como ainda fazem nos nossos dias; teciam a lã das ovelhas para a construção das tradicionais grandes tendas redondas. A produção de mantas de lã permitiu a especialização de alguns tecelões

A fibra de linho é muito fina e muito robusta, obtendo-se um fio suave e resistente. Era tecida em rústicos teares para produzir o bragal, actividade que ocupava inicialmente apenas uma população rural dispersa assente sobretudo no trabalho feminino. A produção pouco excedia as necessidades de autoconsumo familiar e a parte obrigatoriamente entregue às entidades senhoriais a título de renda. Posteriormente, a técnica de tecelagem do linho foi um pouco alterada de forma a apresentar um tecido com inúmeras texturas, podendo ser tão fino como a seda ou grosso para fazer as cordas e as velas das embarcações ou dos moinhos. As cordas feitas em geral com tranças de linho serviam para completar e reforçar os instrumentos agrícolas e as armas e para a construção naval. Com o cânhamo e o linho fazia-se o cordame ou as redes de pesca.

O pêlo de ovelha, como o de cabra, não era susceptível de ser fiado ou tecido quando estes animais foram domesticados, necessitando primeiro de sofrer mutações. As peles foram utilizadas como matéria-prima no fabrico de vestuário, embora perdendo gradualmente a sua importância com o aumento de produção da lã. Alguns artesãos dedicaram-se, no todo ou em parte, a este ramo de produção acumulando-o com a lã. O trabalho desdobrava-se em múltiplas operações desde a fiação até à confecção e acabamento de peças de vestuário. O aparecimento das primeiras oficinas têxteis indicia claramente que a tecelagem e o acabamento se destinavam já a uma comercialização.

As técnicas de fiação e tecelagem de tecidos de seda atingiram um nível bastante elevado e remontam aos alvares da civilização chinesa. A seda foi considerada um bem de luxo, o vestuário era usado pela elite aristocrática, pois o povo vestia geralmente roupa de linho. A seda servia também para ofertas diplomáticas, para pagamento parcial de salários e como valioso artigo de exportação. A seda pura era usada como suporte de escrita. A seda de melhor qualidade era, em geral, produzida em oficinas estatais. Os governos estimulavam o desenvolvimento tecnológico. Como meio de troca, a seda desempenhava um papel tão importante na economia que chegou a servir de moeda em importantes transacções.

Durante milénios o ser humano confeccionou as suas próprias vestes, antes de ter surgido o artesão especializado. Os tecidos manufacturados eram utilizados na confecção de vestuário que variava e se adaptava às condições climáticas. Coser e bordar, antes considerados como ofícios caseiros, acabaram por dar lugar à profissão de

alfaiate. Os profissionais que se dedicavam à confecção de trajes que implicava um labor mais cuidado, para servir a aristocracia, adquiriram uma certa especialização na arte de alfaiataria que se reflectiu na formação de organizações profissionais. O traje distinguia os estratos sociais, religiões e diferenciava-se também por regiões.

O processo produtivo estava cindido através de uma divisão de trabalho, cabendo a uns artesãos a fiação e a outros a tecelagem ou várias operações complexas a requerer muitas fases. Porém não parava aí, pois um papel muito importante cabia a todos quantos fabricavam os instrumentos de trabalho utilizados no artesanato têxtil e que constituíam os seus meios de produção. Entretanto, foram introduzidas algumas inovações, resultantes da execução à máquina de alguns trabalhos, embora estes progressos tenham avançado muito lentamente.

Muitos artesãos eram independentes e trabalhavam por conta própria. Havia artesãos que trabalhavam no domicílio, trazendo o fio do armazém do palácio ou do templo e entregando o tecido acabado. Alguns grupos de produtores dispersos ganhavam a vida tecendo panos grosseiros, utilizando principalmente a lã como matéria-prima. Os utensílios para fiar e tecer o linho e a lã, para cardar, para tingir os panos, eram pertença pessoal e directa dos obreiros. Um dos meios de produção, o pisão, dado o seu carácter fixo, propiciava à classe dominante a obtenção duma renda, o mesmo acontecendo com os teares.

Uma grande parte dos tecelões trabalhava nas manufacturas ou corporações e também em fábricas, autênticas empresas privadas reais, pertencentes a templos ou a ricos negociantes. Os tecelões empregados nas manufacturas pertenciam aos dois sexos; muitas vezes eram escravos. O seu trabalho era rigorosamente controlado através do registo da quantidade de fio recebido, da quantidade e qualidade do tecido feito por cada um. Igualmente eram registados os pagamentos em espécie que, no caso dos escravos, eram constituídos apenas por rações alimentares.

Na região dos Andes, a combinação do algodão com a lã obtida dos camelídeos possibilitou a obtenção duma grande variedade de fibras e as técnicas utilizadas permitiram a obtenção de diferentes tecidos com um acabamento excepcionalmente refinado. Os incas sabiam já tingir os tecidos e, embora os seus segredos não tenham sido descobertos, um certo número de novas matérias corantes chegaram à Europa, entre outros a cochonilha e o pau-brasil.

No Norte de África, a fiação de pêlo de camelo era uma das actividades artesanais de maior importância. Na África Subsaariana, os tecelões eram mestres na arte de tecer, a partir do algodão, de simples folhas de ráfia ou de palmeira, panos bordados de um colorido notável, semelhantes a veludo ou cetim aveludado. A tinturaria fazia-se em buracos escavados no solo ou em grandes jarras. A indústria de tecelagem e tinturaria floresceu em várias regiões, com excepção das sociedades onde existia a nudez, onde o vestuário era muito escasso, usando-se apenas cascas de árvore no fabrico de tangas.

Na China, século XVI, o sector têxtil conheceu um desenvolvimento muito significativo. No mercado podiam encontrar-se toda a variedade de teares para a tecelagem de diferentes tipos de tecido, o que beneficiou os artesãos aumentando bastante a sua produção. Entretanto, o governo mandou construir fábricas têxteis que produziam apenas para o Palácio Imperial, reunindo os melhores tecelões para o fabrico de seda para a corte real. Existia uma gama completa de produtos de elevada qualidade sendo grande a sua procura. Nas zonas rurais, os camponeses não só trabalhavam a terra como também fabricavam têxteis. Nas áreas mais remotas, produziam apenas para seu

uso exclusivo, mas nas zonas limítrofes das cidades eram também fabricados com objectivos comerciais.

A primeira indústria importante que se desenvolveu na Europa, no século XVI, foi a dos têxteis. A existência duma manufactura em grande escala obrigava a constituir um estoque importante de matérias-primas, a transformá-lo em produtos acabados, utilizando para isso um grande número de trabalhadores. Fora da jurisdição das guildas, fugindo às restrições por elas impostas, criaram-se empresas com grandes capitais. A especialização era desde há muito uma regra, trabalhando cada operário na sua especialidade. Uma importante inovação consistia em reunir no mesmo local certas operações sob a direcção e vigilância dum chefe da empresa. A divisão do trabalho permitiu o aumento da produção e unidade de direcção. Crescia a rapidez de execução mas, em contrapartida, a habilidade dos operários diminuía e as suas tarefas tornavam-se monótonas face à repetição sem cessar da mesma operação.

3.3 – CURTUMES E TRABALHO COM PELE

Na produção de couro, a matéria-prima era fornecida pelos pequenos criadores de gado. A sua base era a pecuária e a caça. O couro era feito a partir de peles de cabra, ovelha, vitela e boi. As peles podiam ser preparadas por secagem, por curtimento e outras técnicas, podendo o produto final adquirir uma decoração colorida. Esta actividade encontrava-se em grande parte nas mãos de pequenos produtores rurais.

O couro era utilizado na manufactura da pelaria. Servia para fazer, além do vestuário, assentos de cadeiras e bancos, cintos e cordas, sandálias, correias, chicotes, partes de carros de guerra ou para cobrir escudos. O uso de sandálias generalizou-se como sinal de posição social, mas também era hábito o seu uso nas regiões onde a vegetação era espinhosa. O couro serviu ainda para o armazenamento de líquidos ou para facilitar o seu transporte.

O tratamento das peles especializou vários artesãos, como: peleiros, curtidores de peles para o fabrico de couros ou malheiros. Estes faziam vestes sobrepostas com lâminas de metal para os guerreiros. Na esfera da produção de artigos de cabedal ou de pêlo de animais começaram a distinguir-se, desde muito cedo, pelo menos duas profissões especializadas: a dos sapateiros e a dos feltreiros. Entre os sapateiros existiu também, uma Confraria dos Sapateiros.

Esta actividade produtiva tinha de decorrer de relações económicas permanentes envolvendo os artesãos, os abastecedores das matérias-primas e os intermediários que forneciam os materiais e alguns instrumentos de trabalho. Estas relações estendiam-se aos mercadores que colocavam os produtos acabados nos mercados interno e externo. Era frequente ser o próprio sector artesanal a abastecer o mercado interno em artigos de qualidade média sem carácter de luxo.

Tal como noutras actividades, o domínio da generalidade dos instrumentos de produção pertencia aos próprios produtores, mas as instalações que serviam de oficinas encontravam-se muitas vezes sob o domínio senhorial e sujeitas ao pagamento duma renda.

3.4 – OLARIA, CERÂMICA E VIDRARIA

As matérias-primas necessárias ao fabrico da olaria estão largamente difundidas por todo o mundo, com excepção das regiões montanhosas, dos desertos de areia ou

ilhas coralíferas. O barro é extraído de jazidas naturais e a lenha era retirada dos baldios ou das matas senhoriais, sendo algumas vezes trocada ou, posteriormente, comprada.

As operações essenciais do oleiro consistiam na moldagem das peças e na sua cozedura. A moldagem inicial era efectuada à mão ou era feita com moldes de vime. As formas mais antigas de cerâmica doméstica imitam normalmente recipientes naturais, como as cabaças. O processo de modelar e cozer a argila requeria a existência duma vida sedentária que só foi possível com o começo da agricultura. É possível que a mulher tenha desempenhado um importante papel nesta actividade impulsionada pela necessidade de dispor de recipientes impermeáveis, vasos resistentes ao fogo para cozer cereais, legumes e outros produtos.

Os primeiros fornos eram bastante rudimentares e tinham a forma simples de fossos mais aperfeiçoados. Com o aparecimento do forno de duas filas, com tiragem de ar pela parte superior, os progressos técnicos aceleraram-se. Os fornos constituíram a única instalação física deste ramo de produção. Podiam de ser de várias espécies: fornos de cal, de telha, de olaria em geral ou de vidro.

As peças de uso diário ainda eram feitas sem o emprego da roda do oleiro, embora tivesse sido usada uma mesa rotativa. A necessidade de girar os objectos sem paragens conduziu a esta primeira invenção mecânica anunciadora de uma nova era. A utilização da roda do oleiro permitiu fazer em poucos minutos o que um trabalhador levaria várias horas ao fazer girar com a sua mão uma base plana; permitiu ainda aos oleiros dar uma forma mais regular aos recipientes e aos vasos de cerâmica, facilitando a sua difusão. Os construtores de rodas de oleiros eram hábeis artesãos. A produção melhorou mais tarde, em qualidade e em quantidade, com a adaptação ao torno de oleiro de uma roda inferior que possibilitava o movimento com os pés. O fabrico de loiça de barro em rápidas rodas de oleiro exigia profissionais especializados para uma utilização eficaz. Nas povoações instalam-se grandes olarias onde trabalham numerosos artesãos.

Na confecção de objectos de barro distinguem-se dois ramos diferenciados: os fabricantes de objectos de barro de uso comum e os fabricantes de telhas e tijolos. Estes eram inicialmente comprimidos à mão, mais tarde moldados num caixilho rectangular de madeira. Secos ao sol, enxugados ou cozidos no forno serviam como material de construção. A produção de telhas e tijolos constituiu um ramo específico de artesanato que estava submetido a um regime mais apertado de domínio senhorial.

Na manufactura de objectos de cerâmica era utilizada uma argila refinada e tipos de barro diferentes consoante a categoria dos produtos. A arte da cerâmica melhorou com a composição química da argila; o uso duma roda com maior velocidade e regularidade de rotação; a obtenção dum cozimento mais lento, controlado e constante. Contribuiu também para a sua expansão a fixação de formas decorativas que distinguiam as diversas regiões, períodos e oficinas, pela cor, o aspecto da argila, a utilização de verniz ou a regularidade do fabrico. A decoração avançou graças aos ornamentos pintados e às gravuras em relevo.

O caulino, uma argila branca específica, quando conveniente misturado e colocado a uma temperatura elevada, petrifica e transforma-se em porcelana. Os europeus importavam da China a maior parte da sua porcelana. A produção efectiva parece ter começado só no século XVIII, eventualmente devido à escassez de estanho e chumbo.

O vidro tem como matéria-prima essencial a areia siliciosa de que depende a sua qualidade. Os processos químicos para descolorir o vidro tornaram-no transparente. O tubo de soprar foi inventado para fabricar objectos côncavos ou com a forma de recipientes. A técnica de fundição e prensagem, usada para obter pequenos recipientes de paredes finas ou pratos foi também aperfeiçoada e aproveitada para a produção de

novas formas. O vidro, antes artigo de luxo, tornou-se objecto de consumo banal. Em grandes oficinas produziam-se garrafas e outros recipientes, vidraças e mesmo espelhos. Mais tarde, novas inovações técnicas deram lugar ao refinamento estilístico e artístico. Foram descobertos métodos de fabrico de vidro embutido, lavrado a duas cores e dourado. O resultado desta evolução foi a divulgação das técnicas de fabrico e o aumento da exportação. O recurso ao vitral permitiu alterar o ambiente interior dos templos e criar uma nova profissão. Os operários da Boémia adicionaram sílica, cal e potassa, criando assim um vidro com a aparência de cristal.

A produção de vidro exigia altas temperaturas. No século XVII foi aperfeiçoado um forno a carvão, inovação que libertou a indústria vidreira da sua dependência da madeira, permitiu um acréscimo da produção e um abaixamento dos preços.

A indústria óptica acompanhava a do vidro. O efeito aumentativo da lupa era um facto conhecido já de longa data. O fabrico de vidros ópticos proporcionou aos vidreiros a realização dum trabalho importante que exigia grande qualidade.

Na África Subsariana, século XVI, a cerâmica era uma actividade feminina e ainda inteiramente manual, desde a recolha do barro até aos processos de modelação e cozimento dos potes. Estes potes eram fabricados para uso quotidiano, embora alguns tivessem uma função ritual. Eram largamente comercializados a nível local e regional.

3.5 – MÁQUINAS E FERRAMENTAS

A bomba para aspirar líquidos conheceu numerosos aperfeiçoamentos a partir do século XVI. Eram indispensáveis para a secagem das minas e condução das águas. A repartição da água era um dos grandes problemas urbanos e as bombas vieram substituir o sistema de condução de água assente no sistema de diferentes níveis. A bomba a pistão foi utilizada mais tarde com sucesso para conduzir a água a algumas cidades.

Mesmo antes de 1300, o torno servia já para contornar materiais menos duros; era accionado à mão por meio duma corda ligada a um arco. O impulso por pedais foi depois inventado e permitia ao artesão manter as mãos livres. A necessidade lógica duma propulsão contínua numa mesma direcção só foi conseguida no século XV. No século seguinte foi inventado o torno de rosca que consistia em fazer avançar longitudinalmente a peça a trabalhar em direcção à ferramenta. Foi possível construir máquinas para tornear madeira, dando forma a balaustradas, rampas e outros ornamentos.

No século XVIII, a relojoaria e o fabrico de ferramentas fizeram grandes progressos que conduziram a uma maior precisão e resistência acrescida das máquinas. A indústria mecânica chegou a construir um torno inteiramente em metal, capaz de contornar peças metálicas com o auxílio de mecanismos automáticos muito precisos, ajustáveis segundo as necessidades. As rodas dentadas destinadas à relojoaria bem calibradas começaram a ser produzidas em série.

O aparecimento de peças intermutáveis surgiu numa época mais tardia. Nas tipografias, os caracteres móveis constituíram uma primeira forma de peças intermutáveis. Quando os parafusos foram fabricados em série tornaram-se intermutáveis dentro duma mesma série. De qualquer forma, a noção de peças intermutáveis estava adquirida e eram já feitos esforços sérios com vista a desenvolver o fabrico de ferramentas em grande quantidade. Os parafusos teriam sido só usados com frequência na marcenaria e na relojoaria no séc. XVII, mas só no séc. XIX aparecem os parafusos pontiagudos.

Com o emprego corrente da fundição as máquinas tornaram-se mais resistentes. Uma mão-de-obra especializada construía as máquinas e outra assegurava o funcionamento e manutenção.

3.6 – PAPEL E IMPRESSÃO

Antes do aparecimento do papel, foi utilizado no Egipto o papiro como suporte da escrita egípcia, para fins religiosos ou administrativos. Era um material resistente, maleável, fácil de escrever, de transportar e armazenar. Tinha, porém, o inconveniente de ser muito caro. Outros materiais foram ainda utilizados na escrita como tabuinhas de madeira ou de cera ou pergaminhos de couro.

Várias foram as matérias-primas utilizadas no fabrico de papel, tais como: casca de árvores, cânhamo, bambu, caules de arroz e de trigo. Ao longo do tempo muitas inovações técnicas foram introduzidas no fabrico do papel. As suas numerosas aplicações encorajaram a crescente procura e o melhoramento da qualidade.

O papel contribuiu para a disseminação e conservação de obras literárias, científicas e religiosas. Foi também utilizado para fins artísticos, especialmente para a pintura e caligrafia. Usado como material de escrita veio a corresponder às exigências dos procedimentos administrativos, ao registo das transacções comerciais ou à emissão de notas. Ao tornar-se mais barato, juntou a estas aplicações o seu uso como material de embalagem. O aparecimento do papel deu origem a um novo ramo de artesanato.

O papel surgiu na China no século II, tendo os árabes aprendido o seu fabrico em meados do século VII, mas só veio a ser comercializado na Europa no século XIII, onde substituiu o pergaminho.

O progresso da impressão caminhou a par com a metalurgia e a indústria têxtil. A tipografia exigia metal para a confecção das suas matrizes e dos seus caracteres, assim como para certas partes da prensa; por outro lado, a produção de papel requeria algodão e linho. Durante o século XV, a indústria tipográfica alcançou um excepcional desenvolvimento. A imprensa e a técnica de produção de livros com tipos móveis de impressão provocaram a ampla difusão de novas ideias e conhecimentos.

3.7 – OBJECTOS DE PRESTÍGIO

Os objectos habitualmente classificados como de prestígio eram em geral feitos de materiais raros que conferiam prestígio aos seus detentores e serviam de símbolos da categoria social. Os “machados de exibição” foram dos primeiros objectos de prestígio.

Os adereços eram exibidos com o propósito de transmitir um significativo estatuto social, demonstrar o poder e a riqueza dos seus utilizadores. Os objectos de luxo, especialmente aqueles de maior qualidade artística, produzidos por tecelões, ourives ou oleiros, eram desfrutados apenas pela aristocracia, como meio de se evidenciar ou acumular riqueza, conseguida através da exploração dos trabalhadores. Incluía também objectos a que eram atribuídas virtudes sobrenaturais ou mágicas.

Assim, proliferou a produção maciça de artigos decorativos e de ornamentos, perfumes e jóias, que atingiam um elevado nível artístico. As matérias-primas correspondentes eram objecto de intenso comércio a longa distância. Os objectos artísticos em marfim eram produtos de luxo muito apreciados. O âmbar é uma resina fossilizada, transparente, que deve a sua importância à cor e às propriedades electromagnéticas que possui, foi utilizado no fabrico de contas de colar, grãos,

pequenas tábuas decorativas, estatuetas e objectos mágicos de carácter religioso. Procuravam-se pedras preciosas ou semipreciosas pela sua raridade, as suas cores e também pelas propriedades mágicas que lhes eram atribuídas. O fabrico de peças de jade e de laca atingiu uma elevada mestria, revelando uma grande habilidade técnica e artística.

A descoberta e o uso de perfumes, unguentos, cosméticos e pinturas de rosto, denotam uma melhoria no bem-estar material das classes dominantes. Várias substâncias corantes, naturais ou sintéticas, obtidas a partir de diversas matérias-primas foram utilizadas com abundância para dar coloração a tudo o que desejavam.

Estes produtos e objectos originaram o aparecimento de artesãos especializados e de comerciantes dedicados a estes novos clientes, o que deu lugar a grandes progressos no domínio da produção de jóias, pedras semipreciosas e artigos de luxo. Merece especial destaque a produção de esculturas.

3.8 – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

A habitação evoluiu da gruta ocupada por colectores, caçadores ou pastores nómadas para a aldeia sedentária, tornando-se necessário um abrigo para o homem quando a agricultura começa a transformar a sua existência. A gruta torna-se pouco cómoda quando está afastada das terras cultivadas. Isto não significa que não existam, ainda na actualidade, em diversas regiões, habitações semi-subterrâneas ou tendas semi-permanentes, permitindo mudanças frequentes dos acampamentos. Aliás, em zonas agrícolas era frequente dividir a existência entre duas habitações diferentes: uma, em casas nas aldeias; outra, durante o período de grandes trabalhos nos campos, em cabanas improvisadas. As cabanas dos pastores, simples e isoladas, incluíam currais para gado.

Em cada região, as características particulares da habitação dependem muito do clima, dos materiais oferecidos pela natureza e dos métodos de construção. Nas zonas quentes e temperadas, as construções ligeiras são compatíveis com as necessidades domésticas; noutras zonas, é essencial possuir casas sólidas que permitam uma protecção eficaz contra o frio, o vento ou a chuva.

Onde a pedra era rara, os homens tiveram de aproveitar materiais menos duráveis como a lama, as canas ou as palmeiras, o que impõe uma arquitectura específica. Surgem as cabanas onde as condições climáticas o permitem, apoiadas em palmeiras a servir de colunas, mantidas por armações de canas e barro ou assentes em estacas. As paredes revestidas de lama, evoluíram para terra amassada.

Salvo as regiões onde abunda a pedra e o basalto, o material utilizado na construção de habitações e armazéns de produtos agrícolas era principalmente o tijolo, cujo fabrico se espalhou rapidamente. Os tijolos foram também utilizados na construção de colunas especialmente moldadas para esse efeito. Entretanto, tornou-se conhecido o tijolo vidrado.

As casas de taipa ou adobe, frequentes nos povoados, eram construídas sobre fundações de pedra, comportavam divisões, lareira, quintal, fornos e cavidades revestidas de argila que serviam de armazém de cereais ou farinha. Estas casas tinham amiúde telhados de cana ou de colmo.

Em várias regiões as casas eram construídas exclusivamente de madeira, com uma pesada estrutura, constituída por peças encaixadas e ausência de pregos de metal ou madeira. Eram mais comuns entre agricultores a viver num ambiente de floresta ou entre pescadores a viver em grandes casas comunitárias. A madeira era também utilizada em habitações lacustres, à beira-mar, ou na margem de certos rios e lagos,

elevadas acima do solo sobre estacas, com chãos feitos de toros, tábuas e argila, para protecção da humidade.

A pedra não era utilizada por si só de forma corrente na construção de habitações. Não se construía sem outros materiais que eram necessários à completa edificação. Muitas vezes o chão era de pedra, mas as estruturas eram feitas de madeira ou adobe. Em algumas regiões aparecem casas construídas com o solo pavimentado com seixos retirados dos rios. A pedra desempenhou um papel mais privilegiado com a aparição dos túmulos megalíticos, santuários, muralhas e outras construções aristocráticas ou religiosas. A substituição da madeira e do tijolo pela pedra implicou novas técnicas.

Há medida que o tempo decorre e aumenta a riqueza, o lugarejo transforma-se em aldeia e esta, em muitos casos, em cidade. Formam-se distinções sociais que incitam à construção de edifícios mais ambiciosos. A autoridade secular ou religiosa é simbolizada pelos palácios e pelos templos, cujas dimensões e esplendor os distinguem das residências dos comuns cidadãos. Esta evolução influenciou a técnica de construção e engendrou a arte. As classes governantes, para melhor se demarcarem das classes inferiores e realçarem o seu prestígio mandaram construir impressionantes edifícios, cujos materiais eram com frequência importados de longe. Nas grandes cidades apareceram construções de novo estilo. A casa urbana não era apenas um lugar de habitação, era local de trabalho, que podia incluir oficina e loja. Uma parte das casas dos nobres passou a ter a cobertura em telhas. Em Roma, as classes mais abastadas mandaram construir luxuosas vivendas rodeadas de jardins, muitas vezes no campo ou junto ao mar. Na Grécia, alguns palácios incluíam armazéns, oficinas de artesãos, além das áreas de serviços domésticos. Os palácios árabes incluíam sistemas hidráulicos como, por exemplo, aquedutos, reservatórios de água e belíssimos jardins.

Com o aumento do poder político e económico, as sociedades foram-se transformando em organizações compostas por novas classes sociais. Aumentam os exemplares de arquitectura residencial e paralelamente assiste-se à construção frequente em pedra e tijolos. As casas da aristocracia e da burguesia, e até mesmo das classes intermédias, tornaram-se requintadas e monumentais em termos de dimensão.

O mobiliário, com excepção dos utensílios indispensáveis para cozer os alimentos ou lavar a roupa, era antes pouco mais que inexistente. Porém, nas classes superiores registou-se a introdução de mobiliário, camas, arcas, mesas, cadeiras, bancos e outros móveis. Entre os países árabes é largamente utilizada a tapeçaria, os utensílios de cozinha eram notáveis pelas suas vastas proporções, a iluminação mais corrente era fornecida por candeeiros de azeite.

Nos estaleiros de construção aperfeiçoaram-se vários aparelhos para levantar pesos, como sarilhos, roldanas, guindastes, e apareceu o carrinho de mão. Tais mudanças reflectiram-se na diferenciação das profissões com os pedreiros, os caiadores, carpinteiros e vidraceiros. Os mestres pedreiros juntavam à técnica da pedra a arte do arquitecto e do escultor, pois possuíam preparação suficiente para intervir na edificação de monumentos. Usavam o compasso e o esquadro, desenhavam plantas num pergaminho, maquetas em barro ou em madeira. Os numerosos utensílios que utilizavam faziam parte dum inventário de bens que passavam de pais a filhos.

Com a expansão das grandes cidades mercantis e palacianas, a arquitectura deixou de ser concepção de mestre pedreiro para se tornar numa concepção elaborada pelo universitário, conhecedor de matemática, de geometria, de óptica, que marcava a estrutura arquitectónica traçada num desenho. Os arquitectos trabalhavam então essencialmente para as elites.

3.9 – INFRA-ESTRUTURAS URBANAS

Os núcleos habitacionais constituem a expressão duma forma de organização social que antecipa a da infra-estrutura urbana. Em geral estas unidades populacionais, onde mais tarde aparecem as primeiras cidades, surgiram em regiões influenciadas pelas múltiplas mudanças que afectaram a vida agrícola, artesanal e comercial.

A vida urbana tinha de responder a três necessidades fundamentais: a administração, o artesanato e o comércio. No traçado urbano torna-se visível uma concepção racional em resposta a uma necessidade de ordenar o espaço e obter uma nova forma de organização estrutural na qual as várias funções, públicas, sagradas e privadas, fossem definidas e integradas. Em princípio, tudo devia estar previsto para a boa circulação das mercadorias, como garantia duma certa expansão económica. As cidades organizavam-se para o comércio e nesse sentido foram reservadas construções especiais destinadas aos mercados, ao depósito de mercadorias, e ao alojamento dos negociantes.

A urbanização acompanha a concentração das populações e representa uma fase importante no desenvolvimento científico e cultural. Com o aumento da população, a migração dos povos em direcção aos centros urbanos, acompanhada da expansão do comércio, verificou-se um crescimento urbano e a ascensão de grandes cidades. Em alguns países, que viveram épocas de grande expansão, desenvolveu-se a construção de cidades monumentais, que apresentavam traços relevantes duma arquitectura religiosa e civil.

O sistema de planeamento regular, nascido na época da grande colonização grega, incluía a articulação do território da cidade em vários bairros com funções distintas: centro público, parte habitacional, zonas comerciais, industriais e portuárias. O planeamento urbano reflectia-se na standardização dos diversos tipos de materiais e artes representativas. A planificação da cidade grega radicava-se mais numa base geométrica, normalmente ortogonal, do que numa técnica de planeamento urbanístico. O seu espaço definia-se por hierarquias sociais ou socioprofissionais.

Muitas cidades orientavam-se em volta do centro de culto e do mercado, por vezes muito próximos. Uma via principal e múltiplas ruelas ligavam as casas agrupadas em quarteirões delimitados por ruas mais largas. Nas ruas sucedem-se as lojas e oficinas artesanais a oferecerem um espectáculo de intensa actividade, com áreas demarcadas para ofícios especializados. Os espaços urbanos começaram a distinguir-se pela zona habitacional para um lado e a zona de oficinas e lojas para outro. Algumas destas zonas eram delimitadas por portas que impediam a comunicação livre, sobretudo depois da noite cair. A estrutura urbana assenta sobre uma plataforma na qual se encontram os edifícios principais, a residência do governante, um celeiro e um edifício público onde se realizam as assembleias.

Algumas cidades eram rodeadas de fossos e muralhas formadas de terra batida e pedras. A sua construção incluía também uma área radiante onde se podiam distinguir outras obras públicas, tais como: estruturas religiosas, caminhos artificiais, canais, valas, reservatórios, lagos artificiais, etc. À roda das cidades agrupavam-se habitações temporárias, acantonamentos militares, acampamentos de sinistrados. Em cidades construídas em territórios fluviais ou marítimos, eram construídos numerosos canais e molhes onde se juntavam barcos para abastecimento ou transporte de passageiros. Emergiam cidades portuárias com os seus estaleiros navais e arsenais. As pontes eram em madeira ou em pedra, embora estas fossem mais raras devido à difícil construção e ao seu custo.

A evolução das construções tende a considerar a função destinada ao edifício. A casa tende a estandardizar-se, mantendo embora uma estrutura rectangular englobando vários compartimentos. Multiplicam-se, porém, as casas com andares e altera-se o aspecto exterior. A construção de edifícios públicos, em geral ostentadora, distingue claramente o sistema urbano do das aldeias. O palácio, associado aos governantes e à autoridade, comporta numerosas dependências e desempenha um papel de beleza e fausto. Os grandes palácios albergavam não só a família dos governantes, os dignatários e a multidão de servidores, mas também as repartições administrativas, as oficinas e os armazéns. O tipo fundamental de edifício monumental continuava a ser o templo.

A técnica de construção de cúpulas permitiu aumentar consideravelmente as dimensões dos edifícios. O surgimento do arco, da abóbada e da cúpula, representou uma profunda alteração nas estruturas monumentais ou públicas, mas também na construção de mercados e das habitações das classes dominantes. A dimensão destas obras, o transporte e o tratamento dos materiais utilizados, a qualidade da mão-de-obra artesanal utilizada, a divisão de tarefas, pressupunham um elevado grau de experiência e conhecimento técnico.

A manutenção dos serviços urbanos exigia uma rigorosa organização administrativa que deu lugar a novas funções e profissões, que até então ainda não eram necessárias. A limpeza tinha de ser assegurada e tinham de existir equipamentos sanitários à disposição dos habitantes. O fogo era uma grande preocupação das autoridades urbanas. Aos pequenos divertimentos juntam-se outros espectáculos, jogos numerosos e variados. O abastecimento de água, só possível com o desenvolvimento da engenharia hidráulica e a construção de aquedutos, abrangia os aglomerados habitacionais, sendo a água também distribuída por fontes onde qualquer pessoa se podia abastecer. Algumas cidades beneficiavam de depósitos para assegurar uma provisão de água potável e de sistemas de esgotos bem construídos, dos quais alguns ainda são hoje utilizados. Noutras, nem sempre o saneamento básico correspondia às necessidades dos habitantes.

Para construir e reparar as muralhas, fortificações e castelos, que não requeriam uma mão-de-obra auxiliar especializada, eram forçadas massas de trabalhadores composta por habitantes sujeitos a um regime de corveia. Na construção de monumentos de prestígio, como palácios, templos e certos tipos de sepulturas, além das massas rurais, era necessária a participação de outros tipos de trabalhadores especializados para as diferentes fases de construção.

A utilização da pedra na construção deu lugar à formação de um corpo de pedreiros dedicados a trabalhar a pedra na edificação das grandes moles de catedrais, conventos ou igrejas, dos solares senhoriais ou casas de habitação mais importantes, de pontes, de fontanários. Nestas actividades os pedreiros não dispunham de oficinas fixas, deslocando-se com os seus utensílios de trabalho para os locais onde as necessidades se impunham.

Com as dimensões dos monumentos evoluíram naturalmente as dimensões dos estaleiros e impôs-se um crescimento da especialização, começando a destacar-se o ofício de arquitecto. Além disso, a capacidade de criar e acompanhar estes grandes projectos requeria uma organização persistente e enérgica por longos períodos.

Com os descobrimentos marítimos e a expansão de portugueses e espanhóis para outros continentes, foram levadas a outras paragens as concepções da cidade, de arquitectura religiosa e de fortificação. Estas trasladações muitas vezes ignoravam os valores civilizacionais dos outros povos com quem contactavam.

4 – ACTIVIDADES TRANSPORTADORAS

4.1 – SISTEMA DE TRANSPORTES

O sistema de transportes é inegavelmente uma actividade produtiva, que exige o dispêndio duma certa quantidade de trabalho, e provoca o desgaste de materiais e instalações próprias. A locomoção das pessoas e dos bens tem implícita a utilidade e a valorização dos bens transportados. A deslocação não os afecta materialmente mas altera-os economicamente, pois ocasiona um aumento do seu valor e, consequentemente, a sua expressão monetária, o seu preço. Nisto assenta a base económica da actividade transportadora. Os transportes põem as matérias-primas, os meios de produção, os produtos fabricados, os bens de consumo ao dispor dos produtores ou consumidores que os irão utilizar.

Muitas limitações condicionavam os primeiros sistemas de transportes. Além das dificuldades naturais, com os caminhos intransitáveis em determinados períodos do ano, a navegação fluvial ou marítima tinha de escolher as melhores épocas para os seus carregamentos. Os meios utilizados no transporte eram tão rudimentares que era impensável acelerar a capacidade de escoamento dos produtos num curto prazo ou encurtar o tempo médio de duração de cada viagem. O elemento “tempo” era um dado que escapava em parte à vontade do homem. A coordenação dos meios de deslocação era muito incipiente, meramente empírica e não ultrapassava a esfera regional. Esta situação era agravada pelas deficientes técnicas de conservação de géneros deterioráveis.

Todos os meios de transporte, face ao valor das mercadorias que carregavam, exigiam o uso de meios de defesa e o acompanhamento de forças militares. Os cocheiros também acabavam por estar envolvidos em actividades militares. Eram frequentes os assaltos em terra e mên no mar.

No sistema tributário, o transporte das mercadorias por terra ou por água era dificultado pela exiguidade dos reinos, dos feudos ou dos municípios. Continuamente era preciso pagar portagens, direitos alfandegários ou municipais, tanto sobre as importações como sobre as exportações.

Mesmo com estas limitações, os transportes não deixaram de evoluir acompanhando de muito perto o crescimento da produção e a intensificação das trocas internas e, progressivamente, as transacções externas. Foi muito intensa a influência exercida sobre as actividades locais, sobretudo nas condições de subsistência de alguns povoados. Os transportes contribuíram ainda para o acréscimo da quantidade de bens fabricados, para a mudança de economias quase hermeticamente fechadas, a diminuição de núcleos auto-abastecidos, e para colocar à disposição da sociedade os bens susceptíveis de comercialização. Os mercadores tiravam vantagens significativas destes factos. Com a evolução das estruturas comerciais, o transporte destaca-se como ramo de actividade distinto.

A unificação de muitos povos sob um único poder político influenciou a intensidade do trânsito, tanto terrestre como fluvial ou marítimo. Foram abertas novas rotas mercantis que ligaram terras distantes e permitiram não só a troca de mercadorias, mas também a divulgação de conhecimentos científicos, de novos produtos e de descobertas tecnológicas. Em contrapartida, também disseminaram epidemias e abriram caminhos a invasores. Alguns países, pela sua posição geográfica ou condições naturais, tornaram-se progressivamente elos de ligação de rotas internacionais de transportes e redes de comercialização. O estabelecimento de

rotas comerciais terrestres e, posteriormente, transoceânicas entre o Oriente e o Ocidente permitiu o acesso aos conhecimentos e inventos acumulados durante séculos por cientistas e tecnólogos chineses, indianos, árabes e persas.

Algumas dessas rotas ficaram célebres na história. É o caso da rota do âmbar que na Europa permitiu a distribuição de diferentes tipos de metais e estabeleceu vínculos estreitos entre diferentes regiões muitas vezes distantes umas das outras. Uma outra importante rota terrestre europeia, denominada “Estrada das Peles” começava a norte de Constantinopla e terminava nas florestas polacas, russas e siberianas, abastecendo aquelas regiões de peles e também de escravos provenientes do mundo islâmico. As rotas gregas seguiam vias fluviais e terrestres que atravessavam a Crimeia, o Cáucaso e chegavam à Rússia Central.

O comércio exercido por terra pôs em contacto os povos das estepes asiáticas, turcos e mongóis, com as grandes civilizações sedentárias o que lhes permitiu desempenhar um papel central na transmissão de bens e técnicas, bem como a riqueza cultural e as descobertas científicas. As rotas comerciais mais famosas eram as que percorriam as regiões do Sara, ligando a África Ocidental ao Mediterrâneo, cujas origens remontam ao século XI. As tribos nómadas, por uma questão de segurança, percorriam as rotas comerciais sempre em caravanas.

Uma das mais célebres rotas terrestres foi a chamada “Rota da Seda” que ligava a China ao Mediterrâneo, através dum sucessão de oásis, em direcção às cidades sírias e a Constantinopla; estendia-se por cerca de sete mil quilómetros e era a única rota transcontinental; algumas trajectórias complementares atravessavam a Índia e países da Ásia Central. Esta rota foi a primeira via de disseminação da seda, mas a China beneficiou também com a introdução de importantes culturas agrícolas provenientes sobretudo da Ásia Central. Com a expansão da navegação marítima portuguesa a rota terrestre da seda perdeu a preponderância.

Com a abertura das Rotas do Grande Mar, as antigas estradas de caravanas perderam a sua importância e as ligações com o ocidente foram desfeitas. A rota do cabo assumiu, no princípio do século XVI uma função predominante na economia portuguesa ao provocar, entre outras consequências, a subordinação dos entrepostos africanos. Iniciou a sua actividade num regime de liberdade de comércio, mas bem cedo foi decretado o monopólio régio.

4.2 – COMUNICAÇÕES TERRESTRES

Os primeiros meios de comunicação eram rudimentares, reduziam-se muitas vezes a atalhos e caminhos, numerosos em terreno plano mas sem um traçado físico, com excepção das regiões montanhosas onde os itinerários eram fixados com marcos. Estas pistas permitiam viajar pé e serem utilizadas por carregadores. A construção de artérias permanentes respeitava os limites agrícolas. O empedramento permanente dos caminhos só era praticado em regiões com nível de civilização mais elevado. A actividade transportadora baseava-se essencialmente na condução pelo próprio homem ou ao dorso de animais domesticados. Este sistema de locomoção define uma época em cada região, dependendo em grande parte das condições ambientais. O seu emprego correspondia a uma percentagem diminuta das mercadorias deslocadas por via terrestre, transporte só viável em distâncias relativamente curtas, onde a qualidade das vias o permitia.

Nas zonas nórdicas foram desenvolvidos métodos específicos para viajar na neve como esquis e trenós. Na zona ártica americana o trenó puxado por cães tornou-se um meio eficaz de transporte terrestre.

A invenção da roda data provavelmente de há uns três mil anos a. C. Ao tornar-se parte integrante da carroça revolucionou a deslocação de pessoas e bens. À carroça eram aparelhados animais de tracção, o que facilitou o transporte de cargas a longas distâncias. Os veículos de quatro rodas, e mais tarde os de duas rodas, eram inicialmente reservados a deslocações da aristocracia e do exército, para combates e corridas. Os carros de eixo fixo tirados por animais eram aproveitados nas explorações rurais e dentro do âmbito restrito das herdades. Na Ásia Central, ainda no século XVIII havia poucos meios de transporte com rodas; as estradas não pavimentadas eram atravessadas aos custados de animais ou a pé.

Para as sociedades conhecedoras da roda, as pontes eram indispensáveis. A sua construção variava de acordo com os materiais disponíveis, a natureza dos rios e outros obstáculos a vencer. As pontes de barcas eram preferidas nos rios com frequentes cheias. Onde a roda era desconhecida, como nos Andes, eram utilizadas pontes suspensas para a passagem de pessoas e animais, que chegavam atingir 60 metros dum lado a outro dos desfiladeiros. O transporte terrestre evoluiu devagar, pois era mau e custoso e oferecia pouca segurança. Os viajantes tinham de limitar as suas bagagens e enfrentar longas distâncias para servir povoados intermédios ou para facilitar a cobrança de portagens. As demoras decorriam da paragem obrigatória em barreiras de domínios senhoriais ou concelhios, do desvio para escapar à passagem em certos locais onde imperava a violência dos poderosos ou às zonas infestadas de bandos de criminosos. Ao longo das rotas principais, as viagens eram assistidas por um sistema de pousadas, situadas a cerca dum dia de viagem umas das outras.

Esta situação dificultava a acção dos mercadores e as relações comerciais que tendiam a desenvolver-se cada vez mais entre os povos. Além disso, o seu uso alargou-se a meios de transmissão de mensagens, às deslocações oficiais de administração civil ou militar. A formação de estados e dos impérios deu um impulso ao desenvolvimento da construção de estradas em mais larga escala. O traçado da rede de comunicações terrestres passou a obedecer às actividades económicas e sociais, ligando entre si as zonas que mantinham relações comerciais intensas ou uniam centros demográficos e políticos importantes.

Os primeiros bens a serem transportados a longas distâncias foram os objectos de luxo, pedras preciosas, perfumes, metais, madeiras e especiarias e, em troca destes, os produtos alimentares, sal, âmbar, estanho, ouro, peles e, ainda, escravos. A expansão da rede de estradas correspondeu também ao interesse dos grandes impérios em dispor de comunicações rápidas para transmitir informações e mensagens, transportar armas e bagagens, fornecer géneros alimentícios aos habitantes dos centros urbanos, assim como matérias-primas aos artesãos. A eficácia da rede de estradas dependia da existência de hospedarias, onde os animais e as pessoas pudessem descansar, encontrar água, comida e oficinas de reparação de veículos, e dependia também do custo de utilização destes apoios e do grau de coordenação das viagens.

As linhas de trânsito no interior dos estados ou regiões obedeciam a causas complexas, desde a cobrança de portagens e rendas à vigilância dos interesses senhoriais de administração corrente ou de carácter político ou militar. O custo do transporte terrestre por animais era muito elevado e eram excessivas as reservas de dinheiro necessárias para pagar portagens, protecção e rendas aos senhorios dos domínios ou concelhos a que estavam arreigados. O comércio das mercadorias destinadas a exportação, transportadas por animais de carga e carregadores humanos,

estava limitado a produtos de grande valor em relação ao seu volume. O preço, estabelecido de acordo com o peso e a distância, era elevado.

Desde o século XII que existiam correios locais, mantidos pelas municipalidades ou corporações mercantis. O serviço era estabelecido por correios a cavalo por determinadas rotas em que existiam pontos fixos de rendição das montadas. O principal objecto do correio, além da mala diplomática, era a correspondência comercial e os documentos de comércio e crédito.

A conhecida rede de vias romanas influenciou o desenvolvimento da produção do mundo mediterrâneo e da área envolvente. As estradas romanas, construídas com uma perícia técnica notável, embora tivessem sido criadas para uso mais estratégico que comercial, facilitaram as comunicações e o transporte de mercadorias leves. Durante mais de mil anos, estas estradas pouco evoluíram.

Nas zonas desérticas as mercadorias eram transportadas em caravanas de camelos, o que tornou possível atravessar vastas regiões que de outra forma seriam de difícil acesso. Porém, o seu uso só lentamente foi adoptado. Quando se generalizou, transformou-se o equilíbrio existente no deserto, aumentando a autonomia de deslocação das tribos nómadas. A resistência destes animais permitiu encurtar as viagens entre as cidades interiores e a costa marítima, o que contribuiu para a expansão do comércio. No mundo islâmico, a utilização do camelo suplantou o uso de veículos a rodas no transporte de mercadorias. No deserto, simples pistas desempenhavam o papel de verdadeiras estradas por onde passavam grandes caravanas de camelos, cujas rotas eram determinadas pela localização dos oásis. As maiores cidades estavam ligadas por estas rotas, que eram muito frequentadas. Por elas circulavam não só artefactos, mas também ofícios e técnicas. As caravanas transportavam peles e couro, marfim, ouro em pó, especiarias e perfumes, têxteis de algodão e de linho, óleo para lamparinas, utensílios domésticos, armas e, como não podia deixar de ser, também transportavam escravos.

A existência de vias de comunicação ligando o deserto do Sara de ponta a ponta possibilitava não apenas a troca de mercadorias mas também o intercâmbio entre diferentes comunidades. Os terminais de descarga das caravanas transarianas davam origem ao estabelecimento de grandes mercados. Estas expedições chegaram a atravessar o deserto com a ajuda de instrumentos náuticos, como a bússola e o quadrante. Tais caravanas eram acompanhadas por destacamentos de guardas armados para protecção das expedições contra os salteadores ou para abrir caminho através de território inimigo.

No século XVIII, o feixe rodoviário europeu expandiu-se pouco a pouco, instituindo-se o trabalho compulsivo, em regime de corveias especializadas, para a construção e a manutenção das estradas. Os albergues, lugares de paragem e de repouso assinalavam os lugares para comodidade dos viajantes, cada vez mais numerosos, que não dependiam mais dos conventos e missões. Quando as rotas comerciais melhoravam, os condutores de viaturas entregavam-se a uma guerra de preços e os mercadores organizavam-se para obter tarifas mais vantajosas. Uma das dificuldades que se punha à construção de estradas era o preço elevado dos trabalhos. Com o avanço da centralização, os governos tinham interesse em possuir meios de comunicação bem organizados. Um sistema postal regular foi criado na maior parte dos países europeus. Apesar dos esforços dos mercadores, das cidades, dos senhores feudais e dos governantes, os transportes por via terrestre permaneciam lentos e difíceis. À medida que a população crescia, as estradas tornavam-se cada vez mais atulhadas. O transporte

terrestre, não obstante conhecer evidentes melhorias, não sofreu modificações essenciais nesta época.

Na África Ocidental, século XVI, a circulação de pessoas e bens era facilitada pelo dromedário que era não só um meio de transporte como uma mercadoria. O mercado e outros centros comerciais estavam inteiramente dependentes das estradas. Havia muitas rotas comerciais em condições de modo geral medíocres, embora variassem bastante de região para região.

Na América, não havia animais de carga. O transporte de produtos era feito por carregadores profissionais e os objectos pesados eram movidos com o auxílio de grandes troncos de árvores. O único animal de transporte era o lama. No século XVI, os cavalos e as mulas foram introduzidos pelos espanhóis, bem como as carroças compridas e estreitas. A construção de estradas permitiu organizar caravanas que se deslocavam até áreas remotas transportando homens, mercadorias, instrumentos e armas.

São famosas as estradas incas, com escadarias e túneis talhados nas rochas, com pontes suspensas a passar por cima de ribeiros e desfiladeiros, com casas de repouso a intervalos regulares e um serviço postal baseado em corredores humanos. Uma série de estradas transversais ligavam a estrada da montanha, que percorria todo o comprimento de Império, e a estrada costeira que atravessava o extenso deserto peruano.

4.3– COMUNICAÇÕES FLUVIAIS

Os primeiros meios de transporte fluvial assentavam em árvores flutuantes, em barcos de junco ou papiro, na piroga escavada num tronco de árvore, na jangada conseguida através de pranchas devidamente amarradas ou em embarcações em pele. Põe vezes, as madeiras deslocavam-se directamente nos rios sem utilizarem uma embarcação, aproveitando a força das correntes. A canoa foi um meio fundamental do transporte fluvial.

Com o decorrer do tempo, surgiram outras embarcações de vários tipos: barcos pequenos movidos a remos feitos de pele, vime, madeira e até cerâmica, que serviam para o transporte de bens e pequenos grupos de pessoas. As cargas mais pesadas exigiam barcos com velas e varas de condução.

Os transportes fluviais revestiam-se duma grande importância económica. Em muito casos, conseguiam ultrapassar as dificuldades do trânsito terrestre, aproveitando vias entre o litoral e o interior ou mantendo o simples tráfego de passagem entre as margens. A navegabilidade dos rios, o aproveitamento dos lagos e a construção de canais facilitou a comunicação entre os povos, a expansão do comércio entre as diversas regiões e alargou os horizontes das comunidades nas suas relações sociais, culturais e políticas.

A simples passagem entre as margens desempenhava uma tal importância económica que a maioria das embarcações empregadas nesta ocupação encontrava-se sob o domínio da classe senhorial proporcionando-lhe um apreciável rendimento, reservando ao barqueiro apenas cerca de um terço do apuro arrecadado. Os direitos de portagem agravavam-se a tal ponto que certos cursos de água eram abandonados pelos mercadores. As barças, puxadas por homens ou animais, constituíam o meio de transporte menos caro. A profissão de barqueiro exigia uma certa especialização que assentava sobretudo no conhecimento perfeito do rio ou lago frequentado.

Muitas das embarcações de transporte fluvial à distância eram do mesmo tipo das que serviam para a navegação costeira marítima. Esta actividade estava ligada

estritamente ao comércio dos artigos transportados, emergindo daí relações económicas entre a aristocracia local e os mercadores. Algumas das embarcações que sulcavam os rios e os canais serviam também de estabelecimentos comerciais. Eram um dos principais meios de distribuição de mercadorias entre as zonas rurais e centros urbanos, embora muito custoso. As vilas eram abastecidas com alimentos e os artesãos rurais podiam deslocar e vender as suas mercadorias. Os barcos transportavam cereais, carvão, madeira, tijolos ou telhas, peixe ou animais.

O crescimento do feixe navegável foi acompanhado de numerosos aperfeiçoamentos. Foram ampliadas as vias de água que permitiam a cruzamento de barcos, construídos diques de protecção, criadas passagens desniveladas com o auxílio de planos inclinados em madeira revestida de argila humedecida, processo este substituído mais tarde pelas comportas.

Nos rios navegáveis, o acesso mais fácil à ligação com o interior permitiu a intensificação do transporte dos recursos naturais para os portos marítimos ou para os locais onde se procedia à sua transformação. A sua navegabilidade facilitou a expansão do comércio. Os cursos fluviais mais importantes dispunham de estuários mais largos e profundos e eram percorridos pelas embarcações ao longo de grandes extensões. Grandes progressos foram realizados para conter as inundações, para desviar os cursos de água e dragar os fundos. A via fluvial era preferida devido ao menor custo dos transportes.

O rio Nilo, com os seus canais, tornou-se a melhor via de comunicação da região e o meio mais frequente para a deslocação de pessoas e bens. A sua navegabilidade tornou possível o transporte regular de matérias-primas, de bens pesados, como a pedra, dos produtos resultantes da cobrança dos tributos para celeiros e armazéns e, mais tarde, das mercadorias.

Na China, um amplo esquema de aproveitamento dos meios fluviais consistiu na abertura de canais entre os maiores rios que, além de servirem a agricultura, serviam igualmente o transporte fluvial da seda e dos cereais destinados aos celeiros e armazéns do Estado. Os canais desempenharam um papel de importância vital na troca económica entre as distantes regiões. Inicialmente seguiam a configuração dos terrenos, mas no século XV foi construído um sistema de comportas. No século XVII, o célebre Grande Canal foi aprofundado e alargado. Era utilizado para transportar os impostos, pagos em cereais, colectados pelo governo e tornou-se a principal rota para trocas comerciais e culturais entre o Norte e o Sul. Trouxe um progresso sem precedentes às grandes cidades que se situavam ao longo do seu curso. No rio Changjiang chegavam a navegar navios com capacidade para 500 toneladas. Era a principal artéria para o tráfego interno.

Na Europa ocidental a circulação fluvial era menos importante do que na Europa central e oriental, onde os cursos de água eram mais extensos e de caudal mais lento. O rio Danúbio, entre outros, constituiu uma rota natural para o comércio e o estabelecimento de contactos entre as regiões circundantes.

Na África Ocidental os principais cursos de água tornaram-se vias naturais das trocas comerciais com um tráfego intenso no transporte de mercadorias por meio de canoas movidas a remos.

4.4 – COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS

Antes do início das viagens oceânicas, os transportes marítimos eram essencialmente costeiros, raramente os navegadores perdiam a terra de vista. Mesmo

sem bússola, pequenos barcos e jangadas à vela levavam a cabo um comércio junto à costa e conseguiam ligar regiões marítimas distintas. Na navegação de cabotagem eram utilizadas embarcações artesanais, pequenas e rudimentares, dispondo dum mastro e duma vela, mas que já transportavam regularmente os mercadores com os seus artigos, além de provisões, guerreiros e despojos saqueados. Outras embarcações eram impulsionadas por remos, calculando-se que tivessem capacidade para vinte pares de remadores. A força dos remos continuou a ser um elemento crucial mas foi gradualmente reduzida, ficando restrita a pequenos barcos.

A construção de melhores barcos permitiu travessias mais económicas e mais seguras. Providos de instrumentos náuticos, de cartas e de conhecimentos técnicos cada vez mais aperfeiçoados, hábeis marinheiros podiam estabelecer a ligação dos seus países com o resto do mundo. Os portos foram dotados de cais, oficinas de reparação e armazéns de aprovisionamento. Locais bem escolhidos eram dotados de numerosos de faróis e bóias, o que ajudava os marinheiros a seguir as suas rotas com mais segurança.

Os navios de guerra não eram apenas utilizados para fins militares, mas também para garantir a segurança da navegação e dificultar a pirataria ou o corso. Com frequência, as galés eram utilizadas em acções de transporte de produtos e, por sua vez, os navios de comércio eram usados como apoio nas expedições bélicas.

As viagens de marinheiros e mercadores proporcionaram o povoamento de inúmeras ilhas e a fundação de inúmeros povoados junto à costa, muitos dos quais passariam mais tarde a cidades.

O progresso dos transportes marítimos teve por base o crescimento da produtividade agrícola e o desenvolvimento da circulação mercantil, sobretudo através do comércio externo. A via marítima tornou-se o meio mais utilizado para o transporte comercial.

Com a expansão dos transportes marítimos, a ousadia comercial obrigou a calcular os riscos incorridos. As primeiras taxas de coberturas de riscos foram calculadas com base no acaso. Porém, no século XVII, leis matemáticas relativas ao risco foram estudadas em diversos países da Europa com o auxílio do cálculo das probabilidades que ocupou então o espírito dos melhores matemáticos. Os mecanismos de partilha de riscos foram importantes para encorajar o comércio e ampliar o crédito.

Os seguros marítimos e comerciais foram instaurados em Itália antes de 1300. No século XIV, foi criada, pelos portugueses, a Companhia das Naus que inscrevia todos os navios, incluindo os reais, com o registo dos preços das embarcações, a idade, os seus lucros, o que constituiu a base de cálculo de eventuais indemnizações. Os comerciantes e donos dos navios depositavam, como participação obrigatória, 2% do valor dos lucros de cada viagem. No século XVII, na Índia os seguros cobriam o valor dos bens transportados. Na praça de Antuérpia foram estabelecidas as Ordenações de Seguros, mas só no século XVIII o seu uso se tornou universal. O sistema de seguros generalizou-se por meio de contratos controlados pelas corporações mercantis. Além das mercadorias podiam segurar-se o casco, a mastreação e o recheio do navio. Era cobrada uma taxa de seguro que variava entre 6 e 10% para portos europeus e cerca do dobro para as viagens a portos africanos ou americanos.

Os primeiros carregamentos de mercadorias podem ter ocorrido no Egipto, onde as embarcações se deslocavam na costa do Mar Vermelho com produtos locais: ébano, marfim, ouro, resina, peles de leopardo.

No Mar Egeu, as reduzidas capacidades das ilhas para desenvolver a economia agrícola forçou os seus habitantes a concentrar a atenção no mar e nos seus recursos. Os seus navios estabeleceram trajectos, que permitiam a ligação entre as ilhas e a costa do

Mediterrâneo Oriental, sem perderem de vista a terra. Os aperfeiçoamentos introduzidos pelos fenícios na construção naval permitiram a navegação no alto mar facilitando o comércio de longa distância.

No início da nossa era, os barcos já não eram obrigados a praticar a navegação de cabotagem podendo viajar por mar alto, o que trouxe grande prosperidade às cidades do Sul da Arábia e provocou uma expansão do comércio entre o Egito e a Índia e entre esta e a China.

Na China, no I milénio d. C, realizaram-se grandes progressos na construção de barcos e na navegação, os marinheiros passaram a guiar-se também pela bússola. No século XI, a China tornou-se uma grande potência marítima. Estes avanços permitiram aos navios chineses contornar a Ásia Meridional, desembarcar nas margens do Mar Vermelho, atingir a África Oriental e navegar até ao Japão e Sudeste da Ásia. A sua extensa costa e os bons portos de abrigo possibilitaram a intensificação do transporte costeiro de cereais e outras mercadorias, como tecidos, produtos manufacturados, louça de porcelana. Porém, no ano de 1433, as expedições chinesas foram interrompidas bruscamente, a China pôs fim à sua actividade marítima com o exterior e fechou-se numa espécie de isolamento. Terminou assim um período de cerca de quatro séculos em que foi a principal potência marítima da Ásia

Após a fundação do islamismo, os árabes desenvolveram a navegação no Mar Vermelho; as rotas marítimas ligavam o Mediterrâneo à costa atlântica de Marrocos; a Índia era uma escala natural destas rotas marítimas, que chegaram à China e Indochina; raramente enfrentavam os mares do Extremo Oriente; a navegação árabe contribuiu para ligar as várias regiões do Oriente e do Ocidente numa vasta rede comercial. No porto de Áden aportavam os navios indianos e chineses, cujas cargas eram depois transferidas para embarcações árabes que subiam o Mar Vermelho. Os mercadores traziam as suas mercadorias da Malásia; partiam da Índia em direcção à Arábia ou desviavam-se para a costa oriental africana, donde traziam os escravos. No século. XVI, os árabes não dispunham de meios técnicos para competir com os europeus porque ainda usavam barcos à vela incapazes de navegar contra a direcção do vento.

Na Europa, até aos séculos XIII e XIV, a maior parte dos transportes marítimos ainda era feito unicamente por cabotagem, o que justifica a grande quantidade de portulanos, mapas minuciosos das costas marítimas, que foram levantados nessa época.

A notável actividade marítima dos portugueses não podia surgir do nada. Além da técnica naval que tornou possível a construção das frotas das caravelas, a prática da navegação anterior facilitou a existência dum corpo de marinheiros dispondo de pilotos que guiavam as caravelas, bem como de mestres e capitães que as dirigiam. Os pescadores da orla marítima desempenharam um papel de vulto na criação da marinhagem comercial. A influência árabe, que já se dedicava largamente ao comércio marítimo, legou conhecimentos essenciais que, uma vez aperfeiçoados, contribuíram para o avanço dos descobrimentos. Porém, a navegação árabe e muçulmana começou a declinar desde que os portugueses entraram no Oceano Índico. No século XV, foram armadas caravelas e procurou-se dar início a um novo tipo de relacionamento, de cariz mercantil, tendente a desviar as redes comerciais terrestres para o litoral e iniciar o combate económico contra as caravanas.

Em 1508, os portugueses estabeleceram o controlo completo sobre o golfo Pérsico e proibiam os barcos nativos de negociar no golfo sem uma licença. O domínio da navegação no Índico, levou as autoridades portuguesas a criar um salvo-conduto para os comerciantes, denominado “cartaz”, mediante o pagamento duma determinada quantia, sob pena de a carga ser apreendida e o navio apresado ou metido a pique. A adopção desta medida era uma forma de estabelecer o domínio sobre a navegação e os

circuitos comerciais interasiáticos e impor um monopólio do comércio marítimo do Índico. Porém, a última década do final do século marcou um período de sérias dificuldades, vítima de ataques de holandeses e ingleses, que lentamente começaram a estruturar carreiras regulares implementadas com a formação de companhias privilegiadas.

Na Oceânia, século XVI, os nativos estavam de posse duma avançada tecnologia de canoagem à vela, o que lhes permitiu viajar pelos Oceanos Índico e Pacífico. Fizeram explorações em enormes barcos à vela de casco duplo concebidos para atravessar as vastidões oceânicas.

Na América Central, os maias, que viviam nas áreas costeiras, construíram grandes canoas. No século XVII, já sob ocupação espanhola, foram usados grandes navios que transportavam de emigrantes e grandes quantidades de mercadorias. Na viagem de regresso, estes navios partiam com carregamentos de prata.

4.5 – CONSTRUÇÃO NAVAL

As embarcações mais antigas eram feitas de junco e asphaltadas, mas também se construíam barcos de madeira, quer a remos, quer à vela. Um sistema de cordas unia firmemente as tábuas da embarcação. A vela, inventada no Egipto, facilitou o transporte a longas distâncias e as trocas comerciais. Há muito que os barcos eram conhecidos quando foi usada pela primeira vez a força impulsora do vento. Muito antes das viagens de exploração marítima já se tinha desenvolvido a técnica de construção de barcos para navegação no alto mar. Desde o século XI que a evolução da tecnologia naval se tornou indispensável para o desenvolvimento do comércio.

Os habitantes das cidades portuárias foram pioneiros não apenas nas técnicas de construção e propulsão naval, mas também nos métodos de navegação. Verificaram-se avanços importantes nas técnicas navais: a tonelagem dos navios aumentou; elevou-se a capacidade de cargas; os lemes laterais foram substituídos por lemes de popa, mais resistentes e práticos de manejar; o velame passou a incluir a vela latina; o astrolábio e outros instrumentos para medir a inclinação das estrelas foram aperfeiçoados.

Na Grécia, a construção de barcos grandes e velozes desempenhou um papel importante no desenvolvimento da navegação, dos sectores de artesanato a ela ligados e dos contactos entre as diferentes regiões.

Tanto os árabes, como os indianos e sobretudo os chineses deram um grande impulso à qualidade da navegação. Os construtores navais indianos eram notáveis técnicos e os árabes recorreram por vezes a eles para construir os seus próprios barcos.

Os progressos na construção naval constituíram uma característica notável da tecnologia chinesa; navios de todos os tipos eram construídos ao longo dos rios e da costa. Os construtores navais chineses foram durante séculos os mais avançados do mundo. A sua tradição na navegação oceânica manteve-se durante mais de mil anos. Os barcos chineses providos de três a doze mastros usavam velas quadradas, mas eram movidos também a remos; enfrentavam os ventos e as vagas; a qualidade da orientação repousava sobre a bússola. Os estaleiros do governo chinês dedicavam-se à construção de vasos de guerra e de barcos transportadores de cereais, sendo as docas civis a construir navios comerciais e de recreio.

Face às características físicas das embarcações de transporte marítimo é útil focar as espécies das principais matérias-primas necessárias para pôr uma nau a navegar. Em primeiro lugar, um barco consumia uma avultada quantidade de toneladas de madeira. Além da madeira era necessário dispor de lonas para as velas e um conjunto

de cabos grossos de cânhamo. Era também indispensável o ferro, sendo deste metal as âncoras, as roldanas, os pregos para unir as tábuas e outras peças. No fabrico duma nau entravam ainda pez, breu, resina, revestimentos de estopa para calafetar juntas. A construção de navios exigia a ampla participação de sectores de artesanato.

No século XV, os barcos de alto mar eram de dois tipos distintos: a galera a remos e as naus a velas. A galera servia tanto para barco de guerra como navio mercante. As galeças, equipadas com remos e velas, serviram as cidades de Veneza e Génova, e mantiveram-se até ao século XVIII. Entretanto, portugueses e espanhóis construíram a caravela, nau de pequeno tamanho, largo, com popa elevada, munida de velas que permitiam navegar contra o vento, e equipada para as viagens através do oceano.

O avanço na técnica de construção naval e a elaboração de cartas náuticas com rigor e com direcções indicadas por bússolas permitiram viajar com confiança por amplas extensões de mar aberto. Conheceram-se cartas náuticas, de autores árabes dos séculos XIII e XIV, a descrever a costa africana. A introdução do leme vertical permitiu alargar a capacidade e carga dos navios, o que influiu na expansão do comércio externo. À bússola, já conhecida dos navegadores há vários séculos, juntou-se o telescópio e o cronómetro de bordo, rapidamente adaptados à navegação. As grandes descobertas geográficas do século XV foram possíveis devido à aplicação destes conhecimentos científicos, que melhoraram as condições de navegação. O uso das velas latinas triangulares tornou as caravelas adequadas para singrar contra o vento.

A formação dum corpo de profissionais aplicados apenas, e com permanência, à construção naval só se torna realidade à medida que se alarga a função da marinha mercante no tráfego oceânico. A técnica de construção naval envolvia arquitectos navais, carpinteiros e calafates especializados. A geometria desempenhou um papel significativo na determinação da forma dos navios, antes de se cortar a madeira.

No final do século XV, o arsenal de Veneza era um autêntico estaleiro naval onde se construíam e reparavam navios mercantes e de guerra. Uma instalação de construção naval, no seu apogeu, chegava a dar trabalho a 16 mil artífices, tornando-se uma das primeiras indústrias europeias.

Na Europa, século XVI, a necessidade de dispor de frotas para o transporte de mercadorias, proteger o comércio, para a defesa metropolitana e as conquistas ultramarinas, contribuiu para o desenvolvimento da construção naval.

Em Portugal, entre os séculos XV a XVII, verificou-se uma melhoria constante na evolução da construção das embarcações à medida que iam sendo enfrentadas as enormes dificuldades surgidas durante as numerosas viagens dos navegantes.

4.6 – PORTOS

Para melhorar a navegação eram construídos portos e faróis. Os portos situavam-se junto à costa ou a um curso de água que, pelas suas condições naturais ou artificialmente criadas, permitiam as embarcações fundear, embarcar ou desembarcar pessoas e carregamentos. As determinantes económico-sociais conduziam à instalação de portos que eram centros duma actividade virada para o mar, rios ou lagos, tanto para o exercício da pesca como para o transporte de pessoas e de mercadorias. Os portos acessíveis ao mar transformavam-se, em geral, em locais mais populosos. O porto era quase independente da cidade que servia; podia ter os seus próprios magistrados e, muitas vezes, apresentava as características de porto franco.

Os materiais de construção utilizados eram as rochas locais resistentes e duráveis. As técnicas usadas, a extensão das obras e a sua manutenção obrigavam à utilização duma abundante e especializada mão-de-obra. A intensa actividade portuária empregava numerosos trabalhadores encarregados da carga e descarga dos navios, da estiva, da amarração dos navios, e doutras tarefas com maior ou menor responsabilidade, que fazem parte da vida dos portos e que dependem das autoridades próprias da organização de cada porto.

Nos portos eram instaladas as alfândegas cuja principal função era a obtenção de receitas para o Estado e também para as casas nobres suficientemente importantes para terem acesso a esta fonte de rendimentos. As alfândegas desempenhavam também um outro objectivo que consistia em orientar a economia, protegendo os bens essenciais, sobretudo cereais, e privilegiando, em particular, o comércio dos naturais do reino, mediante a aplicação de diferentes taxas alfandegárias.

Os primeiros portos do Mediterrâneo, Sidon e Tiro, devem ter sido construídos pelos fenícios no III século a. C., a que se seguiu o de Alexandria, no Egipto.

Na Grécia, o porto de Pireu tornou-se um dos grandes portos do Mediterrâneo e a comunidade ateniense cobrava grandes receitas provenientes de direitos portuários.

No Sudoeste Asiático, poucos séculos antes do início da era cristã, começaram a existir numerosos portos comerciais ao longo da costa que permitiam um intenso contacto marítimo.

No século XVI, o porto de Malaca tornou-se no término das grandes rotas do comércio intercontinental. Aí se estabeleceram comunidades de mercadores chineses. Malaca foi ocupada durante alguns anos pelos portugueses, o que permitiu a expansão de relações comerciais na região. Porém, a zona ficava distante dos centros onde se encontravam as autoridades portuguesas e começou a desenvolver-se um comércio indisciplinado.

No século XVIII, a Europa assistiu à modernização dos portos, com a construção de pilares de pedra para atracar os navios, diques e quebra-mares, instalações alfandegárias, armazéns e outras infra-estruturas para suportar o tráfego marítimo.

5 – ACTIVIDADES COMERCIAIS

5.1 – DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO

A esfera da actividade económica alargou-se graças aos produtores que ofereciam directamente à venda os artigos que fabricavam e, posteriormente, ao aumento gradual dum sector inteiramente dedicado à vida mercantil. A expansão do comércio e o crescimento do mercado deram lugar a uma economia mercantil generalizada.

A introdução dos metais e o desenvolvimento das técnicas de metalurgia tiveram consequências consideráveis no desenvolvimento do comércio. O ferreiro fabricava objectos que outros não podiam produzir, mas que eram úteis, e a troca tornava-se inevitável. A matéria-prima raramente se encontrava ao seu alcance pelo que tinha de contar com as importações e os pagamentos, fenómenos económicos novos que implicavam uma organização de larga envergadura. Há um efeito claro do progresso tecnológico sobre o desenvolvimento das relações mercantis que se reflectiu também no alargamento do comércio de importação e no incremento dos bens exportáveis.

A actividade comercial cresceu sobretudo devido à melhoria dos transportes. Uma fase importante do crescimento do comércio produziu-se quando os marinheiros europeus, dotados de navios mais modernos, de instrumentos e métodos mais aperfeiçoados, puderam atingir os grandes centros da Ásia e o acesso aos recursos quase intactos das Américas.

O progresso da actividade comercial, tanto nas trocas internas como nas transacções externas, traduziu-se numa multiplicação de relações entre todos os intérpretes da actividade económica através dos contactos estabelecidos entre os produtores e os distribuidores que tinham inevitavelmente de surgir. Uma característica que contribuiu para a expansão do comércio consistiu na difusão de redes comerciais entre os diversos países e continentes.

Na Mesopotâmia, I milénio a. C., as casas comerciais tornaram-se muito influentes tanto no comércio interno, como no externo. O comércio tornou-se o elemento vital da vida da comunidade o que obrigou o governo a supervisionar a regulamentação das actividades comerciais. O Código d'Hammourabi sujeitava a um regulamento o comércio interior e exterior.

No Império Romano, as classes dirigentes e os ricos proprietários de terras pouco se interessavam pelos negócios. A ingerência do Estado estava reduzida ao mínimo, enquanto novos mercados se desenvolviam. O conjunto dos comerciantes pertencia às classes intermédias da sociedade e eram inteiramente livres de agir à vontade. Não era praticada uma política de expansão comercial e as trocas eram sobretudo interiores. As importações estavam quase limitadas aos artigos de luxo pagos com a exportação de ouro e prata. Apesar disso, grupos de cidadãos romanos estabeleceram-se em diversas províncias do Império.

Na China, grande número de agrários entravam em contacto com o mercado e, em alguns casos, as terras passaram a ser cultivadas com um objectivo comercial. No início da era cristã, o comércio ainda era encarado com desconfiança. O estabelecimento de medidas governamentais restringiu o seu desenvolvimento. A elaboração dum "Estatuto do comércio" sujeitou à supervisão e regulamentação governamental os horários comerciais, a qualidade das mercadorias e a categoria dos preços. Foram estabelecidos armazéns estatais com o fim de estabilizar os preços das mercadorias básicas e obter lucros para o governo. Mas, no século XIV, os mercadores chineses conheciam bem, antes dos europeus, a contabilidade, os tratados, as associações comerciais, os métodos complicados para efectuar transacções a grandes distâncias e diversas práticas que facilitavam as trocas.

A actividade comercial dos muçulmanos, sobretudo a dos árabes, era talvez superior à dos chineses. A posição central do Islão, entre a África, a Ásia e a Europa desde muito tempo que qualificou os muçulmanos como intermediários naturais entre os vários países destes continentes.

Nos dois primeiros séculos da era cristã, a Europa desempenhou o papel duma importante zona de trocas comerciais. Porém, em termos relativos, os produtos comercializados eram apenas uma pequena parcela do total dos produtos produzidos, pois o consumo na origem era ainda muito elevado. A grande expansão comercial na Europa registou-se nos séculos XVI com a expansão colonial. O comércio colonial foi a base do enriquecimento e do progresso económico da época. No século seguinte, surgiram algumas inovações: registou-se uma melhoria das leis comerciais; criação de instituições representativas dos interesses comerciais (consulados e câmaras de comércio); aparecimento de empresas especializadas em ramos específicos, como o dos

seguros; multiplicação de centros de crédito comercial; consolidação das empresas por acções e do princípio da responsabilidade limitada.

Na Europa, na cidade de Antuérpia, as autoridades municipais atraíram habilmente negociantes de todos os lados e de qualquer religião. Criaram-se e desenvolveram-se consulados oficiais, os grandes grupos mercantis estabeleceram os seus escritórios, armazéns e dispunham de molhes de carga e descarga. No século XVII, o porto de Amesterdam, que sucedeu ao de Antuérpia, dispunha duma total liberdade mercantil. Não tinha feiras periódicas e a contratação fazia-se na bolsa durante o ano inteiro. Adquiriu o monopólio dos produtos coloniais e transformou-se no maior mercado de metais preciosos, que então podiam circular sem entraves legais.

A actividade comercial na África Ocidental era dominada pelo desenvolvimento do comércio entre as comunidades locais e regionais e pelas relações comerciais com os países para lá do Sara. O comércio podia expandir-se com desenvoltura, através do transporte das mercadorias oriundas do norte com destino aos grandes mercados. As afamadas minas de ouro eram as principais fontes de abastecimento dos mercados mediterrâneos e europeus. Este envolvimento acabaria por conduzir a um conjunto de decisivas transformações sociais, culturais e políticas. O pequeno comércio envolvia a participação de vendedores e compradores de todo o tipo de mercadorias, controlado por uma classe específica de comerciantes. O tipo de organização mais comum consistia num modelo de base familiar. Mesmo os grandes negociantes operavam nos diferentes mercados com membros da sua própria família, servos e amigos, sob a liderança dum chefe.

5.2 - MERCADORES

O mundo dos mercadores nunca consistiu exclusivamente na venda ambulante e nunca os mercadores se dispensaram totalmente de viajar. A sua actividade consistia na compra de excedentes em certos locais para os vender noutros lugares. O artesão e o camponês podiam vender mas apenas o que eles próprios tinham produzido; o mercador vendia os artigos que tinha antecipadamente comprado aos produtores ou a outros mercadores, facto que revela um progresso na divisão de trabalho e uma elevação na escala social. Com aquilo que trouxeram à vida económica, os interesses próprios e as perspectivas que abriram, desempenharam um importante papel no sentido da evolução no modo de produção mercantil.

O pequeno mercador de profissão vendia certos artigos, mas o seu volume de negócio era restrito, quer tivesse tenda ou barraca numa rua ou nos mercados da povoação, quer andasse de feira em feira ou de terra em terra. Os mercadores mais evoluídos transaccionavam maior quantidade de artigos e transportavam as mercadorias por via terrestre, fluvial ou marítima para outros locais. Dedicavam-se à travessia de grandes distâncias em busca de locais de escoamento dos seus produtos, da aquisição de outros, recolhendo os excedentes num local e colocando-os num terceiro. As pessoas com estas ocupações faziam parte da classe mercantil. O mercador que trazia artigos de outras regiões ou países esforçava-se por vendê-los pelo preço mais elevado possível e procurava fazer subir a massa global dos seus lucros através do acréscimo do volume de vendas.

A sua função era essencialmente a de intermediário entre o produtor e o consumidor, não sendo do seu interesse imediato converter-se em classe dominante, mas antes ligar-se ao modo de produção existente, esforçando-se por participar da

apropriação duma parcela do trabalho excedente, sem o tentar modificar. A sua posição caracterizava-se mais como parceira do que como antagonista da aristocracia.

Alguns mercadores, importavam géneros alimentícios e matérias-primas; outros, dedicavam-se mais ao comércio entre zonas mais afastadas, organizavam caravanas e fretavam navios; alguns especializavam-se no armazenamento dos bens e procediam à sua venda por grosso.

As caravanas terrestres eram normalmente consideradas como meio de contacto com povoações numerosas e distantes. Ao longo das suas rotas, os mercadores aproveitavam as paragens de abastecimento para trocarem as suas mercadorias. Muitas aldeias remotas dependiam destas visitas para contactos e comércio com o exterior. Por vezes, os mercadores seguiam os exércitos imperiais que estavam em constante movimento.

No comércio de longa distância, os mercadores adoptaram formas de especialização: uns, possuíam navios a navegar de porto em porto, onde ofereciam os seus serviços; outros obtinham um mandato estatal, podendo desta forma transportar também ouro e transmitir mensagens; outros ainda, agiam como simples intermediários, tomando à consignação mercadorias destinadas a outros locais de destino. Em certas comunidades, como as cidades costeiras fenícias, os mercadores desempenhavam um papel fundamental e variado. Nos portos onde fundeavam as suas embarcações, os mercadores, por vezes organizados em associações privadas, conseguiam habilitar-se a ganhar o acesso directo a vários tipos de matérias-primas.

Os mercadores desempenharam importantes funções ligadas ao serviço das classes dominantes como intermediários pela mão dos quais passavam os produtos que especialmente lhes interessavam. Conseguiram assim conservar um certo grau de independência pois as classes dominantes necessitavam deles para importar tanto as matérias-primas como objectos de luxo e de prestígio. Cresceram em riqueza e influência, tendo conquistado certos privilégios. A sua posição específica traduziu-se numa elevação na escala social.

Na estrutura urbana o prestígio dos mercadores, nem sempre era particularmente alto, mas a sua riqueza já era notória e, como tal, digna de especial distinção. Os mercadores agiam como agentes de comércio do palácio, segundo as ordens do soberano e beneficiando do seu apoio financeiro. Recebiam uma dotação, em prata ou em bens, e partiam para terras remotas para adquirir os materiais de que não dispunham na sua terra de origem. Quando regressavam acertavam contas com a administração governamental, garantindo que o valor das mercadorias adquiridas era equivalente à dotação original. Os mercadores eram o único grupo social a receber antecipadamente “dinheiro de caixa e créditos”.

Com o decorrer do tempo, passaram a aliar as suas próprias actividades com as realizadas por conta de outrem. Até à prestação de contas envolviam-se em aplicações sob a forma de empréstimos, granjeando assim uma riqueza adicional com a obtenção de juros, garantias pessoais ou hipotecas. Os mercadores ficaram aptos a reorganizar as suas actividades através de empresas privadas, com o domínio das matérias-primas, de outros meios de produção e dos bens produzidos destinados ao consumo, com a pluralidade e diversidade dos clientes, a intervenção no sector dos transportes e os melhoramentos tecnológicos entretanto ocorridos.

A relação de vassalagem perante a aristocracia expressava-se no pagamento dum tributo, envolvendo uma situação simultânea de interdependência e de aliança, da qual as duas partes beneficiavam. Estas relações exprimiam-se por vezes sob a forma dum tratado que incluía cláusulas comerciais. Quanto mais os governantes dependiam dos mercadores pela necessidade de fornecimento de muitos bens essenciais ou de luxo,

mais lhes davam protecção política e oportunidades para contactos internacionais. Esta relação simbiótica caracterizou claramente a actividade comercial durante algum tempo.

Por vários meios, os mercadores procuravam reduzir o montante dos tributos a pagar às autoridades senhoriais ou urbanas. Em primeiro lugar, à parte algumas modalidades de renda fixa, as rendas não correspondiam à proporção das reais possibilidades de lucros; em segundo lugar, os próprios réditos, cobrados nos portos, à entrada das povoações, nas pontes e nos mercados, não podiam acompanhar com rigor as manipulações dos preços que o mercador realizava, sobretudo quando vendia produtos importados do estrangeiro.

Os mercadores realizavam lucros substanciais mas também corriam muitos riscos, tais como: naufrágios, banditismo, guerras ou piratarias. A escassez de informação acerca da oferta e da procura em localidades distantes podia resultar numa situação em que os mercadores compravam num sítio onde os preços estavam altos e tinham de vender noutro local com um mercado superabundante.

O desenvolvimento mercantil fez ascender uma classe de comerciantes que já dispunha de capitais acumulados em dinheiro. Esta classe alcançou tal poder que chegou a tornar-se credora de reis e príncipes. Entre esta burguesia e a aristocracia existia um abismo que separava tanto a posição económico-social como os seus interesses e ideologias.

Face à amplificação e regularização dos negócios comerciais, alguns mercadores começaram a não sair das suas casas, fixando-se no centro dos seus domicílios, confiando a corretores a realização de negócios longínquos ou a direcção de sucursais. Esta sedentarização do comércio reduziu o papel das feiras e conduziu a uma evolução das técnicas comerciais entre sede e sucursais, estabelecimento de contratos de crédito e regras organizacionais e contabilísticas.

Os comerciantes conseguiam permanecer relativamente independentes dos monarcas, da nobreza e dos sacerdotes. Como resultado do comércio externo, que envolvia matérias-primas e artigos de luxo, os comerciantes passaram a ocupar uma posição privilegiada na sociedade. Tanto os mercadores como os comerciantes desenvolveram para si próprios uma posição especial, tornando-se parte indispensável na estrutura social.

No Egipto, no II milénio a. C., tanto os particulares como os templos já tinham mercadores ao seu serviço. Na Mesopotâmia, os mercadores agiam individualmente por sua própria iniciativa mas nos limites da lei e liquidando os impostos decretados pelo Estado. Eram os próprios mercadores a organizar as expedições e a responsabilizarem-se pessoalmente pelas perdas. Os mercadores viviam num grande bairro urbano formando uma associação que estabelecia acordos com o governo local.

Na Grécia, o campo de acção dos mercadores alargou-se consideravelmente com a ocupação de novos territórios, a criação de vilas com os seus mercados, a melhoria das comunicações tanto por terra como por mar. Em contrapartida os mercadores esbarravam com múltiplos obstáculos: as mercadorias tinham de pagar direitos de entrada e de saída aos governos dos territórios por onde passavam; as guerras contínuas comportavam grandes perdas e riscos; as leis variavam duma região para outra; eram numerosos os embargos proteccionistas tanto para a exportação como para a importação.

Coube aos mercadores árabes o estabelecimento de relações duradouras entre o espaço económico mediterrâneo e a África Ocidental quando organizaram o comércio, através das rotas de caravanas que faziam a ligação entre o espaço económico

mediterrâneo e a massa dos produtores e consumidores que formigavam nas savanas e nas florestas. Daí os mercadores levavam para o norte o ouro, o marfim e os escravos.

Na China, no I milénio a. C., o elemento mais importante das cidades era constituído pelos mercadores que exerciam uma influência económica crescente. Porém, a sua riqueza, o carácter usurário dos empréstimos consentidos aos agricultores tornavam-nos impopulares e eram as primeiras vítimas nas revoltas campestres. Mesmo já no século XVI, os mercadores não eram considerados socialmente respeitáveis, uma vez que tinham lucros sem nada produzirem, e o comércio era considerado como uma ocupação secundária. Em termos de estatuto social surgem depois dos mandarins, dos agricultores e fabricantes.

No Japão, século XVI, os mercadores consideravam a vida quotidiana segundo o ponto de vista da ideologia dos samurais. Os mercadores, apesar de lhes ser atribuída uma posição social abaixo da dos agricultores, encontravam-se de facto cobertos de privilégios económicos, acumulando poder social. Existia uma grande disparidade entre os mercadores que se distribuíam em dois grupos: os grandes mercadores intimamente envolvidos nas questões financeiras, com capacidade de criar crédito, distribuindo promissórias como se estas fossem dinheiro, e os pequenos mercadores que se limitavam a negociar na rua.

Na Europa, os mais ricos mercadores eram suficientemente poderosos para prosseguir sem parceiros a sua rota individual. Os mais importantes possuíam as suas próprias instalações e os seus escritórios particulares, localizados nos grandes centros comerciais. Possuíam as suas próprias caravanas ou os seus próprios navios, quando se tratava de comércio marítimo.

Em algumas regiões do mundo andino, alguns mercadores de longa distância utilizavam velozes embarcações, enviadas para o interior, para trocar conchas marinhas, de grande significado religioso, peixe e artigos de luxo por carregamentos de cobre.

5.3 – MERCADOS E FEIRAS

Mercado designa um local público de compra e venda de bens e serviços, tais como: mercadorias diversas, escravos, bolsas de trabalho ou de fretamento. Duma forma extensiva, o termo mercado define o conjunto de características da produção, das trocas e do consumo, de um espaço, região ou país, ou duma espécie de mercadorias.

A feira é um mercado ou exposição comercial que se efectua em lugar público em determinados dias. A realização das feiras obedecia a uma calendarização própria em cada região a fim de evitar datas coincidentes.

A separação dos sectores agrícola e artesanal exigiu uma troca regular entre eles. O pequeno produtor vendia os excedentes pouco avultados ou os artigos que fabricava na sua oficina levando-os aos mercados permanentes ou às feiras. As trocas comerciais internas estavam nas mãos dos vendedores ambulantes e dos próprios produtores. Os vendedores ambulantes circulavam na praça pública com a sua carga que procuravam escoar.

Os mercadores encontravam-se nos mercados e feiras que periodicamente se iam sucedendo ao longo do ano em locais diferentes. Estes encontros eram cuidadosamente organizados e divididos em períodos sucessivos. O mercado constituía a fase final de toda uma organização económica que pressupunha o armazenamento dos víveres, a sua classificação e registo. O seu funcionamento requeria a instalação, a venda dos produtos e os pagamentos.

Os mercados semanais ou mensais e as feiras sazonais, ao realizarem as trocas entre as diferentes comunidades, contribuíram para a integração regional dos vários grupos étnicos existentes numa área regional e desempenharam um importante papel como intermediários entre a cidade e o campo. Em muitas regiões, a instituição económica mais importante era o mercado. Este desempenhava a função de mecanismo essencialmente responsável pelo controlo das trocas comerciais realizadas dentro da região e desta com as restantes. Os mercados locais juntavam vendedores e compradores das localidades e áreas circundantes, enquanto os mercados regionais atraíam negociantes oriundos de regiões por vezes muito distantes, que ofereciam uma maior variedade de produtos.

Os mercados por tipo de produto fixavam-se fora da zona central. O mercado dos produtos alimentares e dos objectos manufacturados estavam nitidamente separados. Os camponeses de cada região tratavam dos seus negócios nos locais que lhes estavam reservados. Os artesãos vendiam parte dos seus produtos no mercado, embora fosse frequente fornecerem directamente os seus produtos aos comerciantes a preços previamente combinados.

Internamente, o mercado expandia-se, não só pelo crescimento das cidades e multiplicação dos mercados urbanos mas também pela maior penetração da economia monetária na estrutura senhorial, o arrendamento da propriedade por aluguer em dinheiro e o crescimento do trabalho assalariado.

Os mercados eram muitas vezes fiscalizados por funcionários administrativos ao serviço do governo local ou central. Fora das cidades esta fiscalização era menos rigorosa. Estes representantes da autoridade mantinham a ordem, o bom andamento das transacções, zelavam pela qualidade dos produtos, a exactidão dos pesos e medidas, a cobrança das taxas devidas e a qualidade das moedas em circulação.

Nas cidades gregas, a praça central era também o lugar do mercado, onde se encontravam as barracas de feira e se erguiam balcões agrupados segundo a natureza das mercadorias oferecidas. Com o crescimento da população outros mercados foram criados que se especializaram no comércio de certos géneros, particularmente alimentares.

No Império Romano, os mercados e as feiras eram também organizados em datas fixas nas povoações rurais permitindo a venda a retalho dos géneros regionais produzidos pelos agricultores. Nos meios urbanos, o mercado central subdividia-se em mercados mais pequenos em que cada um se especializava na venda de determinados produtos.

Na China, os camponeses, vivendo distantes das cidades, preferiram organizar mercados nas encruzilhadas dos caminhos. Estes mercados tornavam-se, por vezes, permanentes e, com o tempo, centros mercantis de dimensões impressionantes. As áreas dos mercados urbanos eram rigorosamente demarcadas.

No Japão, o mercado central era, sem dúvida, o mercado do arroz. Este comércio não se encontrava limitado ao pagamento a pronto, pois também incluía mercadorias a serem pagas posteriormente. As transacções no mercado central não eram feitas em dinheiro, mas antes a crédito, minimizando os efeitos do transporte de dinheiro. Utilizando sinais luminosos, o “preço central” era transmitido usando fumo de cores diferentes. Assistia-se assim a uma flutuação quase paralela de preços em todo o país.

Na Europa Ocidental, nos séculos XV e XVI, as feiras adquirem uma categoria internacional com o descobrimento do caminho marítimo para a América. A evolução das condições sociais e económicas acelerou-se a um tal ponto que originaram a abertura de novos mercados, justificados pela grande quantidade de géneros consumidos

e a importação de metais preciosos e novos produtos. O circuito internacional de feiras manteve-se em vigor embora adaptado a novas necessidades. As feiras passaram a transaccionar câmbios entre as diferentes moedas.

Na África Ocidental, as populações dos grandes oásis dominavam os mercados e as feiras, que se realizavam com regularidade e atraíam uma multidão de negociantes, clientes e toda a espécie de curiosos. Eram locais de atracção, de festa, de espaço de cultura popular e de troca de ideias, adquirindo uma característica simultaneamente económica e social. O mercado não era apenas um lugar de comércio, mas um centro de contactos entre grupos que se encontram também para trocarem notícias e conhecer o mundo exterior. Nessas feiras periódicas acorriam as gentes das povoações circunvizinhas a fim de trocarem os seus produtos. No século XVI, os mercados eram grandes centros de troca de vários produtos e realizavam-se em quase todas as regiões, embora distribuídos de forma muito irregular. A inexistência de mercados em algumas regiões não significou a ausência de actividades comerciais, a qual se desenrolava em unidades residenciais, de casa em casa. Uma certa rotatividade fomentava a circulação de mercadorias, a aquisição destas num determinado mercado e a sua posterior venda noutro alguns dias depois. Alguns mercados tinham um cariz internacional ou continental.

5.4 – INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Com a implantação dum certo grau de comércio regular, o tradicional sistema de trocas foi acrescido por outro mais seguro no qual os produtos eram medidos com utilização de balanças e dos seus pesos, por exemplo, seixos polidos calibrados, o que tornou possível estabelecer quantidades equivalentes entre certos produtos. O comércio tinha de ser baseado em normas, aceites ou aceitáveis, e para isso era necessário um padrão acordado de pesos e medidas, reciprocamente comensurável e que deveria contribuir também para definir com mais precisão o valor dos produtos. As unidades de pesos e medidas requerem análogas modalidades e a unificação. A sua importância é muito grande na medida em que estão ao serviço dos géneros de maior consumo, como pão, farinha, sal, carne, etc., alguns dos quais exigem uma vigilância cuidadosa, pois estão sujeitos a tabelas de preços.

Os pesos eram feitos de silex, calcário, esteatite, calcedónia e outras pedras, com tamanhos diferentes. A forma mais comum era a cúbica, mas alguns eram esféricos, cilíndricos ou ovais. Talvez devido às suas conexões com a moeda, os pesos foram as primeiras medidas a chamar a atenção da autoridade pública. A introdução de sistemas graduados de pesos e medidas desempenhou um papel importante nas trocas e nas relações entre os povos. A sua eficácia na economia e no comércio deu lugar à sua expansão por diferentes áreas.

Muitas medidas de superfície eram definidas pelo trabalho que podia ser realizado numa dada unidade de tempo, por um cavador, um ceifeiro ou um arado. Outras vezes era estabelecida a relação entre a quantidade de sementes e a área de terreno que as podia receber. Analogamente, a medida de superfície indicava o resultado da colheita expresso numa medida de capacidade.

O sistema de medidas para líquidos consistia em varetas ou barras graduadas em terracota, bronze ou cobre e até em cerâmica, usados em recipientes. Nas embarcações marítimas, o “tonel” era uma unidade de medida para líquidos, sendo frequente usada para exprimir as quantidades de vinho ou de azeite.

São muitas vezes os costumes, as variadas actividades, as funções, as técnicas, que com as suas peculiaridades ditam os meios e os modos de pesar e medir. O desenvolvimento do comércio coloca problemas de uniformidade. As unidades de pesos e medidas requerem então análogas modalidades no campo da produção, da distribuição, da emissão de moedas, dos preços, dos salários, etc. O mercado, ao assegurar em largos espaços as trocas dos bens, requer a unificação dos pesos e das medidas. Também a unicidade do poder e da supremacia do Estado estão implicados neste processo, assim como as ciências e as técnicas.

No Egipto, alguns instrumentos, só no II milénio a.n.e., se tornaram de uso corrente, pois antes só eram utilizados pelos altos funcionários régios na pesagem de bens valiosos.

No Vale do Indo, III milénio a.C., em meios urbanos, encontrava-se um elevado grau de standardização no tamanho dos tijolos, lâminas de sílex, pesos e recipientes, o que leva a deduzir que o sistema administrativo era já altamente eficiente.

5.5 – COMÉRCIO INTERNO

O comércio interno manifestava-se numa divisão em ramos comerciais diferenciados, visível nas actividades retalhistas que eram condicionadas pela técnica de produção e o nível do sistema transportador. O comércio não-profissional dependia da margem de bens que excediam o auto-consumo familiar. Nisso se distinguia do comércio ambulante e do comércio local fixo.

As cidades desempenhavam o papel de centro comercial para a população dos arredores. Era a sua função principal e nela se situavam, além dos edifícios públicos e dos templos, sobretudo lojas de retalhistas. Cada ramo de comércio tinha o seu lugar marcado. A organização das trocas locais era muito mais susceptível de regulação do que o comércio de longa distância. Com o decorrer do tempo desenvolveu-se o comércio longínquo de algumas matérias-primas procuradas para o fabrico de artefactos a que depois se juntaram os minérios.

O domínio estatal estendia-se ao comércio local fixo pertencendo-lhe, nas diversas povoações, os edifícios e locais onde se vendiam os diferentes géneros. Nestes locais, as transacções implicavam o pagamento de contribuições, dízimas ou oitavas. Os cereais, quando fornecidos como tributo da população local, eram trocados por produtos manufacturados, quer se tratasse de objectos utilitários ou decorativos. Pelas suas características o pequeno comércio interno conseguia, em grande medida, fugir ao domínio senhorial.

No Egipto, o controlo rigoroso da actividade comercial não dava lugar a que o comércio privado desempenhasse um papel importante na economia do país. Porém, o pequeno comércio de retalho continuava a florescer nos mercados das aldeias e nos bazares das cidades, embora o governo tivesse instituído taxas sobre a maior parte dos objectos vendidos, cereais ou azeite, animais ou produtos manufacturados.

No Império Romano, os principais factores que determinavam o comércio interior entre as províncias consistiam na disponibilidade existente em mercadorias que permitia a uma região satisfazer as necessidades de outras regiões.

Na China, o comércio interno concentrava-se em bairros mercantis que funcionavam sob a supervisão do governo. Quando lhe convinha, o Estado concedia monopólios e privilégios aos grandes comerciantes e às corporações mediante um

adiantamento sobre as taxas que eles próprios se encarregavam de cobrar. Uma grande parte do comércio chinês era interno e independente dos regulamentos de exportação e importação. As vastas extensões que constituíam o país eram mais ou menos suficientes para si próprios.

Na Índia, o comércio estava centralizado nos bazares onde se encontravam lojas e entrepostos. A procura de matérias-primas obrigava a um comércio de longa distância, através de trocas simples ou complexas, que por sua vez levavam a uma interacção regional.

Na Europa, século XVIII, o aumento da procura dependia do aumento da população, das mudanças verificadas na agricultura que apontavam para uma intensificação de compras no mercado aberto, do progressivo aumento do poder de compra das populações rurais, da uniformidade cada vez maior do consumo, do crescimento dos centros urbanos.

Na África Ocidental, o comércio local ou inter-regional era assegurado por almocreves que, individualmente ou em grupo, ocorriam aos mercados locais, transportando e vendendo de tudo um pouco. Porém, era intensa a luta entre comerciantes e comerciantes locais, que dispunham de estabelecimentos próprios em várias cidades.

Na América, o comércio entre as aldeias era florescente, tanto para os produtos agrícolas como para os produtores de matérias-primas e produtos manufacturados. O desenvolvimento do comércio costeiro contribuiu para a existência duma vasta rede de trocas entre as diversas comunidades da costa e dos planaltos. As populações apresentavam uma forte tendência para satisfazer as suas necessidades não apenas com produtos locais, mas também através do comércio regional. Em grande parte das Américas, a economia de produção alimentar foi seguida duma clara evolução social onde o aumento da relação entre pessoas e recursos e a especialização produtiva conduziram à expansão das trocas entre famílias e entre comunidades.

5.6 – COMÉRCIO EXTERNO

O comércio de exportação e importação tem uma relevância muito especial pelo facto de ser composto por mercadorias de preço mais elevado, dando lugar a maiores margens de lucro. O negócio dirigia-se às camadas com maior poder de compra, em especial à aristocracia que era a grande compradora de objectos de prestígio, especiarias, artigos de luxo ou armas. Os governantes tinham de assegurar o fornecimento dos recursos essenciais às necessidades dos exércitos e aos sectores-chaves da economia. Estas trocas internacionais tornaram-se assim uma necessidade, ocupando os comerciantes uma posição privilegiada na sua realização.

O estabelecimento de relações comerciais entre regiões tornou-se imperativo. Tais relações só podiam ser mantidas com paz e amizade e não com conflitos, tornando-se necessário estabelecer convenções, concessões ou interdições. Certos estados acordavam mesmo o fornecimento regular de certas matérias-primas ou a instalação de armazéns comerciais em locais escolhidos dos seus territórios. Estabeleciam-se tratados bilaterais que continham cláusulas a autorizar o comércio, a definir as restrições ou as zonas de monopólio. Com o tempo, fixaram-se regras precisas sobre direitos aduaneiros, arrecadação de impostos ou isenções.

As transacções comerciais externas eram influenciadas por múltiplas diferenças entre diversas áreas, tais como: os produtos objecto da troca; as políticas comerciais, a moeda, os preços; os meios de transporte; as taxas aplicadas pelos diferentes territórios,

etc. O comércio externo comportava riscos resultantes de epidemias, bruscas tempestades ou da pirataria. Para evitar o transporte de numerário eram combinados movimentos de fundos decorrentes dos usos comerciais, esforçando-se os mercadores por equilibrar as exportações e as importações. Por vezes, recorriam ao tráfico triangular ou multilateral.

O desenvolvimento do comércio externo conduziu à especialização profissional do viajante comercial, que podia ser um agente do mercador ou seu associado. As suas funções podiam ser definidas através dum documento que determinava as suas obrigações, fixava o valor dos fundos e das mercadorias que lhe eram entregues. O viajante devia ter uma relação das transacções realizadas e dos benefícios conseguidos. De regresso, reembolsava o capital ao seu empregador ou associado e recebia a percentagem fixada dos benefícios acordada entre as duas partes. Estes contratos limitavam-se em geral a um único empreendimento. Por vezes, o mercador sedentário especificava o destino e as mercadorias que deveriam ser trazidas para vender no mercado onde estava sediado.

À medida que o comércio externo se expandiu e as práticas comerciais se tornaram padronizadas surgem associações comerciais, verdadeiras companhias com vários sócios, que permitiam fornecer o capital com que os mercadores podiam viajar para o exterior para vender e comprar as mercadorias. Estas companhias mantinham sucursais, tinham os seus próprios navios, carruagens e caravanas. Alguns agrupamentos de artesãos conseguiam exportar directamente os seus produtos para outras regiões, o que implicava alguma especificação e produção suficiente para fornecer o mercado externo.

O papel das cidades como intermediários comerciais aumentou significativamente. As civilizações urbanas dependiam do fornecimento regular de matérias-primas que trocavam por produtos de origem vegetal ou animal. No Mediterrâneo, a excelente localização das ilhas do Mar Egeu encorajou os seus habitantes a exercer actividades marítimas e comerciais, evidenciadas pelo desenvolvimento de importantes centros urbanos mercantis.

O papel desempenhado pelos transportes foi essencial para a expansão do comércio externo. O desenvolvimento das embarcações e de outros meios de transporte, durante os séculos XV e XVI, contribuíram para a rápida expansão de novas rotas oceânicas que possibilitaram, pela primeira vez, relações comerciais intercontinentais. O comércio externo proporcionou então as maiores oportunidades para um rápido progresso comercial, sendo nessa esfera que se formaram as maiores fortunas. Com a expansão colonial registou-se um extraordinário incremento das trocas mundiais. A importância do comércio externo conduziu ao estabelecimento de monopólios estatais, sendo frequentemente confundidas as funções de embaixador e representante comercial.

No Egipto, o comércio externo competia ao Estado, embora os templos realizassem operações comerciais. No III milénio a. C., as rotas comerciais que atravessavam a área entre o rio Nilo e o Mar Vermelho traziam artigos de regiões distantes. O país mantinha por esta via contactos com o mundo asiático.

Nos países do Médio Oriente, situados no itinerário comercial que ligava os países mediterrâneos aos asiáticos, o comércio tornou-se uma importante fonte de riqueza principalmente para as cidades costeiras e para as que se situavam na confluência das rotas terrestres. Estabeleceram-se importantes redes comerciais com diversas regiões que permitiram o acesso a bens de origens muito remotas.

No Sudeste Asiático, II milénio a.C., funcionava já uma rede de comércio marítimo abrangendo o Mar da China e a costa leste da Índia e que se deve ter

desenvolvido a partir das comunidades piscatórias costeiras. O comércio marítimo de longa distância, desenvolvido no I milénio a.C., ligava os portos meridionais chineses ao Oceano Índico e era efectuado por mercadores indianos e iranianos.

Na Grécia, os comerciantes criaram entrepostos comerciais e o comércio helénico conheceu uma grande expansão graças à colonização. As cidades gregas ultrapassaram o quadro assente na agricultura e ocuparam, durante algum tempo, uma posição no comércio externo altamente favorável.

A unificação política crescente dos países mediterrâneos, conduzida pelo Império Romano, deu origem à deslocação de algumas rotas marítimas e a utilização de novos portos. Porém, Roma baseou o seu comércio externo nas importações que transformaram a Itália num país parasita, vivendo dos tributos extorquidos aos povos vencidos. O comércio de longa distância encontrava-se basicamente na mão das cidades de Veneza e Génova. O comércio internacional ligou, através de rotas comerciais por via terrestre e por via marítima, a Índia a Roma, desenvolvendo-se intensas transacções entre as duas regiões. Roma importava artigos caros e exportava mercadorias de menor valor insuficientes para manter o equilíbrio da balança comercial, o que motivava uma inevitável a exportação de moeda. Este comércio diminuiu com declínio do Império Romano e a insegurança crescente das rotas. Porém, enquanto durou, desempenhou um grande papel histórico e cultural.

No início da nossa era existia um importante comércio entre o Próximo Oriente e os centros produtores e distribuidores da Ásia. Na China, a extensão da via terrestre possibilitou o crescimento das permutas com as comunidades da Ásia Central. As exportações e importações chinesas seguiam pela via terrestre da Rota da Seda até Roma, por onde decorria um activo comércio intercontinental, virtualmente monopolizado pelos comerciantes iranianos. Nas transacções praticadas pelas tribos nómadas asiáticas eram utilizados também itinerários menos frequentados.

No florescente comércio de longa distância do século X, os mercadores muçulmanos ocupavam um lugar de grande destaque no comércio internacional. O desenvolvimento desse comércio deveu-se em parte à localização geográfica que permitia controlar as rotas do comércio internacional. Mas o factor mais importante que contribuiu para a prosperidade desse comércio talvez se deva à atitude favorável do Islão em relação ao comércio e ao aumento da procura de bens de primeira necessidade e de produtos de luxo na nova sociedade urbana. No século XI, Meca transformou-se numa cidade caravaneira, que combinava as peregrinações com as feiras. As suas actividades comerciais estendiam-se desde o comércio local até ao grande tráfego internacional.

Na China, o comércio externo por via marítima fazia-se com a presença de comissários nos barcos, os quais acumulavam as funções de superintendentes, encarregados dos fundos, inspectores alfandegários ou de polícia. Desde o século X que os geógrafos chineses tinham conhecimento das margens do “mar ocidental”. No séc. XVII, com o fim de encorajar o comércio externo, o governo chinês estabeleceu postos alfandegários e ordenou a redução ou isenção dos impostos aplicados aos navios mercantes estrangeiros. No século seguinte, o comércio externo desenvolveu-se de facto.

Desde o princípio do I milénio a.C. que os reinos árabes mantinham relações regulares com a costa oriental de África, sem contudo penetrarem no interior. No século I d.C., as populações da África Oriental mantinham contactos comerciais com o Médio Oriente e regiões do Índico. Estes laços multiplicaram-se desde o século VII quando parte da população se converteu ao islamismo e os portos de Zamzibar e Melinde se transformaram em centros de comércio. Nas cidades costeiras instalaram-se árabes e

persas que em conjunto com as populações locais deram origem à civilização suaíli que nasceu, se desenvolveu, prosperou e decaiu graças ao comércio. Intensificou-se nesta época o tráfego aurífero transportado por via terrestre desde o planalto do Zimbábue até à costa de Moçambique. O crescimento uma comunidade comercial nativa nas regiões do interior foi lento e parcial, sendo o comércio com a costa conduzido através de muitos intermediários. Existia uma simbiose regional entre a costa e o interior no seio da qual se procedia à troca de bens e alimentos. Este intercâmbio assentava na distribuição de produtos naturais, designadamente sal e ferro, na abundância de peixe e na dissemelhança de nichos ecológicos observados tanto na agricultura como na pecuária. Cidades caravaneiras situadas no norte de África eram pontos de partida do comércio com a África negra. No negócio transdesértico os verdadeiros senhores não eram os mercadores negros, mas os príncipes berberes do Magreb, que organizavam as caravanas, reuniam as mercadorias e as entregavam por intermédio dos seus agentes ou dos vendedores locais. Só eles conheciam o custo dos produtos, os preços de compra ou venda, o valor do ouro e dos escravos, os custos aproximados do transporte e dos seus riscos; só eles estavam em condições de calcular razoavelmente as margens de lucro e as modalidades de troca a realizar em seu favor. O comércio transariano revestiu-se da maior importância, assistindo-se ao despontar de verdadeiras comunidades mercantis. Este tráfego cedo fez despertar uma especial vocação de certos grupos étnicos para os negócios. Os chefes, senhores do ouro e de escravos, participaram laboriosamente no comércio, que manipulavam em proveito próprio. Na África Setentrional, século VI d. C., o comércio e a economia monetária revelavam grande vitalidade. A cidade de Cartago tornou-se a maior potência comercial do oeste mediterrânico, posição que manteve durante vários séculos. A classe dos comerciantes tornou-se tão poderosa que frequentemente lhe era confiada a direcção dos negócios políticos.

Os navegadores portugueses ao chegarem à costa oriental de África observaram a existência dum comércio florescente em que se negociava o ouro, o ferro, o marfim, tecidos de algodão, seda, escravos, porcelanas, etc. Em meados do século XV os primeiros entendimentos com os chefes africanos para o estabelecimento de trocas comerciais pacíficas ocorreram sem qualquer plano prévio ao sabor da maior ou menor habilidade dos capitães e negociantes.

Em África, no século XVI, a proximidade da Europa, e o seu renascimento económico, teve implicações directas no sistema de comércio mediterrâneo. A intensificação deste comércio estendeu-se também ao mundo árabe oriental, bem como aos países do Sara, o que permitiu aos países do norte de África juntarem-se aos circuitos económicos internacionais e contribuiu para o crescimento económico, a consolidação das estruturas dos estados e o alargamento da sua base social. A Europa instalou um grande número de postos de comércio, adaptando os mercados domésticos tradicionais e sujeitando-os a regras comerciais estabelecidas. Esta política teve um impacto decisivo sobre as economias locais na sua interacção com os padrões vigentes no Mediterrâneo. A África Ocidental caracterizou-se pelo aparecimento dum comércio costeiro atlântico, baseado sobretudo na troca de escravos, ouro e marfim por armas de fogo, tecidos, ferro, álcool, bugigangas e outros produtos. Na África Oriental, as navegações árabes desceram até Moçambique, onde estabeleceram rendosas trocas comerciais com as populações que procuravam escoar os seus próprios produtos.

Na Arábia, século XVI, o comércio externo incluía as suas próprias importações e exportações e as mercadorias em trânsito que passavam pelos seus portos, através do Mar Vermelho que era o principal canal de comércio, o que motivou uma intensa luta pela supremacia entre as forças otomanas e europeias. Este trânsito permitia receber um enorme montante de rendimentos como direitos alfandegários.

Sob a protecção otomana, em meados do século XVI, os países do Médio Oriente começaram a receber mercadorias indianas, através de rotas de caravanas, revivendo em grande escala o comércio de especiarias. As cidades recuperaram a prosperidade doutros tempos, conseguindo mesmo expandir-se. Tinham, porém, de partilhar os seus lucros com o Império Otomano que lhes impunham uma pesada carga fiscal. Os privilégios comerciais concedidos às nações europeias facilitaram a expansão comercial, utilizando-se o sistema de troca directa ou o pagamento em moedas de prata.

Na Europa, século XIV, o comércio longínquo era particularmente lucrativo quando se tratava de artigos de luxo, tanto transportados por terra como pelos grandes rios. A expansão dos países ibéricos abriu o Atlântico nos séculos XV e XVI aos fluxos do comércio com países exóticos e deslocou o eixo das economias mercantis para uma posição oceânica. No século XVI, o controlo do comércio no Oceano Índico, exercido pelos holandeses, baseava-se num sistema de “passes”, com emissão sujeita a pesados tributos, aplicado por rápidos navios armados que patrulhavam os mares, confiscando os navios que não tivessem obtido permissão ou que transportavam mercadorias proibidas. Os navios com canhões montados e velocidade elevada representavam um novo fenómeno no Oceano Índico. Na Europa, século XVIII, a procura externa exercia uma forte influência sobre o desenvolvimento do comércio, devido ao espectacular crescimento do novo colonialismo, instituído nas Américas no século anterior, ao processo de integração do mundo asiático na órbita dos interesses europeus e à alteração da estrutura do comércio com as colónias, baseado num conceito de pacto colonial que as subordinava aos interesses dos colonizadores. Na Europa as relações inter-regionais envolviam a quase totalidade do continente europeu, em parte motivada pela procura de minérios. Na Europa Setentrional, existia um comércio por troca directa com os afamados fornecedores de peles.

O comércio com a América Central e regiões adjacentes desempenhou um papel determinante na troca de ideias e de técnicas. Bens e serviços gerados nos centros de produção da América do Sul eram distribuídos em todas as regiões periféricas nos mercados e por mercadores que transportavam as mercadorias através de grandes distâncias. Na América do Sul, no século XVIII, as leis que liberalizaram o comércio proporcionaram a abertura de novas rotas marítimas e de novos portos espanhóis e, ao mesmo tempo, intensificou-se o comércio entre algumas regiões americanas.

Na Oceânia, século XVI, a vida económica envolvia mais do que a produção de subsistência. A maioria das comunidades estava empenhada no comércio de utensílios, artefactos decorativos e simbólicos. As rotas de comércio aborígene abarcavam o continente.

5.7 – TRÁFICO DE ESCRAVOS

O tráfico de escravos era uma das formas de comércio, altamente lucrativa, já exercida pelos mercadores fenícios. Nas sociedades mediterrâneas grega e romana, os escravos constituíam um importante “artigo” comercial. Os indivíduos eram capturados em incursões noutros territórios, nas guerras ou vendidos pela aristocracia tribal. Os seres humanos, incluindo crianças, eram negociados nos mercados como animais ou qualquer outra mercadoria. Em alguns centros de comércio havia mercados especiais de escravos.

Alguns senhores feudais costumavam pagar parte dos seus impostos anuais através da oferta de escravos e tinham igualmente o hábito de os utilizar como ofertas ao soberano ou aos governadores provinciais. Contudo, o escravo nem sempre era uma

“coisa” como estava instituído na lei romana, mas sim uma pessoa com direitos e deveres definidos no estatuto do escravo.

Na China, já no I milénio a.C., os escravos tornaram-se um importante objecto de trocas comerciais. Por vezes, o valor dum escravo era inferior ao dum cavalo ou duma junta de bois; cinco escravos custavam tanto como um cavalo; o valor dum escravo equivalia a 20 novelos de seda. No milénio seguinte, eram organizadas expedições aos países dos mares do sul para a captura de escravos, pois o tráfico de escravos ocupava já um importante lugar no comércio externo. Havia um constante mercado de escravos em quase todas as cidades, onde eram negociados como qualquer mercadoria corrente. Eram colocados em cercados juntamente com o gado e aí contados como se tratasse de gado de trabalho. Grupos de escravos acorrentados eram enviados pelos traficantes para centenas de quilómetros de distância.

No I milénio d.C., árabes e bereberes entregaram-se a um tráfico de escravos na costa Oriental de África e através do Sara, que perdurou até ao século XIX. Os comerciantes muçulmanos dispunham de grandes mercados de escravos além-fronteiras: na Europa Central e de Leste, na Ásia Central, nas estepes situadas na orla das florestas africanas. Durante os períodos de conquistas, as guerras permitiam a captura de muitos prisioneiros o que facilitava o negócio do tráfico de escravos e o tornava muito lucrativo. O tráfico de escravos prosperou devido à expansão do Islão e do crescimento das relações comerciais. Na Arábia, século XVI, o tráfico de escravos era um negócio importante e florescente. Os escravos eram importados de África e destinados ao trabalho manual pesado como a extracção de pedra e a construção civil, serviços domésticos, etc. Os tributos, que serviam para alimentar as finanças reais, eram pagos com frequência pelo tráfico de escravos. Muitas tribos nómadas desempenharam um papel importante no comércio de escravos a longa distância.

Entre as mercadorias negociadas no norte de África por genoveses, venezianos, espanhóis e portugueses contavam-se os escravos. Para os mercadores dos países marítimos da Europa Ocidental o tráfico de escravos tornou-se a mais lucrativa das empresas, que movia muitos interessados, tornando-se difícil o monopólio. A sua captura era em geral tarefa para os chefes africanos. Os proprietários de navios ou os seus fretadores compravam os negros no melhor mercado e transportavam-nos para a América em condições tais que muitos morriam na viagem. Os navios estavam munidos com um equipamento especial para armazenar a carga humana.

As feitorias, espalhadas pela África Ocidental, serviam de pontos de contacto que permitiam uma rotação mais rápida das frotas, pois os carregamentos de negros já aguardavam aí e chegada dos navios. O comércio de escravos concentrou-se nos grandes portos, particularmente nos que eram considerados livres.

A escravatura praticava-se em África muito antes de 1500. O tráfico de escravos era praticado paralelamente com uma contínua escravatura interna. Entre os africanos havia escravos de “família” ou de “guerra”, variando de região para região o modo como eram explorados. Após esse ano, o tráfico de escravos é agravado por uma nova dimensão intercontinental: o transporte para as Américas com a sua impressionante história e consequências ainda não completamente avaliadas. O tráfico era quase sempre organizado através de “contratos” entre parceiros comerciais europeus e africanos. O recrutamento era confiado a “contratadores”, que adquiriam este direito mediante o pagamento de licenças. Os europeus não se envolviam directamente na caça aos escravos e preferiam comprá-los aos africanos que se encarregavam de os capturar. Os mercadores europeus permaneciam junto à costa onde os seus parceiros comerciais acorriam para entregar de escravos capturados em guerras ou em ataques organizados,

em troca dos mais variados objectos, em geral de pouco valor. O grande desenvolvimento do tráfico de escravos negros, na segunda metade do século XVI, foi impellido pela necessidade mão-de-obra para as plantações tropicais americanas principalmente de cana-de-açúcar e de algodão.

No continente africano, a escravatura desencadeou uma gigantesca movimentação de populações. É de salientar as perniciosas consequências sociais e económicas deste tráfico que privou as populações dos seus membros mais vigorosos e dinâmicos, paralisou o desenvolvimento da actividade produtiva. A procura dum refúgio seguro e a instabilidade verificada entre as populações causou diversos movimentos migratórios a uma escala variável com o tempo e o lugar. Foi, além disso, a maior migração forçada intercontinental de sempre. Tornaram-se destrutivos os efeitos dum círculo vicioso de trocas comerciais, armas de fogo por escravos, e escravos por armas de fogo que seriam usadas na captura de mais escravos e, assim por diante, indefinidamente. Muitos povos ocupam os seus actuais territórios em consequência das deslocações provocadas pelo tráfico de escravos. Desapareceram dos povoados os indivíduos mais jovens, mais vigorosos e sãos. Tratando-se de populações essencialmente agrícolas, a produção e a acumulação de bens alimentares mergulharam num caos generalizado, que destruiu o processo produtivo. O tráfico de escravos instalou a guerra entre as tribos e a violência no interior das próprias tribos. Os chefes do litoral passaram a ver os seus súbditos como uma mercadoria e a guerrear-se uns aos outros para venderem os seus compatriotas. Os povos africanos eram impotentes perante as armas de fogo dos negreiros europeus. As revoltas eram frequentes, mas selvaticamente reprimidas. É difícil de estimar a amplitude deste tráfico que se manteve durante séculos a uma cadência acelerada.

Portugal conheceu o regime de escravidão através das relações de comércio com mercadores árabes e a transformação dos mouros vencidos na guerra em cativos ou servos. Era comum a troca de prisioneiros mouros por escravos de pele escura, em proporção favorável em quantidade aos portugueses. O apoio da Igreja garantia a exploração tranquila de mão-de-obra escrava em projectos de produção agrícola para exportação, como meio de compensar as despesas com as navegações. Por volta do ano de 1460, começa a era do tráfico de escravos organizado através de acordos directos com os régulos da África Negra, a nível de Estado para Estado. O tráfico de escravos africanos adquiria um carácter de aquisição de força de trabalho em massa para fins de produção e de comercialização através dum novo entreposto africano de compra de escravos e ouro, a Fortaleza de S. Jorge da Mina. O tráfico de escravos africanos, já em moldes comerciais, tornou-se uma fonte de lucros. Com os descobrimentos marítimos, em breve os portugueses se aperceberam de que havia muito a ganhar se, juntamente com outras mercadorias, levassem também escravos, tanto mais que a tentativa de atingir as regiões auríferas não correspondeu às suas expectativas. O comércio de escravos tornou-se rapidamente a principal fonte de lucro. Os pontos de tráfico estendiam-se a toda a costa africana e fazia-se mesmo duma região para outra.

Em Portugal, e depois no Brasil, um tipo especial de exploração de trabalho escravo consistiu no aluguer dos serviços dos escravos a terceiros. Esta sublocação revela a existência dum factor económico pouco estudado, mas que pode explicar a extensão do uso do trabalho escravo mesmo por parte de pessoas de reduzidas posses. Outro tipo de exploração caracterizava-se pelo exercício do comércio ambulante ao serviço dos seus proprietários. A instituição de “negros de ganho” criou a possibilidade de investir economias na compra dum ou mais escravos com o objectivo de explorar comercialmente o seu trabalho e generalizou o emprego de negros cativos em funções destinadas a completar a renda financeira. A queda do preço dos escravos africanos

deixava à gente de posses médias a opção de se fazer servir por escravos e às grandes famílias a possibilidade de se darem ao luxo de contratarem trabalhadores livres para uso doméstico.

6 – ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS

6.1 – SERVIÇOS E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Já, talvez há dois ou três milénios a.C., os métodos de governação conduziram alguns Estados a organizar o trabalho administrativo. Surgiram sistemas administrativos suficientemente bem estruturados, capazes de gerir as actividades económicas territoriais e controlar o sistema produtivo. Sob a administração estatal desenvolveram-se níveis apreciáveis de burocracia e intensificou-se uma considerável autonomia concedida a províncias, cidades, domínios senhoriais, instituições religiosas e, por vezes, minorias étnicas ou culturais.

Pela mesma época, surge uma outra prova do elevado nível de desenvolvimento da sociedade – a escrita. Os funcionários a desempenhar serviços vitais para as tarefas administrativas, necessitavam da escrita e dum sistema aritmético aperfeiçoados para o desempenho das suas funções burocráticas, o que constituiu um factor importante para o desenvolvimento da escrita e da enumeração. A escrita tornou-se num meio tecnológico administrativo a sustentar a capacidade organizacional e a memória institucional das sociedades, dos templos e dos palácios. As actividades económicas constituíram o pano de fundo decisivo para a evolução da escrita. O domínio da escrita estava destinado a desempenhar o principal papel de afirmação de competência profissional e a ocasionar uma distinção social, privilégios e prestígio decorrentes da nomeação para o funcionalismo administrativo.

O desenvolvimento da comunicação escrita foi um dos principais factores de estímulo do progresso científico e tecnológico e de aceleração dos processos sociais e políticos. O controlo administrativo tornou-se mais intenso, a coesão social mais fácil e as distinções sociais mais acentuadas. Tornou-se mais simples registar as genealogias dos clãs e famílias, promover o recenseamento da população, a colecta de impostos ou o recrutamento de trabalhadores.

No século VII a.C., surgiu uma escrita popular (demótica) cujo aparecimento se deve ao aumento da necessidade de firmar contratos escritos relacionados com o desenvolvimento das relações mercantis, da escrituração na administração do Estado e nos domínios dos aristocratas.

A escrita desempenhou um papel primordial no controlo das actividades económicas. Os documentos encontrados atestam a existência de inventários de rebanhos pertencentes aos templos, entrega e recepção de bens, relações de trabalho, listas de profissões e a existência duma mão-de-obra hierarquicamente ordenada. Estes documentos abrangiam ainda a supervisão dos ofícios, a gestão dos meios de produção, anotações respeitantes ao comércio externo, controlo da qualidade dos produtos. Quase todos os aspectos da economia estatal eram registados num elaborado sistema contabilístico. Existiam muitas escolas cujo objectivo era preparar escribas para satisfazer as necessidades administrativas e económicas.

As diferentes linguagens usadas nos vários países e regiões percorridas pelos mercadores, constituíam uma enorme dificuldade à expansão comercial. Daí a necessidade de utilização de línguas comuns e de sistemas únicos de caracteres que

facilitassem a comunicação entre as pessoas alfabetizadas e as relações comerciais e diplomáticas. A partir do século VIII a. C., a língua aramaica transformou-se gradualmente na língua do comércio regional e da diplomacia de todo o Próximo Oriente. No I milénio d. C., a escrita foi normalizada na China e eliminadas as variantes locais. A suplantar os dialectos tribais, aparecem o latim na Europa, o árabe no mundo islâmico. Outras línguas serviam os mercadores numa forma mais limitada. Os caracteres hebraicos e a escrita arménia, que não podiam ser lidos, permitiam aos mercadores vantagens comerciais. Algumas linguagens comerciais híbridas permitiam a pessoas de terras diferentes comunicarem entre si. A “língua franca comercial”, já extinta, era a língua do comércio do Mediterrâneo. Na África Oriental, o suaíli, língua africana arabizada, chamada “língua dos povos da costa”, era utilizada no comércio e escrituração. A parte continental e insular do Sudeste da Ásia tinha também uma língua comercial baseada numa forma simplificada do malaio. O Império Mongol introduziu um novo sistema de escrita adoptado para transcrever todas as diversas linguagens dos povos do império, substituindo as escritas existentes. O latim, língua cultural da Europa Ocidental e Central na Idade Média, apresentou-se como um importante elemento de unificação de línguas instáveis e dos dialectos de numerosas tribos e povos.

Nos primeiros séculos da nossa era, o funcionamento administrativo e burocrático foi muito aperfeiçoado com a adopção do papel. Os mensageiros oficiais distribuíam cópias de decretos, ordens para as províncias, relatórios de funcionários locais.

A escrita e a enumeração foram fortemente incentivadas pela actividade mercantil. Os mercadores cedo se aperceberam das enormes vantagens práticas proporcionadas pela escrita para fazer o registo das compras e vendas, fazer inventários e assentar as contas das suas transacções. Os conhecimentos comuns relativos à escrita, à leitura e à aritmética aproximaram cada vez mais os mundos do comércio e da cultura. Os livros de contabilidade, a escrituração de guias para comerciantes, o alargamento do uso de cartas de crédito e outros documentos, foram uma consequência do novo nível de conhecimentos acessíveis ao mercador. O desenvolvimento da contabilidade é uma manifestação da crescente complexidade da vida económica e também um instrumento de organização e de controlo sobre os vários factores que entram na produção. A comparação das entradas com as saídas não é uma característica especificamente capitalista. Nos séculos XIV e XV, o desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas permitiu aos bancos tornar possível uma visão mais nítida do conjunto do activo e do passivo, dos lucros e das perdas, e permitiu também aos banqueiros e aos seus clientes possuírem extractos financeiros das operações realizadas. É difícil conceber como seria possível a realização de grandes negócios, por parte das grandes companhias comerciais e dos bancos, antes da criação deste método.

A contabilidade exacta constituiu um progresso relevante no domínio prático. A aritmética comercial desenvolveu-se rapidamente no século XIV e a utilização de algarismos indo-árabes tornou-se cada vez mais frequente. No século XVII começaram a aparecer as primeiras máquinas de somar e multiplicar.

As funções administrativas eram exercidas por uma camada de indivíduos, precursores do futuro funcionalismo público que em cada povoação cobravam rendas ou desempenhavam funções de mordomos.

Os núcleos de funcionalismo permanente ou semipermanente abrangiam os administradores das casas reais, os dirigentes militares e civis, leigos e um conjunto de funcionários desempenhando múltiplas tarefas, incluindo a administração do património real, dos rendimentos dos bens da coroa. Alguns destes funcionários acompanhavam os soberanos, vivendo mesmo junto dos palácios. O núcleo de funcionalismo permanente

andava de terra em terra por exigências da administração da época e até por imposição de necessidades económicas.

No século XIV, a centralização progressiva do poder real engendrou um sistema burocrático e a formação duma classe burocrática. Mesmo os palácios dos soberanos dependiam sempre dum pessoal competente e experimentado, especializado na administração. Este pessoal tinha o seu lugar nos conselhos reais, nas chancelarias, na corte, nas finanças e mesmo no exército. As disposições administrativas dos soberanos variam segundo o grau de centralização.

No Egipto, a máquina administrativa valorizou dois aspectos fundamentais no seu funcionamento: a escrita e os funcionários. A administração era formada por escribas, talvez o elemento mais importante da organização administrativa do Estado. Autênticos delegados régios, regiam toda a economia e eram de facto o suporte de toda a administração. Sendo a sociedade egípcia fortemente burocratizada, eram necessários escribas para a elaboração dos numerosos documentos produzidos pela administração central, pela administração provincial e pelos templos. Muitos dos principais escribas e funcionários à administração pertenciam à família real ou às famílias mais importantes; mais tarde alargou-se a base social de recrutamento. É hábito dizer-se que o Egipto é a pátria da burocracia, e como tal é também pátria dos funcionários: os sacerdotes são funcionários, como o são os escribas, os capatazes, os artesãos.

Na Mesopotâmia, realizaram-se importantes reformas sociais que constavam dos mais antigos actos jurídicos conhecidos no campo das relações sócio-económicas. É o caso do célebre “Código de Hammourabi” que, seguindo modelos de anteriores códigos, introduziu novas disposições, incluindo reformas na agricultura, questões relativas à posse da terra, definição dos direitos de sectores específicos da sociedade, etc.

Durante o período otomano, as aldeias constituíram unidades administrativas e financeiras independentes. No século XVI, existia em cada uma delas um aparelho administrativo próprio que era responsável pelo seu controlo quotidiano e pela cobrança de impostos aos camponeses. A cobrança de impostos em espécie requeria um sistema de contabilidade muito sofisticado e o registo dos pagamentos.

Na China, no século VII, foi iniciado o sistema de preencher os postos burocráticos por candidatos extraídos do sistema de exames com teste da capacidade pessoal, o que se provou ser um golpe decisivo para a velha aristocracia. A partir do século XI, o sistema de recrutamento através de exame para o serviço público constituía o principal canal de nomeação de funcionários. A longo prazo o método destruiria o monopólio do poder sócio-político nas mãos da aristocracia.

Entre os astecas, os textos eram pintados a pincel sobre papel feito da casca interior duma espécie de figueira. Alguns livros estavam na posse de contabilistas que registavam os impostos, propriedades das terras ou edifícios, outros davam informações sobre a sucessão dinástica, relações genealógicas, actividades e feitos dos governantes ou eram utilizados pelos tribunais.

6.2 – ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO PATRIMÓNIO

As mais importantes atribuições da estrutura administrativa consistiam em controlar a produção e o trabalho, armazenar os vários bens produzidos, gerir a sua adequada distribuição, efectuar pagamentos. São notórias as relações entre a administração civil e a religiosa, havendo transferências e contributos mútuos. O desenvolvimento, a diversificação e a especialização foram os traços mais

característicos. Em geral, os soberanos vão buscar ao círculo familiar os altos funcionários, os juizes, os sacerdotes, os chefes militares, os governadores da província.

No Egipto, os serviços administrativos deviam organizar cuidadosamente os trabalhos agrícolas e a produção artesanal. Estas tarefas eram fundamentais para um rápido e eficaz controlo das estruturas económicas do país. Altos funcionários zelavam pela construção e manutenção dos canais, sulcos e valas para as águas, controlando o regadio, arrecadando impostos e estabelecendo os limites das propriedades após as cheias anuais, e ainda pela redistribuição de bens de consumo destinados ao serviço civil e aos templos. Os “escribas dos cadastros” chefiavam as comissões de agrimensura. Era tarefa dos serviços administrativos proceder à distribuição das corveias para a construção e conservação dos diversos edifícios públicos, como diques, canais, caminhos ou monumentos.

Na Mesopotâmia, III milénio a. C., nas explorações económicas pertencentes ao Estado e aos templos, um numeroso aparelho de escribas e funcionários procedia ao registo de todos os aspectos da administração até aos mais pequenos pormenores. As explorações económicas dos templos exigia uma enorme quantidade de trabalhadores, os quais perdiam os seus direitos de membros livres da sociedade e deixavam de poder ser incorporados no exército.

No Mundo Egeu, II milénio a.C., o sistema produtivo era controlado pelo palácio através dum sistema administrativo bem estruturado da responsabilidade dos escribas, responsáveis pela escrituração e pelos armazéns. As colheitas e os rebanhos, tanto reais como privados, eram mantidos sob estreita supervisão, estando a produção dos domínios privados sujeita ao pagamento de impostos. Era mantida uma lista actualizada dos artesãos livres e dos escravos ocupados nas diferentes tarefas e nas várias oficinas, ainda que privadas. Às oficinas eram fornecidas matérias-primas, sendo controladas a quantidade e a qualidade dos produtos manufacturados. Era fiscalizado o cumprimento de normas de entrada e saída dos armazéns. Aos pedreiros e outros artesãos eram entregues os materiais e atribuídos os serviços a que estes materiais se destinavam. Algumas oficinas e armazéns localizavam-se no palácio, outras ocupavam anexos situados em áreas rurais.

Na China, nos séculos VII e VIII, eram feitos acordos particulares a fim de apressar as transacções económicas. As pessoas começaram a redigir contratos que passaram a ser considerados como o único registo seguro para a venda de propriedades. A formalização dos contratos escritos tornou-se prática corrente para a compra ou hipoteca duma terra ou de outra propriedade qualquer, para a aquisição de bens, de escravos, de vacas ou de cavalos. Igualmente, as sociedades comerciais e agrícolas podiam ser formalizadas e protegidas através do uso efectivo de contratos. No século XIV, as actividades económicas eram regulamentadas por um sistema uniforme de legislação administrativa codificada com estatutos, regulamentos e decretos complementares.

6.3 – ADMINISTRAÇÃO DE RENDIMENTOS

A tributação era o sangue vital do poder estatal, mas para cobrar os tributos dos produtores directos era necessário o apoio de funcionários administrativos especializados ou a participação das elites dominantes nas localidades. Era do interesse dos soberanos empenharem-se na cobrança de rendimentos que permitisse satisfazer os encargos com o funcionamento da máquina do Estado, o que era indispensável à

existência e manutenção da posição do chefe como supremo dirigente político da sociedade. Em algumas regiões, as datas de cobrança das rendas e outros tributos devidos pelos camponeses eram determinadas de acordo com os calendários agrícolas. Os registos mencionavam as festas que correspondiam à lavra e à colheita, datas em que se procedia ao pagamento das rendas.

Em geral, um núcleo de funcionários permanente andava de terra em terra a recolher os tributos, visto ser difícil trazer os géneros alimentícios e outros durante todo o ano a um ponto determinado, quer por dificuldades de transporte e organização do escoamento dos artigos, quer devido às dificuldades de conservação de alguns deles. Nestes casos, em lugar dos géneros irem ter à corte, era esta que ia ter com as fontes de abastecimento. Estes funcionários quando estivessem numa localidade beneficiavam dos serviços de instalação que os moradores deviam prestar. A administração fiscal estava habitualmente centralizada, mas com frequência a cobrança de impostos e de contribuições indirectas eram confiadas a recebedores locais ou arrematantes de impostos semiprivados que compravam esse serviço.

No Egipto, os escribas mediam a terra lavrada e apontavam a quantidade de sementes. Depois dos grãos de cereais, trigo e cevada, serem colhidos e separados, eram contabilizados pelos escribas que determinavam os que deviam ser guardados pelos camponeses como sementes e os que deveriam dar entrada nos celeiros do templo ou do palácio. O armazenamento era vigiado por capatazes, competindo aos escribas anotar o número de cestos entregues. Os bovinos regressados dos pastos eram minuciosamente contados e contabilizados, sendo também marcados. A colecta de impostos era efectuada através dum bem articulado sistema, levado a cabo por uma rede de cobradores fiscais devidamente autorizados. A determinação e manutenção das receitas do Estado só eram praticáveis com o recurso a um registo rigoroso. Os escribas agrimensores, com as suas cordas calibradas, calculavam o rendimento provável das safras. Os escribas das colheitas avaliavam o montante da taxa a pagar de acordo com os produtos a colher. Com intuitos fiscais, o Estado passou a proceder a recenseamentos bienais. O bom funcionamento da economia assentava nos recenseamentos e nos registos de cadastros.

Na Mesopotâmia, III milénio a. C., os animais e os cereais eram trazidos para o palácio a título de oferendas dos templos ou de tributos das terras conquistadas. Estes produtos eram gastos em oferendas e sacrifícios, pagamento de remunerações a oficiais e soldados, manutenção da casa real ou envio para outras cidades. No II milénio a. C., uma repartição contabilística central superintendia os gastos, fiscalizava a entrada e saída de produtos trocados. Os oficiais administrativos encarregavam-se da manutenção dos canais de irrigação e do transporte de mercadorias. No I milénio a. C., a actividade da administração resumia-se no fundamental a assegurar as receitas do tesouro real. Deste modo tinham-se modificado o objectivo, os motivos e a forma de actuação dos funcionários. Os agricultores eram obrigados a cultivar cuidadosamente os lotes de terra que lhes eram distribuídos de modo a poderem pagar regularmente os impostos ao Estado.

Na Grécia, a actividade da administração assegurava as receitas ao tesouro real. Tendo em vista este objectivo, eram empreendidos os necessários trabalhos de manutenção da irrigação e controlado o cultivo das terras, as sementeiras e as colheitas. Os agricultores eram obrigados a cultivar cuidadosamente os lotes de terra distribuídos de modo a poderem pagar regularmente os impostos.

Na China, em meados do I milénio a. C., os impostos eram pagos em géneros e baseavam-se no imposto proporcional à superfície cultivada. No início da era cristã,

instituiu-se um sistema de controlo estatal sobre os preços e a distribuição dos géneros de primeira necessidade, associado aos empréstimos concedidos aos agricultores. No século III, foi instituído um sistema de “dupla tributação”: um imposto, era baseado na avaliação da propriedade de cada agregado, particularmente na quantidade de terra cultivada, cobrado duas vezes no ano em dinheiro; outro, incidia sobre todos os agregados tributáveis que tinham de pagar anualmente um imposto por cada membro adulto do sexo masculino da família, em cereais e em tecido de seda ou pano de cânhamo. Além destes tributos, cada adulto masculino tinha de prestar vinte dias de trabalho ao governo central e um período muito mais longo às autoridades locais. Este sistema foi alterado nos séculos seguintes, passando os impostos a incidir essencialmente sobre a propriedade. Foi posta em vigor uma escala mais equitativa de imposto sobre a terra baseada na medição e numa reavaliação da sua produtividade.

Nos estados islâmicos, as circunstâncias políticas obrigaram os soberanos a nomear administradores regionais com poderes de supervisão e tributação das terras agrícolas. Em geral, eram os chefes militares vitoriosos que assumiam o controlo absoluto dos territórios sob o seu domínio.

Na Europa, no I milénio d. C., os impostos reais dependiam em grande parte dum acordo com as classes privilegiadas antes de poderem ser aumentados. Todavia, a tarefa da sua colecta competia a departamentos do Estado e a funcionários competentes.

É interessante referir que em Portugal, a partir do século XIII, foi criado um departamento, denominado “Casa dos Contos” onde se reuniam todos os documentos respeitantes às receitas e despesas estatais, sobre os quais se pretendia uma maior fiscalização.

Na América Central, nas regiões tropicais da planície, os impostos eram pagos em cacau, grão de chocolate, pano de algodão, penas de aves e outros bens. Entre os Astecas, os impostos eram recebidos por uma classe profissional de contabilistas que registavam as quantidades e as redistribuíam a partir de armazéns reais. Havia impostos sob a forma de matérias-primas, por exemplo, metais e algodão, que eram enviados para ao artífices reais a viver no palácio, e que os convertiam em produtos finais. Existiam mordomos que regulavam o trabalho das terras senhoriais, controlavam a produção dos diversos artesãos que, em alguns casos, viviam no palácio, e o trabalho de mulheres que fiavam e teciam o algodão. Enfim, estava sob seu controlo todo o mundo produtivo e artesanal que transformava em produtos acabados uma importante parte das matérias-primas recebidas pelo senhor como renda ou tributo.

Uma das características práticas dos Incas era um censo periódico da população, registado por conservadores profissionais. Com base nestes censos, os impostos em serviços e produtos eram aplicados directamente a cada homem apto residente no Império. Os Incas exigiam pesados impostos aos seus vizinhos do Sul: sal, batatas, animais, plumas, tecidos de qualidade; trabalho para o fabrico de tecidos e calçado, extracção de minérios, construção de edifícios; soldados para campanhas militares; mulheres para servir a nobreza inca e até para sacrifícios humanos. Em contrapartida, estes povos apenas recebiam cobertores, outros tecidos e géneros alimentícios.

7 – ACTIVIDADES MONETÁRIAS E FINANCEIRAS

7.1 – CRIAÇÃO DE MOEDA E PAPEL-MOEDA

No II milénio a. C., diferentes cidades, para atestar a sua autenticidade, produziram lingotes de prata que eram utilizados como meio de troca. Estas barras serviam como moeda de troca nas relações comerciais, respondiam bastante bem às necessidades dos comerciantes e mantiveram-se enquanto não surgem governos centrais a colocar moedas regulares em circulação suficientemente fortes para as garantir no plano externo.

As oficinas de cunhagem estavam primeiro nas mãos de empreendedores semi-privados mas munidos dum privilégio. Devido à abundância de metais preciosos e de cobre, as cunhagens monetárias foram muito numerosas. Com a centralização estatal e o controlo das cunhagens, estas aperfeiçoaram-se. A tendência para a cunhagem livre foi combatida, pois os direitos de cunhagem representavam uma importante receita para o fisco. A sua actividade foi posteriormente regulamentada e vigiada por agentes do fisco. A cunhagem foi pouco a pouco nacionalizada e os governos reduziram a quantidade de moedas em circulação. As moedas nacionais uniformizaram-se e apenas algumas permaneceram no circuito internacional. Entretanto, as autoridades nem sempre estavam atentas a práticas duvidosas como a desvalorização da sua própria moeda.

No Egipto, a par da troca directa em géneros havia alguns padrões de troca constituídos por peças metálicas de ouro, prata ou cobre. Não se está ainda face a uma moeda de troca mas a um padrão que permitia calcular o valor dos bens a transaccionar. O mais habitual era calcular o valor de determinado produto em ouro e pagar-se com os outros produtos dos quais se conhecia também o valor em ouro. Este processo não teve porém muita aceitação popular. Ao mesmo tempo subsistiu o hábito de calcular o valor duma transacção em sacos de cereal, sistema que vigorou por longo tempo nas relações económicas.

Na Ásia Menor, no I milénio a.n.e., as relações mercantis e monetárias desenvolveram-se intensamente o que levou à adopção da cunhagem da moeda. Adquiriu-se assim a possibilidade de praticar actos comerciais sem prévia pesagem do metal usado como dinheiro. A profusão da cunhagem, ocorrida pouco antes do início da era cristã, coincide com o desenvolvimento da civilização urbana e do comércio em larga escala, que conduziram naturalmente à intensificação do uso da moeda.

Na Pérsia, em meados do I milénio a.n.e., foi introduzida uma unidade monetária única que constituía a base do sistema monetário. A cunhagem de moedas de ouro era prerrogativa exclusiva do rei, mas as moedas de prata e de bronze eram cunhadas pelas cidades autónomas e também pelos soberanos dependentes. Uma correlação estava estabelecida entre o ouro e a prata.

Na Índia, as primeiras formas de dinheiro metálico foram moedas marcadas a punção sobre a prata ainda não totalmente solidificada. As corporações de mercadores indianos emitiram ocasionalmente moeda. No início da n.e. foi aplicada uma importante reforma monetária motivada por uma crise do sistema monetário e pela existência de regiões com diferentes sistemas. A uniformização das moedas teve grande importância para a centralização do Estado. No século XVII, o comércio era assistido por uma moeda trimetálica de grande uniformidade e pureza baseada na rupia de prata que os imperadores emitiam. Todos podiam mandar cunhar o seu ouro na casa da moeda. O cobre tendia a destinar-se apenas a pequenos pagamentos, servindo ainda o caurim para fracções da moeda ainda menores.

Na China, na segunda metade do I milénio d. C., as trocas e os pagamentos repousavam sobre uma moeda de bronze que cobria as pequenas operações. O ouro e a prata estavam reservados aos grandes pagamentos, mas com o aumento crescente da produção de lingotes de prata, estes generalizaram-se e serviram mesmo os meios

populares. Os grandes mercadores emitiram letras ou vales, denominados “dinheiro voador” em substituição das moedas de cobre e de ferro. A verdadeira nota aparece na China, por volta do século XI, com a emissão duma espécie de nota pagável em dinheiro, entrando assim em circulação o primeiro papel-moeda impresso. Estes bilhetes tinham a duração de dois ou três anos, mas o resgate depressa se alargava e ultrapassava os prazos de emissão, dilatando os meios de circulação e provocando uma inflação. A emissão excessiva provocou vários ciclos de inflação e de colapso monetário.

No mundo islâmico o sistema monetário baseava-se na cunhagem de moedas em dois metais: o padrão de prata e o padrão de ouro. Este sistema bimetalico contribuiu para a união dos sistemas monetários que até aí tinham estado isolados. O câmbio normal entre o ouro e a prata era de 1:10. No século X, a desvalorização do ouro e da prata reduziu a cunhagem legal a um padrão que tinha uma existência meramente ideal, pois o valor da moeda variava de região para região. As moedas de menor valor eram cunhadas em cobre ou em bronze e serviam para as transacções quotidianas. As oficinas de cunhagem de cobre foram numerosas no império muçulmano. Existiam casas de moeda tanto nas capitais imperiais como nos maiores centros provinciais. A sociedade muçulmana dispunha dum sistema monetário sólido, correndo as suas moedas de ouro durante longo tempo.

Na Europa, a confiança na moeda de Florença estava tão generalizada que, desde o século XIII, a sua unidade monetária, o “florim”, era aceite por toda a Europa e tornou-se numa espécie de padrão monetário internacional comparável à “libra esterlina” dos séculos posteriores. Entre 1450 e 1750, podem considerar-se quatro ciclos ou períodos de predomínio dum metal cunhável que impôs o seu valor no mercado. O primeiro, de 1450 a 1550, é o do ouro, procedente de África e da América. Na segunda metade do século XVI impôs-se o ciclo da prata, com a chegada em massa de metal branco americano. A decadência das importações de prata depois de 1630 produziu profundas alterações no mercado monetário. A escassez dos metais nobres ocasionou a entrada em jogo do cobre, bem como a crescente utilização da moeda fiduciária e do crédito. A enorme produção de cobre europeu e asiático, mais de dez vezes superior à soma do ouro e da prata, explica a grande inflação do cobre durante o século XVII, que atingiu principalmente países europeus de balança comercial deficitária, de fracas estruturas monetárias e grandes despesas militares. A circulação de peças de cobre, extraordinariamente abundantes tornou-se incómoda até para uso quotidiano. Este inconveniente foi obviado pelo aparecimento da moeda fiduciária, mas somente em alguns países. Em 1680 anuncia-se um novo ciclo do ouro, baseado na produção aurífera do Brasil, que atingiu a sua plenitude na primeira metade do século XVIII.

Na África Ocidental e Oriental, século XVI, surge o “caurim”, dinheiro-concha que se divulgou devido ao comércio efectuado ao longo da região sariana. Na Costa Ocidental, século XVIII, utilizava-se de tal forma o caurim que chegou a constituir a base dum autêntico sistema bancário rudimentar, mas perfeitamente funcional. Foi a única região do mundo em que se utilizou uma moeda concha para se estabelecer um sistema bancário. Embora a África Subsariana não tivesse cunhagem circular, utilizavam os metais no fabrico de moeda sob a forma de bastões, barras ou anéis. Outros objectos, pérolas, botões ou blocos de sal, eram por vezes utilizados como moeda. Esta variedade de unidades monetárias reflecte a intensidade do comércio e o desejo de facilitar e resolver os problemas relacionados com este tipo de relações humanas.

Em meados do século XVII, sob domínio colonial, emitiu-se papel-moeda em 1660 na América do Norte. Na Cidade do México, século XVIII, a Real Casa de Moneda era a maior casa de moeda do mundo, empregando mais de mil trabalhadores e

desenvolvendo novas técnicas de produção. O torno de limar, inventado em 1774, tornou possível a produção de moedas perfeitamente circulares.

Em Portugal, os senhores feudais não podiam cunhar moeda dentro dos seus domínios, pertencendo esse poder exclusivamente ao rei. A única moeda corrente era a moeda metálica. O sistema monetário compunha-se de moedas de ouro, prata e cobre. No entanto, as próprias moedas de metais preciosos tinham uma percentagem de cobre ou estanho, definindo o seu conteúdo em metal precioso pelo “toque” em pernilagem. Na Madeira, século XVIII, alguns poderosos senhores cunhavam autêntica moeda, ou seja, pedacinhos de latão, cobre, zinco, conhecidas por “fichas”.

7.2 – MEIOS DE PAGAMENTO

Com a introdução da moeda metálica o comércio expandiu-se principalmente na área dos bens manufacturados, como o ferro, a laca ou os artigos de cerâmica, bens de luxo como a seda e as peles, conservas alimentares e bebidas alcoólicas. Os mercadores, para obter um lucro fácil, preferiam comerciar estes produtos em vez de bens de primeira necessidade como os cereais, que se revelavam pouco manuseáveis e demasiado perecíveis.

Com o avanço da actividade comercial registou-se uma tendência para ser acompanhada pelo crescimento da massa monetária, indispensável às novas condições dum comércio crescente, que exigia a utilização duma medida comum e geral do valor de troca de todas as mercadorias. O comércio conheceu uma forte melhoria graças às facilidades dos métodos de pagamento, à transferência por via monetária ou creditícia e às medidas de salvaguarda da riqueza acumulada. Porém, a existência duma situação altamente especulativa e aleatória acarretava consequências de grande amplitude tanto sobre o ponto de vista económico como financeiro.

O comércio dependia cada vez mais dum sistema monetário melhorado. Uma vigilância apertada e uma standardização impunham-se com o desenvolvimento do comércio internacional. Diferentes moedas começaram a circular, tornando-se necessário que as diferentes peças monetárias conservassem o seu peso e a sua liga.

A coordenação financeira dos meios de pagamentos entre os diversos centros mercantis era organizada de forma que os homens de negócios ou os seus agentes se pudessem encontrar para acertar contas. O ouro só começa a ser utilizado como meio de pagamento na segunda metade do II milénio a. C., na Babilónia e na Síria.

Na Pérsia, em meados do I milénio a.n.e., foi estabelecido um novo sistema de impostos estatais que obrigava os povos a pagar os tributos em dinheiro. Para isso tinham que vender os produtos da sua agricultura e artesanato para comprar prata. Isso contribuiu para o desenvolvimento das relações monetárias e mercantis.

Na Europa, já no I milénio d. C., os mercadores, para evitarem o transporte de numerário, esforçavam-se por equilibrar as exportações e as importações. Nos séculos XVI e XVII, a enorme quantidade de metais preciosos, ouro e prata, vindos da América e África, foi transformada em moeda, facto que tornou as trocas mais rápidas e facilitou a acumulação de capitais. À chegada das frotas marítimas, os comerciantes entregavam o metal, geralmente em lingotes, aos banqueiros contra um termo de responsabilidade, ou livrança, pagável nas feiras. Estas livranças serviam aos comerciantes para pagar as mercadorias que tinham adquirido a crédito, a negociantes estrangeiros nas feiras. No século XVIII, a multiplicação dos meios de pagamento foi um dos factores que permitiram a expansão do comércio. A disponibilidade de metais preciosos foi acompanhada por processos de estabilização monetária, laboriosos mas bem sucedidos,

que poriam um fim às flutuações anormais que tinham afectado as divisas no século anterior.

Em África, século XVI, os métodos de pagamento eram rudimentares, para além das áreas periféricas do continente das regiões do norte, incluindo as costas, ocidental e oriental, onde se utilizavam moedas circulares, eram poucas as regiões onde se utilizavam moedas. Em várias regiões era usado um equivalente geral, sobretudo nas regiões subsarianas onde havia uma grande variedade de instrumentos de troca.

7.3 – SISTEMA FISCAL

O sistema fiscal constitui um dos meios de assegurar o desenvolvimento do aparelho de Estado, parte fundamental do crescimento dos serviços administrativos, que consome sem produzir, e de estímulo da procura através do expediente das despesas públicas, dos subsídios ou reduções fiscais aos sectores privados e do controlo da própria produção.

O fisco foi e continua a ser a maneira decisiva de penetração administrativa nas regiões afastadas dos tradicionais circuitos comerciais. Assegura o controlo de entradas e saídas das cidades, passagem de fronteiras quando se estabilizam e acompanham o processo de formação de nação. Deste modo se processa simultaneamente o aumento de impostos, o controlo das transacções e a vigilância sobre as deslocações de bens e de pessoas, garantes da permanência do Estado.

A cobrança dos impostos originava conflitos constantes, por um lado, pela tendência do soberano e dos seus agentes para intensificar a pressão com o aumento e exigência destes rendimentos e, por outro, pelos esforços dos mercadores e consumidores para os diminuírem. No século XVIII, o deslizamento da noção dos direitos do soberano para a dos direitos da nação favoreceu uma nova concepção decisiva para o processo de generalização dos impostos, as receitas e as despesas públicas. O aparelho de Estado deve pôr-se ao serviço da nação e não o inverso. O sistema fiscal surge como um meio de conter e controlar a burocracia.

No Império Romano, o sistema fiscal foi, no século IV, totalmente alterado, melhorado, mas tornado mais opressivo.

Na Europa, século XVIII, o tesouro encontrava-se no centro das preocupações dos governos, tendo-se verificado por isso uma reorganização do sistema tributário, acompanhada por um aperfeiçoamento dos conceitos fiscais e por um aumento continuado das receitas. Contudo, estes governos jamais conseguiram reformas muito profundas, devido, em grande parte, à oposição das classes privilegiadas.

Em Portugal, no século XIII, a instituição duma reforma tributária com base no pagamento em dinheiro dos réditos fiscais acabou por conduzir à expansão da base monetária e, por consequência, à maior circulação de riqueza e à formação de capitais nas mãos dos maiores beneficiários de tal política, os mercadores e armadores de navios.

7.4 – TRANSACÇÕES BANCÁRIAS

O diferimento dos pagamentos entre mercadores feirantes permite operações de compensação que exigem o registo de todas as transacções. Desde o princípio do século XIV, que a importância das feiras como centros financeiros ia diminuindo, e os bancos

substituíam os prestamistas itinerantes com a instalação de sedes mais ou menos fixas. Um rico e importante mercador-banqueiro podia ter sucursais ou correspondentes nas principais cidades. O comércio bancário desenvolveu-se fundamentalmente pela função creditícia do câmbio e das transferências de fundos.

De início, os bancos não trabalhavam com os fundos depositados, não preenchendo uma função essencial da actividade bancária. Mas com a acumulação crescente dos fundos e a necessidade crescente de capitais que os mercadores revelavam, os empréstimos de capitais e os depósitos tornaram-se coisa corrente. Os depósitos monetários encorajavam o desenvolvimento dos bancos e a actividade dos banqueiros. Para evitar o transporte de numerário, perigoso e oneroso, os banqueiros fizeram uso das letras de câmbio, de letras de crédito e de ordens de pagamento, muitas vezes redigidas como se tratasse verdadeiros cheques.

Os bancos privados funcionavam no âmbito local e realizavam as operações fundamentais de depósito, levantamento de numerário, pagamento e transferências duma conta para outra. Faziam também pagamentos por ordem de clientes sem necessidade de intervenção de moeda, mediante uma simples ordem verbal ou escrita. Estas ordens tinham o valor dum acto notarial. As ordens verbais eram utilizadas com frequência, inscritas num livro-diário na presença do devedor e do credor. O uso corrente do cheque, as letras de câmbio e outros efeitos bancários, apareceram no século XIV. Também era possível assinar uma ordem de pagamento em benefício de terceiros, documento análogo ao actual cheque, embora esta prática estivesse pouco divulgada até ao século XVII.

Os banqueiros eram pessoas que viviam de fazer empréstimos ao Estado para as obras públicas, adiantavam dinheiro aos mais fortes e poderosos ou negociavam em notas de crédito que facilitavam as transacções às empresas industriais ou mercantis. Os bancos e as corporações financeiras começaram a prosperar.

Os métodos de execução de actividades monetárias e financeiras, em que o dinheiro podia circular sob a forma de papel-moeda, letras de câmbio ou outros meios bancários, eram já conhecidos de sumérios, árabes, hebreus, chineses e japoneses.

A Babilónia desempenhou um papel relevante no comércio internacional, onde se destacaram poderosas casas de negócios, que se dedicavam também a operações bancárias, fazendo empréstimos, aceitando depósitos, entregando e recebendo notas de crédito, pagando as dívidas dos seus clientes, financiando e promovendo empreendimentos comerciais, enviando os seus representantes ao estrangeiro.

Na Índia, em meados do I milénio a.n.e., as corporações serviam de futuros bancos, recebendo depósitos com vencimento de juros.

Na Europa, século XIV, em lugar de transportar o dinheiro através do continente e de manter grandes somas necessárias a transacções importantes, os mercadores adquiriram o hábito de depositar nos “bancos” estabelecidos nos diferentes centros comerciais europeus. Nesses bancos era possível trocar moeda, mas este procedimento apenas resolvia parcialmente o problema de transporte de fundos. Os banqueiros italianos concluíram que as transacções podiam ser realizadas de forma muito mais simples instituindo um sistema de crédito destinado a suprimir o manejo de grandes quantias em dinheiro. Foram então estabelecidas por toda a Europa sucursais bancárias onde os mercadores podiam colocar o produto dos seus negócios sem ter de manusear o dinheiro líquido. Uma “letra de câmbio” emanada dum banqueiro para outro podia ser posteriormente trocada pela quantia aí referida. Os bancos privados estabelecidos nas cidades italianas por agentes de câmbios estiveram na origem dos bancos de Estado.

Os banqueiros holandeses conceberam letras de câmbio comerciais negociáveis, semelhantes aos cheques, garantidos pelo dinheiro depositado nos bancos. Os primeiros estabelecimentos de empréstimos das cidades flamengas, muitas vezes instalados nas feiras, concediam empréstimos contra declarações de dívida semelhantes às modernas ordens de pagamento.

No século XIV, na África Ocidental, eram aceites nas cidades uma grande variedade de moedas, pelo que tinham já os seus cambistas e praticavam um sistema de transferência dos capitais estrangeiros ali adquiridos.

7.5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O hábito existente entre os mercadores feirantes de transferir para uma feira ulterior a liquidação dum débito assumia as características dum crédito. Estes acordos funcionavam como um “*clearing*” embrionário. Esta modalidade de crédito evitava o transporte de numerário, aumentava as possibilidades de troca, mas colocava um problema técnico, o dos meios documentais. Era então elaborada a chamada “carta de feira”, que se traduzia por um simples reconhecimento de dívida com vencimento fixado para uma feira ulterior. Estes acordos de compensação alcançaram uma larga dimensão com o desenvolvimento das “feiras de câmbio” como centros financeiros. Estas feiras entraram em declínio mais tarde, nos primeiros anos do século XVII, com o desenvolvimento dos bancos.

Como meios de pagamento tradicionais, ao mesmo tempo como instrumentos de crédito, começaram a circular, em proporção crescente, as *cédulas* ou letras obrigatórias e as *letras de câmbio*. As primeiras consistiam num reconhecimento de dívida e constituíram o procedimento normal e quotidiano. As letras de câmbio eram sobretudo usadas pelos grandes comerciantes. Consideradas como instrumentos de crédito a curto prazo tiveram uma enorme utilização. As letras de câmbio serviam como instrumento de apoio às trocas mercantis, possibilitando o pagamento em moedas diferentes e as necessárias transferências de fundos e de compensação entre os diversos negociantes. Através da inscrição no verso da letra dum novo beneficiário, a letra de câmbio podia tomar a forma de meio de circulação fiduciária.

Nos países árabes foi aperfeiçoado um sistema de crédito que melhorou as técnicas financeiras existentes, com a emissão de letras de câmbio, promissórias, cobrança de comissões. Foi a partir destas experiências que se desenvolveram as conhecidas técnicas financeiras italianas.

No caso português, as letras de câmbio desempenharam também um papel importante como meio de compensação e de transferência de fundos no circuito comercial de rota do cabo. A circulação é feita nos dois sentidos, quer como transferência de lucros quer como transferência de meios de pagamento do comércio das especiarias. As feitorias organizaram-se como meio administrativo de regulação deste circuito e de drenagem do crédito.

A introdução do endosso e a prática do desconto, conferiram à letra de câmbio uma agilidade extraordinária. O endosso, inovação introduzida no século XVI, consistia numa ordem escrita pelo beneficiário da letra que assim ordenava o seu pagamento a uma terceira pessoa. O desconto de letras começou a praticar-se nos finais do século XVII, mas só se divulgou em meados do século seguinte. Consiste na dedução, de acordo com o credor, pelo pagamento duma dívida antes do termo do seu vencimento.

Na segunda metade do século XVI, podem também considerar-se como instrumentos de crédito as rendas. Marcava-se uma taxa máxima de juro e concediam-se

grandes facilidades para a amortização do capital. Foi um meio de poupança ou crédito muito utilizado pela burguesia não comerciante e pelas instituições religiosas e públicas.

As grandes quantidades de capitais movimentados e o acréscimo da actividade especulativa deram origem a um enorme desenvolvimento do crédito público. As maiores monarquias, embora possuidoras de desmedidos recursos, mas desprovidas de organização financeira adequada, recorriam a frequentes empréstimos. As guerras exigiam grandes dispêndios que os soberanos não estavam na disposição de suportar com as suas receitas ordinárias. As operações de crédito dos soberanos eram em geral concluídas nos grandes centros financeiros. Os empréstimos aos soberanos permitiram às grandes empresas capitalistas beneficiarem de determinadas contra-partidas. É o caso do arrendamento de minas, que em alguns casos se transformaram em autênticos monopólios. O sistema de crédito público tomou conta da Europa durante o período manufactureiro e ampliou-se com a expansão colonial. A dívida de Estado marcou a era capitalista.

O mundo romano conheceu o empréstimo marítimo consentido ao proprietário dum navio ou ao mercador para um empreendimento marítimo, reembolsável se o navio, ou a carga, chegava intacto a um porto ajustado. Combinado crédito e seguro, esta operação era remunerada a um juro superior ao autorizado para empréstimos ordinários. A Igreja não confiava nesta modalidade que acabou por ser interdita expressamente no ano de 1230. O empréstimo marítimo ficou reduzido a uma operação de crédito, aparentemente livre do seguro, que ficava dissimulado desde então por uma cláusula que transformava o empréstimo num contrato cambial.

O contrato mais divulgado para reunir capitais e repartir os riscos foi, não o empréstimo marítimo, mas a “*commenda*” utilizada de formas diversas por mercadores muçulmanos, judeus e bizantinos, adoptado por outros países mediterrâneos e que se divulgou também entre os países nórdicos. Para uma só viagem marítima, a “*commenda*” ligava um capitalista sedentário, cujos riscos eram cobertos por uma parte do lucro, e um mercador itinerante cujo trabalho era recompensado pelo restante. Esta repartição é distinta do empréstimo ordinário, mas disputava duma imensa popularidade devido à sua maleabilidade que permitia as mais variadas combinações.

No tráfico por terra, para reunir capitais e repartir os riscos, o contrato em uso mais importante era a “*compagnia*”, que se firmava não apenas para uma só viagem, mas para vários anos. Este contrato reflectia o desenvolvimento comercial da primitiva comunidade de bens entre os membros duma família. Estes reuniam capitais e trabalho para um certo número de anos e dividiam as perdas e os lucros proporcionalmente aos seus investimentos.

Mesmo antes do início da nossa era, o comércio grego foi consideravelmente favorecido pela instituição de empréstimos arriscados, sob contrato especial, dos particulares aos mercadores.

Também na Índia, as actividades financeiras tinham já transposto o estado primitivo, pois já se realizavam empréstimos com garantia em ouro ou sobre a garantia pessoal do devedor, que se comprometia a vender as esposas e os filhos para pagar as suas dívidas.

Na China, no século VIII, os particulares agrupavam-se em mútuas de financiamento para fazer face às despesas elevadas e ao custo do crédito. Nos finais do I milénio d.C., procurou-se definir uma taxa anual de juros, concorrente das taxas mensais, para evitar os inconvenientes dos meses intercalares. Introduziram-se décimos na fixação da taxa, dando assim uma maior flexibilidade às transacções. A soma dos juros não podia ultrapassar o montante do empréstimo primitivo. O cálculo de juros

compostos estava interdito. Apesar destes esforços para baixar a taxa de juro, estas eram muito variáveis. Os prestamistas faziam rapidamente fortuna e os templos, ricos em tesouros, floresciam sempre à sombra dos mosteiros.

Na Europa, por volta do século XVI, a condenação canónica da usura tinha já abrandado e os empréstimos com juros tornados práticas normais.

7.6 – INSTABILIDADE MONETÁRIA

As manipulações monetárias verificaram-se, quase sem excepção, por meio da desvalorização da moeda metálica. Quebrar a moeda consistia em alterar para mais o seu valor, pela simples fixação de maior valor para determinados tipos de moeda em curso ou através da sua multiplicação pela recunhagem, em que o valor oficial da moeda continuava o mesmo mas a quantidade de ouro ou prata diminuía.

A instabilidade monetária provinha da dupla existência da pequena moeda de bilhão (moeda feita duma liga de cobre e prata, que chegou a ser só de cobre), de certo modo fiduciária, e das grandes peças de ouro e prata, cujo preço era fixado de harmonia com os seus cursos ordinários. O curso comum das moedas de ouro e prata, que determinaria a prazo maior ou menor o curso oficial era, por seu lado, determinado por circunstâncias económicas diversas.

Para evitar a especulação e a fuga da boa moeda, as autoridades lançaram mão da desvalorização da moeda de conta e do aumento da cotação oficial das moedas de ouro e prata. Cada soberano adoptou providências semelhantes, transformando a medida numa autêntica corrida às desvalorizações. A adopção deste expediente serviu também como meio diminuir a crónica situação deficitária da fazenda das grandes monarquias.

A moeda de conta estava representada na circulação por peças de valor fiduciário. Não era, portanto, necessário reduzir o peso ou a qualidade das grandes peças, mas apenas sobrevalorizá-las em moeda de conta. A escassez de prata forçou alguns soberanos a diminuírem o metal fino das moedas, mediante a junção de cobre ou ainda a cunhagem de cobre puro. Estes expedientes revelara-se insuficientes e incapazes de restabelecer o equilíbrio monetário e, antes pelo contrário, produziram efeitos catastróficos. A desorientação dos governantes fez alterar providências inflacionistas e deflacionistas sem se conseguir a almejada estabilidade e motivou graves perturbações internas, no século XVI. A estabilidade só se conseguiu, no século XVIII, com a declaração de que a unidade monetária corresponde a uma quantidade fixa de metal precioso.

O circuito internacional de feiras oferecia magníficas oportunidades de especulação para homens de negócios e banqueiros. A rede de correspondentes permitia aproveitar qualquer conjuntura de lucro, por meio da prática do que se chamava *câmbio por arbítrio*, que originou o conceito de arbitragem. O câmbio por arbítrio consistia em sacar letras sobre aquela praça ou feira em que a cotação ou a ulterior disposição do dinheiro se tornasse mais vantajosa. Outra forma de especulação foi o depósito de feira a feira, adiantamento de dinheiro a juro variável, segundo a situação do mercado, que vinha a corresponder ao empréstimo a juros a curto prazo.

No período de declínio do Império Romano agudizou-se a inflação monetária, no século III, verificando-se um desregramento contínuo da cunhagem levada a cabo por um tesouro cujas despesas excediam sempre os rendimentos. A inflação era, porém, um sintoma de problemas económicos mais fundamentais. A inflação monetária foi uma das causas do declínio do Império. Os pesos e o toque das moedas foram reduzidos e,

por conseguinte, a moeda tornou-se fiduciária. No século IV, as sucessivas reformas monetárias resultaram numa inflação considerável que em vão se tentou radicar com o congelamento dos preços.

No Japão, século XVII, os governantes dedicaram-se a uma operação de adulteração da moeda, chegando a reduzir em 80 por cento a quantidade de ouro e de prata utilizada na cunhagem, perdendo-se a confiança nas mesmas.

Em Portugal, quebrar a moeda era uma faculdade exercida exclusivamente pelos soberanos, embora na sua efectivação e nas formas de substituição a nobreza e o clero obtivessem privilégios avultados. Esta prerrogativa tinha efeitos calamitosos não só pela extorsão que implicava mas também pelas consequências que originava no equilíbrio económico resultante da alta dos preços, provocando uma redistribuição de rendimentos e conflitos constantes na fixação dos preços.

8 – ACTIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

8.1 – CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS

A evolução da ciência económica, baseada no conhecimento empírico primitivo, dizia respeito essencialmente à produção, agricultura e ofícios, e, numa fase posterior, aos transportes e ao comércio.

O conhecimento dos céus serviu vários propósitos que incluíam um sistema de calendarização fixo, ligado ao ciclo agrário, baseado na observação dos astros, a regulação da irrigação dos campos, a travessia de desertos e mares por mercadores. Por estas e outras razões os governantes interessavam-se pela meteorologia e pelos instrumentos de previsão do tempo.

Todas as invenções mostram que o poder de observação, já demonstrado pelos conhecimentos de botânica e biologia animal, que estiveram na base da domesticação de plantas e animais, prosseguiram tornando-se cada vez mais refinadas e de grande alcance. O cultivo de novos tipos de vegetais e a criação de novos tipos de animais exigiam a acumulação de conhecimentos biológicos.

Os avanços na metalurgia só puderam existir com conhecimentos práticos tanto químicos como pirotécnicos. O trabalho dos metais envolvia uma grande variedade de meios técnicos, em especial, na moldagem. Grandes avanços registaram-se, três séculos a. C., na teoria e aplicações mecânicas como: o parafuso sem fim ou a roda hidráulica que utilizava a força humana ou animal.

Durante os séculos XIV e XV, e mesmo mais tarde, as invenções tinham como autores artesãos que trabalhavam empiricamente sem conhecimentos teóricos. Os raros experimentadores que dispunham de algumas noções teóricas viam-se constrangidos a trabalhar a sós nos seus laboratórios, sem recorrer à habilidade e aos conhecimentos técnicos dos artesãos. Esta colaboração tornou-se mais frequente nos séculos seguintes, melhorando a aliança entre a ciência e a técnica.

A expansão do comércio longínquo requeria um conhecimento exacto de como distinguir as localidades e de como medir o tempo que levava a alcançá-las. A investigação geográfica teve evidentes repercussões tanto políticas como comerciais, constituindo um factor indispensável ao sucesso das explorações. A elaboração de cartas ou plantas de determinados terrenos ou regiões eram encorajados pelos governantes. Os mapas e os levantamentos marítimos eram úteis aos navegadores, mas também aos mercadores e ao exército.

Devido às necessidades da burocracia surgem e desenvolvem-se a escrita e a matemática. Esta não foi usada apenas para fins administrativos e financeiros mas, também, por exemplo, pelos astrólogos que desempenharam mais tarde um papel muito importante na navegação. A aritmética e a geometria parecem ter-se desenvolvido sobretudo a partir de necessidades práticas: inventário de matérias-primas, medição anual das cheias do Nilo, construção de edifícios e estabelecimento de um cadastro para a fixação de impostos. O avanço da matemática revelou-se útil na medição de terras envolvidas em doações e partilhas, impostos, vendas, hipotecas e outras. As medições correctas eram também essenciais para a construção de fortes, templos, palácios, etc.

Ao procurar conhecer a alquimia, foram desenvolvidos instrumentos que viriam a ser os precursores dos utilizados actualmente nos laboratórios. Foram então descobertas substâncias como o álcool, destinado a fins médicos, e o fabrico de corantes. Da actividade alquímica resultou a fórmula da pólvora. Os alquimistas chineses acumularam uma experiência prática na manipulação da “droga do fogo”, uma mistura de salitre, enxofre e carvão com propriedades de combustão instantânea e explosivas. No século VII, a pólvora era utilizada na pirotecnia mas, no século XIV, diversos povos começaram a utilizá-la em canhões para fazer a guerra.

Nos séculos XVII e XVIII, apareceram numerosos exemplos da relação lógica entre a evolução das matemáticas e a das técnicas, que auxiliaram a encontrar soluções de velhos problemas de ordem prática. Verificaram-se melhorias no domínio da construção naval, na arquitectura, na construção de abóbadas, na indústria mecânica, etc. Os peritos militares aplicaram os novos conhecimentos geométricos nas teorias respeitantes às fortificações e balística.

No Egipto, a astronomia atingiu um grau bastante rigoroso no tocante às suas observações, apesar dos métodos rudimentares utilizados. A necessidade de calcular os períodos das cheias do Nilo contribuiu para o surgimento do estudo da astronomia. A matemática centrava-se na resolução de problemas concretos relacionados com o cálculo de áreas e de volumes; eram conhecidas as quatro operações elementares; as fracções eram bastante utilizadas, dado que a divisão proporcional constituía um cálculo necessário à justa repartição dos bens de consumo. A repartição dos víveres como forma de pagamento ou a avaliação das mercadorias exprimindo o seu valor em peso, em ouro, prata ou cobre, exigiam um determinado nível de conhecimentos matemáticos. Os problemas de geometria prática incluíam o cálculo da área e do volume de várias figuras geométricas. Na área geográfica, havia um bom conhecimento do terreno, dos oásis, dos vastos territórios vizinhos, da costa do mar Vermelho, da ilha de Creta e do rio Eufrates. A química estava avançada como o atestam a produção de tintas utilizadas na decoração de templos e túmulos, que ainda hoje se conservam vivas, ou a produção dos ingredientes usados na mumificação.

Os gregos alargaram os conhecimentos na zoologia e botânica. No século IV a.n.e., a matemática criou a teoria geral das proporções; desenvolveu-se a astronomia teórica, foi criado o primeiro observatório astronómico, calculada a órbita dos planetas e elaborado um catálogo das estrelas. As campanhas militares alargaram as noções geográficas e da botânica, utilizando as informações já acumuladas.

No Império Romano, foram traçadas as primeiras marcas em relógios de sol ou mesmo concebidos relógios de sol portáteis, com elementos rotativos que permitiam ajustar a latitude e o mês. Na área da engenharia foram desenvolvidos parafusos sem fim, cilindros de ar comprimido, guindastes, gruas accionadas por gigantescos tambores rotativos e mesmo por cabrestantes. No século II da nossa era, a ciência entrou em declínio e tornou-se cada vez mais especulativa. Criou-se a ideia de que as invenções

não eram tarefa de filósofos mas sim de escravos desprezíveis. A ciência divorciou-se então cada vez mais da vida.

O magnetismo artificial foi descoberto muito cedo na China. No I milénio a. C., os chineses conheciam já alguns instrumentos astronómicos simples. O calendário tinha sido criado por métodos puramente empíricos, mas rapidamente se firmaram certas regras. A notação numérica adquiriu a sua forma definitiva e, bem assim, a utilização das quatro operações aritméticas fundamentais. A metrologia baseou-se primeiro nas proporções do corpo humano, mas mais tarde difundiu-se o sistema decimal. A geografia torna-se uma ciência e desenvolve-se a cartografia.

Foram impressionantes os êxitos indianos na matemática, astronomia, medicina e linguística. Na matemática: foi criado o sistema decimal com a utilização do zero (inovação que introduziu o conceito de “vazio”) adoptado pelos cientistas árabes; eram conhecidas as equações lineares; o sistema de notação numérica constituiu a base da aritmética moderna; graças a este sistema e à elaboração da teoria dos números abstractos; a álgebra alcançou um elevado nível de desenvolvimento; foi elaborado o conceito de grandeza negativa. Foram tratados problemas complexos relacionados com o cálculo de juros. Os indianos obtiveram êxitos extraordinários na geometria, largamente utilizados pelos cientistas árabes, cujos tratados a Europa começou a conhecer a partir dos séculos XI e XII. Os médicos indianos estudaram em profundidade as propriedades das ervas, a influência do clima, da higiene pessoal e da dieta na saúde do homem. A cirurgia alcançou um nível muito elevado.

Os mercadores árabes tinham uma boa ideia da geografia do mundo muçulmano e talvez do resto do mundo então conhecido. Em 1154 foi elaborado um mapa-mundo, o que representava um avanço espectacular no campo da cartografia islâmica. Com a tradução de obras árabes para latim ou hebreu, ou mesmo castelhano, uma grande quantidade do conhecimento cultivado no mundo islâmico pôde tornar-se conhecido da Europa Ocidental, enriquecendo a vida cultural das suas universidades. O movimento de tradução de outras línguas para o árabe teve lugar a partir do século VIII e até ao fim do IX. As primeiras traduções do árabe para latim iniciaram-se no século X; o movimento de traduções acelerou na primeira metade do século XII.

Durante todo o período de domínio mongol a Europa tinha acesso directo à China, mas isto não deu lugar à tradução de quaisquer trabalhos científicos chineses para latim. O caso foi diferente no tocante à transmissão de invenções tecnológicas. Os contactos entre a Europa Ocidental e o Islão processavam-se ao nível diplomático e ao nível do comércio. A Europa Ocidental medieval começou a construir a sua ciência adquirindo os conhecimentos proporcionados pelas ciências grega e islâmica, na maior parte dos casos através de obras árabes.

Na China, século XVI, a publicação duma “Enciclopédia de Agronomia” foi um importante acontecimento. O seu autor, Xu Guangqi, escreveu em grande pormenor sobre numerosos temas agrícolas. No início do século XVIII, foi publicada uma obra sobre botânica, onde se explicava em pormenor as características das plantas e os métodos de cultivo e, uma outra, com uma descrição exhaustiva de meteorologia, pedologia, sericultura e outras actividades. Estas obras tiveram uma grande influência no desenvolvimento da agricultura. Um famoso cientista, Song Yingxing, escreveu um livro sobre as técnicas de produção em sectores como os têxteis, sal, cobre e ferro fundido, extracção de carvão e óleos, desde as matérias-primas aos produtos acabados.

Na Europa, no século XVI, a ciência não registou os progressos espectaculares que se verificariam mais tarde. No entanto, observaram-se aplicações práticas de importantes conhecimentos adquiridos em períodos anteriores. É o caso da impressão que se tornou numa ferramenta muito importante para a disseminação do conhecimento

e a governação; do conhecimento do planeta e dos seus habitantes, com as novas e contínuas descobertas geográficas; do conhecimento dos astros de tão difícil difusão; dos novos estudos sobre o corpo humano. A “Revolução Científica” europeia atingiu o seu ponto culminante no século XVII, antes da “Revolução Industrial”. Foi o ponto de partida para um progresso ininterrupto da ciência e da sua companheira inseparável, a tecnologia. A cultura nunca deixou de estar reservada exclusivamente a alguns elementos da sociedade, tendo a maioria da população continuado no analfabetismo e na vida rural. Surge, porém, uma cultura elitista a coexistir com uma cultura de carácter popular, que foi gradualmente subindo através dum lento processo de desenvolvimento.

Os maias desenvolveram um extraordinário calendário escrito sobre pedra, no I milénio a.n.e. Na América Central, século XVI, a ciência ameríndia, especialmente na botânica, na zoologia e na indústria mineira, deu lugar a uma recíproca influência dos conhecimentos científicos europeus e americanos onde os índios tinham uma tradição tecnológica própria.

8.2 – PRODUÇÃO LITERÁRIA

A história do livro está intimamente ligada à história da indústria do papel, o trabalho dos estudiosos como autores, ao papel dos copistas, incluindo os calígrafos especializados. O papel substituiu, de forma crescente, a utilização do couro e da camurça. Um facto cultural importante foi a expansão da técnica chinesa de impressão em série. A encadernação também se desenvolveu, adoptando formas artísticas sofisticadas.

As bibliotecas desempenharam um papel extremamente importante, muitas vezes destruídas por invasores. As bibliotecas públicas tornaram-se centros de trabalho de copistas e calígrafos.

Um dos factores principais que estimularam o desenvolvimento da literatura foi o mecenato oficial. Os soberanos atraíam poetas e eruditos para as suas cortes. Porém, o monopólio senhorial da escrita impediu o registo e a transmissão da literatura popular e, por vezes, a própria literatura erudita.

Graças ao desenvolvimento das actividades comerciais, à possibilidade de viagens por terra e por mar e à tradução de textos de outras culturas, surgem os primeiros livros de geografia e de relatos de viagens.

No Egipto, quer o palácio, quer os templos e mesmo certos particulares possuíam as suas próprias bibliotecas. Os títulos, disponíveis para os sacerdotes do local, incluíam textos religiosos, textos literários, textos práticos e científicos.

Em Roma foi instituída uma biblioteca pública onde se guardavam os livros os autores liam obras suas e se travavam debates sobre diversos temas. Poetas e dramaturgos, clientes das famílias aristocráticas, procuravam glorificar os seus patronos e as respectivas famílias.

No Islão, o aumento crescente de bibliotecas foi possível devido à expansão do fabrico de papel que originou uma nova profissão, aquele que mexe em papel e copia manuscritos.

Na Europa, séculos XVI e XVIII, contrastando com a poesia elegante, existia a poesia do povo, reflectida nas suas canções, e contos populares, lidos em grupos ou nos círculos familiares.

A primeira imprensa do continente americano foi estabelecida no México, no ano de 1539.

8.3 – PRODUÇÃO ARTÍSTICA

No sentido restrito a palavra “arte” implica um conceito puramente estético. Porém, os temas e símbolos gravados nas rochas ao ar livre serviram também para fazer chegar mensagens tanto aos poderes transcendentais como aos seres humanos.

Nas regiões onde não existiam grandes estruturas estatais, a arte manteve a sua inspiração tradicional, colectiva e religiosa. A arte monumental reflecte o surgimento dos grandes estados por todo o mundo, cada um com as suas características particulares, pois o monumento constitui um reflexo espectacular e eterno da instituição. Tanto nos estados como nos impérios a arte constituía a expressão visual das respectivas sociedades; a arquitectura muitas vezes assumiu uma finalidade ideológica ou religiosa, simbolizando o poder e a glória dos governantes. O termo arquitectura é utilizado, com frequência, como referência às residências de pessoas de estatuto social muito elevado.

A religião e o poder político mantiveram padrões e procedimentos normais e frequentemente permutáveis, independentemente da localização. Preocupavam-se, em particular, com as questões complexas do fabrico de imagens, que realçavam signos e símbolos de poder, e a sua facilidade de permuta e com a organização e manutenção de artistas individuais ou de oficinas de pintores, calígrafos e artesãos. As expressões artísticas necessitam dum investimento para a sua produção e também para a devida manutenção e segurança. Em geral, a produção artística realizava-se dentro dos palácios e estava sob o controlo directo dos soberanos e dos templos.

As classes governantes para melhor se demarcarem das classes inferiores e realçarem o seu prestígio e poder, mandaram construir impressionantes palácios e templos magníficos, com materiais que frequentemente tinham de ser importados de longe; os membros dessas classes usavam, como símbolos da sua elevada categoria, ricos trajes, jóias e pedras preciosas e outros “artigos de prestígio”.

O crescimento das cidades, comerciais e manufactureiras, deu lugar a um investimento associado a características específicas locais e diversificadas quanto à expressão artística. As cidades eram lugares onde se cruzavam pessoas e artigos de muitas origens diferentes. As expressões artísticas urbanas tiveram tendência para permanecer dentro dos seus limites e acabarem por conduzir à formação de artes nacionais. O meio urbano proporcionou um público para a compra e venda de objectos de arte fabricados para as elites urbanas, a frequência de representações de peças de teatro, espectáculos musicais ou cenas de narrativa épica ou lírica. As técnicas das artes industriais, como a cerâmica, os trabalhos em metal, vidro e têxteis cresceram em variedade e qualidade de modo a corresponderem a uma enorme amplitude de funções e tendências diferentes.

Muitos temas, ideias, técnicas e modos de comportamento tiveram a sua origem em motivos populares, facto sobretudo evidente em relação à música e às artes representativas. Esta tendência revelou a possibilidade de se criarem as primeiras bases de um estilo de vida que deixa de ser exclusivo dos ricos e poderosos mas que se torna acessível a outras camadas da população. Com o aparecimento da utilização de metais, sobretudo o bronze, surgem novos instrumentos musicais a substituir os chifres, guizos, chocalhos, discos com batentes, apitos de osso, flautas de cana, tambores assentes em peças de olaria. A música e a dança passaram a desempenhar um papel importante nas cerimónias.

A arte era entendida como algo que dizia respeito e estava próximo dos artesãos. Estava mal definida a fronteira entre o papel de artesão ou trabalhador manual, cujo

estatuto era desprezado ou tido como inferior, e o papel do artista. Devido ao facto de as belas-artes implicarem trabalhos manuais, os seus praticantes eram considerados meros artesãos, não sendo reconhecidos como artistas. Estes, muitas vezes, eram servos ou até mesmo escravos. Mais tarde, pelos séculos III e IV d. C., apareceu uma arte de elite criada por artistas individuais que eram elementos do estrato mais elevado da sociedade. Os artesãos tiveram de produzir loiças de luxo, mobiliário e outros objectos, recorrendo a materiais como o ouro, prata e pedras preciosas, para uso nos palácios dos reis.

A arte da escultura e gravura sobre rocha tornou-se uma actividade autónoma e os pedreiros transformaram-se em escultores e ficaram ligados aos principais templos. Progressos semelhantes tiveram lugar no domínio da produção de jóias e de artigos de luxo feitos de conchas, osso, chifre de veado ou pedras semipreciosas, cujo valor dependia das matérias-primas utilizadas e que deram origem a profissões especializadas. Outro meio de expressão artística foi a madeira: as estátuas entalhadas eram particularmente impressionantes devido aos detalhes que apresentam; a madeira trabalhada era igualmente utilizada em colunas que sobreviveram até ao presente. A produção de tecidos feitos em casa ou nos acampamentos, em geral por mulheres, mostravam grande sentido artístico, criativo e aplicação. A cerâmica decorada era uma arte aplicada, que representava um mundo ornamental no qual se sentia a mão de artesãos especializados, como escultores de baixo relevo e fabricantes de cilindros-selos, joalheiros e outros. As técnicas de fabrico de materiais em vidro e em faiança, designados pela expressão “artes do fogo”, permitiram virtuosos acabamentos e soluções estéticas.

A construção das pirâmides no Egipto exigiu um esforço extraordinário, o país esgotou-se economicamente, o poder dos faraós enfraqueceu e as contradições sociais adquiriram um carácter irreconciliável. Porém, a arte egípcia deu um grande contributo para a cultura de toda a humanidade. A construção em pedra adquire grande envergadura; surgem pirâmides construídas em tijolo cru e revestidas de calcário.

A arte persa era o resultado duma síntese entre as tradições artísticas e os processos técnicos de outros povos circundantes. Tal arte destinava-se, acima de tudo, a simbolizar o poder e a grandeza dos reis e do Império.

Na Grécia, o templo favoreceu o desenvolvimento das diversas formas de arte, surge uma escultura monumental. A par da construção dos templos começou, mais tarde, a arte helénica a dedicar grande atenção à construção de teatros, ginásios e palácios. Igualmente se desenvolveram a arte teatral, a comédia, o mimo e a oratória.

Em Itália, a invenção do processo de obtenção do betão a partir da lava permitiu pintar grandes superfícies murais com frescos que incluem grandes figuras humanas e paisagens. Aperfeiçoou-se a arte dos mosaicos que decoravam edifícios públicos e particulares. Os escultores romanos desenvolveram no campo do retrato um estilo próprio e elaboraram uma teoria de arte realista, visando o conhecimento e a reprodução da vida real em toda a sua diversidade. Foram também introduzidas as representações teatrais à maneira grega.

As tradições artísticas floresceram pelo mundo islâmico sobretudo com a arquitectura, fundada em construções arqueadas, e com o fascínio pela caligrafia decorativa. Os “jardins do Islão” foram uma característica excepcional da civilização muçulmana. Conceberam-se jardins e parques com palácios, pavilhões, canteiros de flores de desenho geométrico, sistemas de irrigação e recintos complexos.

Na Ásia Central, existiu um “estilo de oásis” peculiar que se reflecte nas vestes adornadas, nos estilos de pintura e escultura, o que testemunha uma prosperidade social cuja riqueza se baseava acima de tudo no comércio de objectos de luxo.

Na Índia, bons artesãos dedicavam-se a sofisticadas obras de arte, estatuária e arquitectura monumental, destinados a ricos e poderosos. A maioria da arte era inspirada na religião e na construção de templos. Na antiguidade mais remota, as construções eram na sua maioria feitas de madeira e por essa razão não se conservaram. Nos primeiros séculos d. C., a pedra começa a ser largamente utilizada na construção e nas esculturas de pedra. Existiam várias escolas de escultura, que dispunham de manuais que continham regras para a feitura de estátuas, templos e outras construções religiosas. Surgiram também tratados sobre a técnica de pintura. Pintava-se sobre madeira, tecido e pedra. São famosas as pinturas murais em cavernas e em edifícios.

A tradição da pintura na China foi garantida pelo patrocínio imperial que convidou para a corte os mestres famosos da pintura, nos séculos. VII e VIII., com o seu estilo e forma de retratar poderosos e criaturas divinas. Porém, também floresceu a pintura de paisagem, de flores e pássaros, que adquiriam uma tradição relevante. Pouco antes do início da era cristã, foi fundada a Câmara Musical onde eram reunidas e arranjadas as canções populares e se criavam obras musicais.

Na África Ocidental, a religião deu azo a várias formas de expressão artística. O desenvolvimento sistemático de uma cultura urbana levou a um incremento da arte. No primeiro milénio a.C., os artistas africanos ocidentais trabalhavam com os materiais predominantes na região, fossem eles pedra, madeira ou metais, no fabrico de peças religiosas ou pagãs. A tradição evoluiu da cestaria para a escultura, olaria e, finalmente, para a metalurgia. Também se trabalhava com o ouro e o marfim nas regiões mais ricas nestes materiais. Os contactos com o Islão traduziram-se num impacto na arte popular africana, nas formas arquitectónicas e na arte dos metais. Na floresta tropical existem máscaras esculpidas em madeira. O artesanato encontrava-se em franca expansão em relação às técnicas e materiais empregues e às formas trabalhadas por aqueles artífices. A riqueza gerada era suficiente para que os ricos apadrinhassem as artes, prestando apoio àqueles que se ocupavam da sua criação, numa espécie de mecenato. A maior parte das obras de arte era produzida sob os auspícios da realeza. Em Benim, os artistas organizavam-se em grémios adstritos a uma chefatura do palácio. Este país, tornou-se célebre pela descoberta de obras-primas de bronze (latão) ou de terra cota, produzidos pela técnica de cera perdida.

Na África Central e Austral as populações recorriam nas artes plásticas a materiais usados no fabrico de peças de uso diário, como argila, ferro ou cobre, madeira, marfim e conchas. A dimensão artística voltava-se para as divindades e espíritos dos antepassados. Tratava-se de uma arte predominantemente religiosa. As peças fabricadas tinham quase sempre um fim utilitário. As esculturas primitivas consistem em objectos de barro, mas apresentam também materiais menos frágeis como pedra e bronze. É notória uma distinção entre culturas de floresta e de savana. A primeira identifica-se mais com um simbolismo religioso patente nas máscaras e estátuas da região equatorial. Na parte central e meridional da savana, a produção artística estava mais ligada aos chefes e aos monarcas. Na esfera da arquitectura, o Zimbabwe é um exemplo extraordinário, caracterizada por ruínas monumentais de enormes habitações de pedra, cuja envergadura representa o “Grande Zimbabwe”.

Na América do Norte existia uma tradição de escultura, como o demonstra os trabalhos de entalhe feitos em pedra, em osso e em madeira. Existem variações de região para região na quantidade e nos tipos de instrumentos de madeira. A característica cultural nas artes baseava-se em dois objectivos fundamentais: o alcance de prestígio e auxílio sobrenatural. Os bens excedentes eram entregues a um chefe, que os utilizava para promover as artes e para pagar a especialistas em pintura e escultura

com o objectivo de criarem objectos de arte que servissem para aumentar o seu prestígio.

Na Meso-América, século VIII d. C., destaca-se uma arquitectura urbana de tendência vertical, que já se adivinhava em séculos anteriores. A produção escultural e a pintura mural da região central maia destacaram-se pela sua diversidade e escala. É de acrescentar o fabrico de uma excelente cerâmica e de delicados objectos de madeira, osso, jade e outras pedras preciosas. É também notável a estatuária de pedra.

Na América do Sul, a escultura em pedra foi um veículo importante da expressão estética andina. As esculturas em madeira foram importantes em locais rituais: pintadas e vestidas, representam deuses guardiães.

Na América Central, antes da colonização, existia uma florescente tradição de pinturas murais, manuscritos iluminados e mosaicos de plumas. Com o domínio espanhol, foram importadas pinturas e gravuras religiosas da Europa. Contudo, muitas das pinturas religiosas eram da autoria de artistas índios, do que resultou um estilo baseada nas suas tradições bem como na perspectiva europeia.

8.4 – FORMAÇÃO ESCOLAR

No Egipto, uma escola preparava aqueles que viriam a ser os homens mais cultos, a elite, uma minoria. As escolas encontravam-se dentro dos templos e em certos departamentos da administração, mas eram reservadas para aqueles que se destinavam a cargos sacerdotais ou de administração. Frequentavam a escola, com o objectivo de aprender a ler, os filhos dos altos funcionários do Estado. Eram professores, os sacerdotes ou os escribas profissionais. A instituição escolar abrangia a instrução moral, ideológica e religiosa. No caso dos escribas, eram aumentados os anos de estudo e de preparação.

Na Grécia, a alfabetização difundiu-se largamente entre o povo e mesmo entre os escravos; aperfeiçoou-se a arte da oratória.

Na China, a segunda metade do I milénio d.C., foi assinalada pelo progresso da educação, arte e literatura. A educação estava sobre a influência do confucionismo; havia escolas oficiais e privadas em cada distrito, cidade e vila; na capital havia universidades para estudos superiores. O sistema de provas escritas para seleccionar funcionários de governo foi cuidadosamente regulamentado.

Na Índia, na segunda metade do I milénio d.C., a educação primária foi confinada às castas superiores. A educação superior era feita nas universidades e faculdades que tinham sido originalmente criadas pelos budistas e mais tarde pelos hindus, fazendo parte dos mosteiros.

No Islão, século VIII, foi adoptado um sistema popular de educação escolar elementar com escolas em todas as cidades e povoações. O ensino nas mesquitas deu origem aos colégios religiosos que começaram a aparecer no século XI. Alguns colégios eram de facto universidades.

No século X, a Igreja, herdeira do Império Romano, tornou-se padroeira da educação através da criação e do apoio às escolas. A maioria dos homens instruídos eram padres ou monges e todos os ramos do conhecimento estavam subordinados ao estudo de teologia. No século XII, as guildas que reuniam mestres e estudantes deram origem às universidades.

A educação africana subsariana era concebida para preparar as crianças a ter responsabilidades em casa, na aldeia e na sociedade.

No continente americano, os maias tinham grande consideração pela sua classe sacerdotal, o estudante recebia uma rigorosa educação escolar. Os incas não possuíam uma linguagem escrita ou registada e, por isso, a sua história e cultura era apenas transmitida por tradição oral. A sua educação dividia-se em duas categorias distintas: educação vocacional para a gente comum e um treino altamente formalizado para a nobreza.

8.5 – SAÚDE

Os peritos na arte de curar recolheram a sua experiência nos tratamentos cirúrgicos e no conhecimento de doenças vindas já de período anteriores. É difícil definir a fronteira entre a actividade curativa e a magia. No fundo o médico é um farmacêutico, mas também um mágico.

As regras de higiene favoreceram o progresso; a água chegou a ser considerada um elemento divino, de importância fundamental nas curas, banhos, lavagens e outras aplicações semelhantes. O médico era considerado como homem versado na ciência da água. Os conhecimentos das propriedades médicas dos recursos naturais, especialmente botânicos, eram convenientemente aproveitados.

No domínio das técnicas cirúrgicas é incontestável o engenho da medicina egípcia na invenção e desenvolvimento dessas técnicas. Neste domínio, conseguiram resultados notáveis ao nível da intervenção óssea. As especialidades médicas remontam a épocas muito antigas.

A medicina chinesa ocupava-se em vigiar a saúde do imperador e classes dominantes, mas também da população, e mantinha um serviço veterinário. A medicina andava associada à magia, que era utilizada para combater as doenças. A medicina constituía uma das prerrogativas dos clérigos, mas também eram exercidas práticas empíricas. Mesmo os médicos independentes eram formados em escolas dependentes dos templos.

8.6 – ACTIVIDADES RELIGIOSAS

A principal preocupação expressa pelos rituais religiosos era a procura de alimentos; os indivíduos esforçavam-se por conservar a fertilidade da natureza, o crescimento das plantas e até a fertilidade do próprio homem. Tais rituais atestam a existência de uma ânsia relativamente à reprodução das plantas e dos animais por eles consumidos. A produção de alimentos influenciou as crenças religiosas desenvolvendo-se o culto da fertilidade. A religião adquiriu uma importância crescente e as práticas religiosas vieram acentuar as diferenças sociais com vantagem para os sacerdotes, representantes terrenos dos deuses. Quanto maior era o nível de organização da sociedade e a sua evolução para a agricultura, tanto maior era a distinção entre a figura do xamã e a do chefe.

No animismo, assente na crença da “força vital” ou “alma” a habitar em locais e objectos, revela-se o objectivo de garantir a sobrevivência através do uso de ritos e magias que, através dos seus intermediários especializados, tornavam possível participar no “sobrenatural”. O xamã era a pessoa capaz de ajudar a comunidade a enfrentar os problemas da vida quotidiana e, ao mesmo tempo, um adivinho, um curandeiro e um mágico do controlo do tempo, particularmente de provocar a chuva. O xamanismo tem subsistido nas áreas do mundo onde as religiões monoteístas ainda não criaram raízes.

O modo de produção feudal teve na Igreja a maior proprietária fundiária. A sua maior preocupação com uma economia essencialmente rural colocava-a, com o aparecimento e crescimento das cidades, numa situação de oposição com os interesses dos mercadores e dos artífices, tanto mais que, sob a influência do pensamento árabe, aparecem ideias novas que a Igreja considera como heresias. No seio deste pensamento teológico nasce um certo pensamento económico que oscila em torno de duas ideias principais: a condenação do juro e o justo preço, segundo o qual, para cada mercadoria existe um justo preço que se baseia principalmente no custos de produção.

Na Mesopotâmia, III milénio a. C., os deuses estavam associados à economia primária de cada cidade: havia o deus da água doce e dos pauis, o deus dos criadores de ovelhas, a deusa do cereal. As divindades encarnavam as forças da natureza e os corpos celestes, que tinham grande significado para a vida económica: céu, terra e água. Mais tarde, a plena identificação de um deus com uma cidade acarretou vivas rivalidades com importantes consequências. Os chefes políticos que aspiravam à união da região, encontravam nestes antagonismos um obstáculo à criação de um Estado regional integrado e assim procuravam criar uma divindade suprema. Hammurabi tenta instalar um deus da Babilónia, que absorvesse a identidade dos deuses associados a diferentes lugares.

Devido ao fraccionamento político do mundo grego e à inexistência de um clero organizado não se constituiu uma religião única dos gregos, surgindo um grande número de sistemas religiosos extremamente próximos mas não idênticos. Os reis, utilizando as tradições antigas orientais, fizeram os possíveis por implantar o culto real, servindo-se dos ritos religiosos para elevar a autoridade do poder político. Era uma das formas de nova ideologia na qual se fundiam as concepções antigas orientais acerca do carácter divino do poder real, o culto grego dos heróis e dos fundadores das cidades e as teorias filosóficas sobre a essência do poder real.

No I milénio a. C., os cultos e as divindades das diversas povoações começaram a fundir-se. No início da nossa era começa a difundir-se o cristianismo primitivo que correspondia inteiramente aos anseios e aspirações do povo simples. Inicialmente expandiu-se entre as camadas inferiores urbanas, mas gradualmente começaram a aderir indivíduos pertencentes a outras camadas sociais. Os cristãos que se opunham à ideia da natureza divina do imperador foram sujeitos a perseguições muito ferozes. No século IV, o império romano compreendeu a potencialidade do cristianismo como princípio unificador e a Igreja Cristã como instituição a partir da qual o império podia ser reorganizado. O cristianismo não tardou a assumir-se como religião de Estado. As comunidades cristãs tornaram-se organizações fortes, encabeçadas por bispos que administravam o tesouro engrossado através dos donativos dos imperadores e cristãos ricos.

O budismo, tal como aconteceria mais tarde com o islamismo, surge-nos intimamente ligado ao comércio. Com o comerciante seguia também o monge que, como missionário, era responsável pela difusão da religião em outras áreas tocadas pelo comércio. O budismo acabaria por se tornar num requisito necessário para a legitimação do poder, caracterizando-se por uma ligação próxima entre a Igreja e o Estado. O budismo chegou à China em meados do milénio anterior à era cristã e desempenhou o papel de factor ideológico activo no processo de feudalização da China e de toda a região do Sudeste Asiático. Quase imediatamente conquista as simpatias tanto das massas trabalhadoras como de certas camadas da classe dominante. A sua difusão favoreceu a intensificação das relações culturais internacionais entre a China, a Índia e a Ásia Central.

O eclectismo dos mongóis permitiu que várias religiões fossem praticadas e pregadas livremente no seu território, comprovando a possibilidade de coexistirem pacificamente. Este eclectismo religioso foi uma das origens da base universalista dos líderes turco-mongóis e teve como consequência a manutenção da paz entre os seus estados. Apesar da crueldade que acompanhou as conquistas, o fanatismo religioso era desconhecido dos mongóis. Entretanto, relatos lendários tinham a intenção de desenvolver o conceito do mandato celestial e da origem divina do clã de Genghis Khan. Tratava-se de uma política premeditada necessária ao “salvar a alma” dos seus povos subjugados, pertencentes a diferentes grupos étnicos e crenças. A atitude oficial dos Khans era a de acreditarem na existência dum só Deus, que deu aos homens caminhos diferentes.

O século VI assistiu à transformação gradual de Meca numa cidade caravaneira e num lugar sagrado. Meca dependia do comércio mesmo para o seu aprovisionamento; as actividades da cidade estendiam-se desde o comércio local até ao grande tráfico internacional. Os assuntos públicos de Meca eram tratados pelo concelho dos homens mais ricos e das famílias reconhecidas como “nobres”. Muitas peregrinações eram frequentemente combinadas com as feiras. A expansão do islamismo e a conversão de outros povos veio dar nova força e conteúdo à universalidade que esteve sempre implícita no forte monoteísmo, no qual o culto de Deus é exigido a toda a humanidade. Na Arábia, já no século XVI os milhares de peregrinos que se dirigiam a Meca impulsionaram a economia da região, pois gastavam muito dinheiro na compra de produtos alimentares, artigos de luxo, alojamento e transportes.

Na Índia, os mercadores muçulmanos estabeleceram-se em diversos portos da costa ocidental. Um aspecto importante do Islão na Índia foi a sua rápida avaliação de uma coexistência a longo prazo com o hinduísmo. A tendência monoteísta no hinduísmo já existia há muito.

O legado confuciano parece ter prestado uma valiosa contribuição às florescentes economias da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático. Pouco antes do início da era cristã, os cultos locais foram resolutamente reprimidos e substituídos por cultos iguais para todo o país. O fundador da teologia confuciana desenvolveu a ideia da origem divina do poder imperial, que tinha uma nítida orientação de classe.

Na África Ocidental professavam-se três cultos religiosos: as religiões tradicionais africanas, o islamismo e o cristianismo. A concepção monoteísta diferia de território para território, já que nessas regiões tal noção ainda não existia. Os mercadores, que traziam consigo os cultos do islamismo ou do cristianismo, tiveram de enfrentar movimentos ora de acomodação ora de conflito. Cedo se aperceberam que tinham de adaptar as suas religiões às práticas locais. Na África Oriental, as populações sentiam-se influenciadas pela riqueza dos negociantes árabes, pelo fausto dos seus príncipes. O islão torna-se uma força popular local, com excepção da Etiópia, onde foi introduzido o cristianismo.

Em África, entre os séculos XVI a XVIII, o panorama religioso apresenta um certo número de constantes: em primeiro lugar, o factor internacional teve um papel permanente na recomposição do panorama religioso; em segundo lugar, verificaram-se duas contradições estruturais, uma entre o pluralismo tolerante das religiões indígenas e o monismo exclusivo das religiões reveladas; em terceiro lugar, as alianças de natureza classista (comerciantes, aristocratas, elites intelectuais e religiosas, camponeses) e entre populações que estas classes geralmente representavam.

Entre os astecas, o sacerdote tem a missão de invocar a chuva e desempenhar um papel simbólico na interminável sucessão do ciclo agrícola. Na zona dos Andes, os sacerdotes eram especialmente instruídos nas mecânicas do tempo, na hidráulica e

noutros domínios do saber prático. Os incas, tinham uma religião solar que era estreitamente ligada ao poder imperial.

III PARTE – RELAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

A produção de qualquer bem ou serviço na sociedade representa, ao mesmo tempo, o estabelecimento de certas relações entre os homens tanto no processo de trabalho como no processo de produção, distribuição, intercâmbio e consumo dos produtos. Os meios de produção usados obrigam ao estabelecimento de relações sociais entre um produtor e os possuidores de matérias-primas ou dos instrumentos de trabalho. Não é o agricultor que fabrica a enxada ou o arado, nem o ferreiro que extrai o ferro das minas, como não é o tecelão que fabrica o tear. O camponês que procura o ferreiro para obter um arado entrega-lhe certos produtos da sua exploração ou o seu equivalente em dinheiro. Entrou em relações de produção com este artesão para obter os instrumentos de trabalho necessários à laboração. Por sua vez, o ferreiro terá de conseguir o ferro junto do fundidor e empregará na sua oficina alguns assalariados ou ajudantes. Sem o mercador ou o comerciante, o produtor não conseguiria vender as suas mercadorias. Por sua vez, estas não chegariam à mão dos consumidores sem a utilização de meios de transporte adequados.

É inegável que os indivíduos têm necessidade de entrar em contacto uns com os outros, sem o que a espécie humana não poderia subsistir. Mesmo quando organizada espontaneamente, a cooperação é inevitável entre os homens e indispensável à vida. Igualmente, as unidades económicas dependem, nas suas actividades, umas das outras, tanto para obter o que lhes é necessário para produção, como na comercialização do que elas próprias produzem. Com o despontar da produção mecanizada esta conexão entre os produtores torna-se permanente e mais organizada.

As relações económicas que se estabelecem através do processo económico podem constituir relações de cooperação e de auxílio mútuo entre indivíduos livres de

toda a exploração, mas podem também assumir o carácter de relações de subordinação de umas classes sociais por outras. Importa saber a quem pertencem os meios de produção: a terra, o subsolo, as florestas, os instrumentos de trabalho, as oficinas, etc. e, bem assim, as relações que mantêm entre si os homens (produtores e não produtores) no que diz respeito à apropriação das condições objectivas do processo de trabalho e à apropriação do resultado desse processo. Neste caso, as relações de conteúdo económico interligam-se com relacionamentos de conteúdo jurídico, político, ético e ideológico, eminentemente sociais caracterizados por constituírem relações entre classes sociais, aparentemente bilaterais e pessoais, mas de facto concretizadas através de meios generalizados de subordinação pessoal e material.

As relações de repartição, em economia, são representadas pelo processo de distribuição dos rendimentos disponíveis entre os grupos e os indivíduos e pela partilha das riquezas criadas no seio de um grupo social ao longo de um dado período. Cristalizam-se entre todos os sectores das classes privilegiadas, dos produtores directos e dos trabalhadores.

Com a caminhada milenar do género humano, as relações económicas e sociais vão-se tornando cada vez mais complexas, atingindo já um grau muito elevado de intensidade dentro dos sistemas pré-capitalistas. Entre outros factores, dependem da forma como se resolve numa sociedade concreta o problema da propriedade dos meios de produção e das classes sociais.

Certos tipos de relações económicas não resultam de factores objectivos impostos aos homens pelas circunstâncias em que vivem, mas emergem duma actividade humana mais ou menos consciente, acarretando inevitáveis consequências. É o caso, por exemplo, das manipulações monetárias que se verificam por meio da desvalorização da moeda metálica, provocando uma série de efeitos em cadeia sobre as acções das camadas e classes afectadas.

O conhecimento da evolução económica das sociedades revela que, em determinados períodos e regiões, são idênticas as relações sociais de produção, as instituições, a existência ou inexistência de classes sociais antagónicas, a propriedade dos meios de produção, colectiva ou privada, a forma de repartição dos rendimentos ou da apropriação dos excedentes.

1 – RELAÇÕES DE TRABALHO

1.1 – TRABALHO ESCRAVO

Por definição, um escravo é um objecto humano, propriedade absoluta do seu dono, não possui qualquer direito individual e não beneficia de qualquer protecção legal. A lei apenas se ocupa em assegurar a sujeição total ao seu senhor. A sua situação jurídica, social e cultural não passa da categoria de um objecto, podendo ser comprado, vendido ou legado em testamento. A condição de escravo exclui a existência de personalidade jurídica e, em consequência, os escravos permanecem à margem das relações sociais reguladas pelas leis comuns.

O grau de pressão económica e social atingia o máximo possível. A coerção física resultava na propriedade da pessoa do escravo e do facto de ele não possuir a mínima esfera de acção individual. Ao escravo não pertencia qualquer meio de trabalho e, por vezes, nem sequer os mais simples objectos de consumo. Não dispunha de

qualquer iniciativa no processo produtivo, pelo que não tinha qualquer estímulo. O senhor só lhe assegurava o mínimo fisiológico vital. Os escravos, embora transformados na prática em trabalhadores, não podiam participar das possibilidades de expressão concedidas a estes. Eram estabelecidos castigos aos escravos que fugissem dos seus donos. As sangrentas repressões estimulavam a rebelião que levava à fuga isolada ou colectiva. Por vezes, o desespero manifestava-se pelo suicídio, pela automutilação, pela sabotagem dos bens do patrão, pela sua destruição física, por envenenamento ou utilização de armas ou ferramentas disponíveis.

Uma das principais fontes de escravos foi, pelo menos no início, a captura de prisioneiros. Os escravos oriundos de outras tribos eram considerados como uma espécie de membros da família, subalternos e sem plenos direitos, a quem eram atribuídas as tarefas mais pesadas. Os vencedores, nas contínuas guerras inertribais e entre estados, reduziam os prisioneiros à escravidão. Os escravos eram também utilizados como tributos humanos entregues pelos povos vassalos

Surgiram também indivíduos que se tornaram escravos devido à impossibilidade do pagamento das suas dívidas. A escravidão dos camponeses e das suas famílias, juntamente com a confiscação do gado, era uma ameaça sempre presente quando não podiam pagar a renda ou os empréstimos. As classes dominantes, quando os escravos eram caros e pouco numerosos, procuravam escravizar os agricultores livres por meio de empréstimos usurários exigindo como penhor terras, casas ou mesmo membros da família. Por vezes, eram entregues indivíduos como escravos para pagamento de tributos ou de impostos em dívida.

A escravatura era também alimentada por indivíduos comprados e pelas crianças nascidas de mães escravas. Os próprios membros do clero aproveitavam o trabalho escravo, comprando ou vendendo esta mercadoria humana e aceitando-a em doação ou em testamento de fieis. Os habitantes empobrecidos chegavam a vender os filhos como escravos a fim de os salvarem de morrer à fome.

O estatuto de escravo podia ser accidental e não forçosamente permanente. A escravatura temporária surgia como uma forma de punição, na qual o acusado servia como escravo do seu acusador por um período de tempo específico.

As expedições longínquas constituíram na estrutura mercantil a principal fonte de alimentação dos mercados de trabalho escravo ao trazerem grandes quantidades de cativos, importados como qualquer outra mercadoria. O regime de escravidão era conseguido também pela acção de pirataria e dos corsários que actuavam com autorização real. Era hábito dos piratas fenícios capturarem homens livres com o fim de os venderem.

Com a adopção da produção agrícola os indivíduos capturados passaram a ser usados para vigiar o gado, iniciando-se o aproveitamento do homem como meio de trabalho e o nascimento duma primeira forma de escravismo. No desempenho das tarefas agrícolas, os escravos trabalhavam também na cultura da terra, nos lagares de azeite, na criação de gado, etc. O escravo passou a ser entendido, em relação ao seu possuidor, como um aparelho gerador de força e movimento utilizável na produção. Estava inteiramente privado da posse de instrumentos de trabalho e de meios de produção. O seu dono adquiria o direito de propriedade absoluta e praticamente sem qualquer limite. Podia apropriar-se de todos os bens produzidos e, em contrapartida, limitar-se a fornecer-lhe exclusivamente os bens indispensáveis à sua subsistência.

Exceptuando o seu emprego no serviço doméstico, o trabalho físico do escravo passa a estar sempre ligado à produção de bens. Esta situação pressupunha a existência dum detentor dos meios de trabalho e uma divisão de trabalho que reduz o escravo ao

emprego da força gerada pelos seus músculos no manejo das ferramentas necessárias à criação de bens.

Entre as actividades em que o trabalho escravo podia ser mais rentável estão a produção mineira e a execução de tarefas mais rudes em certas modalidades de trabalho artesanal. Os escravos eram utilizados nas minas e pedreiras, onde o trabalho era mais duro. Nas minas de prata da Hispânia, sob o domínio romano, chegaram a trabalhar cerca de 40 mil escravos. No trabalho realizado nas grandes oficinas o escravo precede a máquina na produção.

Como o trabalho de cada homem permitia criar um excedente de produtos acima do necessário para o consumo, era mais vantajoso não matar os prisioneiros, como se fazia antes, mas obrigá-los a trabalhar reduzindo-os à escravidão. Um escravo significava um acréscimo na força de trabalho usada nas plantações, na drenagem dos campos, nas minas ou nas cidades. A integração de escravos na instituição militar desempenhou um papel fundamental no sistema militar dos estados.

Um escravo doméstico nem sempre era mal tratado. O seu amo podia confiar-lhe um negócio ou ensinar-lhe um ofício. Muitos administraram mesmo a fortuna dos seus amos. Na utilização do escravo no trabalho intelectual ou de prestação de serviços, o senhor dispunha de poetas, cientistas, artistas, funcionários administrativos e chegava até a confiar a gestão e o controlo dos seus negócios a “gerentes escravos”. Por vezes, o estatuto dos escravos diferenciava-se, conforme a sua educação e a sua actividade, de acordo com as múltiplas funções que lhes eram atribuídas. Alguns tornavam-se agentes comerciais, ajudavam a administrar os negócios; outros alcançavam altas patentes no exército, na política ou na administração. Para o senhor, o trabalho era então considerado uma coisa desprezível!

Nas cidades, os escravos desempenhavam nos serviços públicos urbanos os trabalhos mais pesados, de maior sujidade e mais mal cheirosos, como a recolha de dejectos humanos. Como trabalhadores em obras públicas, eram utilizados no desbravamento de matas, aterros de pântanos, construtores de prédios, etc. Com o desenvolvimento da urbanização, muitos escravos empregados em trabalhos domésticos eram usados como um produto de luxo por camadas sociais médias ou personagens enriquecidas pela sua actividade política ou comercial.

Em quase todas formas de sociedades em que havia servidão, e em determinadas épocas, os escravos podiam conseguir a sua liberdade definitiva segundo regras estritas ou fundadas em usos ou costumes. Esta forma de libertação era denominada alforria. Por vezes, resultava dum testamento ou decisão dum senhor insolvente. Em certos casos o escravo podia resgatar-se a si mesmo ou ficar liberto indo para outra região. Quando as regras de alforria não estavam previstas, os costumes permitiam a venda fictícia a uma divindade ou à colectividade. Os escravos podiam ser libertos por várias razões: religiosas, humanitárias, pessoais ou económicas. No entanto, a relação entre o antigo escravo e o seu amo perdurava. A libertação do escravo dependia do dono, mas em determinadas condições e em troca duma determinada soma os escravos podiam comprar a sua liberdade, principalmente os temporários. Muitos escravos libertos desempenharam funções políticas e militares de grande importância.

O trabalho escravo contribuiu para o progresso quando os meios de produção eram bastante primitivos, mas converteu-se num embaraço à medida que a produção se tornava mais complexa. A partir de determinada fase, a escravatura com base na produção agrícola tornou-se cada vez menos habitual devido à sua ineficácia e despesa. Era difícil vigiar o labor do escravo, a sua produtividade era muito reduzida, pois o escravo não sentia o mínimo interesse pelo esforço que realizava, dado que nada revertia para si, quer produzisse mais ou produzisse menos, quer os produtos saídos das

suas mãos fossem mais perfeitos ou mais toscos. Tornou-se vulgar a escravidão ser suplantada pela servidão ou pela colocação do escravo na situação mais favorável de adstrito à terra ou até na de colono, podendo sair da exploração senhorial. Ao arrecadar a renda o senhorio conseguia obter um lucro superior ao extraído do trabalho do simples escravo.

Na antiga sociedade egípcia, os escravos eram estrangeiros, prisioneiros de guerra, marcados a ferro e, em parte, incorporados no exército. Trazidos das campanhas militares eram empregues no palácio ou nos grandes templos como moços de quintas. O número de escravos pertencentes a particulares não era significativo. Os escravos desempenhavam na economia um papel inteiramente acessório, não tendo então a escravatura um papel relevante como instrumento privilegiado de produção. O Egipto era um país de camponeses e não uma sociedade escravista.

Na Mesopotâmia, no II e I milénios a.n.e., começaram a existir leis reguladoras do estatuto dos escravos. Faziam-se algumas distinções entre os escravos prisioneiros de guerra e os nascidos nas casas dos seus donos, os comprados ou escravizados por endividamento. Nas explorações económicas pertencentes aos templos e nas casas comerciais trabalhavam centenas de escravos. No entanto, dum modo geral, a quantidade de escravos era inferior ao total de agricultores e artesãos livres.

Na Grécia, em meados do I milénio a.n.e., os escravos não tinham família, os filhos eram chamados crias e tornavam-se igualmente escravos. Por norma, eram capturados em acções militares ou como resultado de ataques piratas, entrando depois nos mercados especiais de escravos, onde eram vendidos. Eram também fornecidos por mercadores que os compravam já em situação de escravidão. A generalização do trabalho escravo acentuou o desprezo pelo trabalho manual e acabou por aviltar o trabalho da terra. Os homens livres podiam fazer-se substituir por escravos. Nas grandes propriedades da aristocracia os escravos chegavam a desempenhar funções administrativas.

No Império Romano, a facilidade com que eram adquiridos a baixo preço conduziu à preferência dos escravos à mão-de-obra livre. Era considerável o número de escravos que trabalhavam nos serviços domésticos. Grandes massas de escravos concentravam-se nas grandes herdades dos proprietários ricos. Porém, o seu trabalho exigia um cuidadoso controlo e a aplicação de medidas de coacção, dado que não se interessavam pelo resultado do seu trabalho, que era vigiado por capatazes, por sua vez controlados pelos donos das propriedades. Tal situação forçou muitos agrários a dividirem as suas propriedades e a entregá-las de renda em pequenas parcelas a camponeses colonos. Era impossível oferecer estímulos aos escravos. A sua utilização exigia uma mão-de-obra muito mais numerosa e dava lugar à permanência de técnicas primitivas.

Na China, no II e I milénios a.n.e., os prisioneiros de guerra eram normalmente mortos, mas esta prática terminou posteriormente com o aproveitamento do trabalho escravo na produção; as mulheres prisioneiras eram também utilizadas na produção, além dos trabalhos domésticos. Eram também escravizados delinquentes condenados ou crianças vendidas pelos pais em períodos de pobreza. As ofertas de escravos eram constituídas por indivíduos ou por famílias completas. O imperador era o maior proprietário de escravos e, para conseguir o maior número possível, lançava constantes guerras contra as tribos. Frequentemente os escravos eram oferecidos como presentes ou sacrificados.

As comunidades africanas estiveram sujeitas a uma escravatura de características e magnitude diferentes. Nas regiões onde a evolução económica estava avançada, como

em torno dos centros urbanos, a escravatura assumia um carácter de acentuada exploração; ranchos de cem a duzentos escravos pertenciam por vezes ao mesmo príncipe ou grande negociante. Por outro lado era frequente, os escravos viverem com as suas famílias como servos ligados a um domínio. Os escravos de guerra acabavam por passar, ao fim de algum tempo, a escravos domésticos e até a integrar-se na família. Os escravos predominantes eram os domésticos, mas gozavam de direitos semelhantes aos que assistiam aos homens livres. Em algumas tribos a escravatura era desconhecida, noutras quase não existia ou era menos notória, sobretudo em sociedades baseadas num sistema de linhagem. Na África Subsariana, século XVI, o sistema de escravatura interna era frequente nos regimes de controlo estatal, onde se praticava o tráfico de escravos tanto no interior como para o exterior.

Na América do Norte, durante o período da colonização, os escravos eram obtidos durante as lutas com as populações nativas, todos eram prisioneiros de guerra, instalados em acampamentos adjacentes e utilizados para produzir artefactos e reunir meios de subsistência para os seus donos. Na América Central e do Sul, a força de trabalho dos escravos de origem africana impulsionou fortemente a economia continental. O trabalho escravo utilizado constituiu um factor muito importante na criação de domínios agrícolas. Os escravos trabalharam nas plantações de cana-de-açúcar e nas empresas agro-industriais de fabricação do açúcar, nos campos de algodão, de café, nos arrozais e na cultura do tabaco. Em algumas regiões a percentagem dos escravos negros chegava a atingir mais de 40 % da população.

Em Portugal, durante o período de navegação nas costas atlânticas, a grande quantidade de cativos trazidos das costas africanas foram utilizados como remadores de galés e barcos de transporte, em serviços a bordo dos navios, em trabalhos portuários de carga e descarga, e até como intérpretes para facilitar o contacto com os povos nativos africanos.

1.2– TRABALHO SERVIL

A servidão e a escravatura caracterizam-se por duas semelhanças essenciais: os servos e os escravos herdaram o estatuto dos seus pais e transmitem-nos aos filhos; ausência total de liberdade pessoal. Porém, tudo as distingue quando se analisam as relações de produção ou as imunidades e os direitos de que gozam uns e outros. O servo era um trabalhador adstrito ao cultivo de terra alheia, com a obrigação de pagar ao dono rendas e prestar serviços, sem poder abandonar esse cultivo. Não dispunha de si mesmo, nem dos seus bens; não era propriedade do senhor, mas ficava vinculado ao solo. Embora não sendo escravo, o servo mantém-se submetido a uma dura exploração e a uma série de obrigações de carácter social que limitam a sua liberdade de tal maneira que nem o produto do seu trabalho, nem a sua força de trabalho são objecto de troca livre.

O trabalho servil é uma obrigação imposta por uma força coerciva apoiada pelo costume, por algum procedimento jurídico ou pela força militar. A produção do servo ultrapassava a dos escravos, entre os quais não havia qualquer incentivo. Os donos dos domínios senhoriais procuravam assegurar a renda máxima possível, deixando aos servos apenas o suficiente para sobreviverem. Os meios de subsistência das famílias camponesas eram obtidos do cultivo de pequenas parcelas que lhes eram concedidas pelos senhores. O tempo de trabalho do servo decompõe-se assim em duas partes: o tempo necessário para criar o produto indispensável à sua própria existência e da sua

família e o tempo adicional para criar o sobreproduto sob a forma de prestação de serviço ou renda paga em espécie ou em dinheiro.

O sistema de relações na servidão baseia-se na existência de grandes domínios agrários, pertencentes à aristocracia, que permitem aos seus donos explorar os camponeses, utilizando-os gratuitamente na sua reserva ou obrigando-os a pagar tributos em espécie ou em dinheiro. As características económicas deste processo foram idênticas em toda a parte: apropriação do domínio territorial; transformação de alguns escravos em servos; possibilidade de produzir um excedente de que os senhores se apropriam sob a forma de renda do solo; prestação duma corveia, sob a forma de trabalho no domínio senhorial, durante alguns dias da semana ou quando o senhor assim o entenda; pagamento de dízimas às instituições religiosas. Esta dinâmica insere-se num modo de produção baseado no pagamento permanente dum tributo.

Quando a renda em trabalho e em produtos se transforma em renda em dinheiro, ocorre uma mudança que altera as relações senhoriais com os camponeses que se vão tornando proprietários das suas terras, desenvolvendo aí uma produção agrícola própria com base na pequena propriedade. Esta transição era o início da tendência, que se iria verificar mais tarde, com a ordem senhorial a desintegrar-se e a enfraquecer sob vários aspectos.

Já no início da era cristã, nas regiões mais evoluídas, a produção só se podia desenvolver por meio de melhores instrumentos de trabalho, o que exigia maiores qualificações e mais iniciativa dos trabalhadores. À medida que a produção se tornava mais complexa e especializada, a fraca produtividade do trabalho escravo e servil convertia-se num embaraço. Tal fenómeno observava-se não apenas na agricultura mas também na actividade artesanal. A progressiva transformação do trabalhador servil em trabalhador com liberdade de movimentos, embora sujeito ao peso coercivo da posse senhorial dos meios fixos de produção e de diversos actos de pressão material, incentivava apesar de tudo o servo a esforçar-se para elevar os resultados obtidos, assumir iniciativas pessoais no processo laboral e a lutar para fugir à correspondente absorção senhorial dos excedentes obtidos, tendencialmente mais elevados.

Quando a terra que o camponês trabalhava era insuficiente para entregar ao senhor o montante da renda exigido e simultaneamente assegurar o mínimo de subsistência, o agricultor abandonava a terra a despeito dos esforços e da pressão senhorial para o ligar ao seu domínio. Os servos perseguidos nos campos pelos seus senhores migravam para as cidades onde tinham de se integrar numa comunidade diferente e organizada e de se submeterem à posição que lhes apontava a necessidade de trabalho, geralmente assalariado.

O desenvolvimento da produtividade agrária conduziu ao abrandamento ou desaparecimento dos laços de servidão típica. Os forais comunais consagravam aos moradores radicados nos concelhos a possibilidade de se libertarem das cadeias servis. Com o enfraquecimento do campesinato, os antigos servos passaram a constituir um proletariado sem terra, muitas vezes obrigados a trabalhar para os latifundiários ou indústrias locais, nominalmente com um contrato salarial livre.

No Egipto, as pessoas que trabalhavam nos domínios do rei, dos templos ou dos militares eram verdadeiros servos e não escravos. Tinham a sua habitação própria e estavam ligados à terra. Toda a produção de cereais era monopólio do Estado e o camponês devia devolver à administração central “casa do celeiro” a quantidade estipulada medida pelo agrimensor régio das zonas ceifadas. Apenas cerca de 10 % do produzido era retirado para a alimentação do cultivador e da sua família, para fazer pão e cerveja e para reserva de sementes destinadas à estação seguinte. Os camponeses

estavam adstritos à terra e ainda sujeitos a corveias. Não prestavam serviço militar porque os campos tinham de ser cultivados. Os camponeses constituíam a verdadeira espinha dorsal da sociedade e da economia egípcia.

Em muitas regiões da Europa Ocidental, entre os séculos VIII e IX, a escravatura foi em parte substituída pela servidão, sendo ocupado pelos servos o nível inferior nas relações de dependência e na escala dos estatutos jurídicos e sociais. As duas formas de dependência, escravatura e servidão, puderam coexistir ou justapor-se sem nunca se designarem realidades idênticas. Por volta do século XIV, os servos tornaram-se pouco a pouco rendeiros. Aos próprios senhores pareceu ser do seu interesse dar aos servos o estatuto de trabalhadores livres e procurar uma mão-de-obra independente. Porém, os camponeses não se tornaram legalmente livres, nem mais recompensados sob o ponto de vista económico.

Na Europa Oriental, no século XVIII, ainda os camponeses se encontravam ligados à terra de forma permanente, sujeitos a uma legislação senhorial ou eclesiástica. O dono era o senhor absoluto: decidia do número de horas de trabalho, fixava os impostos, decidia dos castigos. De facto, são pouco discerníveis os limites que separavam este género de servidão duma total escravidão, o que motivava revoltas frequentes dos camponeses. Com os métodos agrícolas a manterem-se primitivos, o nível geral de produção agrícola não podia melhorar.

Na África Ocidental, nos séculos XIII a XVI, a estrutura de produção agrícola era baseada essencialmente no trabalho servil, estando os servos submetidos a uma administração directa dos estados ou das tribos e ocupados na criação do gado e no cultivo de cereais.

1.3 – TRABALHO LIVRE E CONTRATADO

O conjunto dos camponeses livres, que anteriormente tinham passado por uma espécie de servidão generalizada, constituíam um importante grupo social, tinham a sua parcela de terreno atribuída, a sua casa, a sua exploração, instrumentos de trabalho. Trabalhavam, de geração em geração, em terras pertencentes ao Estado, a templos ou a proprietários privados, de quem dependiam no aspecto económico ou mesmo nos aspectos social e político. A autoridade central forçava as massas camponesas a produzir excedentes que se destinavam às classes dirigentes sob a forma do pagamento dum tributo pelo usufruto da terra e de bens fixos. Uma parte das colheitas ou do gado era entregue aos seus senhorios, assegurando a existência destes.

Os rendeiros que possuíam uma parte dos meios de produção utilizados na exploração agrícola tinham direitos e obrigações, por vezes fixados por contrato, para com o proprietário do solo e de outros meios de produção. Eram obrigados a dispor duma parte do produto do seu trabalho para pagamento duma renda às classes dominantes que podia atingir cerca duma sétima parte da colheita. Os rendeiros viviam, em geral, numa situação próxima da penúria e não dispunham de quaisquer reservas. Tinham a possibilidade de emigrar para regiões menos populosas e transformarem-se em colonos.

Estes trabalhadores constituíam uma classe plebeia que trabalhava nas terras usufruídas, que conseguia assim manter o estatuto de homens livres, mas que tinha de pagar direitos à aristocracia sob a forma de tributos em géneros, tecidos ou prestação de trabalho. Estavam sujeitos a uma série de obrigações económicas e legais, que os mantinham dependentes dos senhorios ou dos latifundiários. Alguns segmentos da população rural usufruíam duma certa autonomia, especialmente aqueles que

permaneciam ou se estabeleciam nas numerosas populações do interior, onde podiam controlar melhor os seus meios de produção.

A libertação dos vínculos de servidão contribuiu para ampliar o número de trabalhadores livres transformados em mão-de-obra flutuante ao serviço de empregadores rurais, passando a constituir a massa dos colonos e jornaleiros. Em situação semelhante encontravam-se os homens dos ofícios, os artífices, os pescadores ou os trabalhadores das salinas. Todos ocupavam uma posição bem demarcada, tanto no que respeita à natureza das suas actividades produtivas como no que se refere às relações económicas em que se integravam.

A transformação dos servos em camponeses livres precede a formação de municípios, mas verifica-se independentemente da sua organização. As liberdades concelhias exerceram um forte impulso no sentido de acelerar esta modificação, mas não foram a sua causa central. Para a libertação dos adstritos à terra contribuiu a pressão da burguesia mercantil, bem como a acção da classe dos artífices. O lento progresso do comércio exercia uma influência subsidiária, mas inevitável, no mesmo sentido.

O desenvolvimento extensivo das grandes propriedades levou ao estabelecimento duma nova relação entre senhores e trabalhadores rurais. Diferentes categorias de cultivadores espalharam-se na sociedade rural, sob a forma de rendeiros ou de trabalhadores contratados. Os camponeses não eram um grupo uniforme, iam desde o pequeno proprietário que cultivava a sua própria terra até ao desprotegido jornaleiro que alugava os seus braços ao vizinho rico da aldeia.

Com a colonização, partiram para as Américas, ao lado dos colonos independentes, trabalhadores contratados por um certo período de tempo. Estes contratos orais ou escritos, eram umas vezes voluntários outras forçados, como meio de escapar à prisão por dívidas ou outros motivos. Quando o contrato terminava juntavam-se aos colonos livres.

1.4- TRABALHO COMPULSIVO OU FORÇADO

Chama-se corveia a obrigação compulsiva de prestação de trabalho, por parte de servos ou homens considerados como “livres”, usada como meio de assegurar as construções colectivas e a sua manutenção. Grandes empreendimentos, como estradas, pontes, obras de irrigação, condutas de água, palácios, templos e outras edificações, eram executados por homens recrutados para trabalhar em regime de corveia. Além disso, os agricultores eram sistematicamente mobilizados para prestar serviço militar obrigatório que, devido às guerras incessantes, afastava da produção uma parcela da população masculina livre.

Os serviços obrigatórios prestados às classes dominantes ou aos seus representantes incluíam, com frequência, os serviços pessoais no complexo senhorial, trabalho pessoal directo e gratuito prestado pelos camponeses e seus familiares. Estes chegavam a ter a obrigatoriedade de pescar nos rios e entregar o produto dessa actividade ao representante do soberano.

Nos países colonizados, a instituição do trabalho forçado constituiu um sistema generalizado de recrutamento e de exploração da mão-de-obra. Os habitantes locais eram obrigados a fornecer um certo número de dias de trabalho sem qualquer contrapartida.

No Egipto, até meados do II milénio a.n.e., nas terras do faraó e da aristocracia, o sistema de corveia estava organizado de tal forma que mesmo os empreendimentos

públicos mais complicados podiam ser efectuados sem prejudicar o cultivo das terras agrícolas. Na Mesopotâmia, no I milénio a.n.e., a população considerada livre era mobilizada para trabalho nos domínios reais ou para executar processos produtivos de maior complexidade.

Na China, século XVI, as mulheres eram colocadas com frequência em trabalho compulsivo, chegando a ser alugadas a terceiros. Os condenados a trabalhos forçados eram utilizados como mão-de-obra em domínios ou em oficinas do Estado.

No Japão, século XVII, os metais preciosos, ouro e prata, eram extraídos por reclusos e o seu trabalho era conhecido como “trabalho forçado”. O trabalho tornava-se apenas numa servidão de natureza penal sem motivação e inevitavelmente com uma produtividade muito baixa.

No século XVI, nas Caraíbas, com o regime colonial, o trabalho de batear o ouro era realizado por mulheres, desde madrugada até ao entardecer, num regime de trabalho forçado não pago, o que reduzia consideravelmente os custos de produção. Na América do Sul, a economia colonial baseava-se no emprego de trabalho declarado compulsório na indústria mineira. Na realidade o sistema era também aplicado em muitos outros sectores da actividade económica: construção urbana, indústria têxtil e outras.

Na América do Norte, com a exploração do tabaco, os colonos empreenderam uma impiedosa exploração de trabalho forçado, assente num sistema contratual firmado com trabalhadores europeus, que os obrigava a trabalhar para um proprietário, por um período de quatro a sete anos, em troca duma passagem para a América e a promessa de cedência de terras no fim do contrato.

1.5 – TRABALHO ASSALARIADO

A formação duma classe de assalariados resultou, numa primeira fase, da emancipação dos servos então adstritos à terra. Os servos em fuga deslocavam-se, isolados ou em grupos, para as cidades e aí se submetiam à posição social que lhes era determinada pela imperiosa necessidade de arranjar trabalho. Uma parte da mão-de-obra assalariada era inicialmente constituída por membros das famílias rurais que passaram a exercer profissões não agrícolas nos concelhos urbanos. Porém, existiam também trabalhadores assalariados provenientes de grupos de indivíduos que se encontravam na escala mais precária da população ou que eram recrutados compulsivamente entre as famílias camponesas mais pobres.

A burguesia rural, constituída por camponeses mais desafogados e dispendo de terrenos de maior dimensão, começou a contratar numerosos trabalhadores rurais como assalariados. Esta burguesia carecia de pessoal para as fainas nas suas lavouras, o que conduziu à tomada de medidas coercivas para recrutar trabalhadores assalariados entre os pequenos produtores rurais que tinham sido reduzidos à qualificação indistinta de jornaleiros. Os factores concretos determinantes desta pressão apontaram para a criação de condições favoráveis à espoliação duma parte da população rural, retirando-lhes a posse de quaisquer instrumentos de trabalho ou negando-lhes a possibilidade de aproveitar os meios naturais de produção, como a terra e outros bens a ela associados. As funções exercidas por estes trabalhadores eram generalizadas ou determinadas e definidas por um começo de divisão de trabalho na agricultura. Nas grandes unidades económicas, sobretudo as pertencentes aos templos, grupos de assalariados, que chegavam a atingir centenas de homens, trabalhavam todo o ano ou apenas no período das colheitas.

Só esporadicamente os artesãos utilizavam mão-de-obra fornecida por indivíduos a quem tinha de pagar um salário. Ainda, por volta do século XVI, os trabalhadores das oficinas artesanais eram pagos segundo as suas qualificações, as suas técnicas, a quantidade produzida e qualidade dos seus produtos. Nesta época, o mercado de trabalho começou a ganhar forma e, no século seguinte, existiam já muitos artesãos em busca de trabalho. Nas zonas urbanas, com o desenvolvimento dos diversos ramos de produção artesanal, sobretudo têxtil, chegaram a funcionar oficinas com pessoal em grande parte assalariado. Nas corporações de artífices, os trabalhadores que não dispunham de meios e instrumentos de trabalho, assumiam-se como assalariados e eram mal pagos. A multiplicação dos aprendizes, incentivada pelo domínio do capital sobre a produção, servia para aumentar o número dos que estavam destinados a ser, toda a vida, assalariados.

Os armadores da marinha mercante recorreram de forma crescente a trabalhadores assalariados. Os transportes marítimos constituíram na estrutura mercantil uma excepção no que concerne à utilização de pessoal assalariado, pois nas embarcações reinavam já relações de índole capitalista, muito antes de ocorrerem na própria indústria.

A procura crescente de assalariados adquire maior dimensão com o crescimento económico em paralelo com o incremento da influência da burguesia junto do poder central. O trabalho assalariado no comércio não teve uma projecção significativa.

Os trabalhadores assalariados ficam com a “liberdade” de poderem vender a sua força de trabalho, facto que a transforma numa mercadoria trocada por um salário. Perante o costume ou a lei estabelecida, o trabalhador é livre de escolher ou mudar de patrão. Porém, a sua liberdade é apenas aparente, pois na realidade encontram-se sujeitos às relações económicas e sociais características do sistema capitalista. Era frequente a intervenção dos Estados na regulamentação do trabalho assalariado e, bem assim, na fixação de salários máximos ou mínimos, conforme a conveniência dos empregadores. Aliás, os salários mínimos só eram fixados em circunstâncias específicas, como épocas em que a inflação rápida dos preços tornava obsoleta qualquer limitação ou eram tão baixos que ameaçavam provocar o êxodo rural.

Com o crescimento da técnica e da concentração do capital necessário para concretizar uma actividade económica, restava aos pequenos produtores rurais, aos artífices e até aos mercadores menos abastados, uma ocupação que não requeria a disposição destes factores. Criou-se o embrião duma classe de trabalhadores que se vê obrigada a vender a sua força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência. Isto não significa que, nos séculos XVI ou XVII, o proletariado já constituísse uma parcela importante da população. Uma boa parte do trabalho assalariado era ainda executado por aqueles que mantinham uma ligação à terra ou ao mester, embora frágil e precária. Só no período da Revolução Industrial é que, na Europa Ocidental, o semiproletariado rural viria a ser activamente retirado da terra. Vencidos os obstáculos à sua deslocação da aldeia para a cidade, só então a indústria capitalista pôde atingir a sua maturidade.

Na Europa, século XVIII, o início da industrialização esteve na origem efectiva da formação dum proletariado, constituído por trabalhadores assalariados, que viviam dos frutos do seu trabalho nas minas, nos transportes ou nas indústrias transformadoras. O contacto constante dos seus elementos nos espaços restritos das fábricas ou dos navios, e o facto de viverem próximos uns dos outros em bairros operários, contribuiu para o aparecimento rápido duma consciência de classe que depressa conduziria ao desempenho dum papel preponderante na defesa dos seus interesses e à participação em movimentos organizados de protesto social. O desenvolvimento industrial provocou um

acréscimo do proletariado urbano indispensável às pequenas e às grandes indústrias e mesmo às empresas comerciais. Progressivamente, estes trabalhadores deixaram de ser trabalhadores especializados, de possuir instrumentos de trabalho e de beneficiar da protecção das corporações. Nas áreas industriais, a política tendente para a baixa de salários favoreceu o sector empresarial. Foram fixadas taxas máximas de salários e estabelecidas duras condições proibitivas de greves.

1.6 – TRABALHO ADMINISTRATIVO E INTELECTUAL

Com o desenvolvimento económico e social cresce também o papel dum estrato social autónomo que se caracteriza precisamente pelo carácter intelectual predominante na sua actividade. Compõe-no os tabeliães, lentes da universidade, advogados e juizes, físicos, boticários e, também, o pessoal administrativo dos órgãos de soberania, dos templos e dos concelhos. Alguns destes grupos de funcionários possuíam grande prestígio pessoal e eram bem recompensados, uma vez que detinham um conhecimento técnico bastante difícil de alcançar, indispensável à manutenção dos palácios, dos templos e, mais tarde, das empresas. Muitos escreventes profissionais, graças ao saber que adquiriram, eram designados para desempenhar tarefas subalternas dos governos. Alguns cidadãos livres de nascença, embora possuindo terras, preferiam concorrer ao aceder a funções públicas, na banca ou no comércio, nas profissões especializadas, assim como na pequena indústria.

Enquanto a ciência e o ensino permaneciam como privilégio do clero, a actividade intelectual não usufruía de suficientes recompensas materiais. Em particular, os professores não podiam receber honorários, pois a sabedoria era considerada como um dom divino. Apenas podiam receber presentes, como reconhecimento pelos ensinamentos prestados. Com o desenvolvimento das escolas urbanas e a crescente procura de homens instruídos, o ensino adquiriu direito de cidadania e de recompensa ao lado dos outros ofícios.

Não faziam parte da classe senhorial, como é óbvio, aqueles que efectivavam um labor produtivo directo, nem aqueles cujo trabalho que embora socialmente útil, só parcialmente era considerado produtivo. Estas camadas da população não retiravam os seus rendimentos da absorção de parte da riqueza total, desligada duma intervenção directa na actividade produtiva. Com o aparecimento de antagonismos gerados no meio social entre grupos com posições diferenciadas no processo produtivo e no processo de distribuição das riquezas criadas, desenvolveu-se também o antagonismo entre o trabalho manual e intelectual, que se reflectiu na atribuição duma dignidade recusada ao trabalho físico.

No Egipto, os faraós, como chefes de governo, rodeavam-se de administradores aos quais podiam ser confiadas tarefas de poder executivo. Estes emissários eram designados como representantes do soberano nas províncias. O corpo de funcionários administrativos era recrutado em grande parte entre as fileiras dos clérigos. Aliás, sacerdotes e funcionários ligados aos templos locais estavam reunidos numa organização sacerdotal única. O seu poder adquiria uma amplitude tal que, na prática, chegava a suplantar a autoridade divina do faraó.

Na China, século II a.n.e., foi constituído um tipo de funcionários que deviam possuir determinadas características como: homens de boa sociedade, letrados, familiarizados com as obras de Confúcio, geralmente providos de propriedades bastante importantes. Teoricamente, eram escolhidos sem discriminação social, pela sua

competência e por meio de métodos, que mais tarde vieram a ser sistematizados sob a forma de exames de Estado. Estes burocratas detinham a exclusividade das minuciosas técnicas administrativas e do sistema de escrituração. Homens da nova classe dirigente acabaram por constituir um grupo social meio fechado, que desempenhava as suas funções, não pela ascendência nobiliárquica, mas pela sua competência ou protecção. No século XVI, os mandarins, altos funcionários civis ou militares, e os seus colaboradores privados pertenciam a uma classe privilegiada, que gozava dum elevado estatuto social e dispunha de grande influência. Eram seleccionados entre os candidatos bem sucedidos em exames oficiais, embora houvesse casos de pessoas que chegaram a mandarins através de pagamentos, recomendações ou por hereditariedade.

Na Europa, século XVI, a centralização progressiva engendrou um sistema baseado na formação duma classe burocrática. Os serviços do Estado dependiam dum pessoal especializado na administração, considerado competente e experimentado. Estes burocratas chegavam a ter lugar na corte, nas chancelarias, nas finanças e mesmo no exército.

Na América colonizada subsistia a discriminação social entre os próprios funcionários administrativos. Os funcionários nascidos nos países colonizadores, embora pouco numerosos, constituíam as classes superiores, seguidos dos já nascidos nos novos continentes e, finalmente, os mestiços e os nativos.

1.7 – DIVISÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL DO TRABALHO

Os progressos tecnológicos, resultantes do aparecimento de novos instrumentos de trabalho ou do aperfeiçoamento dos existentes e a elevação da habilidade do seu manejo, foram acompanhados dum acréscimo de produtividade e do avanço da divisão técnica e profissional do trabalho. O aumento da densidade ou do volume do trabalho obriga a um aumento da divisão do trabalho dentro das unidades produtivas, sejam elas oficinas, empresas ou entidades administrativas. A noção de divisão do trabalho designa o facto de os homens e os espaços económicos se especializarem cada qual num número limitado de actividades diferentes.

A divisão técnica do trabalho permite a especialização dos trabalhadores em determinadas actividades e a separação dos diferentes tipos de funções laborais dentro duma determinada unidade económica, de forma que aumente a sua eficácia pela acumulação de experiência e desenvolvimento da sua habilidade. O trabalho reparte-se em actividades complementares e entre indivíduos ou grupos especializados. As tarefas parciais visam compor um corpo único, contribuindo cada uma para o produto final. A divisão técnica predetermina as relações de intercâmbio de actividades entre os seus componentes e identifica a forma de apropriação dos recursos e das condições de produção.

A divisão profissional do trabalho deu origem a uma diversificação de necessidades e de funções que envolveram a multiplicação da actividade dos serviços e gerou uma série vastíssima de relações económico-sociais. Dentro de cada actividade profissional surgem divisões em sentido vertical ou horizontal, aparecendo profissões que podiam ir desde a obtenção das matérias-primas e combustíveis, passando por trabalhos intermédios, até aos artesãos que efectuavam as últimas operações e davam o produto por acabado.

Na agricultura, além da divisão entre a vida agro-pecuária, silvícola e as restantes formas de produção, são visíveis certos aspectos da divisão técnica do trabalho. É de admitir a existência de agricultores em tarefas complexas como a poda, a enxertia, a

criação de gado, a produção de queijo ou a moagem. Ergueram-se profissões distintas e ramos de labor artesanal para fabrico de novos meios de produção, como o fabrico de moinhos ou o desempenho da actividade moageira. O envolvimento do uso do ferro aplicado nas enxadas e nos arados deu lugar à manufactura de alfaías agrícolas e à sua comercialização. Começa a empregar-se a energia animal no trabalho da terra e no transporte.

A diferenciação dos ramos de produção artesanal acentuou a divisão profissional de trabalho num certo número de sectores. Tal diferenciação assentava no progresso dos instrumentos de trabalho, o que implicava um avanço da habilidade e capacidade dos artesãos. O labor dos artífices vai-se salientando e autonomizando: actuando sobre matérias-primas, aperfeiçoando-as ou transformando-as para fabricar utensílios e outros bens; concorrendo para a satisfação das necessidades correntes da população; pondo à disposição do sistema produtivo os mais diversos instrumentos.

A instalação dum sistema mecânico motiva uma série de diversos processos graduais que são efectuados por uma cadeia de máquinas de espécie diversa, mas que se completam umas às outras. Aqui aparece a cooperação, através da divisão do trabalho, em conjunto com uma combinação de máquinas de trabalho parcelar.

As empresas organizam a repartição de tarefas entre os assalariados no quadro dum processo de produção que é imposta a indivíduos com diferentes graduações de funções. À divisão de trabalho horizontal, entre trabalhadores do mesmo nível hierárquico, opõe-se uma divisão em sentido vertical na qual alguns trabalhadores dispõem dum grau de iniciativa e poder muito desigual.

A existência de actividades especializadas só é possível numa sociedade estruturada, com capacidade para preparar as matérias-primas, a sua transformação em produtos acabados e a sua posterior distribuição. A especialização profissional desempenhou um papel importante na transformação das estruturas sociais: aumentou as oportunidades de sucesso económico e avanço social com o reconhecimento do valor individual mais depressa do que a posição social. Uma nova classe de técnicos altamente especializados acabou por se formar, gozando de salários mais avultados e dum prestígio social considerável.

Em áreas mais desenvolvidas, formam-se novos ramos de actividade e dentro de cada um ocorre uma certa elevação da especialização. A divisão da economia em sectores e em ramos de produção reflecte-se na divisão técnica e profissional do trabalho. Os produtores concentram-se em determinados ramos e classes de produção. Esta divisão acentuou-se com a formação de áreas profissionais separadas das actividades preexistentes ou devido ao aparecimento de novas profissões.

1.8 – DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho é o modo como se distribui o trabalho nas diferentes sociedades ou estruturas sócio-económicas e que surge quando grupos de produtores realizam actividades específicas em consequência do avanço dum certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades. Com a determinação de funções para as formas variadas e múltiplas do trabalho constituem-se grupos sociais que se diferenciam de acordo com a sua implantação no processo de produção. Tais grupos correspondem ao estatuto que adquirem dentro da sociedade e ao trabalho que executam.

Numa fase inicial, a divisão do trabalho limitava-se a uma distribuição de tarefas entre homens e mulheres ou entre adultos, anciãos ou crianças, em virtude da força

física, das necessidades ou do acaso, sem que tal conduzisse ao aparecimento de grupos especializados de pessoas com os seus próprios interesses ou características, não originando portanto diferenças de natureza social.

O desenvolvimento da agricultura originou profundas divisões sociais no trabalho. Os arroteamentos florestais, os grandes saneamentos de zonas pantanosas, a introdução de pesados instrumentos agrícolas, a lavra da terra com a ajuda de animais de tracção, tornaram-se trabalhos demasiado pesados que acentuaram uma separação de actividades entre homens e mulheres, com a concomitante passagem do matriarcado ao patriarcado.

Esta mudança abriu uma brecha na organização gentílica e reflectiu-se na posse dos bens materiais. A família adquiriu a característica de uma unidade de produção e de transmissão hereditária de bens entretanto acumulados. A divisão social do trabalho entre os sexos tornou-se muito nítida. Os trabalhos domésticos foram-se transformando em ofícios especializados e as mulheres, sobretudo a partir da introdução do arado, terão deixado o trabalho agrícola mais pesado e dedicado mais à horticultura, à recolha de frutos e plantas comestíveis, criação de animais domésticos, à fiação, tecelagem e olaria, actividades concretizadas em áreas muito próximas dos próprios locais de residência. As mulheres ficaram assim excluídas duma participação activa na vida social e política, situação que ocorreu em todas as civilizações. Não gozavam de qualquer dos privilégios políticos conferidos pela cidadania, não participando em assembleias, na magistratura ou em qualquer posição social comparável. É claro que havia diferenças entre as mulheres escravas, as mulheres de homens livres ou as de membros de nível elevado da sociedade. Mas, mesmo nestes casos, em que as mulheres nada produziam e gozavam de condições materiais excelentes na sua vida quotidiana, a sua existência desenrolava-se meramente num contexto dum sistema de vida patriarcal.

As tribos que povoavam territórios dotados de ricas pastagens tendem a abandonar a agricultura e a dedicar-se à criação intensiva de animais, originando a formação de comunidades nómadas. À medida que se desenvolve a actividade agrária, destacam-se as tribos com actividades exclusivamente pastoris. Esta separação contribuiu para elevar sensivelmente a produtividade do trabalho e criou as premissas materiais para o aparecimento da propriedade privada.

A ocupação de todo o tempo de alguns indivíduos na actividade agrícola impede que se dediquem simultaneamente a produzir os instrumentos e os artefactos que lhes são necessários. O uso de novos instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados e complexos determina uma especialização que contribuiu para o aparecimento dos artesãos, indivíduos dedicados exclusivamente ao seu fabrico e manutenção. Surgem assim artífices independentes que ocupam a totalidade do seu tempo na criação desses meios de produção, que depois terão de trocar por géneros alimentícios. O desenvolvimento destas actividades especializadas culmina na separação entre o artesanato e a agricultura, que conduziu à intensificação das trocas directas internas e, posteriormente, das trocas indirectas através do mercado e, por fim, ao aparecimento da actividade mercantil. Esta especialização do trabalho tende a alargar-se à pesca. O papel dos agricultores-pescadores tende a diminuir para aumentar o de profissionais voltados exclusivamente para esta faina, quer na água doce, quer no mar.

À medida que aparecem profissões diversificadas, acontece que os indivíduos mais concentrados num determinado tipo de actividade têm de recorrer à troca daquilo que produzem pelos objectos que eles próprios não produzem, mas de que precisam a fim de satisfazer as suas necessidades profissionais, além das individuais ou familiares. A intensificação do intercâmbio entre estes grupos de produtores especializados, a formação de excedentes e a entrega de tributos em dinheiro às classes com um estatuto

dominante, ampliou a necessidade de produzir artigos destinados à troca, dando lugar à produção com um propósito mercantil e à formação duma classe de mercadores.

A divisão do trabalho desencadeada pelo incremento da actividade comercial, ligada à ampliação das actividades transformadoras e da navegação, deslocou o centro dos interesses económicos do interior para o litoral. Ao lado da divisão entre agricultores, artesãos e mercadores, passou a existir uma outra, entre trabalhadores rurais e citadinos, que corresponde, total ou parcialmente, à oposição entre o campo e a cidade. Na estrutura urbana observa-se uma distinção entre sectores comerciais, administrativos, culturais, transportadores, artesanais e até agrícolas, fenómeno com menor relevância nos meios rurais.

A divisão social do trabalho manifesta-se também entre trabalho mental e material. O processo geral alcançado a nível bastante elevado de separação entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, levou ao surgimento duma elite que escapava ao quadro dos interesses dos diferentes estados.

As distintas fases de desenvolvimento da divisão social do trabalho contribuíram para elevar sensivelmente a produtividade do trabalho e criar as premissas materiais para o aparecimento da propriedade do solo, da apropriação dos meios e dos produtos do trabalho. Contribuíram igualmente para tornar mais consistente a existência de sociedades baseadas na divisão entre classes dominantes e classes subordinadas.

Sob o capitalismo, a produção especializa-se e tem como objectivo exclusivo a obtenção de lucro. A divisão social do trabalho desenvolve-se espontaneamente, com o avanço desigual dos diferentes ramos de produção, acompanhado duma luta constante competitiva e duma desordem e dissipação do trabalho social. Os limites das economias nacionais são ultrapassados pelo desenvolvimento do comércio internacional, circunstância que dá lugar a uma divisão internacional de trabalho.

1.9 – DESEMPREGO

Considera-se como população desempregada o conjunto das pessoas que, pertencendo à população economicamente activa, não se encontra a trabalhar mas está à procura de emprego incorporando-se no mercado de trabalho. É um fenómeno característico da existência de trabalho assalariado no modo de produção capitalista.

As profundas mudanças verificadas na área agrícola, a emigração para a cidade de rendeiros e jornaleiros, combinada com a subida de preços, colocaram pela primeira vez de forma aguda o problema do desemprego. A estrutura senhorial esforçava-se por colocar a população potencialmente activa a fim de contribuir para a renda, provindo os indivíduos de meios de subsistência. Os jornaleiros, que trabalhavam nas cidades fora das corporações ou no campo, podiam estar sujeitos ao desemprego provisório, mas não tinham dificuldade em encontrar nova colocação. O desemprego era, até então, um facto anormal só possível de acontecer com aqueles que tinham cortado com o seu meio e optado pela vida de mendigo, aventureiro ou vadio. Mas esta situação mudou radicalmente a partir de meados do século XVI, com a fuga dos camponeses, a subida dos preços, o trabalho assalariado, o poder aquisitivo dos salários, suscitando um gravíssimo desequilíbrio social. Nas cidades e pequenos centros rurais passaram a existir grupos, por vezes bastante numerosos, de pessoas sem emprego, desprovidas de meios ou inaptas para um trabalho regular.

No sistema capitalista o desemprego é um fenómeno sócio-económico inevitável e, por vezes, intencionalmente alimentado. Uma parte da população não encontra emprego na produção e torna-se relativamente excedente, formando um exército de

reserva que permite a redução do preço da força de trabalho e, consequentemente, o aumento da mais-valia e dos lucros. A ruína dos pequenos produtores, a utilização do trabalho feminino e infantil, o crescimento natural da população, o abrandamento local ou temporário duma actividade económica, a introdução de novas máquinas ou métodos de produção, tiveram como efeito um aumento da oferta de mão-de-obra acompanhada pela diminuição relativa da procura global no mercado de trabalho.

2 – RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

2.1 – PRODUÇÃO DOMICILIÁRIA

A produção domiciliária realiza-se em duas áreas diferentes: uma, no seio das famílias ou comunidades directamente intervenientes no processo produtivo; outra, com o desenvolvimento da produção industrial, a produção domiciliária transforma-se num departamento externo das fábricas, denominado “sistema de encomendas caseiro”.

Na produção domiciliária familiar, as relações de parentesco assumem funções inerentes às relações sociais de produção. Os familiares organizam o processo de trabalho, determinam o acesso às condições de produção e o acesso ao produto social. Verifica-se uma correspondência e um acordo entre os dois pólos das relações da produção: por um lado, a organização e cooperação no processo de trabalho e, por outro, a apropriação comum e não exclusiva dos recursos. Na produção familiar ou comunitária dirigida para a satisfação de necessidades próprias, as diversas coisas apresentam-se como produtos de consumo e não como mercadorias. Os diversos trabalhos que dão lugar a estes produtos são funções do agregado, o qual possui uma divisão de trabalho própria, regula a repartição entre os seus membros e o dispêndio de tempo. Por exemplo: o cozimento do pão tem sido uma das actividades regulares das famílias ou das comunidades; homens, mulheres e crianças ocupam-se da fiação e tecelagem manual e do fabrico de cestos, artigos indispensáveis à vida quotidiana, durante o tempo de interrupção do trabalho do campo. Estes trabalhos têm sido considerados como ofícios tradicionais e são na sua origem efectuados principalmente por mulheres.

Os trabalhadores domiciliários encontram-se aparentemente libertos de qualquer dependência em relação ao dono da terra ou ao mestre da oficina artesanal. O seu trabalho apresenta-se sempre referido a actividades concretas e enquadrado em relações sociais específicas. Assume em geral a característica dum trabalho familiar ou comunitário colectivo, que se efectua em colaboração com outros elementos do agregado, constituindo um todo organizado e unido. Estes produtores, ligados à terra que cultivam por sua iniciativa ou ao mesteiral, detêm a posse dos meios necessários à realização do seu trabalho, com excepção dos bens imobiliários, como a terra, os fornos, os armazéns ou até a habitação e, por vezes o gado, e dispõem das condições mínimas indispensáveis à produção dos meios de subsistência,

O artífice, a trabalhar no seu domicílio, fabrica objectos com a matéria-prima que lhe é entregue mediante um salário que representa, em parte, o preço da sua força de trabalho. O mesteiral era um artífice individual que actuava manualmente sobre as matérias-primas que, em geral, lhe eram fornecidas, afeiçoando-as e transformando-as para fabricar utensílios e outros bens. Contribuía para a satisfação de necessidades correntes e essenciais de toda a população; criava elementos aplicados na construção de casas, igrejas e outros edifícios; punha à disposição do sistema produtivo instrumentos

de trabalho e até pequenas embarcações. Alguns destes tarefeiros não se encontravam ligados às suas comunidades de origem, exercendo a sua actividade duma forma itinerante.

Na Europa Ocidental, inicialmente na Inglaterra, os trabalhadores domiciliários ficam sujeitos a uma exploração acrescida que envolve todas as pessoas da família, incluindo jovens do sexo feminino e até crianças. A indústria doméstica subordinou-se ao controlo do capital e o artífice produtor perdeu grande parte da independência económica que antes usufruía. A sua posição começava a aproximar-se da dum simples assalariado. Quando soa a hora da introdução da maquinaria rapidamente se assiste à colocação do trabalho domiciliário disperso na dependência do funcionamento fabril. Cria-se assim um exército industrial de reserva sempre disponível, sujeito durante uma parte do ano a intensa exploração e durante outra parte reduzido à falta de trabalho ou desemprego temporário.

2.2 – PRODUÇÃO EM PALÁCIOS E TEMPLOS

O trabalho no domicílio das classes dominantes era realizado no palácio dos soberanos ou da aristocracia, nas dependências anexas aos templos ou no domicílio de grandes famílias burguesas. Neste caso, as relações económicas e sociais centram-se entre os produtores e as classes a que estão subordinados ou instituições de que dependem

O trabalho era efectuado por escravos e servos, mas também por trabalhadores livres, em geral mulheres e crianças. As próprias famílias eram obrigadas a fornecer trabalho grátis no domicílio do senhor e a sujeitar-se a toda a espécie de serviços suplementares; as mulheres fiavam e teciam na oficina do senhor e as crianças eram utilizadas como criados domésticos.

As reservas do soberano ou senhoriais eram constituídas por sectores explorados directamente pelos seus titulares. Estes controlavam de forma directa e imediata as instalações permanentes: umas, destinadas a celeiro, onde se recolham os cereais e demais produtos entregues pelos agricultores como rendas em géneros; outras, destinadas a habitações do pessoal, estábulos, adegas com as suas prensas e currais para os animais próprios do senhor. Alguns camponeses que viviam em comunidades rurais ou mesmo na cidade estavam ligados ao núcleo económico do “paço senhorial” por uma relação tributária, representada por uma obrigação compulsiva de prestação gratuita de trabalho. Os artesãos trabalhavam também no interior da organização do palácio, recebendo matérias-primas de origem distante e de alto valor como madeira e marfim, metais e pedras preciosas.

Muitas instituições aristocráticas dispunham de explorações agrícolas próprias que envolviam a exploração pecuária e culturas arvenses, como vinhas e oliveais. Por vezes, mantinham oficinas artesanais e chegavam a exercer actividades industriais com características monopolistas.

Os templos, além dos locais de culto, compreendiam edifícios exteriores como celeiros, armazéns, estábulos e oficinas. Os diversos organismos eclesiásticos detinham, além das terras, instrumentos de produção, como moinhos, fornos, prensas, lagares, adegas, celeiros, ferrarias, marinhas, pesqueiros, coutadas de pesca e caça. Possuíam ainda outros bens como casas de habitação, balneários, estalagens, centros de comércio, etc. Nos mosteiros, os frades dirigiam a produção pecuária, o cultivo de cereais, da vinha, do azeite, de frutos e legumes, além de orientarem actividades de índole não agrícola. Numerosas pequenas igrejas dispunham de domínios fundiários privados, em

que colhiam parte das rendas pagas pelos cultivadores, com áreas de cultura directa a cargo dos respectivos sacerdotes ou até explorações agrícolas de nível familiar.

No Egipto, as propriedades dos altos dignitários incluíam também oficinas de artesãos. Pelo seu trabalho os artesãos recebiam um pagamento em géneros: cereais, peixe, legumes e outros produtos.

Na Mesopotâmia, o templo surge como uma unidade sócio-económica auto-suficiente, com os seus próprios administradores e servidores. Os membros do templo de condição inferior eram mulheres e crianças reduzidas à escravatura, antigos prisioneiros de guerra e indivíduos doados ao templo a título de oferendas devotas. Os funcionários do templo combinavam a função de guardiões da morada física dos deuses com a supervisão e o desempenho das tarefas produtivas. Essas actividades económicas possibilitavam a acumulação de excedentes que constituíam os recursos necessários para o envolvimento no comércio e a expansão dos ofícios do templo.

Na China, pouco antes do início da nossa era, os artesãos já não eram servidores dos senhores feudais mas sim mantidos pelo governo. Os artesãos e artífices, que tinham adquirido um elevado grau de perícia, transmitida pelas suas famílias, de geração em geração, ou que possuíam uma notável destreza manual, eram mantidos em escravidão pelas oficinas supervisionadas e controladas por gabinetes estatais. As oficinas do Estado produziam grande quantidade de relhas de arado e enxadas de ferro montadas em cabos de madeira. Detinham o monopólio do ferro, do sal e do chá e estavam ainda dependentes do poder estatal: os transportes, os entrepostos de cereais e de tecidos. No século XVI, os mosteiros do Tibete tornaram-se no principal poder económico do país. Possuindo grandes domínios estenderam a sua influência a regiões distantes. Nas suas terras trabalhavam servos, reдеiros e pastores nómadas. Empregavam administradores para superintenderem a gestão duma riqueza que incluía a cobrança de impostos, o trabalho em regime de corveia, a concessão de empréstimos, geralmente para a aquisição de sementes.

No Irão, no século XVII, o soberano era o maior empregador de mão-de-obra devido ao sistema de oficinas reais que davam trabalho a uns dois mil operários e artesãos. Algumas actividades produtivas existiam apenas para ir de encontro às necessidades da casa real, mas muitas eram fábricas propriedade do Estado que produziam toda a espécie de tecidos, brocados e tapetes.

Entre os Astecas, os palácios e as casas senhoriais funcionavam como unidades de produção, onde se confundiam actividades administrativas, económicas, políticas, cerimoniais e militares.

2.3 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O volume e as espécies das produções agrícolas variam segundo a natureza, a utilização e a superfície das terras consideradas. Estas podem incluir culturas permanentes ou temporárias, terras de pousio, florestas, pastagens e mesmo áreas incultas. A área agrícola não é só por si suficiente para avaliar a dimensão da produção, que depende naturalmente do solo, da fertilidade da terra, dos meios de produção utilizados e da força de trabalho disponível.

Entre as entidades privadas, ou entre estas e os poderes públicos, estabelecem-se relações variadas e, por vezes, complexas. É possível enunciar as mais significativas e que são as seguintes: entre o detentor do solo e a entidade que o explora; entre o dono de animais e de equipamentos ou máquinas e a entidade que os utiliza; entre reдеiros e

proprietários fundiários; entre o possuidor do dinheiro e a entidade a quem o cede; entre o patrão e os trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários; entre produtores e consumidores, vendedores e compradores; entre produtores agrícolas e entidades transportadoras e mercantis; entre contribuintes agricultores, o Estado e as autarquias locais.

O produtor directo detém a posse dos seus meios de produção, em geral móveis, das condições materiais indispensáveis à realização do seu trabalho e à produção dos seus meios de subsistência. Os instrumentos de trabalho fixos eram entregues ao produtor em usufruto, que deste modo ficava na situação de dependente em relação ao dono da terra. Para utilizar estes meios de produção, os camponeses eram obrigados a ceder mais uma parte da sua colheita ou a pagar uma taxa por essa utilização. Além da renda, a família camponesa é ainda, por vezes, sobrecarregada com outras obrigações para com o senhorio como: ceder uma parte do produto da terra que explora por conta própria; ceder alguns dos animais que cria e dos peixes que pesca; moer o seu grão no moinho senhorial; cozer o pão no forno senhorial; fabricar a cerveja nas instalações senhoriais. Estavam ainda sujeitos à justiça senhorial, o que muitas vezes implicava o pagamento de multas. Além disso, tinham de pagar dízimas às instituições religiosas e de se sujeitar a impostos estatais ou municipais.

Interesses económicos levaram os senhores das áreas dominadas a exigir um maior esforço dos agricultores instalados nos seus domínios, visto daí depender o quantitativo da renda a embolsar. As contingências da vida política e militar não possibilitava aos senhorios uma fiscalização eficaz e duradoura nos seus domínios o que facilitou o nascimento do regime agrário de colonato, que permitiu uma progressiva ampliação da produção e da produtividade, bem como o início dum novo tipo de relacionamento entre o produtor e o proprietário rural.

Os colonos formaram uma classe média composta por população livre e uma parte de camponeses de origem servil cuja situação havia melhorado. O colonato destinava-se a manter o camponês estavelmente na terra, a obrigá-lo a entregar ao senhor as múltiplas prestações de géneros, excepcionalmente em dinheiro ou mistas. A terra não pertencia ao cultivador que a explora por sua conta mas sob a condição de destinar parte da produção ao proprietário. As terras divididas entre colonos eram arroteadas com utensílios e animais que lhes pertenciam, estando os colonos obrigados a entregar uma parte da produção aos senhores. Eles e suas famílias eram ainda compelidos a fornecer um certo número de dias de trabalho gratuito, empregando os seus instrumentos de produção. O proprietário conservava o direito de orientação e verificação do cultivo. Para ser autorizado a dedicar-se a determinadas actividades, cujo produto desejava reservar para si ou vender o excedente das suas necessidades de consumo, o colono estava sujeito ao pagamento adicional dum tributo em géneros ou em dinheiro. O colonato permitiu ainda ampliar as trocas com a comercialização duma parcela do produto social, assim transformado em mercadoria. O lento progresso do comércio exercia uma influência reforçada no mesmo sentido.

Com o decorrer do modo de produção mercantil, a pouco e pouco, uma camada de camponeses mais prósperos foi surgindo, ávidos de reunir um campo a outro como meio de aperfeiçoar o cultivo e a sua progressão. Esta transição não representou uma imediata libertação do cultivador das obrigações servis, pois a tradição e o costume desempenhavam um papel muito poderoso, permanecendo durante longos períodos a partilha do produto entre servo e senhor. Entretanto, estabeleceu-se em particular uma relação próxima entre os agricultores e o mercado. Esta relação apresentava as seguintes características: em certas regiões, os agricultores abandonaram gradualmente a terra, dedicando-se ao comércio; alguns mercadores, que possuíam terras e capital,

contratavam terceiros para a produção agrícola e venda das mercadorias; a produção duma quantidade crescente de produtos agrícolas secundários com o objectivo de ampliar as vendas no mercado.

Os lavradores com uma posição mais desafogada tendo ao seu dispor, além da mão-de-obra familiar, a que lhes era fornecida por alguns assalariados, encontravam condições mais favoráveis para ampliar o seu espaço de cultivo. O aumento dos arrendamentos e o crescente uso do trabalho assalariado fomenta uma diferenciação económica entre os camponeses e o surgimento duma fracção de agricultores, capazes de acumular pequenos montantes de capital, incentivados pelo crescimento do comércio local e dos mercados. Estes agricultores foram capazes de executar um cultivo mais eficiente, aumentar as suas posses arrendando mais terra e utilizar os serviços em regime de assalariado dos seus vizinhos mais pobres. A desigualdade em tipo de solo, situação e fortuna deram a lugar a diferenciações entre os próprios camponeses, e até mesmo entre a população de determinadas regiões. Formou-se uma classe de agricultores médios ligados ao mercado, tanto na posição de vendedores como de consumidores.

Da apropriação da terra e dos instrumentos para a cultivar resultou o incremento de desigualdades nas relações de produção. Certas famílias ficaram na posse dos melhores lotes de terra e dos maiores rebanhos de gado, enquanto outros empobreciam e se arruinavam. Os camponeses mais pobres são empregados como jornaleiros ou simples pastores, o que permite aos produtores directos apropriarem-se duma mais-valia utilizada em parte no aumento da produção destinada ao mercado. A situação económica do camponês tornou-se muito débil, não passando muitas vezes dum modesto cavador sem terra e sem gado de trabalho.

A formação de grandes complexos agrícolas deu lugar a que muitos camponeses rendeiros ao ficarem sem terra para cultivar e que não dispunham de meios suficientes para resistir à pressão dos poderosos, acabassem por abandonar os seus campos e trabalhar como assalariados, por vezes, nas suas próprias terras ou migrar para as cidades para trabalhar na indústria. Os latifundiários aproveitavam-se do trabalho assalariado e do sistema de arrendamento das suas terras. No primeiro caso, a força de trabalho era contratada e as alfaías fornecidas pelo senhor aos trabalhadores assalariados responsáveis pela produção, sendo-lhes pago um salário e, por vezes, alojamento e habitação. No sistema de arrendamento, a terra era arrendada aos locatários que a trabalhavam, pagando ao senhorio o direito da sua ocupação em condições que dificilmente conseguiam suportar, face aos aumentos regulares das suas pesadas rendas.

O conjunto das relações sociais de produção é também determinado, entre outros factores, pelo nível médio da técnica agrária. Porém, não basta conhecer os novos instrumentos de trabalho, é necessário aplicá-los, pois só a partir daí podem influenciar a produção. As relações de produção e de distribuição entre os agricultores e a aristocracia não permitiam que o ritmo de produção agrária se ajustasse automaticamente aos progressos tecnológicos. O ritmo de avanço era muito lento. Isto originava tensões internas no processo de desenvolvimento sócio-económico, mas eram tensões que impulsionaram a sua evolução.

Nas regiões onde se iniciou a formação do modo de produção capitalista assistiu-se ao rompimento de laços familiares ou comunitários existentes na agricultura, sem contudo os eliminar. Nas grandes propriedades agrárias o camponês é substituído pelo trabalhador assalariado. Os mercadores das cidades investem na compra de propriedades rurais, embora a intenção imediata não fosse, em geral, explorar directamente a terra, mas especular ou arrendar os terrenos para auferir lucros.

Uma classe de agricultores mais prósperos tornou-se empregadora de trabalho assalariado e competidora nos mercados locais. Os proprietários das terras, mais susceptíveis à influência urbana, adoptavam cada vez mais o hábito de contrair empréstimos junto dos mercadores. Assiste-se a um processo de transformação que conduz a uma produção essencialmente destinada à troca, motivada pelo interesse pessoal e a realização de lucros monetários. Os grandes proprietários ampliam as suas propriedades fundiárias apoderando-se das terras destinadas à utilização comunitária das aldeias bem como das terras dos pequenos proprietários camponeses, o que lhes permite aumentar a superfície das unidades agrícolas e utilizá-las para a produção extensiva agrícola e pecuária.

A organização requerida pelo trabalho agrícola desencadeou um processo de diferenciação social que alargou a variedade das ocupações e das possibilidades. Assim se alterou a organização social da agricultura, passando o capital a dominar a produção agrícola e a concentrar em poucas mãos a propriedade fundiária. Os próprios comerciantes das cidades começaram a investir as suas fortunas na compra de grandes propriedades fundiárias.

Historicamente, sob domínio romano, a exploração agrícola fazia-se predominantemente através dos colonos e de pequenos rendeiros que pagavam parte das suas rendas em géneros. Simultaneamente, desenvolveu-se uma classe de trabalhadores sem terra que se sustentava do trabalho sazonal nas grandes propriedades. Uma parte destes camponeses acabavam por abandonar as suas comunidades e ir para as cidades ou tornarem-se rendeiros dos grandes latifundiários. Os romanos não tinham capacidade de escravizar a totalidade das tribos conquistadas e mantiveram-nas nas suas unidades originais como “colonos”. Foi o primeiro estágio duma síntese de simbiose com as comunidades tribais periféricas, iniciando-se um novo período de relações mútuas entre centro e periferia, primeiro sob domínio romano mas depressa sob o controlo das próprias comunidades tribais. No seio da sociedade romana, século IV, o colonato passou a dominar a produção agrícola. Criaram-se explorações auto-suficientes, onde trabalhava gente que dependia dos latifundiários a quem tinha de pagar tributos.

Durante o período otomano, o usufruto da terra começou a ser distribuído pelos camponeses que ficavam obrigados ao pagamento duma renda para os cultivar. O sistema agrícola baseava-se em unidades económicas, compostas por famílias camponesas independentes com uma produção destinada a alimentar a família e a utilizar os excedentes para cumprir as exigências fiscais perante o único proprietário, o Estado. O aparelho burocrático otomano defendeu estas unidades agrícolas e impediu as tendências para a fusão destes minifúndios em propriedades de grandes dimensões. Os camponeses não ficavam proprietários dessas terras, mas tinham a obrigação de as cultivar indefinidamente enquanto pagassem a renda e os impostos. Os impostos eram cobrados por agentes estatais que recolhiam também as rendas. No século XVIII, o peso da carga fiscal e a rigidez do aparelho administrativo revelaram-se particularmente opressores para os camponeses pelo que alguns destes optaram pela fuga, abandonando os seus campos. A terra doada à estrutura religiosa encontrava-se isenta do pagamento de impostos, embora pagasse uma taxa simbólica. A terra de pastagem não se encontrava sujeita a impostos, garantindo a alimentação dos cavalos dos governadores. Em contrapartida, o corpo administrativo das aldeias impunha aos camponeses contribuições sobre produtos como a manteiga, as ovelhas, o mel, o queijo, os cereais, as galinhas e outros produtos. O controlo total sobre os territórios agrícolas, a produção e o trabalho dos camponeses constituiu uma das principais causas da estagnação da economia e da sociedade otomana. Nesta situação, não havia possibilidade da economia

de carácter rural se ter adaptado à economia mercantil, vivendo-se num sistema estático de subsistência ao longo do tempo.

Na Índia, os principais produtores que trabalhavam no campo eram membros livres da comunidade. Quando ficavam arruinados e perdiam as suas terras e os seus instrumentos de trabalho viam-se compelidos a trabalhar como rendeiros. A agricultura era conduzida por camponeses individuais, existindo poucos vestígios de cultivo em comunidade. Havia um grau considerável de diferenciação entre os agricultores, existindo alguns que possuíam grandes campos, cultivavam muitas espécies e empregavam trabalhadores, pagando-lhes em dinheiro e em géneros. Num extremo inferior da sociedade rural estavam muitos trabalhadores sem terra, a maioria deles “intocáveis”, que devem ter chegado a constituir mais dum quarto da população rural. Os direitos sobre os terrenos desocupados pertenciam por direito aos aldeãos influentes. A produção agrícola tinha de ser colocada no mercado de forma que o imposto sobre a terra pudesse ser pago em dinheiro. A dimensão deste imposto era tal que absorvia a maior parte dos excedentes. O Estado tinha de tomar conhecimento detalhado das condições de agricultura e fazer um esforço para a sua melhoria, sendo estas tarefas executadas por latifundiários.

Na China, a agricultura era o principal sector de produção. Os pequenos camponeses eram proprietários ou rendeiros e constituíam a maioria dos habitantes rurais, mas a sua posição social não era elevada. No século XVI, foi encorajado o cultivo de terras baldias, através dum sistema de recompensa e da construção de obras hidráulicas. A terra que pertencera ao anterior estado senhorial foi distribuída pelos camponeses que a trabalhavam aumentando a sua motivação. As técnicas de produção foram melhoradas com uma lavra cuidada, plantação intensiva, utilização de fertilizantes naturais, melhores alfaías e progressos na hidráulica. Fizeram-se também progressos na selecção e melhoramento das variedades e espécies cultivadas já com fins comerciais.

Nos séculos XIV e XV, diversas monarquias de países europeus dominaram por fim o feudalismo político, reduziram os poderes das ordens privilegiadas e levaram a cabo a unidade territorial dos reinos, onde apenas o rei podia legislar, deter o domínio soberano, angariar impostos permanentes, recrutar forças armadas regulares, nomear juizes e criar cargos públicos. O desaparecimento da servidão feudal deu lugar a uma conversão de feudos hereditários em propriedades de bens de raiz. Com o fim de produzir mais quantidade para abastecer os mercados vizinhos os novos proprietários procuraram recuperar as terras comunais e mesmo apropriarem-se das parcelas de terra dos camponeses, reorganizar as culturas dos seus novos domínios com vista a obter o máximo lucro. Os grandes proprietários estavam claramente inclinados a ampliar os seus domínios em detrimento dos camponeses e a obter lucros monetários. Nos séculos posteriores, o preço das terras subiu e formou-se um vasto movimento de vedar os campos. Na Europa Ocidental, em meados do século XV, os rendeiros independentes, ou parcialmente independentes, podiam cultivar as terras como entendessem e vender as suas colheitas a quem lhe comprasse por melhor preço. O rendimento melhorou e os preços mais elevados incitavam os camponeses a adquirir mais terras. Os grandes proprietários procuravam manter os rendimentos de origem feudal e os baixos salários da mão-de-obra rural, preferindo guardar para si as melhores terras. Os camponeses sujeitos ainda a um regime senhorial tinham de abdicar de uma parte das suas colheitas, o que significava ficarem os benefícios concentrados nas mãos das classes dominantes. O ambiente económico era desfavorável para a maioria dos camponeses, uma vez que uma grande parte vivia do cultivo das terras que não lhe pertenciam. Esta situação era agravada pela subida de preços dos produtos que necessitavam adquirir no mercado. No

século XVII, reinava a imobilidade no campo das relações sociais do mundo rural, fruto do domínio incontestado das classes dominantes, que incluíam já os grandes proprietários fundiários que muitas vezes exerciam simultaneamente poderes senhoriais. Em alguns países, a nobreza tentou ainda recuperar o controlo directo da terra através da expulsão dos rendeiros. No século seguinte assistiu-se a um significativo progresso em direcção à transformação das relações de produção nas zonas rurais, que viria a dar origem a profundas alterações no sistema senhorial herdado dos tempos medievais. Os grandes agricultores, muitas vezes eles próprios arrendatários de vastas extensões de terra, foram protagonistas deste duplo processo de opressão senhorial e modernização capitalista, o qual originou acções de resistência. Numerosos membros da pequena nobreza, desprovidos dos seus domínios, ficaram numa situação difícil. Vítimas destas mudanças, incapazes de se adaptar à nova economia, afundaram-se na pobreza e humilhação.

Em África as civilizações agrárias tiveram, em todas as regiões, um efeito preponderante sobre as outras. Além da agricultura, havia a pastorícia, a caça e as actividades relectoras, ou a exploração mineira. No século XVI, embora a África fosse essencialmente rural, existiam já povoados urbanos prósperos mesmo antes da colonização. Nos países do Norte do Continente, século XVII, a utilização dum sistema de irrigação judicioso contribuiu para o facto de o imposto tributado às colheitas ter sido uma das principais fontes de rendimento do Estado. Porém, o pesado fardo dos impostos levou, em alguns casos, os camponeses a deixarem de cultivar a terra e a concentrarem-se apenas na criação de gado.

Entre os Astecas, os senhores concediam aos seus camponeses um lote de terreno para usufruto, obrigando-os a trabalhar as suas próprias terras em determinados períodos do ciclo agrícola. A região Andina destacou-se por uma vigorosa difusão da agricultura, principalmente baseada numa irrigação bem sucedida e em técnicas de previsão de tempo. Entre os incas, os colonos estatais podiam atingir milhares, mesmo localizados a grandes distâncias. As suas obrigações estavam ligadas à produção de milho, destinado especialmente à manutenção do exército e aos cuidados com a manutenção dos imensos rebanhos de camelídeos pertencentes ao Estado.

Nas colónias europeias da América, o sistema de plantação, em extensas áreas agrícolas, adquiriu uma grande importância, mais favorável para culturas remuneradoras como o tabaco, o algodão, a cana do açúcar, culturas pouco rendáveis nas pequenas explorações. A mão-de-obra necessária à plantação consistia sobretudo em escravos negros, a maior parte importados da costa ocidental de África.

2.4 – PRODUÇÃO ARTESANAL

Os primeiros artesãos surgiram quando a família camponesa deixou de ser ela própria a produzir os instrumentos de trabalho e os artefactos necessários ao seu modo de vida, mudança de que resultou a divisão social do trabalho, já referida.

Os principais traços característicos do artesanato são os seguintes: a oficina que dirige é pessoal e não societária; nela o artesão assume uma posição de chefia ou mestre artífice; é possuidor dos instrumentos de trabalho; participa pessoalmente na elaboração dos bens e serviços que produz. O artesão exerce uma arte ou um ofício manual por sua conta, sozinho ou auxiliado por membros da sua família e um número restrito de companheiros ou aprendizes. Com a ajuda de ferramentas e mecanismos caseiros, visa produzir peças utilitárias, instrumentos de trabalho, artísticas e recreativas, com ou sem fim comercial.

O artesão tornou-se um agente económico que começou por produzir bens destinados ao seu consumo próprio, à troca directa por bens de que necessitava, produzidos por outros, à entrega às classes dominantes dos artefactos produzidos como tributo. Os artesãos existentes nas zonas rurais viviam do exercício de ofícios, em vez da agricultura, como alfaiates, sapateiros, ferreiros, ferradores, preparadores de peles, etc. Trabalhavam parcialmente para os camponeses, frequentemente sob a forma de troca directa. Por exemplo, um vaso de cerâmica por uma certa quantidade de trigo. Em geral, gozavam dum estatuto social mais elevado que o dos camponeses. Os mais privilegiados eram os metalúrgicos e os joalheiros.

Antes de iniciar a transformação o artesão é responsável pela selecção da matéria-prima a ser utilizada e pelo projecto do produto a ser executado manualmente. Todo o processo de transformação da matéria-prima em produto acabado é da sua responsabilidade. Pode-se exemplificar com os oleiros que obtinham o barro e o modificavam, os caiadores que fabricavam a cal ou os tecelões possuidores de gado lanígero. A matéria-prima podia ser adquirida directamente junto dos respectivos produtores, das corporações, ser fornecida pelos consumidores ou pelos mercadores. O combustível indispensável era recolhido nas matas dos terrenos comuns ou comprado quando isso era inevitável.

As oficinas são instaladas em locais pequenos, por vezes, nas próprias casas ou em instalações anexas. Os artesãos dispõem de meios próprios de produção que consistem nas ferramentas e matérias-primas necessárias à produção. Estes bens não eram avaliáveis em dinheiro, estavam ligados ao trabalho do seu possuidor, inseparável deste, e nessa medida representavam um conjunto de bens próprios. Os instrumentos de trabalho utilizados, a experiência e os hábitos formados empiricamente adquiriram o carácter de tradições que, a pouco e pouco, se transformaram ao longo das gerações. Com algumas excepções, existia um domínio senhorial sobre os meios de produção fixos, como sucedia com os fornos ou os pisões. Os artífices, cuja tecnologia ia progredindo, logravam furtar-se às decisões mais violentas das relações senhoriais, tendentes a apoderarem-se dos meios de produção e dos próprios objectos de trabalho.

Os jovens que desejavam entrar na oficina artesanal deveriam ser aceites para a função de aprendizes dum mestre que detinha todo o conhecimento técnico, a posse das ferramentas e das matérias-primas, acolhia os companheiros e era também responsável pelo seu adestramento. Os aprendizes iniciavam o seu treino ainda na infância, não recebiam salário, geralmente eram parentes e moravam com o mestre ou nas próprias oficinas. O aprendizado das tarefas era transmitido aos novos profissionais de maneira prática, no próprio local de trabalho, a sua extensão variava de acordo com o ramo, podendo durar um ou mais anos. Após esta fase, o aprendiz tornava-se companheiro e depois, eventualmente, mestre, se fosse aprovado num exame da corporação. A passagem para o grau de mestre normalmente acontecia com a revelação dos segredos da actividade.

Os bens produzidos reflectem a relação do artesão com o meio onde vive e a sua cultura. A actividade artesanal tem como uma das características principais a participação do profissional em todas as fases do processo, a obtenção dum alto grau de satisfação e a identificação com o produto. Em geral, o artesão obedece na sua produção a critérios mais qualitativos que quantitativos, dedicando-se a produzir objectos de qualidade mais do que a multiplicá-los, nisso se distinguindo da fábrica. Normalmente, prefere, elevar a sua reputação a aumentar os seus benefícios. À modicidade dos capitais a investir junta-se o amor por um ofício muitas vezes artístico e no qual se tem a sensação de realização pessoal de todo o processo de criação dum objecto. O artesão,

numa fase inicial, não considera a produtividade como um elemento central dos seus princípios de exploração.

Uma grande parte dos artesãos trabalhava directamente para os monarcas, os nobres e os sacerdotes, os únicos com posses para adquirir objectos de alto valor, principalmente feitos de metal, como armas ou objectos sumptuosos. Antes do uso do dinheiro, o seu trabalho era pago em géneros tirados dos excedentes acumulados nos palácios ou nos templos, provenientes dos tributos recebidos. As classes senhoriais e as classes mais ricas da população rural e urbana exerciam uma pressão sobre os artesãos a fim de conseguir produtos de certa qualidade, impondo-lhes uma aplicação técnica e um aproveitamento de habilidades superiores. Eram aplicadas sanções aos artífices que apresentassem produtos de qualidade inferior ou realizassem um trabalho deficiente. Outras pressões destinavam-se a garantir o eficaz aproveitamento dos meios de produção fixos, com o objectivo de aumentar o valor da renda. Aos profissionais do artesanato era ainda imposto a execução de trabalhos gratuitos a favor das classes senhoriais e o tabelamento de preços, normalmente fixados abaixo dos reais, o que permitia redistribuir os rendimentos em detrimento dos artífices.

No artesanato não existe separação entre património e força de trabalho, salvo quando o artesão recorre ao emprego de jornaleiros. Em algumas oficinas o trabalho vai perdendo aos poucos o carácter estritamente individual ou familiar, na medida em que se começa a empregar um número embora limitado de assalariados. Em vários sectores de produção verifica-se uma tendência para o desenvolvimento de laços de carácter capitalista com o emprego regular de pessoal assalariado, mantendo-se a pertença dos objectos e dos meios de trabalho na mão do mestre.

Com o desenvolvimento da economia mercantil, começam a diferenciar-se, entre os produtores directos instalados nas cidades, os artífices patrões, ligados directamente ao mercado, comprando o necessário à sua produção e escoando os seus produtos através dos comerciantes. Os artífices mais pobres vêem-se forçados a empregar-se como trabalhadores assalariados doutras oficinas, corporações ou empresas fabris, que se apropriam de parte da sua força de trabalho.

Nos centros urbanos, o artesanato ficou concentrado em espaços conhecidos como oficinas artesanais, que se tornaram importantes unidades de produção, através duma crescente especialização, adaptada à estrutura social e económica local. A arrumação dos artífices, ferreiros, sapateiros, correeiros, oleiros, alfaiates, fanqueiros, etc., em locais determinados, era muito proveitosa para fiscalizar a actividade destes profissionais, facilitando imenso a vigilância dos processos de fabrico, do escoamento dos artigos e do seu preço. Dispunham-se com frequência por ruas, por quarteirões ou mesmo por aldeias inteiras. A produção artesanal começa a ser então dominada pelos mercadores que compravam as matérias-primas e vendiam o produto final. Aos artesãos menos especializados faltava organização e normalmente acabavam por trabalhar directamente para o mercador. Quando os produtores ofereciam directamente à venda os artigos que fabricavam, corriam os riscos inerentes à lei da oferta e da procura, o que os levava a preferir a entrega ao sector inteiramente dedicado à vida mercantil. Os artesãos passaram a ser dominados por uma minoria de comerciantes, que usava os seus poderes para os subordinar, e perderam assim o controlo do produto do seu trabalho. Os seus produtos eram vendidos no mercado, não directamente aos consumidores, mas aos intermediários comerciantes, que estabeleciam o contacto com o mercado, conheciam as necessidades dos eventuais compradores e o seu poder de compra. Por vezes, eram formalizados contratos de fornecimento directo de quantidades acordadas dos artefactos a preços igualmente combinados. Com o alargamento da actividade comercial, assiste-

se a uma tendência para uns artífices progredirem e alargarem a sua produção e outros empobrecerem.

A frequência das relações entre as cidades permitiu o alargamento das zonas de troca e a expansão dos mercados. O distanciamento dos consumidores dilatava o período de tempo entre o início da produção e o momento da venda e obrigava a suportar as despesas de transporte. Eram precisos capitais e os artesãos não dispunham deles.

Por volta do século XVII, certos mercadores permitiam-se forçar alguns artesãos a trabalhar para eles, oferecendo-lhes adiantamentos. Quando os materiais eram muito caros desenvolvia-se todo um sistema de empréstimos a juros ou então os mercadores, reis e nobres, organizavam oficinas onde os artesãos trabalhavam como assalariados. Numa segunda fase, é já o comerciante que fornece às oficinas artesanais matérias-primas e certos instrumentos de trabalho. Os artesãos perdem assim a independência de que desfrutavam, transformam-se pouco a pouco em proprietários nominais dos seus meios de trabalho, ou seja, em semi-assalariados ou simples produtores domiciliários. No século XVIII, esta situação generalizou-se e eram já os capitalistas industriais a fornecerem os meios de produção a estes artífices.

Na Grécia, na cidade de Atenas, predominavam as pequenas oficinas com poucos trabalhadores, embora em alguns sectores a especificidade da produção exigisse uma maior quantidade de trabalhadores e um certo grau de divisão do trabalho. Quando as obras de certos artífices e artistas se tornaram objecto de produção em massa, o trabalho escravo foi amplamente utilizado.

Em Roma, a actividade artesanal, de início essencialmente caseira, adquiriu depois uma certa autonomia com a organização de colégios de artífices, segundo as profissões: joalheiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, tintureiros, sapateiros, etc. Eram numerosos os artesãos de diversas especialidades com oficinas de grande dimensão, que chegavam a empregar cerca de cem escravos. A Itália importava grandes quantidades de artigos artesanais das províncias e dos países do Oriente, com os quais os romanos não podiam concorrer. A pequena produção artesanal tornou-se então instável e foi conduzida à ruína.

Na Índia, a situação dos artífices das aldeias não era uniforme: uma parte deles trabalhava autonomamente, dispondo das suas próprias oficinas; outros, eram contratados para trabalhar mediante uma determinada remuneração. A posição do artesão na economia variava. Havia o artesão da aldeia que supria as necessidades dos seus habitantes mas que, quando procurava clientes fora da aldeia, tinha de entrar no mercado como produtor competitivo. Alguns acabavam por montar as suas oficinas nas próprias vilas e cidades.

Na China, no século XVI, os artesãos que se mantinham isolados ou tinham trabalhado de forma independente, começaram a produzir artigos em oficinas sob a direcção de patrões, ligados por uma espécie de contrato. No artesanato urbano a forma característica da organização era a corporação de mestres artífices.

Na Europa, com excepção da actividade mineira e da construção naval, a unidade básica de produção era a oficina familiar, pertencente ao artesão, que dava emprego a toda a família e, por vezes, a trabalhadores assalariados. Muitas destas oficinas dependiam, tanto em termos de trabalho como de financiamento, de mercadores que encomendavam os trabalhos adiantando, por vezes, a dinheiro ou fornecendo as matérias-primas e até algumas ferramentas. Sob o ponto de vista técnico, os processos de produção encontravam-se rigidamente regulados pelas corporações. Na Europa Ocidental, com o colapso do feudalismo e o derrube das corporações a situação do

artesanato deteriorou-se com o aparecimento de novas formas de organização industrial, onde os trabalhadores eram transformados em assalariados, verificando-se uma proletarianização destes elementos da sociedade.

No século XVII, na Europa, a existência duma oficina tornou-se algo de dispendioso e revelou tendência para se transferir para zonas rurais, em que o trabalho doméstico abria novos horizontes, designadamente pela presença de inúmeras oficinas têxteis. Este tipo de artesanato acabaria por conseguir sobreviver às primeiras fábricas, coexistir com diversas formas de organização concentrada, incorporando algumas inovações técnicas, dar origem a uma força de trabalho qualificada e bem treinada, ou seja de trabalhadores especializados. Os pequenos artesãos não podiam concorrer com a produção massiva e os baixos preços das novas indústrias. Todavia, o artesão especializado sobreviveu até à actualidade.

Na África Setentrional, nas áreas rurais, o trabalho artesanal era feito sobretudo por mulheres em numerosas oficinas. Na África Ocidental, o artesanato estava a cargo de artífices especializados, devidamente hierarquizados, com uma escala de qualificações, desde a aprendizagem até à mestrança, com as suas ruas e santuários reservados.

Na zona dos Andes, o trabalho de produção de artefactos era assumido por uma elite de artífices especializados, associada aos principais centros cerimoniais e templos, possuidora dum estatuto que parecia variar de acordo com as dimensões e a importância desses centros. Embora a tecnologia fosse semelhante à doméstica, desenvolveram-se novos ofícios que ultrapassaram a simples esfera caseira.

2.5 – CORPORAÇÕES ARTESANAIS

A corporação é uma forma associativa que se constitui como um grupo económico, cujo objectivo principal é a organização e defesa de certos ofícios e profissões, a fim de regulamentar o exercício e o acesso, submetendo os seus membros, que desempenham a mesma ocupação profissional, a uma série de obrigações, prestação de serviços e a uma disciplina colectiva. A organização dos ofícios sob a forma de corporações já vinha a ser intentada em alguns países europeus desde o século XI, onde o seu objectivo era dirigido mais à qualidade do produto e ao seu comércio. As corporações artesanais procuravam obter os mais variados privilégios junto dos órgãos políticos e a protecção das suas actividades produtivas.

A formação das corporações, denominadas guildas, constitui um fenómeno essencialmente urbano, com um tipo de associação que não se enquadra nas estruturas económicas baseadas na actividade agrícola. Adquirem e afirmam a sua personalidade, com a preocupação de estabelecer regras de carácter técnico e económico. Eram responsáveis por determinar preços, qualidade, quantidades de produção, aprendizado e a hierarquia no trabalho. Para concretizar a sua política os seus membros procuravam garantir um certo nível de vida e uma produção sem competição. As guildas desempenhavam diversas funções que iam desde a regulamentação da produção, serviços e vendas até ao controlo dessas mesmas actividades. Efectuavam além disso uma divisão de trabalho, organizando a distribuição de matérias-primas pelos seus membros, garantindo a qualidade dos produtos, fixando os preços e cobrando os impostos aos associados. Do ponto de vista administrativo a guilda era controlada por um chefe eleito pelos elementos mais velhos. Um factor para a organização destas guildas era a sua autonomia, que lhes conferia a possibilidade de se criarem ou dissolverem, fundir-se com outras ou subdividirem-se em mais guildas.

A expansão do comércio impôs a certos mestres-artesãos, primeiro esporadicamente e depois numa forma mais decidida, a transgressão dos vínculos da corporação, até aí respeitadas, e dos regulamentos que entravavam cada vez mais a expansão da sua produção. Para responder a uma procura crescente os artesãos começam a opor-se ao tipo de relações económicas e sociais no seio das quais produziam. Esta oposição significou o desencadear duma luta social, política e ideológica no quadro das cidades e, por vezes, mesmo nos campos.

A expansão das guildas ficou afectada por não aplicarem os seus capitais na formação de empresas, nem recorrerem ao crédito. As guildas agiam contra a transformação do pequeno artesanato independente em grandes empresas corporativas. A indústria corporativa aferrada aos métodos tradicionais opôs tenaz resistência a todas as inovações, que considerou um ataque aos seus privilégios, baseados na especialização artesanal. Em certas épocas e em diferentes locais, os riscos da concorrência interna eram controlados pelas guildas que vigiavam a produção, os mercados, os preços, os pesos e medidas e que não toleravam senão uma mão-de-obra qualificada.

No século XVI, as guildas acabariam por atingir o seu ponto culminante. A corporação era o território onde imperava a rotina, a falta de incentivos, a rigidez com regras restritivas, a estagnação do ponto de vista técnico. A corporação representava o mundo de resistência às mudanças que estavam a ocorrer no sector da indústria transformadora. O sistema de guildas enfraqueceu sob o efeito das primeiras industrializações e sucumbiu perante o poderio económico das empresas. A guilda exercia um controlo puramente local e adaptava-se mal à expansão do comércio; não estava preparada para se estender rapidamente para lá das fronteiras, nem para tomar decisões rápidas como podiam fazer os chefes das empresas.

Na transformação do artesanato corporativo houve várias vias possíveis para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Uma das vias, é a do mercador que se transforma em fabricante, organizando ele mesmo a produção, importando por vezes matérias-primas do estrangeiro, técnicas e operários especializados; outra, a do artesão que se torna mercador, vende o próprio produto e organiza a sua produção, não mais segundo a coacção e os limites impostos pelas corporações do seu ofício, mas apenas segundo os limites impostos pelo volume do seu capital. Este sistema desenvolveu-se progressivamente, mantendo estas características até ao advento da fábrica.

Na Índia, no século I d. C., verificou-se um acentuado desenvolvimento de corporações que desempenharam um importante papel na sociedade. Com o domínio otomano, as corporações cresceram a tal ponto que passaram a constituir a espinha dorsal da economia e da sociedade urbana do império.

Na Europa, no século XVI, a indústria corporativa encontrava-se já desactualizada, mantendo-se apenas graças aos apoios dos sectores menos lucrativos ou que se dedicavam à produção de artigos para consumo directo.

Na África Ocidental, quando os portugueses atingiram a foz do Congo verificaram que o rei era membro duma corporação de ferreiros, rigorosamente hermética. Conhecimentos posteriores revelaram que não se tratava dum caso isolado. Noutras regiões existiam corporações de ferreiros, de ourives, de escultores em madeira e marfim, de sapateiros, de tecelões, bordadores, etc. Havia também corporações de burriqueiros espalhados pelos centros mercantis. Existiam confrarias de caçadores, ligadas por celebrações e ritmos comuns, cujos chefes usavam o título de mestre-caçador. Estas confrarias desempenhavam um papel muito importante na economia

regional, eram admiradas e temidas, chegando, em determinados locais, o seu mestre a assumir mesmo poderes reais.

2.6 – MANUFACTURA

A manufatura é uma forma transitória entre a produção artesanal e a grande indústria. Resultou do crescimento da actividade artesanal e, conseqüentemente, do emprego dum maior número de trabalhadores. Estes são reunidos num mesmo estabelecimento, já não possuem matérias-primas nem instrumentos de trabalho, deixando de trabalhar em oficina própria e tornando-se praticamente assalariados. O fabrico é ainda sobretudo manual, com o auxílio de alguma ferramenta ou máquinas.

A manufatura revolucionou totalmente o modo de trabalho introduzindo mudanças essenciais na natureza da organização da produção. Dá-se uma mudança essencial nas funções dos produtores. O antigo mestre desaparece com a manufatura, transformando-se num patrão com funções diferentes das que exercia até então. O artesão deixa de criar por completo os objectos, de trabalhar com os seus próprios instrumentos, sob a supervisão do mestre de todas as operações do seu ofício que, por sua vez, deixa de ser o responsável directo pela mercadoria que produz. Surgem trabalhadores a desempenhar funções parcelares, a especializarem-se apenas na execução de algumas tarefas do seu antigo ofício, com perda duma grande parte das suas capacidades profissionais e criativas anteriores. A independência e a criatividade do trabalhador são destruídas, transformando-se este num executor de tarefas monótonas e, por vezes, embrutecedoras.

A divisão manufactureira do trabalho desenvolve a necessidade técnica de concentração dum maior número de trabalhadores num único estabelecimento e a subdivisão do processo produtivo numa série de operações parcelares, acessíveis a indivíduos sem qualquer qualificação. As manufacturas abriram assim as portas à população rural expulsa das suas terras, criaram uma determinada organização de trabalho social e simultaneamente desenvolveram uma nova força produtiva, como meio de produzir mais mercadorias, embaratecer o seu custo e acelerar a acumulação do capital. A manufatura submete os trabalhadores, antes independentes, ao comando e à disciplina do capital, e cria entre eles uma escala hierárquica.

A produção mantém inalterada uma boa parte dos instrumentos de trabalho. O trabalhador tende a adaptar-se, não só ao trabalho especializado que executa, mas também aos instrumentos que utiliza. A concentração das matérias-primas e subsidiárias, dos utensílios e instrumentos de trabalho num mesmo local e a competição entre os trabalhadores conduziu a um aumento de produtividade.

No regime de manufatura, os patrões artífices conseguem estabelecer uma relação directa com o mercado, desempenham o papel do comerciante, realizam a acumulação dum certo capital, organizam a produção na sua relação com os artífices domésticos ou com os trabalhadores reunidos nas suas instalações, que passam a utilizar apenas os instrumentos de trabalho propriedade dos patrões. Assim se forma uma unidade de produção em que elementos já de tipo capitalistas se entrelaçam com elementos anteriores. Com a manufatura surgiram novas indústrias, aparecendo o Estado a incentivar e a proteger a sua criação e desenvolvimento, criando ele próprio manufacturas reais ou fomentando a instalação de manufacturas privadas através da concessão de créditos especiais ou privilégios monopolistas.

A propriedade dos meios de produção e a compra de força de trabalho pressupõe a existência dum determinado montante de capital, do qual começa a depender a escala

da produção. A finalidade da produção tende a converter-se na valorização dum capital e não mais na reprodução. A valorização do capital começa a ter como base o prolongamento do dia de trabalho, o aumento absoluto do sobretrabalho e, consequentemente, a acumulação da mais-valia absoluta. O lucro torna-se, de forma crescente, o critério de eficácia económica e social.

2.7 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção domiciliária, a oficina artesanal e a manufatura achavam-se na maioria dos casos intimamente ligadas em diversos estágios na mesma indústria. A transição para a produção fabril mostrou-se relativamente simples, logo que as alterações técnicas favoreceram a mudança. A indústria alcança então uma posição dominante com a transformação gradual da actividade artesanal, a desintegração do sistema da corporação e da manufatura, que constituía já um obstáculo ao desenvolvimento da produção industrial.

As particularidades do meio físico natural e da existência de matérias-primas numa dada região, em conjunto com as predisposições humanas locais e outros factores, contribuíram para a especialização duma determinada actividade produtiva influenciada pelas condições naturais, tais como a proximidade dum rio, de florestas, de argila, de pedreiras, ou por condições já criadas pelo próprio homem como sejam: a exploração mineira, a criação de gado lanígero ou o cultivo de produtos agrícolas susceptíveis de transformação. Uma especialização intensiva começou quando as diferenças na obtenção de matérias-primas, na qualidade dos produtos ou na produtividade e sobretudo quando as diferenças do custo de fabricação exerciam forte influência sobre o nível dos preços. Numerosas regiões e ramos de actividade passaram a ser considerados como “industriais”.

Um dos traços característicos da formação das estruturas industriais foi a desigualdade do seu desenvolvimento. A instalação das diversas indústrias, a sua organização e extensão da mecanização não coincidem nem no tempo nem no espaço. Numa série de indústrias, o desenvolvimento técnico já progredira bastante para proporcionar uma produção de tipo fabril. Porém, nem sempre esta ocorria. O tipo de organização industrial, baseado na concentração em fábricas, surgiu nalgumas regiões mais progressivas ou em determinados ramos, que pelas suas especiais características de fabrico permitiam a utilização iminente de nova maquinaria.

A produção industrial exige a combinação de quatro factores fundamentais: o emprego sistemático e intensivo de máquinas accionadas por uma força motriz; o emprego de processos tecnológicos direccionados para a produção de bens para o mercado; a utilização duma quota crescente de capital constante; a concentração dos meios de produção e dos operários assalariados num local único, onde funcionasse igualmente a unidade de direcção e de controlo.

A essência da transformação para o processo de produção industrial consiste na mudança do modo de produzir, associada à ferramenta e engrenagens utilizadas pela mão humana, e na utilização posterior de máquinas que deixam de ser movidas por uma fonte de energia humana ou animal e passam a utilizar as vantagens da energia produzida pela máquina a vapor. Esta transformação exigiu que os trabalhadores se concentrassem definitivamente num só lugar de trabalho, impôs um carácter colectivo ao processo de produção, a extensão da divisão do trabalho a um grau de complexidade até aí inexistente e a instalação, tanto funcional como geográfica, duma única unidade ou equipa de produção. Uma outra característica consistiu na necessidade crescente de

adaptação humana aos ritmos e movimentos do processo mecânico. Antes, a produção era essencialmente uma actividade individual no sentido de que o produtor trabalhava no seu próprio tempo e à sua própria maneira, independentemente doutros.

A substituição em larga escala da produção à mão pela produção com máquinas resultou na aceleração do desenvolvimento económico, mas também em transformações sociais relevantes. Profundas transformações ocorreram quando as próprias máquinas começaram a ser produzidas por outras máquinas. O maquinismo provoca uma verdadeira e profunda mudança no aparecimento incessante de novos meios de produção. No plano social, a máquina substitui o homem, primeiro como utensílio e em seguida como motor pelo uso de fontes de energia independentes do corpo humano. O trabalho manual e individual desaparece dum grande número de ramos de produção. A produção torna-se cada vez mais uma aplicação conjunta dos conhecimentos científicos e técnicos.

O avanço tecnológico evitou a paralisação do processo fabril, ultrapassando o ponto crítico em que a tradicional maquinaria se estava a transformar num obstáculo insuperável à continuação do seu crescimento. A capacidade inventiva não só ultrapassou esta barreira como também permitiu uma aceleração da produção, algo que até aí fora inconcebível. As inovações técnicas foram introduzidas nas grandes indústrias dirigidas por empresários dotados de meios económicos e financeiros e dotados duma mentalidade mais ágil e decidida.

Uma série de novas indústrias, sobretudo as relacionadas com as actividades extractivas e metalúrgicas, transformadoras e transportadoras, incentivadas pelas novas aplicações técnicas, necessitavam de capitais iniciais muito para além das capacidades das manufacturas comuns. As empresas industriais eram iniciadas por homens que já tinham beneficiado da acumulação de capitais, meios fabricantes, meios mercadores, se associavam e começavam a empregar trabalho assalariado em escala considerável.

Para financiar um equipamento industrial complexo era necessário recorrer ao capital. Criou-se um papel para um novo tipo de capitalista, não mais apenas como usurário ou comerciante retalhista ou grossista, mas também como projectista e organizador de unidades de produção, capaz de corporizar uma disciplina sobre uma quantidade de trabalhadores que, destituídos da sua cidadania económica, tinham de ser constrangidos ao cumprimento de tarefas despersonalizadas, para as quais não estavam preparados.

Na indústria extractiva, as matérias-primas não dependiam dum adiantamento prévio de capital, pois o objecto de trabalho não é produto de trabalho anterior, mas produto oferecido pela natureza. Na mineração, por exemplo, um pequeno capital basta para iniciar uma produção em pequena escala. O carvão era muitas vezes extraído por lavradores que trabalhavam por sua própria conta ou por conta do proprietário senhorial. No entanto, os meios técnicos aplicados tornaram-se mais aperfeiçoados, permitiram conduzir a extracção mineira a maiores profundidades, à instalação de aparelhagem adequada, factores que exigiam já um capital considerável. A invasão capitalista, capaz de minar com métodos aperfeiçoados e comercializar o produto mais facilmente, foi aumentando gradualmente até que a mineração livre foi restringida, embora não ultrapassada.

Por volta do início do século XIV, uma das causas mais flagrantes do atraso da produção industrial era a falta de capitais. Era impossível a criação de oficinas mais vastas, a aquisição de nova aparelhagem e a aquisição de grandes quantidades de matérias-primas, sem apoio financeiro a permitir pagamentos a longo prazo e a criação de reservas para atenuar as flutuações do mercado. As novas indústrias, como a siderurgia, acarretavam investimentos muito para além das somas que os grupos de

artesãos podiam mobilizar. As ferramentas cedem o lugar às máquinas que custam muito caro, mas permitem a produção em quantidades massivas.

O crescimento da indústria estava, porém, dificultado pela estreiteza do mercado e a sua expansão ameaçada pela baixa produtividade imposta pelos métodos de produção existentes, obstáculo este reforçado, de vez em quando, pela escassez de trabalho. O progresso da técnica favoreceu substancialmente a produtividade do trabalho, mas dificilmente poderia surgir a noção duma mais-valia, especificamente industrial, sem a intensificação e consolidação do emprego do trabalho assalariado acompanhado do investimento em capital variável.

O desenvolvimento da indústria acelerou devido a melhorias extraordinárias das técnicas comerciais e financeiras. Também, o crescimento duma burguesia média das cidades proporcionou um mercado substancial para os artigos provenientes da indústria, o que constituiu uma condição importante para o seu incentivo. Por sua vez, as contribuições estatais situaram-se na criação de áreas de desenvolvimento em redor das fábricas e no crescimento gradual das políticas proteccionistas.

Na Grécia, em meados do I milénio a.n.e., começaram a desenvolver-se pequenas e médias empresas industriais que concorriam com as oficinas artesanais, dirigidas por cidadãos que utilizavam escravos e alguma mão-de-obra livre.

Na Itália, algumas pequenas indústrias de artesãos foram-se transformando em pequenas empresas empregando escravos, embora o artesanato não desaparecesse. Numa segunda fase, formaram-se algumas empresas caracterizadas por uma especialização acrescida, uma técnica mais aperfeiçoada, uma maior quantidade de trabalhadores assalariados e investimentos de capitais já consideráveis. Muitas indústrias, mantidas em estado artesanal, deixaram de poder concorrer com estas fábricas.

Na China, eram geridas pelo Governo grandes fábricas de produção de sal, fornos de porcelana e de produtos têxteis. A tendência para a especialização torna-se mais pronunciada numa série de centros industriais como: a “cidade da porcelana”, a indústria da seda e dos têxteis de algodão, o fabrico de utensílios de ferro, os estaleiros navais nos portos.

Na Europa, século XVIII, a natureza de alguns ramos de indústria necessitava já do início duma concentração do processo de produção. Foi o caso do sector mineiro que, devido a esta concentração e ao capital que exigia, foi apelidado de “banco de ensaios do capitalismo”. Um caso semelhante foi o dos sectores têxteis e o dos estaleiros navais, principalmente quando convertidos em alvo do interesse dos estados.

2.8 – TRANSPORTES

Os meios necessários à actividade de locomoção terrestre eram fornecidos pelos criadores de gado, pelos ferreiros e pelos ferradores. Surgiram indivíduos que faziam profissão dos transportes, como os almocreves que trabalhavam com os animais e a carga. Esta circunstância originou uma divisão de trabalho e um relacionamento entre os produtores e os distribuidores.

O transporte fluvial de mercadorias e pessoas e a comercialização dos produtos propiciavam um rendimento que era parcialmente canalizado para as entidades senhoriais, através das taxas de portagem pagas à entrada das regiões sob seu domínio.

Na actividade transportadora marítima destacam-se necessariamente os contactos entre os seus agentes, desde os proprietários e armadores até aos tripulantes, com as

correspondentes relações de repartição do rendimento líquido dos fretes. Todo o processo de transporte marítimo envolvia também diferentes tipos de relações económicas e sociais entre os fornecedores de matérias-primas, os construtores e os proprietários das frotas; entre os armadores e os comerciantes que fretavam os navios.

O recrutamento de mestres, pilotos e marinheiros não resultava de imposições coercivas, empregando-se os homens do mar como assalariados. Para conseguir pessoal o dono dum navio tinha de oferecer um salário que nas condições de mercado de trabalho da época fosse considerado atraente para os marinheiros. Eram os tripulantes das embarcações que carregavam e descarregavam as mercadorias, recebendo o respectivo salário. O processo de contratar pessoal assalariado revela já a existência de relações de tipo capitalista.

A quem pertencia a frota comercial? As embarcações eram propriedade dos próprios capitães ou dos armadores. Eram membros da classe não aristocrática que controlavam quase toda a frota mercantil. Uma burguesia constituída por armadores investia os seus rendimentos no fabrico de barcas, baixéis e naus. Não se via que a aristocracia se servisse do seu poder material e económico para se assenhorear dos barcos e dos respectivos rendimentos directos. Uma pequena parcela da indústria transportadora mantinha-se na posse de certas entidades da classe soberana, mas a sua exploração decorria em condições idênticas às dos restantes armadores. A inexistência deste domínio directo das classes aristocráticas permitiu um desenvolvimento mais rápido da marinha comercial. A circunstância de as embarcações serem instrumentos produtivos dotados da qualidade física de se deslocarem no espaço não enfraquece os vínculos estruturais que os uniam ao sistema económico dos países de que emanavam, independentemente das mercadorias transportadas.

O próprio armador explorava a actividade transportadora que, por vezes, acumulava com a função de mestre do barco ou de mercador. O progresso da produtividade em diversos ramos com o concomitante alargamento do comércio, proporcionavam elevados lucros obtidos nos transportes comerciais, justificavam o desenvolvimento quantitativo e qualitativo das frotas comerciais e, ainda, o despontar dum processo que já não tinha como objectivo a acumulação de riqueza mas, antes de mais, a acumulação de capital.

Para o armador e para o mercador que fretava um barco interessava acima de tudo a quantidade de carga a conduzir ao ponto de destino da viagem. Mas para atingir o nível aconselhável do seu aproveitamento económico concorrem outros factores, desde o processo de embalagem até aos sistemas de carregamento e descarregamento portuários. O desenvolvimento de veleiros com cascos que se protegiam contra as marés altas e dispunham de maior largura e espaço para carga, fez aumentar a margem de lucro dos transportes de mercadorias de grande volume e baixo valor. Estes navios podiam enfrentar grandes distâncias entre os portos, navegar ao sabor do vento, não se limitando a curtas viagens ao longo das costas.

O custo do frete aproveitava aos titulares das embarcações. Porém, os diversos sectores das classes dominantes serviam-se da sua posição privilegiada para ampliar os seus rendimentos. As entidades senhoriais ou concelhias, que controlavam os diversos portos, regulamentavam e determinavam como alfandegar e desalfandegar as mercadorias, com vista a acautelar a cobrança dos respectivos direitos e o pagamento dum montante a título de ancoragem. Esta cobrança era efectuada tanto nos portos pertencentes ao soberano como nos pertencentes a outras entidades.

Era pelo domínio dos portos marítimos que se concretizavam as formas de apropriação senhorial. Em determinados casos a receita revertia total ou parcialmente para o fundo concelhio. Os monarcas tiravam também proventos do exercício do

comércio ou do fretamento dos navios que lhes pertenciam. Empréstavam capitais sob fiança aos mercadores e obtinham um acréscimo de rendimento através das dízimas pagas que incidiam sobre as mercadorias entradas e saídas.

3 – RELAÇÕES COMERCIAIS

3.1 – COMÉRCIO

O avanço da produção agrícola e pecuária, o progresso ocorrido na pesca e na salicultura, a especialização artesanal, conduziram à existência regular de excedentes comercializáveis. Aparecem as feiras e certos mercados estabilizados em regiões onde as trocas eram ainda muito rudimentares. A quebra dos limites rígidos duma economia de subsistência canalizou cada vez mais os excedentes agrícolas para o mercado.

O mercado é o lugar de encontro entre uma oferta e uma procura, que conduz à formação dum preço; é o lugar onde se efectuam contratos de compra e venda ou aluguer de bens e serviços. O mercado não é mais do que um conjunto de relações entre pessoas, entre produtores e consumidores, quer essas relações sejam directas ou indirectas, neste caso através da intervenção de mediadores que actuam em face das mercadorias aí colocadas ou solicitadas, quer sejam meios de produção ou de consumo. O mercado abrange a esfera da circulação de mercadorias dentro duma determinada região ou país. Surgiu e desenvolveu-se na base da divisão social do trabalho e da especialização dos produtores.

Na produção mercantil o mercado revela-se como uma demarcação espacial, assinalada como local concreto onde se realiza uma série de operações de troca. A mercadoria passa das mãos do produtor para as do mercador e deste para um consumidor ou outro mercador, por intermédio do dinheiro como meio de troca. A mercadoria adquire um valor de troca, dando lugar à formação de preços. Estas operações podem não ocorrer no mesmo espaço físico.

Com a transformação dos produtos em mercadorias, o mercado passa a desempenhar um papel regulador da actuação dos factores de produção e posse dos meios de produção. O mesmo acontece com a força de trabalho que é introduzida no mercado através da sua alienação. Porém, os fenómenos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, de pobreza e riqueza, dependem dum crescimento geral da economia que o mercado não é capaz de regular, não garantindo o pleno emprego dos recursos disponíveis, nem a eliminação das desigualdades sociais.

No comércio o processo de circulação efectua-se pela troca dos produtos do trabalho sob a forma de compra e venda de mercadorias. O comércio é uma das raras actividades económicas que não cria nem transforma produtos, apenas transfere bens e serviços dos produtores para os consumidores, outros produtores ou mercadores. O objectivo da troca não é o valor de uso, pois o comerciante não compra as mercadorias para as utilizar pessoalmente, mas o valor de troca sob a sua forma monetária. A essência e as formas do comércio são determinadas pelo modo dominante de produção.

Os comerciantes compram as mercadorias susceptíveis de serem trocadas por outras e concentra-as com o objectivo de as vender posteriormente satisfazendo os seus eventuais compradores; transformam as compras e as vendas de mercadorias em dinheiro, que se integra no processo de circulação monetária. As trocas podem também realizar-se com pagamento diferido, em que uma das partes entrega as mercadorias no

momento da transacção e a outra compromete-se a satisfazer, dentro de certo prazo, o valor equivalente. Trata-se neste caso duma operação de crédito.

O aparecimento do comércio revestiu-se de importantes efeitos no progresso da sociedade. Na realidade: teve uma função social que permitiu regular os laços de solidariedade entre grupos sociais ou geográficos; desempenhou um papel muito importante nos fenómenos de transferência de civilizações, no sentido mais amplo do termo; desenvolveu-se não só devido à procura dum ou outro produto, mas devido aos excedentes de produção; forneceu novas matérias-primas e estimulou o surgimento de novos ramos de produção, com o objectivo de efectuar novas trocas no mercado interno ou externo; deu lugar à intensificação da acumulação de capital, um dos factores fundamentais na formação do capitalismo.

RCom a cunhagem da moeda, o comércio expandiu-se principalmente na área dos bens manufacturados ou dos bens de luxo. Os mercadores preferiam comercializar estes produtos em vez dos bens de primeira necessidade, como os cereais, que se revelavam pouco manuseáveis e demasiado perecíveis para obter lucros fáceis.

Numa fase inicial, o comércio tratava de trocar bens entre regiões que não produziam o mesmo tipo de produtos. Os mercadores adquiriam a possibilidade de comparar preços e assim realizarem o máximo lucro possível. Não cessavam de tentar alargar os mercados procurando eliminar os obstáculos que limitavam a sua expansão.

3.2 – LEIS DO MERCADO

Ao examinar as relações no mercado é imprescindível destacar a natureza acessória e subsidiária das determinantes recíprocas do jogo da oferta e da procura com a sua incidência sobre os preços. Quando a quantidade oferecida é insuficiente em relação à procura, aos desejos dos consumidores, os preços têm tendência a subir. Inversamente, se a oferta é mais elevada que a procura, o preço baixará. Este fenómeno dá lugar a que, quando os preços estabelecidos baixam, os produtores retenham as mercadorias não as apresentando no mercado. Se os preços aumentam, os produtores apressam-se a vender a sua produção, daí retirando um lucro adicional. Os preços de mercado, em determinados momentos e lugares, diferem dos preços administrativos. Estas regras só actuam em curtos lapsos de tempo em que os preços não podem coincidir com o valor de troca das respectivas mercadorias, tendo em atenção os múltiplos factores que se fazem sentir na realidade viva e imediata. As leis que influenciam a formação dos preços são observadas ainda hoje, no dia-a-dia das transacções mercantis.

As obrigações monetárias fixas, como as decorrentes dos impostos, que têm de ser satisfeitas, exercem uma influência indirecta na política de determinação dos preços, pois podem forçar os produtores a vender contra a sua vontade numa situação em que os preços tendem a decair.

No sistema mercantil, os limites relativamente estreitos da técnica produtiva não permitiam uma ampla resposta dos vendedores ou um vantajoso estímulo decorrente da mobilidade dos preços. A quantidade de mercadorias postas à venda decorria também da dependência dos produtores e distribuidores perante factores incontroláveis, tais como: as oscilações na produção agrícola ou na oferta de mercadorias importadas, os atrasos ou estragos ocorridos no transporte sobretudo por via marítima.

A dimensão e a composição da procura nos mercados locais eram influenciadas pela organização da produção e da distribuição e pelas relações económicas estabelecidas entre os diversos sectores da sociedade. No seu todo, a procura social

dependia da tendência da taxa da renda que quanto mais elevada fosse menor seria a procura efectuada pelas classes sujeitas ao seu pagamento. Noutros sectores da sociedade, como os diversos estratos da burguesia e das camadas que estavam na sua dependência, a procura estava relacionada com o progresso tecnológico susceptível de criar novas necessidades e alterar as existentes. Dum modo geral, a procura apresentava poucos altos e baixos, devido ao facto de predominarem no mercado bens que satisfaziam necessidades fundamentais e o consumo dos próprios artigos de luxo se restringir à classe senhorial e à burguesia próspera.

As imposições senhoriais e as adoptadas pelos concelhos para que os produtos se transaccionassem exclusivamente nos mercados sob o seu domínio constituíam um dos elementos que restringia o livre movimento da possível oferta em face da oscilação dos preços. Estas restrições aos movimentos espontâneos dos mercados propiciavam manobras especulativas de artigos de amplo consumo. As variações da moeda a curto prazo, em geral no sentido da desvalorização, eram suscitadas pelo factor preço. Só quando as variações atingiam uma grande amplitude, ocorriam desequilíbrios que podiam desencadear movimentos ajustadores. Face a estes elementos, é notório que as leis da oferta e da procura, embora se fizessem sentir, desempenhavam uma função modesta.

3.3 – CORPORAÇÕES COMERCIAIS

As corporações de comerciantes procuravam regular o mercado em matéria de qualidade e preço dos artigos e celebrar acordos de partilha dos lucros obtidos. A maior parte das vezes, estas associações apenas se ocupavam dos seus membros. Nem sempre, os interesses do Estado e das corporações coincidiam. Por estas e outras razões as corporações comerciais perderam a pouco e pouco a sua importância e algumas das suas funções foram assumidas por autoridades políticas. A influência crescente do Estado sobre a economia, exercida pela vigilância dos mercados, a protecção do comércio e o apoio fornecido às empresas comerciais e industriais, foi mais responsável pelo seu declínio do que os factores puramente funcionais.

Ante a intensificação da concorrência capitalista as corporações tenderam a fechar-se e a conservar ciosamente os seus privilégios, aumentando as taxas de ingresso e agravando as condições de acesso. A pouco a pouco foram substituídas por comerciantes independentes, por sociedades, companhias ou ligas comerciais. Ao longo do século XVII converteram-se em corpos sociais petrificados.

Muitos destes agrupamentos comerciais adaptaram-se a novas condições, permitindo uma razoável liberdade aos seus membros, facilitando assim a extensão do comércio a vastas regiões e procurando aproveitar as boas ocasiões para os seus negócios. Os novos comerciantes procuravam que o Estado lhes assegurasse monopólios muito restritos e que um estatuto privilegiado os libertasse dos regulamentos governamentais que dificultavam a sua actividade. Obter a liberdade do comércio tornou-se o objectivo fundamental dos grandes comerciantes.

As associações de mercadores, denominadas hansas, eram formadas para promover os interesses comerciais dos seus membros e garantir o exclusivo do comércio marítimo numa região. Formaram-se hansas, com fins comerciais, em finais do século XIII, em numerosas cidades do Norte da Europa. Estas ligas adoptavam uma lei comum que regulamentava a sua actividade comercial, assegurava aos seus membros uma protecção militar e naval e tentava obter e salvaguardar monopólios para a região onde exercia a sua actividade. As cidades onde se formaram as ligas conservavam a sua

autonomia nos negócios internos. A política externa visava proteger e melhorar a situação comercial dos seus membros. As hansas negociavam com os soberanos da região para obterem privilégios comerciais e poderem abrir estabelecimentos ou sucursais, conseguir uma melhoria dos portos e pôr fim às actividades dos corsários e piratas. Nos dois séculos seguintes as hansas dominavam o comércio do Norte da Europa e exerciam um poder político considerável. Os seus privilégios comerciais foram depois atacados por outros interesses e países, como ingleses e holandeses, e no século XVI não se dissolveram mas perderam a sua importância.

Na China, no século VIII, os mercadores agrupados em quartelões independentes formavam corporações, dispendo duma relativa autonomia, que os governantes protegiam porque lhes facilitavam o controlo do comércio. No século XVI, diferentes sectores do comércio eram controlados por grandes corporações. Todos os negócios tinham de passar pela Corporação dos Mercadores Chineses, que estabelecia as taxas alfandegárias, os preços das mercadorias importadas e exportadas, controlando a compra e venda das mesmas. O seu sistema muitíssimo organizado protegia os seus interesses comuns e regulamentava os numerosos aspectos do comércio.

Na Índia, as corporações revelaram aspectos surpreendentes na organização e administração do comércio nos centros urbanos, ao emitirem moeda e servirem de bancos, recebendo depósitos em troca de juros. Existiam corporações de comerciantes que chegavam a dispor de caravanas e de navios, praticavam toda a espécie de comércio, por grosso ou retalho, em especial de cavalos, elefantes, pedras preciosas e drogas.

No comércio transariano na África Ocidental chegou a ser fundada uma sociedade internacional que era uma réplica das hansas europeias.

Em algumas regiões andinas, a formação de áreas de trocas a médias e longas distâncias motivou a existência de grupos ou corporações de mercadores, ligadas aos chefes étnicos, que se ocupavam fundamentalmente do comércio de alguns produtos para entrega como tributo.

4 – RELAÇÕES DE REPARTIÇÃO

4.1 – EXCEDENTE ECONÓMICO

Os caçadores e colectores não tinham necessidade de produzir excedentes, salvo em situações pontuais de presumível escassez. Os povos limitavam-se a recolher aquilo que precisavam para consumo imediato ou a um prazo muito reduzido. A produção era insignificante, apenas a necessária para a manutenção da própria vida e a satisfação das necessidades mais elementares. No ano de 1964, o antropólogo Richard Lee partilhou a vida duma tribo e constatou que os seus habitantes precisavam em média de três dias por semana para assegurar a subsistência de todos os membros do grupo, mesmo englobando os que não podiam ou não desejavam trabalhar nas actividades de subsistência. Este é um exemplo de sociedade onde o tempo dedicado ao trabalho “necessário” à vida material é bastante inferior ao das sociedades de classes, onde os produtores produzem para eles e para os outros que não só não trabalham como exigem condições para simbolizar os seus estatutos e exercer as suas actividades sociais.

O desenvolvimento constante das forças produtivas elevou-se a um nível que permitiu a alguns povos atingir uma produção superior à indispensável para satisfazer as suas carências mais directas, como alimentação, vestuário ou habitação. O incremento da produtividade do trabalho tornou possível que se produzisse mais do que o indispensável para manutenção da produção necessária e a reprodução da força de trabalho. O tempo excedente permitiu o aparecimento de indivíduos não ocupados inteiramente com a produção de bens essenciais.

A produção necessária é formada pela parte do produto social criado pelos trabalhadores para a sua própria subsistência, dos seus familiares ou da sua comunidade, para a sua preparação e adestramento, e reprodução da sua força de trabalho, conforme o nível de vida atingido por uma determinada sociedade no decurso do seu desenvolvimento histórico. Uma outra parcela é indispensável reter para assegurar a substituição dos meios produtivos consumidos de forma a permitir a prossecução da actividade económica. A restante produção constitui a produção excedentária.

A essência e a forma da divisão entre produto necessário e produto excedentário são determinadas pela natureza das relações económicas dominantes. Ainda hoje existem populações consideradas incapazes de produzir um excedente. Conforme o modo de produção, o excedente produzido é destinado, uma parte a entregar à classe dominante como tributo ou mais-valia e outra a ser trocada por outros produtos ou a ser vendida no mercado.

O aumento da produção excedentária deriva dos esforços da própria sociedade, das relações entra as classes, das facilidades naturais disponíveis em cada região, natureza do solo e do clima, da produtividade do trabalho e da utilização de novas tecnologias. A civilização surge, em primeiro lugar, nas regiões onde o homem se liberta da necessidade de consagrar toda a sua energia e inteligência apenas ao problema da sua sobrevivência. Enquanto as energias dos membros duma sociedade estão empenhados apenas na busca do sustento, a exiguidade dum excedente alimentar não dá lugar à diversificação das actividades produtivas nem, portanto, ao desenvolvimento duma economia complexa que obriga a uma divisão social do trabalho.

A adopção da agricultura permitiu um excedente durável da produção alimentar e tornou possível um consumo significativo de produtos não estritamente alimentares. Esta situação levou a uma especialização da actividade produtiva e à criação de novos utensílios e instrumentos de trabalho. As colheitas mais abundantes aumentaram ainda com o crescimento demográfico.

A forma como o trabalho excedente tem sido apropriado difere nos diversos estágios da sociedade. Numa sociedade predominantemente agrícola, em que as relações sociais estão ligadas à posse da terra, o trabalho excedente tende a ser executado directamente como obrigação individual ou a tomar a forma de entrega pelo cultivador ao seu senhor dum tributo, ou seja, duma certa cota do produto em espécie. O trabalho excedente estava perfeitamente identificado e reconhecido.

Entretanto, foram-se colocando questões inerentes à posse dos bens acumulados e dos excedentes produzidos para além das necessidades imediatas dos produtores. Os produtos do trabalho não são já apenas destinados ao consumo das comunidades produtoras, mas também à apropriação coerciva pelos não produtores que vão surgindo. A intensificação da produção agrícola e pecuária, deixa de ser partilhada por toda a comunidade, permitindo a acumulação e conservação de excedentes, que se concentraram nas mãos dos chefes detentores do poder. A produção social não consumida pelos produtores é assim absorvida pelos chefes tribais e religiosos e, mais tarde, pelos soberanos, nobreza e chefes militares, o que permitiu constituir reservas que

serviram para pagar os serviços daqueles que eram designados para se ocuparem da manutenção e dos interesses das classes dominantes em formação.

A apropriação do excedente assumiu modalidades específicas nos diferentes modos de organização social em que governantes reivindicam para si próprios os excedentes, sob a forma de tributo, renda, imposto, juro ou mais-valia. Ao mesmo tempo, estas modalidades representaram formas determinadas de acumulação e, portanto, do seu emprego.

Com o aparecimento das relações de dominação e exploração, o excedente encontrou as condições mais decisivas e gerais da sua realização regular. A existência dum sobreproduto regularmente obtido e a possibilidade da sua redistribuição impulsionaram a constituição duma força social antagónica e do Estado. A formação dum produto excedente de dimensão considerável permitiu que uma pequena parte das pessoas pertencentes a um grupo ou comunidade pudesse libertar-se dos trabalhos imediatos da produção, passando a concentrar as suas forças em outros ramos de actividade.

No modo de produção tributário, os excedentes serviram para acumular riquezas e para a manutenção da classe dominante e de todo aquele mundo de burocratas e artesãos que viviam e trabalhavam nos palácios e templos, sendo uma porção substancial destinada ao aprovisionamento e à aquisição de instrumentos bélicos. A dimensão dos excedentes é atestada pela grandeza das obras públicas, o consumo de artigos de luxo, por vezes transportados ao longo de distâncias consideráveis, o sustento de grupos de oficiais ou servidores dos templos. Simultaneamente, esse progresso foi uma condição imprescindível ao acréscimo duma população desligada das tarefas orientadas para a obtenção de géneros alimentícios e que pôde dedicar-se a outras profissões. Os governantes forçavam as massas rurais a produzir mais do que era necessário para a satisfação das suas próprias necessidades. Sempre que os processos de trabalho necessário e excedente não correspondiam a este objectivo recorriam mesmo à coacção extra-económica, que ia da força da tradição ou da violência, para que se realizasse o processo de extracção do excedente. Por vezes, os excedentes armazenados pelos senhores eram redistribuídos. Essa redistribuição ocorria em tempos de grande carestia ou através da realização de grandes festas que consolidavam o prestígio e o poder dos soberanos face aos seus subordinados.

Na escravatura apenas a parte extremamente reduzida do dia de trabalho em que o escravo simplesmente reintegra o valor dos meios da sua subsistência, em que portanto trabalha para si próprio, representa o trabalho necessário; todo o trabalho restante apresenta-se claramente como trabalho adicional e consequentemente não pago.

Na produção mercantil, a diferença entre o valor da força de trabalho levada a custos de produção e o valor que resulta da venda das mercadorias, traduz-se na diferença entre a remuneração do trabalho necessário à produção e a quantidade de trabalho efectivamente fornecido e integrado no produto. Tal diferença revela-se na criação dum produto material de valor superior ao obtido com o produto necessário, ou seja, um sobreproduto. Este sobreproduto é utilizado para o consumo pessoal do mercador, para a ampliação da produção, acumulação de riqueza ou de capital.

O aumento da produtividade nos ramos de actividade que produzem meios de produção para o fabrico de artigos de consumo necessários à subsistência dos trabalhadores, conduz a uma redução do valor desses artigos e consequentemente à redução do valor da força de trabalho. Encurta o tempo de trabalho necessário e aumenta, à custa do mesmo, o tempo de trabalho adicional. Com este sobretrabalho, considerado trabalho não pago, intensifica-se a exploração dos trabalhadores e agudiza-se a luta de classes.

O aparecimento das cidades marca o momento em que a produtividade atingiu um nível que permitiu à sociedade utilizar os produtos excedentes para sustentar uma considerável quantidade de pessoas que não estavam directamente envolvidas no trabalho da produção mas ocupava cargos de grande importância para a sociedade: administradores, soldados, sacerdotes, artistas, intelectuais, etc.

A existência permanente de excedentes levou à criação de todo um sistema de comércio, no qual as leis reguladoras das trocas comerciais, dos valores relativos de mercado e duma economia equilibrada se revelaram completamente compreendidas e aceites. O excedente tinha de ser lançado no circuito comercial em proporções que aumentavam aos poucos em função do crescimento da produtividade e das possibilidades impostas pelos vínculos económicos. Os excedentes eram também aumentados à custa de roubos ou comércio desigual com populações vizinhas, captura de escravos, alargamento do território e consequente aumento da população, através de actos de pirataria ou da guerra, tornando-se estes elementos constantes da vida da sociedade.

O valor excedente é uma fonte de acumulação, mas deve encontrar relações estruturais definidas para poder ser acumulado. Se o excedente tiver apenas a forma material dos géneros de consumo e não é destinado ao aumento de produção e do investimento, pode considerar-se uma acumulação de riqueza mas não uma acumulação de capital.

No modo de produção capitalista, o tempo de trabalho socialmente necessário é a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador reproduz o valor da sua força de trabalho. É um tempo determinado pelas condições técnicas e organizáveis para um espaço considerado, pela preparação média dos trabalhadores, e pela intensidade média de trabalho para a época, ou seja, o tempo necessário a uma produtividade média. Este tempo necessário requer só uma parte da jornada de trabalho, constituindo a parte restante um sobretrabalho, utilizado para enriquecer as classes dominantes. Com este fim, estas classes procuram reduzir o trabalho necessário e aumentar o trabalho excedente. A grandeza do sobretrabalho é obtida pela subtracção do tempo de trabalho necessário ao dia de trabalho total.

O tempo de trabalho individual efectivo consiste no tempo que um produtor aplica na elaboração da unidade dum dado tipo de produção. Este tempo depende do nível de desenvolvimento dos meios de trabalho empregues, da forma como está organizada a produção, da qualificação dos trabalhadores, da intensidade do trabalho e doutras condições que influenciam a produtividade. O tempo de trabalho individual efectivo pode desviar-se num sentido ou noutro do tempo de trabalho socialmente necessário. Quando é menor, as classes dominantes recolhem, além do lucro habitual, uma mais-valia extraordinária; quando é maior as unidades económicas sofrem perdas, não conseguem esse benefício extra e vêem-se obrigadas a melhorar a técnica de produção e, consequentemente, elevar a produtividade do trabalho. Caso contrário, arruinam-se. A contradição entre o tempo de trabalho individual e o tempo de trabalho socialmente necessário apresenta um carácter antagónico e irreconciliável.

4.2 – REGIME E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Nas sociedades senhoriais ou tribais, com o rendimento da tributação de agricultores, pastores e artesãos, as classes dominantes pagavam em espécie aos seus soldados e funcionários, aos artesãos e outros indivíduos que preferiam trabalhar directamente para os governantes. A remuneração dos membros dependentes dos

palácios ou dos templos era constituída por géneros, para além do mínimo indispensável, e outros produtos provenientes, em geral, dos tributos recebidos pela aristocracia dominante. Alguns funcionários mais graduados eram compensados com os rendimentos do cultivo dos campos e dos agregados a eles adstritos. Eventualmente, a sua remuneração incluía o usufruto de lotes de terreno, sujeito a condições reversíveis, caso o serviço deixasse de ser prestado.

No trabalho servil era evidente a diferença entre o trabalho do servo para si próprio e o trabalho forçado exigido pela aristocracia. Na escravatura todo o trabalho aparecia como trabalho não pago, mesmo a parte do dia de trabalho na qual o escravo trabalha para si próprio, ou seja, o valor dos seus reduzidos meios de vida.

O mesmo não acontece com os assalariados. No trabalho assalariado a diferença entre o trabalho necessário e trabalho excedente esbate-se e o trabalho não pago apresenta-se como pago. A forma salarial aparece como se tratasse da remuneração de todo o trabalho do assalariado. Na realidade corresponde apenas ao valor da força de trabalho integrada no novo produto criado pelo trabalhador. Como já foi referido, tanto nas sociedades tributárias como nas mercantis, a remuneração do trabalho assalariado não se fazia sentir de forma substancial devido à pequena percentagem de assalariados em relação à população total directamente empenhada nas tarefas produtivas.

No sistema capitalista, há que distinguir o salário nominal do salário real. O salário nominal é a soma de dinheiro que o trabalhador recebe do capitalista. O salário real depende do nível de preços do conjunto dos bens e serviços que o trabalhador pode comprar para si e para a sua família, com a remuneração monetária que recebe. É ainda influenciado pela dimensão dos alugueres das habitações, das participações sociais, dos impostos, etc. No capitalismo observa-se uma tendência constante para diminuir o nível do salário real, através da subida dos preços dos artigos de consumo, mesmo que se mantenha o salário nominal. Na medida em que os salários em dinheiro deixaram de acompanhar a subida dos preços das mercadorias, os empregadores e donos de capital enriqueciam anormalmente à custa da redução do padrão de vida da classe trabalhadora.

4.3 – RENDIMENTOS DA TRIBUTAÇÃO

O tributo é uma contribuição paga pelo povo a uma entidade senhorial ou tribal, a uma cidade ou ao Estado ou a contribuição que um estado dependente tem de pagar a outro como prova da sua submissão. Os suportes dos poderes económicos dos soberanos e dos chefes tribais residia nos seus rendimentos, que não se concentravam única e exclusivamente nas mãos do próprio governante, pois uma parte distribuía-se pelos membros da sua família e das cortes palacianas. Os rendimentos da tributação permitiam às classes dominantes sustentar os seus escravos, efectuar o pagamento em espécie aos guerreiros, funcionários, artesãos e outros indivíduos a trabalhar para a instituição estatal.

A apropriação do excedente agro-pecuário assume a forma de um tributo regular que pode ser constituído por porções significativas das colheitas ou por um certo número de cabeças de gado. Além desta entrega de bens, os homens são obrigados, pelos costumes instituídos, pela força ou pela lei, a trabalhar a terra dos governantes, a construir templos, túmulos ou palácios, ou mesmo a prestar serviço militar. A tributação em géneros era a mais corrente nas zonas rurais.

Os bens materiais produzidos pelos camponeses ou pelos artesãos para entregar ao senhor como tributo não adquirem por isso a categoria de mercadorias pelo facto de serem produzidos para outros. Só existe mercadoria quando os produtores destinam

parte dos seus produtos para venda no mercado a terceiros com a finalidade de obter benefícios dessa transação, receitas que poderão destinar-se ao pagamento de rendas em dinheiro, à aquisição futura de outros bens ou a entesouramento.

No sistema de economia tributária, as classes ou grupos hierarquicamente dominantes eram detentoras de grande parte dos rendimentos das terras e do gado, em relação aos quais eram reconhecidos os seus poderes totais sobre o produto da actividade desenvolvida pelos agricultores. No meio rural, os excedentes iam parar às mãos das classes dominantes através do pagamento da renda pelo usufruto da terra, de bens e meios de produção imobiliários, de cabanas ou pardieiros aí localizados, construídos pelos próprios camponeses, e nos quais residiam e exerciam a sua profissão. Os camponeses enviavam ao palácio ou ao templo uma percentagem do produto realizado e prestavam serviços com dias de trabalho gratuito. Como recompensa recebiam alguns serviços básicos produtivos, religiosos e militares ou, como era frequente, apenas propaganda religiosa e política.

A tributação não se limitava à actividade agro-pecuária e envolvia outras modalidades tais como, extracção do sal, exercício dum mester, comércio ou qualquer outra. Tudo era tributável, desde os produtos agrícolas até ao trabalho dos artesãos e às transacções comerciais. Sobre as várias camadas da população rural e citadina eram lançados encargos permanentes e fixos que envolviam actividades como indústrias alimentares, transformadoras como olaria e fabricação de telhas, além dos rendimentos da aplicação da justiça e dos réditos de carácter fiscal como portagens, dízimas, sisa, etc. Um outro encargo a que as populações estavam sujeitas, tanto nos meios rurais como urbanos, denominado aposentadoria, era a obrigatoriedade de albergarem em suas casas os viajantes poderosos dando-lhes alimentação, dormida e a obrigação de se submeterem a apropriações e estragos às claras, sem rodeios.

Os rendimentos dos soberanos, além dos provenientes das terras, abarcavam os resultantes de vários meios de produção de bens de consumo duradouro, como casas e equipamentos fixos. Tudo isto era acrescido de impostos percebidos da importação e exportação de mercadorias, de portagens, das receitas provenientes da quebra da moeda, de tributações extraordinárias e das sisas gerais. Entre os rendimentos dos soberanos importa ainda referir os que eram retirados das minorias étnicas ou religiosas e que se caracterizavam por uma maior abrangência e taxas mais elevadas. Outra relevante fonte de rendimentos reais consistia no quinhão dos despojos tomados ao inimigo e que os combatentes deviam entregar ao soberano.

As chamadas dízimas pagas às classes senhoriais revestiam a forma duma percentagem da produção, como sucedia na agricultura, na pesca ou na produção de sal ou incidiam sobre as mercadorias importadas e grande parte das exportações e, por vezes, sobre o trânsito interno que se fazia por mar. Sobre a pecuária era calculada em unidades.

Entre as comunidades nómadas a tributação tomava frequentemente a forma de entrega de cabeças de gado. Quando as tribos nómadas conquistavam o poder político restava aos agricultores resignarem-se ao pagamento do tributo exigido pelos chefes tribais se queriam continuara a explorar a terra. As populações sedentárias praticavam a agricultura, mas como os nómadas impunham frequentemente a sua soberania sobre as populações, habitualmente cobravam um tributo em cereais, bem como outras contribuições em géneros e também em dinheiro. O tributo era também exigido às caravanas que percorriam as rotas

Além dos proventos resultantes da entrega do domínio de terras com as respectivas rendas e outros benefícios, as fontes de rendimento da nobreza tinham ainda outras proveniências, tais como: proventos originados pelo desempenho como

delegados políticos, administrativos e jurídicos, funções atribuídas pelo soberano; proventos para remunerar o serviço militar e custear as despesas dos combatentes, obrigando-se a nobreza a servir o soberano na guerra. Para a nobreza a guerra tornava-se um ofício lucrativo, servindo para absorver uma parte considerável dos rendimentos do rei, através das quantias recebidas com regularidade e dos despojos conquistados nos combates.

Nas terras abrangidas pelos seus domínios, as diversas instituições religiosas percebiam rendimentos idênticos aos recolhidos pelos soberanos, apenas com algumas excepções. A grande fonte de receita dos templos residia em diversos tributos, sobretudo a dízima imposta aos agricultores, aos pastores, aos artesãos e aos funcionários. Na maioria dos casos era paga em produtos agrícolas ou pecuários, mas muitas vezes também em peixe, lã, tecidos, etc. Pela sua projecção quantitativa, esta dízima constituía uma das mais importantes receitas das instituições religiosas. A sua cobrança suscitava frequentes conflitos com as classes produtoras, as quais naturalmente se esforçavam por se furtarem ao pagamento total ou parcial. Para resolver esta questão os agricultores estavam proibidos de retirar o cereal da eira ou o linho do tendal sem que o dizimador viesse avaliar a produção. Para as actividades onde a fiscalização era mais difícil, as entidades religiosas adoptavam a solução de fixar um montante certo em dinheiro.

Os tributos impostos a outras comunidades ou países podiam tomar duas formas principais: uma, era o pagamento dum pesado tributo como reconhecimento da sua subjugação; outra forma, era a imposição aos estados vassallos dum tributo anual, embora lhes fosse deixada a manutenção duma certa independência política e económica. Estes tributos eram prestados em bens de luxo ou outros que postos em circulação beneficiavam a economia do país conquistador. As formas de tributação apoiavam-se explicitamente em relações de domínio entre povos ou estratos sociais e que conduziam a incessantes redistribuições do poder. Por vezes, as regiões subjugadas não eram devastadas, ficando apenas sujeitas ao pagamento de tributos. É o caso do procedimento dos mongóis que preferiam assegurar a exploração económica dos países através da cobrança de taxas e outros tributos.

Às cidades podia ser atribuído o domínio sobre as aldeias que se encontravam no território urbano, continuando os seus habitantes a possuir os seus lotes de terreno mediante o pagamento dum tributo à cidade. As despesas locais encontravam-se em regra a cargo dos concelhos. Aqui não se punha o problema do rei aplicar com regularidade parte das rendas aí recebidas para ocorrer aos encargos concelhios. O controlo dos mercados pelas autoridades urbanas incluía o direito à cobrança de taxas de mercado e de portagem, o que proporcionava uma importante fonte de rendimento.

O alargamento das actividades comerciais, internas e externas, trouxe alterações nas relações de repartição basilares entre os comerciantes e as classes dominantes. O produto da venda de mercadorias trazidas do estrangeiro era constituído predominantemente por artigos de luxo, de que os principais compradores eram a aristocracia. Este fenómeno representava um canal de transferência de rendimentos dos aristocratas para os comerciantes. Os mercadores dispunham ainda da possibilidade de jogar com preços especulativos e, além disso, eram os intermediários na transferência de parte da renda senhorial encaminhada para os armadores navais que efectuavam os transportes e para os próprios comerciantes dedicados ao comércio externo. Porém, constituíam benefícios dos monarcas as receitas provenientes do fretamento de navios que lhes pertenciam, da administração da justiça civil ou do exercício das funções notariais. Frequentemente, as classes dominantes exigiam que os vendedores

entregassem as mercadorias por preço inferior ao corrente no mercado, chegando este abuso até à apropriação sem qualquer pagamento.

A passagem a uma economia monetária, combinada com as desvalorizações da moeda metálica, originou consequências importantes nas relações de repartição. Os rendimentos da quebra da moeda eram monopólio real. A quebra da moeda, realizada através da cunhagem de novas moedas, traduzia-se na prática num tributo muito oneroso. A diferença entre o valor intrínseco e o valor facial constituía um rendimento extraordinário obtido, deduzido o custo da amoeção. Quanto mais volumosa tendia a ser a quantidade de moeda em circulação, maiores receitas proporcionava.

As relações estabelecidas entre credores e devedores geraram outro tipo de relações de repartição por meio da passagem duma parcela do rendimento do devedor para o seu credor. Os reis emprestavam capitais sob fiança aos mercadores e obtinham assim um acréscimo de rendimentos dos impostos e taxas que recaíam sobre as mercadorias.

Em Creta, II milénio a.C., os agricultores do interior rural entregavam azeite, vinho, cereais e outros produtos agrícolas nos palácios, a título de tributos. A maioria destes produtos era utilizada para sustentar as comunidades que habitavam no palácio: a elite dominante, escravos e artesãos. Uma parte destinava-se à exportação.

Na Pérsia, em meados do I milénio d. C., funcionava um sistema de tributação baseado numa avaliação das potencialidades económicas dos países que faziam parte de Império, ou seja, no cálculo da área das terras aráveis e da sua fertilidade. Os povos subjugados ofereciam presentes ou pagavam tributos, parcialmente em géneros. Os governadores tinham de pagar os tributos em dinheiro, prata ou géneros, fixados para cada região. Os chefes exigiam pagamentos em cabeças de gado na altura das redistribuições periódicas das pastagens comuns atribuídas às diversas linhagens, transformando assim o serviço prestado numa fonte compensatória.

A maioria dos Estados islâmicos reclamava direitos de tributação como compensação pela protecção das comunidades locais, face aos perigos exteriores e possíveis desordens interiores.

No Império Bizantino, século XII, o processo de tributação compreendia três fases: a medição da terra por categorias e qualidade, o valor da terra ou cultivo e o cálculo do imposto fundiário de base. Os resultados das estimativas da matéria tributável eram inscritos em livros de registos. A tributação monetária era complementada com serviços obrigatórios que o contribuinte tinha de efectuar.

Na China, várias cidades e distritos enviavam os seus tecidos representativos, de seda e outros, para a corte imperial como tributo anual. Os rendimentos imperiais eram aumentados com a venda dos produtos metalúrgicos e do monopólio estatal do sal. No século XVI, as receitas do governo vinham principalmente dos impostos, das taxas alfandegárias e dos presentes. As principais despesas eram provenientes dos privilégios concedidos pela família imperial, dos salários dos funcionários públicos e do pessoal militar. As tribos subjugadas pagavam o seu tributo em homens. Em contrapartida, o país esteve sujeito ao pagamento de tributos às tribos mongóis quando ocuparam o seu território.

Na Índia, século XVII, os recursos reunidos pela classe governante eram despendidos, em grande parte, na manutenção de grandes estruturas de servidores e criados, na compra de produtos de luxo aos artesãos urbanos e no apoio de serviços que as cidades melhor podiam oferecer.

Na África Ocidental, os impérios do Gana e do Mali estavam divididos em províncias conquistadas e reinos que, conservavam a sua autonomia, mas eram

obrigados ao pagamento dum tributo em géneros e à cedência de contingentes militares. Na África Equatorial, século XVI, onde a aldeia constitui o alicerce do edifício político, a aldeia principal exigia tributo das outras aldeias, que era prestado sob a forma de produtos das colheitas e da caça, sempre que esta era bem sucedida. O chefe da aldeia tinha o direito de receber um tributo diferente do normal, consistindo em símbolos de poder, principalmente peles de leopardo. Na África do Sul, o rendimento do chefe provinha de multas, pagamento de dívidas ao tribunal e das propriedades confiscadas a pessoas culpadas de feitiçaria. Os súbditos estavam obrigados a prestar tributo, trabalhando nos seus campos e na construção das aldeias.

Entre os Astecas, predominava o trabalho obrigatório dos camponeses nas terras pertencentes ao soberano e nas grandes obras públicas, como sistemas hidráulicos, fortificações, etc., mas entre os artesãos e os mercadores predominava o tributo em produtos. Era igualmente hábito, entre os astecas e os incas, a exigência do tributo aos povos subjugados. Na civilização Maia, o suporte económico da sociedade dominante era a tributação directa de artigos ou produtos de subsistência e ainda o imposto baseado no facto do governante ser o representante terreno dos deuses. Entre os incas, os senhores recebiam um número variável de dias de trabalho executado pelos habitantes das aldeias. Os turnos de trabalho eram efectuados nas terras controladas pelo senhor que, por sua vez, se obrigava a fornecer aos camponeses as sementes e os alimentos e bebidas cerimoniais, durante o período dos trabalhos. Cada habitante da aldeia devia contribuir com parte da sua energia e não com tributos em espécie. Esta prestação de serviço visava também o cumprimento do serviço militar e a construção de grandes obras públicas. A estas obrigações juntavam-se a fiação e tecelagem pelos habitantes da aldeia e, em particular, das mulheres em benefício do Estado. Além disso, o senhor possuía um determinado tipo de servidores perpétuos que possuíam um estatuto particular, eram desvinculados da sua linhagem de origem para depender e trabalhar exclusivamente para o senhor como autênticos servos

4.4 – RENDAS

A categoria económica “renda” exprime de forma muito clara e directa o tipo de relações económicas existentes entre as duas classes principais que se confrontavam: as classes senhoriais dum lado e as restantes camadas da população do outro. Apareceram inúmeras modalidades e variedades de renda que têm de ser consideradas no espaço e no evoluir do tempo. É um fenómeno que se manifesta com a máxima intensidade na agricultura, mas que surge também noutros sectores de actividade. A renda existia, embora em condições e graus variáveis, em quase todas as esferas da produção, tais como: pesca, salicultura, extracção mineira, terrenos aplicados a construções duradouras, artesanato, comércio e transportes.

A renda assenta no privilégio exercido pela aristocracia sobre os principais meios de produção da época e resulta naturalmente da categoria “bens dominiais”. Nas diversas formas de renda surgem as posições económicas das entidades senhoriais que embolsavam parte do excedente do produto social e as posições adversas do conjunto dos indivíduos que, realizando as actividades produtivas, lhes tinham de entregar valores representados por tempo de trabalho gratuito prestado directamente, valores representados pelos próprios artigos produzidos ou pelo seu equivalente monetário, ou formas mistas combinadas, em que participam as duas modalidades. A tendência da evolução histórica foi no sentido de diminuir a margem das primeiras em favor das segundas. A transição de rendas regularizadas em tempo de trabalho gratuito para

rendas em géneros é originada, antes de mais nada, pelas possibilidades tecnológicas quando estas atingem um determinado nível e propiciam consequentemente a diminuição quantitativa de corveias.

Com o sistema de renda em espécie o camponês emprega o seu trabalho ao seu livre arbítrio, era mais independente o que criava um certo estímulo para o incremento da produtividade do trabalho. Os rendeiros eram forçados a pagar como renda pelo seu uso uma porção nada insignificante das suas colheitas e um certo número de animais do seu rebanho. O senhorio explorador apodera-se do produto que outro realizou e de que necessita para seu próprio consumo. Para guardar as rendas em espécie, os senhores dispunham de celeiros e palheiros. Na prestação pessoal, o camponês trabalha com os seus próprios meios (arado, animais de trabalho, etc.) na fazenda do senhor alguns dias por semana e o resto dedica ao cultivo nas suas parcelas.

Para as classes submetidas ao poder senhorial as rendas eram predefinidas com base numa quantidade determinada de certos produtos ou assumiam o carácter duma percentagem da produção bruta. As primeiras tinham um efeito que resultava no aumento da produtividade do trabalho, o mesmo não acontecendo com as rendas sob a forma percentual. Uma outra modalidade de renda, aplicada no meio rural, consistia numa prestação proporcional à actividade produtiva do agricultor independente do produto obtido, baseada na extensão das culturas praticadas e na quantidade de gado de trabalho.

Quando, em virtude do auge da produção, as relações mercantis adquirem maior difusão, verifica-se uma transição paulatina para a renda em dinheiro. Para assim proceder tem de colocar os seus produtos à venda no mercado, transformando-os em mercadorias. Nesta modalidade desaparecem as relações pessoais que constituíam a própria essência dos atributos específicos do domínio senhorial para as substituir por relações monetárias, materiais e impessoais. A produção agrícola começa a dar lugar a uma produção para venda.

A transformação da renda em espécie por renda monetária cria uma margem maior de iniciativa para o produtor, aumenta-lhe a liberdade de produzir e incrementar o volume de produção e de adquirir um interesse adicional pelo acréscimo da produtividade. Esta transformação leva à alteração das relações senhoriais quando os camponeses se tornam donos das suas terras e se desenvolve o modo de produção baseado na pequena propriedade.

Esta mudança está intimamente ligada ao desenvolvimento do comércio, da indústria urbana e da produção mercantil em geral, por conseguinte, à circulação monetária. É no comércio que os encargos pagos pelos mercadores assumem a forma prática quase exclusiva de prestações monetárias.

Por outro lado, com a transformação das relações senhoriais em relações de natureza já capitalista, surgem dois grupos: um, composto pelas formas que emergiam das relações directas no âmbito da produção; outro, composto pelas formas que emergem do processo de circulação comercial das mercadorias.

O desdobramento e acumulação de várias modalidades de renda são consequência, por um lado, das origens particulares de algumas delas e, por outro, do alargamento das rendas sobre os pretextos mais capciosos ou a sua aplicação com diferentes nomes para as justificar. O sistema de fixação de rendas constituía um meio prático, nas mãos das classes privilegiadas, de colher mais benefícios.

Uma das características da renda consiste na inevitável existência de limites dentro dos quais o seu quantitativo tinha de oscilar entre um máximo que não podia ser excedido e um mínimo abaixo do qual não era possível descer. O quantitativo global da renda arrecadada pela classe senhorial girava em torno destes limites, que não eram

arbitrários. Existia obviamente uma larga margem. As rendas dependiam também do resultado final dos conflitos que opunha o poder da classe senhorial à capacidade de resistência dos produtores.

A existência dum limite máximo da renda resultava de várias causas: uma delas, consistia na necessidade de assegurar a sobrevivência biológica do produtor e a sua reprodução e na exigência, imprescindível à sobrevivência do agregado, de preservar as forças naturais, como a fertilidade do solo ou a criação de gado. Outra causa, consistia na circunstância de estar entregue ao produtor directo o esforço tendente a manter e reintegrar os bens e os objectos de trabalho consumidos na actividade produtiva, tais como: arados, foices, bigornas, martelos, embarcações, etc. A prática de ultrapassar esta barreira reflectia-se no abandono das terras e na fuga dos produtores, facto que podia corroer e corroe a estrutura económico-social estabelecida, tanto mais que a formação de concelhos constituía um apoio dos produtores quando não podiam suportar os encargos para além de certos limites. Circunstâncias locais, como a existência de zonas de menor concentração demográfica ou a concorrência entre os possuidores de domínios, obrigavam a aligeirar os encargos para assegurar a produção.

O limite mínimo de renda não se revestia de tanta rigidez. Derivava fundamentalmente da própria exigência da classe senhorial para manter o seu poder económico e social, da necessidade dispor de pessoal e meios materiais de compulsão para assegurar o seu domínio. Este limite mínimo não podia descer sem fazer ruir toda a estrutura sócio-económica e com ela a classe senhorial, tanto mais que era inevitável o acréscimo das suas necessidades face ao desenvolvimento da burguesia, o que obrigava a aristocracia a pugnar por rendimentos que os defendessem e lhes permitissem opor-se à nova classe que os enfrentava.

Na sociedade feudal, a necessidade das classes dominantes em obterem uma renda crescente exigia uma pressão maior em relação aos produtores. Registou-se assim uma tendência para multiplicar o número de vassalos, segundo um processo conhecido por subenfeudação, com o fim de fortalecer o poderio militar dos senhores maiores. Os efeitos da guerra e do banditismo aumentavam as despesas das casas feudais e da coroa, ao mesmo tempo que espalhavam o desperdício e a devastação do país. O crescimento do comércio com a atracção dos artigos exóticos que ele tornava disponíveis reforçava a tendência para intensificar a pressão sobre o campesinato, marcado por um aumento de obrigação de trabalho nas maiores propriedades, especialmente nas terras do clero.

A renda surgiu e realizou-se antes e independentemente da existência duma economia de mercado. O valor da renda é, entretanto, também influenciado por outros factores, como sejam a fertilidade natural dos solos, a situação privilegiada em relação aos mercados de venda dos produtos agrícolas ou o efeito dos investimentos adicionais realizados pelos arrendatários. Os proprietários da terra também recebiam rendas pela cedência de terrenos utilizados pela indústria extractiva ou na construção de edifícios.

4.5 – IMPOSTOS

O imposto é a tributação imposta pelo Estado, pela aristocracia senhorial ou eclesiástica, pelas municipalidades, sobre todas as actividades económicas, ligadas à esfera da produção, da distribuição e da troca, e incide sobre tudo que tem valor e se exprime em termos monetários. O imposto distingue-se das anteriores formas de tributação que se apoiavam explicitamente em relações de domínio entre os povos ou estratos sociais e que conduziam a incessantes redistribuições de poder.

O imposto implica a atribuição dum valor às mercadorias e o sistema de preços que o acompanha, bem como as formas de retribuição ligadas à generalização das trocas comerciais e à monetarização dos processos económicos. Pressupõe a existência de produtos detentores dum valor, a transformação dos bens em mercadorias e dos produtores directos em trabalhadores assalariados. Impor uma taxa a um produto só faz sentido se os processos de produção e de circulação se diferenciam e se existe um mecanismo de preços. O imposto cria uma necessidade de moeda e força os agentes económicos a preferir a liquidez.

As prestações que oneravam as transacções comerciais incluíam as portagens, os impostos cobrados nos mercados, os arrecadados nos entrepostos do litoral, nos portos onde embarcavam e desembarcavam as mercadorias. Estes e outros encargos constituíam um evidente entrave ao desenvolvimento comercial. A portagem era um imposto terrestre de trânsito incidido sobre as mercadorias entradas nos concelhos para aí serem vendidas ou sobre as que se deslocassem dum sítio para outro através de organizações locais. Este imposto recaía também sobre o trânsito de escravos. O rendimento das alfândegas onde se cobravam dízimas atingia uma magnitude considerável. Alguns impostos eram cobrados sob a forma duma quantia fixa, modalidade que se aplicava aos artífices, mercadores, etc. As transacções realizadas nos mercados regulares estavam sujeitas a taxas cujo produto constituía rendimento do Estado, da nobreza, das instituições religiosas ou dos concelhos. As coimas, provenientes de infracções de natureza económica, constituíam uma importante receita senhorial ou concelhia. As multas criminais constituíam uma receita dos soberanos, obtidas das populações sob os seus domínios. O seu quantitativo dependia de muitos factores e, por via de regra, as suas modalidades e montantes estavam regulamentados. Existiam ainda outras contribuições que não apresentavam um carácter permanente, sendo lançadas extraordinariamente para ocorrer a encargos ou necessidades ocasionais ou cobrir as despesas com os delegados da administração régia.

Os impostos serviram também como meio de beneficiar as classes dominantes aumentando o fardo dos menos capazes de os suportar. Muitas grandes propriedades eram isentas de impostos. Algumas contribuições incidiam na prática sobre as camadas mais pobres da população, pois delas eram com frequência dispensados os chefes militares, os religiosos e parte da nobreza. A organização e a extensão do fisco constituíram um instrumento privilegiado da luta contra a economia familiar e a dispersão da produção ou da prática de adopção de normas para controlar ou eliminar a pequena produção independente.

O imposto constituiu a forma privilegiada e mais específica de financiamento do aparelho estatal. Os empréstimos estatais permitiam aos governos ocorrer a despesas extraordinárias mas tinham como consequência o aumento de impostos, como suporte das receitas necessárias para cobrir os pagamentos de juros. É preciso esperar pelo século XV para que a necessidade duma administração central em contínua expansão e as exigências dum exército permanente, independente dos tributos dos vassallos, conduzam a um primeiro esforço de regulamentação dos impostos e da sua fiscalização.

Na Grécia imperial, as mercadorias tinham de passar pelos territórios de vários Estados e pagar direitos de entrada e saída, o que se traduzia em múltiplos obstáculos ao comércio. Os direitos aduaneiros sobre os produtos importados eram muito pesados, bem como as portagens, os direitos de utilização dos canais e o imposto sobre as transacções. A manutenção da força militar e o luxo da vida da corte e da diplomacia acarretavam grandes despesas pelo que os governantes procuravam obter abundantes

rendimentos reais através dos impostos. A carga dos impostos e tributos era agravada pela arbitrariedade da aristocracia local.

No Império Romano, as portagens e os direitos aduaneiros provocaram uma subida de preços e dificultaram o comércio a longa distância. Os direitos aduaneiros constituíam a principal fonte em matéria de impostos indirectos. Eram aplicadas ainda uma taxa sobre as vendas públicas e outra para conservação de estradas e estações de muda de cavalos. O produto duma taxa de 5% que incidia sobre as sucessões, e devia ser paga pelos cidadãos romanos, assegurava o serviço das mesadas militares. O imposto colectado às províncias era cobrado pelas municipalidades, onde existiam, e compreendiam duas taxas principais: o imposto sobre a terra fixado sobre a base dum cadastro das explorações agrícolas, tomando em consideração a qualidade do solo e as culturas nele produzidas; o imposto de capitação que se baseava num recenseamento ainda impreciso.

Na Índia, os agricultores livres, que representavam a massa principal dos produtores, eram obrigados ao pagamento de impostos sobre a terra e a impostos por pessoa e por família. Também as comunidades pagavam um imposto comunal baseado nas terras que lhes pertenciam. No interior dos reinos, as taxas eram adiantadas em diversos pontos das estradas e os impostos de barreira deviam ser pagos à entrada das cidades. As portagens, direitos alfandegários e outros, constituíam uma parte considerável do rendimento. As mercadorias de proveniência estrangeira tinham de pagar, além da portagem na fronteira, o direito de trânsito. A extensão do imposto sobre a terra tornou-o um elemento crucial da apropriação dos excedentes. Os beneficiários deste imposto eram o soberano, a nobreza e, em parte, os chefes de aldeia.

Na China, no segundo século a.C., a base do sistema fiscal aplicado na agricultura era o imposto fundiário proporcional à superfície cultivada, geralmente pago em produtos naturais e em géneros. Foram também aplicados “impostos sobre o capital” muito discriminatórios a todos os mercadores, artesãos e industriais, que deviam fazer uma estimativa dos seus bens e declará-los para serem colectados. Este imposto incidia também sobre quem possuísse uma carruagem ou fosse dono dum barco. No século VIII d. C., realizou-se uma reorganização da tributação com os impostos a incidir essencialmente sobre a propriedade. Esta medida radical caracterizou-se pelo reconhecimento da propriedade privada livre. No século XVI, o imposto sobre a terra era pago em conformidade com a quantidade de terra cultivada, o que reduziu os impostos dos camponeses que detinham menos terras, medida que contribuiu para a estabilidade e desenvolvimento da produção agrícola. No século XVIII, eram cobrados impostos adicionais para cobertura dos gastos militares. As numerosas guerras e conflitos colocaram as finanças em situação precária. Apesar disso, o governo concedeu isenção de impostos em grande escala.

No Japão, século XVI, foi estabelecido um sistema base de imposto por avaliação, por meio do qual as terras agrícolas eram medidas “campo por campo” e “parcela por parcela”, sendo feita uma avaliação em conformidade com a classe da terra, que era a base da tributação anual. Esta avaliação, em muitos casos, é fixada em termos de volume de arroz em vez de em termos monetários. Nas aldeias este imposto era calculado com base na estimativa de propriedades em terras do total da aldeia. A responsabilidade pelo pagamento do imposto anual não era do indivíduo mas do conjunto da aldeia.

Na África Ocidental, Gana e Mali, as receitas consistiam em impostos sobre as colheitas e o gado, na requisição de pepitas de ouro, em taxas aduaneiras e despojos de guerra. Nestes países, os recebedores principais de impostos andavam pelos mercados e, consoante as mercadorias expostas, o imposto era satisfeito em géneros (cereais,

oleaginosas ou especiarias) ou em animais vivos ou abatidos. O Estado cobrava, nas respectivas fronteiras, direitos sobre as importações e as exportações.

Na América do Sul, na era colonial, foi fixado o valor dos impostos que os indígenas deveriam pagar e definiram-se os modos e prazos de pagamento. No século XVIII foram introduzidas reformas tributárias que tornaram o peso dos impostos excessivo, agravado pelas prepotências dos funcionários administrativos locais. O aumento da tributação múltipla afectou a população e motivou contínuas revoltas.

4.6 – JUROS

O juro é a quantia monetária correspondente à parte do lucro que o mutuário abona ao prestamista que lhe concede o direito de utilizar temporariamente o capital emprestado. Este é solicitado pelos agentes económicos activos para obterem com ele uma mais-valia, que em parte será entregue ao prestamista. O juro traduz o privilégio que possui o proprietário dum capital de, mesmo sem fornecer qualquer trabalho ou desenvolver qualquer actividade, receber rendimentos periódicos, mantendo intacto o capital.

O montante a pagar de juro por um empréstimo exprime-se por uma taxa de juro que é uma relação entre a soma do juro e a importância e prazo do empréstimo. A taxa de juro depende da correlação que existe entre a oferta e a procura dos empréstimos no mercado monetário, do risco do empréstimo não chegar a ser recuperado, do tipo de amortização, das garantias prestadas pelo devedor e, ainda, das possíveis variações do valor da moeda no termo do empréstimo. Este método leva à convicção da existência dum preço justo ou razoável para o dinheiro.

A prática de cobrar juros excessivos por poderosas casas de negócio, denominada usura, originou a fixação de taxas máximas de juros limitativas dos valores cobrados pelos empréstimos de dinheiro. O usurário recuperava o dinheiro emprestado ao fim dum certo tempo e exigia uma percentagem, enriquecendo à custa do tempo. Ora, ninguém devia fazer comércio com o tempo, pois o tempo era uma criação divina oferecida para uso de todos. Daí a interdição, preconizada pelos teólogos, de cobrar percentagens usurárias. A interdição dos empréstimos a juros, por parte de instituições religiosas, constituiu um entrave às operações comerciais e ao desenvolvimento do crédito, acabou por ser reconsiderada e desaparecer.

Mas depressa esta situação se alterou. O direito romano, fundando-se na soberania da liberdade, admitia a actividade usurária. As condenações e as interdições da Igreja foram impotentes para aniquilar ou impedir o desenvolvimento da usura. Estas punições atingiam na realidade os pequenos emprestadores, pois os grandes banqueiros não eram considerados usurários embora recorressem a toda a espécie de ardis para esconder o juro usurário. O juro proibido de maneira absoluta prejudicava o bom andamento do comércio. Esta proibição, conduziu ao uso corrente da letra de câmbio incluir também o montante dos juros. Na Índia, na China e no mundo islâmico, a actividade de empréstimo de dinheiro, contra o pagamento dum juro, era considerada tão honesta como o comércio ou a agricultura. Com o capitalismo, as leis contra a usura tornaram-se menos restritivas.

4.7 – DÁDIVAS E OFERENDAS

Dar significa, por definição, oferecer alguma coisa a alguém sem nada receber em troca, pelo menos de imediato. Porém, nas relações económicas, a dádiva é em geral

seguida de outra dádiva. Tornou-se um modo de agir generalizado e que se tem verificado quer entre os povos antigos quer entre os actuais. Raramente era apresentada como um acto unilateral, pois todo o presente pressupunha reciprocidade. Embora haja esta contrapartida, frequentemente obrigatória, estes actos só se concebem como distanciados no tempo, não se buscando qualquer equivalência de valores de uso, não se afigurando qualquer avaliação por uma unidade comum. A dádiva é algo cedido na expectativa duma resposta de valor idêntico. Quando esta não existe, aquele que a tinha recebido coloca-se em estado de dependência.

A dádiva pode originar a permuta, quando a obrigação de retribuir se combina com a exigência de equivalência, podendo ser considerada como uma permuta diferida. Tem sido um meio através do qual a troca se efectua fora da racionalidade económica. A permuta que deriva da dádiva pode pertencer ao domínio económico ou a um âmbito mais vasto no qual os factores económico e social se acham interligados. O sistema de dádiva recíproca pode ocupar um lugar de primeiro plano e regular uma parte importante das permutas económicas ou da distribuição de papeis de natureza política.

Podem distinguir-se dádivas entre iguais e dádivas hierárquicas. Estas caracterizam-se pela desigualdade de valores e pela diferença do que se espera do outro. A oferenda feita por um igual pressupunha, em compensação, outra oferenda. Em geral, não existe a doação unilateral, mas sim a troca de presentes. A troca de oferendas desempenhou um papel considerável na vida social e no resultado favorável de transacções comerciais ou de negociações pacíficas. Nas relações entre senhores e agricultores, as dádivas eram constituídas por presentes originalmente espontâneos, mas que a classe dominante passou a exigir como norma corrente e parte da renda, definindo até as quantidades de cereais, galináceos ou quaisquer outros artigos. No Império Persa, século VI, ainda havia “oferendas obrigatórias” que consistiam, de facto, num contributo pago em géneros, usado entre outras coisas para manter o aparato administrativo do soberano. Estas ofertas podiam incluir cavalos, concubinas e eunucos.

A dádiva quando dirigida directa ou indirectamente ao adversário tem como objectivo preciso suscitar uma outra dádiva ainda mais conspícua, que dê nas vistas, por parte do antagonista no sentido de o prejudicar e de a longo prazo lhe quebrar a resistência.

No período de expansão do comércio internacional, os mercadores e os grupos dedicados ao comércio aprendiam a quem se deviam dirigir, de que maneira e com que presentes podiam promover relações com as sociedades com que projectavam contactar. Este comportamento foi também comum aos descobridores de novos territórios e aos colonizadores. Por trás da oferenda existia todo um objectivo de troca e reciprocidade.

4.8 – MAIS-VALIA

A categoria económica mais-valia consiste na diferença entre o valor criado pela utilização da força de trabalho e o valor dessa força de trabalho. O valor gerado pela força de trabalho desdobra-se em duas componentes: uma parte corresponde ao valor da própria força de trabalho, parcela reposta pelo salário pago; outra parte constitui o valor excedente ou mais-valia, que vai ser apropriado sobre a forma de lucro. A mais-valia corresponde portanto ao valor do sobretrabalho, ou seja, do trabalho não pago realizado pelo trabalhador para o capitalista e que constitui a base da repartição de rendimentos e da acumulação de capital.

O valor de uso da força de trabalho apoia-se na faculdade que o trabalhador possui de criar no processo de trabalho um valor que supera o valor da sua própria força

de trabalho, proporcionando a mais-valia. O processo de consumo da força de trabalho revela-se simultaneamente no processo de produção da mercadoria e de formação de mais-valia.

Ao organizar a produção, o capitalista desembolsa uma determinada soma em dinheiro para adquirir meios de produção e para comprar força de trabalho em condições tais que permitam obter um excedente de valor sobre a quantidade de dinheiro investido, ou seja, obter mais-valia. A massa de mais-valia que um dado capital produz é igual à mais-valia que o trabalhador individual fornece, multiplicada pela quantidade média de trabalhadores ocupados. Os meios de produção não podem ser fonte de mais-valia dum determinado agente económico, visto que não criam novo valor mas apenas transferem uma parte do seu valor para o novo produto.

No modo de produção capitalista, o conceito de trabalho produtivo altera-se, pois deixa de ser apenas realizado para a produção de mercadorias e passa a ocupar-se essencialmente da produção de mais-valia.

O volume da mais-valia é determinado por três factores: a quantidade de mercadorias que vão fazer parte do salário necessário à subsistência; a duração do dia de trabalho e a intensidade do trabalho; a produtividade do trabalho nas actividades que produzem bens consumidos pelos trabalhadores.

A redução da quantidade e dos preços dos produtos necessários à subsistência dos trabalhadores, abate o valor da força de trabalho, modificando assim a relação da mais-valia com o capital aplicado.

O prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário ou através da eliminação de tempos mortos, constituem meios de aumentar a proporção de mais-valia absoluta. Com o aumento da intensidade do trabalho incrementa-se o consumo de força de trabalho por unidade de tempo e, por conseguinte, eleva-se de modo absoluto a quantidade de trabalho sem retribuição.

O aumento da mais-valia é também obtido à custa do crescimento da produtividade do trabalho nas áreas de actividade que produzem meios de subsistência para os trabalhadores, utilizados para reproduzir o tempo de trabalho necessário. O mesmo efeito é obtido com o incremento da produtividade nessas áreas. O proveito obtido em nada beneficia os trabalhadores.

A obtenção duma mais-valia extra baseia-se na produtividade do trabalho numa dada empresa em comparação com a produtividade média do trabalho na área da mesma actividade doutras empresas, encaradas no seu conjunto. A diferença concretiza-se no mercado onde o preço é estabelecido em consonância com o valor social da mercadoria. A empresa que consegue melhorar a sua produtividade obtém uma maior mais-valia com o mesmo volume de capital. Este fenómeno obriga os capitalistas, na sua luta competitiva, a aplicar na produção os conhecimentos da ciência e da técnica, a aperfeiçoar o processo tecnológico, a organizar melhor a produção e o trabalho. As empresas que instalam máquinas aperfeiçoadas ou aplicam novos métodos de produção reduzem o valor individual da mercadoria. A mais-valia extra desempenha um importante papel no avanço do modo de produção capitalista e na agudização das suas contradições.

O objectivo principal do capitalista é o aumento da taxa de mais-valia. Para o conseguir são seguidos vários métodos, que constituem um dos factores mais relevantes da aplicação do capital acumulado. Se indicarmos o capital constante por c , o capital variável por v e a mais-valia por m , o valor de qualquer mercadoria pode ser representado por $c+v+m$, e o índice de exploração por m/v . A relação entre a mais-valia e o capital variável, expressa em percentagem, determina quota de mais-valia, que também se pode expressar pela relação entre o tempo de trabalho adicional e o tempo de

trabalho necessário, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho não-pago e o tempo de trabalho pago, expresso em unidades monetárias. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho visa reduzir a parte do dia que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo e assim prolongar a outra parte do dia de trabalho em que ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. À medida que o capitalismo se desenvolve este coeficiente tende a elevar-se continuamente.

4.9 - LUCROS

O uso lucrativo do dinheiro não é exclusivo duma sociedade capitalista. A compra de escravos era presumivelmente um emprego lucrativo, a sociedade mercantil acumulava lucros avultados com os seus negócios, tinha os seus agiotas e utilizava, embora de forma não preponderante, alguns indivíduos em regime de trabalho assalariado. Os mercadores ou os comerciantes obtêm o lucro pela diferença entre o preço de venda e o preço de compra das mercadorias, abatida dos seus próprios custos em meios de distribuição e de remuneração dos trabalhadores ao seu serviço. Por vezes, recolhem lucros como simples intermediários, aproveitam as dificuldades dos pequenos produtores, tiram vantagens da concorrência ou da diferença de preços entre os mercados. Os comerciantes aproveitam-se da posição desfavorável dos pequenos produtores como vendedores das suas mercadorias e como compradores de matérias-primas, utensílios e meios de trabalho.

Porém, o lucro é uma categoria económica basicamente aplicável ao capitalismo. O lucro constitui o meio impulsionador do processo de produção capitalista. Para a sua realização os capitalistas desembolsam capital não só para contratar força de trabalho mas também para adquirir meios de produção. Porém, na sua origem, o lucro não reside na totalidade do capital empregue mas apenas na parte variável investida, ou seja, na força de trabalho. A conversão da mais-valia em lucro ocorre no processo de realização da mercadoria, sob a forma de diferença entre o preço de venda e os custos de produção e distribuição. O lucro é uma forma transfigurada de mais-valia. O objectivo do capitalista é otimizar a taxa de lucro, definido como a relação entre o lucro realizado e o capital empregado, calculado aos preços de mercado dos objectos e dos instrumentos de trabalho mais os salários em dinheiro.

A taxa de lucro difere da taxa de mais-valia na medida em que estabelece uma relação entre a mais-valia e a totalidade do capital desembolsado, expressa em percentagem. A taxa de lucro caracteriza a eficiência da utilização do capital, ou seja, a rentabilidade da empresa. A sua grandeza depende essencialmente da mais-valia e da composição orgânica do capital. Com o desenvolvimento do capitalismo cresce a participação do capital constante na composição orgânica do capital, o que provoca uma tendência para a diminuição da taxa de lucro. Para contrariar esta tendência, o capitalismo utiliza várias medidas: aumento da exploração dos trabalhadores, com a diminuição dos salários reais; agravamento da exploração dos países dependentes ou colonizados; alteração da composição dos meios de produção, com a introdução de melhores técnicas, novas máquinas e instalações; aumento da velocidade de rotação do capital; ampliação do volume da produção, etc. Tais medidas reflectem-se, por vezes, no aparecimento de crises económicas de superprodução.

4.10 – ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA

A acumulação encontra-se ligada ao aparecimento do excedente económico. Está condicionada à quantidade do excedente de produção para além da renovação dos meios de produção e da força de trabalho. Para que surja a acumulação é necessário que o rendimento produzido pela sociedade, num determinado período, não se destine todo ao consumo ou à reprodução. O processo de acumulação não diz respeito apenas às mudanças dos meios de produção, à força de trabalho e ao volume da produção, mas também às mudanças na organização e nas relações sociais.

Se considerarmos como natural tudo quanto é indispensável à sobrevivência, embora não quantificável ou qualificável com exactidão, a riqueza deve ser procurada no âmbito do artificial produzido pela sociedade humana. A noção de riqueza envolve, a ponto de com ela se identificar, o sobreproduto produzido ou em circulação, em suma tudo quanto ultrapassa a área das necessidades fundamentais à reprodução. Toda a espécie de riqueza provem necessariamente do trabalho. A exploração do trabalho alheio permite acumular riquezas nas mãos de uns poucos e utilizá-las para adquirir poderio económico e poder sobre os outros membros da sociedade.

Na economia tributária, o excedente era dissipado na acumulação da riqueza. Os governantes, os altos sacerdotes e a nobreza, para aumentar o seu prestígio e exibir a sua riqueza e poder, construíam templos e palácios monumentais com todo o luxo e conforto e decorados com materiais raros e preciosos; eles próprios, suas famílias e cortesãos, ostentavam jóias de materiais valiosos. A riqueza não era um fim em si mesmo, nem sequer um meio de entesouramento ou de desenvolvimento económico. O objectivo das classes senhoriais consistia em alargar o círculo de aliados e vassalos no meio dos quais mantinha a sua influência social. A hierarquia de valores era confirmada pelos consumos de bens de luxo, pelo esbanjamento e a dimensão do séquito, demonstrando assim a dimensão da riqueza como fonte de poder.

A riqueza das classes dominantes não se baseava apenas na apropriação dos excedentes ou na intensificação das técnicas de exploração, mas também no alargamento da base territorial aonde ia buscar novos meios de produção, o que deu origem a sucessivos conflitos e guerras de conquista, de roubos noutras povoações, à instituição dum comércio desigual com os povos vizinhos ou à captura de prisioneiros de guerra transformados em escravos. A riqueza obtida através da guerra tinha um significado de distinção social.

Para as sociedades de pastores, os rebanhos e manadas eram o autêntico capital dos grupos nómadas. A apropriação do gado fez nascer no seio das próprias comunidades conflitos de interesses que aceleraram a tendência para uma acumulação de riqueza, antes ignorada. A posse de grandes rebanhos introduziu novas formas de engrandecimento, que encontrou expressão na aquisição de bens decorativos, de luxo e de prestígio. A riqueza não era medida pela quantidade de terra mas sim pelo gado e pelo número de mãos à disposição para o cultivo das terras. A dimensão e o controlo da força de trabalho eram os factores decisivos para a prosperidade. Os privilegiados começaram a proteger os seus interesses, manter e reforçar o poder, e a utilizar símbolos e cerimónias para demonstrar e legitimar o poder que detinham sobre os recursos. O crescimento económico atingiu escalões que se podem caracterizar como sociedades em que os chefes tribais atingiram um luxo sumptuoso.

O Estado favorecia a formação de grandes fortunas que beneficiavam os soberanos e elevavam ao poder novas gentes que, por vezes, se aliavam aos chefes militares. No século VII, as transacções de terras tornaram-se um elemento comum, largamente difundido em todas as regiões rurais. A acumulação de riqueza deu origem à formação de grandes propriedades privadas, à consolidação de fortunas de algumas

famílias da nobreza e dos funcionários públicos provinciais, que reuniam lotes comprados ou anexados.

O prosseguimento da agricultura, acompanhado do desenvolvimento da indústria e do comércio, levaram a um grande aumento da riqueza social, o que motivou grandes desentendimentos relativos à sua aquisição e distribuição, originando agitações políticas entre as classes, que já mantinham posições elevadas e influência e pretendiam adquirir mais riqueza, e os senhores rurais que beneficiando bastante dos contínuos desenvolvimentos agrícolas acumulavam grandes riquezas e adquiriam poder político. As instituições religiosas transformaram-se igualmente em grandes detentoras de imensas riquezas e de domínios agrícolas muito vastos.

Com a metalurgia, os chefes das aldeias, tal como os chefes das tribos e os sacerdotes, conseguiram obter para si a posse das minas de cobre, prata e ouro, aumentando assim a sua riqueza, prestígio e poderes pessoais, favorecido pelo uso intensivo da escravatura, do avanço de novas tecnologias e do comércio. Para acumular as riquezas os homens procuravam ouro e prata, pois estes metais preciosos estão ao abrigo das variações de outras mercadorias, mantendo-se assim na base dos ganhos, das riquezas e dos tesouros.

Nas sociedades mercantis, a riqueza aparece sob a forma elementar de acumulação de mercadorias. Com a extensão da circulação de mercadorias cresce o poder do dinheiro sob a forma de riqueza monetária. Aí a figura do mercador desempenha um papel fundamental como mediador quase exclusivo de bens em mercados internos ou externos. O dinheiro é ele próprio uma mercadoria, uma coisa exterior que se pode tornar propriedade privada de cada um. É o representante universal da riqueza material. O impulso para o entesouramento é desmedido. Para deter o ouro como elemento de entesouramento tem de se impedir que circule ou se dissolva como meio de fruição.

5 – RELAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 – ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A acumulação primitiva do capital é um processo histórico que precedeu a formação da produção capitalista, retirou os meios de produção das mãos dos produtores e converteu-os gradualmente em trabalhadores assalariados. Este fenómeno foi acompanhado da ruína de grande parte dos produtores directos, sobretudo agricultores, e da sua transformação em indivíduos despojados dos seus bens, juridicamente livres, mas carentes de meios de subsistência e, consequentemente, forçados a vender a sua força de trabalho.

A acumulação primária caracterizou-se também, não simplesmente pela transferência de propriedade duma classe antiga para uma nova, mas pela transferência do património dos pequenos proprietários para a burguesia em ascensão. As dificuldades económicas, em diversos períodos, de senhorios colocados na posição de vendedores em épocas de crise e arrastados à hipoteca e à dívida facilitaram a compra da terra em condições favoráveis pela burguesia. A queda dos valores da terra foi seguida por um período de crise na actividade agrícola dos proprietários senhoriais. A propriedade mudou de mãos em escala considerável e a burguesia adquiriu novas formas de riqueza. A maior parte dos investimentos em propriedades, pelos mercadores e corretores, tornou-se especulativa. Os mesmos terrenos eram vendidos posteriormente em parcelas. Os primeiros donos da terra urbana vendiam-na ou arrendavam-na por

montantes elevados, constituindo assim uma provável fonte de acumulação de capital nos séculos XIII e XIV.

Em síntese, com o processo de acumulação primitiva criaram-se as condições necessárias ao nascimento do capitalismo, através da expropriação das terras e dos meios de produção dos camponeses e dos artesãos, transformados num proletariado que dispõe apenas da sua força de trabalho, e através da expansão de uma classe burguesa que concentra nas suas mãos a propriedade dos meios de produção.

O processo de formação inicial do modo de produção capitalista foi caracterizado por uma forte acumulação de capital sob as suas formas produtiva, comercial e financeira. São diversos os modos pelos quais uma classe pode aumentar a sua posse de riqueza durável, numa fase de acumulação. O método de poupança de renda tem sido encarado como uma forma de acumulação, a par doutros, tais como: alugueis urbanos aumentados; inflação de lucros devido a mudanças monetárias; abertura de alguns canais comerciais; aquisição de um tipo determinado de propriedade quando se torna excepcionalmente barata e realizá-la mais tarde quando o valor do mercado estiver mais alto.

Numa segunda fase de acumulação, como processo de realização, os objectos de acumulação inicial eram realizados ou vendidos para tornar possível um investimento real na produção industrial, adquirir ou criar máquinas, edifícios fabris, matérias-primas e força de trabalho. Eram condições essenciais para o investimento industrial a existência de uma reserva abundante de mão-de-obra, a facilidade de acesso a suprimentos de matérias-primas, de condições para a aquisição de ferramentas e maquinaria.

Por meio da exploração comercial, um excedente ocorria ao capital mercantil à custa dos artesãos urbanos, do produtor camponês e até mesmo à custa do consumidor aristocrata. Uma parte da renda ou da acumulação senhorial passava para as mãos burguesas. O comércio grossista permitia grandes oportunidades de ganho muito superiores à que os produtores ou pequenos comerciantes poderiam atingir.

Seguiu-se a acumulação sucessiva de riquezas monetárias nas mãos de determinados homens de negócios, riquezas necessárias para erigir empresas capitalistas. O capital começou a acumular-se a partir de lucros comerciais ou de valores da terra urbana. Além disso, descortinou-se um novo panorama de aumento próspero através dos frutos da usura praticada, por um lado, contra os pequenos produtores necessitados e, por outro lado, contra a nobreza decadente e as necessidades insaciáveis dos soberanos. No primeiro caso, o desfecho foi a proletarianização numa escala sempre crescente. No segundo tipo de transacção, o enriquecimento do usurário corresponde a uma transferência final dos bens da antiga classe dominante para a nova. No capital usurário a forma D-M-D' é abreviada para D-D', dinheiro que se troca por mais dinheiro e, portanto, inexplicável do ponto de vista da troca de mercadorias.

Uma condição essencial da acumulação de capital é que o capitalista tenha conseguido vender as mercadorias e transformar o dinheiro assim obtido em capital. A acumulação de capital resulta da transformação de grande parte da mais-valia em capital e do seu emprego para voltar a produzir, em vez de o capitalista o aplicar apenas no seu consumo individual. Na realidade, a mais-valia destinada à produção decompõe-se em meios de produção e em capital variável. É um mecanismo pelo qual o capital aumenta, ou seja, ultrapassa o nível da reprodução simples, ou da sua amortização, e assume a característica duma reprodução alargada. Os factores que contribuem para aumentar a mais-valia incrementam a acumulação do capital. A tendência fundamental deste processo tem como consequência um desenvolvimento das forças produtivas, uma concentração do capital entre um número de proprietários cada vez mais restrito e uma alteração da composição orgânica do capital.

A acumulação ampliada de capital é uma categoria qualitativamente diferente da acumulação primitiva. É um processo que acompanha a formação do trabalho assalariado e a formação do capital. Pressupõe a existência de mais-valia e esta, por sua vez, a existência da produção capitalista. Na acumulação extensiva o crescimento do capital efectua-se por vagas sucessivas num campo alargado, sem alteração significativa das condições de produção. Na acumulação intensiva o crescimento do capital é acompanhado de uma transformação rápida do processo de produção, de que resultam importantes ganhos de produtividade pela utilização de novos meios técnicos.

A nível estatal, os instrumentos de política governamental desempenharam um papel importante na formação da acumulação de capital, designadamente através de meios de coacção directa. Tiveram grande influência, na reunião de grandes capitais na mão dum número reduzido de indivíduos, os empréstimos estatais, o sistema tributário, a política proteccionista e as leis estatais que limitavam os salários dos operários e estabeleciam prolongadas jornadas de trabalho. Entre as influências poderosas que promoviam a acumulação burguesa estavam o crescimento das instituições bancárias. A colecta de impostos era uma actividade suplementar muito lucrativa dos mercadores.

A introdução da máquina revelou-se duma importância decisiva como fonte de acumulação acelerada de capital por causa dos extraordinários lucros que ajudou a produzir. Este efeito atraiu, para as áreas de produção mais favorecidas, uma grande parte do capital adicional estimulado pelos novos investimentos.

As crescentes necessidades financeiras do Estado conduziram à formação da dívida pública que se tornou numa das mais poderosas alavancas da acumulação de capital. A dívida do Estado impulsionou as sociedades por acções, o comércio com títulos negociáveis, a agiotagem ou o jogo da Bolsa. Com as dívidas do Estado surgiu um sistema de crédito internacional que frequentemente esconde uma das fontes da acumulação original.

Os lucros fáceis, auferidos com o comércio exterior, o tráfico de escravos e a expansão das comunicações terrestres e marítimas, originaram, numa fase inicial, uma relativa pouca atenção ao crescimento da indústria. O investimento em empreendimentos industriais ocorre numa fase posterior com a expansão dos mercados coloniais. A popularidade crescente das sociedades por acções demonstrava a disponibilidade de fundos para investimento e, bem assim, a vontade de investir nessa forma de acumulação de riqueza.

Concluindo, o objectivo da produção capitalista é a procura do maior lucro possível e quanto maior for o capital mais elevados são os lucros, pelo que a acumulação é um dos meios para atingir esse fim. Esta característica distingue o capitalismo dos anteriores sistemas.

Na Europa, século XVI, as regulamentações laborais, as novas leis alfandegárias, a modernização da indústria têxtil e a formação de companhias comerciais foram colocadas ao serviço do objectivo último que foi a acumulação de capitais e o reforço do papel do Estado.

5.2 – CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A concentração do capital consiste no aumento do volume do capital resultante da transformação em capital de parte da mais-valia. A capitalização da mais-valia permite a utilização produtiva e serve de base para ampliar as dimensões da produção, incrementar a produtividade e aumentar o lucro dos capitalistas.

A concentração de capitais é também um processo de integração de capitais já formados, da transformação de muitos pequenos capitais em poucos grandes capitais, que decorre também da expropriação de capitalista por capitalista, por vezes, com supressão da autonomia individual. Na esfera da produção, o processo de concentração do capital traduziu-se num declínio das empresas individuais a favor das grandes sociedades por acções.

A execução dos empreendimentos industriais está ligada a uma concentração prévia do capital. Ao mesmo tempo que o capital se concentra na indústria, o mesmo acontece com o capital bancário. Concentrando nas suas mãos imensos capitais, os bancos controlam grandes massas de capital alheio, grande parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas nacionais e até internacionais.

Os bancos ocuparam-se da tarefa de concentrar os capitais individuais o que facilitou a formação duma burguesia financeira. Com a produção capitalista forma-se um poder inteiramente novo, através do sistema de depósito bancário e do crédito que se introduz como auxiliar da acumulação, congregando os meios monetários dispersos em massas maiores ou menores, e se transforma num enorme mecanismo para a concentração de capitais.

A centralização do capital consiste no crescimento do volume do capital através da união de vários capitais num só ou pela absorção dum por outro. Por este processo os capitalistas redistribuem entre si os capitais já acumulados, particularidade que reflecte as relações que se estabelecem entre os próprios capitalistas. Com a centralização, certos proprietários de meios de produção arruinam-se ou são absorvidos por outros.

A centralização do capital dá-se do seguinte modo: a constituição de grandes sociedades; a fusão das empresas existentes noutras maiores; o sistema bancário, onde são depositados fundos livres que se transformam em poderoso capital, utilizado pelas empresas sob a forma de crédito. Uma das formas de centralização do capital é a sociedade por acções.

Na medida em que se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, desenvolve-se também a concorrência e o crédito, que constituem as duas alavancas mais poderosas da centralização. A luta concorrencial é conduzida pelo embaraçamento das mercadorias ou pela alteração da qualidade, e depende da produtividade do trabalho e da intensidade da produção. Nesta luta os capitais maiores batem os mais pequenos. Estes vêm-se forçados a ocorrer apenas às esferas de produção das quais a grande indústria não se interessou ou apenas se apoderou esporadicamente. A concentração do capital e a consequente centralização dão lugar a que o trabalho assalariado e os meios de produção se juntem em grandes empresas, se intensifiquem os contrastes sociais e acentuem os antagonismos entre classes sociais.

5.3 – INVESTIMENTO FINANCEIRO

Em sentido corrente, é classificado como financeiro o investimento resultante da colocação de capitais em empresas, empréstimos, compra de acções e obrigações, títulos de crédito, etc., com o objectivo de obter um retorno futuro superior ao aplicado, em geral a longo prazo. É um fluxo que vem renovar ou aumentar o estoque de capital. A aplicar no processo produtivo ou especulativo. As possibilidades de financiamento para realizar os investimentos económicos podem resultar: da acumulação de capitais, conseguida individualmente pelos proprietários das empresas ou resultante de parte dos lucros não distribuídos (autofinanciamento), da entrada de novos interessados ou do recurso a empréstimos a médio e longo prazo. O crédito contribui para que a produção

se amplie e concentre. Neste caso, uma parcela proveniente da venda das mercadorias deve destinar-se a restituir o capital emprestado.

O capital em forma de títulos de valor, acções, obrigações do Estado ou das empresas, letras de câmbio ou outros documentos, carece de valor intrínseco. Estes títulos confirmam a concessão do empréstimo e conferem aos seus possuidores o direito de receberem regularmente parte da mais-valia criada no processo de produção. Para o possuidor de acções este benefício assume a forma de dividendo e o possuidor de obrigações recebe o benefício sob a forma de juro. Trata-se dum capital fictício que não constitui uma riqueza real, não desempenhando qualquer função no processo de reprodução. Nisto se diferencia do capital real investido nas diferentes actividades económicas. O movimento destes títulos efectua-se preferencialmente na Bolsa de Valores. O seu preço está sujeito à especulação de que pode resultar o enriquecimento ou a ruína dos seus detentores.

Utilizando os recursos monetários disponíveis, os seus possuidores ou os bancos como intermediários concedem empréstimos a curto prazo e mesmo créditos a longo prazo. Estes recursos são assim transferidos para agentes económicos, através de empréstimos ou de participações. Os prestamistas beneficiam dum rendimento sob a forma de juro ou de parte dos lucros obtidos pelo mutuário, o que corresponde a uma cedência de parte da mais-valia conseguida com a sua aplicação.

6 – RELAÇÕES DE PROPRIEDADE

6.1 – FORMAS DE PROPRIEDADE

Por definição, a propriedade consiste na apropriação de bens criados pelo homem no processo produtivo. A noção de propriedade estava relacionada com as coisas reais e tangíveis, de uso ou domínio directo, de posse e disposição individual ou colectiva. Posteriormente, estendeu-se aos bens proporcionados pela natureza, aos conhecimentos científicos e tecnológicos, obras de arte ou literatura, direitos jurídicos ou atribuídos pelos costumes, etc.

A um determinado nível e estado das forças produtivas da sociedade corresponde uma forma de propriedade que lhe é inerente. A diversidade das formas de propriedade que se sucederam no decurso da história é uma consequência da evolução das relações entre os homens e não apenas o produto da evolução entre as sociedades humanas e os produtos da natureza. Existe, portanto, uma relação estreita entre as formas de propriedade e o desenvolvimento das relações sociais. Poderá dizer-se que o principal indício a distinguir uma sociedade encontra-se no seu regime de propriedade.

As relações de apropriação compõem-se de tantas formas quantos os elementos que existem num processo de trabalho. Podem distinguir-se as seguintes formas de apropriação: dos recursos naturais e dos objectos de trabalho; dos instrumentos e meios de trabalho; do próprio homem ou da sua força de trabalho; dos bens de consumo tangíveis e intangíveis; das mercadorias; dos conhecimentos científicos e técnicos; do dinheiro e documentos financeiros.

As formas concretas de apropriação dos meios produtivos da sociedade, de fontes de energia e das riquezas naturais, originaram relações de subordinação e de domínio entre classes sociais que acompanharam a existência das diversas camadas da população e se efectivaram por meio de relações constantes entre todas elas.

Quando os meios de produção e os produtos do trabalho se encontram nas mãos duma parte da sociedade, a propriedade adquire um carácter privado. Então, o controlo

dos bens de consumo, de produção ou ambos, pode ser conferido a um indivíduo ou entidade. A propriedade privada aparece quando as forças produtivas atingem um nível que permite criar mais produtos do que o mínimo dos necessários para satisfazer as necessidades prementes. Quando semelhante nível foi atingido, tornou-se vantajoso para as classes dominantes utilizar e explorar o trabalho alheio. A propriedade privada isola e opõe os homens uns contra aos outros e torna-se uma fonte de alienação.

A propriedade privada apresenta-se sempre sob uma forma historicamente determinada e amplia-se quando começa a verificar-se a separação efectiva entre os produtores de bens e os detentores dos meios de produção desses mesmos bens, dependendo o seu conteúdo e a sua forma do modo dominante de produção. Apresenta-se como uma relação fundamental entre classes sociais que se modifica com as mudanças das condições económicas e sociais da sociedade humana. Não podiam existir classes sociais antes do aparecimento da propriedade privada.

O termo jurídico “propriedade” indica o conjunto de regras de que dependem as modalidades de acesso, uso, controlo, transferência e transmissão de tudo que possa ser objecto de disputa social. O direito à propriedade privada só existe em função de formas concretas de apropriação, tornando-se efectiva no quadro duma formação social que legitima as modalidades dessa apropriação. O elemento essencial da instituição da propriedade indica os poderes de uso ou do controlo das coisas (e das pessoas, no caso dos escravos) consagrados pelo costume ou conferidos pela lei.

No regime de comunidade primitiva, onde o nível das forças produtivas era extremamente baixo, a posse dos instrumentos de produção e dos produtos do trabalho era colectiva. Com a decomposição deste regime surge a propriedade privada sobre os meios fixos de produção, assim como sobre o próprio trabalhador convertido em escravo.

No modo de produção capitalista, a propriedade privada sobre os meios de produção alcança o seu máximo desenvolvimento envolvendo todos os produtos do trabalho como mercadorias. Os trabalhadores deixam de possuir os seus instrumentos e meios pessoais de trabalho e vêm-se obrigados a transformar a sua própria força de trabalho em mercadoria. Surge uma variedade de propriedade privada em que o capitalista se apodera da mais-valia obtida do trabalho alheio e que pode converter, ou não, em capital.

6.2 – DOMÍNIO COMUNAL

No domínio comunal o indivíduo produtor, perante os objectos e meios de produção, adopta a atitude como se fossem próprios, atitude mediada pela pertença à comunidade. Os indivíduos sentem que dispõem de direitos, não necessariamente iguais, de acesso aos meios naturais, aos bens produzidos e à sua partilha. Os meios de produção pertencem em comum a todos os membros da sociedade ou grupos humanos, o mesmo acontecendo com a utilização dos benefícios da produção.

O domínio comunal inclui, em geral: o território de caça; o sistema de acesso aos recursos naturais e a sua apropriação baseada em relações de parentesco; o usufruto duma determinada porção de território, embora não considerada como exclusiva pelos membros dum grupo; os pastos, frequentemente utilizados pelos pastores nómadas. Entre os povos pastores a terra adquiria uma importância excepcional para o grupo. Por isso desenvolveu-se o conceito de propriedade colectiva sobre os vales e pradarias indispensáveis para a alimentação dos rebanhos.

A forma tribal de domínio é uma forma parcialmente comunitária. Os seus componentes têm acesso às condições materiais de produção, não sendo nunca proprietários mas apenas possuidores. Já o gado era considerado como propriedade individual ou de grupos restritos, incluídos na unidade tribal. Quando o intercâmbio se realiza entre as tribos, os seus chefes intervêm como seus representantes nas transacções e ao negociar o que é património comunal começam a apropriar-se duma parte da riqueza social, tratando o património como coisa própria.

A vitalidade das comunidades permitiu que, em regiões onde a terra arável se tornou propriedade privada, as florestas e as pastagens permanecessem na posse comunal. Os baldios são um remanescente de costumes comunitários que, ainda hoje se mantém, nomeadamente em Portugal. São terras incultas comunais que asseguram o fornecimento de lenhas e a utilização de áreas de pastagem. Em geral, são constituídos por determinados terrenos pertencentes aos habitantes das circunscrições administrativas rurais. Os direitos de utilização são de carácter comunitário e não contratual e regulamentados pelos costumes ou por algumas legislações.

Embora representando uma pequena parcela no conjunto da economia capitalista, alguns produtores directos mantêm formas comunitárias, cultivando terras em regime familiar ou comunitário, escapando à servidão, desligados da pressão senhorial e resistindo às vicissitudes decorrentes das ocupações territoriais.

6.3 – DOMÍNIOS SENHORIAIS

O domínio senhorial designa o conjunto das terras colocadas sob jurisdição da aristocracia, incluindo as prerrogativas exercidas sobre as populações subordinadas: poder de justiça, de entrega de rendas, de prestação de serviços gratuitos e contribuições diversas. No âmbito dos domínios senhoriais integram-se, além do território, os bens e os instrumentos imobiliários utilizados na actividade produtiva, com o carácter económico de bens de consumo duradouro. Em muitas povoações, a propriedade dominial estendia-se a toscas casas de habitação das classes subordinadas e a balneários públicos, visto que as populações não dispunham de instalações para esse fim nas suas rudimentares residências. O mesmo acontecia com estalagens, moinhos, fornos, armazéns, lagares de azeite e de vinho, com as suas prensas, pela utilização dos quais as classes senhoriais cobravam uma renda. À aristocracia pertenciam também outras instalações fixas como marinhas, incluindo salinas, pesqueiras, coutadas de pesca e caça, explorações mineiras e meios de transporte, como barcas. Havia fronteiras, caminhos e pontes que escapavam aos senhores, encontrando-se, por via de regra, sob a alçada das organizações municipais, ou seja, da burguesia.

As características dos domínios senhoriais são semelhantes quer estes pertençam ao soberano, à nobreza ou às instituições religiosas. Não se diferenciam no que respeita à sua estrutura económica. As relações económicas entre os cultivadores ou os artífices com as entidades senhoriais são idênticas, bem como a sua regulamentação. Ao mesmo tempo, está-se em face de domínios de carácter público ou semi-público. Embora os bens dominiais estejam afectos ou pertençam à entidade que exerce o poder político, o seu produto era parcialmente aplicado na satisfação das necessidades colectivas da sociedade ou duma dada região ou local.

O agricultor, o pastor, o pescador, o caçador ou o artífice, submetidos aos senhores do domínio em que estão integrados, entregam-lhes uma renda ou prestam um serviço gratuito. A estrutura e as tendências de mudança do uso dos bens dominiais determinam a estrutura da renda, incluindo o seu conteúdo e formas. Da mesma maneira

a renda exerce uma certa acção sobre a estrutura dos domínios senhoriais. Isto significa que as modificações na estrutura duma delas implicam alterações na outra.

Em geral são considerados como domínio estatal as zonas tradicionais ou conquistadas a outros domínios. Destas áreas territoriais, uma parcela era atribuída ao próprio soberano e seus familiares e outras parcelas são entregues aos domínios das instituições religiosas ou da nobreza. Por vezes, eram também beneficiados os governadores que serviam os monarcas na qualidade de funcionários, bem como os comandos das unidades militares. Certas regalias são atribuídas aos colonos e são estabelecidas terras comunais para aproveitamento dos habitantes das aldeias ou dos grémios concelhios.

Os bens do Estado podem distinguir-se entre bens e rendimentos que constituem o domínio pessoal do soberano e os que compõem o património da sociedade, de que não podia alienar, em princípio, a título definitivo. Esta distinção tende, em muitos casos, a desaparecer progressivamente. Nunca existiu a preocupação clara de aplicar as rendas dos bens da coroa apenas à satisfação das despesas de interesse geral da colectividade. Os domínios do Estado e aqueles que eram propriedade privada do soberano não estavam separados. Não se estabelecia diferença entre o público e o pessoal. Os soberanos exerciam as funções públicas em seu próprio nome, pois a propriedade e o poder eram indissociáveis. Aqueles que detinham a posse da terra tinham poder sobre esta e sobre as pessoas que aí viviam. O domínio estatal podia ser enriquecido pelo confisco de terras dominadas pela nobreza, em consequência de amplas lutas políticas ou aquisições efectuadas pelos diversos soberanos. Estes utilizavam os seus rendimentos acumulados para levarem a cabo numerosas compras de domínios dispersos.

Os bens dominiais retidos pela nobreza dão lugar ao estabelecimento de relações com os respectivos soberanos que assumem características específicas diferenciadas no espaço e no tempo. Na forma de regime feudal, a terra, não era objecto duma livre disposição. O senhor feudal não podia apropriar-se de todo o rendimento da terra e era geralmente desapossado dela se não cumprisse os deveres inerentes a esse domínio. Não tinha o direito de expulsar os camponeses da terra que trabalhavam. O termo “propriedade privada” não é aplicável, em sentido estrito, nem para o senhor nem para o vassalo. As relações existentes eram, antes de mais, relações de dominação e de prestação de serviço.

Os domínios entregues às instituições religiosas incluíam, quase sem excepção, o máximo de rendimentos propiciados pela região recebida. A passagem do domínio do soberano para estas organizações significava, em geral, um agravamento da pressão senhorial sobre a classe produtiva. Os privilégios destes domínios envolviam frequentemente a isenção do serviço militar para os moradores, o que permitia à entidade senhorial obter uma maior produção. Esta isenção não era, portanto, concebida a favor das classes subordinadas mas em atenção aos interesses senhoriais. Nos domínios territoriais das igrejas verificou-se uma evolução no sentido duma ascensão constante. A grande variação da área das reservas dos organismos religiosos tendiam a ser tanto mais vastas quanto mais importantes fossem os mosteiros. Estes bens pertenciam a entidades institucionalizadas, não eram susceptíveis de fragmentação ou alienação através de herança, doação ou venda, o que acentuava a concentração dos principais meios produtivos.

Em vastas regiões dominiais a entrada era proibida, através do regime de coutadas, tanto para caçar ou aproveitar madeiras e lenhas, levar os rebanhos a pastar, pescar em rios e lagos. A ampliação das coutadas teve consequências graves na medida em que subtraía à actividade da população produtiva directa a utilização de vastas zonas

naturais onde objectos de trabalho ficavam por aproveitar. Com esta proibição, as populações ficavam impedidas de beneficiar das riquezas naturais dos rios, das matas e charnecas, onde podiam abastecer-se.

No Egipto, o faraó estava investido da missão divina de administrar o país como seu domínio. As terras, e os bens resultantes do seu amanho, eram co-propriedade dos deuses e do faraó, que as colocava sob a administração directa de agentes reais, as confiava aos templos e à nobreza como beneficiários perpétuos ou as atribuía como pagamento de serviços a determinados funcionários. Em princípio, tudo lhe pertencia: era senhor do solo, das águas, do gado, dos bens imobiliários, da força de trabalho. O domínio aparece sob a forma de atributo da soberania dum deus vivo entre os homens, seus súbditos. O faraó distribuía a terra pelos grandes dignitários, família, funcionários reais e amigos. As dádivas aos templos e ao clero tinham um valor considerável e os beneficiários reuniam domínios tão vastos que a sua manutenção exigia numerosos servos e artesãos.

Na Mesopotâmia, o soberano era virtualmente o dono das terras e considerado um mandatário de Deus para gerir, directa ou indirectamente, os bens considerados divinos. Os bens públicos, provenientes em larga medida de requisições impostas aos inimigos, eram frequentemente distribuídos aos homens que tinham servido o Estado, prática que deu origem a colónias militares. Algumas parcelas de terrenos mantinham-se na posse colectiva de grupos de famílias ou de tribos.

6.4 – PROPRIEDADE DA TERRA

Uma característica da terra é o facto de ser uma realidade fixa, insusceptível de ocultação ou de escamoteação, o que facilita o seu domínio e a fixação de parcelas com interesse económico. O seu domínio actua como uma primeira forma de relação económica e social. A terra é naturalmente o elemento primordial do sector agrícola, embora apareça também como elemento básico em diversas produções como, por exemplo, a extracção de minérios.

Sob o ponto de vista económico, as terras dividem-se em dois grandes tipos: um deles, é composto pelas terras virgens que constituem um objecto de trabalho fornecido directamente pela natureza; o outro, é constituído pelas terras agricultadas que foram crescendo à medida que os camponeses as iam arroteando, alargando a sua dimensão através dos séculos. Este segundo tipo de terras vai incorporando um trabalho anterior expresso na construção de obras de enxugo de pântanos, de defesa contra a erosão, de valados e socalcos, na adubação com produtos naturais, eventualmente na arborização como defesa contra as intempéries, na rotação apropriada contra o esgotamento de fertilidade, etc.

Com o desenvolvimento da agricultura, a terra quando arroteada e trabalhada torna-se usufruto da família a quem é atribuída. A propriedade familiar é uma forma autêntica de posse colectiva porque os numerosos parentes podiam pretender o exercício dum direito igual sobre a terra e os seus produtos. Este princípio tende a inflectir para uma posse mais estritamente individual, indicando já um sentido mais restrito dos direitos e da retribuição do trabalho. No entanto, era rara a apropriação privada da terra, embora fossem frequentes casos particulares como, por exemplo, a posse individual de árvores de fruto e dos pastos.

Com a formação dos primeiros Estados, a terra passou a ser considerada pertença dos deuses, ou dos soberanos que os representavam, o que na prática significava que era

administrada pelos soberanos e pelos sacerdotes em nome dos deuses. O domínio exclusivo do soberano sobre as terras constituía uma forma de poder absoluto. A posse da terra estava associada ao domínio económico e político do território, o que significava a participação no poder das classes dominantes.

As terras mais férteis eram possuídas pelos reis e, em grande parte, distribuídas em grandes domínios, pelos membros da família real, pelos templos, pela nobreza, guerreiros e funcionários administrativos, grandes comerciantes, podendo ser exploradas directamente, arrendadas ou atribuídas por concessão ou doação. A forma tributária de entrega de excedentes não foi acompanhada da expropriação imediata da terra, que se mantém na posse dos domínios senhoriais ou das comunidades rurais. As parcelas próprias do soberano não desempenhavam no seu conjunto um papel de grande relevo e a sua exploração baseava-se nos mesmos princípios das restantes unidades económicas.

As terras que se destinavam à conversão em cultivo proporcionavam uma posse fácil, exercida através da pressão dirigida sobre os camponeses para que as arroteassem efectivamente com os meios usados. As terras já lavradas, produto do esforço dum trabalho humano anterior, também não criavam dificuldades à apropriação senhorial, pois as benfeitorias agrárias acumuladas ao longo dos tempos eram assimiladas, aparecendo como incorporadas nas forças da natureza. Tanto num caso como noutro, a situação da terra possibilitava um domínio total das classes senhoriais.

Um dos fenómenos característicos da opressão senhorial encontra-se nas sucessivas apropriações de terras comunais dos vários concelhos, por via de regra executadas pelos soberanos com o objectivo de as conservarem para si ou as doarem a entidades religiosas, à nobreza ou a militares. Com esta apropriação as organizações municipais perdiam rendimentos destinados a satisfazer as necessidades gerais dos agrupamentos concelhios e davam lugar à criação de zonas de conflito, à diminuição dos excedentes agrícolas no interior dos concelhos, afectando o abastecimento das populações e as transacções comerciais.

O modo de pagamento da renda em dinheiro afectou as relações pessoais, que constituíam a essência das relações senhoriais de domínio e de exploração da terra, sendo substituídas com o tempo por relações exclusivamente monetárias. Estava assim aberta a via para que a terra se tornasse uma mercadoria. A terra tornou-se, pouco a pouco, numa das mais importantes formas de propriedade privada, visto a terra ser o principal meio de produção. As formas de estrutura social e de comportamento dos grupos humanos são profundamente diferentes consoante a propriedade é colectiva da aldeia ou é repartida entre vários proprietários. A demarcação das terras tornou necessária a sua medição e, com ela, o desenvolvimento da agrimensura.

Na estrutura urbana, os camponeses tentavam manter cada família na terra dos seus antepassados. As diferenças na posse da terra acentuaram-se gradualmente e a percentagem de pessoas sem terra ou com parcelas mínimas aumentou drasticamente. Os pequenos proprietários possuíam normalmente terrenos de dimensões reduzidas e trabalhavam os seus lotes de terra com a sua própria família. Os produtores que tinham interesse na terra e na produção assumiam a responsabilidade pela sua posse. Porém, com frequência, as necessidades económicas provocaram o aumento da venda dos terrenos, que se tornou livre. Generalizou-se a expropriação de terras, com vantagem para os que emprestavam dinheiro.

A concentração da propriedade pela acção da pressão económica e latifundiária, usura ou expropriação efectiva, com o consequente desapossamento dos donos anteriores, assumiu uma das formas da acumulação primitiva. A expropriação do produtor agrícola, assim afastado de qualquer propriedade do solo, é a base de todo o

processo de eliminar a capacidade produtiva individual de cada trabalhador. A grande propriedade atingiu uma estatura adulta digerindo a pequena. Muitos pequenos proprietários são substituídos por uns poucos grandes. Expulsos à força, sobrecarregados de dívidas, afectados pela crescente concorrência de fazendas equipadas com novas máquinas e métodos agrícolas que requeriam capital, acabam por entregar as suas terras a grandes agricultores ou outros proprietários de terras, por vezes, sem qualquer intenção produtiva. A inflação dos preços exerceu uma grande influência sobre o valor das propriedades fundiárias. Os proprietários inclinavam-se para as venderem, por baixo valor, à burguesia ascendente, que acabou por se tornar proprietária de muitas e extensas terras.

Na Grécia, em algumas cidades, os pequenos proprietários eram favorecidos; noutras, o capital líquido acumulado era investido em terras o que favorecia a criação de propriedades de dimensão média. A Pólis, como colectivo de cidadãos, tinha o direito de propriedade suprema da terra. Os espartanos recebiam a posse da terra, mas não a propriedade das parcelas, que voltavam à posse do Estado depois da sua morte. No território não adstrito às cidades, toda a terra era considerada propriedade do rei e dividida em duas categorias: a terra própria do rei e as terras cedidas aos templos, doadas aos favoritos e concedidas em pequenos lotes aos guerreiros como recompensa pelos seus serviços. No século II a.n.e., difundiu-se cada vez mais a aquisição da terra através da compra directa ao Estado de terras sem dono, abandonadas ou confiscadas pelo não pagamento de dívidas.

Em Roma, o imperador era o proprietário supremo da terra, podendo arbitrariamente confiscá-la ou reparti-la, situação que originava grande contestação e conflitos. Na comunidade romana, se o possuidor deixava de trabalhar o seu lote de terra, esta voltava ao fundo comunitário, podendo ser ocupada por outro cidadão. Existia assim uma combinação de posse colectiva e individual da terra. As grandes conquistas transformaram economicamente o país, até então baseado na pequena propriedade. Nos primeiros séculos da nossa era, as terras do imperador e as grandes propriedades recebidas pelos comandantes militares contribuíram para o nascimento de latifúndios, a criação extensiva de gado e a expansão da silvicultura.

Na Península Arábica, as terras eram frequentemente atribuídas a governadores e a chefes militares quando assumiam esse cargo, mas que eram recuperadas e outorgadas aos seus sucessores. Os beneficiários adquiriam o controlo das terras sob o seu domínio, mas ficavam sujeitos ao método de tributação. Estas dotações provocaram a decadência da agricultura e consequentemente o decréscimo das receitas estatais.

Durante o período otomano, os terrenos agrícolas encontravam-se divididos por três tipos com base na tributação a que estavam sujeitos: 1. terrenos cujos impostos iam para o Estado; 2. terrenos cujos impostos se destinavam a fins religiosos; 3. terrenos atribuídos aos governadores e outros altos funcionários.

Na China, I milénio a.n.e., a terra representava a base de todo o poder, riqueza e posição social. A terra pertencia teoricamente ao soberano, que usava o direito de soberania estatal sobre o território do país para distribuir grandes propriedades territoriais a membros do clã imperial, a funcionários de alto nível hierárquico, instituições estatais ou religiosas. Estas concessões serviam para a obtenção de fundos para fazer face às despesas de gestão de gabinetes governamentais e sustentação de entidades religiosas. No século V, as terras que eram propriedade do Estado estavam sujeitas a redistribuições periódicas entre determinados indivíduos durante as suas vidas adultas. Estas concessões impunham deveres aos beneficiários em termos de tributação *per capita*, em pagamento de impostos e prestação de trabalho. No século XVI, os

principais proprietários de terras eram a família imperial, os nobres, os mandarins, os senhores de terras e os camponeses. Também possuíam terras alguns mosteiros e templos, mercadores e artesãos. As quintas imperiais eram trabalhadas segundo um sistema de locação. Duma política de encorajamento do cultivo de terras, anteriormente não cultivadas, resultou a sua transferência e a passagem de muitos agricultores à qualidade proprietários. Os latifundiários começaram a utilizar o trabalho assalariado e o sistema de arrendamento nas suas terras.

Na Índia, I milénio a.n.e., os soberanos atribuíram concessões de terras aos mosteiros, aos sacerdotes e, em alguns casos, a soldados em lugar dos salários. Já no início da era cristã, o desenvolvimento da propriedade privada de terras tornou-se um factor fundamental de suporte a novas formações sociais. A pequena propriedade explorada pelo próprio proprietário era a regra. As modalidades tradicionais da herança conduziram a uma extrema fragmentação da propriedade e à dispersão das parcelas cultivadas. A grande propriedade era rara, mas existia e pertencia em geral aos nobres e aos sacerdotes. Entretanto, assistiu-se ao emergir duma nova classe média de agricultores bem estabelecidos. Alguns deslocaram-se para os centros urbanos onde a sua riqueza acumulada foi investida em empresas comerciais.

No Norte da Europa, entre os escandinavos, o direito de propriedade derivava do trabalho da terra. O camponês que trabalhasse uma terra durante um período bastante longo via ser-lhe reconhecido o direito de propriedade, mas se a não cultivasse acabava por perder os seus direitos sobre ela. A posse da terra dependia do trabalho. Na Europa Ocidental, predominava um modo de vida agrário com a posse da terra organizada em propriedades de grandes ou pequenas dimensões, com economias fechadas, em maior ou menor grau, sobre si próprio. No século XVIII, os lavradores já integrados numa lógica capitalista começaram a pagar rendas superiores à dos rendeiros, conseguindo assim expulsá-los das suas terras, e iniciaram o sistema de cercados. Muitos destes camponeses foram assim convertidos em trabalhadores assalariados.

Na África Ocidental, faltava à aristocracia o monopólio das terras, ainda em regime de propriedade comunal. A terra pertencia em regra à família que primeiro se tinha instalado. Porém, nos férteis vales dos rios, as terras pertenciam aos detentores do poder e eram trabalhadas pelos seus cativos e tributários, a troco do dízimo sobre as colheitas. Em quase toda a África Subsariana a terra é possuída em comum. A terra é considerada como o sol ou o ar, abundante, necessária e pertencente a todos os membros da comunidade. A propriedade da terra, no sentido em que estão implícitos os vários direitos do proprietário, inclusive a venda, não existe. Embora um indivíduo possa utilizar um determinado terreno, os seus direitos e o poder de dispor dele estão limitados por outros direitos que sobre a mesma terra detêm os membros da família, do clã ou da tribo. Esta forma de propriedade tradicional resulta de haver terra em abundância e a prática duma agricultura de subsistência. Esta situação só se alterou, em algumas regiões, em consequência da conquista por outros povos ou da colonização, que se apoderou arbitrariamente da terra, ou do aparecimento dum poder central a assumir a função de distribuidor da terra.

6.5 - PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

O primeiro objectivo da propriedade dos meios de produção é o gado e os prisioneiros reduzidos à escravatura, só depois surgem os instrumentos de trabalho e outros meios de produção. A apropriação privada do gado é susceptível de se desenvolver no sentido duma disparidade de riqueza entre os indivíduos ou entre os

grupos de parentesco. Entre sociedades de pastores nómadas, o gado torna-se propriedade individual ou, pelo menos, de grupos numericamente muito mais restritos que a unidade tribal. Em muitos reinos, o soberano é o único proprietário de todas as pastagens e de todo o gado. Em alguns países, as camadas superiores de ricos agricultores possuíam quantidades consideráveis de gado.

A posse privada dos meios de produção ampliou o campo das desigualdades sociais. Os homens encontram-se numa posição diferente ante os meios de produção, conforme as classes a que pertencem e as relações existentes de domínio e de subordinação. As riquezas naturais mais importantes e os instrumentos produtivos fixos ou mais complexos estão nas mãos das classes senhoriais, ao passo que os restantes meios de actividade pertencem total ou parcialmente aos produtores directos, nas esferas fundamentais da produção. Em geral, o produtor individual construía ele próprio o moinho ou a azenha, o pardieiro ou a casa, montava a instalação para retirar o sal da água do mar mas, como possuidora do meio natural onde se instalavam estes equipamentos, a aristocracia podia manter o domínio sobre eles e chamar a si uma parcela da produção global aí obtida.

O carácter fixo das instalações em solo de posse senhorial era susceptível de lhe proporcionar uma renda. Sobre os moinhos incidia o pagamento duma renda estabelecida numa quota-parte do cereal moído ou numa determinada quantidade de géneros ou dinheiro. Sobre a utilização dos fornos com carácter permanente era exigido o pagamento dum foro às comunidades urbanas.

Os grupos sociais ou unidades familiares conseguiam, por vezes, deter em comum a propriedade de certos bens fabricados para uso colectivo. Encontravam-se em tal posição os instrumentos simples da actividade agrária e os próprios animais de trabalho. Na pecuária eram abrangidos por esta apropriação os elementares e poucos objectos simples ligados ao pastoreio, como os utilizados para armazenar forragens.

Os instrumentos de caça, como armadilhas móveis, redes, cordas, bestas, etc., eram pertença dos caçadores. Também na actividade piscatória pertenciam, em geral, aos produtores directos os apetrechos, as redes e demais aprestos. Em geral, os barcos também pertenciam aos próprios pescadores.

Uma parcela dos instrumentos usados no artesanato encontravam-se também dentro do âmbito dominial das classes aristocráticas, como sucedia com os fornos e os pisões, oficinas onde se fundia o ferro e se fabricavam artigos de metal, e outras instalações para exercício dos ofícios, cujos ocupantes tinham de pagar uma renda. No artesanato têxtil pertenciam ao produtor directo as rudimentares rocas, os fusos e os teares de madeira, bem como as tintas destinadas aos tecidos. Pertenciam aos homens dos mesteres, objectos de carpintaria, instrumentos usados pelos ferreiros ou caldeireiros, as rodas dos oleiros, os apetrechos dos sapateiros, dos ourives, dos pedreiros ou dos artífices de cutelaria. A crescente divisão do trabalho e a individualização dos actos produtivos estimularam o interesse material dos artesãos em reter e aperfeiçoar os seus instrumentos de trabalho, factor que tendia a considerá-los como propriedade privada.

A propriedade dos meios de produção depende do modo de produção existente em determinado tempo e espaço: pode ser propriedade duma comunidade, dum produtor ou grupo de produtores; de estruturas dependentes de classes dominantes ou do Estado.

A expropriação dos meios de trabalho da grande massa da população caracteriza uma das fases da formação do capitalismo. A propriedade dos utensílios e dos instrumentos de trabalho dos produtores imediatos, adquirida pelo seu esforço directo, foi suplantada pela propriedade privada capitalista assente na exploração do trabalho

alheio. No modo de produção capitalista, a propriedade privada dos meios de produção é a negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio.

7 – CLASSES E GRUPOS SOCIAIS

7.1 – CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES SOCIAIS

As classes sociais são constituídas por conjuntos de indivíduos que ocupam, num determinado sistema económico, uma situação funcional e uma posição caracterizadas por interesses e comportamentos semelhantes. Distinguem-se entre si pela posição que ocupam num sistema económico historicamente determinado, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, pelo modo e a proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem.

Para que um grupo seja considerado como classe social, na acepção económica, é preciso que tenha adquirido um papel fundamental na estrutura da produção ou de distribuição e tomado consciência desse papel de acordo com a prática social existente. Isto implica que uma classe social seja definida não só pelo lugar que ocupa na estrutura social, mas também pelo modo de produção onde está inserida e da relação que estabelece com os meios de produção.

A base do conhecimento das classes sociais emerge da actividade económica e do desempenho dos vários grupos sociais que nela participam. É na actividade voltada para a produção social e a repartição da riqueza, que se engendram os grupos colectivos diferenciados e é também aí que assenta o eixo da sua influência sobre o devir da sociedade.

As classes sociais são uma realidade viva que deve ser analisada no espaço e no tempo de acordo com os factos e estruturas sociais em que ocorrem. São, ao mesmo tempo, categorias históricas, porquanto acompanham o desenvolvimento e a evolução das sociedades. São um fenómeno dinâmico, pois modificam-se com as mutações das sociedades e transformam-se como resultado das relações que entre elas se estabelecem. Internamente, ao longo dos tempos, as classes não escapam a mutações internas que determinam, por vezes, comportamentos diferentes. O estudo histórico revela que as classes não se podem comprimir exclusivamente dentro da actividade económica, pois a realidade é naturalmente muito mais vasta. Não se pode negar a existência de outros factores, desde a consciência individual e colectiva à ideologia, que podem alterar a configuração e a maneira de agir duma classe, influir no processamento de factos económicos e no comportamento dos indivíduos na realização quotidiana dos seus interesses.

Em qualquer estrutura de classes opõem-se dois grupos fundamentais de classes: as classes dominantes, constituídas pela aristocracia (soberanos, nobres e clero) e pela burguesia (mercadores, comerciantes, grandes proprietários agrícolas, industriais, banqueiros, chefes militares, empresários, capitalistas); as classes subordinadas (camponeses, artífices, outros produtores, escravos, trabalhadores). Numa posição intermédia encontram-se numerosos grupos profissionais, tais como: trabalhadores administrativos, intelectuais, educadores, etc.

As classes dominantes são, antes de mais, constituídas por grupos sociais com origem na apropriação de excedentes, na divisão social do trabalho, nas desigualdades das condições de existência e relações de poder, e que se diferenciam pelo modo e a proporção em que percebem parte da riqueza social. Detêm os meios de produção e de

distribuição essenciais, reúnem os que ocupam posições importantes na vida económica e social e, por conseguinte, controlam o poder político e exercem a sua influência sobre o conjunto da sociedade.

Entre as classes subordinadas situam-se os além dos trabalhadores servís, livres ou assalariados, os escravos (embora estes nem cheguem a ser considerados entes humanos), os produtores individuais e suas famílias, desprovidos de quaisquer direitos e sujeitos ao poder e às determinações das classes de que dependem.

O conjunto das classes intermédias é representado pelos grupos sociais que se caracterizam, nos planos da profissão e do estatuto, por uma posição inserida entre as classes superiores e as classes subordinadas. Estas classes, por princípio, não se baseiam na exploração do trabalho alheio. Envolvem camadas sociais que ocupam um lugar rigorosamente definido nas relações com as classes dominantes como, por exemplo, os trabalhadores administrativos ou a intelectualidade.

Com excepção de algumas comunidades primitivas, todas as sociedades dividiram-se em classes sociais facilmente identificáveis. Entre estas classes existiam barreiras bastante rígidas e quase sempre importantes diferenças de estatuto, tanto sob o ponto de vista económico, como cultural e político. Os indivíduos pertencentes a classes diferentes não eram considerados como iguais, não possuíam os mesmos direitos nem as mesmas oportunidades. A situação social dum indivíduo dependia geralmente da classe a que pertencia e da qual dificilmente se poderia afastar. A educação profissional e o papel a desempenhar na sociedade dependiam mais da classe do que da aptidão pessoal. As mulheres juntavam-se ainda outros motivos particulares relacionados com a sua posição de dependência na divisão social do trabalho.

7.2 – FORMAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS

O processo da formação das classes sociais tem a sua origem no seio da sociedade primitiva e durante os primeiros tempos assume uma forma latente. A premissa fundamental duma sociedade baseada na formação de classes é a existência dum sobreproduto regularmente obtido e a possibilidade da sua alienação. A obtenção de produtos alimentares e a sua apropriação, conjugada com a dos meios de produção, possibilita a distribuição desigual da riqueza e com ela o despontar da formação de uma sociedade de classes. Começa a ocorrer um sistema de categorias sociais que abre as portas ao enriquecimento pessoal dos chefes tribais. Com o novo modo de vida inicia-se a diferenciação de pessoas e famílias consoante a sua posição em relação ao uso da terra e do gado. Amplia-se a estratificação social e caminha-se para o começo da submissão da maioria da população por uma pequena minoria que assume um papel dirigente.

A posição social privilegiada e, estreitamente ligada a ela, a posse de bens torna-se pouco a pouco hereditária. O clã do chefe, ou clã “régio”, passa a constituir o vértice da estrutura social, existindo à parte dele toda uma série de “clãs nobres” com os seus direitos e deveres. Esta situação era já, em larga medida, um pronúncio da estrutura de classes, ainda tradicional quanto à forma, mas nova quanto ao seu conteúdo. A gradual adaptação dos costumes tradicionais acabou por se transformar em exploração directa.

Nas tribos ia-se formando um sistema de categorias sociais que ia dos patriarcas, que se encontravam à testa das comunidades familiares, até aos concelhos de anciãos, os chefes de tribos e de uniões de tribos. O seu poder era, numa fase inicial, baseado no prestígio pessoal e regido por normas duma democracia primitiva. Na prática, porém, abria as portas à possibilidade dum enriquecimento pessoal. Quando existem uniões de

tribos há uma determinada hierarquia entre os próprios chefes, os quais constituem uma espécie de aristocracia tribal.

O desenvolvimento da divisão social do trabalho e do equipamento técnico usado pelo homem, o aparecimento do domínio territorial e da apropriação dos meios de produção, e finalmente a expansão da escravatura, levaram gradualmente à divisão da sociedade em grandes grupos que ocupavam diferentes posições sociais.

A formação de classes deu lugar à do Estado, pois era indispensável assegurar o seu poder sobre as classes subordinadas. A sociedade dividida em classes não nasceu em todas as partes ao mesmo tempo. O aparecimento da sociedade de classes ocasionou sucessivas mudanças no sistema de preparação para a vida de cada nova geração. Os objectivos e os métodos de ensino e educação começaram a distinguir-se no ambiente dos grupos sociais dos oprimidos e dos dominadores. Os objectivos e interesses das diferentes classes sociais tornam-se irreconciliáveis, antagónicas e mutuamente excluídos. As contradições tornam-se mais profundas na sociedade. A compreensão do mundo, do objectivo e sentido da vida, diferenciam-se. As classes dominantes tentam impor os seus pontos de vista, a sua ideologia e a sua visão do mundo às camadas intermédias e às classes exploradas da sociedade. Estabelecem-se relações que implicam e provocam uma distribuição amplamente desigual da riqueza.

Na ideologia, à medida que aumenta a importância do papel dos chefes, opera-se a sacralização dos seus deveres e funções, surgem atributos específicos do seu poder e ganha forma o culto do chefe, por vezes, endeusado. A estratificação social é o reconhecimento da expressão dos diversos interesses comuns que congrega as pessoas em grupos, que podem ser iguais ou diferentes em categoria, mas com interesses diferenciados.

À medida que cresce a riqueza social tornam-se mais frequentes os conflitos bélicos que se vão transformando, por vezes, em ocupação permanente. Esta situação tem como consequência a elevação da importância e influência dos chefes militares bem sucedidos, que arregimentam em torno de si guerreiros pessoalmente leais.

Na estrutura mercantil, a situação das classes sociais, do ponto de vista da riqueza de cada uma, alterou-se consideravelmente em favor duma burguesia constituída por comerciantes. A municipalidade comunal vai parar às mãos desta camada abastada da sociedade. Participar na actividade municipal era mais um factor que contribuía para o destaque duma elite social possensora.

O desenvolvimento social do Egipto foi caracterizado, no IV milénio a.n.e., por uma surpreendente aceleração no grau das modificações sociais. Ocorreram então importantes mudanças económicas e sociais caracterizadas pela concentração de bens e de poder, pela organização política dum proto-Estado e o aparecimento duma primeira elite social. Daí resultou o surgimento da primeira sociedade estratificada que se tornou uma força importante nos milénios seguintes. O conceito de realeza e de divindade do faraó era central para a sociedade e a religião egípcia.

Na Grécia, no II milénio a.n.e., a camada dominante incluía, em primeiro lugar, o aparelho burocrático do Estado à frente do qual se encontrava o rei que tinha funções políticas e sacras. Da alta nobreza faziam parte os sacerdotes dos principais templos e os dirigentes do exército. Posteriormente, formou-se uma aristocracia grega, cujos membros deveriam descender duma família nobre, possuir fortuna em terras e ter um modo de vida que correspondesse às normas estabelecidas para a aristocracia. A sociedade ateniense dividia-se em três camadas: os aristocratas, a massa fundamental dos simples cidadãos e os camponeses dependentes da aristocracia, cuja situação era equiparada à dos escravos.

No Sudeste Asiático, II milénio a.n.e., mesmo em povoações pequenas e bastante independentes, um grupo de pessoas era muito rico, possuindo um estatuto social mais elevado. Na origem destes diferentes níveis de riqueza estaria a posse das melhores terras para o cultivo do arroz ou o acesso preferencial à mineração, fundição e distribuição dos metais. A posição chave pertencia aqueles que tivessem o controlo das fontes de abastecimento.

A sociedade islâmica permaneceu baseada numa organização aristocrática do poder com uma origem religiosa e secular. Esta elite incluía aquelas pessoas que gravitavam à volta dos soberanos, oriundos de círculos sociais diversificados: a aristocracia militar; os secretários constituídos maioritariamente pelos escribas; os magistrados; os intelectuais que formavam uma elite estudiosa e uma aristocracia letrada e crente; os grandes comerciantes, uma vez que tanto os mercadores como os banqueiros estavam em posição de financiar o Estado sempre que necessário.

Em África, já predominava no século XV uma sociedade estratificada baseada no estatuto dos indivíduos que a compunham, a posse de bens e a actividade que desempenhavam. Esta nova sociedade hierarquizada fortaleceu-se e conquistou uma forma de poder semelhante ao poder estatal. Os homens escalonavam-se em três categorias: os homens livres, os artesãos e os escravos. Porém, em muitas regiões do continente africano, as classes sociais só começaram a formar-se sob influência do colonialismo.

Na América do Norte, as sociedades hierarquizadas sob a forma de tribos ou aldeias, lideradas por uma chefia, desenvolveram-se entre as comunidades mais sedentárias, onde os centros cívicos e cerimoniais eram administrados por elites hereditárias. Na Meso-América, I milénio a.n.e., surgem evidências de estratificação económica, ou seja, emergência de verdadeiras classes sociais.

Nas Américas, a situação colonial deu origem a uma estratificação social, com os europeus no topo da pirâmide a monopolizarem o poder e a riqueza e a desfrutarem do estatuto social mais elevado; os crioulos mais identificados com o território, costumes e tradições da terra em que haviam nascido; os mestiços com uma situação instável; o grupo dos índios a suportar o peso das violentas transformações impostas pela colonização e privados das suas formas tradicionais de organização religiosa, política e económica; os grupos sociais fechados, pertencentes à mesma raça, etnia ou religião, que incluíam muitos dos trabalhadores de que a nova economia estava necessitada, que se deslocava com facilidade, autores de novas culturas populares surgidas nos centros urbanos ou nas regiões mineiras, nas plantações de açúcar e nos ranchos de criação de gado.

7.3 – ARISTOCRACIA

O que caracteriza as classes senhoriais é o facto dos seus membros não realizarem uma actividade de carácter produtivo directo mas poderem apropriar-se duma elevada parcela da riqueza social graças à disposição dos meios materiais de produção mais importantes, a qual se estendia de forma mais ou menos acentuada até à própria pessoa dos produtores. Este domínio era acrescido por certos meios de acção acessórios como o poder político centralizado no soberano, a força das armas da nobreza ou o predomínio espiritual e cultural do clero.

No sistema tributário, o soberano, o clero e a nobreza, constituíam as classes dominantes: o soberano desempenhava as funções estatais, a igreja prestava ajuda espiritual, a nobreza protecção militar. Em troca exigiam da população o pagamento sob

a forma de cultivo de terras e prestação de serviços. As condições necessárias da existência económica das classes senhoriais constituíam função directa da percepção dum tributo ou duma renda.

A classe soberana desenvolveu-se no seio de numerosas sociedades agrícolas e pecuárias. Esta classe congregava os grupos que detém, duma forma clara e aceite ou não por todos, directa ou indirectamente, o poder político, o poder económico e, eventualmente, o poder judicial e ideológico. A classe que detém o poder material detém, em geral, ao mesmo tempo, o poder espiritual.

Antes, o xamane era o único especialista religioso. Tornou-se depois sacerdote e o seu poder religioso combinou-se com o poder económico e político. O que define o clero como classe dominante são as relações mantidas com as outras camadas da população. A força espiritual exercida constituía um dos mais fortes elementos que permitiu o alargamento constante da sua riqueza, facilitando o reforço da sua posição económica. Entre os factores não económicos que concorriam para assegurar o especial poderio do clero é de registar o exclusivo da cultura, a imensa projecção espiritual e a sua força política com efeitos materiais profundos. A classe dos sacerdotes desempenhava na sociedade um papel de relevo sendo o sumo-sacerdote referido como a pessoa mais respeitada depois do soberano. O seu poderio económico resulta duma direcção centralizada e da conservação da riqueza, acumulada através dos tempos, sob formas institucionalizadas impeditivas da dispersão de bens ao longo das sucessivas gerações.

Existiam duas camadas distintas de clérigos: uns, eram membros do clero secular, desfrutando de grandes domínios e rendimentos; outros, membros do clero regular, constituíam um grupo mais numeroso e viviam modestamente por imperativo económico. Alguns destes sacerdotes eram autênticos camponeses colonos dos superiores hierárquicos. Entre estas duas camadas existiam relações de dependência, com direitos e deveres mútuos. Os grandes templos, podiam ter um grupo de funcionários, incluindo um número elevado de escribas, capatazes, guardas, encarregados de armazéns, dos celeiros e do gado, e um grupo de trabalhadores livres, servos e até escravos.

A actividade social da nobreza não era apenas determinada pelos interesses assentes nas formas de exploração das terras e domínios que lhes pertenciam. Era um grupo senhorial que dependia economicamente do soberano, das quantias anuais recebidas e dos réditos da administração territorial. Com o fim de alargar a sua base económica como classe dominante era frequente tentar a usurpação de domínios dos reis e da própria Igreja. Das posições da fidalguia transparece a legitimação política da sua existência e manutenção pelos serviços prestados à coroa, serviço que em regra deriva da colaboração militar ou da cooperação na actividade administrativa em benefício dos monarcas. O poder da nobreza existia em função da sua capacidade de apropriação de uma renda e de importantes excedentes, como o tributo. Esse poder assentava também na sua força militar.

Com o desenvolvimento do comércio, uma parte da nobreza a viver de rendas fixas a longo prazo vê-se arruinada, na medida em que o domínio da terra se degrada como forma e fonte de riqueza, perdendo assim a sua posição dominante. Porém, a riqueza dos nobres que decidiram investir noutros sectores, como comércio por atacado, indústria, construção naval e finanças, em aliança com a burguesia, foi aumentando a um ritmo constante.

A defesa das aldeias, enquanto os agricultores e os pastores se encontravam no campo, deu lugar ao aparecimento gradual duma classe de guerreiros profissional. Em caso de perigo todos os homens válidos pegavam em armas mas, com o decorrer do

tempo, uns quantos acabavam por assumir com permanência a responsabilidade da manutenção da segurança. Tais actividades exigiam um comandante, papel que coube inicialmente ao chefe da aldeia ou da tribo, cujos poderes assumiram também um carácter militar. Os guerreiros mantidos pelos palácios constituíam uma espécie de aristocracia militar que beneficiava de grandes propriedades rurais em troca dos serviços que prestavam. Por vezes, estes militares eram parentes do rei. O aparecimento de novas actividades aliadas a uma insegurança crescente, levaram à ampliação da classe guerreira que foi assumindo um papel determinante na sociedade. À medida que se desenvolvem conflitos bélicos frequentes, ou quase permanentes, passou a existir uma classe de militares a assumir uma importância crescente e a constituir um novo grupo social. O aparecimento de novas técnicas na arte da guerra estava associado à elevação deste grupo social que consistia em guerreiros especializados.

O líder militar passou a ter um papel cada vez maior e o cargo tornou-se permanente em vez de temporário. Os chefes militares tinham direito a uma parcela considerável dos saques de guerra, eram responsáveis pela guarda dos templos, dos palácios e dos cidadãos, concentravam cada vez mais o poder nas suas mãos, empurrando as instituições tradicionais para segundo plano. Frequentemente um comandante militar bem sucedido apoderava-se do poder.

Na Europa Ocidental, o poderio da nobreza não foi, em parte alguma, totalmente eliminado antes do fim do século XVIII. Até então, as bases do poder mantiveram-se as mesmas: isenções fiscais, a posse hereditária da terra, a ocupação de elevados cargos tanto ao nível da administração, como do exército e da igreja.

Na América, os astecas tinham um chefe hereditário e as circunscrições principais dispunham de chefes de circunscrição nomeados, normalmente oriundos da classe guerreira. Entre os incas, o vértice do poder era um soberano com poderes autocráticos; entre a nobreza saíam muitos dos administradores de nível superior, com uma variedade de funções destinadas à conservação e expansão do império.

7.4 – BURGUESIA RURAL

A posição da burguesia rural como classe tem de ser enquadrada em função do tipo de relações que mantinha com as restantes classes sociais. Por um lado, estava fortemente subordinada às classes dominantes e, por outro, exercia um duplo domínio económico e social sobre a restante população rural. Este grupo constituía o núcleo central da camada mais desafogada da população do campo. Beneficiava de especiais privilégios políticos e jurídicos e também especiais prerrogativas que se expressavam pela atribuição de taxas de rendas muito ligeiras.

Além da sua exploração central estes agricultores possuíam, em geral, outras herdades cultivadas por foreiros ou rendeiros que lhes pagavam a renda a que estavam obrigados. A sua forte posição no processo produtivo permitia-lhes expropriar camponeses mais pobres e absorver parte da renda, podendo ainda empregá-los como assalariados nas suas lavouras. Na prática, estes agricultores realizavam mais um trabalho de direcção administrativa e económica do que propriamente tarefas materiais como a cava, a sementeira, a ceifa ou a vindima.

Na actividade agrícola e pecuária, a burguesia rural dispunha de importantes meios de produção agrária e de utilização de mão-de-obra assalariada, o que lhe deu uma força particular que permitiu intensificar a produção própria, incrementar a produtividade e dispor de avultados excedentes agrícolas susceptíveis de serem lançados

no circuito comercial. A possibilidade de arrecadar parte do produto das vendas permitiu a acumulação de capitais aplicáveis em melhoramentos fundiários e a aquisição de novas herdades para extensão das áreas cultivadas.

Está aqui a génese duma parcela das relações de tipo capitalista que vão abrindo caminho graças à sua combinação com o incremento da actividade mercantil. De resto, os dois fenómenos estão estreitamente ligados, pois não era concebível, nesta fase histórica, o progresso do comércio sem o da agricultura que lançava no mercado uma quantidade crescente de produtos já destinados à venda ou provenientes dos excedentes do auto-consumo dos próprios agricultores. Estes lavradores eram aliados naturais da burguesia mercantil na defesa de interesses que eram comuns, o que os ajudava na prossecução dos seus objectivos particulares.

A possibilidade crescente de alargamento das superfícies que exploravam ou alugavam e o aumento da produção do subproduto, permitiu ampliar a sua capacidade de acumulação, acentuando-se o processo de diferenciação entre os camponeses ricos, ligados directamente ao mercado, e os pequenos camponeses a eles subordinados.

Ao lutar pelo alargamento da sua base económica, a burguesia rural pretendia atingir, a par da burguesia citadina mais importante, uma sólida posição económica e política capaz de frontalmente poder pugnar pelos seus interesses em oposição à aristocracia. Usando da força económica e social que puderam acumular, chamaram a si terras desaproveitadas integradas em domínios senhoriais. Dentro dos concelhos conseguiam intervir na administração e usufruir de especiais vantagens jurídicas.

Na Índia, nas comunidades rurais destacou-se uma camada superior de agricultores que explorava escravos e trabalhadores assalariados. No século XVII, esta camada, por vezes constituída pelos chefes das aldeias, eram proprietários da terra e intermediários no processo de recolha dos impostos.

Na China, o estatuto da maioria dos indivíduos na sociedade rural era determinado, acima de tudo, pela posse da terra. As pessoas que possuíam dinheiro líquido compravam terras que arrendavam a preços elevados. A aristocracia propriamente dita quase deixa de existir, passando as suas terras para as mãos duma nova classe social constituída por camponeses ricos e por mercadores. Entre esta classe eram recrutados os funcionários, pois só os homens ricos podiam dar aos seus filhos a educação que permitia passar os exames do Estado.

Na Europa Ocidental, na segunda metade do II milénio d. C., a burguesia rural, composta por grandes agricultores possuidores de terra, começou a assumir uma importância cada vez destacada. Esta alteração das relações de produção abriu caminho à ascensão duma classe camponesa com capacidade legal e económica para promover uma lucrativa exploração da terra.

7.5 – BURGUESIA URBANA

A população urbana era constituída por alguns grupos principais: um deles, abrangia os comerciantes, mercadores, armadores navais, mestres artesãos, os lavradores mais ricos, funcionários administrativos e certos profissionais mais destacados; um outro grupo era constituído por artesãos, pequenos comerciantes e artífices; um pequeno estrato integrava alguns assalariados. A burguesia urbana incluía, fundamentalmente, a burguesia mercantil, industrial e a burguesia de Estado. À medida que o papel económico do artesanato se torna mais destacado, os mestres artesãos

organizam-se em corporações e começam a intervir organicamente na administração concelhia.

Muito antes de surgir uma manifestação clara de consciência de classe por parte da burguesia mercantil, existia já um grupo de mercadores com um papel activo e específico na vida social. A burguesia comercial, fazia empréstimos à tesouraria do Estado, além de desempenhar frequentemente funções de cobradores de impostos. Muitas vezes operava sob as ordens duma burguesia cosmopolita, que controlava também as feiras internacionais,

Uma das suas características é a presteza com que entrou em acordos com a sociedade senhorial, assim que os seus privilégios foram conquistados. Tais acordos foram, em parte, de natureza económica, mas também assumiram aspectos sociais e políticos. A burguesia adquiriu propriedades, entrou em sociedades comerciais com a aristocracia, recebeu os descendentes da nobreza nas suas corporações, aceitou alianças políticas nos governos das cidades, nos cargos ministeriais ou lugares na Corte.

A burguesia colocava-se inicialmente num degrau hierárquico depois do clero e da nobreza, mas assumia-se cada vez mais como uma fracção dirigente. O domínio político e administrativo pertencia ainda à classe senhorial, mas uma oposição antagónica basilar entre a aristocracia e as restantes classes espelhavam já conflitos inevitáveis de interesses. A burguesia urbana tinha como evidente objectivo alargar cada vez mais o âmbito da sua actividade, estendendo-a para além dos confins do termo dos concelhos. Porém, deparava com limitações resultantes do tipo de relações de produção características dos domínios senhoriais, da dificuldade de incrementar para além de certos limites a colocação de bens comercializáveis, de satisfazer os encargos e as exigências impostas pela classe senhorial. A sua força crescente, muitas vezes apoiada pelos soberanos, era utilizada contra as incursões senhoriais e na defesa dos seus privilégios e interesses.

A preponderância da alta burguesia, que tendia a vincar a sua autonomia, ia-se afirmando sobretudo nos órgãos de administração municipal ou nas reuniões magnas dos homens do concelho. Os membros instruídos da burguesia eram muitas vezes colocados nos conselhos reais, na administração urbana, nas direcções municipais ou eram-lhes confiada a responsabilidade dos organismos locais encarregados dos interesses económicos e fiscais do Estado. A burguesia participava assim da centralização da autoridade real.

Na sociedade capitalista, a alta burguesia torna-se uma classe dominante, proprietária dos meios mais importantes e decisivos da produção e vivendo primordialmente à custa do trabalho assalariado. A sua fonte de rendimentos ia desde os provenientes da mais-valia, fonte da acumulação de capital, da exploração dos pequenos produtores e comerciantes e dos povos de países menos desenvolvidos. O objectivo fundamental da sua actividade reside na obtenção do máximo de lucro com o mínimo de capital desembolsado. Esta obcecção conduz ao desencadear duma exploração sem limites das camadas trabalhadores, à produção de artigos de consumo inúteis ou prejudiciais, à destruição do ambiente, ao domínio de outros povos ou à condução de guerras altamente destrutivas das populações e dos meios de produção.

Na Grécia, desenrolou-se uma luta de vários séculos entre a aristocracia latifundiária e os comerciantes que pretendiam conquistar maiores facilidades para a venda das suas mercadorias.

No Império Romano, a burguesia urbana, composta por diversas profissões, lojistas, empreiteiros, homens que pelas suas funções ou situações económicas se

distinguiam pela sua posição social, viam reforçados o domínio económico e o político, daí retirando benefícios que asseguravam a sua posição como classe.

Na sociedade islâmica, no final do I milénio, ocorrem modificações que reflectiram as aspirações duma classe média surgida nos centros urbanos que adquiriu gradualmente uma significativa fortuna e influência. Travou-se então uma luta entre as tradições tribais e as novas ideias islâmicas que conduziu a um processo de transformação social relevante.

Na Europa Ocidental, século XVIII, a burguesia constituía o segundo patamar da escala social, devido à sua grande riqueza material como ao elevado apreço que conseguira granjear junto de outros grupos. Era uma classe principalmente composta por gente cuja riqueza derivava da posse dos meios de produção não agrícola, ou seja, aqueles que possuíam “riqueza dinâmica” e cujo espírito industrial contrastava com a vida de ócio duma nobreza que vivia dos rendimentos do trabalho de outrem. As suas fileiras foram engrossadas por mercadores, antigos artesãos, técnicos especializados, comerciantes, banqueiros. A riqueza da burguesia não era igual à da aristocracia, pois expressava-se fundamentalmente em termos monetários. A classe era mais dinâmica e os seus lucros derivavam dos negócios e a acumulação de capital permitia investimentos na indústria e em propriedades tanto citadinas como rurais. Esta riqueza abria-lhes o caminho para a ascensão social e até mesmo para a nobilitação. A burguesia mantinha-se fiel aos órgãos de soberania que constituíam uma fonte de negócios lucrativo e que, com frequência, decretavam medidas favoráveis ao comércio e à indústria num contexto de protecção. Apesar de tudo, a burguesia sentia-se em desvantagem no seio da ordem estabelecida e considerava injusto o sistema de privilégios que a nobreza ainda mantinha. A própria riqueza acumulada estava encurralada num sistema económico que representava uma barreira em termos de desenvolvimento futuro. A aristocracia constituía um obstáculo ao seu progresso económico, ao seu reconhecimento por parte da sociedade e à defesa dos seus interesses por parte do poder político. Daí a luta renhida que se travou em numerosos países.

7.6 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS SOCIAIS

Pode definir-se grupo social como uma comunidade humana, real e concreta, mas parcial, que se manifesta por ter os seus padrões de conduta, a existência duma actividade conjunta, por se localizar num determinado tempo e espaço, por utilizar formas determinadas de comunicação e organização. Caracteriza-se pela existência dum conjunto de indivíduos que formam uma unidade social duradoura, mantêm entre si uma interacção estruturada e baseia o seu comportamento em atitudes colectivas, contínuas e activas, com objectivos, acções e comportamentos comuns. Além do conjunto das relações que se estabelecem entre os vários elementos que o integram, o grupo social exerce uma ou mais funções bem definidas. É uma determinada forma de emprego do pronome pessoal *nós*, que nas relações sociais se opõe aos *outros* ou a *eles*.

Os grupos sociais que vamos referir com algum pormenor têm, em geral, uma raiz económica originada por actividades conjuntas e particularidades de organização, que se manifestam por se localizarem num espaço, utilizarem determinadas formas de comunicação, por manterem padrões próprios de conduta e exercerem uma ou mais funções bem definidas.

A pouco e pouco foram-se diferenciando as famílias, os clãs, as tribos, as etnias e outros grupos sociais, consoante a sua posição em relação à posse dos meios de produção, que foram acumulando na mão de uma classe social em fase nascente,

embora ainda não institucionalizada. As formas tradicionais do regime de comunidades consanguíneas são gradualmente substituídas por relações baseadas na proximidade espacial, isto é, entre pessoas que vivem em aldeias ou na mesma área.

Com o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, forma-se a família fundamentada em factores de natureza económica, em substituição dos laços consanguíneos por linha materna. O acasalamento colocou ao lado da mãe natural o autêntico pai natural, constituindo-se uma família que passou a dispor da posse dos meios de produção. A família patriarcal passou a integrar o casal, os filhos, outras pessoas unidas por parentesco de sangue ou por de afeição e pura solidariedade. Duma forma alargada, a família chega a reunir um grupo social bastante grande em que estão presente várias gerações e, por vezes, até servos e escravos. Estas famílias tendem a formar a sua economia própria, convertendo-se em unidades económicas e sociais independentes.

A família adquiriu uma realidade económica indiscutível, desempenhando uma função de unidade de produção e de consumo, gestão e transmissão de património. Foi no seu seio que se manifestou a primeira divisão social do trabalho, pois teve de se organizar para produzir o necessário à manutenção da vida. A família precede todas as formas económicas de agrupamento, correspondendo ao primeiro grau do edifício sobre o qual assenta toda a estrutura da produção e do consumo.

O aumento da produtividade do trabalho com o uso de novos instrumentos e materiais, designadamente o ferro, levou a que o cultivo das parcelas de terra se tornasse possível com as forças duma só família patriarcal. A cooperação produtiva de várias famílias tornou-se em muitos casos dispensável, acentuando a autonomia económica duma simples unidade doméstica a corresponder ao nível mínimo de coordenação das actividades produtivas. Formam-se relações de produção fundadas na gestão do chefe de família. A difusão do trabalho assalariado levou ao declínio das famílias e das comunidades aldeãs como unidades de produção.

Por clã entende-se o agrupamento social restrito que se afirma unido por laços de parentesco definidos por um antepassado comum. Várias famílias que descendem do mesmo ancestral constituem um clã. A ligação por laços de parentesco consanguíneo tem uma importância constituinte e determinante. O clã pode considerar-se uma antiga célula da sociedade, constituindo uma colectividade de trabalho fechada na qual os homens obtinham em conjunto os meios de existência necessários. O clã é, ao mesmo tempo, uma comunidade étnica, uma unidade de produção e uma forma de organização social. O clã abarca os diferentes segmentos das linhagens e são unidades mais duráveis. Tanto na linhagem como no clã, a propriedade do solo é frequentemente indivisa, sendo organizada a distribuição das terras cultivadas pelas famílias e pelos grupos de parentesco. O clã nem sempre corresponde a uma unidade territorial. Em alguns casos, o clã controla territórios contíguos, estando as diferentes unidades que o compõem reunidas sob a autoridade política dum chefe de clã ou dum concelho de anciãos. Com a formação de comunidades territoriais, as aldeias, as comunidades baseadas no clã entraram em processo de desintegração mas continuaram a existir por muitos milénios e ainda se encontravam nalguns lugares no início de século XX, por exemplo, na Índia e na Rússia. Presentemente, existem famílias capitalistas que mantêm laços de parentesco entre si e que se mantêm ligadas por interesses comuns designadamente nos domínios económico e financeiro. Esses grupos são frequentemente também denominados de “clãs”.

A etnia funcionava como uma associação de clãs, mais precisamente de sub-clãs, comungando as mesmas referências culturais e onde existia a consciência duma entidade comum. Com a divisão da sociedade em classes começam a surgir

comunidades mais amplas e numerosas porque os limites duma comunidade ou duma tribo acabam por ser demasiado estreitos para o desenvolvimento das forças produtivas, constituindo-se assim os grupos étnicos com características de nacionalidades. Com o processo de fixação de fronteiras tornou-se difícil localizar etnias que ocupam uma área dum país ou se espalhavam por um ou mais países. Por vezes, a identidade dos grupos étnicos expressa-se por tradições variadas que apela a uma certa noção de nação.

As minorias étnicas eram em geral atingidas por uma forte discriminação que se projectava nas diversas esferas da vida colectiva económica, caracterizada pela existência de relações e de formas de subordinação aplicáveis unicamente a estes agregados populacionais. Sobre estas populações incidiam em geral encargos mais gravosos, como rendas que se traduziam numa capitação pessoal e geral, que incidia sobre todos os indivíduos, contribuições anuais a pagar pelo conjunto das comunidades ou tributos só a elas exigidos. É em geral perceptível a existência de grupos étnicos a manter uma continuidade no tempo, apresentando-se como povo com tradições e uma história comum, transmitida de geração em geração. Misturam-se factores étnicos, culturais, económicos e políticos, podendo existir instituições próprias de governo ou uma soberania com projecção extensa e comum. É, por exemplo, o caso da etnia cigana.

7.7 – RELAÇÕES ENTRE CLASSES E GRUPOS SOCIAIS

O factor primacial que unificava internamente todas as classes dominantes era a idêntica posição que ocupavam nas relações económicas de cada época e sobretudo nas relações sociais de produção, que constituíam o eixo da estrutura social determinantes dos seus interesses comuns, necessários e irredutíveis. A existência duma classe dependia das suas posições nas relações económicas básicas com as restantes classes.

A posse colectiva de bens era menos susceptível de provocar distúrbios do que a existência da propriedade privada. A posse das terras, de rebanhos e dum equipamento técnico mais enriquecido, conduzia a contestações frequentes e à exigência dum controlo social mais eficaz. Nos conflitos originados pela água encontram-se os mais antigos motivos de litígio, pelo que o controlo tornava-se mais rígido onde a irrigação era habitual. O advento da propriedade trouxe consigo a conquista, o roubo, a pilhagem e a guerra. Os conflitos violentos pela posse da propriedade duma comunidade vizinha seriam relativamente comuns, como transparece do facto das aldeias serem com frequência fortificadas.

Com a crescente especialização na actividade dos habitantes das aldeias tornou-se necessário regularizar as relações entre os seus habitantes, por exemplo, entre os agricultores e os artesãos. Isto exigia hábitos estabelecidos e aceites por todos para assegurar as boas relações entre os habitantes e evitar eventuais conflitos. Era também necessária a colaboração dos habitantes das aldeias em certos trabalhos de interesse para a comunidade como erguer fortificações ou diques de irrigação.

São uma realidade as relações de subordinação existentes entre as classes dominantes e as demais camadas da população, sobretudo a população rural, mas que se estendem a outros sectores, incluindo a população urbana de tipo artesanal, mercantil, produtores de bens extraídos do mar, etc. As contradições existentes entre as classes aristocráticas e os camponeses mais ligados ao mercado, que exerciam pressões para substituírem a renda em espécie pela renda monetária, motivaram conflitos conduzidos pelos camponeses mais abastados.

Os choques, as prepotências e os assaltos de uns aristocratas contra outros não eram senão o resultado dos esforços para chamar a si a apropriação das rendas pagas

pelos utentes dos meios naturais, dos objectos materiais de produção ou dos bens de consumo duradouro, transferindo a posse sem se tocar nas condições económicas e estruturais da época. Os laços de dependência da aristocracia repercutiam-se tanto no sector agro-pecuário como naqueles que se dedicavam a outras actividades, como o artesanato, o comércio ou os transportes marítimos. A pressão senhorial atingia também os diversos extractos da burguesia.

Entre a burguesia citadina mais rica e os restantes sectores profissionais surgiram frequentes antagonismos de interesses. Alguns indivíduos residentes nas cidades empreendiam certas actividades, como emissários do templo e do palácio ou como agentes independentes dessas instituições. O nível de desenvolvimento técnico-económico arrastava diversos grupos sociais, diferenciados por uma determinada organização política, étnica ou religiosa, por tradição e nalguns casos pela língua, a lançarem-se uns contra os outros. Estas camadas lutavam pela obtenção de meios materiais mais favoráveis, de que uns dispunham e outros aspiravam, fossem terras mais férteis, riquezas naturais espontâneas, vastas regiões cobiçadas, a apropriação de domínios ou a colocação de trabalhadores servis ou escravos ao seu serviço.

O desenvolvimento da indústria e do comércio favoreceu a constituição de vastas fortunas em moedas de ouro ou prata e teve como resultado modificar radicalmente a distribuição da riqueza e as relações entre as classes sociais. Novos elementos vindos das classes médias acederam ao poder em detrimento da anterior aristocracia predominante e destacaram-se progressivamente da classe de que eram provenientes. Outros, porém, viram a sua situação declinar e confundir-se progressivamente com as classes mais desfavorecidas e, como tal, subordinadas. O crescimento da burguesia e a posição adquirida, económica, social e até ideológica, permitiu contestar a estrutura existente e as suas componentes.

O Egipto, no III milénio a.n. e., entrou num período de distúrbios e instabilidade, marcado pela tensão e agitação social, exigências por parte das províncias e invasão por parte das tribos beduínas. Em meados do milénio seguinte, ocorreu uma grande revolta popular que originou uma redistribuição da propriedade, o enfraquecimento do poder político que se tornou incapaz de resistir aos inimigos externos, designadamente a invasão das tribos vindas da Palestina.

Na Grécia, I milénio a.n.e., aparecem novas formas de organização sócio-económica e política da sociedade. Uma sociedade mais ou menos homogénea, em que a nobreza tribal pouco se distinguia dos camponeses, transformou-se numa sociedade heterogénea na qual se formaram diversas camadas sociais cujos interesses entravam em contradição uns com os outros. Estabeleceu-se um conflito entre a aristocracia e a massa fundamental da população comum, em primeiro lugar os camponeses membros das comunidades. Outras camadas apareceram como resultado do progresso económico da sociedade, do artesanato e do comércio, constituídas por gente que acumulou importantes riquezas e que aspirava a participar na direcção dos assuntos da sociedade. Porém, na estrutura social reinante todo o poder pertencia à aristocracia. Estas contradições levaram a repetidos conflitos armados que degeneraram mesmo em guerras prolongadas por algumas dezenas de anos. Desenvolveram-se contradições entre a estrutura sócio-económica da Pólis e o carácter do seu desenvolvimento económico. Cada vez mais a propriedade se cristalizava numa forma que se aproximava da propriedade privada plena, geradora de fortíssimas desigualdades. A democracia escravista ateniense sofria uma crise que consumia as suas forças orgânicas.

No decorrer do último século da República Romana, a plebe obteve vitórias umas atrás das outras, conseguindo que fossem proibidas as torturas e os castigos

corporais e a escravidão por endividamento. O devedor insolvente passou a responder com os seus bens e não com a sua pessoa. Os camponeses foram incorporados na comunidade urbana como cidadãos com plenos direitos. As condições sociais em mudança ofereceram um terreno fértil para o aparecimento dum clima de mal-estar social, que se transformou em movimentos populares muito abrangentes. No século V surgiu um novo e poderoso movimento rural contra o Estado romano, chegando a serem expulsos alguns administradores romanos.

Na China, nos primeiros séculos d. C., o aumento da exploração intensiva dos solos, do pauperismo e endividamento, a concentração da propriedade da terra nas mãos dum grupo de grandes famílias, desencadeou uma tensão social crescente de que resultou uma revolta de camponeses e guerras civis. Os agricultores expostos, sem defesa, a serem pilhados e roubados, desertavam das suas terras. O contingente fundamental dos insurrectos era, segundo parece, constituído por pequenos proprietários arruinados e por gente dependente, a que se juntavam escravos e tribos fronteiriças. Estes revoltosos acabaram por ser derrotados. No século VIII, uma revolta que se manteve durante oito anos, lançou o Império numa desordem. A anexação de terras e as catástrofes naturais foram directamente responsáveis pelos distúrbios sociais. Os pequenos camponeses perdiam as suas terras, ficaram com fome e revoltaram-se contra a ordem social da época. Uma série de novos comissários militares mantinham as suas tropas privadas e exerciam amplos poderes, o que deu origem a uma espécie de separatismo regional, acarretava uma descentralização do poder governamental e um declínio da velha aristocracia.

Na Índia, I milénio a.n.e., a posse do gado constituía a maior riqueza do homem. A captura de gado era a principal causa de conflitos entre as tribos. A própria guerra era considerada como um meio de se obterem vacas. No século XVII, desencadeou-se um grande conflito de interesses entre a classe governante e a classe dominante no sector agrícola, que exigia uma parte do imposto sobre a terra. O conflito provocou o declínio da agricultura, a cobrança opressiva de impostos a que se seguiu o abandono da terra pelos camponeses. A insurreição dos agricultores parece ter-se transformado numa revolta de classe.

Na Europa Ocidental, no século XIV, em certas regiões numerosos artesãos descontentes tentaram assegurar pela violência uma participação no poder urbano. Por vezes, estas tentativas traduziam-se sob a forma de pequenas revoltas populares. Em 1378, os cardadores de lã pretenderam apoderar-se do governo de Florença. Habitualmente, o único resultado prático destas sublevações era a aquisição duma representação nos conselhos municipais. Os meios urbanos e mais industrializados da Europa conheceram violentas insurreições que começaram pela revolta da burguesia e do artesanato contra o domínio da aristocracia. Estas rebeliões tinham na sua maioria uma origem urbana não ultrapassando os limites duma cidade.

Em Portugal, assistiu-se em 1383 a uma revolução popular e burguesa, em que camponeses e artesãos desempenharam um papel de vanguarda. Esta revolução assentou numa aliança política contra as forças aristocráticas, transformado-se simultaneamente, devido à opção assumida pelas classes senhoriais, numa luta pela defesa da independência política nacional.

Na Europa, século XVI, os camponeses nutriam um vivo ressentimento para com os senhores que se tinham apoderado das terras comunais, nas quais eles pastavam os seus rebanhos, onde adquiriam para si o feno, a madeira e onde podiam caçar e pescar à vontade. O descontentamento aumentou e os conflitos tornaram-se mais frequentes. A Guerra dos Camponeses, então ocorrida, tem sido tomada como modelo de revolta das populações rurais contra os senhores feudais. A revolta agrupou camponeses, mineiros e

até mesmo artesãos mais empobrecidos. Estes levantamentos foram pouco depois violentamente esmagados numa aliança entre soberanos e instituições religiosas. Nas cidades, o protesto assumia a forma de levantamentos contra o elevado custo dos produtos essenciais, como o pão, e a observância dos preços estipulados, atacando celeiros. No mesmo século, perante a tensão social originada pela subida dos preços, o campo despovoava-se e os rendeiros ou jornaleiros, que viviam do trabalho das terras senhoriais ou eclesiásticas, emigram para a cidade à procura de novas ocupações ou vagueiam, convertidos em vagabundos. No século XVIII, nas zonas rurais as disputas encontraram a sua expressão nos ataques aos direitos senhoriais, com o derrube de vedações ou eclosão de focos de violência isolados. As sublevações eram causadas por motivos sociais e económicos, como: a recusa da burguesia em aceitar os privilégios das instituições religiosas, a revolta dos camponeses contra os seus senhores, os primeiros levantamentos do proletariado contra uma burguesia dominadora.

Em África Ocidental, a ascensão da aristocracia política acompanhou a fundação de estados. Faltava-lhes o monopólio das terras, ainda em regime de propriedade comunal, mas o poderio, a riqueza e a influência foram alcançados através do exercício do poder. Alguns indivíduos tinham posições sociais mais elevadas que outros por serem considerados como desfrutadores de contactos com o mundo sobrenatural. Nos séculos posteriores ao início da nossa era, torna-se possível distinguir desenvolvimentos diferentes relativamente à cultura e ao modo de vida. Em algumas regiões a burguesia mercantil e intelectual, aberta a influências externas, impôs-se às comunidades camponesas que mantinham costumes e tradições ancestrais e modos de vida inalteráveis.

Nas Caraíbas, século XVI, rebeldes índios mataram espanhóis, e também negros pacíficos e índios, incendiaram povoações e dizimaram o gado. No século XVIII, ocorreram reuniões armadas em Cuba chefiadas por plantadores de tabaco e também por padres, descontentes com o monopólio espanhol do comércio do tabaco.

No Brasil, século XVII, um longo processo de revoltas esporádicas remontam à primeira década do século, cujos efeitos se fizeram sentir a vários níveis: protestos das autoridades locais contra os cobradores de impostos, levantamentos nas terras distantes do sertão, rumores de revoltas de escravos, criação de quilombos, ideias subversivas para a época transmitidas nos sermões dos clérigos. À medida que os colonos se sentiam mais independentes cresceu o desejo de se apoderarem da colónia e serem senhores do seu próprio destino, motivações que culminaram em várias insurreições e conspirações.

7.8 – LUTA DE CLASSES

A luta de classes é uma expressão que designa a oposição, historicamente verificada, entre as diferentes classes da sociedade. É, simultaneamente, uma luta económica, de antagonismo social e conflito político, que se tornou presente em toda a história da humanidade à medida que lentamente se foi desagregando o sistema comunitário. Surgem então posições opostas que originam uma permanente luta que atingiu toda a esfera da vida económica e social, passando a constituir uma das forças motoras mais importantes da história.

O carácter antagonístico das relações de produção e distribuição origina interesses contraditórios que se manifestam na luta de classes, quer entre as próprias classes dominantes, aristocracia e burguesia, quer entre estas classes e os produtores individuais ou os trabalhadores. Este antagonismo assume, por vezes, a forma de conflitos violentos.

As pessoas duma classe dominante exercem o seu poder e autoridade sobre as classes reputadas como inferiores, segundo um princípio básico “quanto mais elevado o grau que ocupa na sociedade, o possuidor de autoridade tirará benefícios, quanto ao mais fraco for o seu poder, menor será o seu ganho”. Aqueles que não exercem qualquer autoridade, as suas riquezas só estarão em proporção com os seus trabalhos. Acontece isso com os agricultores em geral, os artesãos e a maior parte dos mercadores.

A classe vitalmente interessada no progresso das forças de produção opõe-se às relações sociais predominantes, mantidas e sustentadas pela classe que detém o poder e os seus privilégios. Assim aconteceu, por exemplo, com o regime feudal, em que a burguesia encabeça a luta contra o feudalismo, aproveitando as sublevações dos servos e as lutas entre camponeses e os senhores feudais, para se apoderar do poder político e conseguir tornar-se a classe dominante. A luta de classes desempenha assim a função histórica de força motriz do desenvolvimento da sociedade.

As tensões entre as classes exploradas, servos, camponeses sem terra e escravos, e as classes senhoriais, foram constantes ao longo da história e assumiram com frequência o carácter de sublevações de extrema violência.

Com a formação do capitalismo, intensificou-se a luta de classes, caracterizada por uma constante oposição entre os interesses antagónicos dos trabalhadores assalariados e dos capitalistas que intensamente os exploravam.

A primeira greve, conhecida da história, ocorreu ainda no antigo Egipto, cerca de 1500 anos a.n.e. Cerca de 120 trabalhadores e respectivas famílias, representando uma comunidade de cerca de 1200 pessoas, que se ocupavam dos túmulos reais eram pagos através da prestação regular de bens de consumo fornecidos pelo Estado egípcio. Os atrasos na distribuição destas rações deram lugar a que os trabalhadores, perante a falta de meios de subsistência, deixassem a aldeia da residência, rompendo com a habitual normalidade na execução das suas tarefas. Após várias tentativas frustradas de os fazer regressar ao trabalho, as queixas apresentadas acabaram por ser atendidas e os trabalhadores retomaram as suas tarefas. Mais tarde voltaram a irromper outras greves por razões idênticas que revelavam a continuidade da miséria instalada.

Na Grécia, as profundas tensões sociais ocorridas no mundo rural caracterizaram-se pelo desencadear de conflitos entre os grandes proprietários e os camponeses sem terra. Verificaram-se então tentativas pacíficas ou levantamentos violentos que transbordaram para o campo político, onde o domínio da aristocracia foi posto em causa.

Em Roma, antes do início da era cristã, as tensões sociais geradas pelo sistema de exploração dos escravos tornaram-se explosivas. Surgiram revoltas que, começando por ser esporádicas, atingiram o seu apogeu com a primeira guerra de escravos (anos 132-131 a.n.e.) e que foram acompanhadas por movimentos semelhantes na Grécia e na Ásia Menor. Trinta anos depois, novas guerras de escravos ocorreram com a participação de muitos milhares de escravos que, sob o comando de Espartacus, ameaçaram durante alguns anos o domínio romano.

Na China, no século I a.n.e, alastrou pelo país uma onda de revoltas de escravos a trabalhar nas minas de ferro do Estado. As insurreições em que os escravos participaram activamente motivaram algumas tentativas para limitar a escravatura privada. Os insurrectos foram reprimidos com muita severidade, mas muitos escravos foram libertos. Foi então proibida a sua marcação, limitado o direito do senhor matar os seus escravos e abolida a execução na praça do mercado. Pela mesma altura, destacamentos de camponeses arruinados, de escravos e jornaleiros rurais, actuavam em

todo o país. Estes movimentos, como todos os restantes, foram posteriormente esmagados.

No Império Persa, nos finais do século V d. C., vastas massas de camponeses, pobres das cidades e escravos participaram numa rebelião (conhecida por insurreição de Mazdak) que se prolongou por trinta anos, sendo finalmente esmagada.

Na sociedade islâmica, as dificuldades sofridas pelos escravos, forçados a trabalhar na reconversão de pântanos, levaram-nos à revolta, em meados do século IX. Esta revolta durou quinze anos até ser completamente reprimida. Estes escravos foram auxiliados por tribos árabes descontentes. Nos finais desse século, uma revolta de soldados escravos no Baixo Iraque e Golfo Pérsico levaram a cabo uma terrível sublevação a que se aliaram numerosos camponeses empobrecidos, tribos beduínas e grupos religiosos. Estes conflitos forçaram um prolongado interregno do tráfico mercantil numa altura em que se assistia à expansão das transacções do comércio muçulmano com as regiões do Índico, obrigando ao encerramento dos principais portos do Golfo e imobilizando o tráfego marítimo.

Na Europa, em várias regiões da Inglaterra e da Flandres ocorreram revoltas de camponeses, que deram lugar a levantamentos populares, contra a apropriação dos moinhos hidráulicos e o pagamento obrigatório de rendas aos senhores feudais. Nos séculos XII e XIII, o processo de servidão na Rússia levou os camponeses e os cossacos a se unirem cada vez mais em revoltas desesperadas. Na guerra camponesa alemã, ocorrida em 1525, os rebeldes exigiam a abolição da servidão e a redução do trabalho forçado, das rendas, contribuições e dízimos.

Na Europa Ocidental, século XVIII, os conflitos sociais acentuaram-se na estrutura das corporações artesanais, entre mestres e operários, e nas empresas industriais, entre os seus proprietários e os trabalhadores assalariados. Estes conflitos assumiram algumas vezes um carácter muito violento. As greves eram ilegais e eram acompanhadas de violência e tensão política. Muitas vezes degeneravam em revolta. Outras formas de protesto surgiram, como a destruição da maquinaria ou manifestações de protecção de emprego ameaçado pela Revolução Industrial. Importantes greves foram desencadeadas perante a baixa do salário real consequente da alta de preços.

Na América pós-colombiana, as sangrentas repressões estimulavam a rebelião e levavam à fuga colectiva de escravos. Nas Caraíbas, século XVII, os escravos foragidos refugiaram-se nas montanhas, aí recreando modos de vida e de cultura reminiscentes da pátria africana. Em 1760, escravos fugidos negociaram com ingleses e holandeses, daí resultando a concessão a essas comunidades duma autonomia local civil e o reconhecimento da sua liberdade. Em troca, comprometiam-se a não aceitar mais escravos fugidos e a ajudar a capturá-los. Este acordo não acabou com as revoltas e uma das rebeliões, envolvendo mais de 30 mil escravos, tinha já como meta o derrube da sociedade branca e o estabelecimento de principados ao estilo africano. A mais grave revolta de escravos ocorreu em St. Domingue em 1791.

No Brasil, século XVII, escravos fugitivos refugiaram-se em zonas inóspitas onde construíam centros clandestinos, denominados “quilombos”. Alguns destes centros tornaram-se verdadeiras cidades com uma forma própria de organização que desobedecia à lei colonial, chegando a alcançar uma autonomia reconhecida. O mais famoso desses quilombos abrangia uma área de 27.000 km com cerca de 50 mil habitantes. Estes cultivavam a sua própria fruta e legumes e comercializavam os excedentes. A organização interna, a justiça, os mercados, funcionavam à maneira africana. Só quase após um século de resistência estes revoltosos acabaram por ser dominados. Estes quilombos foram então destruídos pelas autoridades coloniais, mas o medo da insurreição dos escravos manteve-se durante todo o período colonial.

8 – RELAÇÕES ENTRE POPULAÇÕES

8.1 – COSTUMES, LEIS E LEGITIMIDADE

A actividade conjunta necessita de se realizar com base em normas sociais, ou seja, em modelos de conduta adoptados pela sociedade e que regulam a interacção e as relações entre as pessoas. São considerados costumes os modos antigos e habituais de comportamento colectivo que constituem formas de regulamentação e se destinam a dar continuidade e estabilidade à estrutura social. Por vezes, assumem a forma de regras morais sancionadas pela sociedade ou de normas convencionais de conduta, consagradas pelo uso e tradição. Há uma distinção generalizada entre costume regional e local, bem como entre os costumes das diversas classes e grupos sociais, ocupações e corporações.

O costume assume-se como uma prática repetida, acompanhada da convicção da sua obrigatoriedade, de acordo com cada sociedade e cultura específica, vigorando como lei, às vezes sobrepondo-se a ela, e justificando a aplicação duma força coerciva por algum tipo de exercício de poder. Cabe ao responsável da aldeia ou da tribo, ao soberano, ao governante, ao juiz ou ao sacerdote, garantir o respeito pelas regras estabelecidas.

Nestas regras não escritas encontram-se as raízes mais profundas das futuras leis. Por outro lado, quando as leis escritas não são aplicáveis, o costume enraizado é observado como lei. O direito consuetudinário surge dos costumes duma determinada sociedade, não necessitando de ser sancionado ou promulgado. O carácter corporativo da sociedade concretiza-se na diversidade do direito consuetudinário aplicado a camponeses ou artesãos, a nobres, a burgueses ou a clérigos. Estes eram regidos pelo direito canónico. A tradição, o costume ou o conjunto de regras legais consideradas como racionais e portanto válidas, quando aceites e reconhecidas pelos membros duma sociedade, adquirem uma legitimidade que confere o reconhecimento duma autoridade de alguém ou dum grupo sobre outro. Estabelece-se uma interligação entre legitimidade, poder e autoridade, que pode não coincidir com a legalidade.

As normas fixadas por lei têm uma origem estatal e tendem a consagrar o domínio, a segurança e a estabilidade das classes preponderantes, podendo ser impostas pelo Estado, mesmo que não reconhecidas por outras classes. A tarefa dos juizes, na qual assenta a interpretação e a aplicação das leis e dos costumes, é conhecida como jurisprudência. Tanto a legitimidade como a legalidade, quando relacionadas com actividades económicas ou políticas, integram-se no quadro das relações de dominação entre as classes e os grupos sociais.

No II milénio a.n.e., no período babilónico, surgiu o *Código de Hammurabi*, célebre documento legislativo que introduziu reformas várias na agricultura, definição dos direitos de sectores específicos da sociedade, questões relativas à posse da terra e assuntos públicos. É nítida a abordagem da determinação das penas a partir duma perspectiva de classe. A sociedade era constituída por cidadãos com plenos direitos, homens juridicamente livres mas que não dispunham dos mesmos direitos e por escravos.

Na Grécia, no século VIII a.n.e., a situação predominante da aristocracia na esfera da vida social permitia usar a administração da justiça para conduzir a sua

ofensiva contra outras classes sociais. No século seguinte, a amplitude dos direitos políticos deixa de depender da nobreza e passa a depender da dimensão da propriedade. Foram então introduzidas uma série de reformas que protegeram os camponeses endividados, estimulada a orientação do artesanato e da agricultura para o mercado.

Na Índia, nos primeiros séculos da nossa era, a lei era extensivamente baseada no costume e na sua formação participava a classe governante. Tendia a ser compilada nas escolas sacerdotais. Os governantes podiam opor-se à lei sempre que lhes conviesse. À medida que vão adquirindo certos direitos relativos à administração das terras e das pessoas nelas instaladas, os proprietários privados começam a exercer funções judiciais.

A doutrina islâmica considera a autoridade do Estado necessária para a sobrevivência da sociedade. Mas, aqui o Estado assume um carácter diferente daquele que tem noutras sociedades. Só o representante de Deus (profeta ou califa), recebendo a autoridade divina tem o encargo do poder executivo. No final do I milénio d. C. desenvolveu-se a jurisprudência islâmica, sendo o cargo de juiz exercido apenas por algumas famílias mais influentes, tornando-se um ofício quase hereditário.

Na Europa, século VII, a lei apenas sintetizava os costumes, mas tornou-se um elemento activo capaz de os desenvolver ou suprimir. O costume enraizado era observado como lei. Uma vez consolidado o sistema legal, os costumes definidos e sustentados pelas leis, encontravam-se limitados no código.

Em África, o desrespeito pelo costume acarretava sanções morais como desonra, culpa, maldição e expulsão para as franjas do grupo social. Mas, para além do costume existiam outras leis promulgadas pelas aristocracias políticas, que mantinham uma relação estreita com o exercício real do poder. Os chefes locais eram os guardiões da lei, responsáveis quer pela defesa quer pela acusação, acompanhando assim os julgamentos.

Nos Estados do México Central, o poder judicial estava separado da hierarquia administrativa, sendo os juízes escolhidos entre a nobreza ou a classe militar. Os tribunais estavam divididos em dois níveis: um para a nobreza e outro para o povo.

8.2 – MOBILIDADE DEMOGRÁFICA

O termo migração refere-se a toda a deslocação, suficientemente importante, de um grande número de pessoas. As movimentações de trabalhadores podem ser definitivas, periódicas ou temporárias; podem traduzir-se num movimento contínuo ou descontínuo, voluntário ou involuntário, organizado ou forçado. As incursões e invasões de diversos povos provocaram grandes movimentos de populações com consequências catastróficas, ficando algumas regiões despovoadas e empobrecidas, civilizações e cidades destruídas. Da grande mobilidade das comunidades nómadas resultou a migração de tribos inteiras que chegaram a abandonar o seu território de origem, levando consigo a língua e as tradições culturais. O tráfico de escravos desencadeou uma gigantesca movimentação de seres humanos que foram forçados a deslocar-se violentamente para outros territórios. O rápido crescimento urbano requeria uma migração intensa. O crescimento da população urbana está ligado a uma mudança estrutural no progresso comercial e industrial. Este crescimento levantou muitos problemas relacionados com a urbanização e o abastecimento de víveres ou água. O crescimento geral da população resultante de inovações tecnológicas que melhoraram o rendimento agrícola e a produção de artefactos fornecia a base para uma tal migração. Esta vaga foi também impulsionada pela maior facilidade dos transportes e pelas transformações ocorridas nos primórdios da formação do modo de produção capitalista.

As populações humanas começaram a fazer parte duma rede vasta e interactiva, pois as diferentes regiões dificilmente permanecem isoladas por muito tempo, salvo quando grandes obstáculos geográficos o impedem ou se mantêm grandes diferenças de níveis de desenvolvimento histórico. A influência recíproca dos diferentes povos teve as origens mais diversas, como: as guerras e as conquistas, o comércio, o intercâmbio cultural, a religião ou a comunicação verbal. As tribos das estepes, que adoptaram formas migratórias de criação de gado, puseram em contacto diversos grupos culturais, conferindo vitalidade e amplitude territorial aos processos de interacção. Nas extensas áreas de produção de excedentes de géneros alimentícios estabelecem-se relações simbióticas entre pastores e agricultores. Mesmo dos contactos hostis, como a guerra, podiam produzir-se trocas de culturas.

Na Ásia, os mongóis procuraram estender-se por toda a parte do continente euroasiático, chegando a instalar-se em certas zonas da Europa oriental. Os otomanos encontraram uma pátria permanente na Ásia Menor e nos Balcãs; sob o seu domínio produziu-se a transferência sistemática de diferentes populações.

A China, nos séculos XVI e XVII, sofreu uma queda brusca na população correspondente aos anos de guerra. A anexação de terras, as catástrofes naturais e as guerras forçaram as populações a abandonar as suas casas e a estabelecerem-se noutras regiões. Os camponeses que tinham perdido as suas terras vinham para as cidades, tornando-se aí artesãos ou trabalhadores assalariados, deslocavam-se para regiões menos povoadas, onde exploravam terras não cultivadas. Entre a população migrante, a autoridade do clã era menos forte, as diferenças sociais menos acentuadas e a noção de origem geográfica menos dominante do que na sociedade rural tradicional.

Na Europa Ocidental, século XIV, a expansão colonial não acarretou perdas consideráveis ao nível demográfico. No século seguinte, verificou-se uma verdadeira explosão demográfica. A recuperação dos níveis de densidade populacional deu origem ao retomar do cultivo intenso das terras aráveis por parte das novas gerações e o aumento do preço dos produtos agrícolas. As forças produtivas revelaram-se capazes de aumentar a oferta a níveis suficientemente elevados para satisfazer as necessidades duma população em crescimento permanente. Um dos objectivos da política demográfica consistiu na fixação das populações com o fim de aproveitar terras incultas para a agricultura. Nos meios urbanos, o aumento demográfico funcionou como um factor de estímulo do crescimento económico.

Na América Central e do Sul, em consequência da colonização, muitas populações entraram em declínio morrendo vitimadas de genocídio ou de doenças trazidas pelos europeus, pois não estavam imunes contra a varíola, o sarampo e a gripe. O declínio da população ameríndia foi catastrófico.

Nas Caraíbas, século XVI, com a chegada dos espanhóis, chegaram emigrantes das mais diversas profissões: carpinteiros, ferreiros, pedreiros, assentadores de tijolos, telheiros, carpinteiros navais, curtidores e sapateiros. Outros, vinham de terras rurais, onde a dureza da vida os levou a alcançar uma melhoria. Chegavam, ainda, fidalgos arruinados, sem a riqueza correspondente ao seu estatuto, ou gente do povo que desejava ascender à fidalguia. No século XVIII, ao mesmo tempo que decorriam frequentes revoltas, houve um processo de adaptação entre culturas africanas acompanhado dum forte declínio de distinções étnicas entre os africanos, pela criação de línguas crioulas e uma crescente consciência de negritude.

Na América do Sul, a população continuou a ser preponderantemente ameríndia. Além disso continha mais negros e mestiços que brancos. Os escravos foram concentrados nas herdades ao longo da costa e nas cidades mais próximas. Muitos

emigrantes africanos acompanhavam os seus senhores na deslocação para outras terras, mas eram insuficientes para substituir a população autóctone.

No Brasil, século XVI, desde o início que os portugueses, ao contrário dos povos doutros países colonizadores, se miscigenaram com as populações nativas, cruzamento que prosseguiu com a chegada de escravos negros de África. Daqui resultou a formação dum grupo populacional próprio que se identificou com a vida quotidiana da colónia e com as relações que nela se formavam.

Na América do Norte, século XVII, com as novas populações de origem africana e europeia, os ingleses tentaram separar-se dos ameríndios que tendiam a retirar-se cada vez mais para o interior à medida que a resistência parecia ineficaz face aos avanços da ocupação inglesa.

Na África Subsariana, século XVI, os grandes movimentos populacionais, originados pelas guerras, expansão do comércio e migrações de escravos, motivaram um aumento no cruzamento dos grupos étnicos e puseram em contacto grupos socioculturais que até então eram desconhecidos entre si e vivendo em regiões distantes.

8.3 – POPULAÇÕES RURAIS E URBANAS

Os modos de vida urbana e rural são dois tipos de sociedade estreitamente interdependentes. Esta relação é determinada pelo duplo pressuposto da existência dum excedente agrícola e a possibilidade de trocar esse excedente. A realização desta permuta é determinada por um conjunto de factores em duplo sentido, nomeadamente através do uso dos transportes e do comércio. Uma parte do produto do trabalho dos camponeses converte-se em mercadorias a escoar para o mercado, dando começo à prática duma produção mercantil monetária. O campo proporciona a alimentação e os homens da cidade fornecem as ferramentas, os artigos manufacturados e a tecnologia. Se a agricultura tornou possível o nascimento da cidade e condicionou a sua evolução, por sua vez, a cidade tornou-se essencial para facilitar as trocas ou a aplicação e manutenção de inovações técnicas. As relações entre a cidade e o campo ligam o desenvolvimento do fenómeno urbano ao excedente agrícola. É evidente a impossibilidade da existência de cidades sem agricultura.

No essencial, a relação entre as classes dominantes das cidades e os camponeses e artesãos mantinham-se com pequenas variantes: uma concentração de população tributária composta de artesãos especializados e de camponeses que asseguravam a produção agrícola e o trabalho braçal como mão-de-obra para obras públicas, escavação de canais e construção de templos. A diferença entre a população urbana e rural não implica apenas uma diferença de domicílio e de actividade, mas também diferenças no estatuto profissional, no tipo de habitação, no ritmo de trabalho, etc.

A cidade aparece como centro de actividade duma classe artesanal organizada em corporações independentes e como centro de mercados internos e de trocas externas. A concentração na cidade dos ofícios e do comércio, acentua a separação entre a cidade e o campo. Com o desenvolvimento das cidades, os seus habitantes começaram a distinguir-se dos do campo e a ter a sua organização própria. Desenvolvem sistemas administrativos, jurídicos e fiscais correspondentes à natureza das suas actividades. Tomam nas suas mãos a função policial e a defesa dos ataques do exterior. Adquirem um estatuto privilegiado em relação ao dos habitantes do campo.

O poder urbano tende a exercer uma espécie de autoridade absoluta sobre as populações rurais forçando-as a servir os seus interesses de boa vontade ou pela coacção, se for capaz de a impor. Os camponeses resignam-se, por vezes, a obedecer-

lhes por temerem a destruição da sua civilização e terem dificuldade em trocar os seus locais por outros. As cidades dependiam do campo para a sua subsistência, mas também os camponeses necessitavam dos mercados citadinos para vender os seus produtos. Por consequência, a agricultura adaptou-se às necessidades da população urbana. Pouco a pouco, a procura estendia-se às matérias-primas necessárias à produção industrial, como a lã e o linho. Campos de cultura do trigo foram transformados em pastagens. Tornou-se numa regra a especialização agrícola regional.

Na Europa Ocidental, no século XVI, a população rural representava uma grande maioria. Mas as cidades, mais do que as zonas rurais, começaram a ser as principais beneficiadas com o aumento populacional. Tratou-se dum fenómeno mais urbano que rural, estimulado pelo desenvolvimento industrial e comercial. O ambiente económico da época deu lugar a migrações que se traduziram quer numa tendência urbana quer numa tendência para a ruralidade próxima do meio urbano. Em alguns países, a população começou a abandonar o interior e a fixar-se na faixa costeira. Estas alterações correspondem mais a um novo equilíbrio económico inter-regional.

8.4 – POVOS NÓMADAS E SEDENTÁRIOS

Os estudos etnográficos realizados tanto na Ásia Ocidental, como nas zonas das estepes africanas, revelam que as civilizações de pastores nómadas e de agricultores sedentários muitas vezes se confrontam, mas também se interpenetram. O estilo de vida pastoril depende, em muitos aspectos da sua existência, da aquisição de provisões a vizinhos agricultores.

Por vezes, os dois grupos fazem parte dum só sistema demográfico no interior do qual fluxos de populações sedentárias se tornam membros de comunidades pastoris e, por sua vez, comunidades que não podendo acumular todos os rebanhos e manadas, necessários a uma criação de gado bem sucedida, juntam-se a agricultores sedentários. Em muitos casos grupos pastoris instalam-se em áreas localizadas próximas das populações rurais e urbanas.

Com frequência, as tribos pastoris conduziam conflitos, caracterizados por uma elevada agressividade e mobilidade, como fim de se apoderarem dos bens armazenados nas cidades. Por outro lado, a pressão económica e militar exercida pelos estados urbanos sobre os nómadas tinha como objectivos: sujeitar as tribos pastoris a uma imposição tributária, explorar as matérias-primas de áreas periféricas ou reduzir as terras de pastagem em benefício de terras cultivadas.

Entre os pastores nómadas, os homens estavam em constante treino militar e eram guerreiros durante toda a vida adulta. O seu objectivo na guerra era o de conquistar pastagens e capturar cabeças de gado e escravos, apoderarem-se do fruto das pilhagens. Os cavaleiros nómadas eram capazes de percorrer centenas de quilómetros a cavalo em poucos dias. Isto permitia-lhes ameaçar outras regiões e adoptar o método de guerra móvel, equipando guerreiros a cavalo com armas de ferro. Estes nómadas eram muito mais que meros pastores. Aptos a organizarem-se em bandos de conquista, podiam saquear os centros mercantis urbanos ou os existentes nos oásis. A utilização do cavalo de sela tornou possível uma maior rapidez no estabelecimento de contactos e a difusão de notícias abrangendo grandes distâncias, verificando-se um progresso nas artes de guerra e das funções militares. O estribo de ferro difundiu-se em toda a estepe. A riqueza era avaliada pelo número de cavalos possuídos. Os nómadas a cavalo foram a base económica e militar das invasões mongóis. A sua supremacia militar sobre os

exércitos dos povos agrícolas foi evidente até ao dia em que a invenção das armas de fogo pôs fim à supremacia dos arqueiros a cavalo e retirou-lhes toda a espécie de importância.

O domínio sobre os povos sedentários deu lugar a que uma aristocracia nómada aí se instalasse, aproveitasse a riqueza da terra e assimilasse a sua cultura. Esta aristocracia perde o contacto com as tribos pobres que permanecem nas estepes. De tempos a tempos, alguns destes povos nómadas desempenharam um papel importante na história política de grandes civilizações. No Império Mongol, a exploração económica das sociedades sedentárias era assegurada através da cobrança de taxas e tributos.

8.5 – RELAÇÕES PACÍFICAS ENTRE POVOS

As relações entre os diferentes povos dependem do grau em que cada um deles desenvolveu as suas forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno e externo. Estes contactos intensificaram-se com as trocas indispensáveis, originaram um processo de aculturação em larga escala com significativas alterações nos procedimentos tecnológicos e nas estruturas económicas e sociais. A influência recíproca e a interpenetração aumentaram nas áreas de contacto entre as várias comunidades étnicas, tendo a coexistência desses grupos no seio dum agregado único levado ao desaparecimento de muitas diferenças.

Estas relações multilaterais, que ao princípio se desenrolavam dentro de regiões isoladas, fertilizaram a imaginação humana, favoreceram a difusão de novas ideias e culturas adaptadas por cada povo segundo os seus próprios modos de vida. Tais relações podiam ter uma origem pacífica ou conflituosa.

As relações sociais pacíficas tornaram possível o aumento gradual do comércio entre povos com culturas e governos diferentes. Eram, porém, difíceis de se estabilizarem e manterem sem o estabelecimento de regras ou acordos recíprocos, por vezes firmados por meio de contratos escritos. Algumas sociedades caracterizaram-se pela sua natureza cosmopolita. A coexistência tornou-se um facto de vida amplamente aceite e deu resultados compensadores através do intercâmbio que criou.

Sempre que os povos africanos receberam influências do exterior, o que aconteceu em muitos lugares e em muitas épocas, o processo de assimilação, técnicas, costumes ou crenças, fez-se sempre por adaptação, através do ambiente e das circunstâncias locais, modificando de facto as sociedades, civilizações e culturas, mas estas mantiveram sempre as suas características específicas e integralmente africanas.

8.6 – CONFLITOS E GUERRAS

Os conflitos, não obstante os desastres provocados, levaram a um tipo de comunicação entre vencedores e vencidos que permitiu um melhor conhecimento entre os povos e o contacto com outros instrumentos de trabalho, materiais e novas técnicas úteis ao incremento da produção.

Com o desenvolvimento da agricultura e o aparecimento dos primeiros estados começaram a existir tensões que se traduziam na tentativa de expandir ou impor influências a povos vizinhos menos evoluídos. Num sentido inverso, sociedades tribais, estimuladas pela visão da riqueza de regiões mais desenvolvidas tentavam invadi-las e

conquistá-las. Estas lutas e guerras, por vezes intercaladas por relações pacíficas mútuas, marcaram o dinamismo comercial e cultural de diferentes épocas.

A apropriação de excedentes produzidos em comunidades vizinhas ou o acesso a recursos naturais constituíram alguns dos motivos de conflitos. Quando as colheitas eram más, o aumento extensivo da produção era conseguido através da expansão territorial, com o aumento correspondente da população, por meio do saque e da guerra transformada num factor constante da vida da sociedade, da captura de escravos ou através da imposição dum comércio desigual.

A necessidade duma reprodução alargada e da criação de espaços económicos de maior dimensão era, em muitos casos, de difícil concretização através duma via pacífica, o que conduzia a um recrudesimento de conflitos internos e a uma luta encarnçada pela supremacia e pela dominação, quer entre classes com interesses económicos afins, quer entre essas classes e os produtores e trabalhadores a elas subordinados.

À medida que cresce e se acumula a riqueza tornam-se mais frequentes os conflitos bélicos com o objectivo de as ocupações se transformarem em permanentes. Com o aumento da riqueza das classes governantes, mais imperioso se tornou o desejo de conquistar mais poder. Os soberanos travavam frequentes guerras que lhes permitiam alargar a quantidade da terra, apoderarem-se de milhares de prisioneiros e cabeças de gado, anexar minas, estabelecer expedições comerciais. As guerras vitoriosas permitiam a captura de prisioneiros que constituíam o principal recurso de mão-de-obra escrava.

A vitória significava que o vencedor impunha a sua soberania aos vencidos, colocava um dos seus representantes no governo do território ocupado, obrigava o vencido a assinar um tratado de reconhecimento de vassalagem, a pagar um tributo periódico e a prestar o seu concurso com todas as suas forças armadas às operações ofensivas ou defensivas. Um dos objectivos das conquistas era a transformação dos saqueados em povos tributários, mesmo que a ocupação não se tornasse permanente. As questões de política externa eram em geral reservadas ao soberano vitorioso.

A guerra era geralmente considerada, pelos governantes, ora como essencialmente nociva ora como benéfica para a economia do país. As circunstâncias que podiam torná-la nociva eram evidentes: a agricultura sofria com as batalhas e pilhagens, sobretudo quando os exércitos eram compostos de mercenários; o estado de guerra traduzia-se em impostos mais pesados; os combates prolongados e violentos podiam paralisar o comércio e atrasar o desenvolvimento industrial. Por outro lado, a guerra podia ser lucrativa para as classes dominantes. A guerra enriquecia os fabricantes de munições, os mercadores de cavalos, os fornecedores de produtos alimentares e de vestuário. A guerra servia também os interesses das classes comerciais de forma menos directa e os prestamistas quando os governantes tinham necessidade de dinheiro, o que se traduzia em concessões políticas à burguesia. Além disso, a vitória favorecia a ampliação do território, a supressão das barreiras alfandegárias, obrigava a concessões comerciais e abria novos mercados a juntar aos já existentes.

A criação de grandes unidades militares era uma consequência indirecta da expansão do comércio e do crescimento demográfico. A constituição de poderosos exércitos e frotas navais correspondiam às exigências da expansão geográfica e da exploração colonial.

Na Grécia, o Estado favorecia os cidadãos que preferiam uma ocupação no serviço militar como mercenários. No século VII a.n.e., os gregos procuraram apoderar-se das melhores terras da África Setentrional, acolhendo imigrantes e obrigando os

povos locais a procurarem terras menos produtivas ou a dividirem entre si os territórios percorridos pelos nómadas. No Egipto, durante o domínio grego, a carga imposta aos produtores egípcios deixava-os reduzidos aos mínimos meios para a sua própria subsistência. Tudo era tributável, desde os produtos agrícola até ao trabalho dos artesãos e às transacções comerciais. O descontentamento das populações originou um estado de guerra permanente com levantamentos populares, greves de camponeses seguidas da sua fuga para longe das suas aldeias.

No Império Romano, os lucros provenientes da guerra iam parar a um estreito círculo de chefias militares e governadores. A remuneração dos exércitos através da atribuição de terras foi, em grande parte, responsável pelas terríveis guerras civis verificadas nos últimos tempos da República. No Norte de África, então sob ocupação romana, formou-se um movimento de natureza social e política que incluía sectores da população rural, trabalhadores jornaleiros, escravos em fuga, aliados a tribos berberes, que organizou vários levantamentos. A luta travada dirigia-se principalmente contra os proprietários das grandes explorações agrícolas, representantes governamentais e membros destacados do clero católico.

Na China, no século XIV, o esgotamento económico levou o campesinato a uma revolta declarada contra o domínio estrangeiro, acabando as forças mongóis por serem derrotadas por sublevações, que embora descoordenadas, se espalharam por todo o território chinês. A reunificação do país promoveu a assimilação dos diferentes povos e a reintegração da economia chinesa. No século XVIII, os conflitos com os países ocidentais tornaram-se evidentes e concentraram-se em três áreas:

1. O conflito entre a política de portas fechadas, praticada pelos chineses, e o desejo de expansão por parte dos europeus que tentavam invadir a soberania chinesa;
2. Os conflitos provocados pela ignorância dos governos chineses em relação mundo exterior, que consideravam as actividades comerciais normais como um favor concedido a países estrangeiros;
3. O conflito provocado pela importação ilegal de ópio, enviado por mercadores ingleses e que deu lugar à Guerra do Ópio contra a Inglaterra.

Na África, século XVI, houve uma intensificação de guerras numa escala e com efeitos mortíferos até então desconhecidos, devido à utilização de armas de fogo. Estas guerras envolveram os reinos africanos, invasões marroquinas, árabes e turcas. Algumas destas guerras estavam relacionadas com a expansão comercial e a expansão do islão. Seguiram-se invasões provenientes de países europeus com objectivos de colonização. É difícil ter uma ideia das perdas na produção económica, originadas por estas guerras. As campanhas militares mobilizaram trabalhadores utilizados para matar outros trabalhadores ou impedi-los de realizar um trabalho produtivo. Desapareceram muitas aldeias, abandonadas pelos seus habitantes, que foram massacrados ou tiveram que fugir aos ataques inimigos para não serem capturados e vendidos como escravos a árabes ou europeus.

Na América do Norte, século XVIII, a partilha das colónias motivou prolongadas guerras entre os países colonizadores, ficando a Inglaterra com o domínio total, apenas contestado pelas populações nativas. Na América do Sul, a população andina continuava a ter consciência da sua identidade étnica e da sua importância histórica, pois povos, como os incas, constituíam a memória dum passado histórico que deveria ser reabilitado. Este facto ganhou maior evidência com as rebeliões que atravessaram o século, particularmente a rebelião de Tupac Amaru. Registaram-se contínuas revoltas que tiveram como causa a carga fiscal, o desenvolvimento duma ideologia messiânica e

a consciência, por parte dos seus chefes, do papel que tinham de desempenhar. Por vezes, à população andina juntaram-se mestiços e até espanhóis.

Na Oceânia, século XVI, em algumas ilhas do Pacífico, onde as populações e as pressões motivadas pelos recursos eram maiores, eram comuns as guerras em larga escala com mobilização de exércitos e algumas vezes de barcos.

8.7 – CORSO E PIRATARIA

O corso foi uma actividade marítima caracterizada pelo assalto aos navios de comércio para os apresar e lhes retirar a carga. Os corsários estavam sob a disciplina militar do seu monarca. A actividade corsária foi praticada em larga escala em muitos países, tanto cristãos como muçulmanos. O corso ou guerra de corso significa o ataque e apresamento dum barco, pessoas e bens levados a efeito por um particular ou por uma entidade pública, a coberto duma ordem jurídica ou estatal. O corso punha em causa a coexistência pacífica entre as nações e paralisava os circuitos comerciais com pesados danos para as economias dos países em conflito.

A palavra pirataria é aplicada quando este tipo de violência no mar é exercido a título privado com fins de aquisição de riqueza e sem qualquer fundamento legal. Paralelamente ao corso, eram frequentes os assaltos, de iniciativa particular, cometidos por piratas desligados da obediência a qualquer autoridade. Os motivos eram económicos e a pirataria tornou-se uma proposta atractiva e proveitosa, com os principais piratas a enriquecerem e a acumularem fortunas consideráveis. A pirataria foi um obstáculo ao desenvolvimento do comércio marítimo e a pilhagem dificultou as trocas por via terrestre.

Com o corso e a pirataria todo o comércio exterior mergulhava no caos. De pouco serviam, então, aos interessados os contratos de seguros de que se muniam. Os diversos acordos e tratados entre os estados revelavam-se de escassa eficácia, sobretudo quando era fácil à gente do corso encontrar pretexto para a agressão. O corso assumiu-se, nos séculos XVI e XVII, cada vez mais como uma guerra naval dirigida contra Portugal e Espanha, conduzida pelos países europeus que pretendiam dominar os mares e ocupar novos territórios.

Os lucros obtidos no quadro duma economia de saque permitiram uma adequada reprodução do capital, apesar dos enormes investimentos exigidos pelo armamento das esquadras e dos riscos comportados. A longa duração do fenómeno comprova a sua rentabilidade. Eram beneficiados os cofres dos estados protectores do corso que, por sua vez, propiciavam o avolumar da riqueza que o capital mercantil extraía da sua projecção ultramarina. Muitas fortunas edificaram-se sobre os lucros do corso. Poderá admitir-se que, no processo de génese do capitalismo, a expansão do corso tenha constituído uma forma de acumulação de capital.

IV PARTE – SISTEMAS E ESTRUTURAS ECONÓMICAS

1 – SISTEMAS ECONÓMICOS PRÉ-CAPITALISTAS

A maior parte dos autores considera que um sistema é um conjunto de diferentes estruturas organizadas de modo coerente e lógico, ligadas entre si por relações relativamente estáveis e subordinadas às respectivas leis.

Segundo o economista Etienne Antonelli “o sistema económico é o conjunto de relações e instituições que caracterizam a vida económica duma determinada sociedade, localizada no tempo e no espaço” (*L'économie pure du capitalisme*, Paris, 1939). Esta definição tem a vantagem de caracterizar o sistema pelas suas estruturas e de visar toda a sociedade qualquer que ela seja.

A noção de sistema económico fornece um ponto de ligação entre as descrições históricas e as interpretações económicas. Sem a descrição pormenorizada das características das actividades económicas e das relações sociais decorridas ao longo do tempo e nos diferentes espaços é inviável interpretar os fenómenos correspondentes.

Os sistemas económicos distinguem-se pelas diferenças básicas entre os modos de produção e de distribuição: a natureza das relações de produção, a forma de repartição de produto, as classes sociais dominantes e subordinadas existentes, a natureza da propriedade dos meios de produção, o móbil da actividade económica, conforme se destina a satisfazer as necessidades sociais, a trocar mercadorias, a acumular riqueza ou, simplesmente, a obter lucros. A distinção dos sistemas económicos permite caracterizar, para cada um deles, o modo como se processa a direcção da economia e o critério que preside à distribuição do produto social. “O que imprime carácter a qualquer economia e a individualiza como tipo é o modo de produção e a repartição de bens.” (Prof. Teixeira Ribeiro, “A nova estrutura da economia”)

Cada novo sistema económico resulta da evolução do sistema que o precedeu e contem o germe do sistema que lhe sucede. Os sistemas jamais se encontram em sua forma pura e, em qualquer período da história, elementos característicos, tanto de períodos anteriores como posteriores, podem ser reconhecidos e misturados numa complexidade singular. O anterior modo de produção predominante não será necessariamente eliminado de todo, mas reduzir-se-á até não ser mais um sério competidor do imediato. Durante certo período, o novo modo de produção, ligado às novas forças produtivas e potencialidades económicas, deverá expandir-se muito além dos limites dentro dos quais o antigo sistema estava a mover-se. O interesse da classe que ocupa as posições estratégicas está claramente baseado na aceleração da transição, no rompimento da resistência da sua rival e antecessora e no aumento da sua própria resistência.

Nos sistemas económicos que se vão sucedendo subsiste uma conjugação de várias formações sócio-económicas, que até agora nunca foram eliminadas, embora as que assumem a posição preponderante, no espaço e no tempo, influenciem a articulação das restantes. Os modos de produção formados no sistema comunitário sobrevivem, em diversas regiões e épocas históricas, nos sistemas que se lhe seguiram. Identicamente, os que predominaram no sistema tributário e no sistema mercantil, coexistem no tempo presente, embora com aspectos particulares e específicos e a predominância do sistema capitalista. Nenhum sistema é homogéneo, pois nenhum excluiu toda a sobrevivência do sistema anterior, com excepção do comunitário, e nenhum deixou de prefigurar no sistema seguinte. O reconhecimento do carácter histórico, evolutivo, dos sistemas económicos, proporciona esclarecimentos que são válidos para além da época estudada.

Segundo Armando de Castro, “Sem embargo, o que não existe é uma ciência económica das sociedades anteriores ao capitalismo. E nem sequer se poderá dizer que tais sistemas são hoje em qualquer parte do mundo meras categorias históricas, visto poderem encontrar-se ainda formas sociais pré-capitalistas em diversas regiões do globo.” (*A Evolução Económica de Portugal*, vol. VII, pag.140, *Portugália Editora, Lisboa*)

Nos períodos de transição entre os sistemas ocorrem processos de desenvolvimento económico, que se distinguem doutros tipos de movimentos: o

desenvolvimento tem sentido no tempo, do passado através do presente para o futuro; o processo de mudança é irreversível; aparece sempre algo de novo, que não existia antes; todo o processo na sua realização obedece a leis gerais e a leis objectivas características de cada tipo de desenvolvimento. O processo de mudança baseia-se no aumento da eficiência dos factores de produção e na sua aplicação na reprodução; a organização social da produção dita o ritmo do desenvolvimento económico; as mudanças na tecnologia e nas instituições sociais são as fontes mais dinâmicas e profundas de desenvolvimento económico e produto duma tensão e luta permanente.

As desigualdades nos níveis de desenvolvimento aumentaram a capacidade e importância dumas regiões em detrimento doutras, acentuaram a distinção entre povos e deram lugar ao aparecimento de novos modelos culturais e civilizações.

É relevante a forma como os anteriores modos de produção continuaram a sobreviver e a sustentar posições mesmo em ramos de produção em que os novos processos já tinham conquistado grande parte do terreno. A sobrevivência da produção familiar e da manufatura simples têm tido consequências importantes que raramente são examinadas. As diferentes estruturas económicas e sociais que continuam a subsistir têm constituído uma barreira ao total domínio capitalista, porquanto dificultam a troca de mercadorias, o acesso aos recursos do trabalho assalariado e das matérias-primas, a acumulação de capital e o seu objectivo fundamental, a imposição exclusiva da lógica do máximo lucro. Por isso, o capitalismo tem conduzido sempre e em todo o lado uma campanha de aniquilamento persistente e violento destas formas históricas de modos de produção e distribuição.

Mesmo no interior dos próprios países encontra-se, como uma das características relevantes, a coexistência de sectores de actividade económica ou zonas geográficas de economia evoluída com sectores ou zonas de nítido atraso económico-social. Estas assimetrias, resultantes dum desigual estágio de evolução, transcendem o aspecto económico e caracterizam-se pela coexistência de diferentes formas de desenvolvimento das forças produtivas e do estágio das relações sociais, numa mesma comunidade e mesmo nos seus diferentes sectores de actividade. Desta coexistência ressalta a perspectiva dum segmento progressivo em paralelo com outros segmentos em declínio, estagnados ou em evolução lenta. A comunicação entre eles e o confronto dos seus níveis de desenvolvimento cria condições para uma movimentação para o exterior do segmento mais atrasado, quer para o mais evoluído dentro da comunidade ou mesmo para outras comunidades.

1.1 – SISTEMA COMUNITÁRIO

A essência da economia comunitário radica-se na necessidade objectiva e na capacidade dos grupos humanos assegurarem a sua existência, como membros da comunidade, com base no trabalho conjunto, na posse comum dos meios de produção, na partilha colectiva, recíproca e solidária. Nesta forma de comportamento assentaram as relações sociais da comunidade primitiva: cada qual contribui de acordo com os seus meios e recebe de acordo com as suas necessidades; os indivíduos caçam, pescam ou recolhem o que necessitam para fazer viver todos os membros do grupo, quer trabalhem ou não, quer sejam jovens ou velhos, saudáveis ou doentes; os bosques, os prados e as estepes e, por vezes, parte da terra de lavoura, são propriedade comunal.

Com o início da domesticação e criação de animais e plantas, inventam-se novos instrumentos de trabalho, ampliam-se os meios de obtenção de alimentos, as populações tendem a fixar-se em lugares próprios e a adaptarem o ambiente às suas necessidades.

Esta mudança acabou por abalar a partilha comunal e conduzir à sua substituição pela posse individual dos recursos naturais e dos recursos criados pelo próprio homem.

A terra arável, embora permanecendo no domínio comunal, começou a ser atribuída às famílias inseridas na comunidade. Cada camponês tende a explorar por sua própria conta a terra a que foi encarregado de cultivar, a apropriar-se dos instrumentos de trabalho e dos frutos produzidos. Igualmente, os pastores começam a considerar como seu o gado que criou e conduziu a lugares de pastagem, por vezes bem distantes dos acampamentos. Esta apropriação torna-se incompatível com a partilha igualitária entre todos os membros da comunidade.

O sistema comunitário persistiu por muitos milénios e, em casos raros, conseguiu subsistir mesmo até à actualidade. Numerosas sociedades comunitárias permaneceram, por longos períodos milenários, mesmo após o aparecimento da divisão social do trabalho, da propriedade, da formação de classes sociais e do começo da exploração do homem. Outras foram-se transformando, foram absorvidas por populações já integradas noutros modos de produção, escravizadas ou dizimadas violentamente. Algumas mantêm-se ainda hoje, embora naturalmente influenciadas por outras formações económicas com quem mantêm contacto, designadamente com camponeses de regiões vizinhas. Em muitos países actuais em vias de desenvolvimento, os vínculos comunais desempenham ainda hoje um enorme papel na sua vivência, entrelaçado com estruturas pré-capitalistas.

Os grupos étnicos a viver nos trópicos ou na extremidade norte do globo detiveram-se, durante longos milénios, no estado primitivo de seu desenvolvimento. As condições naturais dos trópicos garantiam ao homem a possibilidade de manter a sua existência sem estimular o desenvolvimento activo das forças produtivas. Na zona polar, as condições naturais demasiado rigorosas não permitiam desenvolver intensamente as forças produtivas e as correspondentes formas sociais. As únicas formas de produção eram a pesca, a caça e a criação de renas. No século XVI, alguns pescadores europeus frequentavam já as águas próximas da Terra Nova, ricas em peixe, mas daí não resultou, que se saiba, o estabelecimento de bases permanentes de ocupação.

Nas grandes florestas e regiões circunvizinhas, o tipo de economia baseado na caça, pesca e recollecção prevaleceu muito para além do início da produção agrícola, mesmo até ao início da era dos metais. Na África Subsariana o estilo de vida comunitário permaneceu imutável, sempre que os recursos naturais se mantiveram suficientes, até há poucos séculos. Na região dos Grandes Lagos, século XVI, mesmo após a formação de pequenos estados, grupos de camponeses detinham a forma comunal dos meios de produção, embora fornecessem bens e prestassem serviços em trabalho à classe dirigente, sem qualquer compensação. Em algumas áreas da África Austral, estas formas de vida perpetuaram-se, com poucas mudanças, até à segunda metade do século XIX. A explicação deste fenómeno pode residir na existência duma escassa população associada a uma imensa riqueza de recursos alimentares. Este ambiente pode ter constituído um fraco estímulo para a adopção de meios de cultivo ou criação de gado. A riqueza do bioma africano é tal que punha em causa as vantagens da agricultura. A caça e a recollecção proporcionavam um elevado nível de nutrição devido ao menor dispêndio de tempo e de esforço físico, que resulta do pastoreio e da agricultura.

No Sudeste Asiático, alguns grupos continuaram a comportar-se como caçadores-recolectores até aos nossos dias, mesmo vivendo em simbiose com vizinhos agricultores ou mercadores. As populações beneficiavam duma abundância de alimentos, vindos dos estuários, dos pântanos e do próprio mar. É difícil imaginar uma

escassez de alimentos quando estavam disponíveis reservas marítimas tão ricas e periodicamente reabastecidas.

A descoberta do Continente Americano, levou os europeus a contactar com alguns povos que viviam ainda em sociedades comunitárias. Na América do Norte, século XVI, alguns grupos viviam em povoações e sustentavam uma agricultura já desenvolvida, outros alimentavam-se de animais e plantas das florestas e zonas costeiras, outros ainda comportavam-se como nómadas sazonais que subsistiam caçando e fazendo incursões. Os povos estavam inseridos em unidades de tamanho e complexidade variáveis, que iam desde pequenos grupos a grandes tribos, incluindo verdadeiras confederações. Na América do Sul, continuaram a existir verdadeiras “ilhas étnicas” que sobreviveram às mutações permanecendo em zonas caracterizadas por uma grande concentração de vida selvagem, sem necessidade de recorrer à agricultura para garantir a subsistência.

Os aborígenes australianos com o seu estilo de vida nómada, não conseguiram adoptar a agricultura, a horticultura, a cerâmica ou uma vida sedentária. Tem-se verificado uma estabilidade básica e a continuidade de modo de vida até aos nossos dias. Na Oceânia, século XVI, quando os europeus encontraram estes povos imensamente dispersos notaram a sua diversidade cultural e variedade de ambientes. À excepção dos aborígenes, que conseguiram manter a seu estilo de vida de caçadores-recolectores de forma bastante bem sucedida, os outros povos da Oceânia sobreviveram, em grande parte, graças à horticultura intensiva, suplementada por peixe e marisco, quando possível. Entretanto, os viajantes colonizaram as ilhas do Pacífico com a introdução de animais domesticados, tubérculos e frutos que trouxeram dos arquipélagos do sudeste asiático.

1.2 – SISTEMA TRIBUTÁRIO

As classes que assumiram o poder nas anteriores comunidades agrícolas, chefes de aldeia e de tribos, chefes militares e religiosos, feiticeiros e sacerdotes, sujeitaram ao seu domínio os outros habitantes, apoderaram-se dos seus campos e pastagens e reduzindo-os à categoria de servos, rendeiros ou pastores, forçaram-nos a pagar um tributo, pelo seu uso, equivalente a uma porção significativa das suas colheitas ou a um certo número de animais dos seus rebanhos. A terra arável e os pastos começaram a ser atribuídos a famílias inseridas na comunidade agrícola que tendem a cultivar, por sua própria conta, os campos comunais, a apropriarem-se dos instrumentos de trabalho e dos frutos recolhidos. A massa populacional, que vive na tribo ou no domínio, estava à disposição do chefe ou do senhor. Passou a haver grupos que possuíam a terra, bens fixos, gado, matérias-primas e outros meios de trabalho, mas não trabalhavam, e grupos que os sustentavam embora não fossem os possuidores destes meios de produção.

Os grupos dominantes basearam o seu poder na apropriação de excedentes e rendimentos, no domínio da terra e outros meios de produção, na acumulação de riquezas. Além do poder económico, a aristocracia passou a deter o poder político, religioso, militar e social.

Com o rendimento da tributação, as classes dominantes asseguravam a sua própria subsistência, a acumulação de riqueza, pagavam em espécies aos seus súbditos, soldados e funcionários e a pessoas que trabalhavam nos seus domínios. Em todos os continentes, embora em épocas diferentes, desde o Egipto faraónico aos antigos impérios asiáticos ou americanos, vemo-nos perante sociedades de tipo senhorial ou tribal que baseiam os seus rendimentos na tributação coerciva das classes subordinadas.

Os camponeses não dispõem do controlo da terra nem da liberdade das suas pessoas, e o tributo assume a forma duma renda, duma corveia prestada na propriedade do senhor ou de dízima às instituições religiosas. O funcionamento dum aparelho estatal exigia uma desmedida recolha de excedentes produzidos pelas comunidades agrícolas. Os tributos incidiam também sobre moinhos ou outros bens fixos, utilizados tanto por camponeses como por artesãos. As prestações provinham, segundo os casos, duma unidade familiar, comunidade de aldeia ou tribo, podendo vir das unidades produtoras para serem entregues ao poder central ou fazer parte duma longa cadeia de tributos sucessivos.

O domínio tribal abrange em geral um território que envolve uma área de residência, de pastagens, de caça e de terras comuns. Os recursos do território, mesmo quando uma tribo impõe o seu controlo, são geridos segundo o livre acesso de todos os seus membros aos recursos hídricos e vegetais que dentro dessa área se encontram.

A criação de gado sofria igualmente a influência das relações económicas estabelecidas, como se pode observar nas terras comunitárias utilizadas para pastagens. Os encargos da sua utilização pagos pelos possuidores de gado constituíam uma receita, total ou parcial, da classe senhorial. Entre os povos nómadas a criação intensiva e posse de grandes rebanhos nas mãos de criadores individuais ou comunitários conduziu a que a tributação exigida por aqueles que reinavam assumisse a forma de entrega de cabeças de gado.

As classes dominantes não participam na actividade produtiva. Esta era realizada: por escravos que, além dos serviços domésticos, eram empregues na execução de tarefas mais rudes como certas modalidades de trabalho artesanal, minas e pedreiras; por servos, que não dispunham de si mesmo nem dos seus bens, e estavam adstritos ao cultivo de terra alheia, sem poder abandonar esse cultivo; pelo conjunto dos camponeses livres ou dos colonos que dispunham da sua parcela de terreno, da sua casa, da sua exploração e de instrumentos de trabalho. A ocupação de todo o tempo na actividade agrícola obriga a que a produção de instrumentos e os artefactos tenha de ser entregue a artífices independentes especializados na criação desses meios de produção. Alguns artífices trabalhavam nos arsenais ou nas oficinas dependentes dos serviços existentes dentro dos próprios palácios ou templos. Alguns deles estavam autorizados a trocar, em seu benefício, a produção excedente. A troca interna assume, numa primeira fase, a forma directa materializada entre produtores.

O senhor ou chefe da unidade económica detém, pelo costume ou pelo direito, todos os poderes dispendo assim soberanamente de todos as forças produtivas. A actividade produtiva está encerrada num quadro restrito, constituído por comunidades que formam economias autárquicas. Praticamente, são inexistentes as trocas externas com outros domínios, salvo quando realizadas entre povos nómadas e sedentários, pelo que são acompanhadas por uma quase ausência de espécies monetárias.

A técnica utilizada é muito rudimentar e pouco progressiva, baseada em ferramentas, pois as invenções são raras. O trabalho é realizado essencialmente por encomenda e o conjunto dos consumidores bem delimitado. Tratando-se duma economia fechada, onde as necessidades são conhecidas e pouco susceptíveis de alterações, é baixa a pressão demográfica e os mercados estão limitados ao domínio senhorial ou tribal. Os artesãos sujeitam-se apenas aos riscos provenientes de defeitos de construção ou exteriores, não correndo riscos económicos. Embora a esperança de lucro não esteja totalmente ausente, não constitui o móbil essencial da produção artesanal.

No âmbito dos domínios, senhorial e tribal, integram-se, além da terra e das pastagens, os bens imobiliários utilizados na actividade produtiva com carácter económico de bens de consumo duradouro. O primeiro objectivo da propriedade dos

meios de produção é o gado e os prisioneiros reduzidos à escravidão, só depois surgem os instrumentos de trabalho e outros meios de produção, pertencentes total ou parcialmente aos produtores directos, nas esferas fundamentais da produção. Estava a cargo dos produtores o investimento em bens necessários à produção, bem como a constituição de reservas de produtos de consumo produtivo e a sua conservação.

Não é apenas na base da intensificação da exploração que as classes senhoriais podem aumentar a sua riqueza. Esta só pode crescer de forma vultuosa na proporção do alargamento da base territorial, onde podem buscar novos excedentes através do aumento do ritmo das suas conquistas.

Nas áreas da Mesopotâmia, Egipto, Vale do Indo e China, existia uma próspera agricultura com uma estável produção de excedentes, mas também uma divisão da sociedade em duas classes principais: uma classe de produtores rurais e artesãos e uma classe dominante que exigia uma parte da produção para si própria sob a forma de tributos.

1.3 – SISTEMA MERCANTIL

O sistema económico mercantil caracteriza-se pela produção intencional de mercadorias, entendendo-se por mercadoria “uma coisa que, em primeiro lugar, satisfaz uma necessidade qualquer e que, em segundo lugar, não é produzida para consumo próprio do produtor ou prestação de tributo, mas para a troca”. A mercadoria é um bem produzido, especificamente destinado a troca, com a finalidade de ser lançado no mercado, para ser vendido e usado posteriormente por outros produtores ou pelos consumidores.

A troca directa foi ultrapassada pela circulação mercantil com a realização das transacções através dum intermediário, o mercador, e duma outra mercadoria a desempenhar as funções de equivalente geral, o dinheiro. As relações provenientes da produção destinada ao mercado revestiram a forma imediata de troca simples e depois, cada vez com mais intensidade, a forma de troca monetária.

Os diversos produtores iniciaram então a criação de artigos variados destinados à troca indirecta. A produção com fins mercantis desenvolve-se, numa primeira fase, duma forma espontânea e não planificada; as coisas são feitas para venda e à actividade do produtor não importa o que produz, que espécie de valor de uso. Em princípio, é-lhe indiferente saber com quem se estabeleceram as relações de troca.

À medida que as trocas se multiplicam alarga-se a esfera da actividade comercial, primeiro, graças aos produtores que punham directamente à venda os artigos que produziam, e depois ao progresso do próprio sector dedicado à vida mercantil. Este avanço tendia a ser acompanhada pelo crescimento da massa monetária indispensável às novas condições dum comércio crescente que exigia a utilização duma medida comum e geral de valor de troca de todas as mercadorias.

Constituíram factores básicos e decisivos na transição para a produção com fins mercantis: uma produção intencional de excedentes que fundamentou e impulsionou o estabelecimento de trocas entre as comunidades; a produção de bens que, convertidos em mercadorias, eram úteis a outros membros da sociedade e dispunham dum valor de uso social; a intensificação da divisão social do trabalho; uma série de avanços tecnológicos, tais como, as invenções do arado, da irrigação e drenagem, da metalurgia, da roda e da vela; o agravamento e a consolidação da estratificação social, com a formação duma classe burguesa; a concentração do poder económico e político na mão de governantes em estreita aliança com a aristocracia, a burguesia e as instituições religiosas.

Na economia mercantil, a troca através do dinheiro intensificou a dependência em que o produtor se encontra em relação ao mercado e à flutuação de preços. O aparecimento do dinheiro agravou a diferenciação entre os produtores e parte da população necessitada de dinheiro e a minoria dominante que o concentra nas suas mãos como meio de exploração. Quando os tributos em espécie se converteram em tributos em dinheiro aumentou a necessidade da população dispor de dinheiro.

No decorrer do processo mercantil, coexistiram dois tipos essenciais de organismos agrícolas: o primeiro formado por pequenas unidades produtivas familiares ou comunitárias, integradas ou não em domínios senhoriais; o segundo, constituído por explorações de grande escala baseadas em poderosos donos de terra que recorriam ao arrendamento ou ao trabalho assalariado. A figura central continuava a ser o camponês membro da comunidade, mas os resultados práticos da sua acção encontravam-se na dependência estreita de fenómenos de índole económica, que lhe eram estranhos.

O artesanato urbano representou uma forma de produção mercantil simples que diferia do artesanato rural e do empreendido num domínio senhorial em que o artesão produzia como obrigação de serviço para um senhor. As artes e ofícios praticados em cidades conduziam naturalmente a sentimentos de afinidades entre os praticantes. As corporações artesanais proporcionaram, de certa forma, expressões organizadas destas afinidades em regiões diferentes. Em muitas delas, estas corporações eram economicamente importantes. Por vezes, estavam ligadas a instituições religiosas, sob o nome de confrarias. A existência destas associações era, em geral, reconhecida pelo Estado.

Na manufactura observa-se já, como condição do processo de trabalho, a aquisição dum montante apropriado de meios de produção e de força de trabalho. Isto pressupõe uma determinada quota de capital de que depende o grau de produção. Porém, no modo de produção mercantil, a procura de capital restringe-se em grande parte à construção civil comum e à construção naval.

O aumento de produção agrícola e artesanal tornou inevitável ampliar o acesso às matérias-primas e garantir a venda do produto final, o que obrigou a procura de meios de transporte, a fixação de rotas terrestres, fluviais e marítimas e forçou a existência de mercados e consequentemente a formação de classes de transportadores, mercadores e comerciantes.

Na sua fase inicial, a economia mercantil tinha uma relação puramente externa com a economia tributária que permanecia independente e intocada pelo capital. Os mercadores apenas adquiriam as mercadorias para as vender a compradores nelas interessados e ganhar com as diferenças de preços. Os mercadores começaram a ligar-se com os produtores para absorver directamente uma parte do excedente, obter maiores lucros e ampliar a sua intervenção nos mercados. Por sua vez, uma parte dos produtores conseguiu acumular capital e passar a organizar a sua produção em bases mercantis e a comercializar os seus próprios produtos. A natureza e o ritmo de desenvolvimento desta tendência diferem muito nos diferentes ramos de actividade. Os percursos seguidos muitas vezes fundem-se por algum tempo, os interesses misturam-se e cruzam-se nos diversos locais. A despeito desta complexidade, vai-se destacando o domínio crescente do capital sobre a produção. Os comerciantes não exerciam então qualquer poder ou influência política ou administrativa, e tinham de pagar um tributo ao senhor local em troca duma garantia de segurança.

Os camponeses e artesãos caem sob a dependência económica dos mercadores, quando estes figuram como intermediários na troca das mercadorias. Os mercadores adquirem as mercadorias dos pequenos produtores, fornecem-lhes as matérias-primas e concedem-lhes empréstimos. Subordinam as actividades produtivas aos seus interesses

comerciais, controlavam os mestres artesãos a quem forneciam as matérias-primas e compravam os produtos acabados.

Foi o desenvolvimento da produção de mercadorias que em primeiro lugar minou a economia senhorial e, um pouco mais tarde, depois desta obra de desagregação ter sido substancialmente avançada, preparou as bases para o desenvolvimento do capitalismo. O crescimento do mercado exerceu uma influência desintegradora sobre a economia tributária, em grande parte identificada com o surgimento das cidades que inicialmente se achavam subordinadas à autoridade senhorial.

A formação de grandes grupos populacionais e o aparecimento do fenómeno urbano são característicos do sistema mercantil. Aparecem os primeiros países e as cidades prosperam e expandem-se. A separação da cidade e do campo dá lugar a uma divisão da população com determinadas particularidades relacionadas com o desenvolvimento do artesanato e do comércio. Tradicionalmente mantêm-se duas formas de localização da população rural, ora aglomerada, ora dispersa.

O interesse comercial organizado nas cidades, assumiu duas formas paralelas: separação da produção e formação de organizações exclusivamente comerciais que passaram a monopolizar esferas especiais do comércio grossista; passagem destas novas organizações comerciais a dominar o governo das cidades e a usar o poder político para aumentar os seus privilégios.

Na actividade mercantil, a relação entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção é puramente contratual. Este tipo de relação não correspondia ainda à existência dum mercado de trabalho onde os preços da força de trabalho se formassem segundo a lei da oferta e da procura e se fixassem em torno do seu valor médio. Nas ocasiões em que havia insuficiência de mão-de-obra recorria-se a medidas especiais, tais como o recrutamento forçado. O crescimento da actividade comercial gerou uma necessidade de mão-de-obra nos serviços urbanos que se distinguiu das restantes actividades laborais e que só o trabalho compulsivo ou escravo podia atender.

Os funcionários administrativos eram vitais para tarefas essenciais como a recolha de impostos em géneros ou em dinheiro ou o estabelecimento de contratos de exploração ou arrendamento de terrenos. Estas tarefas requeriam já, com o desenvolvimento da economia mercantil, sistemas de registos, de controlo e de contabilidade muito sofisticados.

Antes do advento do capitalismo ainda não existiam condições práticas susceptíveis de gerar uma classe trabalhadora a viver exclusiva e permanentemente da venda de sua força de trabalho. A classe dos trabalhadores assalariados não era quantitativamente elevada em relação às classes que produziam directamente com instrumentos parcialmente seus, nem se revestia das características que veio a assumir no modo de produção capitalista. Não se encontra nos primeiros agregados urbanos uma camada de assalariados com projecção, o que significa que os mercadores e os comerciantes não sentiam ainda a necessidade de dispor de pessoal assalariado em quantidade. Para a aristocracia, a função essencial do trabalhador assalariado residia na prestação de serviços de carácter doméstico. Esta actividade tinha, porém, uma projecção quantitativa pouco ampla e sobretudo um papel produtivo muito limitado. O trabalho assalariado era uma forma conhecida, mas ainda reduzida, praticada tanto no campo como na cidade. Com o aparecimento do mercado de força de trabalho, o dinheiro facilitou a expansão do trabalho assalariado.

A actividade mercantil constituiu um instrumento poderoso de repartição do rendimento social. Com a proliferação das trocas, a difusão dos mercados e dos postos de comércio e com o desenvolvimento duma burguesia numerosa e centralizada, tornou-se inevitável a substituição dos tributos em espécie por contribuições monetárias, o que

obrigou os contribuintes efectivos a vender os seus produtos. A expansão da actividade mercantil e o efeito produzido pela lei da oferta e da procura implicaram um surto de verdadeiras relações de repartição de rendimento entre produtores e mercadores. Os mercadores e comerciantes materializavam os lucros obtidos nos seus negócios através da diferença entre os preços de venda e de compra das mercadorias transaccionadas, os serviços prestados como intermediários ou os empréstimos a juros.

A noção de propriedade assumiu uma importância considerável, sobretudo quando a própria terra, em algumas regiões do mundo, se transformou em propriedade privada, objecto de compra e venda ou de arrendamento. O intercâmbio mercantil converteu-se num factor decisivo da decomposição da propriedade. A posse dos meios de produção não sofreram alterações sensíveis, antes da industrialização, mas os meios de distribuição e de troca passaram a pertencer exclusivamente a um indivíduo ou um grupo de pessoas, uma classe social ou a parte da sociedade.

A expansão dos transportes e do comércio externo exigiram, cada vez mais, a necessidade de transferir fundos, dispor de avultados capitais próprios ou obtidos através do crédito. As funções bancárias começaram a ser exercidas por mercadores-banqueiros e cambistas. Tornou-se frequente a concessão de créditos para apoio à produção, para aquisição de bens a médio e longo prazo ou empréstimos ao Estado. O investimento passou a depender da disponibilidade permitida pela acumulação inicial de capital acrescida pela concessão de crédito.

O mercador, que guardava riquezas fabulosas, só se separava do seu dinheiro na intenção de o fazer prosperar em novas operações comerciais ou usurárias. As aplicações monetárias nos centros de negócios, sobretudo em cidades marítimas permitiam, o surgimento da acumulação e movimentação de grandes capitais. O comércio de importação e exportação dava a possibilidade duma mais elevada acumulação dos rendimentos poupados e convertidos em capital. Propaga-se a instituição do comércio resultante da intensificação da actividade do mercador como intermediário nas trocas entre as diferentes comunidades. Os possuidores das mercadorias passam a trocar os seus artigos também por intermédio dos possuidores de dinheiro, desenrolando-se um complexo conjunto de vínculos sociais. Neste caso é necessário que o dinheiro se transforme em capital comercial, cuja existência é independente do processo de produção. Numa primeira fase, a circulação mercantil ainda não domina a produção, embora esteja basicamente ligada a ela. Posteriormente, com o desenvolvimento da lógica de obtenção do lucro máximo, característica do modo de produção capitalista, a circulação monetária começa a dominar as fases do ciclo de produção.

O modo de produção e distribuição mercantil, regulamentado pelo Estado e executado através do comércio, desempenhou um papel importantíssimo na política económica numa era de acumulação primitiva e na adolescência da estrutura capitalista. As relações mercantis acabaram com o isolamento das distintas regiões económicas, reforçando os vínculos entre os componentes dum povo e dos povos afins, contribuindo para formar uma linguagem e uma cultura comuns, unirem os homens em comunidades mais estáveis.

Em simultâneo com as mudanças no campo económico, alterou-se a evolução da composição social das classes dominantes: as velhas famílias aristocráticas já não podiam manter o seu estatuto social de primeira elite, nem conservar a sua anterior posição privilegiada no governo; assistiu-se à emergência duma nova elite profissional burocrática essencialmente recrutada entre os eruditos funcionários e a burguesia local. Esta nova classe já não se baseava no nascimento ou numa boa linhagem, mas na educação e na carreira de funcionário público no governo central e na posse de

propriedades fundiárias. A aristocracia hereditária que dantes ocupava a posição dominante na governação, começou a ceder essa posição a uma nova elite não titular. Esta fase caracteriza-se pelo enriquecimento e formação duma burguesia, concretizada na acumulação do capital comercial e produtivo em detrimento da aristocracia, por um lado, e dos pequenos produtores e artífices, por outro. Esta burguesia mercantil cresceu em riqueza e influência, tendo conquistado certos privilégios surgia mais em posição de parceira do que de antagonista da nobreza.

As novas classes de comerciantes e industriais colocavam-se, por vezes, ao lado dos governantes contra a nobreza e as ordens religiosas mais antigas e mais elevadas da sociedade, para tornar possível a realização das suas transacções. A expansão duma classe burguesa incitava a sociedade a acolher favoravelmente as ideias do comércio livre e do lucro e a ultrapassar os escrúpulos das instituições religiosas acerca das transacções comerciais. Esta fase toma corpo quando se dá, em muitos países, o conluio do soberano com a classe média contra a nobreza e o clero. Os empresários, comerciantes e os industriais, encorajavam as ciências e a tecnologia na sua aplicação directa porque facilitavam o desenvolvimento da sua actividade e os monarcas assumiam semelhante atitude porque esperavam ver reforçados os seus poderes. Enfim, estavam criadas algumas condições para avançar a propensão para a formação do capitalismo.

Num certo grau de desenvolvimento da produção de mercadorias, a compra de uma mercadoria para a venda com lucro permite um acréscimo do valor inicial do dinheiro posto em circulação, o que transforma o dinheiro em capital. Comprar e vender mais caro surge como uma forma que é própria do capital comercial, que obteve assim condições para chamar a si uma fatia do benefício obtido pelos produtores. Com a actividade mercantil a diferença entre o preço de compra e o preço de venda, determinada pelas condições particulares do mercado, reveste essencialmente a forma de “lucro de alienação”, ou seja, de parte da mais-valia obtida na produção. Ultrapassada a simples fase da troca dos excedentes e da transformação dos produtos em mercadorias, o comércio começa a constituir um dos meios de acumulação de capital.

Entretanto, formaram-se poderosas casas de negócio que se dedicavam à realização de continuadas operações comerciais e à usura; tomavam de renda as terras pertencentes a agricultores livres e a colonos, pagando-lhes uma renda e ao tesouro do Estado os impostos em géneros ou em dinheiro. Geralmente subarrendavam as mesmas terras, fornecendo animais de trabalho, sementes, utensílios e água para irrigação. Essas casas de negócio funcionavam principalmente como uma instituição de crédito agrícola que geria bens fundiários e actuava como intermediário entre os proprietários e os trabalhadores agrícolas. Como autênticas empresas comerciais, recebiam os produtos agrícolas que vendiam no comércio interno ou externo. Constituíam-se simultaneamente como uma entidade administrativa de terras, uma empresa comercial e um banco. Os reflexos internos destas actividades conduziam à ruína dos produtores rurais que frequentemente eram incapazes de liquidar as dívidas que contraíam.

A economia mercantil, como forma mais desenvolvida da produção de mercadorias, antecede e prepara a via capitalista através do seu próprio desenvolvimento.

No Mediterrâneo, o comércio foi facilitado pelo desenvolvimento de associações comerciais tanto nas sociedades cristãs como islâmicas. Veneza era o principal intermediário entre a Europa e o Oriente, enriquecendo com o seu comércio de produtos caros e artigos de luxo. Génova alargou as suas actividades mercantis para o

Mediterrâneo Ocidental, dando a conhecer técnicas comerciais, financeiras e navais, adaptadas mais tarde pelos navegadores e comerciantes ibéricos.

Na era decorrida entre meados do primeiro milénio e meados do segundo milénio d. C., a China era o gigante económico e tecnológico a nível mundial; o comércio com o mundo islâmico ultrapassavam a Europa de longe. Os contactos inter-regionais de grande importância para a difusão de plantas e tecnologias precederam, a longa distância, as viagens europeias das descobertas. O facto de os Estados asiáticos deixarem de proteger os mercadores ou mesmo de admitir o direito à propriedade, prejudicou severamente o desenvolvimento do comércio. A economia social chinesa teve períodos de prosperidade e de estagnação. No século XVI, registou-se um aumento de população e de terras agrícolas, progresso técnico na indústria e desenvolvimento do comércio. Porém, estes êxitos foram seguidamente debilitados por governos corruptos e agitações sociais. No século imediato, os ocupantes manchus aplicaram uma política de portas fechadas, não só porque o país era uma autarquia, mas também porque receavam o contacto entre os chineses e os estrangeiros. Esta política ignorava o desenvolvimento do mundo exterior e foi certamente uma das razões da estagnação do império. Já no século XVIII, verificaram-se grandes progressos, com o melhor aproveitamento da terra, selecção das espécies cultivadas e introdução de novas variedades, aplicação de instrumentos mais específicos e melhoramento das técnicas de produção, desenvolvimento duma economia comercial. Apesar destes progressos, a ciência e a tecnologia moderna não se desenvolveram. A classe mercantil ficou incapacitada de obter poder e influência como aconteceu na Europa.

A Europa Ocidental conservava-se inicialmente isolada da maior parte dos movimentos populacionais. Posteriormente, o crescimento económico fez-se sentir, nesta região, não apenas em termos da agricultura e de melhoramentos no modo de vida rural, mas também na ascensão do comércio, ofícios e serviços, localizados em número cada vez maior de cidades. No século XV, o comércio europeu ainda estava fundamentalmente assente no homem de negócios individual que trabalhava por sua conta ou em sociedade, formalizada ou não, com membros da sua família. Para os períodos de viagens tornou-se frequente a instituição de sociedades de duração e âmbito limitados.

A África Ocidental conseguiu reunir os factores que permitiriam aos seus povos o desenvolvimento duma complexidade social, o progresso da sua tecnologia, a criação de contactos comerciais locais e regionais, o estabelecimento de interacções e interdependências entre as comunidades e a promoção da especialização e divisão do trabalho no seio de sociedades individuais. Estes factores resultaram na acumulação de riqueza, no desenvolvimento dum desejo de bens de consumo, na diferenciação de estatuto dentro da sociedade, na aglomeração de povoados e desenvolvimento de centros urbanos, na personificação do poder e na procura de contactos, através do Sara, com povos externos em busca de bens e serviços pelos quais estavam dispostos a comercializar.

Na América do Sul, no I milénio d.C., os artigos começaram a ser distribuídos a grandes distâncias pelos grupos de mercadores que surgem como um sector importante no seio da estrutura económica destas sociedades já muito hierarquizadas.

2 - ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Uma estrutura é um conjunto de grupos de elementos interrelacionados entre si, estáveis e organizados, em que as mudanças num deles produzem modificações nos restantes. Nas ciências sociais, a totalidade dos elementos organizados não se reduz à

soma das partes mas, pelo contrário, define-se pelas relações de interdependência e de solidariedade do conjunto dos elementos que a constituem.

Embora relativamente estáveis, as estruturas não deixam de evoluir, tanto num como noutro sector concreto, quer por mutações bruscas quer por variações lentas e contínuas. Seria difícil estudar uma estrutura social se as relações entre os seus elementos mudassem continuamente, mas estável não significa imutável. É portanto conveniente analisar a dinâmica duma estrutura, isto é, a sua evolução num período longo.

As estruturas têm um lado externo e um lado interno. O lado externo da estrutura chama-se a sua forma, que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas; o lado interno, juntamente com os seus elementos e processos, constitui o conteúdo, num período e num espaço determinado. Com base nestas diferenças, podem distinguir-se duas espécies de variações das estruturas, de origem exógena e de origem endógena, segundo dependem de causas exteriores ou de interiores.

A estrutura económica engloba os elementos relativamente estáveis de um conjunto económico, num período e num espaço determinado e assenta na base de cada modo de produção e distribuição. Não é necessário, para que as estruturas económicas formem um todo, que cada unidade de produção e/ou consumo esteja integrada num único mercado ou subordinada às decisões dum poder central, de um poder de Estado.

As diferentes estruturas sociais andam de mãos dadas com os processos, as actividades e as relações económicas. As mudanças económicas não podem deixar de influir nas estruturas sociais. Por sua vez, a interferência humana tem consequências na manipulação dos acontecimentos naturais e sociais e na sua evolução, acarretando transformações na base económica.

Segundo Marx, o conjunto das relações de produção no seio das quais os agentes do processo de produção se encontram simultaneamente com a natureza e com eles próprios, e no seio dos quais eles produzem, constitui a sociedade considerada na sua estrutura económica.

A análise duma determinada estrutura económica tem de fornecer a explicação da realidade social, as características gerais, estáveis, determinantes dos fenómenos que se processam nessa realidade, num médio ou longo prazo. É indispensável que tal análise seja capaz de enunciar os processos de desenvolvimento que se verificam, libertos das circunstâncias particulares, superficiais ou fortuitas. As diferentes estruturas estão ligadas entre si porque agem constantemente umas sobre as outras, influenciam-se mutuamente, permitindo a existência duma certa compatibilidade e equilíbrio estrutural.

Uma ou mais estruturas quando confirmadas por normas definidas pelas instituições, pelo direito ou por uma teoria económica e política, assumem a forma de regime, ou seja, qualquer coisa de concreto, que representa ao mesmo tempo um fenómeno de organização e um fenómeno de funcionamento, que se misturam da maneira mais íntima.

Num outro sentido, a estrutura económica é o sistema de proporções, ligações e relações inerentes a uma entidade económica. Trata-se então de relações entre os vários sectores da economia, ou seja, dos espaços em que se desenvolve uma determinada actividade económica, especialmente os conhecidos por primário, secundário e terciário. O sector primário inclui as actividades através das quais os produtos são obtidos directamente da natureza: agricultura, silvicultura, pesca, extracção de minérios; o sector secundário engloba as actividades em que os produtos da natureza são transformados ou processados, isto é, indústria, transportes e construção; o sector terciário utiliza os conhecimentos, científicos, técnicos, administrativos e outros, e

aplica-os essencialmente na prestação de serviços e na execução de transacções comerciais e financeiras.

2.1 – ESTRUTURA DE SUBSISTÊNCIA

Economia de subsistência é um termo usado para referenciar os sectores ou áreas de produção que não se integraram nas economias tributária e mercantil. É uma forma de economia em que o produtor reserva parte dos bens produzidos na satisfação das suas próprias necessidades, consumo pessoal e da sua família, entregando uma parcela desses bens aos soberanos, aos chefes tribais ou às classes e instituições dominantes, sejam elas religiosas, estatais ou urbanas. Finalmente, parte dos excedentes são permutados ou vendidos no mercado ou nas feiras, directamente ou por intermédio de mercadores.

Um grupo doméstico extenso, que compreende a família e eventualmente outros membros da comunidade, constitui uma unidade de produção e consumo que procura garantir a auto-suficiência. Cada unidade económica efectua todos os trabalhos, desde a produção ou aquisição de matérias-primas de toda a espécie até ao seu tratamento para satisfação das necessidades do consumo próprio. Este objectivo obriga a um grande esforço no sentido da diversificação produtiva. O agregado procura produzir tudo o que é necessário para alimentar os seus membros e animais, confeccionar o vestuário, manufacturar os utensílios e ferramentas mais simples, como o mobiliário e, por vezes, até construir a própria habitação.

Trata-se duma economia basicamente camponesa e artesanal, que engloba também pastores e pescadores. Os componentes destes grupos procuram assegurar os seus abastecimentos correntes. Trata-se de unidades económicas dedicadas a actividades tradicionais, que são auto-suficientes ou quase, mantendo exíguas relações com outros sectores da economia. O carácter tradicional da actividade económica fica confinado ao domínio da economia doméstica. A obtenção dum rendimento em dinheiro não reveste totalmente o carácter duma necessidade económica.

Na economia camponesa, a terra é cultivada por indivíduos que podem ser pequenos proprietários ou simples usufrutuários, pagando uma renda em dinheiro ou em géneros e serviços. O agricultor utiliza também uma parte da sua colheita para produzir novos produtos, o que acontece com as forragens e as sementes. A produção duma família de camponeses que produz para satisfazer necessidades próprias, como cereais, gado, fio, tecidos de linho, peças de vestuário, etc., é o exemplo dum trabalho comum, imediatamente socializado. Estes bens apresentam-se como produto da sua força de trabalho comum, na sua forma natural com uma divisão de trabalho própria entre o sexo e a idade.

A agricultura de tempo parcial contribui para a economia de subsistência com uma percentagem desconhecida e impossível de averiguar, mas não tão pouco importante como se poderá supor. Mesmo no meio urbano é de registar a situação ocupada no processo produtivo por uma camada de indivíduos que desenvolve uma actividade mista, agricultando algumas leiras de terra, exercendo ao mesmo tempo um ofício ou dedicando-se parcialmente ao comércio de forma irregular, para além da mera venda ocasional de géneros colhidos nos seus campos de reduzidas dimensões.

O horizonte económico permanece reduzido e as perspectivas e as motivações de mudanças são pouco significativas no seu seio. Os meios postos em prática são restritos, pois o uso da técnica é muito limitado. A satisfação das necessidades encontra-se limitada pelo círculo estreito das suas relações económicas. São estruturas muito fechadas e que sofrem fortes influências exógenas. Embora muito antigos estes tipos de

relações resistem ainda na actualidade entre as pequenas explorações camponesas ou artesanais. A obtenção dum rendimento em dinheiro não reveste ainda totalmente o carácter duma necessidade absoluta.

A troca tinha inicialmente por objectivo a venda dos excedentes para obtenção de utensílios, de utilidades ou de meios monetários para pagamento de rendas, tributos, impostos ou outros encargos. Durante o período de desenvolvimento da produção mercantil, e mesmo capitalista, continuam a manter-se actividades familiares tradicionais no fabrico de cerâmica, têxteis, utensílios de pedra, madeira ou metal, etc. Porém, com a expansão comercial, muitos destes agregados começaram a produzir não apenas os produtos para seu próprio consumo ou troca directa, mas também a ocuparem a sua actividade na produção de mercadorias.

Mesmo no seio das sociedades capitalistas encontram-se, ainda hoje, numerosas unidades de produção, familiares, tribais ou aldeãs, onde o objectivo fundamental da actividade de produção, ou da simples troca, é a satisfação das necessidades dos próprios produtores e seus familiares.

No continente africano subsariano, antes do aparecimento dos europeus, os habitantes eram economicamente auto-suficientes, dentro das suas comunidades. Por via de regra, cada família ou comunidade produzia a sua alimentação, plantando e criando gado, construía as próprias cabanas e fazia a maioria das suas roupas e utensílios domésticos. Certos utensílios e outros artigos eram feitos e trocados por artesãos especializados.

2.2 – ESTRUTURA RURAL

A povoação era, e é, uma comunidade rural de homens que viviam dentro do mesmo território, unidos por uma linguagem comum e por um carácter peculiar de cultura e modo de vida, arreigados a hábitos, costumes e tradições. Os povoados apresentavam uma autonomia considerável obtendo a maioria dos seus alimentos e materiais, de construção e outros, nos terrenos circundantes. Nos locais onde a utilização do arado era mais frequente, os povoados tornaram-se mais relevantes. Muitos povoados estavam localizados na planície ou erigidos em elevações com defesas naturais. Em geral, localizavam-se na proximidade de rios ou ribeiros, que constituíam uma fonte de abastecimento de água e de movimentação de moinhos.

Em algumas regiões, os povoados desenvolveram-se, expandiram-se em número e tamanho, transformando-se em aldeias com áreas específicas para habitação, para actividades produtivas, mercantis, religiosas e dotadas de muralhas para a sua segurança. As aldeias ocupavam um dado território, incluindo um ou mais campos, com recursos naturais essencialmente agrícolas, habitado por famílias ligadas umas às outras, e governadas por um chefe, coadjuvado ou não por um conselho de anciãos. Algumas vezes a aldeia inclui um templo ou um edifício de culto, podendo estar protegido por uma muralha.

Nas comunidades agrícolas, com os avanços conseguidos a nível cultural e tecnológico, a aldeia tornou-se a forma mais elementar de organização produtiva. A organização do trabalho envolvia um misto de cooperação e de coerção com muito pouco espaço para a iniciativa individual. As operações agrícolas mais importantes mobilizavam quase todos os habitantes das aldeias. O trabalho tinha então de ser feito em comum devido ao sistema de campos abertos e ao facto de as parcelas dum camponês individual estarem espalhadas pelos campos. O mesmo acontecia com a utilização da parelha do arado que necessitava de vários bois. A colheita era igualmente

efectuada em comum. As aldeias ou as casas familiares compreendiam edifícios destinados a fins económicos, como o armazenamento. Este tipo de organização reflecte as circunstâncias locais que permitem uma intervenção das chefias na produção e distribuição dos produtos agrícolas.

Dentro da aldeia, a unidade económica doméstica é constituída por um número variável de células familiares ligadas por relações de parentesco ou vizinhança, dentro do qual se estabelecem determinadas relações de produção. Quando a unidade familiar de produção agrícola é realizada fundamentalmente pelo camponês, sua mulher e filhos, denominava-se “casal”. As famílias camponesas trabalhavam independentemente os seus talhões, mas os principais trabalhos agrícolas, como as sementeiras e as ceifas, faziam-se em geral colectivamente.

A aldeia conserva velhas tradições e traços dum colectivo único, estabelece contactos fáceis com outras comunidades, defende os direitos dos seus membros. A aldeia tornou-se uma unidade social, económica e administrativa, com uma estrutura relativamente simples e uniforme. As relações entre os habitantes exigia o estabelecimento de hábitos e regras comumente aceites, interpretadas por um concelho de anciãos, cabendo ao chefe da aldeia, ao sacerdote ou ao juiz a responsabilidade de garantir o seu respeito. Em alguns casos, os habitantes livres participavam nas assembleias, defendendo as questões da vida comunitária e elegendo o chefe da aldeia. À medida que se afirma o poder do Estado, o chefe torna-se um representante desse poder.

A aldeia assenta essencialmente na agricultura, embora alguns habitantes possam ser artesãos, a subsistência ser assegurada também pela caça e, nas zonas costeiras ou fluviais, pela pesca. Em algumas regiões, o desbaste de florestas permitiu o aproveitamento do solo e a sua conversão em terreno fértil. Em muitas áreas, as comunidades agrícolas eram quase inteiramente auto-suficientes. Com a produção de excedentes alimentares, estes passaram a ser utilizados na realização de trocas entre comunidades diferentes para obtenção de bens de consumo, matérias-primas, artefactos e utensílios.

As famílias rurais aplicam o seu trabalho, como produtores, por vezes, com o emprego de alguns jornaleiros, no cultivo de cereais, produtos hortícolas, frutos e outros produtos, ou na criação de animais. Competia-lhes melhorar as terras cultiváveis, desbravar matagais e convertê-los em terrenos de cultivo, preparar vinhas, olivais, etc. Quando possuem gado, as pastagens eram predominantemente de utilização comum por diversas famílias. Como unidades de produção, apenas possuíam uma quantidade limitada de instrumentos de trabalho muito simples, cabendo-lhes também, em regra, a construção de meios de produção fixos, como moinhos ou fornos, que ficavam na posse do domínio senhorial. Os pastos, as carroças, os poços mantinham-se, em geral, na posse colectiva da aldeia. Em algumas regiões, as unidades de produção eram casas multifamiliares, ou seja, unidades familiares alargadas e constituídas por vários núcleos, ajudando-se os camponeses uns aos outros de acordo com um tipo de relações recíprocas.

Embora conservando certos hábitos comunitários, a aldeia era formada na base de relações de produção numa perspectiva classista. A economia colectiva transformou-se em propriedade individual de exploradores locais, senhoriais ou estatais. A família camponesa dispunha das condições básicas dos meios de trabalho, com excepção das parcelas de terra e das instalações fixas, que eram pertença das entidades senhoriais a quem era paga uma renda. Esta condição limita a sua capacidade como produtora independente. Uma parte do seu tempo de trabalho vai parar às mãos do senhorio sob a forma de parte da colheita dos produtos cultivados. O trabalho é repartido entre o

trabalho na terra cultivada por conta própria, na produção de bens necessários à sua subsistência e reprodução da sua força de trabalho e entre o trabalho gratuito nas terras do domínio senhorial.

Nas aldeias integradas na sociedade senhorial vivem: os servos, que constituem a maioria da população; os camponeses livres, minoria que possui pequenas parcelas de terra; os artífices, cuja existência não obsta a que as famílias dos camponeses executem uma certa produção artesanal; alguns mercadores. Embora o território pertencesse ao domínio senhorial, os membros das aldeias conservavam as pastagens comuns, a floresta e a terra não cultivável comum, assim como outros aspectos da vida colectiva.

O desenvolvimento da agricultura e do artesanato, e o inevitável aumento da população, modificou radicalmente o carácter dos antigos aglomerados. Alteraram-se as suas dimensões e algumas aldeias tornaram-se não só centros de zonas agrícolas mas também de artesanato e comércio. Chegado o ponto de rotura do equilíbrio em que os recursos já não satisfazem a população, a aldeia teve que se abrir ao mundo exterior e quebrar a sua autarcia.

Com o despontar da economia mercantil, algumas destas famílias rurais adquiriram os seus próprios terrenos agrícolas. Esta forma deu azo a diferenças no estatuto económico dos produtores individuais e à possibilidade de alguns deles poderem adquirir meios para explorar outros produtores duma maneira directa, aparecendo assim uma diferenciação social entre os próprios camponeses.

A economia de aldeia estava destinada a alterar-se face às influências do mercado e a encaminhar-se para uma agricultura de tipo capitalista, com o crescimento da diferenciação de classes entre os camponeses. Os mais abastados podiam arrendar mais terras aos latifundiários, equiparem-se com gado de trabalho e instrumentos agrícolas eficientes. Os camponeses mais pobres não podiam fazer o mesmo, pois achavam-se menos equipados e se arrendassem terra tinham de entregar grande parte do produto ao senhorio ou prestar uma certa quantidade de trabalho gratuito. Além disso, necessitavam de animais de tracção, equipamento e sementes para trabalhar a terra.

O uso do ferro na produção de instrumentos agrícolas aumentou a produtividade do trabalho. Próximo das regiões urbanas espalharam-se práticas agrícolas desenvolvidas no contexto da utilização do ferro, surgiram comunidades rurais com economias baseadas na cultura de plantas de grande produção. A procura de solos bem humedecidos possibilitou a junção de comunidades em vilas agrícolas, a extensão da horticultura, um complexo de produções artesanais, amplamente ligada pela tecnologia e pelo comércio a vizinhos mais evoluídos e a estruturas urbanas.

Na sociedade africana actual, nos meios rurais, a organização ainda repousa essencialmente na reunião dum certo número de aldeias numa colectividade única sob a autoridade dum chefe comum. Um aglomerado de aldeias, em redor duma maior, podia constituir um reino e manter uma organização social e política semelhante à de outras comunidades.

Na África Ocidental, por vezes, o impulsionador sócio-económico era a grande família patriarcal reunida num agregado comum. A autoridade encontrava-se em geral nas mãos dos mais idosos, mas os governos geridos por anciãos eram temperados por assembleias de carácter democrático com funções consultivas e, com frequência, também deliberativas.

Na África Subsariana, século XVI, a aldeia ainda formava a unidade residencial por excelência e era também a estrutura básica política e social. No seu interior as funções governamentais baseavam-se essencialmente nos laços de parentesco. As aldeias vizinhas mantinham toda a espécie de relações com as outras em redor, estavam

frequentemente ligadas por laços estreitos, quer porque utilizavam os mesmos mercados quer porque adoravam divindades protectoras comuns. Os problemas respeitantes a várias aldeias resolviam-se nas assembleias das aldeias ou em conselhos de federações de aldeias, presididas pelos responsáveis das linhagens. Como unidade territorial e residencial, a aldeia é um dos alicerces do edifício político. A necessidade de protecção poderá ter levado as aldeias a formarem federações e assim darem origem a territórios senhoriais ou submetidos a chefias.

Na África do Sul, no mesmo século, a mais pequena unidade de importância administrativa não era a família mas a aldeia, onde a figura proeminente era o chefe. A aldeia era também uma unidade económica, onde se atribuía a terra e se produziam praticamente todos os alimentos, utensílios e outros bens e serviços de que necessitava. Cada aldeia tinha o seu próprio gado, que assegurava o fornecimento de leite e carne, e os seus próprios campos. O chefe controlava a distribuição e uso da terra e coordenava as actividades agrícolas. Um conjunto de aldeias formava uma vila, sob a liderança dum chefe de vila, que a representava perante o chefe do território ou rei, conforme o caso. Em alguns povos, quase todos os assuntos de interesse público eram motivo dum debate em assembleia popular. Em ocasiões importantes era convocada toda a comunidade. Em todas as regiões o chefe dispunha dum ou mais feiticeiros profissionais na qualidade de “médicos” da comunidade.

Por volta do ano 1200 a.n.e., a vida de aldeia totalmente sedentária estabeleceu-se em toda a região conhecida por Mesoamérica, dando origem às primeiras sociedades complexas com a estratificação como princípio de organização social e com uma estrutura política hierárquica.

2.3 – ESTRUTURA TRIBAL

A tribo é a um complexo de famílias alargadas que se mantêm juntas por interesses económicos e por motivações ideológicas centradas numa presumível descendência de antepassados comuns. É um grupo social básico de famílias que reconhecem uma origem e um chefe comum. Numa fase inicial as tribos eram fundadas sobre relações de parentesco, mantinham uma organização baseada numa identidade étnica bem marcada e uma organização dotada duma grande mobilidade. Com o decorrer do tempo, estas ligações transformaram-se cada vez mais em relações de territorialidade, alguns grupos tribais sedentarizaram-se e constituíram reinos tribais poderosos.

Uma determinada tribo podia ocupar um território e também fundar uma cidade, mas conservando a sua identidade e o seu próprio nome, mesmo quando partilhavam a mesma área com outras tribos. Por vezes, era difícil a distinção entre formações políticas ou estados “tribais” ou “locais”, os primeiros baseadas no parentesco genuíno ou assumido e os segundos no controlo duma área determinada, além da existência de muitas formas intermédias.

No interior da tribo estabelece-se uma hierarquia que distingue famílias ou linhagens. Uma parte da tribo acaba por controlar o acesso aos recursos naturais que formalmente continuam a ser propriedade tribal ou inter-tribal. O gado, enquanto tipo de propriedade facilmente transmissível, contribuiu para a intensificação de conflitos inter-tribais, bem como para a disputa de pastos e de outras terras com potencial económico. A tributação tomava frequentemente a forma de incidência sobre cabeças de gado.

A tribo dá origem a uma nova forma de propriedade social e a um novo tipo de organização social. Podem distinguir-se duas formas de organização tribal: as tribos

segmentadas, em que a autonomia dos grupos de parentesco domina a organização tribal e o poder é reduzido, a maior parte das vezes, a uma coordenação entre representantes desses grupos; as tribos centralizadas com uma estrutura mais ou menos permanente e que se distinguem pela existência dum poder exercido por chefes eleitos ou hereditários.

Perante a necessidade de dirigir toda a tribo surge o conselho da tribo, onde se destacam os chefes tribais, os sacerdotes, os militares e os órgãos administrativos. A formação duma nobreza e, com ela, a acumulação de riqueza, acentua a desigualdade social e económica e conduz a conflitos entre as tribos. A nobreza impunha um tributo à população, o que lhe permitia dispor de riquezas consideráveis.

Alguns grupos tribais surgiram com novas características culturais e sociais, influenciados ao longo de centenas de anos pela existência de novas forças produtivas. Constituíram alianças tribais, algumas das quais ocupando extensas áreas e ocupando outros territórios onde impuseram o seu domínio. Com a junção de vários domínios formaram-se uniões ou confederações de características estatais, dirigidas por chefes tribais. As confederações de tribos chegavam a integrar tanto as tribos nómadas como as sedentárias, concentrando nas suas mãos praticamente todo o poder e transformando-se em órgãos de poder estatal. O processo normal de formação de estados nas estepes assentava na confederação. Estabelece-se uma determinada hierarquia entre os próprios chefes, estabelecendo-se uma espécie de aristocracia tribal. Decorre assim um processo intenso de consolidação e a formação do Estado.

Na estrutura urbana os grupos tribais mantinham uma ténue ligação ao palácio e à cidade. Dedicavam-se principalmente à transumância dos rebanhos nas montanhas ou nos planaltos semi-áridos das redondezas. Estas tribos eram livres, tanto sob o ponto de vista económico como político. Possuíam os seus meios de produção e não eram obrigados a pagar tributos a entidades senhoriais. A autoridade dos soberanos não era reconhecida e, como tal, estes viam-se em sérias dificuldades para estabelecer o seu poder sobre uma estrutura demográfica rarefeita e uma organização móvel.

Os laços tribais foram sensivelmente enfraquecidos pelo crescimento do comércio, pela emergência crescente duma autoridade central que transcendia o tribalismo. Esta tendência não desvitalizou a fidelidade tribal da maioria das famílias aos seus chefes, mas originou numerosas revoltas. Verificaram-se então algumas alterações ao nível da tradicional autonomia tribal que perdeu muitas das funções económicas e políticas que reverteram para os países da região. As relações dos grupos tribais com os reinos eram alternadamente de submissão e de hostilidade, eclodindo com frequência guerras entre eles. A influência numérica das tribos enfraqueceu, excepto em algumas regiões, onde ainda hoje se mantém.

Na Arábia Saudita, a população constitui uma unidade, onde existem dezenas de tribos, formando de facto uma sociedade tribal. Estão espalhadas por toda a península, podendo pessoas da mesma tribo viver em diferentes partes do território.

A Ásia Central teve desde cedo uma estrutura tribal hierarquicamente organizada que viria a formar a periferia do Império Mongol. O nomadismo pastoril da estrutura tribal era o regime dominante nas áreas das estepes. Contudo, nas zonas montanhosas de floresta, as tribos dedicavam-se também à caça e ao armazenamento de alimentos. A agricultura exercida por ambos os grupos era muito rudimentar. A confederação de tribos formou-se com base na subordinação duma ou mais tribos por outra, o que impunha uma estrutura estatal e um sistema de regras e leis para perpetuar a situação dominante. Para o trabalho dispunham de servos, de alguns homens livres e escravos, em geral prisioneiros de guerra pertencentes a povos sedentários.

Na Europa, no III milénio a.n.e., o aparecimento de formas migratórias de criação de gado levaria a uma ocupação considerável dos territórios das estepes. O rápido crescimento de cabeças de gado, a necessidade de encontrar mais pastagens, estimulou o aparecimento de poderosas confederações tribais, embora algo instáveis, que mantiveram contactos activos umas com as outras e dominaram amplas regiões. No I milénio a.n.e., surgiram ligas e reinos tribais, cujos chefes deverão ter controlado as rotas comerciais, principalmente as de âmbar e do estanho, que desenvolveram mudanças consideráveis, tanto do ponto de vista cultural, como comercial e tecnológico. Estas confederações tribais adquiriram uma estrutura social baseada na divisão do trabalho, composta pela aristocracia, pelos guerreiros, pelos pastores e por agricultores sedentários. Já nos primeiros séculos da era cristã, a formação cultural, étnica e sócio-económica das sociedades tribais, deu origem a que se tornassem muito activas no período de declínio do Império Romano, acabando por influenciar profundamente a formação da sociedade medieval europeia.

No Continente Africano, os reinos nascidos de algumas comunidades tribais eram bastante efémeros e muitas das tribos jamais se institucionalizaram sob a forma dum estado. No entanto as comunidades tribais têm mantido a sua coesão como forma de se defenderem do meio envolvente e dos povos vizinhos. Na África Oriental, no século VII, uma nova elite composta de indivíduos influentes graças à riqueza obtida através do tráfico comercial deu origem ao declínio e ao isolamento de muitos chefes tribais. Os povos do Centro Africano ao adquirirem os seus conhecimentos de mineração, fundição e trabalho do ferro, iniciaram uma lenta evolução que os levaria do tribalismo a novas formas de organização social. Grandes concentrações de poder acompanharam a idade do ferro, com a chegada da tecnologia dos metais, a ocorrência dos inerentes conflitos sociais, das ambições e das ideologias que a nova tecnologia ajudou a promover.

No Continente Americano, desenvolveram-se ao longo do tempo sociedades hierarquizadas com características semelhante às tribos lideradas por um chefe. Em algumas zonas montanhosas, ocupadas por vários grupos, encontravam-se sociedades tribais organizados num sistema baseado no parentesco. Assiste-se à consolidação de sociedades tribais estruturadas com acentuadas diferenças de nível que sugerem a existência de meios de controlo político e territorial e de controlo de força de trabalho, característicos de modos de vida hierárquicos sob o domínio dum chefe. O modo de vida da chefia hierárquica causou o colapso da estrutura tribal e o emergir de relações sociais de natureza estatal. Em alguns casos formaram-se federações de tribos, estando o conjunto das tribos representado num conselho federal.

Na Austrália, século XVI, os aborígenes estavam divididos em cerca de 500 tribos, cada uma com o seu próprio território, nome, identidade, história e mitologia. As tribos eram organizações não estruturadas, baseadas no direito de família. O governo era, numa forma geral, informal e estava usualmente nas mãos dos mais idosos de cada família ou, o que era menos comum, dum conselho tribal. Havia pouca autoridade e os grupos eram orientados pela tradição. Com o estilo de vida nómada não havia aldeias ou plantações a capturar, pelo que a conquista territorial era desconhecida. Os conflitos limitavam-se a pequenas escaramuças.

2.4 – ESTRUTURA NÓMADA

A sociedade fundada na pastorícia não se agrupa em aldeias ou cidades estáveis, pois as deslocações contínuas das manadas e dos rebanhos originam um sistema

habitacional precário. A própria alimentação humana depende essencialmente dos animais. O sistema produtivo da pastorícia estava virado para a subsistência. Criavam gado com mestria, deslocando os seus rebanhos em busca de pastagens e água. Os meios de vida dos nómadas nas diversas regiões eram bastante semelhantes: a carne e o leite eram a base duma dieta pouco diversificada; a caça trazia alguma variedade à alimentação diária; os legumes e outras plantas formavam apenas uma pequena parte da dieta, pois só as populações sedentárias praticavam a agricultura.

Existiam dois tipos de nómadas: os nómadas sazonais com rebanhos de ovelhas e os nómadas com camelos. As ovelhas eram criadas em grande número nas estepes, pois a sua carne consegue armazenar água possibilitando a sua sobrevivência em regiões áridas. Os agrupamentos criadores de cabras e ovelhas eram obrigados a apascentar os seus rebanhos em áreas relativamente limitadas, enquanto que os criadores de dromedários podiam atingir as grandes desertos de areia. Os grupos nómadas criadores de camelos espalharam-se extensivamente pelos desertos do Sara e da Arábia, mas nunca escolheram o caminho da conquista. Os camelos, utilizados como animais de carga nas caravanas de comércio, forneceram um apreciável contributo para o desenvolvimento da economia nómada. Esta especialização gerou a distinção entre tribos nobres guerreiras e tribos consideradas inferiores, unidas por vezes às primeiras por laços de vassalagem.

As populações nómadas viviam tanto em tendas móveis como em aldeias. No seu modo de vida, era necessário dispor de tipos de habitações desmontáveis e facilmente transportáveis, bem como o uso de recipientes mais leves, feitos de madeira e couro. O próprio vestuário e calçado eram apropriados. As conhecidas placas de cinto muito decorativas, eram os indicadores de nível social e de prestígio.

O desenvolvimento da criação de gado originou um estilo de vida nómada específico, em regiões asiáticas e africanas de extensas estepes e desertos com os seus oásis, com clima continental duro, em que a posse de manadas deu lugar a uma acentuada acumulação de riqueza e a intensificação de uma produção com fins mercantis. Esta situação manteve-se predominante até meados do século XX e ainda sobrevive nos nossos dias sem modificações sensíveis.

A propriedade do gado servia de medida do grau de riqueza e prosperidade. A riqueza essencial das sociedades nómadas de pastores é o rebanho que pode aumentar mais rapidamente numas famílias do que noutras. Esta apropriação diferenciada de gado facilita o desenvolvimento de desigualdades entre as famílias e entre as próprias tribos, embora a posse comum das pastagens e das águas limite esta tendência e se oponha parcialmente a ela. As tendas, as armas e os utensílios eram propriedade de grupos mais restritos, muitas vezes aparentados. A posse e a gestão do gado constituíam privilégios do chefe de família, e eventualmente dos seus irmãos associados, no respeito pelo princípio da solidariedade familiar. A propriedade individual do gado era a regra, embora dela fossem excluídas as mulheres.

A base da organização social era grande família de tipo patriarcal, cujo chefe era o mais velho da linha paterna. No entanto, num plano mais elevado destas funções, na chefia das grandes tribos, de confederações de tribos e em particular dos estados estabelecidos, as transferências de poder estavam sujeitas à ratificação duma assembleia de chefes e outros homens notáveis. As comunidades nómadas tradicionais podem ser identificadas, a nível geral, com as unidades tribais. As estruturas políticas e sociais eram complexas, podendo as dinastias individuais chegarem a dominar vastas áreas devido ao seu sucesso económico e poderio militar. No regime nómada mantêm-se as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem.

Cada estado de oásis tornou-se um núcleo para as organizações nômadas periféricas, que quase sempre se transformavam numa confederação de tribos. Os aglomerados dos oásis possuíam suficiente importância enquanto centros de vida económica e cultural, bem como força política e estratégica. A relação entre os dois tipos de economia e de organização social, a nômada e a sedentária dos oásis podia ser, segundo a época e o local, complementar ou conflituosa. A economia nômada com os seus serviços de transportes de mercadorias e de comércio de importações e exportações, estava intimamente ligada à zona agrícola estável. O comércio tornou-se vital para a sua prosperidade.

O desenvolvimento da pastorícia com fins comerciais conduziu à posse de grandes rebanhos nas mãos de criadores individuais e gerou um processo de diferenciação social que envolveu os produtores e respectivas famílias, assim promovidas a pequenas empresas. Muitos lugares de reunião das manadas transformaram-se também em lugares de mercado, onde confluíam mercadorias da mais variada natureza e proveniência. A massa de dinheiro proveniente da venda no mercado dos animais gera processos fortemente perturbadores das modalidades igualitárias de acesso aos recursos naturais. O processo de acumulação da massa monetária impulsionou novos investimentos e acentuou a disparidade de riqueza entre os membros e as famílias das comunidades nômadas. Estes fenómenos representam dois factores de alteração da lógica reprodutiva da sociedade nômada tradicional, tanto a nível comunitário como a nível doméstico, e estão na origem da ocorrência de novas relações sociais de produção onde o dinheiro intervém como factor de mediação decisivo. Nesta situação criam-se as condições de emergência do trabalho assalariado quer entre membros das comunidades nômadas quer entre indivíduos provenientes de meios sociais heterogéneos. Esta tendência, acompanhada da monetarização da economia pastoril, aparece ligada a circunstâncias históricas que fizeram de alguns países do Médio Oriente e do Norte de África o receptáculo de enormes massas de dinheiro em divisas externas.

Na Península Arábica, a origem da pastorícia nômada foi consequência da domesticação do dromedário que permitiu o acesso a extensas regiões semidesérticas e desérticas, berço das civilizações beduína e árabe. As tribos nômadas viviam perto dos pequenos oásis onde a água das nascentes e as palmeiras forneciam sustento às cáfilas de camelos e às manadas de cavalos. As tribos beduínas deslocavam-se constantemente em busca de pastagens, atacavam oásis e caravanas para aumentar os seus recursos e lutavam entre si pelo controlo de poços e dos trilhos dos rebanhos. Também frequentavam os oásis nos dias de mercado para trocar o que tinham pelos produtos que os povos sedentários cultivavam ou manufacturavam.

Nas estepes euro-asiáticas os estados criados sucessivamente por povos de raças diferentes e línguas variadas, que possuíam em comum uma economia pastoril, não tinham cidades nem civilização urbana, salvo nos grandes oásis meridionais, e atribuíam pouco valor à posse das terras desde que estivesse garantido o direito de pastagem. A agricultura é uma ocupação ocasional, em geral deixada às mulheres, mas que permitia obter legumes frescos e garantir o consumo de carne e leite. Porém, muitos produtos eram obtidos por meio de troca ou pilhagem. Nesta base económica desenvolveu-se uma sociedade aristocrática dominada por uma classe de proprietários de grandes rebanhos. Com a formação do Império Mongol, único império nômada a aproximar-se duma escala continental, o nomadismo desempenhou um papel importante na história, com as populações nômadas a tornarem-se senhores das estepes e de extensas regiões agrícolas ao lado de populações sedentárias.

No Norte de África, todas as principais cidades eram pontos de passagem de caravanas, surgidas a partir dum núcleo de campos cultivados e palmares, separadas entre si por extensões de estepes ou pelo deserto. O nomadismo com camelos espalhou-se duma forma extensiva. Foram adoptadas novas tecnologias, especialmente nas selas dos camelos. Os berberes nómadas, estavam organizados em tribos, e as suas deslocações dependiam do recurso aos camelos. Na África Ocidental, algumas tribos nómadas especializaram-se na criação de bovinos, ovinos e camelos em larga escala, em simbiose com as comunidades de camponeses autóctones. Na África Subsariana, século XVI, o modo de vida das comunidades de criadores de gado harmonizava-se com as necessidades destas actividades, isto é, era nómada ou semi-nómada de acordo com a região, mas nunca sedentária.

2.5 – ESTRUTURA ESCRAVISTA

A importância do papel desempenhado pela escravatura nas diferentes sociedades variou consideravelmente ao longo dos tempos. Em determinadas épocas históricas e regiões apareceram indivíduos escravizados que participavam nas actividades produtivas ou domésticas dos seus donos, mas em que a produção social não assentava de forma intensa ou predominante no trabalho escravo.

Só se pode considerar a existência duma estrutura escravista quando em determinadas comunidades, países, eras ou em certas actividades produtivas, a força do trabalho escravo desempenha um papel dominante. Tal estrutura desenvolve-se gradualmente, a partir duma fase já avançada da economia, caracterizada pela intensificação da agricultura e da indústria, o aumento da população e das necessidades inerentes, pelo alargamento da propriedade privada dos meios de produção e do intercâmbio externo tanto proveniente da guerra como do comércio.

A utilização da escravatura assumia normalmente duas formas: na primeira, os escravos eram adquiridos individualmente pelo dono que fazia deles aquilo que muito bem entendia, considerados bens móveis que podiam ser comprados, vendidos ou hipotecados; na segunda forma, era todo um povo que se via reduzido a uma situação de dependência de rigor variável. Neste caso, os escravos eram inicialmente propriedade do Estado, que podia colocá-los à disposição dos cidadãos. Estes escravos desempenharam um papel muito importante na agricultura, na produção artesanal de objectos utilitários e nas actividades de serviços, onde representavam uma elevada percentagem da força de trabalho.

O escravismo como estrutura desenvolveu-se, num primeiro período, no mundo mediterrâneo e durou, embora com algumas mudanças, até ao fim do Império Romano. Embora dispondo de dados escassos, é de admitir a existência, em algumas regiões do Mediterrâneo, dum número de escravos superior ao de homens livres. Na sua maioria eram de origem estrangeira, capturados em ataques rápidos ou fornecidos por mercadores que os tinham comprado à aristocracia tribal. Nos reinos do Mundo Egeu, no II milénio a.n.e., estavam ao serviço dos palácios alguns milhares de escravos ocupados como artífices de bronze, no domínio dos têxteis e produção de vestuário, na moagem e em tarefas domésticas. As sociedades mediterrâneas grega e romana puderam basear a sua economia na escravatura com escravos oriundos da periferia com experiência de vida agrícola, pastorícia, artes oficinais, como a olaria, exploração de minério, produção de sal e mesmo mineração de ouro. Um dos resultados deste período de escravatura foi a mistura de povos de várias origens étnicas, com os grupos sociais

mais baixos e mesmo com elites. Os escravos constituíram então a fonte de mão-de-obra mais importante dos países do Mediterrâneo.

Em meados do I milénio a.n.e., a escravatura foi um elemento importante do sistema social grego. O período da sua formação foi caracterizado pelo início da ampla difusão na Grécia dum tipo de escravo inteiramente privado de instrumentos e meios de trabalho, sendo ele próprio considerado um “instrumento falante”, pertencente inteiramente ao seu dono. A quantidade não pára de crescer e os escravos tornam-se um dos principais elementos da estrutura social. As guerras contribuíram para uma ampla difusão da escravatura e a introdução dos escravos em todas as esferas da actividade económica. Os habitantes do Estado de Esparta, que dispunham de todos os seus direitos, não se ocupavam de nada que fosse trabalho produtivo, o qual se baseava apenas na massa da população escravizada. As “pólis” de Atenas contavam com dois terços de escravos entre o seu número total de habitantes. Era considerado degradante uma pessoa livre trabalhar para outra. A antítese entre a liberdade e a escravidão era particularmente marcante.

Em Roma, nos finais do I milénio a.n.e., desenvolveu-se o modo de produção escravista, atingindo o cume do seu florescimento nesta primeira fase. Escravos e proprietários de escravos tornaram-se as principais classes antagónicas da sociedade romana. No Império Romano, os povos conquistados foram escravizados completando a base da sociedade romana. Para garantir o seu poder sócio-económico os romanos tiveram de conquistar um território após outro, transformado em província, escravizando dezenas de milhares dos seus habitantes de forma a garantir o seu próprio desenvolvimento económico e mesmo social, bem como o seu modo de vida. As corporações das grandes indústrias independentes ou monopolistas empregavam muitas vezes escravos ou praticavam o sistema de trabalho em cativo. No último século do Império, as tensões sociais resultantes de tal sistema de exploração humana tornaram-se explosivas e, no primeiro século da nossa era, o Império tremeu sob a ameaça de constantes revoltas de escravos.

Na China, no início da nossa era, a quantidade de escravos do Estado tornou-se enorme, sendo enviados às centenas de milhares para as campanhas militares, para as grandes obras, como por exemplo a Grande Muralha, construção de infra-estruturas, minas e oficinas de fundição de ferro, indústrias transformadoras, etc. A escravatura constituía a base da produção na indústria e era utilizada em toda a parte na agricultura. Porém, o trabalho escravo como base da produção agrícola tornou-se cada vez menos habitual, talvez devido à sua ineficácia e despesa, sendo suplantada pela servidão com terra ou sem terra.

No século XVI, a escravatura ressurgiu, sob uma nova forma mais avançada, com a exploração de grandes plantações agrícolas, a exploração mineira, o despontar de indústrias de grande dimensão, o desenvolvimento dos transportes e a exploração intensiva dos novos territórios alcançados através da navegação marítima. As funções dos escravos eram múltiplas: os escravos asseguravam as funções de produção e até as militares; a expansão do urbanismo, a ocupar escravos em trabalhos domésticos; os escravos eram utilizados de forma massiva nas construções monumentais ou nas grandes explorações agrícolas; embora duma forma mais limitada, eram aproveitados pelos comerciantes, pelos agricultores e pelas corporações de artesãos.

Na China, no século XVI, nas quintas imperiais, era inicialmente utilizada a mão-de-obra escrava. Os escravos trabalhavam sob a supervisão de capatazes, tendo de fornecer à família imperial cereais, vegetais e fruta, ou então pagar o seu equivalente em prata. Gradualmente a escravatura foi substituída pelo sistema de partilha de colheitas. Os escravos libertos tornavam-se agricultores, arrendando as terras imperiais. No século

XVIII, o governo chinês acabou por aplicar uma lei que permitia a alguns escravos tornarem-se “gente vulgar”, diminuindo o número de escravos.

No Continente Americano, o colonialismo elevou à mais alta escala o processo da escravatura levada a cabo pela emigração forçada. A partir de meados do século XV, o litoral africano começou a ser assolado por caçadores europeus de escravos. Estes eram retirados das suas comunidades agrícolas africanas e colocados nas plantações latifundiárias de açúcar, tabaco, café, anil, algodão e também na exploração do ouro. As fases principais da escravatura dos negros na América obedeceram a uma cronologia concordante com a expansão destas actividades. Os lucros provenientes do comércio transatlântico de escravos representavam apenas uma fracção dos ganhos que os “donos” dos escravos obtinham com o seu trabalho. A trilogia povoamento-colonização-escravatura foi a dominante da expansão ultramarina da Europa Ocidental e representou, na época, a maior expressão de relações interculturais entre os povos euro-afro-americanos.

A escravatura constituiu, na sua fase avançada, uma etapa indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, pois tornou possível a industrialização através duma intensa acumulação de capital. Mas, em contrapartida, foi a industrialização com as suas necessidades de utilização da tecnologia e de formação de trabalhadores qualificados que rapidamente tornou a instituição escravista obsoleta e ultrapassada. A escravatura como forma de produção só foi mantida pelo capitalismo enquanto contribuía para o seu próprio desenvolvimento. O arranque económico da Europa Ocidental foi largamente determinado, sobretudo no século XVIII, período de maior intensidade do tráfico de escravos, pela interconexão estabelecida entre a colonização da América e a utilização de escravos africanos na construção de novos espaços e de novas estruturas económicas.

A base da existência de escravos e da sua transformação em homens livres não se pode ir buscar apenas a razões de índole moral, política ou ideológica, mas sobretudo à estrutura económica da época. A estrutura escravista representou, durante alguns milénios, uma instituição tradicional na generalidade dos países então mais avançados; era considerada indispensável à vida e ao progresso social, pelo que não chocava a consciência dos que a exerciam. A existência da instituição da escravatura era considerada um fenómeno natural. Só quando deixou de ser portadora de progresso e útil ao capitalismo foi defendida a sua abolição na Europa e na América. Para o seu desenvolvimento era necessário libertar todos os potenciais trabalhadores, tornando-os disponíveis para a agricultura latifundiária e para a indústria baseada no trabalho assalariado.

Por sua vez, a abolição da escravatura constituiu, na altura, uma catástrofe económica para os escravos libertos que não dispunham de condições de adaptação rápida a um novo contexto como produtores.

Nos nossos dias, a escravatura desapareceu oficialmente, mas continua a subsistir em certos países sob a forma de trabalho forçado.

2.6 – ESTRUTURA SENHORIAL

A estrutura senhorial significa uma estrutura sócio-económica caracterizada pela existência duma classe aristocrática dominante vivendo do produto do trabalho dos camponeses e dos artesãos, dependentes dos membros dessa classe ou duma instituição (por exemplo um mosteiro) ou do Estado no seu conjunto.

Geralmente, o domínio senhorial era gerido sob uma forma de economia fechada associada a uma estrutura centralizada, mas dependente do desempenho de funções

administrativas, militares ou judiciais, realizadas por pessoas ou entidades ligadas ao poder estatal. Os senhores que possuíam a terra exerciam também o seu poder sobre as pessoas que aí viviam. Este poder conferia o direito de detenção de privilégios políticos, jurídicos e militares e o direito de exercício de funções públicas em seu próprio nome.

Podem observar-se numerosas características comuns às várias formas de organização social fundadas na estrutura senhorial. O poder é exercido por uma aristocracia dinástica assistida por uma casta ou classe burocrática. Importantes recursos, já anteriormente descritos, são mobilizados: para sustentar os domínios senhoriais e acumular riquezas, para fins militares (exércitos, obras de defesa, fortificações, expedições de conquista), realizar obras duradouras para fins económicos (hidráulicas, celeiros, estradas) ou para fins ideológicos ou ostensivos (túmulos, templos, palácios).

Nas pequenas unidades de exploração o produtor directo, ao contrário do servo e do escravo, é estimulado a produzir e a aproveitar a sua capacidade de aumentar a produtividade do trabalho agrícola. Estes factores fazem com que se torne mais vantajoso para o senhorio entregar a terra às famílias camponesas e, em contrapartida, receber um maior quinhão da produção agrícola e apropriar-se, a par da renda em trabalho, duma renda fundiária em espécie, que se torna a forma dominante. O senhorio deixa de desempenhar qualquer papel no processo de produção, mesmo ao nível de organização, e torna-se num parasita social. A alternativa possível era o crescente uso do arrendamento ou o cultivo da sua reserva territorial com trabalho assalariado.

Uma das características dos regimes senhoriais consiste na importância que neles assumem categorias especializadas de artesãos e mercadores. Numerosos artífices trabalham directamente para a aristocracia na produção de símbolos de prestígio, materiais e manutenção dos palácios e templos. Os mercadores, ao serviço das classes dominantes, servem de intermediários pela mão dos quais passam os excedentes sob a forma efémera de bens sumptuários ou duradouros. Contudo, jamais se puderam destacar como classe independente e sair da tutela do regime senhorial.

A influência do mercado leva-nos a admitir a existência duma correlação entre o desenvolvimento do comércio e o declínio da servidão. Em certa medida, essa correlação existiu, mas as excepções foram bastante frequentes. Nem sempre o senhorio decidiu cancelar ou afrouxar as obrigações dos seus servos e substituí-las por uma relação contratual. O crescimento do comércio trouxe por consequência a formação duma comunidade mercantil que se infiltrou nos domínios senhoriais. Sobreveio uma circulação crescente do dinheiro através da troca que afectou a auto-suficiência da economia senhorial. A presença do mercador incentivou a tendência progressiva para permutar produtos excedentes e desenvolver a produção para o mercado. Desenvolveu-se uma inclinação crescente para arrendar a propriedade senhorial ou pagar a prestação de serviços por dinheiro, utilizar no cultivo a mão-de-obra assalariada, factores que tiveram como consequência o crescimento do mercado e das transacções monetárias.

A transformação das relações senhoriais em relações capitalistas na agricultura surgem quando os rendeiros se tornam grandes proprietários e aparecem os jornaleiros sem terra a transformarem-se em trabalhadores assalariados. Uma burguesia mercantil cresceu em riqueza e influência, conquistando certos privilégios, surgiu mais em posição de parceira do que de antagonista da nobreza e acabou por se fundir parcialmente com a mesma. O desenvolvimento das cidades e do comércio influenciou a economia senhorial a integrar-se no circuito mercantil. O papel do comércio na desagregação da sociedade senhorial foi determinante. Com o desenvolvimento das relações mercantis e do poder central assiste-se a uma progressiva dissolução da

estrutura senhorial, agravada pelo surgimento das cidades com um grau considerável de autonomia local, política e económica.

Na Anatólia, II milénio a. C., a administração das províncias estava nas mãos dos filhos e outros príncipes da família real, que tinham por obrigação manter em bom estado as estradas, os palácios e os templos. As cidades de primeira importância eram governadas por vassallos escolhidos entre os príncipes reais. Os vassallos deviam pagar os impostos à casa real e fornecer os recursos necessários ao exército imperial.

Na China, as relações entre governantes e autoridades regionais deram lugar, nos meados do I milénio de a.n.e. ao enfraquecimento do poder real. Na prática os possuidores temporários das terras transformaram-se em seus proprietários hereditários, o que conduziu a que os camponeses caíssem gradualmente sob o seu poder. Em alguns casos este desenvolvimento levou à fundação de reinos e ao aparecimento de estruturas políticas descentralizadas semelhantes a “estados segmentários”. Nos finais do século II d. C., uma grande parte da população estava colocada sob a protecção dos grandes proprietários fundiários. Estas populações não estavam ligadas à terra mas aos senhores e seguiam-nos para onde fossem. Este tipo de estrutura foi chamado justamente de “economia senhorial”. O problema agrícola adquire uma importância dominante, constituindo, nesta época, um dos mais puros exemplos de Estado agrícola que já mais existiu. No século III d.C., o país transformou-se numa confederação de estados sob a soberania do imperador, que continuavam a preservar uma certa autonomia, transformados no protótipo de estados burocráticos. O império passou a ser governado por funcionários nomeados, substituídos ou demitidos à vontade do governo. Surgiram revoltas que foram esmagadas e a burocracia provincial dominou todo o país. Foi imposta uma reorganização da estrutura do poder em departamentos funcionalmente definidos e em unidades administrativas que dependiam de funcionários nomeados para servir em postos durante um período limitado. Estes funcionários tornavam-se assim burocratas assalariados em lugar de membros duma antiga aristocracia. A longa luta política entre aristocratas transformaram a estrutura do Estado, onde foram retiradas as barreiras do nascimento e os militares atingiram um estatuto social superior. Os novos senhores não praticaram o parcelamento de terras entre os seus subordinados. O sistema de propriedade das terras alterou-se profundamente, uma vez que o senhor que tinha anexado a terra era o governador do novo estado. Os camponeses pagavam uma renda ao senhor pela terra que lhes era cedida que, na sua essência, não se diferenciava do imposto pago ao Estado. A aristocracia entra em declínio e as terras passam para a mão duma nova classe social constituída pelos camponeses ricos e os mercadores. A mobilidade social foi acelerada através de opções políticas, económicas e culturais divergentes que levaram à formação de novas camadas e grupos sociais. A terra permanece durante muito tempo a única forma válida de investimento.

No Império Romano, subjacente ao regime feudal, mas com origens mais antigas e diferentes, prevalecia a forma de organização económica e social chamada senhorialismo, que começou a funcionar quando as grandes quintas dos nobres romanos foram transformadas em propriedades auto-suficientes e os agricultores foram vinculados ao solo pela legislação ou por pressões económicas e sociais.

Entre os astecas está-se perante um sistema de formação senhorial, que possuía uma grande diversidade interna quanto ao seu grau de estruturação e à capacidade de apropriação dum tributo ou duma renda. As funções políticas, religiosas e militares assumiam um papel predominante nas relações de produção. Nas terras pertencentes ao soberano ou nas grandes obras públicas, os camponeses trabalhavam por turnos,

coordenados por uma espécie de capatazes. Entre os camponeses e os artesãos predominava o tributo em produtos.

Entre os incas, os senhores recebiam um número variável de dias de trabalho executado pelos habitantes das aldeias. Os turnos de trabalho eram efectuados nas terras controladas pelo senhor que, por sua vez, se obrigava a fornecer aos camponeses as sementes e os alimentos e bebidas cerimoniais, durante o período dos trabalhos. Cada habitante da aldeia devia contribuir com parte da sua energia e não com tributos em espécie. Esta prestação de serviço visava também o cumprimento do serviço militar e a construção de grandes obras públicas. A estas obrigações juntavam-se a fiação e tecelagem pelos habitantes da aldeia e, em particular, das mulheres em benefício do Estado. Além disso, o senhor possuía um determinado tipo de servidores perpétuos que possuíam um estatuto particular, eram desvinculados da sua linhagem de origem para depender e trabalhar exclusivamente para o senhor como autênticos servos

2.7 – ESTRUTURA FEUDAL

A estrutura feudal está associada a formas de descentralização política, com a posse condicional da terra pelos senhores feudais baseada em algum tipo de serviço por eles prestado. Para garantir os serviços civis e militares de que carece, o soberano reparte as suas terras em feudos que distribui por vassalos com quem estabelece um contrato.

Na sua essência, o feudalismo ocupou uma fatia mais ou menos significativa no seu tempo histórico. É uma forma de organização interna das classes dominantes, que une estreitamente quatro elementos: vassalagem, benefício, senhorio e sistema dominial de exploração da terra. São considerados elementos fundamentais do feudalismo: 1. a relação directa do soberano e do vassalo firmada através dum contrato que liga as partes a uma fidelidade recíproca, devendo uma à outra protecção como permuta dos seus comuns serviços; 2. o domínio útil da terra, na condição de assegurar o serviço de numerosas pessoas, e o usufruto directo concedido ao residente.

Na estrutura feudal a economia agrícola caracteriza-se por as relações de produção gravitarem à volta da terra; a única fonte de riqueza é a terra pertença do Estado; aqueles que trabalham não têm direito à terra, apenas podem utilizá-la sob condição de usufruto ou servidão; senhores, produtores e servos, têm direito a uma parte do produto da terra; na sua maioria, os trabalhadores são servos ligados ao seu senhor, não desfrutando de liberdade total, adstritos à terra que cultivam; a terra cultivada do domínio feudal divide-se em terra cultivada pelos servos ou escravos do senhor e em terras cultivadas pelos camponeses, por conta própria, sob a forma de pequenas unidades produtivas. A posse da terra era a fonte do poder político. Eram infinitas as guerras entre os senhores feudais.

A sociedade feudal estava construída com base na oposição entre as classes, assente no domínio económico, político e social dos servos pela aristocracia. Os camponeses e artesãos viviam em aldeias compactas às portas da casa senhorial ou nas suas imediações. No seio da população camponesa havia diferenças de estatuto entre servos e livres, nem sempre distintas.

A sociedade feudal era muito conservadora e desenvolvia-se lentamente: rotina da técnica; estreiteza e isolamento da população; débil desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação; implantação duma ordem rigorosa para todos os tipos de actividade; barreiras territoriais; peso das tradições; predominância da religião no

âmbito da ideologia. Tudo isto travava o desenvolvimento das forças produtivas e o aperfeiçoamento das relações de produção.

A estrutura feudal tem sido associada a um baixo nível técnico dos instrumentos de trabalho, um nível primitivo de divisão de trabalho, a uma produção com carácter em grande medida individual, limitada às necessidades imediatas do domicílio ou da comunidade. As condições existentes foram propícias à estagnação da técnica. Os instrumentos de trabalho eram muito simples e o acto de produção era geralmente individual. A produtividade do trabalho permanecia muito baixa devido aos métodos em uso, à falta de incentivo ao trabalho, como também ao rendimento da terra. Faltava motivação para melhorar as técnicas de cultivo ou os instrumentos de trabalho.

Os países que conservaram em grande parte o regime feudal, mantiveram muitas das organizações locais e deixaram as funções governamentais nas mãos dos senhores feudais ou dos chefes militares das províncias. Os nobres que desempenhavam as funções de governadores de distrito ou de província foram pouco a pouco privados da liberdade de agir e compelidos a acolher as decisões do seu soberano.

Na vida agrária ainda hoje se encontram importantes sobrevivências feudais, desde a renda da terra em géneros até numerosas práticas de arrendamento e, em especial, formas de relações entre o proprietário e o agricultor, caseiro ou parceiro, ou formas de prestação de serviços pessoais ao senhorio.

Na China, no II milénio a.n.e., assistiu-se ao nascimento progressivo do feudalismo. Foi estabelecida uma rede vastíssima de reinos vassalos. Foram concedidos feudos a oficiais meritórios e a príncipes e outros parentes da família real. Estabeleceram-se reinos vassalos de diferentes dimensões e fortes defesas fronteiriças, leais à dinastia. A concessão de feudos em grande escala consolidou o poder real, originando uma situação pacífica. Os territórios eram governados pelos senhores feudais que usufruíam um poder absoluto nos seus próprios feudos, mas sob a tutela do soberano. A autoridade central adquiria os seus rendimentos e o seu poder militar das contribuições dos estados vassalos. Estes tinham por obrigação obedecer às ordens do rei, pagar tributo regularmente, comparecer em audiências, conduzir as suas tropas em expedições militares, proceder à administração interna. A fundação do feudalismo assentava na distribuição da terra em conformidade com a hierarquia da autoridade política. Os camponeses não possuíam a terra; era-lhes atribuído um pedaço no qual as espécies cultivadas eram entregues na sua totalidade ao senhor que zelava pela sobrevivência do camponês. O regime feudal funcionou de maneira satisfatória ainda durante alguns séculos do I milénio a.n.e. Por volta do século III a.n.e., o feudalismo desmoronou-se, foi completamente abolido e a hierarquia feudal desapareceu. Os feudos foram divididos em pequenos territórios, dos quais os mais importantes foram concedidos a membros da família real.

No Império Romano, a base material que permitiu a continuidade da vida cultural foi fornecida pelas condições sócio-económicas que se caracterizam pela substituição do sistema decadente da escravatura pelo sistema feudal. As invasões das tribos periféricas destruíram o Império Romano e criaram os seus estados, á frente dos quais estavam chefes militares que dependiam uns dos outros. Os chefes distribuíam entre os seus guerreiros parcelas de terra, constituíam feudos, tornavam-se vassalos e comprometiam-se a prestar serviço militar.

Na Europa, nos séculos XI e XII d. C., a ligação feudal, criou uma correlação entre os laços pessoais e a posse de terras. O feudalismo europeu distinguia-se de outros tipos de feudalismo pelo extremo pluralismo de hierarquias múltiplas e equivalentes. Os grandes nobres tinham propriedades que abarcavam inúmeras aldeias, cediam algumas a

fidalgos ou cavaleiros menos importantes, seus vassalos. A este processo dava-se o nome de subenfeudação. A Igreja desempenhou um papel crucial na sociedade feudal; numerosos e vastos feudos pertenciam a mosteiros, bispos e abades. Nos séculos seguintes, o sistema feudal sofreu algumas modificações importantes. Os preços subiram e tornou-se muito mais vantajoso empregar trabalhadores assalariados de preferências aos servos ou rendeiros, sobretudo quando os domínios produziam cereais, vinho e outros géneros susceptíveis de venda nos mercados urbanos. A fragmentação feudal, a ausência dum sistema monetário único e de vias de comunicação seguras, a variedade de legislação, etc., transformaram-se gradualmente num obstáculo ao desenvolvimento da produção e do comércio. Quando a ligação entre os senhores e os servos se transforma numa relação puramente monetária, o feudo começa a perder a sua independência face às outras unidades económicas. Um dos factores da dissolução do regime feudal, resultantes das suas próprias contradições internas, foi a luta dos camponeses contra a opressão e a exploração dos proprietários das terras. As migrações dos camponeses para as cidades, retirou ao modo de produção feudal o seu sangue vital e provocou a série de crises em que o feudalismo viria a mergulhar. A crise geral da propriedade feudal da Europa Ocidental resulta do processo de declínio do arrendamento feudal da terra e da melhoria da posição dos camponeses. Os senhores feudais libertam os seus servos e confiam os seus domínios e propriedades a rendeiros que por sua vez contratam trabalhadores assalariados.

2.8 – ESTRUTURA URBANA

A origem das comunidades urbanas está longe de ser clara e eventualmente poderão ser várias, pois as condições modificam-se duma região para outra. umas poderiam ter uma origem puramente rural, desenvolvendo-se a partir dum aumento de densidade populacional; outras, resultariam de acampamentos de caravanas de mercadores ou de fixação de locais de mercados, de feitorias ou portos. Para explicar a origem das cidades devemos compreender o que era o processo histórico do meio rural. Os agricultores precisavam dum mercado para trocar os excedentes constituídos pela parte da produção que ultrapassava as necessidades familiares ou locais imediatas.

Por cidade pode entender-se um centro com uma população auto-suficiente, no qual os produtos excedentários se concentram, armazenam e redistribuem. É a partir desta função fundamental da cidade que derivam todas as outras. A comunhão de interesses juntou um grande número de pessoas num único centro habitacional onde certas comunidades encontraram soluções para os seus problemas. As primeiras cidades foram o produto final dum longo processo de desenvolvimento e foram tão importantes para a organização económica e social das comunidades humanas que esta mudança tem sido denominada de “revolução urbana”. O aparecimento da cidade marca o início duma civilização quando a produtividade do trabalho social atinge um nível no qual a sociedade já podia utilizar os produtos excedentes para sustentar um considerável número de pessoas que não estavam directamente envolvidas no trabalho de produção, mas ocupavam cargos de grande importância para a sociedade: administrativos, soldados, sacerdotes, técnicos, intelectuais, cientistas, artistas, poetas, etc.

A base da vida económica urbana era constituída pelas comunidades familiares alargadas que se agrupavam não apenas segundo o princípio do parentesco, mas também segundo o princípio territorial. O território abrange um dos elementos fundamentais de qualquer cidade, pois é inconcebível uma existência completamente isolada dos campos que a circulam. Num sentido restrito a cidade é um território

político, semelhante a um estado, que domina o campo circundante e dá origem a uma nova sociedade ligada a novas actividades económicas. Com o seu crescimento a cidade desenvolve-se e emerge como ponto central das comunidades vizinhas, com o seu mercado, centros comerciais, juntamente com os seus templos e palácios, casas de magistrados e local de assembleia pública. O consumo dos excedentes agrícolas e dos artigos manufacturados estava concentrado nas populações e nas cidades, mas o tamanho, organização e função desses centros variava muito.

Alguns factores influenciaram de forma determinante o processo de transformação de algumas aldeias em cidades. Entre eles é de salientar: a série de invenções e avanços técnicos conseguidos durante os séculos posteriores ao modo de produção alimentar; a invenção da roda e do velame que tornaram possível o progresso ocorrido no transporte terrestre e marítimo; o declínio da auto-suficiência das aldeias, onde se tornava indispensável a obtenção, por meio de troca, de utensílios e matérias-primas, imprescindíveis ao prosseguimento das suas actividades; a produção de excedentes a promover o desenvolvimento das trocas e o estabelecimento de relações comerciais internas e externas; a estratificação social, com classes dominantes civis, militares e religiosas, que se começou a desenvolver já no período pré-urbano e atingiu maior extensão com a formação das primeiras cidades; a concentração do poder económico e político nas mãos de novas classes e grupos sociais.

Os centros urbanos estruturaram-se, sob o ponto de vista económico, graças tanto ao crescimento demográfico como ainda ao progresso da divisão social do trabalho, separando-se a actividade agrícola da artesanal e crescendo a parte da população que se dedicou exclusivamente a diversos ofícios, ao comércio, à pesca ou à navegação. Além disso, aumentou o número de pessoas dedicadas a tarefas dum centro urbano e aos aspectos político e administrativos que se foram desenvolvendo através da organização dos concelhos.

A função do mercado era apenas uma das funções da cidade e esta era igualmente a residência dos grandes comerciantes. A cidade servia também de centro judicial, religioso, político e administrativo. A partir destas funções desenvolveu-se todo um universo de serviços que atraiu pessoas livres, desencadeou um aumento populacional e o crescimento da procura e do fluxo mercantil. O florescimento dos ofícios conduziu a um interesse pelo comércio a longa distância. A cidade tornou-se a representante duma nova concepção do mundo, duma ordem mais estabelecida em si mesmo do que aos ritmos da natureza.

A emergência dos centros citadinos e dos modos de vida urbana foi uma das consequências do desenvolvimento mercantil. Constituem atributos da própria cidade, o comércio de larga difusão, a existência de áreas agrícolas bem estruturadas nas terras próximas, especialização e desenvolvimento de indústrias de produção específicas e centros cerimoniais. Em muitos casos, é possível distinguir vilas portuárias ligadas aos recursos das regiões interiores, acesso às matérias-primas e ao comércio marítimo ou centros de exploração de recursos marítimos. Nas mais evoluídas, situadas junto à costa marítima, vão progredindo os grandes mercadores e armadores navais que, pela riqueza acumulada, se começam a distinguir das restantes camadas da população não aristocrática.

No século XII, surgiram cidades vocacionadas para o comércio marítimo intercontinental, segundo um modelo de cidades mercantis que se difundiria mais tarde por várias regiões do Oceano Índico. A expansão do comércio externo e o seu envolvimento a nível mundial deram aso a uma opulência e um esplendor económico de cidades que vieram mais tarde a participar activamente do arranque do capitalismo

comercial praticado por mercadores e homens de negócio com interesses económicos cosmopolitas.

Certas funções dentro duma dada região geográfica tendiam a ser realizadas pela cidade maior, dependendo este facto em parte da sua dimensão, da sua influência económica e do grau de urbanização. Quando as cidades ultrapassavam um certo limiar de tamanho, prosperidade e actividade comercial, fosse em virtude de possuírem um lugar de peregrinação, da sua localização privilegiada num porto, numa junção de rios ou numa rota de comércio, tendiam a atrair a riqueza e a população do campo. O termo “cidade-capital” tem sido atribuído à cidade onde reside o Estado e se concentram os meios governamentais, políticos, militares, económicos e financeiros. Com frequência era também a sede da mais alta autoridade religiosa. O desenvolvimento da urbanização representou o nascimento da administração centralizada, da burocracia, da escrita, da difusão das estruturas estatais e formação dum sistema de estados regionais com interacção mútua.

Algumas cidades tiveram a sua origem nos acampamentos de caravanas de mercadores. Muitas vezes estes acampamentos, ao adquirirem certa dimensão e influência, tornaram-se objecto de privilégios e protecção por parte dos soberanos, em troca dum pagamento em dinheiro ou dum empréstimo. Alguns aglomerados de oásis transformaram-se em cidades, desenvolvendo-se o comércio, a cerâmica, os têxteis e a ligação às regiões vizinhas. Os mercadores controlam directamente os mercados, o modo de vida tribal é preservado, florescem actividades importantes como o comércio e vários ofícios, os exércitos tendem a instalar-se em acampamentos próximos. Formaram-se cidades-estado em que a economia, comportando sempre uma parte agrícola, estava sobretudo assente no comércio. A sua localização determinava as rotas das caravanas. A prosperidade e a riqueza dos pequenos e numerosos estados dos oásis baseava-se acima de tudo no comércio de objectos de luxo entre os grandes centros da China, Índia, Ásia Ocidental, Norte de África e Europa.

As cidades cresceram dentro da estrutura da sociedade senhorial, que mantinha os seus habitantes sob relações de dependência. A sua qualificação continuou essencialmente agrícola, pois só mais tarde o comércio se tornou a ocupação principal. As cidades rodeadas de muralhas com as suas milícias, as suas guildas e com os rendimentos que tirava do comércio e da indústria tornavam-se frequentemente independentes do seu senhor, ou conservavam o seu espírito de autonomia e hostilidade. O desenvolvimento das cidades ameaçava perigosamente o domínio da nobreza ao mesmo tempo que a centralização do poder real tendia a destruí-lo. A população urbana lutava pela sua libertação e, muitas vezes, conseguia conquistar a sua autonomia. A luta pela independência urbana foi, em muitos casos, violenta, chegando a tomar forma duma prolongada guerra civil. Para conseguir os seus objectivos, as cidades recorreram a alianças com o poder central. O crescimento das cidades ajudou a destruir a velha ordem senhorial e a substituí-la por uma economia assente sobre a troca e a moeda.

O crescimento do mercado exerceu uma influência desintegradora da estrutura senhorial e preparou o terreno para o crescimento das forças que iriam enfraquecê-la e suplantá-la, evolução que se identifica com o surgimento das cidades como organizações dotadas de independência política e económica em diversos graus. Embora certas cidades fossem simplesmente capitais burocráticas ou eclesiásticas, ou ainda lugar de feiras agrícolas, a sociedade urbana voltava-se no seu conjunto para o comércio e a indústria. O ponto crítico económico residia nas vantagens que o controlo do mercado local podia oferecer, da cobrança de portagens e taxas diversas e, além disso, do controlo de regulamentos com o fim de influenciar as condições de funcionamento do comércio.

A estrutura económica e geográfica dos concelhos, como unidades políticas, jurídicas e administrativas, dispondo duma autonomia variável, corresponde a uma dualidade evidente, podendo existir um predomínio rural diverso do ocupado pelos mercadores e os artesãos. Para o progresso dos concelhos concorreram causas económicas internas que se têm de ir buscar ao próprio progresso agrícola, coadjuvado pelo incremento do artesanato, da pesca e da produção de sal. As cidades só podiam existir como centros de consideráveis áreas cultivadas que produzam os excedentes necessários para a sua subsistência, o que requer uma rede de povoações ligadas às cidades por meio de comunicações adequadas, bem como relações de dependência mútua.

Sem a autonomia e a liberdade política e jurídica concedida aos concelhos e sem o declínio acentuado da servidão, seriam grandes os obstáculos ao desenvolvimento das cidades. Além destes factores, têm de se referir outras causas, por vezes contraditórias. Por um lado, as classes senhoriais no seu conjunto retiravam proventos do crescimento da vida urbana, através dos encargos que lhe impunha. Por outro lado, a própria classe aristocrática contribuiu para o fluxo da população, em consequência das extorsões económicas que levavam muitos camponeses a abandonar o campo. Juntava-se ainda um elemento político de raiz económica e que consistia no apoio do poder central que a burguesia procurava conquistar e que o soberano lhe dispensava, dentro de certos limites, na defesa dos seus próprios interesses.

O governo comunal ou concelhio ocupava-se, em geral, da definição dos locais de compra e venda dos diversos produtos, feiras e mercados, da fiscalização dos preços, pesos e medidas, do controlo do armazenamento, transporte e redistribuição dos bens essenciais, como os cereais, e da disciplina do abate e venda de gado. O município também se alargava ao domínio dos ofícios e permitia que ex-servos fossem considerados homens livres.

Os soberanos procuravam regular a administração, definir os limites concelhios, os privilégios concedidos e moderar e controlar as relações com outros poderes, através de documentos denominados forais. O poder municipal era exercido inicialmente pela nobreza. Em municípios importantes eram constantes as disputas entre a aristocracia e a burguesia locais e os desentendimentos e contradições entre o poder municipal e os restantes poderes, nomeadamente o poder central e o eclesiástico.

Os templos ocupavam posições-chave nas cidades chegando a constituir um organismo institucional de autoridade política. Nas primeiras cidades os sacerdotes formavam uma classe social distinta e exclusiva que tirava partido das emoções religiosas dos outros membros da comunidade para aumentar o seu próprio poder.

As funções municipais estavam reservadas às classes dominantes nos concelhos: proprietários, comerciantes, mestres artesãos, nobres, sacerdotes. A autoridade municipal tinha o direito de regulamentar o comércio local, quem podia comerciar e quando o podia fazer, procurando inclinar a balança das transações mercantis a favor dos residentes urbanos. Podia limitar certas transações, impor preços mínimos às mercadorias que os residentes tinham para vender e preços máximos às coisas que tinham para comprar, limitar as fontes de venda ou compra disponíveis, nomeadamente os direitos e obrigações dos mercadores estrangeiros e, em suma, influenciar as relações de troca em seu próprio benefício. Existiam ainda diversas regulamentações das guildas destinadas a restringir a concorrência entre os próprios artesãos da cidade.

No Antigo Egipto já existiam cidades que funcionavam como centros administrativos e algumas delas destacavam-se pelas suas actividades económicas. As primeiras cidades eram lugares de residência da elite social, bem como dos especialistas

a tempo inteiro e dos indivíduos envolvidos em práticas de culto. A cidade egípcia é aberta e de pequenas dimensões. Tinha as suas lojas, os seus pequenos artesãos, os seus funcionários e os seus sacerdotes, mas não tinham indústria nem comércio em escala suficiente para fazer crescer a sua população e dar origem a uma classe média. Apenas a massa do povo que vivia do trabalho dos campos tinha necessidade de a procurar para trocar os seus produtos pelos artigos que não podiam fabricar.

Na Mesopotâmia, II milénio a.n.e., pequenas cidades desempenhavam o papel de centros de produção e distribuição artesanal, constituíam centros de autoridade secular e religiosa. Eram constituídas por uma vizinhança comum centrada à volta dum templo, no qual existiam reservas comerciais e armazéns de cereais para o caso de más colheitas ou desastres naturais. O templo representava assim o centro económico da comunidade. À sua volta viviam os sacerdotes, os membros administrativos, os artesãos. Os camponeses da região contribuíam com parte da sua produção para os mercados locais, embora uma parte dos alimentos de base proviessem doutras regiões. A expansão militar estava associada ao fluxo de copiosos tributos entregues pelas populações submetidas.

Na Ásia Central, no III milénio a.n.e., surge um começo de civilização urbana caracterizada por esquemas de urbanização dividida em várias secções ou bairros especializados de oleiros e metalúrgicos, com áreas destinadas às fornalhas de fundição, bairros com carácter residencial comum diferentes dos habitados pelas classes altas, bairros separados do centro que incluíam armazéns e oficinas. A diferenciação social era já claramente notória. A cidade era mais que um simples centro agrícola, com uma população dividida com posições específicas no processo produtivo e distributivo. No II milénio a.n.e., os aglomerados habitacionais continham vários povoados de dimensões consideráveis. Os maiores tinham normalmente uma fortaleza situada junto dos pontos elevados onde as habitações eram construídas. Esta configuração estabelece as bases para o aparecimento da cidade, embora sem provas da existência duma organização política. No início da era cristã, as grandes e as pequenas cidades formavam um sistema global ligado por estradas e rotas de caravanas que reforçaram os laços comerciais com outras províncias e países.

A civilização do Indo notabilizou-se como representante das primeiras manifestações de urbanismo. Cerca do III milénio a.n.e. começaram a existir aglomerados permanentes, próximos de fontes de água ou de solos retentores de humidade dos vales das montanhas, onde se cultivavam os cereais e se domesticava o gado, se mantinha um certo grau de especialização de artífices e se desenvolvia um comércio de longa distância. As cidades situavam-se nas margens dos rios e ao longo das rotas comerciais, meios de circulação que permitiam a ligação entre si. As instituições sócio-económicas e religiosas, os processos culturais e a complexidade das edificações e serviços públicos, deram forma às bases do urbanismo. Aglomerados permanentes indicam a presença de recursos económicos em quantidade suficiente para suportar uma população em crescimento. As cidades que surgiram a ligar a economia numa ordem sócio-política, eram centros administrativos mas também tinham uma função religiosa. Existia uma rigorosa planificação na construção das cidades, que se distinguiam pela sua dimensão e a presença duma arquitectura monumental. Na Índia, em meados do I milénio a.n.e., as cidades eram os núcleos administrativos dos novos reinos e oligarquias, possuindo com frequência ligações comerciais com os circuitos locais de permuta e com o comércio a longa distância.

Na China, em meados do II milénio a.n.e. surgiram cidades em diferentes áreas. À volta do núcleo urbano agrupam-se bairros artesanais com altos graus de especialização e vilas agrícolas. Os bens necessários ao funcionamento das vilas eram

fornecidos pelo centro administrativo que geria também a redistribuição. A cidade dividia-se em três grupos sociais: os aristocratas, os artesãos e os agricultores. Em meados do I milénio a.n.e., registou-se um crescimento da importância das cidades: com a metalurgia do ferro, começaram a funcionar como centros de produção e distribuição; algumas cidades situavam-se na intersecção de estradas ou de cursos navegáveis, emergindo como centros mercantis; outras cresceram à sombra do sistema administrativo central. A massa da população estava ocupada nos trabalhos agrícolas, a especialização profissional estava muito desenvolvida, oficinas inteiras consagravam-se à fabricação dum único género de artigo.

Na Grécia, no I milénio a.n.e., era já grande o número de pequenas cidades com mercados locais. A cidade foi surgindo progressivamente sob a influência duma grande variedade de factores, tanto demográficos como militares, económicos e religiosos, que tiveram os seus efeitos, mais tarde ou mais cedo, em maior ou menor escala, consoante a região em que cada uma se situava. A “pólis” é uma cidade que era também um estado independente. O princípio económico fundamental era a ideia de autarcia. É um tipo específico de comunidade social baseado num centro de tipo urbano, mas ligado a um território circundante mais ou menos vasto. As cidades de influência grega instaladas na África setentrional dispunham de portos, desenvolviam o comércio sariano e cunhavam moeda em ouro em grande quantidade.

Na Itália, I milénio a.n.e., as cidades uniam-se em ligas em torno dum centro comum. As aldeias ainda conservavam uma certa autonomia mas as terras comunais já estavam a fundir-se. O território das cidades alargou-se e a unidade das cidades reforçava-se. Roma tornou-se o centro principal da Liga Latina que incorporava algumas dezenas de comunidades, uma federação de cidades e tribos que se encontravam em níveis diversos de desenvolvimento. No início da era cristã, sob domínio romano, a base económica que sustentava a vida urbana era quase exclusivamente agrícola. O carácter urbano do Império Romano foi estimulado e tornado possível pela rede comercial altamente desenvolvida. As cidades assumiam a forma de repúblicas governadas por oligarquias que aumentavam de modo crescente o seu alcance territorial.

Já nos últimos séculos do I milénio d.C., o islamismo favoreceu o modo de vida sedentário, a fixação urbana foi encorajada, sendo fundadas e construídas grandes cidades onde se localizavam as actividades dos mercadores e dos artesãos e se tinha de prestar uma maior atenção à agricultura. Os seus moradores viviam em zonas demarcadas segundo os grupos étnicos, de origem regional ou religiosa. Os grupos sociais mais destacados da sociedade urbana eram: os governadores, que representavam a autoridade central; os escribas que desempenhavam tarefas administrativas e fiscais; os oficiais que procediam às colectas de impostos; a polícia que mantinha a ordem pública; o exército ainda constituído por elementos das tribos árabes; os mercadores que desempenhavam um papel fundamental; os cambistas que aferiam o valor exacto das moedas e serviam como verdadeiros auxiliares das autoridades; os eruditos que podiam ser homens religiosos ou de ciência. Em suma, as cidades funcionavam como acampamentos permanentes para o exército e como centros administrativos, comerciais e de povoamento. As novas cidades criadas pelo mundo árabe funcionavam como centros administrativos das regiões conquistadas e detinham a responsabilidade da manutenção da lei e da ordem. As actividades sociais, económicas, religiosas e intelectuais eram levadas a cabo sob a égide de Estado islâmico.

Na Europa do século XIII, a maioria dos governos das cidades fundamentava o seu poder sobre o poderio das guildas ou da aristocracia local. O apogeu adquirido pelas cidades europeias reflecte as mudanças ocorridas com a expansão do comércio e a

expansão demográfica. Estabeleceram-se entre as cidades importantes relações através do comércio externo, da criação de mecanismo de câmbio, crédito e compensação monetária, da utilização frequente de meios de transporte rodoviário e sobretudo marítimo. Com a “revolução comercial” foram os mais ricos mercadores que passaram a dominar os conselhos municipais, embora mesmo nas economias das cidades mais avançadas a importância do comércio e da produção de artigos manufacturados fosse insignificante em comparação com a agricultura e a pecuária. O crescimento urbano começou em primeiro lugar nas cidades portuárias mas não ficou a elas confinado por muito tempo. Com a expansão colonial, no século XVI, as cidades europeias foram beneficiadas com o aumento de densidade populacional e um desenvolvimento industrial e comercial a que se juntou o apoio agrícola dado pelas zonas rurais circundantes. As oportunidades de trabalho e a prosperidade pressentida nos meios urbanos, motivou a imigração dos camponeses, normalmente submetidos a condições difíceis de trabalho nos campos, e também uma imigração de longa distância, proveniente de outros países. As cidades aparecem como centros de poder, núcleos habitacionais de ricos e poderosos que incluíam, além dos monarcas e seus cortesãos, os homens de negócios, a oligarquia das corporações, os membros profissionais e empregados especializados, que muitas vezes desempenhavam altos cargos nos governos locais.

No Norte de África, século XVI, a vida urbana era controlada pela aristocracia, por uma classe de comerciantes diversificada (árabes, berberes, africanos) e por um conjunto de ideólogos com o apoio do pluralismo religioso. Entre as costas ocidental e oriental de África, situadas a sul do Sara, encontravam-se cidades mercantis que viviam literalmente do comércio e cuja função económica consistia em unir as diferentes regiões com os mercados mediterrâneos e orientais. A cidade, protegida por fortaleza, tornou-se o mercado onde os camponeses podiam trocar os seus produtos entre si próprios e por artigos dos artífices instalados na fortaleza. Na África Ocidental fundaram-se várias cidades cuja rápida expansão se ficou a dever à sua localização nos pontos de intersecção das rotas comerciais. Eram importantes mercados que gozavam de relações comerciais privilegiadas com todos os pontos da região. Na África Oriental, as cidades da costa conheceram um desenvolvimento constante, mas não influenciaram profundamente os territórios do interior e não formaram um império dominado por um poder político, pois encontravam-se em perpétuo estado de hostilidade recíproca. A influência islâmica conduziu ao estabelecimento de várias cidades com população mista, inclusive de origem árabe. A maioria destas cidades conquistou a independência como cidades muçulmanas.

Na região Andina, o armazenamento de alimentos constitui a base da subsistência e da reprodução do sistema urbano. Cada cidade possuía armazéns comunitários e estatais que garantiam alimento e vestuário para a comunidade e seus funcionários. No I milénio a.n.e., a urbanização torna-se perfeitamente definida, estabelecem-se zonas diferenciadas dos núcleos de tipo rural. Surge um processo de desintegração do modo de vida exclusivamente rural, os centros urbanos predominam, canalizando a actividade económica da sociedade para as cidades e organizando, à escala regional, poderosos e centralizados esquemas tributários.

A Meso-América presenciou, por volta do ano 700 d.C., portanto, muito antes da colonização, a ascensão e apogeu de Teotihuacan, que era uma das maiores cidades do mundo. Surgiram na época centros urbanos de densidade populacional apreciável, estabelecidos como centros políticos e administrativos de grupos de aldeias mais pequenas e dependentes. Acentuou-se a diferenciação social do trabalho dentro das comunidades rurais e urbanas, daí resultando a formação duma extensa rede de trocas de

produtos manufacturados e matérias-primas a actuar numa vasta área. Surge uma convergência entre interesses económicos, cultos religiosos e feiras multifacetadas que envolveram diversas actividades, desde a redistribuição de bens à festa popular e à peregrinação religiosa. Tudo isto implicava uma organização de tipo urbano. As cidades eram centros dum grande número de povoaamentos rurais. O estatuto de cidade ocorre: com instituições políticas, administrativas e religiosas elaboradas; clara hierarquização social; arquitectura pública planeada; uma classe de artesãos altamente especializados; redes de comércio inter-regional; conquistas intelectuais complexas.

3 – ESTRUTURAS ESTATAIS

3.1 – ESTADO. O QUE É, ONDE E QUANDO SURGE?

O Estado nem sempre existiu, aparece apenas onde e quando surge a divisão da sociedade em classes. Não se conhece a existência duma instituição constituída por membros de comunidades anteriores à existência de classes que se destacasse para governar os outros e dispor dum aparelho de direcção e coacção. Antes, o vínculo geral, a própria sociedade, a disciplina e a organização do trabalho mantinham-se pela força dos costumes, das tradições e pelo prestígio e respeito de que gozavam os anciãos das comunidades. Com o Estado surgiu uma nova instituição, desconhecida das comunidades sociais, baseada nos princípios naturais de relações de parentesco ou territoriais.

Segundo Friedrich Engels, o Estado é “um produto da sociedade num estágio determinado de desenvolvimento; é o reconhecimento de que esta sociedade está enredada numa insolúvel contradição consigo própria, que se cindiu em oposições inconciliáveis de que ela é incapaz de se livrar.” (Marx e Engels, Obras Escolhidas, tomo III, pag. 366, Ed. Avante)

O Estado, como organização social ou politico-administrativa duma comunidade humana, despontou como algo indispensável quando a sociedade, dividida em classes antagónicas, não teria podido subsistir sem uma autoridade a exercer um poder sobre todos os grupos sociais existentes num espaço geográfico determinado. Tornou-se inevitável a existência duma instituição que protegesse a apropriação da terra, do gado, dos instrumentos de trabalho, dos bens produzidos, que consagrasse a posse dos excedentes adquiridos e a acumulação da riqueza, dotada dum poder capaz de impor o domínio de determinadas classes e dos seus dignitários. A classe que passou a obrigar as outras pessoas a trabalhar para ela teve necessidade de se organizar para as manter em submissão. Com a formação do Estado começou uma nova era na história da Humanidade.

À medida que se consolida a divisão da sociedade em classes, dominantes e subordinadas, consolida-se também o Estado, que se constitui como elemento de poder, legitimado ou não, duma sociedade cuja ideologia pertence às classes dominantes. Os meios de que passam a dispor são muito extensos e os governantes, seus representantes, em estreita aliança com os sacerdotes, tendem a assumir funções de natureza militar, a exercer uma autoridade centralizada relacionada com o poder económico, religioso, social e político e a impor novas regras aos usos e costumes das populações.

Sob o ponto de vista formal, o Estado é uma instituição social que assegura a ordem civil, a possibilidade duma actividade conjunta dos homens, que representa e defende os direitos de que podem gozar os membros da sociedade envolvida, que

exprime dentro e fora os interesses comuns. Mas examinando as suas atribuições duma forma objectiva, o Estado identifica-se como instituição que exprime os interesses políticos da classe que domina economicamente a sociedade, por meio das suas intervenções na vida económica e social e através da gestão e da fiscalização dos serviços públicos, e propõe-se assegurar o equilíbrio necessário à coesão social.

Com a formação do Estado institui-se uma estratificação social mais complexa. A submissão da grande maioria da população a uma pequena minoria e o aparecimento duma forte autoridade foram pródigos em consequências. O “chefe” transformou-se em “soberano”, cujos poderes se transformaram progressivamente em poderes de natureza militar, com algum carácter religioso, e cujas funções se foram assumindo como hereditárias. O poder do “feiticeiro” tornou-se cada vez mais inter-relacionado com o poder secular, económico e político. A chefia política e religiosa surgia muitas vezes centrada num só indivíduo, um chefe que exercia a liderança numa base hereditária. Por vezes, surge a ideia segundo a qual o Estado seria algo dotado duma certa força divina ou sobrenatural. Esta ideia serve de algum modo os interesses das classes exploradoras, pois conseguiu penetrar profundamente nos costumes das populações. Instituições estatais e religiosas surgem assim entrelaçadas.

O desenvolvimento de estruturas tribais e familiares ou locais levou a desigualdades e daí a conflitos internos que ameaçaram a própria estrutura social, surgindo o Estado como um novo sistema de organização capaz de eliminar estes conflitos ou, pelo menos, a mantê-los controlados. O aparecimento do Estado era frequentemente precedido de alianças tribais ou de reunião de famílias em comunidades ou espaços territoriais. Desde a formação de clãs ou de tribos até à construção de estados houve um grande avanço, alcançado de diferentes modos em sociedades diferentes. O Estado como órgão coercivo de gestão política e económica não se limita, em geral, a uma única coesão étnica. Quando passa para lá do território definido pelo meio ecológico, seja de forma pacífica, pelo comércio ou pela penetração cultural, ou pela guerra, é dado um passo na construção dum sistema de integração ainda maior. Neste processo evolutivo vários reinos se podem juntar, perdendo a sua identidade individual, ou constituírem uma autoridade superior com mais amplos poderes, dando lugar à formação de estados.

A expansão agrícola e a aplicação de sistemas de irrigação promoveram a hierarquização de algumas sociedades e anteciparam formas estatais de organização política. A transição entre as comunidades primitivas e a formação dum estado ocorreu primeiro no Egipto e na China, durante o IV e o III milénio a.n.e.. Estes estados concentraram-se junto a vales de importantes rios, como o Nilo e o Huang He (Rio Amarelo). Em termos de evolução social as áreas periféricas eram mais retrógradas. A partir do III milénio a.n.e, encontram-se formas semelhantes de governo desde a China e a Índia ao Mediterrâneo, tanto entre os povos nómadas como entre os grupos étnicos estabelecidos em determinados locais. Todos tinham à cabeça um chefe a quem eram atribuídos poderes divinos. Os historiadores chamam a isto, realeza sagrada.

Através das diferentes épocas, sempre que existem modos de produção antagónicos há um grupo de pessoas que governa, manda, domina, conserva o poder e dispõe dum aparelho de coacção jurídica, religiosa, física ou de violência armada. O Estado assume-se então como uma máquina destinada a sustentar o domínio do novo modo de produção e duma classe em formação sobre as restantes.

A forma de Estado depende da correlação das forças das classes dominantes numa dada etapa do desenvolvimento histórico, das particularidades dum dada sociedade num determinado espaço, das tradições e das circunstâncias concretas na política externa e interna. As formas mais difundidas são: a monarquia, caracterizada

pelo poder, mais ou menos amplo, dum soberano; a república aristocrática ou oligárquica, dominada por grupos da nobreza, do clérigo, militares ou cidadãos ricos; a república democrática, onde os órgãos legislativos e executivos são eleitos por um número restrito de cidadãos, em geral, com a exclusão das classes subordinadas.

O Estado é a parte fundamental da economia capitalista, que sem ele não pode funcionar; tem um papel decisivo no aumento da procura efectiva e na absorção do sobreproduto. Sem a sua participação seria impossível imaginar o desenvolvimento da economia capitalista. Um excedente não realizado significaria uma estagnação económica, pelo que é necessário fazer aumentar a procura, criar e alargar os mercados, função que o Estado reserva para si. A criação do mercado facilita a acumulação do capital e, por conseguinte, o desenvolvimento do sistema capitalista, tentando protegê-lo da estagnação e da destruição. Para evitar flutuações determinadas pelo curso do ciclo económico, o Estado adopta uma política adequada à condução da oferta e da procura, aplicando métodos de controlo indirecto sobre os problemas monetários, creditáveis e fiscais. Exerce, além disso, um controlo indirecto sobre o volume da acumulação do capital, aumentando a procura e estimulando os investimentos, determinando mesmo o destino dos mesmos. O Estado procura evitar o esgotamento do exército de reserva, mantendo o desemprego, o que faria aumentar os salários, e acompanha e intervém no poder das associações representativas dos trabalhadores. Quando entende necessário adopta o emprego de meios coercivos para defender os interesses das classes dominantes.

3.2 – PODER ESTATAL

O poder revela, em geral, o conjunto de relações sociais, impostas por estruturas organizadas ou por interesses pretendidos por uma parte da sociedade sobre outra. O poder condiciona a vida dos habitantes dum determinado espaço, impõe-lhes um certo tipo de coerência e de organização.

O poder estatal pode ser exercido pela influência, pela autoridade ou pela dominação. A influência é uma relação social pela qual o detentor do poder modifica o comportamento dum indivíduo ou grupo por um simples processo de comunicação. A autoridade corresponde à aptidão de se fazer obedecer quando se ordena. É um poder que se forma num sistema de relações inter-individuais de acordo com o nível de desenvolvimento do grupo e, em geral, ou é reconhecido e consentido de forma obediente, sem constrangimento, ou se manifesta sob formas mais ou menos rígidas ou contundentes. O poderio ou a dominação consiste na capacidade do detentor do poder, pessoa ou grupo, exercer sobre um grupo humano um poder tal que torne possível fazer aplicar uma decisão, obter actos ou comportamentos que não seriam adoptados espontaneamente. Essa dominação pode manifestar-se pela imposição da vontade de fazer prevalecer objectivos definidos, fazer respeitar regras, mesmo contra uma vontade contrária, por meio de submissão, com o recurso eventual a meios coercivos. A dominação, qualificada de pública, caracteriza-se por ser usada por instituições como o Estado, o exército ou a justiça.

Mesmo que a autoridade esteja ligada a uma pessoa, o poder aparece como uma instituição que existe independentemente dos indivíduos que o exercem. É no que se refere ao Estado que o poder se manifesta com maior alcance. Porém, o fenómeno do poder não é intrínseco ao Estado. Além do poder político e económico, erguem-se outros poderes como o poder religioso, o poder ideológico, o poder familiar e, numa escala mais restrita, em todas as organizações sociais ou económicas, como feudos,

corporações, comunidades locais, tribos, concelhos, províncias, estados vassallos ou colonizados.

No interior duma sociedade comunitária as decisões que determinam a actividade dos seus membros são atribuídas ao líder, indivíduo ou grupo, a quem reconhecem ou são forçados a aceitar o direito de as assumir. O exercício do poder não implica forçosamente o consenso, mesmo se este é procurado. Numa primeira fase, o governante não era o representante de Deus na terra mas, pelo contrário, representava o povo perante os deuses. Os chefes continuaram por bastante tempo como líderes comunitários que tinham a obrigação de cuidar de todos os membros da comunidade e de se conformarem com as forças da tradição e da religião que lhes eram impostas.

A concepção senhorial da actividade política tinha por finalidade aparente assegurar o bem comum, a sua razão de ser, pacificamente aceite e proclamada pelo entendimento colectivo, e ao soberano competia promover, assegurar e defender toda a ordem económico-social e, além disso, manter a ordem hierárquica. O conceito de soberania nunca deixou de ser o instrumento teórico para estabelecer uma distinção hierárquica entre o poder concentrado na pessoa do soberano e os outros poderes políticos. O poder soberano desenvolve-se, como outras instituições sociais, no decurso do desenvolvimento histórico do Estado. A apresentação da essência do poder político como abstracta ou suprema na sua origem pretendeu conferir-lhe uma legitimidade que justificasse o seu carácter absoluto.

Os governantes, em estreita aliança com os sacerdotes, concentravam todo o poder político e económico nas suas mãos. Contribuíam para esta situação os mitos que colocavam os sacerdotes como intermediários entre os deuses e o povo e os governantes como sendo os representantes dos deuses na terra ou mesmo como sendo eles próprios deuses encarnados. O rei podia ser o principal sacerdote, mas qualquer que fosse a sua função, estava rodeado duma ordem regular de ministros do culto, não se distinguindo a autoridade laica da religiosa. A origem divina do poder justificava a consciência política senhorial na sua base ideológica fundamental decorrente da aceitação da ordem reinante eterna, imóvel e absoluta. O poder dos governantes assentava na sua força militar e era exercido com a ajuda de funcionários civis ou religiosos. Os reis, os sacerdotes e os seus colaboradores directos eram responsáveis tanto pelas relações pacíficas como pelas guerras de conquista para obter matérias-primas ou objectos preciosos para engrandecer o seu prestígio pessoal.

Entretanto, tomou forma a via do poder real sem qualquer limitação proveniente de regras previamente estabelecidas. O poder soberano é atribuído a um indivíduo ainda que possa, em circunstâncias excepcionais e por pouco tempo, assumir-se como poder de natureza colectiva. Com frequência, um líder militar vitorioso, apoiado por uma eventual assembleia restrita, apoderava-se do poder mesmo contra a vontade do Conselho dos Anciãos e outros membros da classe governante. A monarquia torna-se a forma mais característica do Estado, com algumas excepções. O princípio da monarquia hereditária foi estabelecido com grande dificuldade. Em alguns estados, surge o monarca dum corpo governante electivo.

Na estrutura política da sociedade pré-capitalista, o poder mantém-se afastado da intervenção colectiva e directa da população; ganha forma o culto do chefe absoluto, com atribuição de direitos, deveres e funções que se reflectem no domínio de espaços físicos e de pessoas, dos serviços, na apropriação de meios de produção e na distribuição dos bens produzidos.

A riqueza identifica-se com o poder económico e político, que mantém entre si uma ligação indissolúvel. A autoridade central forçou as massas camponesas a produzir excedentes destinados às classes dirigentes e a grande maioria dos artesãos a trabalhar

para eles e para os sacerdotes. Só uma autoridade forte poderia levar à prática grandes obras como a irrigação, a drenagem e a fortificação, ou organizar a construção de monumentos de prestígio que não traziam benefícios económicos directos. O poder dos senhores existia na origem em função da capacidade de apropriação dum importante excedente no interior do domínio senhorial. Residia em função da sua capacidade para se apropriar dum tributo ou renda importante, que tendia a ser maior nas regiões em que a agricultura de irrigação permitia uma maior produtividade agrícola.

Os agregados constituídos por templos e palácios, além das atribuições políticas e religiosas, concentravam em si um significativo poder económico sob a forma de grandes extensões de terra cultivada, água abundante, mão-de-obra dependente para a produção agrícola e artesanal, artífices especializados e mercadores responsáveis pelo comércio longínquo de matérias-primas. Desempenhavam um importante papel na economia dos países, ocupando a principal posição na esfera da circulação do dinheiro.

Além destas instituições, também algumas famílias extensas ou grupos familiares formavam importantes conjuntos de grandes proprietários de terrenos capazes de acumular riquezas e exercer um poder que se evidenciava no âmbito político. Através do domínio comercial, os governantes confiavam na estabilidade da sua posição económica. No I milénio d. C., em muitos países, a economia era dirigida por agentes privados e por alguns templos, não desempenhando os bens reais um papel importante na economia como um todo, ao contrário de que acontecia em períodos mais recuados.

Num sistema estatal centralizado, o poder controlava e definia as políticas monetárias e a economia. A concentração do poder económico nas mãos dos soberanos dos grandes Estados foi um estímulo para a unificação em blocos únicos, para o desenvolvimento económico e para o estabelecimento de redes monetárias, que favoreceu o advento do modo de produção capitalista.

A partir de meados do século XV, verificou-se o aparecimento de novas formas de organização do poder político que se destacam pela sua concentração, pela tendência para monopolizar o poder militar, pela construção de aparelhos burocráticos legitimados. Reacende-se ainda a tentativa de consolidação dum sistema ao serviço da ideia da origem divina do poder.

No século XVI, a necessidade duma transição na capacidade de governar foi abordada a partir de três ângulos diferentes: um primeiro lugar, o governo era concebido como a expressão do código moral que justificava em pleno a incondicional obediência ao poder instituído; em segundo lugar, o governo era encarado como uma forma de intervenção em todos os aspectos da vida quotidiana, incluindo os económicos; em terceiro lugar, a posição do governo enquanto entidade económica e política implicava a necessidade de reunir elementos informativos indispensáveis à governação. Os novos conceitos, que principiaram a surgir, definiam aquilo que era visto como o governo ideal, ou seja, a monarquia absoluta e a organização a que o sistema deveria estar submetido. Estes conceitos trouxeram à tona o confronto entre dois poderes totalitários: o do Estado e o da Igreja. Os Estados mais esclarecidos não toleravam interferências por parte da Igreja nos seus assuntos políticos, não aceitando igualmente a sua independência em relação à autoridade secular exercida pelo monarca. Uma das características mais típicas foi o controlo cada vez maior do Estado sobre a vida económica.

No Egipto, III milénio a.C., os faraós consideravam-se donos da terra e dos seus habitantes, recebiam os rendimentos por intermédio da sua administração, devendo, em contrapartida, assegurar o emprego e meios de subsistência aos seus súbditos. O fortalecimento do Estado passava por uma boa gestão e uma boa execução da função

real. Como chefe religioso o faraó, detinha um poder supremo e era o responsável pela ordem, equilíbrio, harmonia e justiça no país. Nas suas mãos estava concentrado um enorme poder, cuja base material era a posse dos grandes recursos em terras, dos produtos alimentares e da força de trabalho.

Na Grécia, século III, foi criado um sistema de administração das propriedades de Estado e um aparelho militar, administrativo, financeiro e judicial. Foram ainda definidas as relações das cidades e dos templos com a administração real.

Em Roma, século IV, o imperador era assistido por um gabinete ministerial constituído por um mestre de corte, polícia e serviços secretos, um chefe do supremo tribunal, um ministro de finanças, um encarregado dos bens privados do imperador e um grande chanceler. O direito romano interessava aos governantes por que destacava o poder dos soberanos.

Na Índia, já na nossa era, a tendência dos estados regionais para substituir os centrais não se deu por simples fragmentação dos antigos impérios, mas antes a partir de fontes locais de poder, que constituíam centros duma maior autoridade do que a dos seus predecessores. Aprofundou-se o controlo das classes superiores sobre a população.

Na China, no século XVI, os que possuíam riqueza ou terras não eram necessariamente governantes políticos. O país era governado por funcionários públicos administrativos ao serviço do imperador. A duração do período de serviço era limitada e, só por excepção, hereditária. Em teoria, qualquer um, independentemente da sua posição social, podia tornar-se um mandarim. O imperador governava o império com o “Mandato do Céu”, o que significava o seu governo sobre os povos como sendo uma vontade celestial. Todo o poder do Estado centrava-se no imperador. Um Conselho, que tinha um poder imenso, formava o núcleo da máquina administrativa que apoiava o imperador na gestão de assuntos de Estado.

Na Europa Ocidental, século XVI, a intervenção do Estado traduziu-se, no campo industrial, no estabelecimento de manufacturas e fábricas protegidas ou dirigidas. Estes estabelecimentos correspondiam à necessidade de fornecimento de abastecimentos e produtos necessários para a sua política militar e naval. Apesar dos esforços empreendidos e da sua significativa expansão em toda a Europa, no século XVIII, os estabelecimentos industriais fundados pelos governos e conhecidos pela designação genérica de Fábricas Reais iriam revelar-se menos importantes para o futuro da indústria europeia. Os motivos poderão situar-se na produção exclusiva de bens essenciais para o Estado ou em alguma limitação resultante da dependência da realeza em relação aos interesses variáveis dos financiadores oficiais.

Na África Ocidental, a aristocracia política surgiu com a fundação dos estados nascidos dos clãs dominantes, detentores de poder, riquezas e influência. Com a instituição duma nova sociedade diferenciada e hierarquizada, as relações sociais passaram a reger-se por normas objectivas, subordinadas a uma rígida autoridade. Despontaram formas de poder de tipo estatal que se impuseram nas diferentes sociedades e regiões. Um conselho régio prestava orientação ao rei e numerosos dignitários chefiavam os departamentos administrativos. Em conclusão, existiram, com níveis variáveis de êxito, todas as formas de poder estatal, desde a patriarcal à democracia municipal.

Na África Equatorial, século XVI, o poder real não se fundamentava em qualquer tipo de posse, mas na capacidade de mobilizar e manipular as forças sobrenaturais. Por definição, o rei detinha poderes sobrenaturais e extraordinários e, por conseguinte, podia superiorizar-se a qualquer outra pessoa. O seu poder era essencialmente religioso e não podia ser contestado. Acreditava-se que o rei era o protector do povo, fazedor de chuva e garante da fertilidade. A natureza sagrada da

realeza estava associada com o domínio tecnológico, acreditando-se ser o rei a fonte de todas as invenções. Nos reinos da costa oeste do Congo e Angola, por exemplo, o rei era o mais sabedor dos ferreiros e conhecido como o “rei ferreiro”.

Entre os astecas e os incas, o vértice do poder era um soberano com poderes autocráticos. Os cargos de governadores de província, com poderes administrativos de nível superior, eram preenchidos por homens pertencentes à nobreza. Na região central dos Andes, um salto qualitativo e quantitativo transformou uma federação de reinos, relativamente desunidos, num Estado integral. O crescimento da classe governante implicou o aumento de impostos e levou a uma divergência de interesses.

3.3 – POLÍTICA ECONÓMICA

A política económica é constituída pelo conjunto de intervenções dos poderes públicos na economia, caracterizadas por uma escala de prioridades dos objectivos a alcançar e pela selecção dos instrumentos coerentes para os atingir. Permite beneficiar do conhecimento teórico para influenciar a realidade económica e, sobre muitos aspectos, o próprio desenvolvimento da sociedade e sobretudo sobre as forças produtivas.

A política económica pode caracterizar-se por uma perspectiva de curto prazo e denomina-se então por política conjuntural ou caracterizar-se por efeitos que se fazem sentir a médio ou longo prazo através duma política estrutural. De resto, há necessidade de articular a política conjuntural com a política estrutural sempre que haja uma relação entre ambas.

A política económica desempenha uma função normativa no tocante à situação económica. O carácter, a orientação social e a extensão da influência que a política económica exerce são na sua totalidade determinadas pelo regime político-social e pelas leis objectivas do seu desenvolvimento. Tais objectivos podem resumir-se a partir das três funções do Estado: a função de atribuição, com o fim de criar condições favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento económicos; a função de redistribuição, a incidir sobre a repartição dos rendimentos, justificada por um interesse que deveria ser colectivo; a função de estabilização que tem a ver com a regulação conjuntural da actividade económica. Por vezes, os objectivos pretendidos são contraditórios, estão sujeitos a restrições que impedem de os levar à prática ou dependem de condições históricas favoráveis à sua concretização.

Um dos aspectos fundamentais na metodologia da política económica consiste em que não é apenas a ciência económica que contribui para a sua aplicação de acordo com os objectivos a atingir. É indispensável um conhecimento das realidades económicas, culturais e sociais do espaço sobre o qual vão incidir as acções a levar à prática, sem o que a política seguida pode desencadear forças susceptíveis de provocar a desagregação do processo económico concreto dum país ou região. Sobre a política económica do Estado influem as condições históricas concretas do desenvolvimento da sociedade em causa, a correlação de forças das classes, o grau de luta de classes no plano interior e exterior. Daí que a política económica se aplique segundo formas e métodos distintos dependentes das condições e tarefas de cada etapa de desenvolvimento duma dada formação económico-social.

A política económica procura modificar a evolução natural da actividade económica com o fim de responder a certas finalidades ou interesses do Estado ou das classes dominantes. Pode ser definida a partir dos agentes que a executam, como o Estado no sentido restrito ou as comunidades locais no seu campo de aplicação, rural ou

urbano. Se o Estado tem de agir sobre a economia por meio duma política específica é porque a ausência de intervenção afecta as expectativas do poder político ou económico. Pode tentar melhorar o funcionamento do sistema económico ou visar a sua transformação. Num sentido lato, deve incluir a política social, ou seja, o conjunto de acções que, normalmente, compreendem a saúde, a educação, a habitação social, como fim de atingir objectivos de regulação social.

A propriedade privada sobre os meios de produção e as relações de produção que dela derivam determinam o carácter de política económica do Estado capitalista, cujo fim se estriba em proteger e ampliar a dimensão da exploração. No seu conjunto, essa política opõe-se aos interesses fundamentais das classes subordinadas, agudizando assim as contradições de classe.

Na Europa Ocidental, no decorrer do século XVI, a participação deliberada do Estado na vida económica intensificou-se com o advento do processo económico capitalista. Por vezes o Estado assumiu-se como grande empresa comercial. A evolução económica foi favorecida pela atitude decidida dos governos de promover a actividade comercial da burguesia e desenvolver a agricultura dos grandes proprietários fundiários. O Estado ao assumir o domínio crescente sobre a economia visava criar uma economia forte em colaboração com a nova classe capitalista em formação. Para tal, era necessário regulamentar a economia privada e dar ao Estado a possibilidade de absorver ele próprio os recursos económicos. Com tal objectivo, os governos tomavam ainda outras medidas que consistiam: em regulamentar o comércio; tentar superar a autarcia agrícola sobre o seu próprio território; encorajar a introdução e experimentação de novos produtos e métodos susceptíveis de aumentar o rendimento das terras. As herdades, consideradas modelo, e as sociedades agrícolas recebiam subvenções do Estado destinadas a ensinar os agricultores na aplicação dos melhores meios de cultivar os seus campos. Os melhores arados e utensílios eram muitas vezes experimentados nos domínios reais. Entre dois modelos agrícolas, a escolha era por vezes feita pelo soberano. A agricultura deixou de ser exercida somente pelos proprietários das terras e rendeiros, pois o Estado intervinha por outros motivos e não apenas pelos meios fiscais. O interesse testemunhado pelos governos pela indústria foi ainda mais esmerado. Foram subvencionadas novas indústrias com o fim de reduzir as importações e permitir obter divisas com as exportações, encorajada a construção de novos barcos e o desenvolvimento da marinha mercante. Foi intensificada a exploração das colónias no sentido de fornecer as matérias-primas necessárias à indústria e constituir mercados importadores de produtos manufacturados.

A estrutura capitalista era condicionada pelo controlo governamental da vida económica do país com vista ao fortalecimento do poder do Estado e justificar o absolutismo. Os comerciantes e industriais estavam naturalmente satisfeitos com a intervenção governamental quando assumia a forma de protecção aos seus monopólios e privilégios e desde que os governos não se intrometem-se nos seus próprios negócios. As colónias mais avançadas não tardaram a rejeitar toda ingerência da metrópole na sua indústria e no seu comércio.

O capitalismo vai-se tornando a teoria económica dominante à medida que se acentuam as mudanças de certas condições económicas e políticas, os sistemas tributário e mercantil enfraquecem, a centralização política e monetária aumenta, o comércio absorve o ouro da Europa, as cidades desenvolvem-se, e à medida que as leis contra a usura se tornam menos restritivas, as dinastias nacionais aproximam-se do poder absoluto e uma burguesia comerciante nascente exige cada vez mais fazer-se ouvir.

Para vigiar a rigorosa aplicação dos regulamentos era necessária uma quantidade numerosa de pessoal e as despesas incorridas ultrapassavam em grande parte os benefícios que, em teoria, se deveriam acumular. A crítica a este sistema foi expressa por alguns economistas (fisiocratas) que defenderam a tese de que os chefes de Estado podiam melhorar a prosperidade económica revogando as regulamentações que afectavam o comércio e a indústria, autorizando a autonomia dos mercados. Assim, em 1776, aparece a obra de Adam Smith, sob o título “Riqueza das nações” que estabelece os fundamentos teóricos duma economia baseada na livre empresa.

No século XVII, as necessidades financeiras das monarquias da Europa Ocidental foram um magnífico sector de investimento. No entanto, os elevados montantes destes créditos levaram importantes firmas à decadência quando as quantias emprestadas não eram liquidadas ou estendiam-se por prazos demasiado longos. No século XVIII, os orçamentos concentravam-se em dois sectores prioritários: o pessoal ao serviço da Coroa e a máquina de guerra. Em muitos casos, o Estado defendeu a cultura, embora se tratasse duma cultura dedicada à preparação de administradores e destinada a satisfazer as necessidades do desenvolvimento económico ou a projectar uma imagem positiva junto da opinião pública.

3.4 – FORMAS ORGANIZACIONAIS

O exercício das funções do Estado teve como consequência inevitável o estabelecimento de regras de organização que assumiram formas diferentes conforme os modos de produção e distribuição, as actividades económicas realizadas nas respectivas comunidades, as técnicas em uso, o nível das civilizações, as relações com as classes dominantes ou subordinadas. A acrescentar a estas funções de natureza económica e administrativa, outras competências tiveram de ser assumidas no âmbito social, cultural, político, militar ou religioso.

O desempenho desta multiplicidade de funções tornou-se extremamente complexo, muito instável e diferenciado no tempo e de região para região, embora se possa verificar semelhanças quando as condições sociais e políticas e os modos de produção apresentam características comuns. Através dos milénios, desde as primeiras experiências egípcias, observaram-se tendências centralizadoras, com decisões a serem adoptadas por um único núcleo de poder e tendências descentralizadoras, que visavam transferir as competências dum Estado central para domínios senhoriais ou eclesiásticos, feudos, tribos, territórios e povos subordinados, departamentos administrativos, regiões ou municípios, aos quais lhes eram confiadas certas actividades e poder de decisão respeitantes a questões importantes.

Tanto num caso como noutro, era comum a necessidade de desconcentração de competências, transferidas para funcionários administrativos a actuar no âmbito de circunscrições regionais ou locais, com o fim de controlar as culturas agrícolas, a cobrança dos tributos, rendas e outros encargos, o uso da terra, da água, do gado e de outros bens de produção, a produção artesanal ou a actividade dos mercadores e comerciantes.

Na estrutura senhorial, era frequente a administração das províncias, e até das principais cidades, ser entregue a descendentes dos soberanos ou governadores por eles designados. A organização política do regime feudal caracterizava-se pela extrema fragmentação do poder estatal, com base numa autonomia onde os detentores do domínio das terras desfrutavam na prática do poder. O soberano, vértice da pirâmide social, possuía, por vezes, um poder nominal. As próprias instituições religiosas

possuíam grandes feudos. O sistema de dependência era muito complexo. No grau superior estavam os soberanos, estes tinham os seus vassallos directos, que por sua vez tinham outros vassallos deles dependentes. Os senhores feudais de todos os níveis formavam uma classe dominante dentro dos seus domínios e tentavam ser politicamente independentes. O feudalismo é o exemplo mais característico de descentralização estatal.

A sociedade mercantil estava interessada no apoio a um poder central forte susceptível de favorecer as trocas, suprimir os impostos de barreira e as taxas provinciais e de pôr fim às desordens locais e aos danos provocados por ladrões das estradas e por nobres sem escrúpulos. Só uma autoridade central podia abrir estradas e canais, regular os cursos de água e conservar os portos, distribuir privilégios, alvarás ou monopólios, proteger o comércio contra a concorrência estrangeira. Por sua vez, o soberano encontrava na actividade dos comerciantes uma nova fonte de rendimentos, expressos em dinheiro, e os organismos administrativos e militares podiam prosperar sem ter de depender das rendas senhoriais sempre aleatórias duma nobreza arrogante.

O Estado unitário possui no seu território apenas uma única organização política, dispondo do conjunto de todas as suas competências. Caracteriza-se pela centralização das suas actividades, sendo todas as decisões tomadas na capital, que é o centro administrativo e político. A política de centralização dos Estados encontrou muitas vezes a oposição da aristocracia, mas a centralização do poder constituía um passo importante para a formação duma nacionalidade. Graças à máquina administrativa o governo central podia estender o seu domínio sobre todas as formas de actividade nacional. Em alguns países, a centralização administrativa serviu para estabelecer a supremacia do Estado sobre a Igreja. A administração centralizada dependia por vezes do exército. Com a centralização, os soberanos abandonaram o sistema de recrutamento feudal que colocava o Estado de pendente da cooperação dos seus vassallos e criaram um exército de profissionais, muitas vezes compostos de mercenários. As funções administrativas civis estavam frequentemente junto dos comandos militares na pessoa do governador do distrito. É o caso dos impérios otomano e mongol.

O aparecimento duma estrutura estatal centralizada, no sentido duma política económica dirigida essencialmente pelo soberano, afectava todo o território submetida à sua autoridade, com a concentração do poder político a apoiar-se na burguesia mercantil e nos exércitos mercenários. Este processo de transformação foi genericamente a origem das alianças entre os soberanos e as cidades. Os comerciantes apoiavam os estados centralizados, com a colaboração activa dos soberanos, pois estavam desejosos de alargarem os mercados internos, graças à criação de unidades políticas nacionais, e mercados externos, através do expansionismo económico, da colonização e da supremacia das comunicações terrestres e marítimas.

As distâncias existentes entre as metrópoles e as colónias motivavam exigências no sentido de a sua administração se dividir entre o Estado Central e as autoridades regionais. Os governos respectivos tentavam manter, em geral com muita dificuldade, uma autoridade centralizada.

No Antigo Egipto, o país foi orientado durante muito tempo por uma organização estatal centralizada, acompanhada pelo rei que estava sempre ao corrente da situação. Os faraós encontravam-se no cume dum sistema burocrático vasto, ramificado e bem organizado, que abrangia todas as áreas da vida social. Quer na esfera económica, quer na religiosa, as instituições estatais funcionavam através de delegados investidos como parte do poder real, que nas províncias era representado pelos governadores.

Na Mesopotâmia, no II milénio a.C., foi destruído o sistema de imensas explorações económicas centralizadas pertencentes ao rei e, no seu lugar, surgiram pequenas propriedades de pessoas privadas. No I milénio a. C., as províncias foram divididas e os governadores incumbidos da recolha de impostos, do recrutamento de súbditos para execução de trabalhos forçados e da chefia dos destacamentos militares das suas regiões. É um dos mais antigos exemplos de descentralização.

Na Grécia, o sistema Pólis é um caso particular de forma de organização em que se regista o condicionamento mútuo do estatuto de cidadão e o direito de propriedade da terra. O órgão supremo de governo era a assembleia do povo, constituída apenas por cidadãos de pleno direito, que dispunha do poder de decisão final de todas as questões importantes. Uma outra particularidade importante resultava da coincidência da organização política com a militar. Nos finais do século IV a.n.e., a Pólis grega encontra-se em profunda crise que conduziu à criação duma nova forma de organização política e económica, que combinava uma forma monárquica de poder estatal com a formação de cidades dispondo de territórios agrícolas dependentes que conservavam alguma autonomia administrativa interna, mas subordinadas ao rei.

Em Roma, o processo de unificação acelerou-se com o desenvolvimento das estradas destinadas a facilitar o comércio e as comunicações. Porém, a romanização não conduziu à supressão ou violação das características próprias de cada região, cuja população conservou a sua autonomia, os seus dialectos, a administração central, o seu direito, usos e costumes. Algumas regiões eram reunidas em províncias e os seus governadores dispunham de poderes extraordinários, exerciam um poder absoluto sobre pessoas e bens, exercendo também funções militares e judiciais.

Na China, em meados do I milénio a.n.e., com o crescimento dum sistema administrativo central, foram instalados magistrados e funcionários administrativos em cada uma das cerca de 1500 divisões que permitiam governar o país. A supremacia do Estado, enquanto poder regulador, conduziu a um alto grau de uniformidade em muitos domínios da vida urbana. As cidades mercantis cresciam em importância na economia, mas não na política, pois continuavam sob a tutela do governo e não tinham qualquer autonomia administrativa. Nos séculos VI e seguintes foi estabelecida uma forte burocracia centralizada baseada no autoritarismo rígido do imperador. As questões de Estado eram conduzidas por um complexo aparelho central, por ministérios e directorias. Posteriormente, no século X, uma espécie de separatismo regional implicou uma descentralização geral do poder governamental e uma situação social flutuante de que resultou o declínio da velha aristocracia. Porém, passados quatro séculos, voltou a reconstruir-se um mecanismo de governo altamente centralizado.

A civilização do Indo, uma das mais vastas e variadas, incluía extensas áreas de desenvolvimento desigual que deram lugar à formação de estados confinados a pequenas planícies perto dos rios. As comunidades agrícolas instalaram-se em territórios conquistados e estabeleceram núcleos dispersos que, com o passar do tempo, se transformaram em vilas e cidades. No século XVI, a Índia estava dividida em províncias com uma multiplicidade de cadeias de comando que, por sua vez, emanavam do imperador.

No mundo islâmico, a comunidade era acima de tudo uma entidade religiosa, embora aberta a todos os habitantes, mesmo aos não muçulmanos. Organizava-se como estados liderados por califas que detinham poderes muito significativos e que se faziam rodear de auxiliares e oficiais responsáveis pelas funções que lhes eram atribuídas. A autoridade tinha sido centralizada, mas esta foi mitigada pelas resistências mais ou menos fortes das províncias.

No século XIII criou-se um Estado Mongol unificado. Foi estabelecida ou reorganizada a administração civil e criada uma forte estrutura política e militar. Foi tentada a criação dum sistema administrativo a ligar as tradicionais instituições nómadas. Uma verdadeira assembleia de líderes mongóis, príncipes e nobres, lidavam com os assuntos mais importantes do Estado, como as questões sobre a guerra, a fixação das leis e da política. Foi estabelecida uma sólida forma organizacional, uma forte estrutura burocrática e um sistema administrativo eficaz. O imperador exercia a sua supremacia sobre todos os príncipes, independentemente da sua linhagem, sobre todos os clãs e alianças familiares. A criação duma administração multirracial, supranacional, permitiu que mongóis, muçulmanos, tibetanos, chineses e outros povos colaborassem ao serviço do Império Mongol.

No Império Otomano, século XVI, os governos dos países subordinados do norte de África adoptaram estruturas administrativas consolidadas de acordo com um padrão equilibrado que os otomanos estabeleceram evitando conflitos importantes. Os governantes mantiveram as tradições locais, não interferiram nos assuntos internos da população e tratavam meramente com os dignitários religiosos nas cidades, os xeques dos distritos e tribos e os chefes das irmandades religiosas. A educação, a justiça e a administração da propriedade religiosa mantiveram-se nas mãos da população, mas os verdadeiros poderes, político, militar, económico e financeiro, mantinham-se nas mãos dos otomanos.

Na Europa Ocidental, século XVI, a centralização não significou tanto a concentração do poder em benefício duma autoridade central, mas sim uma regra de conduta. O soberano e as diversas forças apoiantes deviam cooperar para realizar a ordem nacional e prevenir o regresso do caos feudal. No seu esforço centralizador, os soberanos tentavam guardar a direcção das funções governamentais mais importantes, nomeadamente o poder militar. No século seguinte, o desenvolvimento da exploração colonial activou a ascensão do absolutismo como forma de organização do Estado. O intervencionismo do Estado regulamentava todos os aspectos da actividade económica; a centralização das tomadas de decisão política passou a estar concentrada nas mãos duma só pessoa ou dum pequeno grupo. A política visando retirar a jurisdição à Igreja, às autoridades locais e aos organismos privados e a colocá-los sob o controlo do governo central, foi uma política aplicada pela maior parte dos países europeus. Os grandes perdedores pertenciam à nobreza e ao clero, antes privilegiados, e os ganhadores eram a burguesia urbana, ou seja, a nova classe dominante.

Na África Ocidental, século XVI, os estados dividiam-se em províncias conquistadas e reinos tributários. As províncias eram administradas por governadores investidos pelos monarcas. Em algumas regiões, factores de ordem geográfica, determinaram uma acentuada descentralização, formando-se assim uma espécie de federação constituída por diferentes grupos étnicos que gozavam duma verdadeira autonomia. Algumas cidades eram praticamente autónomas. Com excepção do Benim, onde vigorou uma diferente estrutura política com uma monarquia de tipo absolutista, nos restantes territórios o poder era dividido, em maior ou menor escala, entre o soberano e os líderes das diferentes comunidades. Na África Subsariana, em algumas sociedades a organização social e política baseava-se numa estrutura, piramidal e estratificada, controlada pelo Estado. O poder residia no topo da pirâmide onde os chefes, pela força e pelo prestígio da família de que descendiam, tinham o privilégio de governar os outros estratos da sociedade.

Os pequenos estados do México Central tinham um chefe, um conselheiro militar e chefes de circunscrição, normalmente oriundos da classe guerreira. Estes chefes desempenhavam fundamentalmente cargos administrativos, cobrança de

impostos e mobilização de efectivos para a guerra. O distrito era uma unidade detentora da terra nas áreas rurais, uma unidade de cobrança de impostos, onde os homens eram mobilizados para fornecerem trabalho ou géneros, uma espécie de unidade cerimonial e uma unidade de serviço militar. À frente dos distritos estava um chefe hereditário. Na região Andina, I milénio a.n.e., o aumento de forma significativa de produção agrícola promoveu crescimentos populacionais maciços e a hierarquização da sociedade, dando lugar a formas estatais de organização política. Os avanços tecnológicos conduziram a uma evolução de estados do tipo de uniões políticas supra-regionais

3.5– ESTADOS E NAÇÕES

Consideram-se estados, as sociedades organizadas com coerção institucionalizada, ou seja, dotadas duma força que emana da soberania do Estado e que é capaz de impor o respeito às normas legais, usos e costumes. Caracteriza-se por deter um território claramente delimitado, uma população básica estável e um governo. Poderá ainda dispor dum exército permanente, dum corpo jurídico e diplomático. O estado surge como um desenrolar natural da cooperação entre as populações para providenciar a satisfação de interesses comuns, necessidade de proteger a comunidade. A transição para um estado deveu-se também a vários factores de natureza económica: a fertilidade agrícola da terra, a produtividade que permitia a produção de excedentes, a intensificação do aproveitamento dos recursos naturais, florestas, minérios de ferro, a utilização de sistemas de transportes como vias comerciais, a recolha de tributos ou impostos, a acumulação de riqueza, a expansão do comércio.

A nação é um conjunto estável de grupos humanos unidos por comunidades de língua, ligados por uma vida económica comum, pela unidade do território que ocupam, por algumas particularidades da psicologia social assente nos traços específicos da cultura do povo correspondente, que a distinguem da cultura dos demais povos. As nações nascem como resultado da união, da mistura e da fusão, de diferentes etnias ou tribos, baseadas no parentesco genuíno ou assumido. Em diversas regiões verificou-se uma fusão de povos e culturas locais ou territoriais assente no controlo duma área determinada. Foi essencialmente como resultado destas fusões que as nacionalidades se foram formando, criando condições favoráveis ao aparecimento de sínteses culturais que, em muitos casos, transcenderam antagonismos passados. A nação desempenhou um importante papel na remoção do fraccionamento político. A formação de nações ajudou a ultrapassar o poder dos feudos, das tribos, das cidades-estado, das regiões, províncias ou outras divisões administrativas. A nação desempenhou um papel relevante no domínio económico. O progresso da indústria, do comércio e das relações sociais amorteceram as diferenças e as influências difíceis de abalar.

Por vezes, um povo era, ou pretendia ser, puro do ponto de vista étnico e assim constituir-se facilmente como um estado coerente. As origens históricas ou as tradições culturais comuns exerciam uma tão forte influência que povos diferentes se sentiam unidos e seguiam um mesmo destino. O processo de formação de estados nacionais, isto é, de estados centrados sobre grupos linguísticos mais ou menos unificados, sobre uma população semelhante do ponto de vista cultural ou sobre povos que, embora diferentes, desfrutavam duma situação geográfica e interesses idênticos relacionados com o comércio e a defesa, intensificou-se com o desenvolvimento do sistema capitalista.

A realidade histórica revela que nem sempre existe coincidência entre estados e nações. Um estado pode albergar várias nações no seu espaço territorial ou uma nação pode dispersar-se por vários estados. Por razões étnicas, raciais, religiosas ou culturais

surgem nações sem território, com povos espalhados por um ou mais estados, mas que mantêm um sentimento histórico de legitimação.

O Egito consistia numa faixa de território habitada e extremamente estreita ao longo do Nilo, sem fronteiras naturais, sendo o rio, a correr em todo o comprimento, o elemento de unificação sob um único poder. No IV milénio a.n.e., operaram-se grandes mudanças que tiveram uma importância considerável: o estabelecimento duma sociedade hierárquica, a consolidação do Estado, a adopção duma cultura única, a urbanização. Surgiu assim um único poder reinante.

Na Mesopotâmia, as condições naturais criaram as fronteiras naturais dos primeiros estados e determinaram a sua existência longamente independente. Algumas cidades-estado reuniram-se sob as mesmas regras e estabeleceram estados territoriais que chegaram a ocupar uma determinada região étnica e cultural.

Na Grécia, I milénio a.n.e., assinala-se a tendência para a inclusão das cidades em estruturas mais abrangentes que os limites da comunidade cidadina e o estabelecimento duma aliança entre várias cidades, tipo federal. Os gregos começaram gradualmente a sentir-se um único povo, diferente dos outros povos. No século III a.n.e., adoptaram uma nova forma de organização política, uma forma monárquica de poder estatal dispendo dum exército permanente e duma administração centralizada, passando a depender do rei a área das terras atribuídas à Pólis e a concessão de privilégios económicos e políticos. As actividades dos órgãos de auto-administração eram controladas por funcionários do rei. O poder real adquiriu o necessário suporte para dominar a administração e o exército.

Na Índia, meados do I milénio a.n.e., a transição das sociedades tribais para reinos e outros sistemas de Estado foi o resultado de muitas alterações, trazendo consigo problemas relacionados com a centralização do poder, o aumento da riqueza e dos recursos através dum sistema de tributos, o uso da coacção no controlo dos súbditos, a ambição dos governantes de alcançar um controlo político mais vasto, bem como a noção de coincidência de estados e de fronteiras territoriais.

Na Europa, no século VII, os povos do norte e ocidente estavam ainda no seu estado formativo, a emergir das migrações entretanto ocorridas. Esta evolução só se estabilizou passados cerca de três séculos, com a formação de nações herdeiras das estruturas feudais, no seio das quais se faz sentir cada vez mais o peso da classe burguesa associada ao poder local e dividida em burguesia mercantil e burguesia de Estado.

Na África Ocidental, existiam sociedades em que as condições geoeconómicas favoráveis permitiram acumular reservas e manter categorias sociais especializadas em certas tarefas. Constituíram-se assim sociedades estatais graças a uma dialéctica de progresso interno e também de intervenção de minorias vindas do exterior. Estas sociedades estatais apresentavam estratos sociais de condições variadas. Com o estímulo do tráfego transariano, estas sociedades transformaram-se em fortes estados centralizados.

Na África ao Sul do Sara, surgem reinos cuja extensão é mal definida. Porém, o espaço geográfico e político era conhecido com bastante precisão pela presença duma montanha, dum rio, dum lago ou duma floresta. A base não era puramente tribal, pois os povos eram identificados pelo grupo étnico que constitua o seu núcleo central. A partir do I milénio d.C. as populações organizavam-se em estados, alguns dos quais chegavam a abarcar vastos territórios. As correntes migratórias e a consequente distribuição das populações conduziram à fundação e expansão de diversos reinos.

Na África Central, nos séculos XIV e seguintes estabeleceram-se vários reinos, entre eles, o do Congo. Várias etnias foram aglutinadas na região do Zimbabué. O primeiro estado teria sido estabelecido antes de 1450, começando a grande expansão do sistema político na África Central, formado pelo império Lunda, cuja cultura sobreviveu à colonização. No século XVI, alguns estados, numerosos e pequenos começaram a ser formados através da união de vários clãs vizinhos de língua banto. Estes estados eram governados por um “ntemi” assistido por um grupo de anciãos.

Na Meso-América, I milénio a.n.e., surgiram verdadeiros estados em muitas regiões. Os maiores e mais centralizados encontravam-se nas terras altas semiáridas onde as economias urbanas se situavam e o controlo da água estava presente. Ao lado da organização baseada no parentesco e na linhagem, existiam instituições políticas que davam aos chefes maias uma riqueza, prestígio e poder muito maiores que os da maioria dos chefes de tribo. Na planície existia uma hierarquia única em que os chefes desempenhavam simultaneamente o papel de sacerdotes e governantes.

3.6 – IMPERIALISMO E EXPANSIONISMO

A noção de império refere-se às etapas históricas em que um estado se assume como potência dotada de poder económico e militar para poder exercer um domínio político, económico e cultural sobre outros estados. O império pode abarcar várias nações ou influir sobre a sua soberania como forma de explorar os seus habitantes e as potencialidades económicas dos respectivos territórios.

Tal como as comunidades e os interesses se expandem, também a autoridade estatal tem tendência a estender-se podendo ultrapassar os seus limites e espalhar-se por outras direcções. Este processo de expansão, que resulta na formação de impérios, pode ser pacífico ou não, mas obriga a estabelecer uma nova ordem para enfrentar uma nova configuração. Dos estados ao império vai um passo na direcção da união dum maior número de comunidades num complexo político. No processo de construção de impérios, vários estados podem-se juntar ou perder a sua identidade para constituir um grande poder que possui uma autoridade superior. A raiz do expansionismo e da fundação dos impérios reside no objectivo de ampliar a riqueza, a recolha de tributos e de mão-de-obra e no objectivo de ganhar o controlo sobre as rotas comerciais e as fontes de matérias-primas. Os impérios exerceram um considerável poder económico como resultado da utilização prática dos avanços tecnológicos nas áreas militares e dos transportes.

O imperialismo abarca toda a relação de dominação instituída por um estado sobre outros povos ou nações. O imperialismo pode assumir diversas formas; o país dominado pode ter o estatuto de protectorado ou colónia ou a dominação não ser territorial mas apenas económica, cultural e política. Os impérios caracterizam-se por terem uma duração de vida mais curta que as nações.

A partir da idade do ferro assistiu-se à formação de impérios, dominando extensos territórios étnica e culturalmente diversos, alguns dos quais dominados por dinastias de origem tribal. A língua do estado dominante tornou-se muitas vezes a língua oficial do império. A formação de impérios, bem como os problemas sociais neles surgidos, estimularam o aparecimento de religiões monoteístas de amplitude universal, que se apresentavam como veículo para a salvação de toda a gente.

O Império Romano surgiu no primeiro milénio a.n.e. Constituiu-se então uma nova forma política que permitiu a elaboração dum sistema de relações estáveis entre

Roma e as suas províncias. O sistema imperial caracterizou-se por uma actuação tanto no domínio económico (passagem a uma utilização mais vasta do trabalho dos colonos em vez do trabalho dos escravos) como no domínio espiritual (aparecimento e difusão do cristianismo). O império incluía praticamente todo o Mediterrâneo e as suas fronteiras na Europa Ocidental iam até ao Reno e ao Danúbio. Todas as regiões fora de Itália eram consideradas províncias, eram dirigidas por governadores e nelas estavam estacionadas guarnições de soldados romanos. Os diversos países e povos submetidos por Roma encontravam-se nos mais diferentes níveis de desenvolvimento sócio-económico e cultural; havia regiões onde ainda existiam relações de tipo tribal. No século I a.n.e., já os romanos tinham submetido a Ásia Ocidental e o Egipto.

Ao Império Romano sucedeu o Império Bizantino (ou Romano do Oriente) até à sua queda em 1453 frente aos turcos otomanos. A sua capital Constantinopla era uma cidade estrategicamente muito bem localizada, mais próxima das rotas comerciais que asseguravam o acesso dos comerciantes europeus em direcção à Índia e à China. Após a dominação turca a rota entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Negro foi dificultada aos navios cristãos, o que impulsionou a procura de outra rota através do Oceano Atlântico, contornando a África. Portugal beneficiou da sua posição geográfica para dominar esta nova rota marítima, o que causou o declínio das repúblicas de Veneza e Génova.

O Império Otomano nunca tentou criar uma sociedade homogeneizada, quer através da integração de grupos étnicos que viviam sob o seu domínio, quer através duma cultura global. A sua expansão deu-se duma forma muito rápida, tendo atingido nos finais do século XIV, o estatuto duma das maiores potências imperiais do mundo conhecido. Na sequência da conquista de Constantinopla, o soberano otomano sentiu-se como um legítimo sucessor da tradição imperial romana. O Império adquiriu a posição de principal potência islâmica do mundo. O sucesso dos Otomanos foi, acima de tudo, o domínio da tecnologia da guerra, incluindo novo armamento e construção naval. A sua posição geográfica deu-lhe a possibilidade de controlar as rotas comerciais entre os territórios a oriente (Irão e Índia) e a ocidente (os estados europeus), assegurando uma abundância tanto em termos financeiros, como materiais. O governo subscrevia o princípio da livre circulação de pessoas, mercadorias e ideias. Em meados do século XVI, o estado otomano assumiu-se como superpotência reclamando o direito ao governo universal. No Oceano Índico, os otomanos tiveram de se preparar para combater as frotas portuguesas que procuravam estender o seu domínio ao Golfo Pérsico e ao Mar Vermelho. Na Europa, tiveram de enfrentar a preponderância dos europeus nos domínios comercial, tecnológico e financeiro. Os otomanos tornaram-se então incapazes de competir com os produtos de fabrico europeus, que começaram a granjear a reputação de serem de alta qualidade e de fabrico menos dispendioso. A invasão da prata barata e das moedas europeias arruinou o sistema monetário otomano. A Europa começou a inundar os seus mercados, desenvolvendo-se um processo que viria a atingir o seu ponto mais alto na segunda metade do século XVIII, altura em que o Império Otomano manteve o seu lugar enquanto poder económico periférico, mas já subordinado à economia capitalista mundial.

O mundo islâmico, desde o século VII que estava sempre a expandir-se, tornando-se uma das civilizações mais dilatadas, poderosas e influentes. Os três impérios, Otomano, Persa e Mongol, rodeados por Estados menores formavam o mundo islâmico, que se estendeu desde Marrocos, no Ocidente, até às Ilhas Molucas, na Ásia Oriental e ao Sudeste da África. A islamização foi conseguida, nalguns casos, em consequência de guerras e conquistas, noutros, foi divulgada através dos mercadores. A necessidade de ordem e segurança requerida pelo comércio levou à criação gradual de sultanatos para proteger e apoiar o comércio. O declínio do Islão começou a verificar-se

no século XVII e prolongou-se pelo século seguinte em consequência de numerosas derrotas. Contudo este declínio dos impérios muçulmanos não teve um impacto concomitante na fisionomia cultural e demográfica no seu todo.

O Império Mongol foi no seu tempo, séculos XIII e XIV, o mais vasto e o mais unificado do mundo. Nenhuma realização política foi conseguida por outros povos como organização tribal. Reuniu grandes estados hindus e muçulmanos sob uma autoridade unificada. Este império conseguiu uma grande unidade durante cerca de dois séculos, graças a uma política militar eficaz e uma hábil administração. Foi caracterizada por uma tolerância religiosa excepcional. Com a expansão mongol, intensificaram-se as relações com as sociedades sedentárias, o comércio e os ofícios foram impulsionados, uma série de invenções foram transmitidas para o ocidente. A deslocação de grandes camadas de populações de diferentes civilizações tornou inevitável uma intensa interpenetração cultural. Atraídos para as cidades e centros culturais, os mongóis assimilaram outras civilizações, adoptaram a sua herança cultural e o seu pensamento. Assim o processo de sedentarização e desenvolvimento urbano acabou por ser retomado depois da sua interrupção. Com o Império Mongol, registou-se uma vasta destruição e massacres nas regiões conquistadas. Porém, os cavaleiros mongóis, antes invencíveis e dispondo duma eficaz cavalaria ligeira, deixaram-se ultrapassar como combatentes e desprotegeram-se contra armas de fogo mais refinadas.

Nos séculos. XV e XVI, a Europa Ocidental tomou a dianteira, em numerosos domínios. Um dos acontecimentos relevantes durante o período iniciado no século XV foi a expansão europeia a novos continentes, alguns totalmente desconhecidos até então. Trata-se duma expansão a nível mundial que não se pode considerar um império embora compartilhe algumas das suas características. Revela-se como entidade essencialmente económica, sem ser juridicamente política. Os portugueses foram a vanguarda desta expansão movidos pela ânsia de descobrir uma rota para o Oriente exterior ao Mediterrâneo. As suas expedições permitiram-lhes estabelecer entrepostos comerciais ao longo da faixa costeira da África Ocidental e do sul da Ásia e assumir o controlo da navegação do mar da Arábia, onde tiveram de enfrentar a competição dos otomanos. A descoberta do Brasil revelou a possibilidade de promover a expansão para o interior do território dum novo continente. Os espanhóis seguiram-se na corrida às novas descobertas o que os levou a alcançar a América em 1492. Estas viagens foram acompanhadas de numerosos mercadores que se instalaram em muitos portos e áreas costeiras na África e na Ásia. No caso africano, os acidentes geográficos, as dificuldades de aclimação e as doenças endémicas, tornavam o continente de difícil penetração, especialmente na frente atlântica. Na Ásia a resistência à presença europeia era principalmente humana e cultural. Os navegadores e mercadores comerciavam sem grandes impedimentos entre os portos principais da Índia e da Indonésia, mas a sua influência não se prolongava para além dos postos comerciais que lhes serviam de base. Com esta viragem, a Europa passou a viver segundo uma estrutura económica global que influenciou o desenvolvimento económico ocorrido durante o século XVI. À Europa começou a chegar o ouro e a prata em grandes quantidades e muitos bens agrícolas. A economia mundial começou a girar à volta dum ponto que tinha a Europa como eixo. Numerosas espécies agrícolas foram conduzidas de uns continentes para outros, atingindo-se uma maior homogeneidade de culturas economicamente úteis. A expansão agrária foi estimulada por diversos factores, sendo o mais importante o crescimento da população, seguido pelo aumento dos preços que afectou principalmente os produtos agrícolas e pelo início da prática de novas culturas provenientes das colónias. Os europeus viriam também a transferir espécies agrícolas, incluindo animais, de uns territórios para outros. Também o sector industrial, sobretudo o que processava

as matérias-primas, foi aumentando a sua produção estimulado pela procura e pela subida dos preços.

4 – ESTRUTURAS PROTO-CAPITALISTAS

4.1 – EMPRESAS E SOCIEDADES POR ACÇÕES

Uma unidade de produção de bens e serviços não comercializáveis não se pode considerar uma empresa, mas sim uma instituição que tem uma actividade produtiva não mercantil, em geral de utilidade pública, ou de uso comunitário, destinada a produzir bens ou serviços em benefício dos seus próprios membros.

A existência duma produção agrícola ou artesanal independente, de actos isolados de comércio ou de empréstimo de dinheiro, não basta para constituir uma empresa no sentido capitalista. Estas actividades não se reflectem na necessidade de constituição de unidades económicas amplas e organizadas que tenham de reunir no seu seio o conjunto dos diversos factores de produção. É a expansão da exploração agrícola, com a formação de latifúndios, o desenvolvimento da indústria, com a introdução da máquina, dos transportes, sobretudo marítimos, a expansão do comércio, em especial o externo, a concentração e circulação de capitais, que obrigam à criação duma entidade denominada empresa, dotada de novas características.

As primeiras empresas capitalistas, na sua organização e gestão, não diferiam substancialmente das unidades económicas já existentes nas sociedades mercantis. Formaram-se como empresas individuais ou como sociedades, constituídas por capitais geralmente provenientes do círculo familiar e que, posteriormente, se tornaram mais flexíveis e abertas, admitindo capitais e sócios de quaisquer procedências.

Pode-se definir empresa capitalista como uma unidade económica autónoma organizada para aliar um conjunto de factores com vista à produção ou distribuição de bens ou serviços destinados ao mercado, ou seja, comercializáveis. Na medida em que um dos objectivos da empresa é produzir e distribuir mercadorias, estabelece-se uma relação entre a empresa e o mercado que se reflecte na quantidade e qualidade dos produtos, na estratégia de fixação de preços de venda, na oferta e procura a curto e a longo prazo. A instabilidade no decorrer da interacção entre estes factores dá origem a desequilíbrios susceptíveis de provocar crises mais ou menos graves. As empresas distinguem-se então pela sua maior ou menor capacidade de agir.

Na empresa estabelecem-se relações de propriedade que permitem concentrar numa só entidade todos os meios de produção e distribuição, relações de autoridade sobre os trabalhadores que não têm outra alternativa senão vender a sua força de trabalho e relações de repartição de rendimentos gerados pelo processo produtivo entre os trabalhadores, os proprietários e o Estado. A empresa pode exercer uma actividade pública com a finalidade de proporcionar bens sociais básicos ou exercer uma actividade privada tendo como objectivo a criação prioritária de lucros. No primeiro caso, a sua propriedade é de órgãos estatais, seja a nível nacional, regional ou municipal; no segundo caso, pertencem a um ou mais empresários. A empresa privada pode limitar-se a aplicar os lucros obtidos no alargamento da sua actividade, na melhoria da qualidade de funcionamento, ou seja, aumento de eficiência e inovação, ou distribuí-los, total ou parcialmente, pelos seus associados.

Entre as empresas industriais há que distinguir a indústria tradicional, que conserva a sua estrutura corporativa, da indústria afectada pela corrente capitalista, voltada para a conquista de mercados mediante uma produção em massa. Em qualquer dos casos, a empresa constitui sempre uma estrutura de organização que reúne e combina, com vista à produção, um certo número de factores, designadamente o trabalhos e os meios de produção. A produção ampliada exige a coordenação de todos os factores do processo económico com o objectivo de satisfazer as necessidades humanas dos diferentes grupos e obter uma mais-valia e acumulação de capital.

Um dos problemas básicos da empresa capitalista assenta na formação do mercado de trabalho que pressupõe uma mudança radical nas relações de trabalho. Isto implica a expropriação alargada dos produtores individuais, o adestramento dos potenciais operários na disciplina de trabalho, papel este que foi assumido pelas leis e pelo aparelho repressivo. Na empresa capitalista distinguem-se: os empresários, detentores do capital; os directores e técnicos, ocupados com a organização e gestão; os assalariados, fornecedores da sua força de trabalho.

A empresa pode adquirir um grau de especialização semelhante ao que tem acontecido com a generalidade das actividades económicas, por ramos a agrupar as que produzem as mesmas mercadorias ou por categorias económicos que se incorporam nos sectores: primário, correspondente à agricultura; secundário, correspondente à indústria; sector terciário, correspondente ao comércio e serviços.

A empresa pode ser categorizada pelo seu tamanho de acordo com o critério utilizado: número de trabalhadores, volume de negócios, posição no mercado, localização dos seus clientes, campo de acção territorial, etc. As pequenas empresas requerem uma despesa inicial insignificante na medida em que o capital fixo não desempenha ainda um papel muito importante. Uma mesma empresa pode ser constituída por várias unidades simples situadas em locais diferentes, isto é, dispor de diversos estabelecimentos. Nas grandes empresas levantam-se problemas específicos de gestão e de organização, de concepção, de comando e de execução. As decisões importantes tendem a ser tomadas por um colectivo de pessoas e não apenas por um indivíduo isolado, pois a especialização torna-se indispensável e ninguém possui os elementos necessários e suficientes para decidir.

Algumas empresas de maior dimensão revelaram tendência para se constituírem sob a forma de sociedades anónimas, obtendo o direito de emitir acções, ampliando deste modo consideravelmente o seu capital. Deram início a novas formas de actuação no mercado, formando consórcios ou participando de cartéis. O seu objectivo fundamental era maximizar os seus benefícios, planificar as suas actividades e estudar a melhor forma de seleccionar os seus investimentos e obter maiores lucros. As sociedades anónimas ajudaram a mobilizar capital a uma escala e maleabilidade até então desconhecida.

No século XV constituíram-se as primeiras sociedades por acções como instrumento eficaz de expansão comercial e marítima. Ao contrário das sociedades comerciais antecedentes, qualquer indivíduo fosse ou não comerciante, podia investir na sociedade através da subscrição de acções nominativas. As acções eram transformadas em capital permanente, podendo ser negociadas pelos seus subscritores iniciais. Não era, porém, permitido o levantamento dos fundos investidos. Este tipo de organização comercial possibilitava a drenagem da poupança e dotava as sociedades de poderosos recursos em capitais, superiores aos das anteriores sociedades comerciais. A responsabilidade dos participantes era limitada e era admitida a transferência das “partes” ou acções. A sociedade podia continuar, sem ter de se renovar quando desapareciam quaisquer dos sócios. Foi instaurado o princípio de gestão comum

confiada aos dirigentes e a possibilidade duma planificação futura, requisitos indispensáveis a uma grande empresa. Nestas sociedades participavam membros da alta nobreza e da burguesia.

Na Europa Ocidental, no século XVII já proliferavam sociedades por acções, formadas pelo ingresso de pessoas não intervenientes nos negócios mas participantes nos resultados, estabelecidas para expedições temporárias para uma viagem ou para um empreendimento colonial. A actuação das sociedades por acções, de estrutura nitidamente capitalista, manifestou-se nas indústrias de extracção mineira e nas metalúrgicas, que representavam a maior concentração de mão-de-obra e o mais amplo investimento de capitais conhecidos até à revolução industrial. A partir de finais do século, o sistema de reunião de capitais por subscrição de acções foi usado nas empresas particulares, como a banca, industria transformadora e, em geral, nos empreendimentos que exigiam avultados investimentos. Estas sociedades alargaram consideravelmente a escala da produção e facilitaram a formação de grandes empresas que não podiam ser constituídas com base no capital individual. Muitas associações de comerciantes foram ultrapassadas por companhias por acções, algumas caracterizadas pelo seu particular empenhamento no comércio colonial.

4.2 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A existência de instituições financeiras decorre do facto de um certo número de agentes disporem de poupanças líquidas e de outros, pelo contrário, terem necessidade de financiamento. Na prática, desempenham assim um papel de intermediários, que permite aos aforradores empregar as suas poupanças e aos que procuram capitais dispor de fundos nas condições que lhes convenham.

O seu objectivo fundamental consiste em intervir no mercado de capitais e conceder créditos para apoiar financeiramente a produção, a construção ou a aquisição de bens a médio e longo prazo. Estas sociedades ocupam-se também da promoção e criação de empresas mercantis, subscrição e colocação de obrigações públicas ou de empresas privadas, captação de fundos e diversas operações de natureza financeira.

O período decorrido entre o século XIII e a primeira metade do século XIV foi um período de plena expansão para as empresas financeiras. As famílias comerciantes tornavam-se cada vez mais poderosas e ousadas, empreendiam transacções comerciais mais custosas que exigiam grandes capitais, acabando por criar sociedades em que vários proprietários, reunindo em comum os seus recursos, repartiam entre si os lucros e os prejuízos. A movimentação de grandes capitais significava a criação de importantes empresas que exigiam uma organização mais eficaz. Na área financeira, novos métodos mais racionais de transferências de fundos e de obtenção de créditos permitiam a estas empresas estender as suas ramificações a regiões longínquas, a procurar monopolizar os mercados, assegurar melhores meios de transporte, obtendo assim fabulosos lucros aos associados. Em algumas cidades, como Florença, a actividade bancária e o empréstimo de dinheiro chegava a superar o comércio em importância.

Alem dos prestamistas “usurários”, existiam os cambistas e os mercadores-banqueiros. Os primeiros praticavam o câmbio imediato, e os segundos realizavam uma técnica cambial que coincidia com a realização de operações mercantis e operações bancárias. Os cambistas têm origem naqueles profissionais que realizavam o câmbio da moeda e a compra de lingotes de metais preciosos para o abastecimento das casas de moeda. Alguns recebiam também depósitos. As funções bancárias começaram a ser

exercidas por estes negociantes, a quem se chamou impropriamente banqueiros. Intervinham na especulação financeira e concediam empréstimos particulares ao Estado, mas a sua actividade principal era constituída pelos negócios mercantis.

No conjunto das instituições financeiras, mereciam a qualificação de bancos as empresas cuja actividade habitual consistia em receber fundos públicos ou privados, aplicáveis por sua própria conta em operações de desconto, de crédito, de investimento ou financeiras. As suas funções comportavam ainda a criação de moeda escritural, a realização de operações cambiais, a prestação de serviços ao Estado e a empresas privadas.

Ao banco central era atribuída a missão essencial de assegurar a estabilidade monetária e a de velar pela sua compatibilidade com o crescimento económico. Os bancos emissores não recebiam fundos do público, nem mesmo dos bancos em geral, e estavam investidos nas funções de emissão da moeda e de regulação, directa ou indirecta, da quantidade e do custo do crédito num quadro nacional. Porém, o seu âmbito de acção e regras de funcionamento variavam sensivelmente.

A banca privada, incapaz de suprir as necessidades de crédito enormemente aumentadas, suscitou o desenvolvimento da banca pública, primeiro sob a forma municipal e depois sob forma estatal. Os bancos municipais eram controlados pela cidade através de funcionários seus, eram caixas públicas de depósitos e transferências e acudiam às necessidades financeiras dos municípios. A banca estatal veio também a assumir o controlo da circulação monetária, convertendo-se em banca central, retirando as espécies desvalorizadas e desempenhando a função de fornecedor de metais às casas de moeda.

Na Europa, as actividades bancárias alargaram-se consideravelmente e, nos séculos XIV e XV, já se encontravam bancos de câmbios nos principais centros de Itália, de Espanha, Holanda e Alemanha. No sentido estrito do termo, não existiam bancos durante o século XVI senão em Espanha e em algumas cidades italianas. Na Inglaterra estava interdita aos estabelecimentos privados cambiar moedas estrangeiras. No século XVI, os grandes negociantes da época dedicavam-se também a realizar operações financeiras, nas quais os seus clientes eram principalmente as tesourarias dos diversos Estados. Os prestamistas italianos tinham aprendido, superando os escrúpulos religiosos, a criar para si rendimentos substanciais com a troca de moedas. Muitos deles encarregavam-se de reunir os rendimentos do papado que chegavam de toda a Europa. Trabalhando com alguns mercadores italianos que iam às feiras do norte da Europa, estes prestamistas aspiram pouco a pouco a praticar os costumes e a criar as instituições donde viriam a emanar o sistema bancário moderno. Nos séculos XVII e XVIII, os bancos privados desempenhavam um papel indispensável nas operações de depósito, transferência e desconto, e passaram a dominar o sistema de crédito internacional, através duma série de centros especializados. Os bancos estatais, então criados, revelaram-se um instrumento muito versátil graças à sua multiplicidade de funções: tesoureiro público, agente de emissão e desconto de contas, prestador de serviços bancários a outros bancos. O primeiro Banco de Estado (o Banco de Inglaterra, constituído em 1694) resultou da necessidade de se resolver a questão da dívida pública.

Na China, no século XVI, alguns homens de negócios eram especializados no mercado financeiro, tinham representantes em todo o país, forneciam serviços bancários e colectavam dinheiro e cereais em nome do governo.

No Japão, a natureza da moeda utilizada diferia de local para local, funcionando numas áreas moedas de ouro e noutras áreas lingotes de prata, desenvolvendo-se uma cotação de mercado diferente da oficial. A dificuldade em enviar o dinheiro e o risco

associado ao seu transporte deu lugar ao “negócio de câmbio” e de transferência através duma União de Cambistas. Entre eles encontrava-se a “companhia” Mitsui, que se tornou um dos maiores consórcios industriais do Japão. Muitos dos principais bancos urbanos actuais têm a sua origem nesta actividade. Mesmo nas aldeias agrícolas estabeleceram-se organizações mutualistas de agricultores que desempenhavam funções financeiras de forma satisfatória.

4.3 – BOLSAS

Começou a chamar-se bolsa a todo o lugar onde se reuniam comerciantes e homens de negócios para efectuarem as suas transacções. Nas bolsas de mercadorias, denominadas também bolsas de comércio, começaram a fixar-se preços e a negociar-se matérias-primas e produtos de base, em geral, objecto de transacções internacionais, como por exemplo: café, cacau, açúcar, algodão, cereais, metais não ferrosos, etc. Trata-se de estabelecimentos públicos onde se reúnem comerciantes, agentes de comércio e corretores para concertarem ou cumprirem operações de comércio sobre bens e serviços. Determinavam cotações de troca de mercadorias, dos transportes por terra e mar, dos fretes, dos seguros, etc. O comércio em larga escala de mercadorias fungíveis assumiu um carácter especulativo. A diferenciação entre feiras e bolsas surge conforme a especulação financeira se foi impondo desvinculando-se da contratação sobre as mercadorias.

A bolsa de valores torna-se um mercado público organizado e especializado onde se fixam preços, pela confrontação da oferta e da procura, e onde são efectuadas as operações de compra e venda de valores mobiliários lançados pelos seus emissores ou propostos pelos seus detentores. A primeira bolsa de valores foi inaugurada em Antuérpia no ano de 1531. Aí se ajustaram numerosos empréstimos e operações financeiras, negócios puramente especulativos; nasceram as primeiras manifestações do mercado de prémios de seguros marítimos e de vida; tiveram origem os jogos de azar como a moderna lotaria. O desenvolvimento de companhias por acções originou o mercado de fundos e valores. Foram cotadas as primeiras acções, em 1610, da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Quando a Companhia das Índias Ocidentais lançou uma grande emissão para pressionar o mercado, desenfreada a especulação e nasceu o jogo de alta e da baixa, característica da moderna técnica bolsista.

Além das acções, cotavam-se na Bolsa obrigações do Estado, provinciais ou municipais. O recurso contínuo ao crédito por parte dos Estados, facilitou a aplicação de capitais à possibilidade de especulação, plenamente autorizada, que originou a criação de bolsas mundiais de crédito público.

Na Europa, durante o séc. XVI, foi instituída a primeira bolsa de capitais no porto de Antuérpia. Em Amesterdam, existia no século XVII uma bolsa geral de mercadorias, câmbios e valores e uma especial para os cereais, onde se fixavam os preços desta mercadoria vital. A grandeza económica e política da Inglaterra baseou-se precisamente na especulação bolsista, que expandiu o mercado de capitais.

4.4 – MONOPÓLIOS

O monopólio era, na estrutura mercantil, um regime de fabrico, compra e venda de produtos ou prestação de serviços, caracterizado pela falta ou grande limitação de concorrência, resultante de circunstâncias naturais por existirem poucos produtores ou

comerciantes a oferecer mercadorias que têm uma grande procura por parte dos compradores. Este fenómeno pode ser devido a características particulares do mercado, resultar da localização dum estabelecimento ou oficina ou de características técnicas de certas actividades com rendimento crescente. Uma indústria baseada na exploração dum recurso natural, que se encontra em poucos lugares ou o seu acesso ao mercado requerer grandes investimentos, pode dar origem à formação de monopólios.

Por definição, o monopólio é toda a restrição da oferta ou da procura, todo o obstáculo que impede ou dificulta a livre concorrência no mercado. Depois de finais do século XVII qualquer organização que beneficiasse dum privilégio económico era considerada monopólio e, como tal, contrária à livre concorrência de negócios ou interesses. No sistema capitalista, são designados por monopólios as empresas que gozam de exclusividade na produção e venda de determinados bens ou o conjunto de empresas que associadas dominam o mercado, controlando uma parte da produção e venda.

Mas, o monopólio surge, com frequência, duma forma imposta, através de decisões estatais ou devido a uma regulamentação governamental a estabelecer barreiras à entrada de comerciantes que pretendem vender matérias-primas ou outros produtos já existentes no mercado local ou regional. O poder estatal pode reservar para si, os seus familiares ou funcionários, o exclusivo do exercício de certas actividades ou pode conceder privilégios e isenções outorgadas a certas entidades privadas, determinar proibições de importação ou fixar direitos alfandegários protectores, beneficiando a produção e o comércio interno ou externo de alguns produtos. Pode daí resultar uma situação imposta por normas estatais que reservam a uma dada categoria de entidades o exercício de certas actividades.

O monopólio discriminador de preços pode também resultar do poder exercido por uma ou várias empresas que conseguem impor o preço de mercado dum bem ou serviço a um nível superior àquele que resultaria da livre concorrência. A existência do monopólio pode explicar-se pela presença de custos fixos demasiado elevados, tendo em conta a dimensão do mercado, para poderem ser amortizados, o que se torna mais difícil se existirem mais empresas no mesmo ramo de actividade. Um monopólio pode ser exercido por coligações constituídas entre empresas no sentido de repartirem tarefas entre si, coordenarem as suas decisões ou as suas políticas com o fim de excluir a concorrência. Outras causas podem gerar condições propícias para a formação de monopólios, tais como: pelo lado da procura, quando uma empresa é a única compradora dum produto fornecido por numerosas oficinas artesanais ou mercadores; a concessão a uma entidade financeira do exclusivo da emissão e colocação em circulação de papel-moeda.

Os efeitos dos monopólios, qualquer que seja a sua origem, são sempre os mesmos: obtenção de lucros extraordinários, elevação dos preços com a consequente limitação do consumo, depreciação dos artigos e das indústrias que os produzem. Em geral, afectam sempre os consumidores, produtores familiares e trabalhadores livres ou assalariados.

Na China, no século III a.n.e., foram criados monopólios governamentais para a produção de ferro que cobria as actividades desde a mineração até à distribuição de bens acabados. O monopólio era igualmente responsável pela distribuição das alfaías agrícolas produzidas nas oficinas estatais. O monopólio do sal estendia-se à extracção, transporte e distribuição. Outros monopólios foram instituídos como: álcool, cunhagem de moeda, minas e fundições de cobre, seda, produtos provenientes das montanhas, rios

e lagoas. Estes monopólios deram aso a discussões ideológicas e políticas, sendo estas medidas ora revogadas e ora de novo impostas.

Na Grécia, pouco antes de a.n.e., destacavam-se monopólios estatais especialmente nas áreas de produção e do comércio do sal, do azeite e do papiro. No Império Romano, na mesma época, a indústria tende à monopolização, englobando as minas de metais preciosos, a cunhagem de moedas e as salinas, e estendendo-se mais tarde à ourivesaria, à tecelagem e tinturaria, ao fabrico de armas. Os comerciantes das cidades de Veneza e Génova guardavam para si o monopólio do comércio de especiarias, cereais e escravos, deixando à população apenas o comércio de retalho e o comércio regional.

Na África Ocidental, em Gana, a riqueza do Estado provinha essencialmente do ouro e do comércio. O soberano exercia uma espécie de monopólio que consistia em apropriar-se de todas as pepitas de ouro descobertas. O Benim exercia um monopólio sobre as transacções comerciais com o exterior. Na África Central, o tesouro real do Congo era guarnecido pelo monopólio real da exploração das minas de conchas que serviam de moeda.

4.5 – REGIMES COLONIAIS

Denomina-se colónia o território dominado política, económica e administrativamente por um outro país ou estado. À dependência e dominação política junta-se a posse das riquezas locais e a exploração da força de trabalho. Uma situação pode ser qualificada de colonialista quando se manifesta pela presença dum estado colonizador que promove o seu modelo de desenvolvimento económico, político e cultural no seio das sociedades ou povos que domina. Caracteriza-se pela existência de laços de subordinação ou até de sujeição em relação ao colonizado.

O colonialismo surge como a expressão da vontade dum grupo social, ou mais geralmente dum Estado, de estabelecer a sua autoridade, sob as formas e os limites mais variáveis, sobre regiões exteriores separadas ou não por mar. O colonialismo constitui uma manifestação de poder que se pode intitular de expansionismo, destinado a incentivar o crescimento económico, ou ainda de imperialismo, como política que visa o total domínio económico, político, cultural, social ou religioso doutros estados.

Uma das primeiras causas da colonização foi a escassez de terra que afectava parte da população numa economia em que a base era essencialmente o cultivo do solo. O movimento de colonização serviu de alívio da pressão populacional, mas também outros fins económicos. Entre as motivações do estabelecimento de colónias podem citar-se o interesse em conseguir fontes privilegiadas de matérias-primas, principalmente dos metais, mercados preferenciais para as suas mercadorias, o alargamento dos espaços de terras férteis ou a necessidade de obter um meio de instalar excessos populacionais.

As relações com as populações locais variaram bastante, conforme a densidade populacional, o grau de organização social e política, a determinação dos colonizadores e os motivos que levaram à colonização: demográficos, agrícolas, extracção mineira ou comerciais. Novas cidades foram erigidas em regiões férteis que possibilitavam o abastecimento de cereais e outros produtos agrícolas, serviam de mercados ou centros comerciais para as mercadorias manufacturadas. Nas terras virgens dos territórios ocupados a situação revelava-se inteiramente outra, com as populações nativas a serem espoliadas e escravizadas e os colonizadores a arregimentarem colonos. Surgiram abundantes possibilidades de comércio forçado, sem regulamentação, e de pilhagem. O

objectivo principal de procura do lucro proveniente do comércio rapidamente se completou com o desejo de exploração pela força.

Um ponto nevrálgico da política a seguir na ocupação colonial era a venda ou distribuição da terra entre os colonos. Onde as concessões fundiárias eram feitas em lotes pequenos a um preço nominal, ou em fáceis concessões de crédito, a sociedade aí desenvolvida era constituída por pequenos cultivadores, onde poucos se inclinavam a trabalhar por salários. Em contraste, a venda de terra em grandes faixas tendia a criar uma sociedade económica de grandes proprietários com uma divisão de classes bem definida. Tornou-se claro para os que desejavam reproduzir nas colónias as relações capitalistas de produção, a pedra fundamental dos seus esforços devia ser a restrição da propriedade da terra a uma minoria de grandes latifundiários. Esta realidade, não só excluiu a maioria dos colonos a qualquer participação na propriedade, como levou os administradores coloniais a reduzir as reservas das tribos nativas através da simples ocupação ou imposição de tributos aos residentes afim de simultaneamente assegurar uma oferta de mão-de-obra para os colonos.

O comércio com as colónias deu origem à prosperidade e até opulência das cidades mais voltadas para o comércio marítimo, que centraram um comércio praticado não só pelos mercadores nacionais, mas também por homens de negócios com interesses económicos cosmopolitas. O desenvolvimento do comércio ultramarino originou novas associações comerciais que superaram o individualismo inicial.

No período colonial foram ocupadas amplas propriedades pela força, pelo uso de privilégios jurídicos ou pela simples pilhagem. O sistema colonial foi uma poderosa alavanca da concentração de capital. O comércio com as colónias, após a expansão marítima, permitiu uma acumulação de capital numa proporção nunca até atingida, graças à imposição de termos desiguais ao nível do comércio, aos lucros especulativos que proporcionavam as situações de guerra, as actividades de contrabando e o comércio inter-regional. Não se pode deixar de referir o comércio de escravos e a intensa exploração do seu trabalho nas grandes plantações de produtos agrícolas únicos, as actividades mineiras e industriais. As colónias asseguravam um mercado de escoamento às manufacturas em crescimento e, pelo monopólio do mercado, uma acumulação potencial. A acumulação de metais preciosos pode ser uma fonte de riqueza, mas só se torna em acumulação de capital mediante um investimento adequado. O tesouro capturado afluía aos países da Europa Ocidental e transformou-se aí em capital. Uma circunstância especial resultou do provimento rápido de metais preciosos, ocorrido no século XVI, e a consequente inflação de preços. Entre outras fontes, a acumulação de dinheiro provinha dos empréstimos a juros elevados, da especulação propiciada pelo tráfego comercial que se estabeleceu com a Ásia e a América e da especulação com os preços dos produtos em períodos de escassez.

Como se verá adiante, a administração colonial estava em certos casos nas mãos de Companhias privilegiadas e não nas de funcionários estatais. Quando a administração dependia do governo central, aí encontravam-se de forma evidente as características dum sistema centralizado, também praticado pelos organismos governamentais nos países conquistados.

Na Grécia, a partir do século VII a.n.e., muitos gregos foram obrigados a abandonar as suas regiões de origem e a instalarem-se noutros países. A fundação duma colónia assumiu com muita frequência a forma de deslocações organizadas sob a chefia de pessoas designadas pelas cidades. A estas populações foram abertas possibilidades de colonização e exploração dos territórios ocupados e, em primeiro lugar, das regiões menos desenvolvidas. Em três séculos foram criadas um grande número de colónias nas

costas do Mediterrâneo, que permitiram a propagação da cultura e da língua grega. Os povos colonizados pagavam um tributo ao rei, aceitavam guarnições militares e a vigilância de funcionários. O movimento colonizador esteve visivelmente ligado ao desenvolvimento da navegação e ao comércio marítimo. A colonização exerceu uma enorme influência no desenvolvimento da sociedade grega, em especial na esfera económica.

Durante o Império Romano foram fundadas colónias, nas terras conquistadas a fim distribuir terras aos plebeus. Estas colónias compunham-se de cidadãos romanos instalados quer em locais de antigos aglomerados quer em locais desabitados. Embora fazendo parte integrante do Império, estas colónias gozavam duma certa autonomia, tinham os seus próprios magistrados, eram dotados de poderes embora limitados nos domínios administrativo, financeiro e judicial. Esta política contribuiu para a solidez do poder romano nas terras subjugadas.

As colónias europeias constituíram um mercado em expansão para as indústrias da Europa e um recurso de metais preciosos. Enquanto eram impedidas da criação de indústrias locais, as colónias dependiam das metrópoles dos mais variados produtos manufacturados, pagos com ouro, prata, açúcar, madeiras, tabaco, etc. O sistema de trocas ficou comprometido quando as colónias começaram a produzir os seus próprios têxteis e objectos de metal, mas a troca de matérias-primas coloniais por produtos europeus e escravos africanos não foi completamente interrompida.

Na África Subsariana, os colonizadores europeus necessitavam de força de trabalho barata que não era fácil de obter, pois os africanos podiam viver sem precisar do trabalho oferecido pelos europeus. Assegurar trabalho africano para os empreendimentos europeus não era tarefa fácil. Assim tornou-se um objectivo central da política colonialista o desmoraamento da auto-suficiência, a destruição da agricultura de subsistência. Esta foi desmantelada não só através do confisco de terras e do trabalho forçado, mas também pela introdução dos impostos de capitação em dinheiro, o que obrigava os africanos a consegui-lo. Para se obter mão-de-obra, em áreas e épocas diferentes, houve o recurso a meios vários como a escravidão, a obrigação legal, a pressão por imposição do imposto individual, a ocupação das terras nativas mais férteis, o recrutamento de trabalhadores através do auxílio dos chefes tribais e das autoridades administrativas. Estas medidas tiveram como efeito a retirada compulsiva das pessoas das suas comunidades e a emergência do trabalho assalariado, objectivo indispensável à exploração das grandes plantações. O simples oferecimento de salários não conseguia atrair um número suficiente de trabalhadores.

Os governos coloniais ao expropriarem as terras das comunidades rurais africanas provocaram o seu progressivo empobrecimento devido à falta de novas culturas capazes de fornecer sustento à população assim desenraizada. Procurou-se então, por vários meios de discriminação e restrição, impedir o florescimento duma economia rural africana. A ocupação de terras teve também por objectivo empobrecer o camponês africano e obrigá-lo a trabalhar nas grandes plantações. Esta política de desmembramento da economia africana foi acompanhada do declínio e mesmo duma eliminação em grande escala das indústrias e artesanatos das aldeias, que se viram na impossibilidade de concorrer com os artigos estrangeiros importados. As corporações tradicionais de ferreiros entraram em decadência e a importação de produtos têxteis provocou o quase total desaparecimento da tecelagem doméstica.

No Continente Americano, por altura das descobertas europeias, a organização política e social da população nativa continha uma variação que ia desde pequenos grupos igualitários de caçadores-recolectores a grandes impérios, com estados intermédios. Na Meso-América e nos Andes Centrais, os conquistadores espanhóis

encontraram grandes reinos e impérios, sociedades bem diferenciadas com base nas classes sociais e na especialização económica e grandes centros urbanos que rivalizavam em dimensão e complexidade com os seus contemporâneos. Os espanhóis ao atingirem a América iniciaram a conquista do território e a sua colonização impondo o modelo de organização social vigente no seu país, bem como a sua moeda, sistema de impostos, sistema judicial, divisão de classes sociais.

Nas Américas, os colonos espanhóis e portugueses eram provavelmente os agricultores mais livres do mundo. Cada um possuía a sua porção de terra, a sua casa, arados e gado. Os colonos podiam instalar-se onde entendessem nas imensas terras virgens. Estavam apenas, mais ou menos sujeitos às indagações de funcionários mandatários da metrópole. Nas colónias, o regime capitalista tropeça, em toda a parte, com o obstáculo do produtor que, como possuidor das suas próprias condições de trabalho, se enriquece a si mesmo em vez de enriquecer o capitalista. Esta contradição entre estes dois modos de produção diametralmente opostos acciona uma situação de conflito latente. O capitalista, apoiado no poder que lhe é atribuído pela metrópole, procura afastar violentamente o processo de produção assente no trabalho próprio. A mão-de-obra não europeia compunha-se de servos e escravos.

Na América do Norte, na região da actual Flórida, os espanhóis estabeleceram, no século XVI, a primeira colónia europeia permanente. Conseguiram que os ameríndios lhes reconhecessem a hegemonia e assim obrigaram-nos ao pagamento dum tributo e à prestação de trabalho. Noutras regiões, as tribos indígenas eram, com raras excepções, nómadas e espalhadas em pequenos grupos por vastas extensões; os imigrantes europeus expulsaram-nos dos seus territórios, repeliram-nos para o interior ou massacraram-nos. As colónias inglesas então estabelecidas foram de início suportadas por indivíduos ou grupos que recebiam concessões de terra e sempre procuraram desenvolver as colónias em proveito próprio. À medida que a importância destas colónias se tornava mais efectiva como fontes de matérias-primas e como potenciais mercados de produtos manufacturados, os grandes comerciantes e os dirigentes locais começaram a exigir maiores poderes económicos e políticos. No século XVIII, o desenvolvimento económico alcançado por estas colónias foi extraordinário e aumentou consideravelmente. Este crescimento baseava-se na exploração laboral de pessoas socialmente dependentes que incluíam formas de servidão contratual e escravatura. Estas pessoas eram excluídas da partilha dos proveitos materiais por elas proporcionados. As colónias adquiriram uma forte tradição de auto-governação. Quando o império inglês parecia estável, as suas colónias americanas empreenderam a primeira revolta independentista dos tempos modernos.

Na América Central, século XVI, numa primeira fase, os interesses económicos da Espanha centravam-se nos tesouros acumulados pelas antigas civilizações índias, na procura do ouro e na sujeição dos povos nativos ao trabalho e ao pagamento dum tributo. Posteriormente, a extracção de prata tornou-se na principal indústria criando-se uma rede de estradas para ligar aos centros mineiros. Estabeleceu-se uma nova organização para benefício da metrópole e do sistema mundial dominado pelo capital mercantil. Com os colonos europeus, vieram plantas e animais que se multiplicaram em poucos anos, modificou-se o uso do solo, da propriedade, das técnicas de cultivo, do sistema de trabalho, transporte e alimentação, e a relação entre o campo e a cidade. Os nativos foram obrigados a prestar serviços pessoais e a trabalhar na exploração das minas.

Estabeleceu-se um “consulado” de mercadores que assegurou o monopólio de importações e exportações com a Espanha. Este “consulado” retirou o maior benefício da relação económica entre o país colonizado e o colonizador, os seus membros

depressa arrecadaram enormes fortunas, que se tornaram fundamentais no processo de acumulação de capital. Esta riqueza foi transferida, no século XVIII, para a metrópole por meio de taxas, empréstimos e donativos.

Na América do Sul, século XVI, sob a política de colonização espanhola, a população índia foi dividida por “comendas”, que recebiam um determinado número de habitantes, deles podendo exigir trabalho e tributo. A “comenda” podia abranger várias comunidades indígenas que deviam pagar uma taxa e prestar serviços. Era através destas “comendas” que se exercia a autoridade e se moldou o primeiro período da dominação espanhola. Os detentores de “comendas” foram os senhores absolutos durante o período em que se fundaram as primeiras cidades. Apoiavam a autoridade metropolitana, organizavam o povoamento das cidades e exerciam outras funções. As “comendas” foram substituídas por plantações chamadas “fazendas”. Estas “fazendas” eram latifúndios onde, não somente a terra mas também a mão-de-obra índia pertenciam aos colonos europeus. Estes adquiriam propriedades nos meios rurais, estabeleciam negócios comerciais e mineiros. Entretanto entraram em conflito com a coroa espanhola que decidiu promover uma reforma administrativa e instalar uma autoridade civil, acabando gradualmente com as comendas. As cidades passaram a ser administradas por “corregedores”, nomeados pelo Conselho das Índias, dotados duma autonomia relativa. Esta mudança ocasionou um conflito de interesses entre os detentores de “comendas” e os novos oficiais administrativos. No século XVIII, estava já formada uma elite crioula que se apoderou do aparelho administrativo e jurídico e que levaria à independência de várias repúblicas da região andina. A primeira consequência da invasão espanhola foi o colapso do império inca que no entanto persistiu, embora no quadro duma organização política modificada. A conquista não conseguiu acabar com a organização dos grupos étnicos existentes. Estes grupos procuraram manter a sua estrutura própria, embora modificada, de modo a poder continuar a viver de acordo com os seus padrões, ainda que sujeitos ao domínio da legislação colonial.

No Brasil, século XVI, a riqueza existia apenas graças ao cultivo da terra, às culturas de frutas e legumes e a criação de gado, à plantação da cana-de-açúcar e às mercadorias que vendiam no mercado europeu. A soberania portuguesa sobre a costa brasileira foi, desde muito cedo, ameaçada por piratas e comerciantes de outros países, que trocavam géneros com os nativos e partiam com os navios carregados de produtos locais.

Ao contrário do que aconteceu noutros continentes, os portugueses procuraram ocupar o interior do território e explorar os seus recursos agrícolas, recorrendo para isso à mão-de-obra escrava oriunda de África. Os portugueses instituíram um novo modelo de exploração colonial baseado no cultivo de produtos tropicais em grandes plantações, designadamente de açúcar, no trabalho escravo dos negros e no monopólio do comércio que proporcionou enormes lucros à metrópole. Como resultado deste novo sistema passaram a existir, espalhadas por toda a América, cerca de 1700 plantações exploradas com mão-de-obra escrava. Ao mesmo tempo verificava-se um grande aumento na variedade de produtos provenientes das colónias: pigmentos, chá, café, seda, tecidos de algodão, etc. Este foi um passo decisivo dado pela economia da colónia, que permitiu um grande incremento da acumulação de capital. Os estados começaram a desempenhar um papel totalmente novo na economia.

Os colonos portugueses criaram, ao longo do tempo, as suas próprias versões dos costumes dos nativos e dos escravos negros no tipo de casas que construíram, nas roupas, na comida, na agricultura, na forma de navegar nos rios, nas viagens pelo sertão ou no modo como curavam as doenças. Os próprios colonos encarregavam-se de importar escravos negros e reduzir os ameríndios à escravatura, salvo nas regiões onde

os jesuítas os instalavam nas missões. Em 1759, o ministro marquês de Pombal decidiu que ameríndios e europeus eram iguais perante a lei, mas a sua autoridade era já reduzida. A maior parte destes colonos tinham uma situação bem melhor do que a disponível no seu país de origem.

Na Ásia, as potências colonizadoras encontraram-se face a face com povos dotados, herdeiros de antigas civilizações. Alguns cederam ante a força militar ocidental sem serem entretanto influenciados pelo modo de vida europeu. Mesmo nas regiões onde os europeus conseguiram estabelecer sucursais comerciais, guarnições militares, feitorias, depósitos de abastecimento, não se ocuparam das populações locais, que os ultrapassavam consideravelmente em número. Foram poucos os esforços dos países colonizadores para converter os povos asiáticos que se encontravam sob o seu controlo militar e económico, com excepção das Filipinas.

Os portugueses esforçaram-se por conquistar o comércio indiano, impondo monopólios sobre linhas de comércio marítimo, cobrando tributos à navegação asiática. O comércio marítimo não resultou da acção de companhias privadas e privilegiadas, mas duma colaboração preponderante do Estado e a participação de particulares que forneciam capitais e homens. O Estado estabeleceu o monopólio da venda dos produtos coloniais, concentrando-os em Lisboa, que se tornou o centro das trocas, atraindo os comerciantes estrangeiros.

No século XVII, aparece, nas costas asiáticas, a Holanda como símbolo do capitalismo comercial e financeiro. No século seguinte é a vez da Inglaterra de se tornar o país mais representativo nestas áreas e que viria a ser o grande beneficiário da reconversão colonial no século XVIII. Envolveu-se em vários conflitos armados que lhe trouxeram o controlo da Índia e duma parte considerável do comércio asiático, a acrescentar às suas possessões norte-americanas. Esta expansão permitiu-lhe acumular vastas somas de capital e assegurar os fornecimentos de algodão, a preço reduzido, para as suas fábricas têxteis e escoar a sua produção maciça de produtos têxteis e metalúrgicos.

4.6 – ENTREPOSTOS COMERCIAIS E FEITORIAS

Os entrepostos eram locais onde se depositavam as mercadorias enquanto aguardavam a sua venda, expedição ou pagamento de direitos alfandegários. Em casos especiais os entrepostos dispunham de instalações próprias para o transbordo de mercadorias importadas ou para o seu armazenamento, enquanto aguardavam pela reexportação ou pelo despacho para consumo. Quando um mercador chegava a uma localidade e dispunha de pouco tempo para deitar mão a todos os produtos que procurava, era preciso haver no local uma organização que os pudesse encomendar de antemão, servir de centro de recepção, desempenhar o papel de intermediário e efectuar os pagamentos. Era indispensável haver uma espécie de agência. A natureza destes postos avançados comerciais variava segundo os países.

Alguns entrepostos comerciais transformaram-se numa rede comercial mais abrangente constituída por diversos centros marítimos, desempenhando as funções de portos de escala, que cresceram em dimensão e influência, assumindo uma posição de potencial supremacia sobre as comunidades limítrofes e contribuindo para a sua concentração e estabilização. Os mercadores aproveitavam estes centros de comércio externo e de comércio interno para efectuar trocas com as populações autóctones.

Nos séculos XIII a XV, as cidades-estado de Veneza e Génova estabeleceram no Próximo Oriente entrepostos comerciais assegurados por meio de capitulações,

conseguidas junto dos governantes muçulmanos, e por meio de instrumentos contratuais que estipulavam a liberdade de comércio, a segurança das vidas e propriedades dos mercadores. Estes guardavam para si o monopólio do comércio de especiarias, cereais e escravos, deixando à população nativa apenas as mercadorias de retalho e o comércio regional.

Podemos denominar “feitoria” a organização de mercadores residentes no mesmo local, fora das fronteiras do país de origem. É uma instituição que visa defender os interesses comuns, prioritariamente económicos mas também de segurança. As feitorias possibilitam a manutenção de relações comerciais regulares e constantes nos locais onde estão sediadas. Implicam uma representação autorizada e uma área própria que pode ser bastante ampla, indo da simples casa que albergue os mercadores e centralize os capitais até edifícios onde se permite o estacionamento militar e onde possam descansar tripulações e guardas. Podem mesmo incluir armazéns para mercadorias e acessórios para as naus, uma sede administrativa, judicial e diplomática, uma igreja ou capela ou até uma fortaleza. O reconhecimento de representação legal da feitoria regula geralmente a forma de atribuição de privilégios, facilidades de comercialização, garantias de segurança e reconhecimento da autoridade, jurisdição e organização. Na feitoria reside a responsabilidade de velar pelas relações entre os mercadores, centralizar a cobrança das taxas sobre a navegação. Pode ter apenas um representante comercial, pessoa da confiança do Estado, ou dispor duma estrutura complexa, com escrivães, tesoureiros, almoxarife, juiz e cônsules.

As feitorias eram estabelecimentos de carácter exclusivamente comercial, residentes geralmente no litoral. As funções económicas da feitoria podiam limitar-se a um contacto com um mercado já estabelecido, estruturado e dinâmico, numa zona de confluência de rotas comerciais ou visar atrair as rotas próximas percorridas por outros mercadores, implantar um mercado, dominar a actividade comercial da zona onde se instala, muitas vezes em esquema de monopólio. Algumas constituíram a base económica de novas cidades, tornando-se grandes centros comerciais.

Os marinheiros e mercadores fenícios lançaram-se, no I milénio a.C., numa importante actividade comercial na qualidade de intermediários que envolvia os territórios mediterrâneos, onde estabeleceram feitorias comerciais e colónias. Já no III milénio a.C., a Mesopotâmia criou uma feitoria na cidade de Assur, que se transformou num importante centro de trocas comerciais.

A Ilha de Barhein tornou-se num dos mais importantes entrepostos comerciais do Médio Oriente, embora apenas produzisse legumes. Aí as mercadorias eram descarregas e reembarcadas para o destino final. Era de interesse geral a existência dum único mercado tratando de todas as mercadorias. A ilha chegou a ter o monopólio do tráfego do Golfo Pérsico.

Na África Ocidental, várias cidades e localidades intermédias funcionavam como entrepostos, nomeadamente no deserto saariano, onde eram centralizadas e distribuídas as mercadorias vindas do norte e sul da região. Na África Oriental, as feitorias ao longo da costa constituíram verdadeiras colónias de povoamento, trazendo consigo um conjunto de técnicas, de ideias e de novos produtos.

Os portugueses, durante as suas expedições marítimas, foram estabelecendo entrepostos comerciais e feitorias, mas evitaram ocupar e impor qualquer espécie de controlo administrativo sobre os territórios do interior, pois isso não estava dentro das possibilidades dum país tão pequeno e com uma população que na época mal ultrapassava o milhão de habitantes. As feitorias portuguesas espalharam-se, no século XV, pela África Ocidental nos locais onde passaram a armazenar uma grande

quantidade de produtos destinados a posterior venda em Lisboa e onde se dedicaram sobretudo ao tráfico de escravos. No Brasil aparecem as primeiras feitorias portuguesas como uma primeira tentativa de divisão administrativa. Para assegurar a ocupação e a continuidade do comércio marítimo foram criadas capitânias concedidas por cartas de doação a capitães que, embora senhores de amplos direitos e riquezas, não passavam de administradores de instituições cuja direcção económica, política e social, pertencia ao rei de forma fortemente centralizada. Através dos entrepostos comerciais e feitorias instalados na costa africana e asiática, os portugueses traziam ouro e outros produtos como: cereais, açúcar, peles, marfim, pigmentos, pimenta, etc. Na Índia, os portugueses estabeleceram uma feitoria no porto de Cochim, nos primeiros anos do século XV, que se tornou um dos centros mais importantes da actividade económica no Oriente. Na Europa fundaram uma feitoria na Flandres, em Bruges, transferida depois para Antuérpia, que rapidamente se transformou num centro distribuidor de especiarias africanas e asiáticas na Europa Setentrional.

O esquema de entrepostos comerciais criado pelos portugueses foi substituído, no século XVIII, pela chegada em força de companhias europeias, inglesas e holandesas, empenhadas em estabelecer bases de operações que lhes permitissem retirar proveitos comerciais. Desta forma diversos países doutros continentes viram-se incorporados no sistema capitalista em formação, não lhes restando outra alternativa senão a submissão aos interesses dos países da Europa Ocidental.

Na América do Norte, séculos XVI e XVII, os exploradores europeus passaram à conquista de pontos estratégicos e ao estabelecimento, numa primeira fase, de entrepostos comerciais, criados sob os auspícios de companhias privadas, ou mesmo de indivíduos, agindo com a autoridade que lhes advinha de cartas ou licenças passadas pelos respectivos governos. O principal objectivo destes postos foi o de organizar e explorar pessoas e recursos. Muitos destes entrepostos comerciais foram estabelecidos em locais estratégicos longínquos, o que permitiu aos comerciantes deterem uma autoridade nominal, mas conferindo aos ameríndios um domínio efectivo. Esta política foi também seguida por franceses e espanhóis, mais interessados em comercializar do que eliminar ou afastar as populações nativas.

4.7 - COMPANHIAS

No século XVI, foram criadas companhias privilegiadas, constituídas por associações de comerciantes, que recebiam a protecção e o amparo do Estado, obtendo direitos especiais, como de entreposto e monopólio do comércio numa área geográfica determinada. Tinham, porém, o inconveniente de eliminar a concorrência e a responsabilidade entre os associados, dificultando a cooperação entre eles.

O desenvolvimento do comércio transoceânico fez nascer companhias comerciais que compreendiam geralmente particulares a contribuir simplesmente com fundos e a receber de volta uma parte dos benefícios previstos, sem tomarem parte na actividade comercial da companhia. Algumas destas companhias tornaram-se tão poderosas que exerciam o seu controlo sobre vastos territórios colonizados, chegando a ter um exército permanente e empregando numeroso pessoal. Estas sociedades encontravam no Estado um poderoso protector. Mercadores e monarcas estavam ligados estreitamente por uma corrente de ouro.

Em meados do século XVI, os mercadores ingleses fundaram umas cinco ou seis companhias gerais, cada qual com privilégios numa determinada área. No ano de 1553 foi fundada a Russia Company que foi a primeira companhia a empregar capital sob a

forma de acções e a possuir navios incorporados. Dois anos mais tarde, formou-se a Africa Company cuja actividade consistia em raptar ou comprar nativos africanos para posterior venda. Em 1577, foi fundada a Spanish Company para monopolizar o lucrativo comércio do vinho, azeite e frutas, com poderes para excluir concorrentes. No ano seguinte, a Eastland Company passou a desfrutar do comércio exclusivo com os países nórdicos e bálticos.

Em 1590, os ingleses fundaram a Levant Company, a primeira companhia oficialmente licenciada, que viria a constituir um grande passo na ascensão do capitalismo inglês. Só mais tarde, em 1600, adquiriu uma estrutura de companhia por acções, integrando-se na East India Company, que recebeu por quinze anos o monopólio do comércio no Atlântico e no Índico e chegou a possuir numerosas feitorias que se estendiam da Índia ao Japão.

Os holandeses transformaram o seu país num potentado comercial ao nível de distribuição de bens. Tirando partido da sua irresistível competitividade em termos de fretamentos e seguros navais e de terem ao seu dispor uma quantidade de fundos muito abundante (a Bolsa de Valores e o Banco de Amesterdão foram criados em 1608 e 1609 respectivamente) criaram empresas por acções, como a Companhia das Índias Orientais Holandesas e a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. Estas companhias constituíram verdadeiras inovações para a época.

A Companhia das Índias Orientais Holandesas surgiu como entidade privada cujas origens se encontram na fusão de várias companhias mais antigas, decidida em 1602. Era uma sociedade privilegiada que reunia comerciantes com capitais e interesses comuns. Os seus privilégios caducaram ao fim de dez anos e, daí em diante, a Companhia promoveu a subscrição de acções, mas os possuidores das partes não intervinham no controlo dos seus negócios, pois era o Estado quem os orientava através dum conselho de administração constituído por uma assembleia de membros representativos das câmaras de comércio provinciais. Cada câmara assumia, na proporção da sua participação, os gastos da equipagem, armamento e expedição de frotas. Da mesma forma recebiam os capitais dos participantes e distribuíam os lucros entre eles. A sua conversão em autêntica companhia por acções ocorreu só em 1657. A intervenção do Estado aumentou, reservando-se o direito de selecção dos directores entre os representantes dos accionistas e o direito de nomeação directa de governadores dos territórios ultramarinos. Estes governadores dispunham duma autoridade militar com plenos poderes para administrar os territórios ocupados e declarar a guerra. Mediante os impostos que recaíam sobre as mercadorias transaccionadas o Estado obtinha rendimentos vultuosos. Mantinha um intenso comércio com a Índia. No Sri Lanka, esta Companhia suplantou o domínio português em meados do séc. XVII. O êxito económico e político da Companhia foi extraordinário.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, foi constituída em 1621 com idêntica estrutura e privilégios estatais para o comércio e expansão na América e África. Foi um exemplo puro de capitalismo comercial, colocando os interesses dos comerciantes acima dos interesses dos plantadores de cana-de-açúcar, deixando que os portugueses se ocupassem da produção. A sua vida foi mais breve e os seus êxitos não se compararam aos da sua congénere. Em 1684 foi definitivamente suprimida.

A colonização da Índia inicia-se através da Companhia Inglesa das Índias Orientais que tenta pagar as aquisições de mercadorias indianas quase exclusivamente através dos impostos colectados na própria Índia. Aos impostos cobrados juntavam-se outras formas de rendimento ou riqueza, tais como a extorsão, os lucros das empresas que fluíam para as mãos da companhia. Na exportações, através das quais a tributação maciça da Índia se realizou, ocupavam o primeiro lugar os têxteis de algodão, seguido

do anil e da seda pura. A maximização da produtividade era a preocupação central da sua política. Mas a vantagem da Companhia resultou essencialmente da esfera militar, que incapacitava os indianos de enfrentar as tropas europeias.

A “Acta Régia de 1813” abriu a Índia ao “comércio livre” e marcou a transformação da Companhia numa firma mercantil num corpo de governantes que detinha a maior colónia do mundo. A “Companhia” obteve, para além da dominação política das Índias Orientais, o monopólio exclusivo do comércio do chá, assim como do comércio chinês em geral, e do transporte de bens de e para a Europa. Os monopólios do sal, ópio, arroz, algodão e outras mercadorias eram minas inesgotáveis de riqueza. Os governadores participavam deste comércio privado e beneficiavam os seus favoritos. A acumulação de capital avançava praticamente sem qualquer investimento inicial. Os contratos especulativos eram desenfreados. A Inglaterra foi o país da Europa Ocidental que mais enriqueceu com a exploração colonial. Na última metade do século XVIII atingiu o ponto máximo do seu enriquecimento colonial e, simultaneamente, verificou-se o início da Revolução Industrial.

5 – SISTEMA CAPITALISTA

O sistema capitalista baseia-se essencialmente na obtenção do máximo lucro através de: satisfação das necessidades humanas ou interesses específicos, realização duma actividade produtiva e distributiva mas sempre conducente com aquele objectivo; incremento do consumo de produtos e serviços mesmo sem qualquer utilidade; existência duma mão-de-obra livre sob a forma de trabalho assalariado; novas formas de repartição do produto que lhes sejam favoráveis; acumulação de excedentes sob a forma monetária; ampliação da propriedade privada dos meios de produção fundamentais; agravamento dos antagonismos de classe; exploração dos recursos naturais e humanos dos povos com civilizações menos desenvolvidas; especulação monetária e financeira.

O fim da actividade económica é sempre a procura do maior ganho monetário possível. Com esse fim, o empresário é constantemente incitado a vender o mais caro possível, incrementar o consumo, mesmo inútil ou até prejudicial, e a reduzir os seus custos por incessantes aperfeiçoamentos técnicos e organizativos. A lógica prioritária do capitalismo consiste na produção de mais-valia como fio condutor e motor imanente da obtenção de lucro e de acumulação de capital. O sobreproduto social assume a forma de lucro que cabe aos proprietários dos meios de produção, aos quais pertence também decidir do seu destino.

Ao longo do século XVI, os países da Europa Ocidental viveram um glorioso período de expansão, com a abertura de novos mundos, alguns dos quais totalmente desconhecidos até então. A Europa passou a viver segundo uma mais ampla estrutura global, anteriormente limitada às rotas comerciais que antes atingiam apenas o Médio Oriente, a Ásia Central e Oriental ou o Norte de África. O desenvolvimento económico beneficiou duma superioridade técnica, da exploração dos recursos doutros continentes, tanto humanos como materiais. A economia mundial começou a girar à volta dum ponto que tinha a Europa como eixo. Foram transportadas para a Europa grandes quantidades de ouro e prata, além de importantes bens agrícolas. Foram transferidas numerosas espécies agrícolas, vegetais e animais, duns territórios para outros, conseguindo-se atingir uma maior homogeneidade de culturas economicamente úteis. O comércio com os diferentes continentes, e em especial com os colonizados, constituiu o pano de fundo duma acumulação de capital em proporções nunca antes atingidas. As diferenças de

custos de produção e preços entre os mercados europeus e coloniais deram origem a margens de lucro incríveis.

5.1 – RAÍZES DO SISTEMA CAPITALISTA

Alguns sociólogos fazem remontar a origem do capitalismo ao estabelecimento na China, no século VIII, de fábricas de chá e à organização de trabalhos de bordados ao domicílio. Encontram-se, nos séculos XIV e XV manifestações de emergência de capitalismo comercial e de formação de empresas em Itália, nas cidades de Florença, Veneza e Génova, e nos Países-Baixos, em Anvers, Bruges e Amsterdão. Porém, estas actividades são minoritárias

Sobre os alicerces estabelecidos entre os séculos XII a XV, o sistema económico conhecido por capitalismo começou a desenvolver-se na Europa Ocidental. Porém, é na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma duma relação bem ajustada com os trabalhadores assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos. O capitalismo como sistema de produção teve de se defrontar: por um lado, com os donos dos meios de produção e do dinheiro e, por outro, com os trabalhadores livres que tinham de vender a sua própria força de trabalho.

O crescimento do capitalismo serviu para desenvolver o seu próprio mercado, tanto pelos lucros que proporcionava, como pelo emprego que incentivava. A tendência para destruir a auto-suficiência de unidades económicas mais antigas, como a aldeia senhorial, o feudo ou a tribo, conduziu uma parte da população à órbita da troca sistemática de mercadorias e à venda da sua força de trabalho.

São diversas as vias para a formação do capitalismo. Onde a propriedade feudal e a servidão da gleba foram abatidas pela revolução burguesa ou enfraqueceram e desagregaram-se, o capitalismo emergiu principalmente da polarização económica dos pequenos produtores. A classe capitalista constituiu-se a partir dos camponeses ricos, artesãos e mercadores. Onde a propriedade senhorial se manteve inalterada, o papel principal foi desempenhado pelo capital que participava da produção e que se transformou lentamente e com alguma resistência em capital industrial.

Na cena económica, uma combinação de circunstâncias excepcionalmente favoráveis proporcionou o despontar da sociedade capitalista. Uma fase de transformação técnica, que rapidamente influenciou o aumento da produtividade do trabalho, foi acompanhada por profundas alterações nas fileiras do proletariado e por uma série de acontecimentos no campo do investimento e do mercado dos bens de consumo.

Uma racionalização económica é praticada no sistema capitalista, consistindo na avaliação precisa dos meios mais eficazes para explorar as diversas fontes de riqueza. A produção ampliada de mercadorias e sua circulação desenvolvida constituem os pressupostos históricos do nascimento de capitalismo. Os principais factores que, no século XVI, deram origem ao desabrochar do capital comercial foram os aumentos de preços, o aumento da procura, a urbanização, a formação duma economia mundial e as exigências financeiras das tesourarias dos Estados. Contribuiu para a formação do capitalismo, numa fase decisiva, a transferência do capital comercial para a organização de produção, isto é, a sua transformação em capital industrial.

O mercado mundial trouxe novos produtos como objectos de comércio e abriu as portas à formação do capital. O comércio próspero em breve seria mobilizado por grandes sociedades por acções então constituídas. A actividade comercial oceânica

lançou os fundamentos do progresso económico dos povos da Europa Ocidental. O comércio colonial permitiu o escoamento dos seus produtos manufacturados em troca de matérias-primas, favoreceu os transportes marítimos e a acumulação de capitais que viriam a ser posteriormente investidos na actividade industrial.

O crescimento do capitalismo produziu-se apesar dos numerosos obstáculos, graças também à protecção dos governos. Se bem que este desenvolvimento envolva também a agricultura e a indústria, os seus efeitos fizeram-se notar sobretudo no comércio e nas finanças.

A constituição de modernos estados unificados, ocorrida por volta dos séculos XV e XVI, gerou um amplo movimento em que os soberanos e a burguesia se apoiaram mutuamente, pois tratava-se de abolir as últimas regalias da nobreza e o poderio dos templos e das cidades corporativas, com a agricultura e a indústria ainda dominadas por produtores autónomos. A maior parte dos historiadores do capitalismo consideram o século XVI como início da produção dominada pelo capital, isto é, como início do modo de produção capitalista, sob a influência de vários factores.

Na Europa, foram dados passos decisivos em direcção ao aparecimento do sistema capitalista. Surgem relações de produção totalmente novas em algumas áreas agrícolas, na indústria de alguns países e nos métodos de exploração dos recursos das colónias. O comércio externo tornou-se o instrumento de desenvolvimento económico interno. O contributo da afluência de matérias-primas, como o algodão, de mão-de-obra e de capitais estão na base duma intensa actividade económica que transforma a estrutura do comércio interno e aumenta a sua importância. O estímulo da actividade comercial provoca o desabrochar do capitalismo financeiro. O comércio e a banca organizam-se sob a forma de sociedades por acções que acumulam importantes capitais. A Inglaterra e a Holanda foram os países que retiraram maiores benefícios em detrimento dos países mediterrâneos, o que provocou uma alteração no equilíbrio económico.

5.2 - TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

O termo transição designa uma fase da evolução da sociedade em que se agravam cada vez mais as dificuldades em manter o sistema económico em vigor e começa a surgir um outro sistema que, após um período de grande tensão e até violência, consegue assumir novas condições de existência. Uma época de transição corresponde a um período de contradições e perturbações económicas, sociais e políticas susceptíveis de provocar uma revolução no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Os germes da transição começaram a desenvolver-se através da desintegração do sistema tributário, agravado com a expansão da actividade mercantil. Esta transformação operou-se por um processo complexo, muito longe de ser linear, em que o capital começa a dominar a produção. Para a concretização deste processo de mudança, foi essencial a concentração da riqueza monetária e dos meios de produção, a transformação de produtores independentes ou ligados a estruturas senhoriais em trabalhadores assalariados.

As grandes descobertas, o comércio internacional, a pilhagem colonial, foram alguns dos meios que permitiram a acumulação do capital e o desenvolvimento da forma capitalista de produção de mercadorias. Marx cita, como uma outra forma de

transição para um modo de produção superior, as sociedades por acções e os monopólios que concentram a propriedade privada à escala da sociedade.

A transição para o sistema capitalista resultou ainda da convergência de outros factores como: a modernização da agricultura que favoreceu o crescimento populacional; a transição da manufatura e do artesanato corporativo na formação da pequena indústria; a transformação da estrutura de propriedade; a revolução dos transportes; o desenvolvimento do comércio; o desmoronar dum bloqueio estrutural feudal que manteve o seu jugo sobre as sociedades europeias ao longo de vários séculos, impedindo o seu desenvolvimento.

No século XVIII, sobretudo na Inglaterra, registaram-se profundas mudanças no sector agrícola. A perspectiva individualista em relação à terra, a eliminação da terra comunitária tradicionalmente utilizada para apascentar o gado e a procura dum maior lucro, fizeram-se acompanhar do aparecimento de divisórias para o gado e a subordinação da criação de gado à agricultura. Os animais eram agora avaliados em termos da sua capacidade de produção de estrume, pela sua capacidade de carga e tracção, pelos produtos comerciáveis que podiam fornecer. Os campos são convertidos em pastagens para alimentar rebanhos de carneiros, pois obtinha-se maior lucro com o comércio da lã. Começou então a registar-se um movimento de vedação de propriedades, de supressão do livre acesso às terras e de formação de grandes e numerosos latifúndios. Os grandes proprietários começaram a apropriar-se das terras comunais, cercando-as para nelas fazerem pastar os seus rebanhos. A ocupação destas terras impedia que os camponeses continuassem a usá-las para nelas apascentarem o gado e delas extraírem madeira para aquecimento e para a construção. Os comerciantes ou os grandes proprietários adquiriam terras que arrendavam por contratos a curto prazo com adiantamentos em dinheiro para melhorar os utensílios necessários à lavoura e a aquisição de sementes. Os grandes agrários criaram um instrumento legal do qual retiraram grandes benefícios: o sistema de emparcelamento levou ao desaparecimento dos direitos comunitários sobre as parcelas que, uma vez concentradas, originavam uma exploração mais racional, ao mesmo tempo que a terra comunitária decrescia com o avanço da privatização; os prados comunais, transformados em pradarias cercadas e separadas dos outros campos, eram adquiridos pelos grandes proprietários, desejosos de aí pastarem e criarem os seus carneiros. Esta política correspondia à intensa procura de lã, devido à expansão das grandes indústrias têxteis. A Inglaterra não produzia algodão, mas cultivavam-no nas plantações existentes suas colónias da Índia Ocidental. Com a afluência de capitais à agricultura constituíram-se unidades agrícolas de grande dimensão, as terras caem na mão de membros da burguesia rica interessada em tirar delas produtos que possam comercializar. O grande agricultor tende a adquirir uma mentalidade “capitalista” e a considerar que a empresa agrícola deve ser um negócio como qualquer outro, devendo o rendimento tornar-se o seu objectivo e o prémio do seu esforço.

Pouco a pouco o mestre artesão transforma-se em pequeno capitalista e deixa ele próprio de trabalhar no seu ofício; opõe-se às regras da corporação e contribui para o seu declínio e dissolução. As mudanças tornam-se decisivas quando a produção começa a ser industrializada e a indústria se destaca do artesanato. Antes, o mercador fornecia matéria-prima a artífices diversos que trabalham na oficina ou no domicílio. Porém, a aquisição de máquinas e novas ferramentas torna-se inacessível e os artesãos já não as conseguem adquirir. Assim, se realiza a separação entre o capital e o trabalho que vai opor duas classes sociais: a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, e a dos artífices, que para viverem, têm de vender a sua força de trabalho.

Seguidamente, o capitalismo encontra vantagem em concentrar os trabalhadores num edifício com os instrumentos e ferramentas que lhe pertencem. Para além das novas tecnologias também foi necessário concentrar o capital para a aquisição das mesmas e para o investimento em novas instalações. O desenvolvimento das primeiras fábricas não exigiu avultados investimentos. Os investidores surgiram dos grandes proprietários agrários que tinham enriquecido à custa do aumento das rendas agrícolas, dos comerciantes que canalizaram os seus lucros para fora da sua área de circulação aplicando-os no sector da produção, e dos primeiros empresários envolvidos no sector industrial que se decidiram em favor do processo de mudança organizacional e tecnológica exigida pela nova situação económica.

A produção em massa só foi possível graças à introdução de máquinas na produção e nos transportes e à existência prévia dum mercado capaz de absorver os produtos fornecidos pelas novas unidades de produção. Diversas empresas industriais que tinham sido criadas pelo Estado foram entregues à iniciativa privada. O lucro industrial torna-se então num dos principais motores da acumulação de capital.

Um despertar económico ganhou ímpeto no século XVIII, graças ao processo de industrialização que começou em Inglaterra, principal responsável pelo aparecimento dum novo sistema e uma nova era para a economia. O processo de industrialização permitiu uma expansão ininterrupta das forças de produção, bem como o crescimento auto-sustentado do capitalismo. Neste evoluir se enquadram os parâmetros determinantes da Revolução Industrial.

No mesmo século, foram abertas milhares de quilómetros de estradas novas. A navegação fluvial e a construção de novos canais possibilitaram a criação duma extensa rede de meios de comunicação alternativos em relação às estradas. Paralelamente, assistiu-se à modernização dos portos, das instalações alfandegárias, dos armazéns e dos meios de transporte marítimo.

Contribuiu para o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo a época dos descobrimentos geográficos. As novas técnicas na arte de navegar marcam o início das grandes explorações marítimas, tornaram conhecidas novas terras e novos povos, novos produtos foram trazidos para a Europa, novos mercados se abriram. Afluíram ao continente europeu tesouros fabulosos. Grande parte dessas riquezas foi gasta em despesas sumptuárias e em aventuras militares, acabando por cair nas mãos dos grandes mercadores e banqueiros da época, que bem cedo se tornaram poderosos intermediários nos negócios coloniais. Pesados tributos foram impostos aos povos submetidos que tinham de ser pagos em dinheiro, o que só poderiam obter se trabalhassem para os colonizadores. Esta política permitiu ampliar o trabalho servil e assalariado.

A posição geográfica de Portugal permitiu-lhe desempenhar o papel de intermediário entre o tráfego mediterrâneo e oceânico, beneficiando da ajuda que o Estado concedeu aos empreendimentos marítimos. A expansão comercial e mercantil portuguesa contribuiu para acelerar a passagem ao capitalismo. O estabelecimento de rotas de comunicação marítima intercontinentais conduziu à expansão da acumulação de capital, por via do saque dos povos de África, Ásia e América, e a uma grande subida das taxas de lucro.

A expansão do comércio foi acelerada por um conjunto de factores de natureza social. O objectivo inicial de acumulação da riqueza sob a forma monetária conduziu ao favorecimento de camadas superiores da população ainda não privilegiadas. Entre estes podem citar-se: os agricultores com certo nível de riqueza e que por isso obtiveram um estatuto político e jurídico mais protegido; a burguesia mercantil que se ia formando e encontrava nos profissionais do comércio externo a criação dum sector a beneficiar de

amplas possibilidades de acumulação de capitais; os armadores navais que, em estreita ligação com os comerciantes relacionados com os mercados estrangeiros, formalizavam um sector de transportes marítimos com características proto-capitalistas. A expansão do comércio internacional deu lugar à formação dum conjunto de centros mercantis.

Tem sido classificado de “capitalismo comercial” o período decorrido de fins do século XV ao fim do século XVIII. Com efeito, o capital comercial deu um forte impulso ao capitalismo industrial ao aumentar as possibilidades de exportação e desempenhou o papel de motor da expansão económica, sobretudo quando os descobrimentos marítimos abriram novos horizontes e possibilidades.

O afluxo dos metais preciosos, ouro e prata, que vindos do continente americano se espalham por toda a Europa Ocidental, provocou uma subida de preços e suscitaram o nascimento de novas indústrias. O contacto com novos produtos tornou-se objecto dum comércio próspero que em breve seria monopolizado por grandes sociedades por acções. Porém, o comércio marítimo, no caso português, não resultou da acção de companhias privadas e privilegiadas, mas duma colaboração do Estado e dos particulares, conservando o Estado a escolha dos itinerários, época das expedições, nomeação de capitães, etc., e fornecendo aos particulares os capitais e os homens.

5.3 – FORMAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

O início do período capitalista tem de ser situado quando ocorrem mudanças no modo de produção no sentido duma subordinação dos produtores aos capitalistas. O processo de produção altera-se quando o capital individual ou empresarial emprega simultaneamente uma superior quantidade de trabalhadores assalariados, amplia a sua capacidade e fornece o produto numa superior escala quantitativa.

A produção não se limita a dar seguimento às encomendas, mas antecipa a procura. A expansão da grande produção deixa de estar limitada apenas pelas solicitações do comércio e passa a estar influenciada também pela quantidade do capital investido e pelo nível de desenvolvimento da produtividade do trabalho. O motivo determinante da produção e o seu objectivo directo é a obtenção de mais-valia. O interesse em ampliar o volume das transacções monetárias, que permite conseguir lucros mais elevados, manifesta-se através das restrições à produção familiar, à troca directa e ao auto-consumo.

Com o capitalismo surge a tendência para consumir bens em quantidade superior à necessária, vulgarmente denominada “consumismo”. Trata-se duma atitude comportamental que conduz ao exagero do consumo com o objectivo de proporcionar maiores lucros às empresas. Por sua vez, revela-se no mesmo sistema uma situação inversa, que consiste na destruição intencional de imensas quantidades de produtos sobretudo agrícolas para impedir a baixa de preços. Tanto num caso como noutro o objectivo não é o bem-estar do consumidor mas a manutenção ou obtenção de maiores lucros.

A libertação dos vínculos de servidão para com os senhores feudais, levou os servos a alugarem a sua força de trabalho a camadas de burguesia rural e urbana, à indústria artesanal e à navegação. Durante longo tempo, a maioria dos trabalhadores mantinha as marcas do período anterior, tanto nos seus hábitos como nos seus interesses, a natureza da relação de emprego e as circunstâncias da sua exploração. A sobrevivência das tradições artesanais e a heterogeneidade duma força de trabalho ainda inadaptada constituíram um obstáculo à formação duma consciência de classe, o que favoreceu o domínio do capital sobre o trabalho. As formas mais brutais de exploração

foram postas em prática através do prolongamento de horas de trabalho pesado, do emprego de mulheres e crianças, dos descontos arbitrários, pagamento em géneros, criação de condições de endividamento, total desprezo pela saúde e segurança no trabalho.

A percentagem da força de trabalho empregue na indústria e nos serviços registou um crescimento constante, atingindo cerca dum um terço na Europa Ocidental e, eventualmente, mesmo metade na Inglaterra. No trabalho assalariado, os indivíduos, embora livres na sua pessoa, para viverem têm de vender a sua própria força de trabalho, assim transformada em mercadoria. O trabalhador acha-se divorciado dos seus meios de produção e da possibilidade de providenciar a sua própria subsistência. A sua relação com o proprietário dos meios de produção passa a ser puramente contratual.

Com o capitalismo é a própria capacidade de trabalho que se torna mercadoria, que se compra e vende como qualquer objecto de troca. É com o aparecimento do mercado da força de trabalho que se instaura verdadeiramente a produção capitalista. As transformações económicas, operadas entre os séculos XVI e XVIII, acabaram por transformar também em meros assalariados os pequenos produtores artesãos das cidades, originando o aparecimento duma cultura de proletariado que encontra a sua expressão ideológica no marxismo.

Com o advento do processo económico capitalista, o salário tornou-se a forma predominante de remuneração do trabalho e das relações entre capitalistas e trabalhadores. O pagamento em forma de salário respeita apenas a uma parte da jornada que reproduz o equivalente da força de trabalho. A parte restante da jornada de trabalho corresponde à mais-valia criada pelos trabalhadores e que não é paga pelos capitalistas. A diferença entre o valor e o preço da força de trabalho constitui a fonte essencial do lucro capitalista. O salário traduz a expressão monetária do valor da força de trabalho vendida pelo trabalhador ao capitalista.

As relações agrárias no modo de produção capitalista pressupõem a existência de três entidades: o proprietário que arrenda a sua terra contra o pagamento duma determinada quantia; o arrendatário capitalista que na sua qualidade de empresário detém o uso fruto da terra pagando uma renda ao proprietário; o trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho ao arrendatário. A renda do solo caracteriza assim por relações entre três classes. A mais-valia criada pelo trabalhador assalariado é apropriada directamente pelo arrendatário, sob a forma de lucro sobre o capital investido, e uma parte desta mais-valia é cedida ao rendeiro.

Na Europa Ocidental, século XVIII, os rendimentos provenientes da terra sofreram um aumento espantoso, subindo ainda mais rapidamente que o preço dos produtos agrícolas. O mesmo aconteceu com os lucros comerciais e industriais, em consequência do acréscimo da procura, da quantidade abundante de dinheiro em circulação proveniente duma intensa acumulação de capital. Os grandes proprietários agrícolas foram os principais beneficiados por estes aumentos, apesar dos elevados lucros gerados pelo comércio colonial e pelo fabrico intenso de produtos acabados.

O imposto deixa de ter o carácter dum tributo como rendimento do poder senhorial para adquirir o aspecto indiferenciado duma receita administrativa. A fiscalização dos rendimentos do Estado implica a distinção entre “público” e “privado”.

O juro está relacionado com a acumulação e entesouramento do capital, podendo ser obtido através de empréstimos directos ou do depósito em bancos ou outras instituições financeiras, que por sua vez, o mobilizam através da concessão de crédito ou outras aplicações de natureza financeira.

Os lucros provenientes do comércio internacional de bens apenas ao alcance das classes dominantes propiciaram, a par das riquezas, a primeira grande acumulação de

capitais na Europa. O comércio externo e a exploração colonial proporcionaram a acumulação de lucros fabulosos à burguesia mercantil.

O sistema de regulamentação do mercado e de monopólio urbano, fixado pelos governos das cidades ou pelo Estado, permite o uso da mobilidade dos preços como meio de conceder vantagens especiais aos grupos de negociantes cujo ganho consiste numa margem entre os preços porque podem adquirir as mercadorias aos camponeses, aos artesãos ou aos importadores de mercadorias de origem colonial e os preços pelos quais podem vender ao consumidor urbano ou ao estrangeiro.

A alta geral de preços, que se inicia na Europa, em meados do século XV, combinada com a baixa geral dos salários reais através da diminuição do poder aquisitivo da moeda, produziu imediatos e graves efeitos sociais que se manifestaram nos diversos países. A subida de preços favorecia os devedores e prejudicava os credores. Os proprietários da terra, que cobravam rendas em dinheiro, viram seriamente diminuídos os seus rendimentos e inclinaram-se para a revisão dos contratos rurais, o que deu origem a um período de tensão social nos campos. No movimento alongado dos preços manifesta-se uma fase altista, muito claramente marcada, que assenta num nível estabilizado e até depressivo. As conjecturas dos economistas contemporâneos deram lugar à explanação da teoria quantitativa da moeda.

A revolução dos preços, registada no século seguinte, gerou a inflação dos lucros e exerceu uma influência poderosa na transição para o capitalismo, embora os seus efeitos se revelassem longe de serem uniformes. Na Europa, vários factores provocaram uma diminuição do valor dos metais preciosos e, em parte, uma inflação dos preços. Entre essas causas estão a melhoria do trabalho nas minas, a importação de ouro de África, a descoberta dum processo, procedente da América, de produção de prata, a corrida a novas minas de ouro, entretanto descobertas. Os preços de alguns artigos de primeira necessidade triplicaram. Estes aumentos não resultaram apenas da abundância de metais preciosos, mas também das manobras dos governos com a degradação da moeda. No século XVIII, os movimentos de preços revelam uma duração, continuidade e universalidade sustentadas. Os preços agrícolas viriam a ser os que sofreram aumentos particularmente acentuados. Por exemplo, 250% num período de dez anos. Os preços industriais revelaram também uma tendência constante para o aumento, embora numa forma mais lenta. Este fenómeno afectaria de forma idêntica as matérias-primas, os combustíveis, os produtos transformados e, bem assim, os produtos provenientes das colónias.

O que interessa ao capitalista é apenas a mais-valia contida e realizável na venda da mercadoria e não o seu valor absoluto. A mais-valia é repartida entre os capitalistas industriais e comerciais, sob a forma de lucro, entre os capitalistas financeiros, sob a forma de juro, e entre os proprietários fundiários, sob a forma de renda. A mais-valia transformada em capital divide-se em capital constante e capital variável, em meios de produção e força de trabalho. Uma parte da mais-valia é consumida pelo capitalista como benefício próprio, outra é entesourada ou acumulada como capital. A proporção em que esta divisão se efectua determina a magnitude da acumulação.

Com o fim de ampliar a produção e obter maiores lucros, os capitalistas utilizam não só o seu próprio capital mas também capital de empréstimo que obtém de outros capitalistas que dispõem de excedentes monetários, contra a entrega de parte do lucro aos prestamistas, sob a forma de juros. Esta divisão dos lucros origina algumas contradições entre os interesses dos que emprestam o dinheiro e os que o empregam, porque quanto maior é o juro tanto menor é o lucro líquido do empresário e vice-versa. Porém, apesar desta contradição, os dois grupos estão interessados no aumento da mais-valia, isto é, no agravamento da exploração da classe trabalhadora. A taxa de juro acaba

por ser influenciada pela correlação entre a oferta e a procura de capitais de empréstimo no mercado monetário.

Os meios de produção e o uso sistemático do dinheiro funcionam como capital e como meio de o valorizar. A possibilidade da sua acumulação e a necessidade do seu investimento produtivo inscrevem-se na própria lógica do modo de produção capitalista. O objectivo determinante é a maior realização possível de mais-valia e, conseqüentemente, a maior valorização do capital através da exploração do trabalho assalariado.

O desenvolvimento da produção capitalista impõe a necessidade dum acréscimo permanente do capital investido nas empresas. Por sua vez, a concorrência entre os capitalistas coage-os a conservar uma parte do capital por intermédio duma acumulação progressiva. Um papel essencial é atribuído ao esforço feito para acumular cada vez mais dinheiro, necessário a um nível mais elevado a novos investimentos, à expansão das empresas, bem como à satisfação das necessidades materiais fundamentais.

Ao nível de posse e ocupação das terras verificou-se um conjunto de profundas alterações nos domínios senhoriais, com a propriedade da terra a degradar-se como forma de riqueza, a aristocracia a perder a sua posição dominante e a burguesia a adquirir muitas dessas terras. A produção baseia-se na propriedade extensiva da terra, sem limites comunitários, na expropriação dos meios de produção e dos produtos do trabalho, sob a forma de mercadorias.

Com o surgir do modo de produção capitalista e a criação de empresas industriais, ocorre uma mudança radical na propriedade dos meios de produção. Estes passam a pertencer exclusivamente aos capitalistas individuais ou às empresas, ficando os trabalhadores reduzidos à posse da sua força de trabalho que tinham de vender na qualidade de trabalhadores assalariados.

O antagonismo entre as classes resulta do aparecimento duma pequena parte da sociedade a concentrar em si a propriedade de todos os meios de produção e a formação conseqüente duma classe desprovida de quaisquer meios de trabalho, sujeita à venda da sua própria força de trabalho como única fonte de subsistência.

A organização da sociedade dividida em classes antagónicas, já existente nos sistemas pré-capitalistas, alcança o seu maior desenvolvimento no capitalismo. Uma diferença social muito nítida pode separar frequentemente os proprietários agrícolas, da fábrica, do estabelecimento comercial ou do banco, dos que trabalham para eles.

Assiste-se ao aparecimento duma burguesia rural a consolidar e ampliar as suas propriedades e a pagar aos trabalhadores rurais em moeda, à formação duma burguesia urbana representada pelos mercadores, comerciantes e armadores de navios, estes nas cidades portuárias. O aparecimento duma classe puramente mercantil não terá por si só significado revolucionário, mas sim as transformações ocorridas nas diversas classes produtoras. A instalação do capitalismo como sistema dominante na Europa só ocorreu quando a burguesia assumiu o poder e concretizou o enquadramento político e jurídico que lhe permitiu aplicar na produção os capitais acumulados e a mão-de-obra assalariada disponível, desenvolvendo assim a indústria à margem de obstáculos institucionais.

Na Europa Ocidental, o crescimento demográfico constituiu um factor de maior procura e de uma maior oferta de força de trabalho. Este crescimento proporcionou uma expansão da agricultura indispensável para alimentar as populações urbanas. Neste período de expansão urbana e de implantação da indústria, as transferências de mão-de-obra fragilizaram o equilíbrio demográfico tradicional entre o campo e as cidades. A colonização teve conseqüências acentuadas em todos os continentes: populações europeias deslocaram-se para Ásia, África e América; alguns milhões de escravos foram

deslocados de África para a América; numerosas populações ameríndias foram vítimas de genocídio e epidemias.

Estas transformações ultrapassam os países onde o capitalismo se tornou dominante. O desenvolvimento do mercado mundial e o processo expansionista, colocaram o capitalismo a agir indirectamente sobre os países com modos de produção pré-capitalista, através do desenvolvimento das trocas ou directamente por meio do controlo das riquezas locais e da subordinação. Com a expansão crescente do colonialismo assistiu-se a uma nova redistribuição da riqueza mundial. O comércio colonial, graças à imposição de transacções em termos desiguais e ao tráfico de escravos, constituiu um excelente instrumento de acumulação de capital.

A Europa, século XVI, com as suas colónias, viu nascer uma nova economia que diferia consideravelmente das sociedades com predomínio camponês, comum até então em todas as culturas. É de salientar três particularidades: a importância crescente das cidades, a intensificação das trocas entre todos os continentes e uma tendência crescente de utilização dos conhecimentos científicos e tecnológicos na indústria, comércio e agricultura.

A multiplicação dos meios de pagamento acompanhada pela flutuação dos preços em concordância com os objectivos lucrativos, foram factores que contribuíram para a expansão económica.

A movimentação do capital permite o investimento de fundos, não só em terras ou em imóveis, mas também a constituição de depósitos bancários, a progressão do crédito e à subscrição de empréstimos de estados. O investimento de capitais acumulados, com novos ganhos à vista, torna-se uma característica da economia mundial muito mais divulgada que anteriormente.

No século XIV, os investidores procuraram novos capitais a serem reinvestidos no imobiliário, comércio e indústria. Estas combinações de colocações provocaram frutuosas relações entre financeiros, proprietários de terrenos, mercadores e fabricantes. A grande circulação de metais preciosos e a activação das trocas mercantis lançaram as bases das primeiras formas de capital financeiro.

À acumulação de fundos monetários provenientes tanto do comércio interno como do comércio externo, tem de adicionar-se os lucros provenientes da actividade agro-pecuária e dos empréstimos públicos internos que os particulares absorviam. A possibilidade de investimento financeiro converteu as grandes firmas, antes dedicadas ao comércio de mercadorias, em verdadeiros potentados capitalistas.

A formação de grandes mercados de capitais permitiu o desenvolvimento da especulação. Constituem-se bolsas, nomeadamente em Antuérpia, e recorre-se a operações especulativas.

5.4 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII, definiu-se como um conjunto de transformações económicas e sociais, realizadas no decorrer de algumas décadas, que mudaram radicalmente a fisionomia dos países da Europa Ocidental e se converteram num motor de expansão do capitalismo por outros continentes. Não foi um processo violento mas um conjunto de mudanças graduais e acumulativas que se traduziram numa efectiva aceleração do ritmo de transformações já em curso na formação do sistema capitalista. Revelou-se tão decisiva para todo o futuro da economia capitalista, tão radical na transformação da estrutura e organização da indústria que chegou a ser considerada como o período mais decisivo no desenvolvimento económico

e social da época. Na realidade, a revolução industrial representou a transição dum estágio inicial e ainda imaturo e não transformado, para um estágio em que o capitalismo, assente nas transformações tecnológicas, atingiu o seu próprio processo específico apoiado na produção em larga escala e colectiva da fábrica, na aplicação intensiva de capitais, no estabelecimento de relações simples e directas entre capitalistas e assalariados. A revolução industrial completou a génese do sistema capitalista.

A Inglaterra reunia um conjunto de factores favoráveis que lhe permitiram iniciar este processo. Com efeito, dispunha duma mão-de-obra abundante, jazidas de carvão, matérias-primas provenientes das suas colónias no ultramar, rede de transportes de mercadorias, existência dum amplo mercado interno e externo. Ao fim de algum tempo todas estas realidades acabaram por ser partilhadas por outros países da Europa Ocidental.

As formas de exploração da terra tinham já sido alteradas com o desaparecimento provocado das terras de uso comum ou das pertencentes a pequenos proprietários, o que favoreceu os grandes latifundiários, o aumento progressivo da produção agrícola graças ao investimento dos novos proprietários em novas técnicas e sistemas de cultivo. O campo aumentou a oferta de produtos agrícolas devido a uma melhoria das técnicas de produção e utilização de novos instrumentos que vinham já sendo utilizados desde algum tempo atrás. A modernização da agricultura contribuiu para um crescimento demográfico devido à melhoria da alimentação e, também, aos avanços da medicina e dos cuidados de higiene.

Os rendimentos crescentes dos grandes proprietários agrícolas foram aplicados no processo de industrialização em curso. Os capitais disponíveis para a aquisição de matérias-primas eram conseguidos essencialmente pelos comerciantes. A acumulação e o investimento do capital encontraram horizontes cada vez mais amplos a incitar a sua aplicação na aquisição de máquinas e construção de edifícios. A concentração de capital tornou possível uma mudança fundamental na estratégia do investimento, transformando o capital acumulado numa alavanca do processo de transformação do sistema produtivo.

Com base na transformação técnica, o capitalismo atinge o seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em grande escala e colectiva da fábrica. A Revolução Industrial foi marcada por importantes invenções técnicas, tais como: a máquina de fiar hidráulica e o tear de comando mecânico, utilizados na indústria têxtil; a máquina a vapor, uma das mais importantes invenções deste período, que permitiu ampliar a quantidade de energia disponível para a produção. Além disso foram construídos cerca de três dezenas de altos-fornos e numerosos canais para o transporte das mercadorias produzidas pela indústria. São de salientar as relações estreitas existentes entre o carvão, o ferro e o vapor. São considerados factores influentes, a expansão colonial como fornecedora de matérias-primas, acompanhada do desenvolvimento do comércio internacional, a criação de mercados financeiros e a acumulação de capital.

É importante salientar algumas das consequências da revolução industrial. O incremento da produção industrial criou uma oferta sem precedentes de bens comercializáveis, embaratecendo-os de modo significativo. Elevou-se o nível de consumo da população e o desenvolvimento dum amplo mercado de bens e serviços e, se bem que mais lentamente, um expressivo mercado de capitais. A produção em massa foi uma consequência da existência dum mercado capaz de absorver os produtos fornecidos pelas novas unidades de produção, resultante do crescimento interno da população e do seu poder de compra, o aparecimento de novos consumidores nos territórios colonizados.

A economia baseada no trabalho artesanal foi parcialmente substituída por outra dominada pela indústria altamente mecanizada e detentora dos meios de produção. As mudanças tecnológicas tiveram efeitos de grande impacto na organização industrial, que passou dum sistema de manufatura assente no trabalho artesanal à fábrica, onde se concentram um grande número de trabalhadores e se intensifica a divisão do trabalho. A criação constante de novas tecnologias aumentou a produtividade.

As economias surgidas da Revolução Industrial caracterizaram-se pela produção massiva e consequentemente pela incorporação mais intensiva do capital.

A expansão do comércio foi favorecida pela melhoria das rotas de transportes. A aplicação de novas invenções e meios técnicos e científicos aos transportes terrestres e marítimos influenciaram o acesso a mercados cada vez mais distantes. Gerou-se uma ampliação da dimensão dos mercados estrangeiros, acompanhada duma nova divisão internacional do trabalho, influenciada pela difusão de matérias-primas existentes em diversas partes do mundo ou de produtos agrícolas levados ao conhecimento doutros povos, embaratecimento de produtos fabricados mecanicamente, novos sistemas de transportes e abertura de vias de comunicação, mediante uma política colonial e expansionista.

Deste modo, consolidou-se o sistema económico capitalista. Os empresários, apoiados numa doutrina que defendia o liberalismo económico, passaram a dominar a produção e os mercados.

As relações de trabalho despessoalizaram-se ao passaram do âmbito familiar, da oficina ou da comunidade, para a fábrica, e agravaram-se com o emprego em enorme escala de mulheres e crianças e o prolongamento do dia de trabalho. Ocorreram também importantes mudanças no modo de vida e nos hábitos de várias classes e camadas sociais.

A diminuição dos labores agrícolas e a procura de operários para as indústrias nascentes impulsionou a migração da população rural para os meios urbanos. Esta população socialmente marginalizada teve de viver, devido à carência de habitações, em espaços reduzidos sem condições mínimas de higiene e comodidade. Assistiu-se a grandes movimentações de povos a nível internacional com grandes diferenças raciais e culturais

A classe de operários assalariados cresceu ao ponto de constituir em algumas regiões a maioria da população activa. Na produção participavam homens, mulheres e crianças a trabalhar durante longas horas sem qualquer protecção legal perante os donos das fábricas ou centros de produção. Em contraste com a situação do proletariado industrial, fortaleceu-se o poder económico, social e político dos grandes empresários, que pagavam baixos preços pela força de trabalho. Face à situação de pobreza e precariedade dos trabalhadores surgiram críticas de vários sectores, nomeadamente ideológicos, políticos e até religiosos, que foram decisivos para o aparecimento de movimentos reivindicativos.

BIBLIOGRAFIA

- AFANASIEV, V. G., Dirección Científica de la Sociedad, Moscovo 1975
- BOURDIEU, Pierre, As Estruturas Sociais da Economia, Porto 2006
- BRAUDEL, Fernand, la Dynamique du Capitalisme, Paris 1985
- CAETANO JOÃO, Augusto, Noções de Economia Geral e de Economia Rural, Lisboa 1991
- CAMERON, Rondo, História Económica do Mundo, Lisboa 2000
- CASTRO, Armando, A Evolução Económica de Portugal, Lisboa 1964
- CASTRO, Armando, Estudos de Economia Teórica e Aplicada, Lisboa 1968
- CASTRO, Armando, Lições de Economia, Lisboa 1982
- CASTRO, Armando, Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal, Lisboa 1987
- COELHO, António Borges, A Revolução de 1383, Lisboa 1981
- COELHO, António Borges, Comunas e Concelhos. Lisboa 1973
- COOL, Juan Carlos M., Introducción a la História Económica de la Latino América, “eumed.net”, Málaga 2007
- COVARRUBIAS, Isaías, La Economía Medieval e la Emergencia del Capitalismo, “eumed.net”, Málaga, 2004
- CUNHAL, Álvaro, As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média, Lisboa 1997
- DENIS, Henri, História do Pensamento Económico, Lisboa
- DENIS, Henri, La Monnaie, Paris 1951
- DOBB, Maurice, Uma Introdução à Economia, Lisboa 1938
- DOBB, Maurice, A Evolução do Capitalismo, Rio do Janeiro 1987
- DOWIDAR, M. H., A Economia Política, uma Ciência Social, Lisboa 1978
- DUCASSÉ, Pierre, História das Técnicas, Lisboa 1949
- DUVERGER, Maurice, Sociologie Politique, Paris 1968
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Modo de Produção/ Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento, Imprensa Nacional, Lisboa 1986. Produção/ Distribuição/Excedente, Imprensa Nacional, Lisboa 1995. Capital, Imprensa Nacional, Lisboa 2001.
- FURTADO, Celso, Teoria e Política do Desenvolvimento Económico, Lisboa 1971
- GEORGE, Pierre, Geografia Económica, Lisboa 1965
- GOMES, Carlos, Economia do Sistema Comunitário, Porto 2002

GONZAGA DE SOUSA, Luís, Artigos de Economia, “eumed.net”, Málaga 2006

GONZAGA DE SOUSA, Luís, Ensaio de Economia “eumed.net”, Málaga 2005,

GUREVITCH, Aron I., As Categorias da Cultura Medieval, Lisboa, 1990

GUETMANOVA, Alexandra, Lógica, Moscovo 1989

GURVITCH, Georges, Tratado de Sociologia, Lisboa 1968

HAGENBUCH, Walter, Economia Social, Rio de Janeiro 1961

HUBERMANN, Leo, História da Riqueza do Homem, Rio de Janeiro, 1962

JAGUARIBE, Hélio, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro 1962

KALMIKOV, N. E LARINE, E., História da América Latina, Moscovo 1991

KELLE, V. e KOLVALZÓN, M., Teoria e História, Lisboa 1985

KI-ZERBO, Joseph, História da África Negra, Lisboa

KOLESOV, N. D., Manual de Economia Política, Amadora 1972

KONSTANTINOV e outros, Fundamentos de Filosofia Marxista-Leninista, Moscovo 1975

LEFEBVRE, Henri, O Fim da História, Lisboa 1971

LANGE, Oskar, Moderna Economia Política, Rio de Janeiro 1963

LÉNINE, V.I., Obras Escolhidas, Lisboa 1977

MANFRED, A.Z., História do Mundo, Lisboa 1977

MARCHAL, André, Sistemas e Estruturas Económicas, Lisboa

MARX e ENGELS, Obras Escolhidas, Lisboa 1982

MARX, Karl, O Capital, Lisboa 1990

MENDONÇA, António, A Crise Económica e a sua Forma Contemporânea, Lisboa 1990

MOURA, Francisco Pereira de Moura, Lições de Economia. Lisboa 1986

MURTEIRA, Mário, A Nova Economia do Trabalho. Lisboa, 2007

NEPOMUCENO, Rui, As Crises de Subsistência na História da Madeira, Lisboa, 1994

NIKITINE, P., Principes d’Economie Politique, Moscovo 1966

NOGARO, Bertrand, Curso de Economia Política, Lisboa 1951

NUNES, A. J. Avelãs, Os Sistemas Económicos, Coimbra 1975

PESSOA, Fernando Pessoa, A Essência de Comércio, Lisboa 2006

PRADA, Valentin Vasquez de, História Económica Mundial, Porto 1994

RAKITOV, A., Fundamentos da Filosofia, Moscovo 1989

RODRIGUES, Miguel Urbano, Nómadas e Sedentários na Ásia Central, Porto 1999

ROLL, Erich, História do Pensamento Económico, Lisboa 1951

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D., Economia, Lisboa, 1993

SEN, Amartya, Pobreza e Fomes, Lisboa, 1999
SPIRIDONOVA e outros, Curso Superior de Economia Política, México 1965
SWEEZY, Teoria del Desarrollo Capitalista, México, 1945
TAVARES, Maria José Ferro, História Social das Técnicas, Lisboa 1999
TINHORÃO, José Ramos, Os Negros em Portugal, Lisboa, 1988
UNESCO, Histoire du Developpement Culturel et Scientifique de l'Humanité, Paris 1967
UNESCO, História da Humanidade, Lisboa 1996
VÁRIOS, O Livro Negro do Capitalismo, Porto 1998
VÁRIOS, Civilizações Antigas do Oriente e do Ocidente, Lisboa, 1989
VOLKOV, F.M. e outros, Psicologia, Moscovo 1989
WODDIS, Jack, África, As Raízes da Revolta, Rio de Janeiro 1961
YÁKOVLEV, A. e outros, Conocimientos Políticos Básicos, Moscovo 1975
ZAMORA, Juan Clemente, O Processo Histórico, Lisboa
ZARIFIAN, *Philippe*, Inflação e Crise Económica, Lisboa, 1978